



ACTORES, COLECÇÕES E OBJECTOS

COLECCIONISMO ARQUEOLÓGICO E REDES DE
CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO – PORTUGAL, 1850-1930

Elisabete de Jesus dos Santos Pereira

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência
Especialidade: Museologia

ORIENTAÇÃO: *Maria Margaret Lopes*
CO-ORIENTAÇÃO: *Maria de Fátima Nunes*

ÉVORA, SETEMBRO 2017





Bolsa de Investigação SFRH/BD/70214/2010

NOTA PRÉVIA

Tal como a organização de colecções e a criação de museus não é uma tarefa solitária também a execução de uma tese depende da convergência de várias vontades que, num esforço colectivo, nos permitem chegar ao fim.

Para executar esta tese foi fundamental a motivação da Professora Doutora Maria de Fátima Nunes que em primeiro lugar me incentivou a prosseguir. Agradeço-lhe ter continuado a orientar-me durante o desenvolvimento desta tese de Doutoramento, estando constantemente disponível para resolver todas as questões inerentes à execução da tese e para me encaminhar para o «registo certo». Para modificar a perspectiva com que inicialmente encarei este estudo e conseguir «inverter o olhar» foi igualmente fundamental o trabalho da minha orientadora principal, incansável e disponível, mesmo à distância, a Professora Doutora Maria Margaret Lopes, a quem igualmente agradeço o empenho.

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) a atribuição da Bolsa que permitiu executar este estudo: Bolsa de Investigação com a referência SFRH/BD/70214/2010, no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC.

Agradeço ao Professor Doutor Filipe Themudo Barata e ao Professor Doutor Jorge de Oliveira pela oportunidade de trabalhar na Fundação Arquivo Paes Teles, o que foi fundamental para a realização desta tese. Agradeço à Fundação Arquivo Paes Teles por me ter concedido licença sem vencimento para poder usufruir da Bolsa de Investigação concedida pela FCT.

Agradeço à entidade de acolhimento desta tese, Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) e Instituto de História Contemporânea (IHC), por todo o apoio logístico e financeiro que viabilizou a participação em *workshops*, conferências e seminários ao longo do Doutoramento – à Professora Doutora Maria de Fátima Nunes, ao Marco Cardoso e mais recentemente à Ângela Pacheco.

Tenho igualmente a agradecer a simpatia e disponibilidade de todos técnicos e funcionários do IFFA (Univ. Évora), que nos proporcionaram excelentes condições de trabalho no Palácio do Vimioso e também a todos técnicos e funcionários de arquivos, bibliotecas e museus que ajudaram a localizar publicações e documentação ao longo dos anos de execução deste trabalho. Destaco igualmente a atenciosa ajuda do Carlos Caeiro.

Finalmente agradeço o suporte das famílias, aos meus pais, à minha irmã, à Zé, à mãe e avó dos Quintinos e ao Quintino!

ACTORES, COLECÇÕES E OBJECTOS: COLECCIONISMO ARQUEOLÓGICO E REDES DE
CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO – PORTUGAL, 1850-1930

Elisabete de Jesus dos Santos Pereira

RESUMO

Os museus de arqueologia são habitualmente associados à obra de coleccionadores ou cientistas que criaram museus locais, regionais ou nacionais, cedendo o acesso público às suas colecções particulares e sabendo que conquistariam a respeitabilidade e eternização do seu nome. Mas as colecções e os museus que criaram não se teriam desenvolvido sem a cooperação de um conjunto de proprietários, informadores e dezenas de coleccionadores privados – indivíduos interessados em arqueologia que acompanhavam os desenvolvimentos científicos da sua época, colecionavam e identificavam objectos e estruturas arqueológicas, colaboravam com instituições e coleccionadores, dando informações, fornecendo apoio logístico à realização dos trabalhos de campo, oferecendo ou vendendo os seus objectos ou as suas próprias colecções arqueológicas a instituições ou a museus.

Recorrendo a fontes manuscritas, a publicações da época e reconstituindo o percurso dos objectos museológicos pudemos documentar a multiplicidade de actores envolvidos nos processos de criação, movimentação, dispersão, comercialização ou desaparecimento de colecções. Com esta metodologia salientamos o carácter colectivo da construção das ciências, neste caso da arqueologia em Portugal, a heterogeneidade da rede de actores e sítios que canalizam objectos para os museus, o incremento de circuitos comerciais de nível local, regional, nacional e internacional, bem como o cruzamento de dinheiros particulares e públicos na preservação do património e construção da história.

Ao valorizar a multiplicidade de actores envolvidos nos processos constituição de colecções arqueológicas e de produção do conhecimento esta tese identifica os processos de formação e desenvolvimento da cultura científica e contribui para a ampliação das narrativas historiográficas sobre os museus e as suas colecções históricas.

Palavras-chave: ciência, arqueologia, colecções, objectos, actores, redes

ACTORS, COLLECTIONS AND COLLECTORS' ITEMS: ARCHAEOLOGICAL COLLECTIONS AND NETWORKS FOR THE DISSEMINATION OF KNOWLEDGE - PORTUGAL, 1850-1930

Elisabete de Jesus dos Santos Pereira

ABSTRACT

Archaeology museums are usually associated with the work of collectors or scientists who created local, regional or national museums providing public access to their private collections, sure in the knowledge that they had thereby achieved the goal of respectability and ensured their names would not be forgotten. But these collections and museums would not have been built without the cooperation of site owners, archaeological information providers and dozens of private collectors: people interested in archaeology who kept abreast of the scientific developments of their time, collected and identified archaeological objects and constructions, collaborated with institutions and collectors, supplied information, provided logistical support for carrying out field work, and donated or sold objects in their possession or their own archaeological collections to institutions and museums.

Using manuscript sources and publications of the era and retracing the trajectory of museum objects, we were able to document the many actors involved in processes of the creation, transfer, dispersal, sale and disappearance of collections. Our methodology highlights the collective nature of the construction of science, in this case archaeology in Portugal, the heterogeneous nature of the network of actors and sites that channelled objects to museums, the development of commercial networks at the local, regional, national and international level, and the role of private and public funding in heritage preservation and the construction of history.

By focusing on the array of actors involved in the processes of the creation of archaeological collections and the production of knowledge, this thesis identifies processes of the emergence and development of scientific culture and contributes to the broadening of historiographical narratives as regards museums and their historic collections.

Key-words: science, archeology, collections, objects, actors, networks

ABREVIATURAS UTILIZADAS

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

CIAAP – Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica

FAPT – Fundação Arquivo Paes Teles

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

GEPB – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira

ICHSTM - International Congress of the History of Science, Technology and Medicine

JLV – José Leite de Vasconcelos

MAN – Musée d'Archéologie Nationale

MNA – Museu Nacional de Arqueologia

SMS – Sociedade Martins Sarmento

Esta tese não segue o Novo Acordo Ortográfico

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA.....	5
RESUMO.....	7
ÍNDICE.....	11
INTRODUÇÃO	15
1. HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - COLECÇÕES, OBJECTOS E ACTORES.....	23
2. HISTÓRIAS CRUZADAS: ACTORES, PRÁTICAS, SÍTIOS, OBJECTOS, COLECÇÕES E MUSEUS.....	45
2.1 «O QUE HAVIA, JÁ LEVOU O DR. ARAGÃO»	49
2.2 «PAGO TODAS AS PEDRAS QUE ME APRESENTAR COM LETRAS» - COLECCIONISMO ARQUEOLÓGICO EM MÉRTOLA, 1877	73
2.3 PROPRIETÁRIOS SIMBÓLICOS DO <i>MUSEU ARCHEOLOGICO DO ALGARVE</i>	87
2.4 PLACAS DE XISTO DE JOSÉ DA COSTA SERRÃO, ADMINISTRADOR DO CONCELHO DE ALJEZUR.....	113
2.5 O DESCOBRIDOR DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE ALCALAR: PADRE NUNES DA GLÓRIA	121
2.6 OS COLECCIONADORES PARTICULARES DO ALGARVE: O CASO DE JOAQUIM JOSÉ JÚDICE DOS SANTOS.....	135
3. SERMÕES, CONFISSÕES E COLECÇÕES	155
3.1 «SE EU [PADRE J. ESPANCA] NÃO FORA DEDICADO AOS ESTUDOS ARCHEOLOGICOS, PERDER-SE-HIA O CIPPO AGORA DESCOBERTO».....	161
3.2 PRÁTICAS ARQUEOLÓGICAS EM TRÁS-OS-MONTES - OS PADRES JOSÉ RAPHAEL RODRIGUES E JOSÉ ISIDRO BRENHA	177
4. UMA COLECÇÃO DE COLECÇÕES E UM 'MAPA ARQUEOLÓGICO' NACIONAL, EM LISBOA.....	197
4.1 «JÁ É DO MUSEU»: OBJECTOS, INFORMAÇÕES, DESENHOS E FOTOGRAFIAS DO NOROESTE DE PORTUGAL	207
4.2 A «MISCELANEA ARCHEOLOGICA» DO MORGADO DO OUTEIRO	217
4.3 COLECÇÕES E OBJECTOS DE CASTELO BRANCO E COVILHÃ.....	225
4.4 A COOPERAÇÃO DE COLECCIONADORES DO CENTRO DE PORTUGAL	237
4.5 COLECÇÕES DE SETÚBAL E TRÓIA NO MUSEU ETNOLÓGICO.....	243
4.6 A COLABORAÇÃO DOS FUNDADORES DO MUSEU DE ALCÁCER DO SAL	253
4.7 «QUEM ME METEO ESTE VÍCIO NO CORPO FOI ESTÁCIO DA VEIGA»: A COLABORAÇÃO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO SUL DE PORTUGAL.....	257

4.8 «EU BEM QUERERIA TAMBÉM [...] A FORMA MONETÁRIA DE QUE FALEI ACIMA!»: COLECCIONADORES E COLECÇÕES NA REGIÃO DE BEJA	269
4.9 «QUANTO A LEVAR AS MOEDAS PARA LISBOA, NEM PENSAR N'ISSO»: COLECÇÕES DE ANTIGUIDADES NA REGIÃO ALGARVIA.....	275
4.10 «NO SANTUÁRIO DE FONTANUS, SOB A SUA AQUÁTICA PROTECÇÃO»: ANTÓNIO PAES DA SILVA MARQUES – UM FOCUS DE ESTUDO NO ERVEDAL (ALTO ALENTEJO)	283
5. NO RASTO DO DINHEIRO - O COMÉRCIO NO PROCESSO DE CONSTRUIR COLECÇÕES	309
5.1 AQUISIÇÃO DE OBJECTOS, COLECÇÕES E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO DE ENTRE DOURO E MINHO.....	315
5.2 PRÁTICAS COMERCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DO <i>MUSEU ARCHEOLOGICO DO ALGARVE</i>	327
5.3 AS AQUISIÇÕES DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS.....	333
5.4 ENTRE A FUNDIÇÃO DO OURIVES E A VITRINA DO MUSEU.....	357
6. CONCLUSÕES.....	393
7. FONTES.....	403
7.1 DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	403
7.2 PUBLICAÇÕES	405
8. BIBLIOGRAFIA.....	431
9. ANEXOS.....	467
ANEXO 1.....	467
ANEXO 2.....	473
ANEXO 3.....	483
ANEXO 4.....	487
ANEXO 5.....	491
ANEXO 6.....	493
10. ÍNDICES	495
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	495
ÍNDICE DE TABELAS.....	497
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	499
ÍNDICE REMISSIVO.....	503

INTRODUÇÃO

Esta tese – *Actores, colecções e objectos: coleccionismo arqueológico e redes de circulação do conhecimento – Portugal, 1850-1930* – tem como objectivo salientar o carácter colectivo da construção do conhecimento das ciências, neste caso da arqueologia em Portugal, conferindo destaque a um conjunto de actores que permaneceram à margem de uma historiografia tendencialmente centrada nas instituições e nos seus instituidores. Neste sentido pretendemos contribuir para um crescente conhecimento das colecções históricas que a sociedade contemporânea preserva nas suas instituições museológicas.

Os museus de arqueologia devem grande parte das suas colecções a coleccionadores ou cientistas que abraçaram projectos de museus locais, regionais ou nacionais, cedendo o acesso público a colecções particulares diversas e sabendo que conquistariam a respeitabilidade e eternização do seu nome. Num contexto internacional são conhecidos, entre outros, os exemplos da colecção do general Pitt Rivers (1827-1900) que forjou um espaço físico e intelectual para a antropologia na Universidade de Oxford (Larson, 2008), de Luigi Pigorini cujas práticas foram decisivas para a criação do Museo Nazionale Preistorico Etnografico, em Roma (Lerario, 2011) ou de Francisco Moreno (1852-1919), o explorador argentino que ofereceu todas as suas colecções para formar o Museu Antropológico e Arqueológico de Buenos Aires, depois incorporado no Museu de La Plata (Farro, 2009). No contexto português poderemos referenciar a Sociedade Martins Sarmiento (Magalhães, 1995), em Guimarães, que expõe as colecções resultantes das investigações de Francisco de Gouveia Martins Sarmiento (1833-1899), o caso do actual Museu Nacional de Arqueologia (MNA), inicialmente constituído com base nas colecções de José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Estácio da Veiga (1828-1891)¹ ou ainda o Museu Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) que em Castelo Branco homenageia a actividade de recolha científica e coleccionista do intelectual que lhe deu origem (Martins, 2016).

Menos conhecidas são as práticas arqueológicas de proprietários, informadores e dezenas de coleccionadores privados espalhados pelo território nacional – indivíduos interessados em arqueologia que coleccionaram e identificaram objectos e estruturas arqueológicas, colaboraram com instituições e cientistas, dando informações, fornecendo

¹ Ver Raposo, 2007.

apoio logístico à realização dos trabalhos de campo, oferecendo os seus objectos ou as suas próprias colecções arqueológicas a instituições ou a museus. Os seus nomes não são alheios do mundo dos museólogos, dos arqueólogos ou de historiadores contemporâneos que se cruzam com referências às suas práticas nos inventários das colecções, nas publicações e relatórios, mas não se concede proeminência à dimensão do seu contributo no processo de formação do conhecimento arqueológico.

Neste âmbito vamos ao encontro da ideia registada por Steven Shapin e Arnold Thackray na revista *History of Science* (1974) há já algumas décadas: «Historiographically, we have been accustomed to disregard science as it percolates from men of science to the generally literate. It has either been dismissed as non-science, scientism (hence, irrelevant or pernicious), misunderstood science (hence, error), or popularized science (hence, trivial)» (1974: 21). Helge Kragh, que mais recentemente retomou a questão numa obra que enfatiza os principais tópicos para o estudo do desenvolvimento do pensamento e prática científica, salienta que «há motivos sólidos para alargar a história social da ciência de modo a abarcar não só o cientista comum, aquele que nunca obteve qualquer reconhecimento profissional, mas também os muitos não cientistas da periferia da ciência» (Kragh, 2001: 196).

Para captar o ambiente científico característico de uma época é necessário pois não considerar apenas um conjunto limitado de actores mas a diversidade de personagens que contribuem, neste caso, para a sucessiva institucionalização da arqueologia e para a implementação e crescimento dos museus de arqueologia em Portugal. Esse é justamente o objectivo do nosso trabalho: conferir visibilidade a actores e colecções até agora não mencionados ou relegados para as margens para evidenciar como a construção do conhecimento arqueológico decorre da natureza interrelacionada de um conjunto de pessoas.

O nosso ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho foi a tese de Mestrado em Estudos Históricos Europeus (Pereira, 2010) dedicada a um intelectual português de nome Mário Saa (1893-1971). Ao investigarmos o seu percurso e a história da fundação que criou no Ervedal, uma pequena vila do Alto Alentejo, para preservar as memórias da sua família, identificámos práticas de coleccionismo científico e uma rede circulação de conhecimentos que incluía outros membros da sua família e a direcção do Museu Etnológico Português, hoje denominado Museu Nacional de Arqueologia. Deparámo-nos também com o percurso profissional e científico de António Paes da Silva Marques (1876-

1950), tio de Mário Saa (ver subcapítulo 4.10 «*No santuário de Fontanus, sob a sua aquática protecção*»: António Paes da Silva Marques – um focus de estudo, no Ervedal, Alto Alentejo), que por sua vez nos conduziu ao universo do coleccionismo particular de arqueologia praticado por dezenas de intelectuais seus contemporâneos noutras regiões do país.

No âmbito do Programa de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência – especialidade Museologia – pudemos avançar para essa perspectiva da história da constituição das colecções científicas adquirindo um conjunto de sensibilidades sobre o desenvolvimento histórico da ciência e sobre as relações entre ciência e sociedade. Fomos direccionadas para publicações referenciais desta área investigação - *History of Science, ISIS, Journal of the History of Collections, Museum History Journal* –, procurámos localizar fontes que documentassem as práticas do coleccionismo arqueológico e identificar na historiografia portuguesa estudos sobre a temática.

Confirmámos a nossa hipótese de trabalho ao analisarmos a revista *O Archeologo Português*², onde está registada a pluralidade de actores que desenvolveram colecções particulares e cooperaram com o desenvolvimento de instituições museológicas como o Museu Nacional de Arqueologia³. No Arquivo Histórico deste mesmo Museu⁴ consultámos os fundos documentais de José Leite de Vasconcelos e de Estácio da Veiga, nomeadamente a sua correspondência, onde encontrámos numerosos elementos sobre a natureza das relações estabelecidas entre os actores que se interessaram por antiguidades e pelas práticas arqueológicas no período em análise. No espólio documental de José Leite de Vasconcelos que integra o Arquivo Histórico desta mesma instituição é bastante significativo o conjunto de fotografias, desenhos, decalques, mapas e recortes de imprensa recolhidos pelo próprio ou enviados pelos seus numerosos correspondentes. Citamos e reproduzimos uma pequena parte desses documentos para ilustrar a criação e desenvolvimento de uma linguagem que contribuiu para a produção e validação do conhecimento arqueológico. Na biblioteca da

² Disponível através do *site* da Direcção Geral do Património Cultural:

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/recursos/o-arqueologo-portugues/o-arqueologo-portugues/>

³ Agradecemos a amabilidade e disponibilidade dos funcionários do MNA nas múltiplas visitas que efectuámos à instituição, à sua biblioteca e ao seu arquivo, sobretudo a Maria do Carmo Vale e a Carla Barroso. Numa segunda fase pudemos contar também com o apoio da Dr.ª Lúcia Cristina Coito, Bibliotecária responsável.

⁴ Este trabalho referenciará numerosas vezes o Museu Nacional de Arqueologia e as suas anteriores designações. Utilizaremos essas designações de época consoante o período a que nos reportamos ao longo do texto. Assim, entre 1893 e 1897 mencionaremos a instituição com a sua denominação original, Museu Etnográfico Português. Para o período decorrente entre 1897 e 1929 utilizaremos a denominação de Museu Etnológico Português. Devido ao âmbito cronológico deste trabalho, não faremos referências às posteriores designações – em 1929 assumiu o nome Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos e a partir de 1989 Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos – apenas à denominação actual de Museu Nacional de Arqueologia para nos reportarmos às suas colecções e objectos na actualidade.

mesma instituição, uma das mais importantes bibliotecas portuguesas especializadas em arqueologia (22.000 monografias, 1800 títulos de publicações periódicas, das quais cerca de 788 títulos já inactivos⁵) acedemos a algumas publicações raras que integraram a livraria pessoal de José Leite de Vasconcelos⁶.

Recorremos igualmente ao Arquivo Documental da Sociedade Martins Sarmento⁷, em Guimarães, onde estão depositados espólios manuscritos de diversos investigadores: Martins Sarmento, Abade de Tagilde, Albano Belino, entre outros. Esta Sociedade disponibiliza *on-line* todos os números da *Revista de Guimarães*, publicada desde 1884 – uma das mais antigas publicações periódicas portuguesas de carácter científico dedicadas à arqueologia – e que constituiu um importante recurso onde compulsámos elementos que permitiram enriquecer alguns capítulos deste trabalho. Além de Guimarães, deslocámo-nos igualmente a Castelo Branco para consultar o Centro de Documentação, Biblioteca e Espólio documental de Francisco Tavares Proença Júnior.

Realizámos também uma Missão de Estudo ao Musée d’Archeologie Nationale⁸, em Saint Germain-en-Laye (França), no âmbito da qual pudemos igualmente consultar os arquivos do Muséum Nationale d’Histoire Naturelle, em Paris, e os Archives Nationales em Saint-Denis (Île de France). Nestas instituições colhemos diversas informações sobre circulação de informação e objectos que envolveu actores e instituições portuguesas e francesas.

Recorremos ao Arquivo da Torre do Tombo, deslocámo-nos frequentemente à Biblioteca Nacional de Lisboa e beneficiámos do acesso privilegiado aos acervos da Fundação Arquivo Paes Teles⁹, Ervedal (Alto Alentejo). Para reconstituir o percurso dos objectos e identificar os actores que referenciamos neste trabalho beneficiámos igualmente dos registos e documentos preservados por diversos arquivos que registamos no ponto 7.1 *Documentação Arquivística*.

⁵ Ver <http://www.museuarqueologia.pt/?a=6&x=3>

⁶ Uma pequena parte das muito numerosas deslocações ao Museu Nacional de Arqueologia foi apoiada financeiramente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos apoios concedidos a Missões de Estudo.

⁷ A ajuda financeira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) patrocinou uma das duas Missões de Estudo que realizámos no Arquivo Documental da Sociedade Martins Sarmento.

⁸ Missão de Estudo realizada em 2015 com o suporte financeiro da FCT.

⁹ Onde integramos o quadro técnico desta instituição sediada no concelho de Avis. Neste âmbito organizámos a correspondência de Mário Saa (9149 cartas) e a correspondência de terceiros (2659 cartas) e encontramos-nos em fase de conclusão da inventariação dos manuscritos, documentos pessoais, núcleo de cartografia e espólio fotográfico do arquivo da instituição (processo interrompido com a concessão de licença sem vencimento para a realização desta tese de doutoramento).

Citámos e consultámos diversos jornais de âmbito local para este trabalho (Anexo 6), parte dos quais inexistentes nas hemerotecas e nas principais bibliotecas portuguesas com acervos de periódicos. Deslocámo-nos, por exemplo, propositadamente ao Porto para poder aceder ao jornal local, *A Vida Moderna*, uma importante fonte para a elaboração de um dos capítulos deste trabalho (subcapítulo 3.2 *Práticas arqueológicas em Trás-os-Montes - Os Padres José Raphael Rodrigues e José Isidro Brenha*). Para consultar outros periódicos locais e/ou nacionais recorreremos frequentemente à Biblioteca Nacional de Portugal, à Biblioteca Pública de Évora, à Biblioteca Digital do Alentejo¹⁰, à Hemeroteca Digital de Lisboa¹¹ e beneficiámos da amabilidade dos responsáveis da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto (Póvoa de Varzim) que nos enviaram informação do seu fundo local. Beneficiámos igualmente do facto de várias publicações portuguesas e estrangeiras em domínio público se encontrarem digitalizadas e disponíveis *on-line* nomeadamente através da *Gallica* (Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da França), *Google Books Library Project* e *Internet Archive*¹². Consultámos também algumas obras portuguesas através da Biblioteca Nacional Digital, da Biblioteca Digital de Fundo Antigo da Universidade de Coimbra (ALMA MATER) e da Biblioteca Digital do Alentejo.

Uma importante fonte para o desenvolvimento deste trabalho foram os catálogos de colecções arqueológicas disponíveis igualmente através da *Internet*. Recorreremos aos catálogos do British Museum, *Collection Online*, à base de dados *Moteur Collection* disponibilizado pelo Ministère de la Culture et de la Communication, de França, e sobretudo ao MatrizNet, o catálogo colectivo *on-line* dos Museus da Administração Central do Estado Português. Uma parte das ilustrações que apresentamos nesta tese é disponibilizada precisamente pela Direcção-Geral do Património Cultural através do MatrizNet.

As legendas que inserimos nas imagens relativas a objectos arqueológicos institucionalizados contêm dois níveis destacados de informação. O primeiro nível remete para a informação técnica do objecto atribuída pelo museu onde se encontra depositado – a denominação, a sua datação, a colecção ou museu onde se encontra, a sua cota nesta instituição e as suas dimensões. O segundo nível de informação remete para os elementos

¹⁰ <http://www.bdalentejo.net/>

¹¹ <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

¹² Publicações disponibilizadas para digitalização por instituições como Bodleian Libraries (University of Oxford), The J. Paul Getty Museum Library (Los Angeles, EUA), Southern Regional Library Facility (University of California, EUA) Harvard College Library (EUA), University of Connecticut (EUA), University Of Toronto Library (Canadá), entre outras.

que compulsámos durante este estudo com o objectivo de conceder visibilidade a actores, colecções e a objectos. Salientamos nesse segundo nível o percurso dos objectos e dos actores, duplicando por vezes informação registada no corpo de texto com o objectivo de criar um itinerário iconográfico representativo do tema discutido neste trabalho.

No que respeita à produção historiográfica verificámos uma preponderância de estudos dedicados às instituições e às suas figuras tutelares. Estes trabalhos foram fundamentais para podermos contextualizar a acção dos actores que salientamos nesta tese e beneficiámos também das fontes transcritas e publicadas por alguns autores que se têm dedicado à história da arqueologia em Portugal. Recorremos a esta mesma bibliografia para identificar a linha de invisibilidade imposta a um conjunto de práticas arqueológicas desenvolvidas por actores que não se tornaram directores de museus, não dirigiram publicações nem foram importantes publicistas. Recorremos a uma parte das fontes analisadas nestes estudos – documentos de arquivo e publicações de época – e efectuámos uma releitura das mesmas para encontrar em pequenos detalhes, frequentemente em notas de rodapé, os elementos que permitem reconstituir as redes de actores e identificar as suas práticas. Utilizámos documentos de arquivo inéditos ou secundarizados pela historiografia dedicada à história da arqueologia ou dos museus.

Foi através do cruzamento dos vários elementos compulsados na historiografia e em diversas fontes de informação – manuscritas, impressas ou as fichas de inventário dos objectos (MatrizNet¹³) – que reconstituímos colecções arqueológicas e identificámos os seus percursos, avaliámos a sua importância e, por vezes, as competências técnicas de coleccionadores, informadores e proprietários que conservaram, documentaram e catalogaram os objectos. Identificámos igualmente outros actores que destruíram, comercializaram ou ofereceram objectos e colecções. Para obter uma melhor percepção dos processos e das práticas arqueológicas elaborámos tabelas e gráficos que apresentamos ao

¹³ O MatrizNet, enquanto «catálogo coletivo *on-line* dos Museus da administração central do Estado Português, tutelados pela Direção-Geral do Património Cultural, pelas Direções Regionais de Cultura do Norte, Centro e Alentejo, assim como pela Parques de Sintra – Monte da Lua», permite o acesso a informação seleccionada sobre mais de 100.000 bens culturais móveis. Ao incluir 34 bases de dados de inventário, este motor de pesquisa apresenta alguns problemas que dificultam o acesso à informação. Quando pesquisámos, por exemplo, Quinta do Marim, com o objectivo de reconstituir a colecção arqueológica que o proprietário deste local preservou e ofereceu, o motor de pesquisa remete para milhares de objectos não relacionados com o local porque considera todas as fichas de inventário onde surgem as palavras «quinta» e «Marim». Estas deficiências de pesquisa forçaram-nos a seleccionar manualmente as fichas de inventário e limitaram a reconstituição de algumas colecções.

longo dos capítulos que constituem esta tese e outros nos vários anexos que encerram este trabalho.

Para além desta *Introdução* onde procurámos descrever concisamente a nossa hipótese de trabalho, a agenda de investigação em que se insere, a metodologia utilizada, as fontes a que recorreremos, apresentaremos no próximo capítulo – *1. História das Ciências - Colecções, Objectos e Actores* – a justificação da pertinência deste estudo apoiada na bibliografia científica que fundamenta as ideias que adoptámos para questionar e interpretar as fontes históricas deste trabalho: os objectos arqueológicos, as monografias e periódicos editados no período que decorre entre 1850 e 1930. Um extenso intervalo temporal que atravessa os contextos da Regeneração (1851), I República (1910) e Ditadura Militar (1926-1933) em Portugal mas durante os quais, como verificaremos, as práticas arqueológicas não reflectem necessariamente a alternância destes regimes políticos.

Nos seguintes capítulos examinamos os dados recolhidos. Nesses capítulos inserimos um texto introdutório que contextualiza a temática desenvolvida e os elementos que constituem os seus subcapítulos. Para não repetir informação efectuamos nesta introdução apenas uma breve referência aos seus conteúdos. Assim, no capítulo *2. Histórias cruzadas: actores, práticas, sítios, objectos, colecções e museus* procurámos conferir visibilidade a alguns actores que durante a segunda metade do século XIX estiveram envolvidos na preservação e descoberta de importantes sítios ou objectos, na formação de colecções arqueológicas privadas ou públicas, parte das quais hoje é possível localizar no Museu Nacional de Arqueologia e nas suas exposições temáticas. No capítulo *3. Sermões, Confissões e Colecções* optámos por salientar o interesse de um grupo socioprofissional pelas práticas arqueológicas. Neste caso, seleccionámos um pequeno conjunto de padres católicos. No seguinte capítulo, *4. Uma Colecção de Colecções e um 'Mapa Arqueológico' Nacional, em Lisboa*, ressalta-se a importância do Museu Nacional de Arqueologia e a metodologia utilizada para a constituição da *colecção de colecções*¹⁴ que esta instituição conserva nas suas instalações do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

Ao longo deste trabalho as fontes foram evidenciando uma temática praticamente invisível na historiografia portuguesa, a componente comercial associada à formação de colecções arqueológicas. No último capítulo de investigação, *5. No Rasto do Dinheiro: o*

¹⁴ Uma expressão utilizada por Maria Bolanos (1997).

Comércio no Processo de Construir Colecções, salientamos precisamente a importância do dinheiro no processo de formação do conhecimento, neste caso associado a colecções de objectos arqueológicos. Concluimos com o capítulo 6. *Conclusões*, onde resumimos os resultados e apresentamos as perspectivas abertas com a elaboração desta tese.

Nas últimas páginas deste trabalho encontram-se as Fontes, a Bibliografia e os Anexos. No capítulo 7. *Fontes* registam-se os Arquivos a que recorremos (7.1) e as fontes impressas que analisámos (7.2 *Publicações*). No *Capítulo 8* registamos bibliografia que apoiou o desenvolvimento deste estudo. No item 9. *Anexos* incluímos a transcrição de uma carta do espólio de José Leite de Vasconcelos por considerarmos que o seu conteúdo permite uma melhor compreensão dos factos expostos no corpo do texto (Anexo 5) e uma tabela onde sistematizamos os vários jornais locais, regionais e nacionais que citámos ao longo desta tese (Anexo 6). Apresentamos igualmente em anexo uma parte das tabelas que elaborámos ao longo deste trabalho para sistematizar os dados recolhidos, entender e avaliar o percurso dos objectos e colecções, bem como de coleccionadores, informadores e proprietários que colaboraram nos processos de formação de colecções arqueológicas e criação de conhecimento científico.

1. HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - COLECÇÕES, OBJECTOS E ACTORES

A literatura recente tem vindo a entender a História das Ciências no âmbito de uma longa história global do conhecimento, onde se inclui o conhecimento local como o substrato e a matriz de todas as outras formas de conhecimento. Ao pretendermos valorizar no nosso estudo a diversidade de actores envolvidos na formação das colecções arqueológicas e nas suas práticas de reunir e fabricar os objectos científicos, pretendemos ir ao encontro desta perspectiva defendida por Jürgen Renn (Renn, 2015: 39)¹⁵. Uma perspectiva que assenta igualmente na valorização das designadas *field sciences* (Kuklick & Kohler, 1996; Kohler, 2011) em que se inclui a arqueologia e as suas complexas práticas sociais e culturais. Como outras ciências dependentes do coleccionismo, a arqueologia definiu-se com métodos de recolha, registo, classificação de objectos e de dados dos lugares onde são recolhidos esses mesmos objectos (Kohler, 2007: 442). Nesta tese interessa-nos aprofundar o conhecimento sobre os actores usualmente secundarizados nesse processo de construção do conhecimento sobre o passado, numa época em que se começou a profissionalizar a arqueologia e a surgir a distinção entre os profissionais, sediados na cidade, e os *amadores* de antiguidades, com um grande conhecimento e influência nas várias províncias portuguesas e nos campos.

Atendendo à aceção teórica de Lorraine Daston e Otto Sibum (2003) relativamente à construção de *scientific personae*, a nossa hipótese de trabalho consiste em analisar o papel que estes proprietários, os informadores ou coleccionadores privados exerceram, tendo em conta a sua participação na formação de colecções e na crescente institucionalização da arqueologia em Portugal. Estando perante um conjunto de indivíduos ilustrados e com características comuns, pretendemos evidenciar a forma como estas personalidades colaboraram com instituições e cientistas, os propósitos que serviram bem como as condições históricas que cristalizam a sua existência (Daston & Sibum, 2003). Neste sentido, consideraremos o quadro geral do seu percurso intelectual, procurando identificar as suas características pessoais e profissionais, os circuitos culturais e sociais, os seus interlocutores

¹⁵ Esta perspectiva foi exposta na conferência plenária da European Society for The History of Science - «Neuenschwander Lecture» - em Lisboa, no ano de 2014. Jürgen Renn é professor Honorário de História da Ciência na Universidade Humbolt (Berlim), Professor Honorário de Física na Universidade Livre de Berlim e director do Instituto Max Planck para a História da Ciência. Foi distinguido pela European Society for the History of Science com o prémio Gustav Neuenschwander (2014) como um dos principais investigadores em história da ciência e pelos seus contributos para o progresso da disciplina.

institucionais, as trocas e os circuitos de conhecimento e a existência de tomadas de posição no campo científico.

Maioritariamente centrado em figuras afastadas de uma categoria profissional, que então se constituía, ou de práticas institucionalizadas, este trabalho encontra as suas fontes de informação na bibliografia da época – livros e revistas –, nos inventários de colecções e nos arquivos institucionais, onde os epistolários e outras fontes documentais atestam a sua ligação às colecções, a publicações periódicas, como sócios correspondentes e colaboradores, a associações e sociedades científicas. Uma parte destas pessoas não deixou publicações nem outros registos das suas actividades, pelo que encontrámos vantagens numa abordagem biográfica aplicada aos objectos e às colecções para documentar a acção de actores que, em alguns casos, permanecem completamente desconhecidos.

Os objectos sempre foram centrais para a arqueologia, antropologia e museologia¹⁶ (Klein & Spary, 2010). A tradição de interesse na cultura material foi posteriormente assumida, na sequência do desenvolvimento dos estudos antropológicos sobre a cultura material que propõem a realização da biografia cultural das coisas (Kopitoff, 1986), pela História das Ciências que tem desde então destacado a importância de valorizar os objectos científicos (Daston, 2000) e de aplicar essa metodologia à história dos museus estudando as trajectórias dos objectos nas suas colecções (Bennet, 2005). Podemos assim colocar questões relacionadas com os momentos chave do seu percurso, os seus significados, como se foi alterando o seu estatuto, o que é que os torna objectos de museu ou como se reflecte no seu percurso o contexto político e social (Alberti, 2005). Assumimos deste modo os objectos também como fontes históricas, colocando questões tal como fazemos relativamente aos documentos e às publicações. Como já foi demonstrado em recentes estudos, a valorização desta componente pode abrir novas perspectivas históricas sobre o emaranhado de pessoas que estão por detrás das histórias das instituições museológicas (Bennet, 2005). Além dos objectos, dos expositores, das diferentes áreas temáticas ou exposições, dos cuidados com temperatura, humidade e iluminação, do conjunto de funcionários que assegura o seu funcionamento, os museus e as suas colecções integram também inúmeras conexões entre pessoas e objectos no espaço e no tempo.

¹⁶ Bem como para outras áreas científicas como para a Biologia, a Botânica, Zoologia, Paleontologia, Etnologia, Geologia e Mineralogia.

No seu estudo sobre a história das colecções do Pitt Rivers Museum (Oxford, Inglaterra), desde a sua fundação em 1884 até ao ano de 1945, Chris Gosden e Frances Larson vão precisamente ao encontro desta questão. Os autores salientam que os museus têm vários autores e que nenhum actor ou grupo de actores pode controlar completamente a identidade de um museu. Estas instituições museológicas emergem através de numerosos relacionamentos mediados pelo mundo material. As pessoas manipularam e coleccionaram objectos e estes coleccionaram igualmente as pessoas. Em torno de um museu como o Pitt Rivers Museum, ou de outros museus como o Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, existe efectivamente uma enorme constelação de pessoas que estiveram envolvidas no percurso dos objectos que os integram, desde residentes e trabalhadores rurais, a comerciantes, coleccionadores, intelectuais, académicos, estudantes e o próprio público dos museus (Gosden & Larson, 2007: 5). Integrados nas colecções os objectos continuam a proporcionar redes entre pessoas que partilham dos mesmos interesses pelos seus significados, pelos locais de aparecimento, pela sua forma de obtenção e contextos de utilização: «It is not just that objects illuminate the relationships that created the Museum, but that many of these connections were created through objects and because of them» (Gosden & Larson, 2007: 5). Neste trabalho iremos evidenciar esta constelação de pessoas associada à formação de colecções arqueológicas em Portugal e as redes de comunicação que se criaram em torno dos objectos que as integram.

Samuel Alberti defendeu que podemos caracterizar as trajectórias dos objectos de museu através dos diferentes contextos e das muitas mudanças de valor que derivam destas mutações, desde a aquisição/recolocação até ao arranjo para visualização (Alberti, 2005: 560). Valorizando os vários actores envolvidos neste processo, neste trabalho pretendemos acrescentar a componente da dispersão (Achim & Podgorny, 2013). Os processos de acumulação de dados, informações, colecções e publicações que se constituíram nesses espaços das províncias portuguesas no período em estudo e que não foram incorporados nos grandes museus e instituições podem também ser entendidos hoje como processos de dispersão¹⁷ de colecções vendidas em leilões no estrangeiro, por exemplo, que acabaram por se dispersar sem que possamos acompanhar as suas trajectórias até períodos mais recentes. Algumas dessas colecções podem inclusive ser caracterizadas como colecções mortas (Byrne

¹⁷ Ver subcapítulos 2.1 e 2.6.

et al., 2012; Daugeron & Le Goff, 2014), sendo impossível a recuperação dos objectos que as compunham ou de informações que nos permitissem reconstituí-las virtualmente, como foi possível efectuar nalguns casos que apresentaremos neste trabalho.

Ao integrarem as colecções, os objectos transportam, como referimos, uma série de relações com outros objectos e com as pessoas com quem se cruzaram. Nas três fases da existência dos objectos caracterizadas por Samuel Alberti¹⁸ (2005: 561) é na primeira que se situa a nossa tese – desde o momento da identificação até à integração numa colecção. É no decorrer desta fase que identificamos as trocas e os diferentes possuidores, as negociações e concessões, a rede heterogénea de indivíduos que canaliza os objectos para as colecções e museus.

Neste seu percurso constituem-se enquanto *objectos fronteira*, um conceito introduzido por Susana Star e James Griesemer (1989) para caracterizar a cooperação necessária entre os diferentes actores envolvidos no trabalho científico e os diferentes sentidos que um mesmo objecto pode assumir para os diferentes actores. Os mundos sociais que concorrem para a formação dos museus e das suas colecções arqueológicas possuem uma jurisdição parcial sobre os recursos que esses objectos representam – seja o investigador ou curador responsável pela formação da colecção, a instituição que financia a sua formação, o informador que coopera com o curador na procura de objectos, o proprietário que autoriza a recolha e/ou realização de trabalhos arqueológicos na sua propriedade, o coleccionador que doa a sua colecção para o museu ou o residente local que se apercebe dos proveitos económicos de determinados artefactos. Tal como defendem Star e Griesemer, para entender a natureza dos interesses cruzados destes actores deverá considerar-se uma análise ecológica, que não pressuponha a primazia epistemológica de uma das partes mas antes a compreensão de todo o processo (1989: 389). Nesta tese assumimos essa postura para compreender em toda a sua abrangência o papel fundamental que personagens até agora diminutamente considerados pela historiografia das ciências arqueológicas exerceram na formação de redes de actores que mobilizaram colecções hoje incorporadas em museus nacionais ou regionais.

¹⁸ A primeira fase decorre desde que o objecto é recolhido, utilizado até à sua entrada no museu, a segunda fase considera o momento em que o objecto se encontra inserido numa colecção e a terceira fase constitui-se na sua relação com os públicos, quando inserido numa exposição.

A criação de conhecimento depende do estabelecimento de comunicação e da angariação de novos objectos. Mas como estes objectos têm diferentes significados nos diferentes mundos, os actores envolvidos terão que saber traduzir, negociar e debater, interpretar expectativas para satisfazer os seus objectivos programáticos e manter os seus aliados. O sucesso do empreendimento científico, no caso do museu de zoologia analisado por Star e Griesemer como no caso da formação das colecções arqueológicas que analisámos, depende da criação de métodos de uniformização da linguagem que permitam recolher a informação necessária para o desenvolvimento de trabalho científico. No caso da arqueologia, são as ruínas, as lápides, as cerâmicas, as moedas, outros artefactos que representam a presença humana, mas também as plantas dos locais arqueológicos, as fotografias, as notas de campo, os decalques, os mapas e os próprios museus, que constituem os *objectos fronteira*. Neste trabalho, direccionamos o nosso olhar para a forma como estas práticas se estruturaram e como emergiu uma linguagem que permitiu agir em colaboração, neste caso formar colecções arqueológicas.

Ao destacarmos nesta tese os personagens ainda pouco contemplados nas ciências arqueológicas, vamos ao encontro dos *técnicos invisíveis* de Steven Shapin (1989), a forma como foram designados os artífices, técnicos e operadores que assistiam Robert Boyle (1627-1691) nas suas experiências – até então desconsiderados pela historiografia e sociologia da ciência (Shapin, 1989: 556). Shapin registou nesta publicação o reduzido interesse manifestado pelos historiadores da ciência sobre o papel desempenhado pelos técnicos ou outras personalidades envolvidas na construção e registo do conhecimento científico, em parte devido aos incipientes registos históricos sobre eles. Contudo, progressivamente várias áreas científicas têm vindo a conferir visibilidade a esta componente da construção do conhecimento, dando ênfase à variedade de actores que concorrem para o desenvolvimento das ciências e à invisibilidade historiográfica de parte desses indivíduos. Atenda-se nomeadamente à programação dos mais recentes encontros científicos de História da Ciência e da Tecnologia.

No âmbito da 7th *International Conference of the European Society for the History of Science*, que decorreu em Praga, na República Checa, entre 22 e 24 de Setembro de 2016¹⁹, o objectivo do simpósio «Revisiting the Marie Curie effect: “Invisibly powerful” women in

¹⁹ Agradecemos a Ana Cristina Martins a disponibilização do respectivo *Book of Abstracts*.

science – Challenges of Empowerment for Women in Science: A Transnational Perspective» foi precisamente a valorização de actores a que historiografia tradicionalmente conferia invisibilidade, neste caso as mulheres cientistas. Também no 4.º *Encontro Nacional de História das Ciências e da Tecnologia* que decorreu na Universidade de Aveiro, entre 12 e 14 de Junho de 2014, encontramos esta mesma componente de valorização da diversidade de actores envolvidos nas práticas científicas. Teresa Mota salientou a importância dos colectores na realização de trabalho de campo desenvolvido no âmbito dos Serviços Geológicos de Portugal²⁰ e Vitor Bonifácio, no âmbito de uma investigação dedicada ao desenvolvimento das sociedades astronómicas no final do século XIX, salientou a importância das práticas de Narciso de Lacerda (1858-1913), um dos primeiros astrónomos amadores nacionais²¹.

Na 24.ª edição do *International Congress of the History of Science, Technology and Medicine*²² (ICHSTM), organizado pela *British Society for the History of Science* (BSHS), por exemplo, o simpósio «Fossil work: making paleontological specimens and knowledge»²³ considerou a variedade de personagens e de competências necessárias para recuperar os fósseis conferindo-lhe estatuto de objectos de investigação e de exposição. Vários casos de estudo, em perspectiva histórica e sociológica, sobre trabalhos de campo, trabalho de laboratório, sobre colecções, *workshops* artísticos e exposições, ofereceram uma nova perspectiva sobre as condicionantes locais, as competências e a responsabilidade de acondicionar estes objectos – múltiplas actividades e actores que integraram o processo de produção de conhecimentos sobre a vida no passado. Reflectindo o início da delimitação de fronteiras das várias áreas científicas também o painel «Cultures of eighteenth and nineteenth-century science and engineering»²⁴ divulgou casos de estudo como por exemplo o das diversas e desconhecidas personalidades locais da ilha de Wight (Inglaterra) que colaboravam na formação e funcionamento do laboratório e observatório de John Milne

²⁰ «A prática de campo geológica em Portugal: o caso dos Serviços Geológicos de Portugal durante o século XX (1910-1974)». Teresa Mota pertence ao Centro Inter-universitário de História da Ciência e da Tecnologia (Portugal).

²¹ «Narciso de Lacerda (1858-1913) - Entre a Poesia, a Astronomia e a Subsistência». Vitor Bonifácio pertence ao Departamento de Física da Universidade de Aveiro e ao Centro de Investigação “Didática e Tecnologia na Formação de Formadores” da mesma universidade.

²² Esta 24.ª edição decorreu na cidade de Manchester, entre os dias 21 e 28 de Julho de 2013. Acessível através do link <http://www.ichstm2013.com/programme/full-programme-abstracts.pdf>

²³ Organizado por Oliver Hochadel (Institució Milà I Fontanals, Espanha) e Caitlin Wylie (New Jersey Institute of Technology, EUA); ver ICHSTM (24th International Congress of the History of Science, Technology and Medicine – Manchester, 21-29 July 2013) Abstracts Book, 2013: 56-58.

²⁴ Ver ICHSTM Abstracts Book, 2013: 384-385.

(1850-1913), o famoso sismologista. O autor da comunicação, Patrick Not²⁵ destacou as figuras do construtor, do matemático, do comerciante e do tipógrafo cujo conhecimento adquirido junto de Milne permitiu a condução do laboratório durante os seis anos que se seguiram à morte do fundador. Também a nossa comunicação, inserida no painel «Science and Technology, museums in context»²⁶ divulgou o caso de um grande latifundiário português, António Paes da Silva Marques, cuja investigação local sobre sítios arqueológicos e a localização de materiais revertia para o plano académico e para a construção e divulgação de teorias sobre o processo de fabrico de materiais pré-históricos, como desenvolveremos no subcapítulo 4.10 *No santuário de Fontanus, sob a sua aquática protecção»: António Paes da Silva Marques – um focus de estudo, no Ervedal (Alto Alentejo)*.

Estas novas leituras sobre práticas científicas e os actores envolvidos na construção do conhecimento esteve também patente na programação da conferência da *European Society for The History of Science*²⁷ que decorreu em Lisboa em Setembro de 2014, onde um dos painéis foi exclusivamente dedicado às práticas científicas dos designados *amadores*: “Scientific practice in amateur research, c. 1850–1914: a study across disciplines”. Os organizadores, Johannes-Geert Hagmann²⁸ e Benjamin Mirwald²⁹ propuseram o debate sobre a participação destes actores na formação e ampliação do saber, atendendo a questões como o modo de construção e de adaptação dos conhecimentos científicos. Os participantes, de várias áreas científicas, introduziram na discussão elementos sobre traços específicos dessa investigação *amadora*: como o conteúdo da investigação que realizavam se relacionava com as pesquisas académicas, se agiam de forma autónoma ou eram explorados como recursos dos actores profissionais, como financiavam a sua pesquisa, quem integrava a sua rede de contactos, desde quando se formaram revistas destinadas a amadores, até que ponto se desenvolveu a sua cooperação a nível nacional, europeia e internacional, que papéis desempenharam, a educação e que formação tinham³⁰. Mike Buttoph³¹ trouxe à discussão o

²⁵ Investigador independente, Reino Unido.

²⁶ Ver ICHSTM Abstracts Book, 2013: 425-427.

²⁷ *6th International Conference of the European Society for the History of Science*, 4 a 6 de Setembro de 2014. O programa e os abstracts deste encontro não se encontram on-line à data de realização deste trabalho. O registo da sua organização encontra-se no *site* da European Society for the History of Science (<http://www.eshs.org/content/1369>) mas o link para o ‘conference website’ não está acessível (<http://eshs2014.ciuht.com/>).

²⁸ Curador de física, geofísica e geodesia e relações públicas do Deutsches Museum; PhD em Biofísica na École Normale Supérieure de Lyon e da Universidade de Hokkaido, Sapporo.

²⁹ Deutsches Museum.

³⁰ Proposta de painel disponível em <http://h-net.msu.edu/cgi-bin/logbrowse.pl?trx=vx&list=h-physicalsciences&month=1312&week=c&msg=n6cHmU0vCA6rZlQcGZqjlw&user=&pw=>

³¹ University College London - London's Global University (UCL)

caso dos *amadores* envolvidos na história da genética mendeliana, por exemplo. Os casos analisados evidenciaram a dificuldade em distinguir os *amadores* e os *profissionais* e, dado a profundidade do conhecimento de muitos actores, propôs-se que essa distinção poderia definir-se através da exclusividade da ocupação.

Embora compatibilizadas com esta distinção, a perspectiva que defendemos neste trabalho é contrária à importância da definição de fronteiras entre amadores e profissionais. Pretendemos salientar a cooperação entre os diferentes actores envolvidos no trabalho científico, actores que integraram diferentes mundos sociais mas que possuíram, como já mencionámos, interesses que se cruzavam. Sem os conhecimentos locais que permitem identificar estruturas e objectos nos campos, os conhecimentos científicos não ocorreriam. As colecções arqueológicas constituíram-se, e ainda se constituem, com base na conjugação de conhecimentos empíricos, adquiridos com o percorrer dos campos, com os conhecimentos teóricos que se formam a partir deles e das fontes de informação escritas.

Na história da arqueologia persiste porém a figura do *amador*, tradicionalmente associada ao papel dos antiquários, personagens que durante o século XIX seriam substituídos pelos futuros arqueólogos (Schnapp, 1993). Em França, vários projectos de investigação têm valorizado esta perspectiva, considerada uma passagem de testemunho, nomeadamente o projecto *Archives de L'Archeologie Européenne (AREA)*³². Para preservar documentos sobre as etapas constitutivas da história da arqueologia, o projecto *AREA* promoveu desde 1999 o estudo, a catalogação e conservação dos arquivos da disciplina, e organizou em 2009, na cidade de Paris, uma exposição que destacava o contributo dos antiquários na afirmação da arqueologia no sentido moderno do termo. Apesar de conferir superioridade epistemológica a uma das componentes do processo de construção do conhecimento este projecto disponibilizou *on-line*³³ uma importante base de dados com 400 entradas já disponíveis que incluem alguns dos mais importantes *antiquários* franceses, personalidades que se destacaram pelas suas publicações ou pelas suas práticas pedagógicas. Personagens que no nosso trabalho consideramos actores da construção do conhecimento.

Também a publicação *Antiquaires du Midi: Savoirs et memoires XVI^e-XIX^e* (2011), coordenada por Véronique Krings e Catherine Valenti, investigadoras da Universidade de

³² <http://www.area-archives.org/index.html>

³³ Através do *Dictionnaire critique des historiens de l'art actifs en France de la Révolution à la Première Guerre mondiale*, promovido pelo Institut National d'Histoire de l'Art (INHA): <http://www.inha.fr/fr/ressources/publications/dictionnaire-critique-des-historiens-de-l-art.html>

Toulouse, vai ao encontro da linha de investigação do projecto *AREA*. Os vários artigos, resultado de uma jornada de estudos no Musée de Saint Raymond de Toulouse, em Março de 2009, centram-se na importância do trabalho dos designados *antiquários*, no lugar que as suas antiguidades ocupam nos saberes e na imaginação colectiva, na visibilidade dos materiais que coleccionaram, na difusão que obtiveram os seus trabalhos, nas mudanças que se operaram na sua acção à medida que se instituía a arqueologia, a história da arte e a epigrafia. No seu conjunto esta obra evidencia as transformações que ocorrem nesta região de França relativamente ao coleccionismo arqueológico (Schnapp, 2010: 190).

A nossa perspectiva coincide com estes dois projectos franceses na medida em que também pretendemos destacar figuras pouco conhecidas, sendo a maioria quase totalmente anónima, contudo interpretamos de modo distinto as suas práticas. Consideramos os *antiquários* ou *amadores* como actores científicos, característicos de uma época, produtores de conhecimento que decorre da conjugação da acção com outros actores. Ou, dito de outra forma, encaramos a história da arqueologia com base nas práticas científicas de uma diversidade de actores que integravam o complexo processo de construção de conhecimento sobre o passado.

A História da Ciência tem vindo a aproximar as categorias de *amador* e *profissional* assinalando que, durante o século XIX e inícios do século XX, a ascensão dos *professionais*, instalados nas metrópoles, incluiu uma estratégia de desvalorização de um grupo de actores que passaram a ser encarados como inferiores, os *amadores*, geograficamente periféricos (Desmond, 2001: 14). Consideramos tal como refere Morgan Meyer: «Amateurs have less time, professionals have more time, to do science» (Meyer, 2008: 40). Assumindo o significado contemporâneo de *amadores* e *professionais*, Meyer analisou as diferenças e conexões entre estas duas categorias de pessoas que colaboram actualmente com o Museu de História Natural da capital do Luxemburgo e verificou que frequentemente executavam as mesmas tarefas. A diferença residia efectivamente no tempo que lhe podiam dedicar. Embora atendendo a um período diferente, no nosso trabalho encontramos paralelos com o estudo efectuado no museu do Luxemburgo em pleno século XXI. No período que analisámos, de 1850 a 1930, os actores que se destacaram no campo da investigação arqueológica dedicavam-se a tempo inteiro. Beneficiando de fortuna própria ou de contratação governamental, criaram museus, publicaram os seus estudos e constituem, actualmente, os *protagonistas* da historiografia. Mas muitas outras personalidades, espalhadas pelo território,

desenvolveram os mesmos interesses, leram a mesma bibliografia especializada portuguesa e estrangeira, efectuaram escavações arqueológicas, alguns divulgaram localmente os seus trabalhos de investigação, formaram colecções e museus particulares, estudaram os objectos e parte deles também publicou alguns estudos, práticas de que puderam beneficiar os *protagonistas*, como verificaremos nos capítulos seguintes.

Nesta tese abordamos as práticas arqueológicas dos vários actores tendo em consideração que é efectivamente o aparecimento do estatuto de *profissional* que requer a invenção do *amadorismo*, tal como é defendido por Brian Taylor. Este autor considera que a história da arqueologia deveria ser apresentada como possuindo um desenvolvimento circular e não um modo linear de evolução do *amador* para o *profissional* (Taylor, 1995: 507). Uma visão identicamente defendida pelo autor atrás referenciado Adrian Desmond que relembra que a categoria *amador* ganhou sentido na Inglaterra de meados do século XIX para justificar o desigual contributo daqueles que se auto-intitulavam *profissionais* (Desmond, 2001). Também Samuel Alberti destaca a importância de se considerar a ciência como um empreendimento cooperativo, colectivo e com uma estrutura transnacional onde circulam objectos, imagens e informações que para serem desenvolvidos exigem um grupo de agentes com diferentes graus de intervenção. Características que foram sendo camufladas pela progressiva profissionalização das ciências (Alberti, 2001).

No âmbito da *history of collecting science* (Kohler, 2013: 2), o nosso trabalho abrange os diferentes contextos sociais que integram a formação e a produção de conhecimento com base em colecções arqueológicas formadas em múltiplas localidades portuguesas. Como defende Robert Kohler, atender a essas práticas de coleccionismo científico poderá fornecer um grande plano dos pequenos mundos de prática científica (Kohler, 2007: 433) e o contributo das várias personalidades que os integram. Interessa-nos aprofundar o conhecimento sobre essas personalidades – proprietários, curiosos, coleccionadores e informadores – que estavam também envolvidos na construção do conhecimento sobre o passado, numa época em que as práticas colecionistas identificaram os arqueólogos como cientistas, em vez de *connaisseurs*, comerciantes e salteadores (Kohler, 2007: 442).

O coleccionismo ganhou reconhecimento no âmbito da História das Ciências durante a década de 1980 (Bennet, 2005). Anteriormente muito apoiada na centralidade dos textos, esta área de investigação em História das Ciências dava pouco destaque aos objectos como fontes primárias de pesquisa, negligenciando as perspectivas que estes poderiam abrir sobre

narrativas locais e globais de produção de conhecimento (Lourenço & Gessner, 2014: 727). Um evento marcante foi o simpósio que celebrou o tricentenário do Ashmolean Museum, em 1983. Os seus organizadores convocaram a participação dos historiadores da ciência para evidenciar que os museus, as suas colecções, os objectos que as compõem reflectem a ordem social e intelectual do seu tempo e evidenciam práticas científicas e os seus contextos. Decorrentes da publicação das actas deste encontro (Impey & MacGregor, 1985) e da fundação do *Journal of the History of Collections* (1985) surgiram numerosos artigos, livros e exposições evidenciando as possíveis abordagens relativamente aos museus e aos seus objectos pelos historiadores da ciência. Abordagens que procuram compreender o significado das investigações desenvolvidas no passado através da reconstrução dos processos de coleccionar, de exhibir e organizar.

Todavia, apesar de ter existido um investimento no estudo desta prática científica, nos processos de construção do conhecimento e nas práticas comunitárias de transmitir e fazer circular o conhecimento, Robert Kohler (2007) registou que era ainda pouco conhecida a prática do coleccionismo. O autor justificou que esta desvalorização dos processos de formação das colecções científicas – no âmbito da História das Ciências – está relacionada com o tradicional entendimento do coleccionismo como uma actividade exercida pelos naturalistas antes de se tornarem cientistas e construírem laboratórios e jardins, aprenderem a experimentar, medir e modelar. Nesta visão tradicional, o coleccionismo assumia assim um carácter recreativo, uma rotina preliminar à empresa científica de manipular, analisar os factos e construir teorias.

Tais visões dificultavam o conhecimento sobre a forma como os cientistas colecionavam e manejavam os objectos. Contudo vários trabalhos recentes têm vindo a conferir maior visibilidade a agentes e colecções, aos conhecimentos e ideias até agora não mencionados ou relegados para as margens, nomeadamente às interacções que criaram museus e colecções. Veja-se por exemplo como a investigação *Knowing Things: Exploring The Collections at the Pitt Rivers Museum* (Gosden & Larson, 2007) dedicou um conjunto de ensaios às colecções e colectores do museu ao invés de uma história abrangente da instituição. Valorizando os objectos e os processos de constituição das colecções, nesta obra salienta-se que «The Museum is not an enclosed container for inert objects—it is a launching place for anthropological adventures into the past and, indeed, the future. To study a

museum is to study an endless, endlessly shifting, assortment of people and things. Its possibilities are infinite» (Gosden & Larson, 2007: 6).

Também na publicação *Unpacking the Collection: Networks of Material and Social Agency in the Museum* (Byrne *et al.*, 2011) encontramos a mesma concepção de entendimento dos museus como «not merely as *material* assemblages but also *social* collections». Considera-se que existem vários tipos de *agency*³⁴ expressa dentro dos complexos processos de longo prazo que contribuem para a formação de colecções museológicas. A mencionada *agency* é exercida pelos colectores, pelos intermediários, comerciantes ou casas de leilão, pelos museus e pelos seus curadores e também pelo público que visita, observa, aprende, difunde imagens do objecto, comunica ou contesta o conhecimento veiculado (Byrne *et al.*, 2011: 7). Nesta edição dedicada à ampla gama de práticas envolvidas na formação das colecções etnográficas desconsideram-se hierarquias e valoriza-se um plano nivelado das práticas sociais onde as coisas materiais são interpretadas e usadas por diferentes agentes em diferentes situações. Tal como nesta investigação também o nosso trabalho dedicado à história das colecções arqueológicas encontra vantagens numa abordagem das práticas sociais de forma não hierárquica. Atendendo a esta perspectiva, acções e actores antes não valorizados ganham reconhecimento enquanto participantes nos processos de formação de colecções, seja na sua participação na transformação de artefactos arqueológicos em mercadorias, através do comércio, ou nesses mesmos artefactos em objectos científicos através da integração em colecções e museus.

Tal como nas histórias das colecções etnográficas também nas histórias das colecções arqueológicas a intervenção de parte dos actores envolvidos ficou frequentemente subvalorizada. Para identificar estes actores e perceber as suas práticas é necessário identificar e considerar os detalhes, que se encontram, por vezes, nas mesmas fontes utilizadas pela historiografia tradicional centrada nas disciplinas, instituições e personagens enformados pela construção da nação. É atendendo aos detalhes e à descrição densa que se encontra, como sugere Irina Podgorny (2014), a gama de complexidades que define a dinâmica da construção do conhecimento. Na obra editada por Miruna Achim e Irina Podgorny em 2014 – *Museos al detalle. Colecciones, antigüedades e historia natural, 1790-*

³⁴ Conceito que poderemos traduzir como acção/influência sobre os objectos.

1870 – valorizam-se precisamente os pormenores para conferir visibilidade a novos assuntos relacionados com o coleccionismo e a exibição de objectos de história natural e antiguidades.

Tal como salienta Stefanie Gänger (2014: 21-22), nas últimas décadas surgiram vários estudos sobre a relação entre ideologia e arqueologia e outras investigações dedicaram-se a estudar a disciplina em contextos nacionalistas, colonialistas, imperialistas e pós-colonialistas. Nesta linha de investigações consideram-se os contextos sócio-políticos da investigação arqueológica (Trigger, 1989), a forma como o nacionalismo contribuiu para o desenvolvimento da disciplina e como a própria arqueologia foi utilizada para construir sentimentos de pertença³⁵. Alguns historiadores salientaram o seu desenvolvimento em contextos coloniais e imperiais³⁶ e outros a apropriação dos discursos arqueológicos pelos movimentos nacionalistas pós-coloniais³⁷. Se os estudos históricos da ciência têm valorizado as histórias de sucesso e a forma como a ciência e os estados tem estabelecido relações produtivas, Stefanie Gänger destaca que o conhecimento e as colecções de antiguidades constituídos por antiquários e arqueólogos na América do Sul têm sido largamente ignorados, tal como acontece em Portugal com o movimento de colecionadores particulares e outros actores que também contribuíram para o desenvolvimento de colecções, museus e conhecimento.

Nesta tese vamos também ao encontro dos vários trabalhos que ultimamente têm sido dedicados às colecções científicas, às suas representações, às relações comerciais e práticas de campo (Lopes & Heizer: 2011) num período em que as colecções vão progressivamente definindo fronteiras e deixando de constituir os espaços fluídos decorrentes da ausência de obrigações disciplinares e baseados nas práticas e discursos resultantes de formações profissionais diversas – engenheiros, linguistas, médicos, advogados... Estes actores encontravam em manuais de história natural, nos textos dos autores clássicos e em notícias e artigos de periódicos as palavras certas para descrever os objectos, as convenções de organização de colecções e as práticas para recuperar os seus

³⁵ Margarita Díaz-Andreu e Timothy Champion (1996) – «Nationalism and Archaeology in Europe: An Introduction», in Kohl, Philip, and Fawcett, Claire (eds.), *Nationalism and Archaeology in Europe*. London: UCL Press; Philip Kohl (1998) - «Nationalism and Archaeology: On the Constructions of Nations and the Reconstructions of the Remote Past». *Annual Review of Anthropology*, 27; p. 223-246.

³⁶ Henrika Kuklick (1991) - «Contested Monuments. The Politics of Archaeology in Southern Africa». In STOCKING, George W. (ed.), *Colonial Situations. Essays of the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. London: University of Wisconsin Press. p. 135-169.

³⁷ Donald Malcolm Reid (2002) – *Whose Pharaohs? Archaeology, Museums, and Egyptian National Identity from Napoleon to World War I*. Berkeley: University of California Press.

artefactos de estudo (Gänger *et al.*, 2014: 6). Tal como na realidade americana descrita na publicação *Nature and Antiquities: the making of archaeology in the Americas* (Kohl *et al.*, 2014), também em Portugal se verifica que os governos nacionais são por vezes incapazes e por outras vezes não invocados para providenciar fundos e definições para o exercício das práticas arqueológicas. Essas práticas decorriam de modo informal, desenvolvidas por indivíduos com tempo livre e mais ou menos desafogo económico. Eram os seus recursos particulares que financiavam os estudos, as escavações, as colecções e as exposições de objectos nas próprias residências. A acção governamental constituía apenas um aspecto de um cenário histórico mais amplo – um cenário que abrangia, como referem os autores de *Nature and Antiquities*, a experiência pessoal e profissional dos protagonistas dessas práticas, as modas intelectuais e as convenções sociais da época (Kohl *et al.*, 2014: 9).

Como temos vindo a salientar, na historiografia da arqueologia em Portugal o *focus* tem sido maioritariamente colocado nos momentos chave da história dos museus, na obra científica dos seus instituidores ou na filosofia de gestão das instituições. Trabalhos que surgem sobretudo em edições comemorativas ou nas revistas especializadas em arqueologia. A criação da *Sociedade Archeologica Lusitana*, em 1850, o trabalho de Carlos Ribeiro (1813-1882) ao serviço da Comissão Geológica do Reino (1857), são parte dos temas abordados pela historiografia que os considera como os dois grandes actos fundadores da arqueologia portuguesa (Fabião, 1989: 11). Tem sido igualmente valorizado o papel do Museu Nacional de Arqueologia, criado em 1893, e o seu instituidor, José Leite de Vasconcelos, constitui a referência maior do desenvolvimento da arqueologia em Portugal. A criação do Museu do Carmo (1864) e o percurso do principal dinamizador, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), a trajectória de Estácio da Veiga, considerado identicamente um dos primeiros arqueólogos portugueses, têm sido também objecto de investigação, bem como o percurso de Francisco Martins Sarmiento e de Francisco Tavares Proença Júnior.

Assim, no âmbito de uma historiografia essencialmente centrada no resgate da memória de personalidades e instituições de um considerado *período de ouro*³⁸, pensamos que cabe ainda mencionar mais uma vez, enformados pelos objectivos desta tese, o contexto e respectivo impacto da realização em Portugal da IX sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica no ano de 1880, a que estão associadas a formação de colecções arqueológicas

³⁸ Ver Francisco de Sande Lemos (1987) - «As Três Idades da Arqueologia Portuguesa». *Forum*, 2, Braga, pp. 5-12. JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira (1995) – «Theoretical Underpinnings of the Portuguese Archaeology in the Twentieth Century». In UCKO, Peter J. (ed.) – *Theory in Archaeology. A world perspective*. London; New York: Routledge, p. 251-263.

fundamentais para a institucionalização da arqueologia em Portugal. Como consequência da organização desta reunião internacional, Carlos Ribeiro e Nery Delgado terão conseguido recursos «para equipar e abrir a sala onde ainda hoje se encontram depositadas e expostas» as colecções dos serviços geológicos, no edifício da Academia das Ciências de Lisboa (Brandão, 2010: 170). Este espaço museológico, actualmente denominado Museu Geológico, ainda hoje exhibe parte da colecção original de artefactos pré-históricos e os equipamentos museológicos que os congressistas puderam apreciar na visita que fizeram à colecção em 1880 (Ilustração 1).

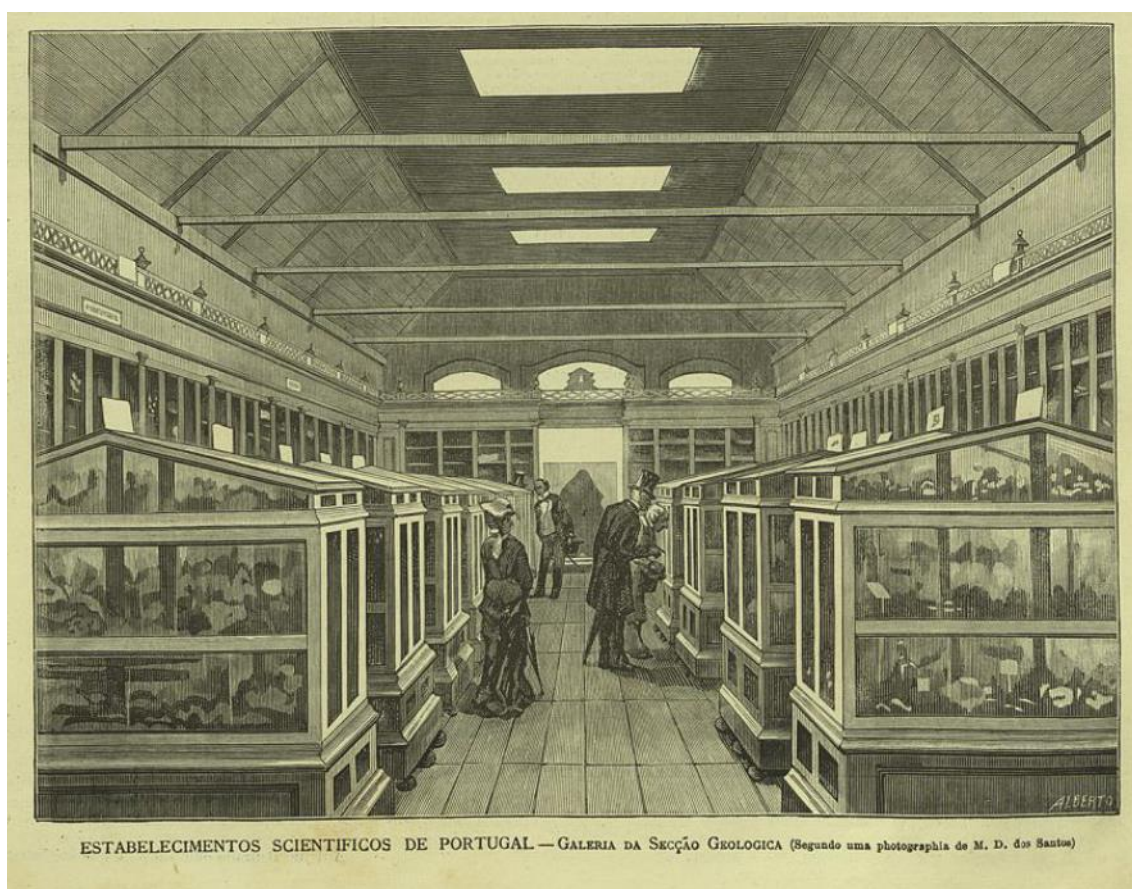


Ilustração 1 – «Galeria da Secção Geológica», em 1880.

Exposição criada na Academia das Ciências de Lisboa pela Comissão Geológica do Reino (*Occidente*, 100, 1 Outubro de 1881)

Também o *Museu Archeologico do Algarve* foi propositadamente preparado, com um considerável dispêndio de recursos financeiros, para ser inaugurado no âmbito do programa social e científico da IX sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica. Foi aberto no dia 26 de Setembro de 1880 na Academia Real de Belas Artes de Lisboa precisamente com a visita dos congressistas. O congresso obteve uma grande difusão nos periódicos da época e, juntamente com estes dois novos espaços museológicos criados na

cidade de Lisboa, deverá ter sido suscitador do interesse científico pela pré-história e pela arqueologia e da conseqüente criação de múltiplas colecções arqueológicas.

O contexto de formação destas colecções enquadra-se num largo período de estabilidade política e pacificação social, que posteriormente à guerra civil (1834) e fundamentalmente à Regeneração (1851) favoreceu a consolidação da administração do Estado Liberal e a dinâmica de modernização institucional. Apesar do crescimento económico verificado com o fim da guerra civil, a implementação de uma dinâmica de modernização socioeconómica na segunda metade do século não permitiu vencer os atrasos estruturais do país, com uma fraca industrialização e uma agricultura pouco produtiva. Embora com uma percentagem numérica limitada face ao total da população, verificava-se um domínio da classe média, onde era recrutada a elite política e administrativa, impondo os seus valores, formas de sociabilidade e estilos de vida. No geral essencialmente composta por famílias rurais, apenas 20% da população era alfabetizada em 1878. Neste contexto, a par das transformações sociais e políticas, as elites intelectuais e artísticas tiveram alguma dificuldade no fomento da alfabetização e em fazer valer os seus valores laicos junto dos camponeses, muito apegados a ciclos agrícolas e a rotinas religiosas. A historiografia mais recente considera que a revolução liberal abriu caminho a uma profunda transformação cultural, com «um lento mas contínuo crescimento da rede escolar, o desenvolvimento da administração, do emprego público e do associativismo, a difusão do livro, das bibliotecas e da imprensa, o acesso mais generalizado a bens de consumo e a serviços» que «consolidou e expandiu a esfera pública burguesa» (Almeida, 2013: 28).

Foi assim no âmbito dos novos consumos e práticas culturais que se difundiu o interesse pelos vestígios da antiguidade, em parte através das páginas da produção jornalística que se intensificou a partir de 1850, divulgando eventos determinantes como a realização das Exposições Universais. A historiografia tem vindo a evidenciar a ligação entre exposições e a criação de diferentes tipos de museus e colecções (Matos *et al.*, 2010; Souto, 2011).

A apetência cultural pelos temas científicos que se verifica em Portugal ao longo do século XIX (Nunes, 2004) vai reflectir-se também no âmbito das publicações de arqueologia. A cada instituição ou núcleo de sociabilidade científica organizada vai corresponder uma publicação, que irá veicular, como refere Fátima Nunes, o que essa «comunidade científica pensava/inovava, divulgava, estabelecia contactos com a internacionalização dos saberes e a

mundialização da Ciência, particularmente relevante num país de produção científica considerada periférica, como é o caso de Portugal num contexto ibérico» (2004: 799). A *Sociedade Archeologica Lusitana* (1850) irá assim publicar os seus *Annaes* (1851), a Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses irá dar início à sua revista, na sua primeira série designada *Revista de Architectura e de Construção* (1865-1867) assumindo com as séries seguintes outras designações (actualmente possui a designação *Arqueologia e História*). Também o Instituto de Coimbra (1852) irá criar o seu jornal, *O Instituto* (1852-1981), a Sociedade Martins Sarmento (1881) instituirá a *Revista de Guimarães* (1883-), o Museu Etnológico Português (1893) dará início à publicação de *O Archeologo Português* (1895-) e Francisco Tavares Proença Júnior criará também, na sequência da inauguração do seu museu em Castelo Branco (1910), a revista *Materiais: para o estudo das antiguidades Portuguesas* (1910).

Mas a arqueologia foi progressivamente tendo lugar em jornais locais e jornais e revistas generalistas. Ainda na primeira metade do século XIX, *O Panorama: Jornal literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (1837-1868) divulgava entre uma maioria de textos consagrados à divulgação das Ciências Naturais, Geografia, Economia, Literatura, e outros de índole técnica e científica, alguns escritos sobre monumentos estrangeiros, como os textos sobre o «Obelisco de Luq̄sor» (1837), o «Túmulo de Cyro» (1853), as «Ruínas de Balbek» (1855)³⁹ ou sobre arqueologia e antiguidades portuguesas, que compreendia, mais do que a arqueologia no sentido que lhe atribuímos nos nossos dias, uma componente de história, com a divulgação de documentos e de factos sobre a vila de Arraiolos (1854), por exemplo⁴⁰. Na *Revista Universal Lisbonense: Jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa* (1841-1853)⁴¹ divulgavam-se, em 1843, com o título de «Antigualhas Fosseis» a descoberta e a venda de um conjunto de moedas romanas e de um argolão de ouro em Santa Comba (Viseu)⁴² e com o título «Emigração de Antigualhas Portuguesas» (1843) alertava-se para a compra por um

³⁹ «Obelisco de Luq̄sor» (Vol. I, 1.ª e 1.ª série, 28 Out. 1837), «Pérsia-Tumulo de Cyro» (Vol. X, 2.ª e 3.ª série, 17 Dez. 1853), «Ruínas de Balbek» (Vol. XII, 4.ª da 3.ª série, 19 Mai. 1855).

⁴⁰ «Archeologia Portuguesa: Memórias da Vila de Arraiolos» por Cunha Rivara (Vol. XI, 3.ª da 3.ª série, 16 artigos publicados durante o anos de 1854); «Antiguidades de Santarém» (Vol. XI, 3.ª da 3.ª série, 19 Ago. 1854).

⁴¹ Os seus índices rementem para artigos sobre arqueologia, antiguidades, antiqualhas fósseis.

⁴² As moedas romanas foram vendidas a 120 reis cada e o argolão de ouro terá sido negociado na feira S. Bartolomeu, em Trancoso, por «tinta e tantas moedas»; *Revista Universal Lisbonense* (Vol. III, série I, n.º 7, 5 Out. 1843: 81-82).

estrangeiro de um antigo portal de cantaria de uma casa junto ao mosteiro da Batalha⁴³. Com regularidade eram também divulgados neste periódico factos das práticas arqueológicas estrangeiras como a descoberta da entrada da cidadela ateniense no artigo «Antiguidades Gregas»⁴⁴. Criado após a Regeneração, o *Archivo Pitoresco: Semanário Ilustrado* (1857-1868) apresenta com mais frequência notícias sobre vestígios da antiguidade. Nas suas páginas podemos encontrar informação sobre as «Inscrições Romanas» encontradas na vila de Alenquer⁴⁵, «Apontamentos Archeologicos» sobre as ruínas da Aramenha e os vestígios de Medóbriga⁴⁶, algumas notícias sobre a actividade da *Sociedade Archeologica Lusitana*⁴⁷, as antiguidades «fenícias ou lusitanas», romanas e árabes da cidade de Lisboa⁴⁸, ou «Inscrições romanas da Travessa do Almada»⁴⁹. A revista *Occidente* (1878-1915), com artigos bastante diversificados, iria reflectir a progressiva institucionalização da arqueologia em Portugal dando destaque aos trabalhos promovidos pela Comissão Geológica do Reino⁵⁰, pela iniciativa governamental de levantamento arqueológico na região do Algarve⁵¹, à criação do *Museu Archeologico do Algarve*⁵², à iniciativa particular de Martins Sarmiento⁵³ e à realização em Portugal do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica⁵⁴.

Todas estas notícias veiculadas pelos periódicos portugueses, reflectindo, como referimos, as modas intelectuais e as convenções sociais da época, vão motivar o interesse pelas antiguidades e veicular a criação de colecções, museus particulares e outras tantas notícias em periódicos locais, regionais e nacionais. Contudo a produção historiográfica sobre estas práticas cinge-se, com algumas excepções, ao conjunto limitado de actores que atrás referenciámos.

⁴³ *Revista Universal Lisbonense*, Vol. III, série I, n.º 4, 14 Set. 1843: 45.

⁴⁴ «Antiguidades Gregas» *Revista Universal Lisbonense*, Vol. V, série II, n.º 1, 15 Jul. 1852: 12.

⁴⁵ *Archivo Pitoresco*, 2.º Ano, n.º 3, Jul. 1858: 24.

⁴⁶ Artigo assinado por R. de Gusmão, *Archivo Pitoresco*, Ano 4.º, n.º 50, 1861: 394.

⁴⁷ «Setúbal: adereços de mulher achados nas escavações de Troya», *Archivo Pitoresco*, 4.º Ano, n.º 5, 1861: 38-40, «Inscrição achada nas ruínas de Cetóbrica», *Archivo Pitoresco*, 6.º Ano, n.º 10, 1863: 80.

⁴⁸ «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa: Antiguidades (Phenicias ou Lusitanas, Romanas, Arabes)», artigo de I. de Vilhena Barbosa, Ano 5.º, n.º 40, 1862: 317-318.

⁴⁹ Artigo de I. Vilhena de Barbosa, *Archivo Pitoresco*, 7.º Ano, n.º 4, 1864: 30-31.

⁵⁰ Artigo de R., «Secção Geológica: Estabelecimentos científicos de Portugal». 4.º ano, Vol. IV, n.º 100, 1 Out. 1881: 219; continua no n.º 101: 227.

⁵¹ Artigo de Brito Rebello, «Antiguidades do Algarve: Monumento do Milreu». *Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*. Vol. 4, n.º 96. p. 189-190; s/a «Antiguidades do Algarve», n.º 138, 21 Out. 1882: 238;

⁵² «Congressos Anthropologico e Litterario: trabalhos dos congressos, O Museu Archeologico do Algarve». *Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 4.º Ano, Vol. IV, n.º 95, 1881: 182.

⁵³ Artigo assinado por R. «Congressos Anthropologico e Litterario: trabalhos dos congressos», Vol. 4, n.º 96. p. 190-191.

⁵⁴ Artigo assinado por R. «Congressos Anthropologico e Litterario: trabalhos dos congressos», Vol. 4, n.º 97. p. 190-191; continua no Vol. 4, n.º 98. Pp. 206-207, 4.º ano, Vol. IV, n.º 100, 1 Out. 1881: 221- 222.

Uma dessas excepções diz respeito ao projecto de investigação sobre a prática da geologia em Portugal durante os séculos XIX e XX, onde foi destacado o papel dos colectores das comissões e serviços geológicos. Personalidades com um grau diminuto de instrução que no campo auxiliavam os técnicos na recolha de fósseis, peças arqueológicas, rochas e minerais e no gabinete organizavam as colecções (Carneiro, 2005; Carneiro *et al.*, 2013: 139-159). Francisco Sande Lemos constitui uma outra excepção ao destacar a importância de várias personalidades das regiões do Minho e Trás-os-Montes como elementos da rede de comunicação que José Leite de Vasconcelos estabeleceu no Norte de Portugal (Lemos, 2001; Lemos & Nunes, 2008). Em 2010 foi defendida na Universidade de Évora uma dissertação centrada no estudo do epistolário de José Leite de Vasconcelos e nos seus informantes da região alentejana. A autora destaca o determinante apoio concedido ao director do Museu Nacional de Arqueologia, a importância desses informadores para a identificação de locais arqueológicos e enquanto provedores de materiais para as colecções da emergente instituição museológica (Serras, 2010).

Nesta nossa tese, influenciada pelos recentes desenvolvimentos no âmbito do estudo dos museus e das suas colecções e desenvolvida no âmbito de uma agenda de investigação em história e comunicação da ciência, não utilizaremos a categoria de *amadores* empregue por Martinha Serras para designar as práticas dos informadores da região alentejana. Tal como consideramos que os actores abordados por Francisco Sande Lemos constituíam, frequentemente, mais do que meros «colaboradores», «correspondentes» ou «solícitos curiosos» que coadjuvam o director do museu de Lisboa. Paralelamente à acção de José Leite de Vasconcelos, e antes deste médico natural de Ucanha se entusiasmar pelas práticas arqueológicas, muitos outros actores desenvolviam colecções, estudavam os textos clássicos, promoviam escavações, possuíam museus particulares e alguns redigiam memórias sobre as antiguidades e história local.

Investigar as práticas arqueológicas desenvolvidas em Portugal no período em análise, 1850-1930, implica considerar as memórias desses actores sobre a nação portuguesa e o seu passado (Nunes, 2005; Matos, 1998). Eles contribuíram para a estruturação da consciência nacional sob o signo de influências teóricas e preocupações que oscilavam entre valorização das localidades, a defesa da identidade e a sistematização da multiplicidade e riqueza cultural do país (Leal, 2006). Um processo decorrente de uma época em que se assistiu à profissionalização da arqueologia e ao desenvolvimento dos museus e universidades,

instituições centradas na mencionada consolidação da identidade nacionalista e colonialista (Diaz-Andreu, 2007; Bennet, 2004), bem como à afirmação de instituições como a Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e, algumas décadas depois, ao Museu Etnográfico/Etnológico Português. Organismos que exerceram um importante papel na salvaguarda do património sensibilizando a sociedade portuguesa para a relevância do conhecimento do passado e da fixação desse mesmo conhecimento (Martins, 2005; Raposo, 2007).

A temática que desenvolvemos nesta tese implica considerar também a história do coleccionismo, desde os «gabinetes de curiosidades» renascentistas (Impey & Macgregor, 1985), ao preponderante papel do coleccionador no século XVIII e aos diversos tipos de coleccionismo públicos ou privados referenciados na história da museologia⁵⁵. No contexto da arqueologia teremos que considerar a importância dos trabalhos de levantamento geológico do país⁵⁶ que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da mencionada disciplina em Portugal no século XIX⁵⁷. A importância de colecções privadas na época em questão foi já abordada por diversos autores⁵⁸ no entanto, no caso português, são reduzidas as referências

⁵⁵ Krzysztof Pomian e Annie-France Laurens (1992) – *L’Anticomanie. Les collections d’antiquités aux XVIII^{ème} et XIX^{ème} siècles*. Paris, Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales; Maria Bolanos (1997) – *História dos Museos en España*. Gijón: Ediciones Trea, S. L.; Susan M. Pearce (1995) - *Interpreting Objects and Collections*. Routledge; PEARCE, Susan; et al., eds. (2000-2002) - *The collector’s voice: critical readings in the practice of collecting*. Aldershot: Ashgate, Vols 2 e 3; João Carlos Brigola (2003) – *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia; Cristina Pimentel (2005) – *O Sistema Museológico Português (1883-1991): Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Dominique Poulot (2005) – *Une histoire des musées de France*. Paris, La Découverte, collection “L’espace de l’histoire”.

⁵⁶ Vanda Leitão (2005) – *Assentar a Primeira Pedra: as primeiras Comissões Geológicas portuguesas (1848-1868)*. Tese de Mestrado, FCT-UNL; José Manuel Brandão (1999) – «As colecções arqueológicas do Instituto Geológico e Mineiro». *O Arqueólogo Português*, 17; p. 111-122; V. S. Gonçalves (1993) – «O Congresso Internacional de 1880». In Medina, J.; Gonçalves, V. S. (dir.) – *História de Portugal*. Amadora: Ediclube, vol. I; p. 99-108.

⁵⁷ Cf. Francisco de Sande Lemos (1989) – «Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais». *Forum*, 5; p. 91-106; Carlos Fabião (1999) – «Um século de arqueologia em Portugal». *Al-Madan*, 8; p. 104-126; João Luís Cardoso (2002) - *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo; João Luís Cardoso; Alexandra Gradim (2004) – «Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim». *O Arqueólogo Português*, 22; p. 67-112; Luís Raposo (2006) – «José Leite de Vasconcelos e o conceito de ‘Museu do Homem Português’ em discurso directo». *Tarouca e Cister. Homenagem a Leite de Vasconcelos: Actas*. Tarouca: Câmara Municipal. p. 5-18; Miguel de Magalhães Ramalho (Coord.) (2008) – *Nery Delgado (1835-1908): Geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico, Inst. Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação, I. P., Centro de História e Filosofia da Ciência – FCT, UNL; José Manuel Brandão (2010) – «Museu geológico: lugar de memórias históricas e científicas». *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Porto, Volume 1, p. 163-174.

⁵⁸ Vejam-se os seguintes exemplos: Clemens Lichter (2016) - «Collections and decorations: An original approach to the dissemination of prehistoric collections in Germany in the nineteenth century». *Journal of the History of collections*, October 24; Bonnie Effros (2012) – «‘Elle pensait comme un homme et sentait comme une femme’: Hortense Lacroix Cornu (1809-1875) and the Musée des antiquités nationales de Saint-Germain-en-Laye». *Journal of the History of Collections*, 24; p. 25-43. Gabriela Petkova-Campbell (2010) – «Nineteenth-century Bulgarian private collections». *Journal of the History of collections*, 2; p. 245-255; Maria Alejandra Pupio (2011) – «Coleccionistas, aficionados y arqueólogos en la conformación de las colecciones arqueológicas del Museo de La Plata, Argentina (1930-1950)» In M. M. Lopes e A. Heizer (Ed.) – *Coleccionismo, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB; p. 269-280; Irina Podgorny (2002) – *El Argentino Despertar*

relativamente à importância de uma prática comum entre os sectores médios do mundo burguês, onde era frequente o interesse pelo passado e a prática do colecionismo.

A História da Ciência em Portugal, onde se enquadra este estudo, é um campo de análise que tem vindo nos últimos anos a conhecer novos contributos e interpretações, susceptíveis quer de aprofundar o conhecimento da relação existente entre cientismo e práticas culturais e científicas, quer de refutar perspectivas historiográficas referentes ao isolacionismo nacional (Fitas *et al.*, 2008). Neste âmbito, investigações sobre a disseminação do conhecimento científico, sobre a relação entre a ciência e o público, e o papel dos museus e do periodismo científico enquanto veículos materiais de comunicação da ciência têm vindo a público em Portugal (Delicado, 2009; Nunes, 2005, 2011, 2012, 2013).

A dimensão local de produção de conhecimento, um aspecto que ressaltamos nesta tese, é uma das linhas de investigação que rege a publicação *HoST - Journal of History of Science and Technology*, uma revista internacional *on-line*, dedicada à História da Ciência e da Tecnologia e editada em Lisboa por um grupo de historiadores portugueses de ciência e tecnologia que pretendem projectar e integrar a investigação realizada em Portugal. Os membros do seu conselho editorial, os autores e temas que esta publicação tem discutido – «The Circulation of Science and Technology» (2007), «The Fascistization of Science» (2009), «For scientists, for students or for the public?» (2010), «‘Moved’ Natural Objects – ‘Spaces in Between’» (2012), «Communicating Science, Technology and Medicine» (2012), «The Polytechnic Experience in the Nineteenth-Century Iberian Peninsula» (2013), «Moving Localities» (2013), «The Critique of Science» (2014), «Gender, Collecting Practices, Museums» (2016) – representam as agendas dos investigadores e dos centros de investigação que em Portugal se dedicam a esta área de estudos⁵⁹.

A história das colecções e do colecionismo tem igualmente suscitado o interesse de vários investigadores em Portugal⁶⁰. Nesse âmbito tem sido publicados vários estudos e mais

de las Faunas y de las Gentes Prehistóricas: Coleccionistas, estudiosos, museos y universidad en la creación del patrimonio paleontológico y arqueológico nacional (1875-1913). Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires/Libros del Rojas.

⁵⁹ Referimo-nos ao Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Lisboa, ao Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) da Universidade de Évora, integrado no Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa (Grupo Ciência) bem como a vários investigadores de outras universidades, institutos e centros de investigação.

⁶⁰ Marta C. Lourenço (2015) – «Scientific collections, museums and heritage: Creating connections and engaging society through history. *Sartoniana*», 28; p. 109-128; Marta C. Lourenço e Ana Carneiro (eds) (2009) – *Spaces, Collections and Archives in the History of Science: The Laboratorio Chimico Ouverture*. Museum of Science of the University of Lisbon; Marta C. Lourenço (2005) - *Entre deux mondes: La spécificité et le rôle contemporain des collections et musées des universités en Europe*. Thèse de doctorat Histoire des Techniques, Muséologie. Conservatoire National des Arts et Métiers, École doctorale technologique et professionnelle, Paris; David Felismino (2014) – Saberes, Natureza & Poder. Colecções científicas da antiga

recentemente foi organizado pelo Museu Nacional de História Natural e da Ciência um primeiro seminário exclusivamente dedicado a este emergente campo historiográfico: / *Seminário História de Coleções - Investigação recente e novos olhares*⁶¹. Investigar a história das coleções, como foi salientado pela organização deste encontro dedicado às coleções do próprio Museu Nacional de História Natural e da Ciência, contribui para um maior conhecimento da história e desenvolvimento das disciplinas, das práticas científicas associados à recolha de objectos, da circulação desses mesmos objectos, conhecimento e documentação entre pessoas, instituições e países. Permite-nos igualmente ilustrar as práticas comerciais associadas à produção de conhecimento e contribuir para o conhecimento da história intelectual, social e política.

É neste contexto que procuramos entender como as várias gerações de actores que nos antecederam contribuíram para o avanço da sociedade, neste caso para o conhecimento da história através dos vestígios arqueológicos.

Casa Real portuguesa. Lisboa, Museus da Universidade de Lisboa. Lisboa: Almedina; Marta Lourenço e David Felismino (2013) – «Between Teaching and Collecting: The Lost Cabinet of Physics of Princes José and João of Portugal (1777–1808)». Jim Bennett & Sofia Talas (eds), *Making Science Public in 18th-Century Europe: the Role of Cabinets of Experimental Philosophy*. Brill, p. 137-153; Catarina Pires e Gilberto Pereira (2010) - «O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: Valorização de um património científico secular». Marcus Granato e Marta Lourenço (org.) - *Coleções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*. Rio de Janeiro: Mast; Inês Gomes (2016) - «The natural history collection at the Lisbon Military College: Tracing the history of a teaching collection. *Journal of the History of Collections*, 20; Catarina Madruga (2010) – «The Zoological Collections of the Museu de Lisboa and the Networks of Scientific Correspondence and Exchange (1858-1898)». Antoni Roca-Rosell (ed.), *The Circulation of Science and Technology: Proceedings of the 4th International Conference of the ESHA, Barcelona*, 18-20 November 2010 (Barcelona: SCHCT-IEC, 2012), p. 928-934.

⁶¹ Cf. programa disponível em <http://www.mnhn.ul.pt/pls/portal/docs/1/474692.PDF>

2. HISTÓRIAS CRUZADAS: ACTORES, PRÁTICAS, SÍTIOS, OBJECTOS, COLECÇÕES E MUSEUS

Se procurarmos conhecer a história das principais colecções arqueológicas existentes em Portugal seremos remetidos para a acção de um conjunto muito limitado de actores, tradicionalmente considerados fundadores das práticas arqueológicas no país. Mas se analisarmos o método de reunir e fabricar os objectos científicos que se encontram nos museus de arqueologia portugueses obteremos uma percepção mais completa sobre o processo de construção de conhecimento e sobre a história e a identidade desses mesmos museus. Neste processo deparamo-nos com actores que são habitualmente descurados nas histórias das colecções museológicas e no percurso dos grandes *protagonistas* da história da arqueologia.

Podemos identificar esses *Invisible Technitian* (Shapin, 1989) nos bastidores de instituições governamentais – viabilizando o investimento no conhecimento pelo passado, a contratação de técnicos para efectuar registos arqueológicos, realizar escavações, adquirir objectos, formar colecções e criar museus – ou espalhados pelas várias regiões portuguesas, onde recolhiam e identificavam sítios e objectos arqueológicos, formavam colecções, comunicavam com outros coleccionadores nacionais e estrangeiros, adquiriam bibliografia especializada e disponibilizavam-se, por vezes, para colaborar com os responsáveis pela criação de colecções públicas ou privadas, fornecendo apoio logístico a investigações, facultando informação, documentação ou mesmo colecções. Esses indivíduos pertenciam a uma elite ilustrada que de Norte a Sul do país, espalhada por vilas, cidades e pelos mais remotos locais, desenvolveu o interesse pelas antiguidades e identidades regionais, no âmbito do romântico fomento do estudo da «Terra» e do «Homem Português», contribuindo para a valorização das localidades e regiões através da preservação e estudo da história e patrimónios locais. Eram sobretudo personalidades com muito contacto com o campo e com as populações locais: proprietários, médicos, militares, engenheiros, padres e alguns funcionários públicos. Encontramos evidências do seu contributo para a formação e crescimento de colecções arqueológicas nas monografias da época, em revistas científicas, jornais nacionais e locais, nos inventários de colecções, em correspondência e noutros

documentos dispersos nos arquivos – fotografias de objectos, desenhos, decalques e moldes, *proxies*⁶² que circulavam entre os interessados pelas evidências do passado.

Para evidenciar como a construção de colecções e de conhecimento está dependente de uma ampla gama de relações sociais, destacaremos neste capítulo os actores que formaram relevantes colecções arqueológicas, ainda hoje parcialmente identificadas no Museu Nacional de Arqueologia, proprietários que preservaram objectos avulso ou colecções de objectos antigos que surgiam nas suas propriedades, informadores e angariadores de objectos e também importantes coleccionadores particulares cujos «museus» eram frequentados por eruditos, curiosos e mesmo académicos nacionais e estrangeiros. Começaremos por destacar um dos principais coleccionadores da segunda metade do século XIX, Augusto Carlos Teixeira de Aragão. Interessado por artes, numismática e arqueologia, as suas colecções constituíram uma referência da elite intelectual da época, conhecidas e cobiçadas pelos acima designados como *protagonistas* da arqueologia em Portugal. Além das suas colecções também os seus conhecimentos eram reconhecidos pela comunidade científica que em Portugal se interessava pela preservação dos vestígios do passado e por esse motivo Teixeira de Aragão foi consultado sobre diversas questões relativas às práticas arqueológicas da época, participou na formação de colecções públicas e foi designado para campanhas arqueológicas promovidas pelo Governo.

Evidenciando a importância dos lugares para a produção de conhecimento histórico, destacaremos outros actores envolvidos na constituição de colecções comissionadas pelo Governo em locais onde os vestígios de antiga ocupação humana eram frequentes, Mértola e o Algarve. Nestes locais foram recolhidos e preservados objectos emblemáticos da arqueologia portuguesa, actualmente utilizados pelo *marketing* institucional do MNA mas sem referências aos seus contextos de recolção e preservação. Nestas campanhas arqueológicas, que decorreram na década de 1870, foram de primordial importância um conjunto de personalidades locais com interesse na preservação das antiguidades locais.

Ao recuperarmos a informação dispersa em vários suportes de memória reconstituímos parte dessas colecções e dos seus percursos, redes de circulação de informação, de documentação e de objectos e identificamos os proprietários simbólicos das colecções que hoje se encontram nos museus. Essas colecções comportam vários contextos.

⁶² Uma expressão de Martin Rudwick para designar a documentação sobre o objecto (Rudwick, 2000).

Contextos de implementação de políticas e práticas culturais e científicas, conjunturas de aprendizagens, investidas de significados e relacionadas com a necessidade de compreensão do mundo, da sua profundidade histórica ou com o desejo de reconhecimento público.

O nosso trabalho, na linha de outras investigações recentemente desenvolvidas, encara a institucionalização e desenvolvimento da arqueologia como uma empresa colectiva: «Rather than assess error, novelty, or discovery, it seeks to emphasize the structure, transformation, and relations of discourses and practices» (Gänger, 2014: 17). Esta perspectiva implica a valorização dos contextos de acção dos tradicionais *protagonistas*.

2.1 «O QUE HAVIA, JÁ LEVOU O DR. ARAGÃO»

Em 1856, **Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903)** recolheu na Fazenda do Trindade (sítio de Santa Luzia, Tavira) um monumento funerário de época romana que transportou para o jardim do Hospital Militar de Tavira (Ilustração 3). Tratava-se de um altar de calcário cinzento que registava o falecimento de uma criança de um ano e 23 dias, *Tatianós*, para quem o pai e a mãe, de origem grega, mandaram executar o monumento e redigir a epígrafe (Veiga, 1866: 25). Formado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Teixeira de Aragão seguiu a carreira militar e era na época cirurgião-mor em Tavira. Interessava-se por numismática e por objectos antigos como a ara romana que recolheu na Fazenda do Trindade e que ofereceria ao coleccionador algarvio Sebastião Philiphes Martins Estácio da Veiga⁶³ (1828-1891), com quem partilhava estes interesses. Tal como o mencionado Estácio da Veiga⁶⁴, Teixeira de Aragão começou igualmente na década de 1850 a sua colecção de numismática e de objectos arqueológicos, actividades que prosseguiria até ao final da vida (Aragão, 1874: 7). Nesta mesma década também Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) começava a «salvar do vandalismo os objectos artísticos e arqueológicos» que encontrava dispersos pelo território (Silva, 1881: 153). Se os nomes de Estácio da Veiga e de Possidónio da Silva⁶⁵ são bem conhecidos da historiografia portuguesa, as práticas arqueológicas de Teixeira de Aragão, como da maioria dos actores que destacaremos nesta tese, não têm sido contempladas nas investigações dedicadas à implementação e desenvolvimento da arqueologia em Portugal durante a segunda metade do século XIX e inícios do século XX. As exíguas referências que encontramos na historiografia contemporânea relativamente a Teixeira de Aragão contrastam porém com descrições como

⁶³ Sobre Sebastião Philiphes Martins Estácio da Veiga, que adiante designaremos também como Estácio da Veiga, vejam-se os trabalhos de João Luís Cardoso (2004, 2006, 2007), os estudos publicados nas Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve - Percursos de Estácio da Veiga, *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História* (AA. VV., 2006), os estudos de Ana Cristina Martins (2006) e de V. S. Gonçalves (1979, 1980).

⁶⁴ No arquivo pessoal de Estácio da Veiga depositado no MNA encontra-se registo da formação de uma colecção de numismática que já se encontrava organizada e classificada em 1856, conforme comprova o manuscrito «Moedas romanas, arábicas e portuguesas descobertas no Algarve, coligidas, classificadas e coordenadas desde 1856 até 1876 por S. P. M. Estácio da Veiga» (MNA, Arquivo Estácio da Veiga).

⁶⁵ Vejam-se os estudos publicados por Ana Cristina Martins (2003, 2005, 2012-2013).

a seguinte incluída na notícia necrológica divulgada em 1904, cerca de um ano depois do seu falecimento:

«A memória de Aragão ficou tão viva, mesmo na gente do campo, que ainda hoje, (e já lá vão bastantes anos!), quando em algumas terras do Sul pergunto por objectos arqueológicos, obtenho frequentemente a resposta: “O que havia, já levou o Dr. Aragão ou Estácio da Veiga”». (Vasconcelos, 1904a: 135)

Na época em que o autor da anterior citação, José Leite de Vasconcelos⁶⁶, organizava uma colecção arqueológica de âmbito nacional, procurando representar na instituição museológica que dirigia a etnologia e história de todas as regiões portuguesas, deparava-se com a dificuldade em recuperar objectos antigos no Sul de Portugal porque os investigadores e coleccionadores mencionados, Teixeira de Aragão e Estácio da Veiga, tinham percorrido esta região construindo importantes colecções e deixando uma forte memória junto das populações locais que lhes facultaram objectos e outros conhecimentos sobre antigos vestígios de ocupação humana na região. Mas investigadores como José Leite de Vasconcelos, que se tornaria um dos protagonistas da história da arqueologia em Portugal, conheciam bem a importância das práticas arqueológicas desenvolvidas durante o século XIX por Teixeira de Aragão, cuja colecção poderia, como menciona na mesma notícia atrás referida, enriquecer vários museus:

«Pena foi que o Estado não adquirisse na totalidade a colecção archeologica de Teixeira de Aragão; com ela se enriqueceriam vários museus. Ainda assim, alguma coisa ficou salva.» (Vasconcelos, 1904a: 136)

Como se depreende pelas anteriores citações, Teixeira de Aragão foi um dos mais activos coleccionadores de objectos arqueológicos durante a segunda metade do século XIX, embora a bibliografia mais recente sobre o autor não contemple esta faceta do seu percurso. No recente *Dicionário de Historiadores Portugueses* (Pimenta-Silva, 2011) salienta-se essencialmente o seu contributo para a evolução dos conhecimentos sobre numismática, com a publicação dos três tomos da obra *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em*

⁶⁶ José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo (1858-1941) foi o primeiro director do actual Museu Nacional de Arqueologia, criado em 1893 com a designação de Museu Etnográfico Português. Entre a numerosa bibliografia existente sobre o seu percurso vejam-se as seguintes publicações: Cardoso, 2008; Raposo, 2006; Ribeiro, 1969; AA.VV., 1960.

nome dos reis, regentes e governadores de Portugal (Aragão, 1863), que se tornou uma obra de referência para esta área de estudos. Esta tendência para desvalorizar a componente arqueológica do seu percurso, presente noutros autores⁶⁷, estará relacionada com o maior número de artigos ou livros que o próprio Aragão publicou sobre história⁶⁸ ou numismática⁶⁹ e pelo facto de não ter sido publicado nenhum catálogo da sua colecção arqueológica, salientando-se sobretudo o seu cargo de director do Gabinete de Numismática do rei D. Luís I de Portugal, para que foi nomeado em 1867 (Xavier, 2011). Contudo a par da actividade de coleccionador de moedas, objectos que vendeu neste mesmo ano ao próprio rei D. Luís I para enriquecimento da «Colecção Archeologica d’Ajuda»⁷⁰, encontram-se registos sobre «um interessante museu, onde estavam representadas as épocas da nossa história e diferentes espécimes das nossas artes e industrias» (Vasconcelos, 1904a). Essa colecção terá sido constituída com base em incessantes pesquisas junto das populações. O próprio Aragão registou as facilidades de localização de objectos arqueológicos pelos médicos, como o próprio, que contactavam diariamente com as classes rurais:

«O médico, pelo contacto com as classes rurais é, ordinariamente, a quem chega primeiro a notícia dos achados archeologicos, que investiga, e muitas vezes os compra para si ou para os seus correspondentes. Ora neste estudo e contacto das cousas antigas, ha um não sei, mesmo contagioso, que se inacula insensivelmente e, quasi sempre, cria o collector» (Aragão, 1870: VIII)

Terá sido esta posição privilegiada no que se refere ao contacto com as populações que contribuiu para a formação das suas colecções arqueológicas, de «artes e industrias» e de numismática, esta última constituída por 2653 moedas romanas cedidas em 1867 para o

⁶⁷ Rocha Peixoto num artigo necrológico publicado na revista *Portugália: materiais para o estudo do povo português* dá destaque à sua faceta de publicista e coleccionador de numismática omitindo as publicações de teor arqueológico (Peixoto, 1903); Hugo Xavier, num artigo de 2011 sobre «O “Museu de Antiguidades” da Ajuda: numismática e ourivesaria das colecções reais ao tempo de D. Luís», apresentando vários dados biográficos, também não considera esta faceta.

⁶⁸ D. Vasco da Gama e a Vila da Vidigueira (1871), *Vasco da Gama e a Vidigueira* (1886), *Breve notícia sobre o descobrimento da América* (1892), *Catálogo dos objectos de arte e indústria dos indígenas da américa, que pelas festas comemorativas do 4.º centenário da sua descoberta a Academia Real das Ciências envia à exposição de Madrid* (1892), *Diabruras, santidades e profecias* (1894).

⁶⁹ *Description des monnaies: médailles et autres objets d’art concernant l’histoire portugaise du travail* (1867); *Notes sur quelques numismates portugais des XVIIe, XVIIIe, XIXe siècles* (1867), *Descrição Histórica das moedas romanas existentes no Gabinete Numismático de S. M. El-Rei o Sr. D. Luis I* (1870), *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal* (Aragão, 1874; 1877; 1880).

⁷⁰ O *Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico* [...] registou que a “Colecção archeologica da Ajuda” possuía «valiosas alfaias da corôa e de objectos antigos, que el-rei D. Luiz adquiriu para esta colecção», entre eles diversas moedas romanas visigóticas e árabes (Pereira & Rodrigues, 1904: 108- 109).

Gabinete Real da Ajuda. Foi no âmbito do enriquecimento do museu de antiguidades do Rei D. Luís I – que englobava colecções de numismática e ourivesaria, peças pertencentes ao tesouro da Casa Real, parte das quais provenientes dos conventos extintos pelo Liberalismo – que o monarca pagou em prestações este conjunto de moedas (Xavier, 2011) coleccionadas durante décadas por Teixeira de Aragão.

GABINETE REAL D'AJUDA

SYNOPSIS DA COLLECÇÃO ROMANA

SÉRIES	METAES						SOMMAS TOTAES
	Oiro	Prata	Billão	Cobre			
				Grandes bronzes	Medianos bronzes	Pequenos bronzes	
I. Republica		463		13	27	16	519
II. Alto imperio. .	53	496	130	322	283	556	1:840
III. Baixo imperio	56	20	3	81	66	68	294
Sommas. . . .	109	979	133	416	376	640	2:653.

Ilustração 2 – Colecção numismática constituída por Augusto Carlos Teixeira de Aragão.

Foi recolhida durante vinte anos no território português e vendida em 1867 para o Gabinete de Numismática do rei D. Luís I (Aragão, 1870).

Enquanto conservador deste Gabinete de Numismática, Teixeira de Aragão foi destacado para participar na organização da secção portuguesa sobre a *História do Trabalho* que iria ser apresentada na Exposição Universal de Paris de 1867⁷¹. Os objectos transportados para a cidade francesa, em número de 1966, representavam várias colecções de arte e

⁷¹ O efectivo papel assumido por Teixeira de Aragão na organização desta colecção, nomeadamente na selecção de objectos e colecções, fica por apurar dado que encontramos versões divergentes na bibliografia. Maria Helena Souto refere que foi designado o Marquês de Sousa Holstein, em 14 de Fevereiro de 1867, como responsável por organizar a secção portuguesa sobre a “História do Trabalho” que iria ser apresentada na Exposição Universal de Paris de 1867 (Souto, 2010: 103); Hugo Xavier adianta que «A Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903), distinto cirurgião militar, investigador e coleccionador, com interesses centrados na numismática, havia sido meses antes confiada a tarefa de levar aqueles e outros objectos à Exposição Universal de Paris, onde figuraram com assinalável sucesso como nos dão conta os *Rapports du jury international*» (Xavier, 2011: 72).

indústria portuguesa e identificam parte dos actores associados ao coleccionismo⁷² e mais especificamente às colecções arqueológicas existentes na época em Portugal. Foram apresentados em Paris objectos encontrados pela primeira sociedade científica portuguesa criada com o exclusivo objectivo de dedicar-se à investigação de um sítio arqueológico, *Sociedade Archeologica Lusitana*⁷³: um colar em ouro e dois anéis no mesmo metal encontrados no sítio arqueológico de Tróia (Setúbal). A organização desta mostra valorizou também as colecções arqueológicas formadas pelo Frei Manuel do Cenáculo, pertencentes à Biblioteca de Évora, e por esse motivo foram exibidos na Exposição Universal de 1867 dois fragmentos de estátuas romanas, duas cabeças de homem em mármore branco e duas estatuetas, representando uma cabra e um javali, provenientes desta colecção. Estava também representado o recente museu formado pela Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, com diversos materiais medievais, e a Academia das Ciências de Lisboa com uma estatueta romana de Juno encontrada nos arredores da capital portuguesa. Todos estes objectos arqueológicos foram catalogados por Teixeira de Aragão juntamente com a restante colecção que integrou a secção portuguesa representativa da *História do Trabalho* em Portugal apresentada na Exposição Universal de Paris de 1867⁷⁴ (Aragão, 1867).

Os elementos acima registados, resultantes da análise desse catálogo elaborado por Aragão, evidenciam as suas competências e conhecimentos no que se refere às colecções de numismática, arte e arqueologia. Este seu trabalho permite-nos igualmente conhecer

⁷² Apresentou-se então em Paris uma selecção das colecções da casa real, do gabinete arqueológico da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, das colecções da Real Academia de Ciências de Lisboa, das Catedrais de Lisboa e Évora, da Biblioteca de Évora (colecções de Frei Manuel do Cenáculo), dos Municípios de Lisboa e Portalegre, do Arsenal da Armada, do Museu da Sociedade dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, da *Sociedade Archeologica Lusitana*, da Administração das Minas de São Domingos (Alentejo), da Biblioteca Nacional de Lisboa e Arquivos do Reino. Na exposição encontravam-se também objectos cedidos por particulares. Além das séries de moedas cunhadas pelos municípios, colónias romanas, povos de Espanha, e pelos reis de Portugal até ao ano de 1867, são mencionados objectos de arte, peças de ourivesaria, mobiliário em pau-rosa e cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XVIII pertencentes ao Barão de Pombeiro, a Jean Palha Faria de Lacerda, Maria da Conceição Serra e Silva, Conde de Penafiel e Barão de Alcochete. Das colecções do Marquês de Sousa foram facultadas estatuetas romanas em bronze, vidros romanos, uma parte de um prato romano, em prata, um busto de homem em bronze encontrado nas minas de Odemira, e outros objectos mais recentes como uma cruz grega do século XI ou umas esporas do século XVIII (Aragão, 1874).

⁷³ Sobre a história desta instituição veja-se os seguintes autores: Cardoso, 2014; Martins 2003-2005, 2009, 2014; Fabião, 1997.

⁷⁴ Evento que iria incorporar, pela primeira vez, uma representação da pré-história europeia precisamente na entrada da galeria dedicada à História do Trabalho (Gran-Aymerich, 2001: 17). Do programa deste evento constava também a organização da segunda sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, onde esteve representada uma outra colecção de objectos de origem portuguesa que, por sua vez, pretendia confirmar a pré-historicidade do território nacional. Francisco António Pereira da Costa (1809-1889), membro director da Comissão Geológica (ver nota de rodapé 83), enviara para a organização deste congresso duas caixas com moldes de ossos humanos e diversos objectos pré-históricos: crânios e mandíbulas humanos provenientes do cabeço da Arruda, placas de xisto decoradas provenientes de monumentos megalíticos de Leiria, Viana do Alentejo e Castelo de Vide, machados de pedra de Castelo de Vide e um machado de bronze encontrado em Alenquer (s/a, 1868: 31-35).

aspectos relativos aos movimentos de circulação das colecções e da mobilização de uma série de actores e instituições envolvidos nos processos, nem sempre simples, de organizar colecções nacionais que se julgassem representativas do país nesses *palcos internacionais de ciência, tecnologia e cultura*⁷⁵. Recorde-se que desde a década de cinquenta do século XIX que o próprio Aragão se interessava por numismática e antiguidades e recolhia objectos dispersos pelo território, nomeadamente pelo território Algarvio.

Durante o período em que residiu em Tavira, de 1853 a 1858, Teixeira de Aragão transportou para o mesmo jardim do Hospital Militar onde depositara o mencionado monumento funerário dedicado a *Tatianós* (Ilustração 3, Ilustração 4), mais uma coluna e duas lápides com inscrições que encontrara em propriedades próximas de Santa Luzia (Tavira). Nesse mesmo lugar obteria várias moedas romanas em bronze e ser-lhe-iam oferecidos pelo proprietário da Quinta das Antas, João Luiz de Mendonça e Mello, objectos em barro, vidro, ferro e moedas de cobre e prata recolhidos durante os trabalhos agrícolas. Aragão viria a ser convidado, em 1858, para assistir à escavação que revelou o grande número de sepulturas que se encontravam nos terrenos do mesmo proprietário, João Luiz de Mendonça e Mello, junto à encosta do rio, um lugar que providenciou um considerável aumento da sua colecção numismática. Junto a esta quinta refere o próprio Aragão ter conseguido obter grande quantidade de moedas que designava como grandes bronzes «[...] de Augusto, de Cláudio I, de Trajano, de Plotina, de Marco Aurélio, de Faustina Júnior, de Julia Domna, de Julia Mamêa, de Gordiano, de Herenia Etruscilla, de Maximiniano; e os medianos e pequenos bronzes de Constantino Magno, de Crispo, de Quintilla, de Constans, etc. Todos estes de admirável conservação» (Aragão, 1868: 11).

⁷⁵ Sobre o papel das exposições internacionais veja-se Ana Cardoso de Matos & Christiane Demeulenaere-Douyère (2012) – «The World Exhibitions and the display of science, technology and culture: moving boundaries». *Quaderns d'història de l'enginyeria*, 12, p. 3-10.



Ilustração 3 – Ara de *Tatianós*

Época romana (II d.C. - III d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, 994.43.1; Dimensões (cm): altura: 55; largura: 25; espessura: 23 (MatrizNet)

Objecto recolhido em 1856 na Fazenda do Trindade (sítio de Santa Luzia, Tavira) por Teixeira de Aragão que o transportou para o jardim do Hospital Militar de Tavira. Nesse mesmo ano foi oferecido a Estácio da Veiga (Veiga, 1866; Aragão, 1868).



Ilustração 4 – Ara de Tatianós na exposição *Religiões da Lusitânia. Loquentur saxa* (MNA, Lisboa)

Este objecto romano (MNA, 994.43.1), oferecido como referimos, por Teixeira de Aragão a Estácio da Veiga, foi incorporado nas colecções que pertenceram ao *Museu Archeologico do Algarve* e em 1894 integrado, juntamente com o restante espólio dessa mesma colecção, no actual Museu Nacional de Arqueologia. Na legenda que identifica este objecto em exposição não se encontram referenciados os seus antigos possuidores, neste caso Teixeira de Aragão e Estácio da Veiga.

Sendo o seu interesse pelas antiguidades localmente conhecido, foi igualmente convidado pelo proprietário Sebastião Fernandes Estácio da Veiga, da quinta contígua, Quinta da Torre de Ares, para conhecer os objectos de época romana que surgiam nessa propriedade, entre eles as lápides que suscitariam a publicação de Estácio da Veiga, *Povos Balsenses* (Veiga, 1866), cuja tese sobre a localização da cidade romana de Balsa Teixeira de

Aragão viria a corroborar (Aragão, 1868). Nesta propriedade obteve Aragão uma *statera*, balança romana em cobre (Aragão, 1896), e viria a constituir o intermediário na oferta de materiais de construção romanos para o museu da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, sendo entregues pelo próprio Aragão ao vice-inspector desse instituto, Marquês de Sousa Holstein⁷⁶ (1838-1878) (Aragão, 1868: 10).

Durante o seu destacamento no Algarve (1853-1858), este médico-cirurgião procedeu também ao exame das ruínas de Estoi, então associadas à cidade romana de Ossónoba⁷⁷ (Aragão, 1868: 11). Apoiado na observação directa das estruturas e na informação veiculada pela publicação francesa *Dictionnaire des antiquités romaines et grecques* (Rich, 1861), que divulgava as descobertas feitas em *Tusculum*, as pinturas das termas de Tito e os banhos de Pompeia, Aragão avançou a ideia que o edifício de tijolo em hemicírculo de Estoi constituía, pela analogia das estruturas, «um grande estabelecimento de banhos» (Aragão, 1868: 11). Uma opinião que partilhava com outro médico interessado em antiguidades, Justino Cúmano (1818-1885), um colecionador italiano radicado na cidade algarvia de Faro (Vasconcelos, 1918b: 108)⁷⁸. Aragão divulgou também a informação de que neste local e em Loulé Velho, onde as ruínas existentes apontavam para a existência de edifícios termais, apareciam com frequência «tesseras em chumbo» (Aragão, 1868: 11)⁷⁹. Este interesse pelas antiguidades conduziu Teixeira de Aragão a identificar igualmente na construção das muralhas de Faro a reutilização de «muitas pedras trabalhadas, materiais como cipos, lápides sepulcrais, colunas, capiteis, fragmentos de mármore» (Aragão, 1868: 12)⁸⁰.

O reconhecimento das suas competências nesta área são evidentes quando em 1868 é nomeado pelo Ministro do Reino para estudar o cemitério romano que surgira na Quinta do Arroio, em Tavira (Algarve). As investigações, iniciadas no dia 16 de Agosto desse ano, decorreram até ao final do mesmo mês. Durante este período procedeu a escavações,

⁷⁶ Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa Holstein foi o 13º filho do primeiro duque de Palmela; nomeado vice-inspector da Academia Real de Belas Artes de Lisboa em 1862. Sobre este autor ver Hugo Xavier (2014), *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, e também a publicação coordenada por Maria Antónia Pinto de Matos e Maria de Sousa e Holstein Campilho, *Uma família de colecionadores: poder e cultura, antiga colecção Palmela*, organizada e publicada pela Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, em 2001.

⁷⁷ Precursora da cidade de Faro.

⁷⁸ José Leite de Vasconcelos registou a amizade entre ambos os colecionadores e a existência de correspondência de Justino Cúmano para Teixeira de Aragão nos arquivos da instituição que dirigia, uma documentação adquirida juntamente com outro espólio de Aragão (Vasconcelos, 1918b: 108).

⁷⁹ Aragão é actualmente referenciado pela historiografia como o descobridor do edifício termal de Loulé Velho em 1868 (Oliveira, 2010: 241).

⁸⁰ São as publicações do próprio Aragão que registam estas investigações e este interesse efectivo pelas antiguidades, moedas e outros materiais arqueológicos. Também os quatro volumes sobre as *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1886-1891) possuem diversas informações sobre a sua colecção de materiais arqueológicos pré-históricos.

identificou estruturas e objectos e registou as características e os contextos das descobertas no relatório que apresentou ao Ministro do Reino. Este documento, publicado pela Imprensa Nacional (Aragão, 1868) e difundido no *Diário de Lisboa* de 14 de Novembro de 1868, divulgou a formação de uma colecção arqueológica formada pelo proprietário da Quinta do Arroio, Francisco Simão da Cunha, composta por mais de 100 objectos⁸¹: em barro, vidro, âmbar, marfim, mármore, ferro, cobre, estanho e ouro. O mesmo documento regista igualmente as conclusões de Teixeira de Aragão sobre as explorações arqueológicas que dirigira, o seu desejo de contribuir para o progresso dos estudos arqueológicos e a necessidade de desenvolver a instrução sobre arqueologia no território nacional. Por forma a «tolher as devastações e fazer respeitar esses fragmentos da arte antiga» o autor defendia então a necessidade de publicação de «livros elementares leccionados na instrução secundaria dos lyceus e seminários» e a promoção e a «criação de museus» (Aragão, 1868: 4).

No mesmo ano de 1868 Teixeira de Aragão era uma das personalidades que projectava a criação do *Real Instituto Archeologico de Portugal*. Para esse efeito reuniu-se várias vezes na Academia Real de Belas Artes de Lisboa com o seu vice-inspector Marquês de Sousa Holstein, com Levy Maria Jordão⁸² (1831-1875), Francisco António Pereira da Costa⁸³ (1809-1889), João Carlos de Almeida Carvalho⁸⁴ (1817-1897), Ignacio de Vilhena Barbosa⁸⁵ (1811-1890), Frederico de Pinho e Sousa (....-....)⁸⁶ e com o professor do Curso Superior de

⁸¹ Objectos que integraram a colecção particular do proprietário Francisco Simão da Cunha.

⁸² Formado em Direito em 1852, exerceu advocacia em Lisboa, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa entre 1856 e 1859, auditor junto do Ministério da Marinha (1859) e ajudante do Procurador-geral da Coroa junto ao Ministério da Marinha (8.1.1866), foi autor de *Ensaio sobre a História do Direito Romano* (1850) e *Comentário ao Código Penal* (1853-1854), obra que o tornou um conhecido juriconsulto, publicou igualmente relatórios e resumos históricos. (http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreasDetalhe_DT.asp?I=1&ID=1268; GEPB, 20: 27-28).

⁸³ Formado em medicina, é o autor daquela que é considerada a primeira monografia arqueológica publicada em Portugal: *Da existência do homem em epochas remotas no valle do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda* (1865). Deixando o exercício da medicina, foi tutor da cadeira de zoologia e mineralogia na Universidade de Coimbra e também o titular da Cadeira de Mineralogia, Geologia e princípios de Metalurgia criada na Escola Politécnica de Lisboa em 1837 (Fiolhais e Martins, 2010: 69). Na sequência da criação da Comissão Geológica, em 1857, foi nomeado director, juntamente com Carlos Ribeiro, ficando responsável pelos estudos paleontológicos e da organização das colecções. Com a dissolução desta Comissão, em 1868, reassumiu as suas funções na Escola Politécnica (http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/biografias/pereira_costa). Nesta instituição, Pereira da Costa criou uma galeria com antiguidades e ossos humanos resultantes das primeiras investigações realizadas na gruta da Cesareda (Cartailhac, 1880: 25).

⁸⁴ Advogado em Setúbal, foi também sócio e secretário da *Sociedade Archeologica Lusitana* (1850); colaborou em diversos jornais onde publicou sobre assuntos de arqueologia (GEPB, 6: 77)

⁸⁵ Publicista e investigador, sócio da Academia de Ciências de Lisboa depois de 1863; publicou no jornal *Comércio do Porto* uma extensa série de folhetins sobre assuntos de história e de arqueologia; foi sócio efectivo da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses; em 1881 foi encarregado pelo Governo de coleccionar objectos para a representação portuguesa na exposição internacional de Kensington, em Londres. (GEPB, 36: 119-120)

⁸⁶ Não encontramos elementos biográficos sobre Frederico de Pinho e Sousa.

Letras de Lisboa, Augusto Soromenho (1834-1878). Teixeira de Aragão e as restantes personalidades pretendiam criar uma «sociedade destinada ao estudo das Antiguidades com especial applicação à Historia». Os estatutos foram aprovados e publicados em 1869 mas por circunstâncias desconhecidas este instituto não chegou a desenvolver trabalhos (Aragão, 1874).

Alguns anos depois, em 1876, foram solicitados os conhecimentos de Teixeira de Aragão para examinar, em colaboração com Estácio da Veiga, um espólio da Idade do Ferro que surgira numa propriedade de Alcácer do Sal. Tratava-se de uma solicitação da Academia Real de Belas Artes de Lisboa no âmbito da aquisição de um conjunto de objectos arqueológicos pelo valor de 3000 réis a António Faria Gentil e a sua mulher (Veiga, 1891:266). No mesmo ano de 1876 Teixeira de Aragão foi chamado a participar na Conferência da Citânia, organizada por Francisco Martins Sarmiento⁸⁷, para confrontar várias personalidades portuguesas com os resultados das escavações arqueológicas realizadas pelo próprio Sarmiento desde 1874 nas ruínas de Briteiros, Guimarães (Lemos, 1995; Caldas, 1996). Aragão participou nesta reunião, adiada para Junho de 1877, juntamente com Augusto Soromenho e o Marquês António de Sousa Holstein – com os quais discutira a mencionada criação do *Real Instituto Archeologico de Portugal* – mas também com o principal dinamizador da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, Possidónio da Silva (1806-1896), com o secretário da Sociedade de Geografia de Lisboa, Luciano Cordeiro (1844-1900) e com Augusto Filipe Simões (1835-1884), o reorganizador do Museu do Cenáculo e fundador do museu do Instituto de Coimbra (Lemos, 1995: 120).

Sobre este local arqueológico, as ruínas de Briteiros, escreveu Teixeira de Aragão na *Revista Arqueológica e Histórica* em 1887. Esse artigo, intitulado «Citânia», é um dos cinco textos sobre arqueologia de que se conhece a sua autoria. Além deste artigo sobre a Citânia de Briteiros (1887) e do já mencionado *Relatório sobre o cemitério romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868* (Aragão, 1868), Aragão publicou um folheto intitulado *Anéis* (1887) em que menciona a sua colecção de mais de duzentos anéis, só no que respeita ao período entre o reinado de D. João V até à sua época. Aragão divulgou também, em 1896, dois objectos da sua colecção arqueológica na então recente revista O

⁸⁷ Um autor e coleccionador que abordaremos no capítulo 5. *No rasto do dinheiro - o comércio no processo de construir colecções*, mais precisamente no subcapítulo 5.1 *Aquisição de objectos, colecções e sítios arqueológicos na região de Entre Douro e Minho*

Archeologo Português, a pedido do seu director. O artigo intitulava-se «Antiguidades romanas de Balsa» (1896) e divulgava uma balança e um espelho romano, que obtivera justamente nas propriedades onde existiu a antiga cidade de Balsa.

A divulgação dos objectos das suas colecções, fosse através de publicações como as mencionadas ou permitindo a visita directa, era enaltecida por personalidades como Estácio da Veiga ou José Leite de Vasconcelos, a quem elas interessavam sob várias perspectivas. Estácio da Veiga avançou, por exemplo, a hipótese das minas de Aljustrel terem uma exploração da época neolítica com base no conhecimento da existência de uma *frecha de cobre*, proveniente das minas de Aljustrel, nas colecções de Teixeira de Aragão (Veiga, 1889: 21). Para caracterizar as antiguidades do Algarve, Estácio da Veiga fez também referência à existência de «um excelente polidor de serpentina» (Veiga, 1886: 171) e de «um brunidor de serpentina» (Veiga, 1887: 395) que pertenciam igualmente às colecções de Aragão. O conhecimento da existência destes materiais permitiu ao mesmo autor apresentar elementos relativos à ocupação pré-histórica num local onde só era conhecida a presença romana e comprovar no *Museu Archeologico do Algarve*⁸⁸ a sua existência através de moldes em gesso realizados a partir dos objectos de Teixeira de Aragão (Veiga, 1887: 395). Este coleccionador autorizou também a análise química de objectos pré-históricos das suas colecções e a sua reprodução em estampas na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1886-1891). Foi o caso do estoque que Aragão adquiriu na cidade de Beja e que Estácio da Veiga pôde apresentar como um exemplo dos estoques em bronze do Alentejo (Veiga, 1891: 208)⁸⁹.

A dispersão geográfica das proveniências dos objectos que integraram a colecção pré-histórica do cirurgião militar Teixeira de Aragão, que pudemos reconstituir justamente a partir das referências de Estácio da Veiga (Tabela 1), evidencia, tal como no caso do coleccionador Joaquim José Júdice dos Santos, cujo percurso também abordaremos neste trabalho (subcapítulo 2.6), que este coleccionador deveria investir muito do seu tempo no enriquecimento das suas colecções. Aragão possuía objectos de várias localidades algarvias mas também de locais do Baixo e Alto Alentejo, como Beja, Aljustrel e Castelo de Vide. Estes materiais eram encontrados pelo próprio, adquiridos a residentes ou trabalhadores locais, ou

⁸⁸ Instituição que abordaremos nos próximos capítulos.

⁸⁹ Veja-se a estampa n.º XXV com a representação de vários estoques em bronze conhecidos no Alentejo. O objecto representado com o n.º 9 pertencia às colecções de Augusto Carlos Teixeira de Aragão (Veiga, 1891: 208). No Portal do Arqueólogo (Direcção Geral do Património Cultural) os estoques são comparados a espetos; <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=57880&vt=118959>.

oferecidos por outros actores que integravam uma rede de construção do conhecimento sobre o passado do território, como o Marquês de Minas⁹⁰ que ofereceu a Teixeira de Aragão várias placas de xisto gravadas provenientes da Anta da Cabeça, Herdade do Baldio, perto da vila alentejana de Castelo de Vide (Veiga, 1887: 437).

Objectos da colecção pré-histórica de Teixeira de Aragão ⁹¹	Proveniência	Referência
Adaga em cobre	Quinta das Antas (Tavira)	Veiga, 1891: 108
Adaga em cobre	Quinta das Antas (Tavira)	Veiga, 1891: 108
Algumas frechas de cobre	Aljustrel	Veiga, 1891: 144
Brunidor de serpentina	Quinta das Antas (Tavira)	Veiga, 1887: 395
Estoque	Fazenda perto de Beja	Veiga, 1891: 208
Frecha de cobre	Mina de Algares	Veiga, 1889: 127
Frecha em cobre	Aljustrel	Veiga, 1889: 21
Instrumentos metálicos (não especificados)	Paderne	Veiga, 1889: 59
Lança de alvado em bronze	Évora? (adquirida em Évora)	Veiga, 1891: 216
Machado de bronze	Paderne	Veiga, 1891: 189
Machado de bronze	Paderne	Veiga, 1891: 189
Machado plano de bronze	Évora? (adquirido em Évora)	Veiga, 1891: 216
Placa de xisto	Anta da Cabeça, Herdade do Baldio (C. de Vide)	Veiga, 1887: 437
Placa de xisto	Anta da Cabeça, Herdade do Baldio (C. de Vide)	Veiga, 1887: 437
Placa de xisto em forma de cajado	Anta da Cabeça, Herdade do Baldio (C. de Vide)	Veiga, 1887: 437
Polidor de serpentina	Quinta das Antas (Tavira)	Veiga, 1886: 171
Polidor de serpentina em forma de machado	Quinta das Antas (Tavira)	Veiga, 1886: 158
Urna em cerâmica, neolítico/idade do ferro	Anta da Cabeça, Herdade do Baldio (C. de Vide)?	Veiga, 1887: 438

Tabela 1 – Reconstituição da colecção de objectos pré-históricos de Augusto Carlos Teixeira de Aragão.

Reconstituição efectuada por nós com base nas referências registadas por Estácio da Veiga nos quatro volumes da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (1886, 1887, 1889, 1891).

Também a José Leite de Vasconcelos interessava divulgar os vários objectos de barro romanos, lucernas e asas de ânfora do Algarve, do «Museu particular» de Teixeira de Aragão, que possuíam as designadas «Marcas figulinas». Fê-lo num artigo publicado na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1899-1900a: 143), a mesma publicação onde divulgou uma «Carranca de bronze romana» que Aragão encontrou no Algarve e que guardava nas suas colecções (Vasconcelos, 1899-1900e: 281).

Os objectos da colecção de Teixeira de Aragão, como os divulgados por Estácio da Veiga ou por José Leite de Vasconcelos, permitiram acrescentar informações aos trabalhos arqueológicos da época, fosse através da divulgação das características e singularidade de alguns ou pela sua comparação com outros objectos semelhantes. Por outro lado, os investigadores mencionados, organizadores de colecções institucionalizadas, ambicionavam

⁹⁰ Deveria referir-se a Alexandre da Silveira e Lorena (1847-1903).

⁹¹ Utilizamos as designações atribuídas por Estácio da Veiga.

poder enriquecer os seus espólios com materiais como os pertencentes a Teixeira de Aragão e outros coleccionadores. Estácio da Veiga desejava poder incorporar todos os materiais que pudessem enriquecer o seu *Museu Archeologico do Algarve*⁹² e José Leite de Vasconcelos, enquanto responsável por um museu que pretendia representar a nação, ambicionava incorporar objectos de toda a área geográfica portuguesa, o que de facto também aconteceu e que esta tese irá evidenciar (capítulo 4. *Uma colecção de colecções e um 'mapa arqueológico' nacional, em Lisboa*). As colecções particulares existentes em Portugal, como as de Teixeira de Aragão, constituíam por isso recursos fundamentais para estes propósitos. Mas apesar de conquistarem bastantes colaboradores, Estácio da Veiga e José Leite de Vasconcelos foram confrontados com decisões e perspectivas contrárias às suas expectativas por parte dos vários coleccionadores que procuravam envolver nos seus projectos.

Embora Teixeira de Aragão tenha oferecido objectos e facultado o acesso às suas colecções, não foi totalmente ao encontro das expectativas de José Leite de Vasconcelos, por exemplo. Apesar de oferecer alguns objectos para o então designado Museu Etnológico Português, Teixeira de Aragão dispersou grande parte da sua colecção, «parte cedendo-a avulsamente, parte, e a mais importante, vendendo-a em leilão» (Vasconcelos, 1904a: 135). Além da numismática e da arqueologia, onde se incluía uma colecção de anéis, que já referimos, Teixeira de Aragão colecionou arte, mobiliário antigo, vestuário, armas e livros. Foi na sua residência, na Calçada do Salitre, em Lisboa, que começou no dia 18 de Dezembro de 1901 o leilão de mais de um milhar de objectos que lhe pertenceram. Neste dia e nos dias seguintes estiveram em arrematação objectos donde se poderá salientar uma colecção de carimbos de prata pertencente a antigos conventos do século XVI, diversas peças de vestuário antigo, jóias valiosas, peças de porcelana da china, objectos de faiança portuguesa, diversos quadros a óleo sobre tela, alguns da escola espanhola e veneziana, instrumentos musicais (bandolim, harpa, tamborete africano, rebeca árabe), mobiliário diverso, parte dele em pau-santo, 300 peças de vidros antigos de Veneza, Boémia e Espanha ou um conjunto de objectos que pertenceram aos realistas de Serpa. Foi simultaneamente leiloada uma colecção 487 armas antigas, registada como «notável» pela «variedade de algumas marcas, como pela parte artística de muitas peças, sobretudo das espingardas de fabrico português»⁹³. Está

⁹² Uma questão que retomaremos nos próximos subcapítulos 2.2 «Pago todas as pedras que me apresentar com letras» - colecionismo arqueológico em Mértola, 1877 e 2.3. *Proprietários simbólicos do Museu Archeologico do Algarve*.

⁹³ Nesta colecção existiam armas defensivas – armaduras, couraças, capacetes, escudos de tartaruga de origem persa, espadas, adagas, espadins, sabres, facas de mato, punhais, espingardas de fuzil, pistolas de fuzil –, armas africanas, imitações

também disponível informação sobre a venda de várias centenas de livros que constituíam a sua *livraria* através dos catálogos do leilão que decorreu em 1904, já depois do seu falecimento⁹⁴.

Este conjunto de catálogos produzido pelos leiloeiros, onde se encontra um volume específico relativo aos «Livros sobre Numismática pertencentes à livraria do falecido Dr. Teixeira de Aragão», permite-nos compreender a declaração de José Leite de Vasconcelos que atrás transcrevemos sobre a possibilidade das colecções de Aragão enriquecerem vários museus. Ainda que não tenha acontecido a aquisição estatal das suas colecções, a memória da sua existência ficou registada através destes catálogos e de alguns objectos que podemos encontrar em vários museus portugueses. Poderemos mencionar o Museu Nacional de Arte Antiga onde se encontra depositado um anel de sinete do século XV que Aragão adquiriu em 1880 na vila de Odemira por 12.000 réis⁹⁵ ou um escritório dos séculos XVI-XVII de fabrico austríaco que o coleccionador levou ao leilão de 1901⁹⁶. Podemos igualmente encontrar objectos das suas colecções no Museu Nacional do Traje e da Moda e no Museu Nacional de Arte Contemporânea. No primeiro encontram-se inventariados um casaco e um colete em seda verde do início do século XIX⁹⁷, peças de vestuário que foram transferidas do Museu Nacional de Arte Antiga para o Museu dos Coches e posteriormente para o Museu Nacional do Traje e da Moda. Também o Museu Nacional de Arte Contemporânea incorporou nas suas colecções uma pintura a óleo, de 1867, representando uma «Camponesa de Ílhavo». O quadro foi oferecido pelo seu autor, Francisco José de Resende, a Teixeira de Aragão e adquirido pelo Estado em 1943⁹⁸.

Embora parte dos materiais arqueológicos coleccionados por Teixeira de Aragão se tivessem dispersado, é ainda hoje identificável nos acervos do Museu Nacional de Arqueologia uma colecção composta maioritariamente por materiais romanos, alguns

e objectos diversos. s./a (1904) - *Catálogo do leilão de armas antigas: collecção do fallecido Dr. Teixeira Aragão*. Lisboa: Typ. Universal.

⁹⁴ s/a. (1904) - *Catálogo da importante livraria do distinto numismata Dr. Teixeira de Aragão*. Lisboa: Imp. Lucas; s/a. (1904) - *Livros sobre numismática pertencentes á livraria do falecido Doutor Teixeira de Aragão*. Lisboa: Inst. Geral das Artes Graphicas.

⁹⁵ Museu Nacional de Arte Antiga, n.º 927 Joa

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=246459>

⁹⁶ Museu Nacional de Arte Antiga, n.º 562 Mov

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=261071>

⁹⁷ Museu Nacional do Traje e da Moda, n.º 3927, n.º 3928.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=45686>

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=45687>

⁹⁸ Museu Nacional de Arte Contemporânea, n.º 1051.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=201515>

medievais, de contextos islâmicos e alguns materiais pré-históricos⁹⁹. Este médico militar, antes do leilão das suas colecções, ofereceu para o então designado Museu Etnológico Português «quase todos os objectos romanos e pré-romanos que ao tempo possuía» e depois do seu falecimento, a viúva de Teixeira de Aragão, Theresa de Aragão, ofereceu ainda «alguns vasos de diversas proveniências e épocas» (Vasconcelos, 1904a: 136). Mas a dispersão da sua colecção arqueológica fez-se igualmente por outras vias. Teixeira de Aragão vendera ao leiloeiro Baron, em Paris, «vários anéis de ouro romanos, achados em Portugal, alguns vasos do Algarve, da mesma época, e um fundo de pátera lusitano-romano de prata, com a gravura de um Deus» (Vasconcelos, 1904a: 136). José Leite de Vasconcelos menciona que esta venda ao leiloeiro de Paris terá ocorrido «muito antes do leilão» de 1901, presumindo-se assim que parte da colecção arqueológica de Teixeira de Aragão terá sido encaminhada para a capital francesa ainda no século XIX, uma opção considerada como «um desfalque» à arqueologia nacional:

«Não obstante a amizade que eu consagro a Aragão, e a muita veneração que tenho pela sua memória, não posso esquecer este desfalque que elle fez sofrer à archeologia nacional, entregando a um negociante estrangeiro objectos que deviam ficar no país, de mais a mais sabendo Aragão que eu lh'os comprava para o Museu, e que eu tinha o máximo empenho nelles, sobretudo na pátera. (Vasconcelos, 1904a: 136)

José Leite de Vasconcelos ambicionava incluir nas colecções do museu que dirigia os valiosos objectos que pertenceram às colecções de Teixeira de Aragão e não desistiu dessa incorporação. Entre outros objectos lamentava-se a perda da pátera lusitano-romana que Teixeira de Aragão adquirira no Porto (Ilustração 5, Ilustração 7). Um objecto com um percurso complexo desde que foi fabricado e utilizado, com objectivos votivos, num santuário ou templo consagrado a Marte (Ribeiro, 2002) até ao momento em que integrou as colecções do Museu Etnológico, hoje designado como Museu Nacional de Arqueologia, instituição onde o podemos observar integrado na exposição *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Desde o momento da sua descoberta, no século XIX, esta pátera cruzou-se com coleccionadores particulares, vendedores e revendedores, adquiriu um valor pecuniário, científico e também

⁹⁹ Baseamo-nos na informação disponibilizada através do MatrizNet.

patrimonial ao ser considerado um «tesouro da arqueologia nacional»¹⁰⁰ e classificada como objecto de *Interesse Nacional*¹⁰¹.

Como refere Samuel Alberti, a incorporação de objectos nos acervos museológicos nem sempre é directa. Podemos supor que no momento da "descoberta" o colector confere ao objecto um significado estável, que persistirá no seu percurso no museu. Mas, para muitos objectos, este foi apenas o primeiro de uma série complicada de significados e de mudanças de contexto (Alberti, 2005: 562). Foi o que ocorreu com este pequeno objecto em prata, com letras incrustadas a ouro, utilizado em cerimónias e ritos religiosos na antiguidade. Encontrada na Quinta do Paiço¹⁰², Carriça (entre a cidade do Porto e a cidade de Braga), a mencionada pátera romana estava em 1861 na posse de Domingos de Oliveira Maia, residente na cidade do Porto (Hübner, 1871: 69). Este possuidor, possivelmente um coleccionador, facultou a Augusto Soromenho uma cópia que, divulgada junto de Ernest Willibald Emil Hübner (1834-1891), suscitou a curiosidade deste investigador da Academia das Ciências de Berlim que participava no projecto de compilação das inscrições epigráficas latinas da antiguidade (*Corpus Inscriptionum Latinarum*) desenvolvido por aquela instituição alemã (Schmit, 2007). Na sua deslocação a Portugal, no ano de 1861, Hübner visitaria a cidade do Porto onde acederia directamente ao objecto. Aperfeiçoando a leitura da inscrição que lhe tinha sido facultada pela cópia de Augusto Soromenho divulgou-a no segundo volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (Hübner, 1869: 2373) e posteriormente no artigo «Notícias arqueológicas de Portugal» (Hübner, 1871). O objecto foi posteriormente adquirido, em circunstâncias e data desconhecida, pelo coleccionador Teixeira de Aragão e iria suscitar o interesse de outros coleccionadores como José Leite de Vasconcelos que, como já mencionámos, a partir de 1893 tomara a responsabilidade de conceber e enriquecer uma colecção nacional, onde cabiam objectos como a pátera romana da colecção de Teixeira de Aragão, a única desta tipologia conhecida até então em território nacional¹⁰³.

¹⁰⁰ Integrou a exposição *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*, organizada no ano de 1980 pelo Museu Nacional de Arqueologia.

¹⁰¹ Decreto; nº 19/2006; 18/07/2006.

¹⁰² Este local é mencionado por Martins Sarmiento nos manuscritos «Antiqua» de 1878. Este autor regista que no local tinham também surgido um miliário registado por Emil Hübner (CIL, II, N.º 4736), uma ânfora e algumas moedas. O miliário tinha sido encontrado no decorrer das obras de construção de um torreão nesta quinta por Domingos de Oliveira Maia (Sarmiento, 1970: 53).

¹⁰³ No segundo volume da obra *Religiões da Lusitânia*, onde é descrita, apenas é comparada com «outros monumentos análogos» existentes na colecção do «Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Paris» (Vasconcelos, 1905a: 311),



Ilustração 5 – Desenho da pátera romana que pertenceu a Teixeira de Aragão.

Esta imagem foi divulgada por Emil Hübner em *Noticias Archeologicas de Portugal* (1871) e posteriormente reproduzida, em 1905, na obra *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos, 1905a: 310). Nesta data o objecto encontrava-se em parte incerta: fora vendida ao leiloeiro Baron, em Paris e aí, em vão, procurada por José Leite de Vasconcelos (em 1901?) informado então da venda a uma senhora americana. (Hübner, 1871; Vasconcelos, 1904a, 1905e)

Sabendo que a pátera teria sido encaminhada para Paris, José Leite de Vasconcelos não deixou de a procurar junto do leiloeiro a quem tinha sido vendida. Na necrologia alusiva a Aragão, que publicou em 1904 na revista *O Archeologo Português*, José Leite de Vasconcelos refere que na sua última estada em Paris procurou o antiquário e esta peça específica, embora sem sucesso. Esta estadia na capital francesa poderá ter ocorrido em 1901, ano em que defendeu em Paris a sua tese de doutoramento, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*¹⁰⁴. Nesta ocasião não obteve a pátera, que segundo o leiloeiro pertenceria então a uma senhora americana, nem os anéis da colecção de Aragão, mas adquiriu para o museu «alguns dos vasos» que lhe pertenceram: uma taça de Terra Sigillata Sudgálica de época romana¹⁰⁵ (Ilustração 6), um pote de *Terra Sigillata* Hispânica¹⁰⁶ e uma taça de paredes finas da mesma época¹⁰⁷ (Vasconcelos, 1904a: 136).

¹⁰⁴ Foi publicada nesse mesmo ano de 1901 pela editora Aillaud & C.^{ie}.

¹⁰⁵ Museu Nacional de Arqueologia, n.º 15587.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=118415>

¹⁰⁶ Museu Nacional de Arqueologia, n.º 15586.



Ilustração 6 – Taça de Terra *Sigillata* Sudgálica

Época romana (séc. I d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, 15587; Dimensões (cm): altura: 6,9; diâmetro: 15,1 (MatrizNet)

Objecto encontrado na Quinta da Torre de Ares; pertenceu à coleção arqueológica de Teixeira de Aragão e integrou o conjunto de objectos que o colecionador vendeu ao leiloeiro parisiense Baron. Foi comprado em Paris, juntamente com outros objectos, para o Museu Etnológico, por José Leite de Vasconcelos.

Esses objectos eram provenientes do Algarve, mais especificamente da Quinta da Torre de Ares (Tavira). No que se refere à pátera, desconhece-se efectivamente se esteve em posse da mencionada «senhora americana» uma vez que José Leite de Vasconcelos viria a recuperá-la, inesperadamente, alguns anos depois, em Março de 1905, em casa de um arqueólogo de Madrid quando procurava conhecer as suas últimas aquisições arqueológicas. Noticiou a compra desta «jóia archeologica», pelo mesmo preço com que tinha sido adquirida por este arqueólogo madrilenho¹⁰⁸, na publicação oficial do museu (Vasconcelos, 1905e: 400).

Ao recolhermos a informação dispersa em várias fontes sobre o percurso deste objecto verifica-se, como salientam vários autores, as vantagens de documentar as trajectórias dos objectos e das colecções (Lourenço &, Guessner, 2014; Gosden & Marshall, 1999). O percurso desta pátera romana, que apresentamos sistematizado na Ilustração 8, evidenciou a variedade de actores interessados na sua posse e envolvidos no seu percurso, as cambiantes interpretativas dos vários possuidores e a deambulação geográfica de um cobiçado objecto científico.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=119876>

¹⁰⁷ Museu Nacional de Arqueologia, n.º 15578.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=119877>

¹⁰⁸ Não é mencionado o seu nome nas fontes.



Ilustração 7 – Fundo de pátera a Marte

Época romana (séc. I d.C. - II d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, Au 112; Dimensões (cm): diâmetro: 8. (MatrizNet).

Objecto classificado recentemente como de Interesse Nacional; pode ser observado na exposição *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*, patente ao público no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa, a mesma mostra onde podemos observar a Ara a Tatianós que também pertenceu à colecção arqueológica de Teixeira de Aragão (Ilustração 3, Ilustração 4).

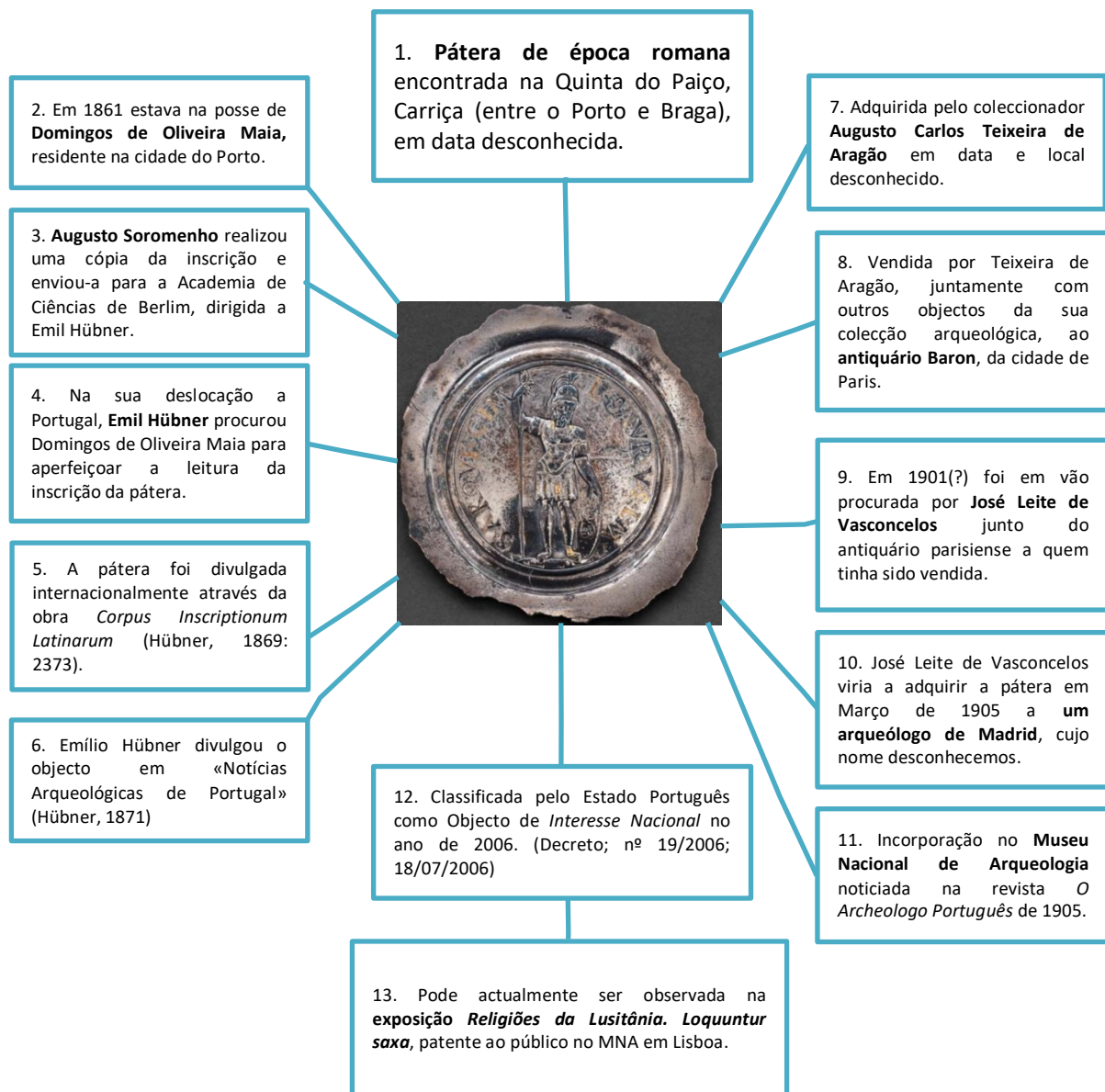


Ilustração 8 – Reconstituição do percurso do fundo de pátera a Marte

Objecto de época romana que pertenceu à colecção arqueológica de Teixeira de Aragão e que actualmente integra as colecções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA Au 112).

Os percursos dos restantes objectos arqueológicos que pertenceram a Teixeira de Aragão e que actualmente se encontram no Museu Nacional de Arqueologia evidenciam uma complexidade semelhante ao da pátera romana que atrás mencionamos. Para formar a sua colecção arqueológica Teixeira de Aragão usou, como referimos, a sua posição privilegiada enquanto médico para obter objectos para as suas colecções. Esta sua posição socioeconómica permitia-lhe acrescentar importância aos objectos encontrados por trabalhadores rurais que começaram a desenvolver a noção do valor pecuniário que os objectos poderiam assumir junto de coleccionadores como Aragão. Veja-se a título de exemplo o caso do atrás referido anel de sinete em prata dourada, do século XV, hoje

preservado no Museu Nacional de Arte Antiga, que encontrado em 1880 por um mateiro na Herdade de Refoias (Odemira) foi trocado por duas onças de tabaco. O anel foi posteriormente vendido pelo seu companheiro de trabalho por 11.000 réis e readquirido pelo valor de 12.000 réis por Teixeira de Aragão (Aragão, 1887).

Muita da informação sobre estes processos de constituição de colecções, que incluem aquisição e preservação de materiais arqueológicos por parte de personalidades como Teixeira de Aragão e diversos outros actores, perdeu-se no tempo ou ficou olvidada nos vários suportes de memória preservados. Coleccionadores como o que destacámos neste capítulo ou outros coleccionadores com referências mais exíguas, como por exemplo o «distinto amador de antiguidades, o sr. Jeronymo de Lima Paes de Sande Castro»¹⁰⁹, integraram redes de circulação de conhecimento fundado em objectos mas preservaram-se registos muito incipientes da sua actividade. Se algumas vezes essa ausência de registos está relacionada com uma colaboração muito pontual com a formação de colecções arqueológicas outras vezes prende-se com o facto de essas personagens não deixarem publicações. Uma obra editada é habitualmente garantia de inclusão do nome do autor em enciclopédias ou dicionários, mas mesmo nessa circunstância, como bem exemplifica o caso de Teixeira de Aragão, as referências relativas à sua ligação com o desenvolvimento das práticas arqueológicas podem dissipar-se. Para este facto tem contribuído a tradição de produção de narrativas sobre a criação e desenvolvimento das instituições como obra de figuras fundadoras e visionárias. Nessa predominante produção historiográfica, em Portugal como noutros países ocidentais, apresentam-se os museus como sujeitos «de un relato que los transformaba en una encarnación de la biografía de sus directores y en una empresa de creación de la grandeza nacional» (Podgorny & Lopes, 2013: 16).

Se atendermos contudo às substanciais redes de comunicação, intercâmbio e provisão de artefactos que estão na base da formação das colecções públicas e privadas verificamos que é possível resgatar outras histórias sobre a construção do conhecimento científico, como evidencia o caso de Augusto Carlos Teixeira de Aragão e como veremos nas próximas páginas com a reconstituição do percurso de vários actores e dos objectos que manipularam. Não é

¹⁰⁹ As únicas referências às suas práticas colecionistas foram localizadas na obra de Estácio da Veiga; este colecionador facultou a análise química de objectos das suas colecções e por esse motivo é citado na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891: 153); no Arquivo Histórico do Ministério da Economia existe uma referência a Jeronymo de Lima Paes de Sande Castro (1862-1911) como «Condutor de 2ª classe» da Direcção Geral das Obras Públicas: <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=220052>

de somenos importância o facto de Teixeira de Aragão ter integrado a comissão organizadora da nona sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e Antropologia Pré-histórica¹¹⁰ organizado em Lisboa em 1880. Uma iniciativa que projectou internacionalmente Portugal e a ciência que produzia e que, nacionalmente, iria seduzir as elites ilustradas portuguesas para o estudo da antiguidade da humanidade criando colecções arqueológicas onde, além das antiguidades clássicas, iriam surgir materiais reconhecidos como pré-históricos.

A importância das práticas arqueológicas do médico militar Teixeira de Aragão revelou-se através da análise das suas próprias publicações e através das referências de outros autores da época relativamente às colecções que possuiu. Autores cuja própria investigação dependia da colaboração de todos quantos pudessem possuir colecções, objectos ou conhecimento sobre a existência de estruturas antigas. Para isso foram desenvolvidas diversas estratégias de aliciamento para obter os seus objectos, colecções ou cooperação. Estratégias que não foram totalmente eficazes junto do coleccionador que abordámos neste capítulo mas que serão bem-sucedidas junto de outros actores que necessitavam de recursos ou que valorizavam o reconhecimento público que as suas práticas eruditas de coleccionar e conhecer o passado da nação lhes poderiam conferir.

¹¹⁰ Os seus *Comptes Rendus* foram publicados em 1884 pela Tipografia da Academia Real das Ciências.

2.2 «PAGO TODAS AS PEDRAS QUE ME APRESENTAR COM LETRAS» - COLECCIONISMO ARQUEOLÓGICO EM MÉRTOLA, 1877

Pouco depois das grandes cheias do rio Guadiana, que ocorreram durante o mês de Dezembro de 1876, **Manuel Ignacio de Mello Garrido (1847- 1890)**, um residente da vila de Mértola interessado em antiguidades, accionava os seus contactos no sentido de possibilitar a exploração arqueológica da Cerca de S. Sebastião, onde as chuvas intensas tinham revelado diversas estruturas e materiais arqueológicos. Cooperava com **Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga** que lhe havia dirigido o pedido de autorização para a exploração do local e para «examinar todos os monumentos, moedas e objectos archeologicos»¹¹¹. As ligações familiares com o proprietário dos terrenos onde se situavam as descobertas, seu padraсто, e o interesse pela arqueologia faziam de Mello Garrido um intermediário estimável para personalidades como Estácio da Veiga ou **Augusto Soromenho**, com quem também mantinha contactos. Augusto Soromenho, recorde-se, era então professor de História da Escola Superior de Letras e recebera de Mello Garrido uma carta com data de 20 de Dezembro de 1876 onde noticiava terem aparecido duas moedas de cobre na Cerca de S. Sebastião (Veiga, 1880a: 81). O conhecimento veiculado pela missiva de Garrido cabia entre o tipo de informação que Augusto Soromenho projectara incluir no periódico *O Investigador. Correspondência entre antiquários, eruditos, literatos e curiosos*¹¹² e seria possivelmente nesse campo de acção que manteria contactos com Mello Garrido.

Os interesses de Soromenho cruzavam-se portanto com os interesses de Mello Garrido e de Estácio da Veiga, com o qual, apesar do incidente relativo à *Tábula de Bronze de*

¹¹¹ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, Carta de Manuel Ignacio de Mello Garrido para Estácio da Veiga: 25 Dez. 1876. *Apud* Cardoso, 2006: 305.

¹¹² Um jornal quinzenal que conhecemos através do Arquivo Distrital de Setúbal, instituição que conserva com a cota PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0021 os impressos associados à divulgação da publicação. Este projecto, com data desconhecida, ficou também registado no *Dicionário Bibliográfico Português* onde se registam os seus objectivos: «promover e facilitar o estudo e averiguação das nossas antiguidades, da nossa história, das instituições [...] e por isso além das secções de perguntas e respostas possuiria outra com artigos sobre antiguidades pré-históricas, sobre epigrafia romana e da idade média, sobre numismática romana e portuguesa, arqueologia monumental, iconografia, paleografia; ou documentos históricos e literários inéditos, notícias históricas, bibliográficas, biográficas, etc.» (Brito & Neves, 1923: 484). Nenhum periódico com a designação mencionada se encontra disponível na Biblioteca Nacional de Portugal, na Hemeroteca de Lisboa nem nas bibliotecas portuguesas com importantes acervos de periódicos (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Biblioteca Pública Municipal do Porto). Considera-se a hipótese deste jornal não ter passado de um projecto de Augusto Soromenho que imprimiu os impressos de divulgação, parte deles registados no Arquivo Distrital de Setúbal.

*Aljustrel*¹¹³, trocava igualmente informações sobre antiguidades, nomeadamente as relativas a Mértola. Foi através de Augusto Soromenho que Estácio da Veiga obteve conhecimento do aparecimento das citadas moedas de cobre identificadas por Mello Garrido (Veiga, 1880a: 81).

A existência de numerosas antiguidades em Mértola, e também no Algarve, era já conhecida quando as citadas grandes cheias pluviais do rio Guadiana, durante o Inverno de 1876, revelaram vários objectos e estruturas arqueológicas. Mas a profusão de materiais postos a descoberto nesta ocasião, com destaque na imprensa nacional (Cardoso, 2007: 303), constituiu o pretexto para que se implementasse a então recentemente projectada política científica de preservação de monumentos e de objectos arqueológicos bem como reformas no ensino das belas artes e nas instituições museológicas (Holstein, 1875). O Governo criara em 10 de Novembro de 1875 uma comissão que deveria apresentar propostas para implementar melhorias nestes campos da vida cultural e científica portuguesa e no que se refere à arqueologia esta comissão salientou a necessidade de criação de uma autoridade incumbida do serviço arqueológico, com a sua equipa de pessoal formada para realizar trabalhos teóricos e práticos e assim evitar a perda e a destruição de muitos vestígios da história nacional (Holstein, 1875: 47-49). Urgia portanto identificar antigas povoações e populações, as suas vias de comunicação e preservar outros vestígios do passado dispersos pelo país. Defendia-se ainda a criação de um museu de feição nacional, na cidade de Lisboa, que a par dos museus regionais deveria conservar as antiguidades que surgissem no território (Holstein, 1875: 33-35).

Foi neste âmbito que o Governo decidiu efectuar o levantamento dos vestígios históricos que surgiram em 1876 na vila de Mértola e na região do Algarve, recolhendo os objectos para o projectado museu de feição nacional e contratando para esse efeito Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga. Na preparação da sua deslocação para Mértola, este engenheiro de minas, formado pela Escola Politécnica de Lisboa (Cardoso, 2004: 298),

¹¹³ Este objecto, onde está inscrita a legislação relativa ao quotidiano de uma aldeia mineira romana (Encarnação, 2013), foi encontrado em Maio de 1876 nos escoriais da mina de Algares, ao Sul de Aljustrel. Propriedade da direcção da Companhia de Mineração Transtagana, a tábula de bronze com duas inscrições foi exposta «ao estudo público numa sala da Comissão Geológica, instituída no pavimento superior do edifício da Academia Real das Ciências, convidando para este estudo as pessoas competentes por um anúncio inserto no jornal *Comércio de Lisboa*» (<http://www.lneg.pt/MuseuGeologico/exemplar/vipasca>). Augusto Soromenho terá abusivamente aproveitado a investigação já realizada por Estácio da Veiga sobre esta tábula romana e publicado um estudo sobre a mesma (Soromenho, 1877). Uma questão descrita por Estácio da Veiga na introdução do trabalho sobre o mesmo objecto conservado desde sempre no Museu da então Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal (Veiga, 1880b; Cardoso, 2006: 379).

procurou receber informação detalhada sobre os objectos que surgiam nesta vila alentejana entrando previamente em contacto com personalidades interessadas pela história local. Uma dessas personalidades era Manuel Ignacio de Mello Garrido, que em 25 de Dezembro de 1876 lhe enviou directamente informação especializada sobre os objectos encontrados:

«Enquanto á moeda, de que fallei ao nosso amigo o Snr. Soromenho, o qual á primeira vista me parecia ter no anverso um sôlho, peixe muito apreciado, que se péscia no Guadiana, e que por esta circunstancia suppunha ter sido cunhada aqui, por ter já visto e possuido outras com o mesmo cunho, não me parece já, que seja a d'aquelle peixe a figura, que lá se divisa, mas sim uma outra figura, semelhante ás que se vêem nas moedas, cunhadas em Serpa. No cemiterio, que ha pouco se descobriu têm apparecido por agora dois vasos de barro, de differente forma, encerrando ossos humanos, pertencentes a individuo adulto, cujo cadaver parece ter sido submettido ao processo de incineração. Assim o julgo por circunstancias, que [... ...] mencionar agora visto que V. Exa. vem aqui, onde ha muito que vêr e examinar.»¹¹⁴

Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra e membro de uma das famílias da elite de Mértola¹¹⁵, Mello Garrido estava notoriamente capacitado, como é perceptível na transcrição anterior, para atribuir um local de cunhagem à moeda descoberta e identificar o processo de incineração nas urnas de barro do cemitério recentemente descoberto. Estes conhecimentos tornavam Mello Garrido uma personalidade local incontornável para Augusto Soromenho ou Estácio da Veiga que procuravam, embora com objectivos distintos, recolher informações sobre as antiguidades locais. Este último actor, Estácio da Veiga, que ao serviço do Governo procurava igualmente formar uma colecção de objectos arqueológicos, viria mesmo a conseguir obter uma das urnas de barro mencionadas na carta de Mello Garrido (Ilustração 9). Um objecto cerâmico posteriormente reproduzido na obra *Memória das Antiguidades de Mértola* (Veiga, 1880a: 83) e inicialmente conservado por **António Xavier de Brito** (....-....), médico da vila, que lho ofereceu a 4 de Março de 1877 (Veiga, 1880a: 31-32).

¹¹⁴ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, Carta de Manuel Ignacio de Mello Garrido para Estácio da Veiga: 25 Dez. 1876. *Apud* Cardoso, 2007: 306.

¹¹⁵ Não existe informação sobre o seu percurso em obras de referência como na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. A informação que indicamos sobre a sua formação académica e as suas datas de nascimento e morte é disponibilizada por um seu descendente no site: <http://mellogarrido.armorial.net/paginas/0010.manuelinaciodemellogarrido1.shtml>; a restante informação decorre da análise da correspondência que dirige a Estácio da Veiga.



Ilustração 9 – Urna em cerâmica de tipo Cruz del Negro

1ª Idade do Ferro (VIII a.C. - VI a.C.), Museu Nacional de Arqueologia, 983.281.2, Dimensões (cm): altura: 28,5; diâmetro: 25 (MatrizNet)

Manuel Ignacio de Mello Garrido comunicou a Estácio da Veiga a existência desta urna da Idade do Ferro numa carta de 25 de Dezembro de 1876. Na sequência dos contactos posteriormente estabelecidos, o seu possuidor, António Xavier de Brito, médico da vila de Mértola, ofereceu o objecto em 4 de Março de 1877 a Estácio da Veiga¹¹⁶.

No que se refere à exploração arqueológica da Cerca de S. Sebastião que Estácio da Veiga pretendia realizar, e apesar da intermediação de Mello Garrido, esta não chegou a ocorrer¹¹⁷. **Lourenço Cesário Parreira (...-...)** não autorizou o exame das sepulturas identificadas na sua propriedade, uma das mais afectadas pelas cheias do Guadiana (Veiga,

¹¹⁶ Este objecto deverá ter dado entrada no Museu Etnológico Português no âmbito da incorporação de objectos das colecções formadas por Estácio da Veiga, parte delas dispersas na Academia Real de Belas Artes de Lisboa, tal como é referido na *História do Museu Etnológico* (Vasconcelos, 1915: 308). De facto os objectos recolhidos por Estácio da Veiga em Mértola foram, como o próprio registou no catálogo incluído na obra *Antiguidades de Mértola*, enviados para esta instituição (Veiga: 1880: 24-26), entre eles, com o número «53» uma «Grande urna cinerária de argila alvacentas [...] oferecida na villa de Mertola em 4 de março de 1877 pelo dr. Antonio Xavier de Brito a E. da V.» (Veiga, 1880a: 32)

¹¹⁷ No caso dos vestígios arqueológicos encontrados na propriedade de Cesário Parreira foi necessário aguardar um século para conhecer de forma efectiva os vestígios registados em 1877. Foi no âmbito do projecto de ampliação de uma escola e da construção de um pavilhão gimnodesportivo que o Campo Arqueológico de Mértola iniciou, entre Outubro de 1991 e Janeiro de 1992, a identificação desta necrópole e a posterior conservação de uma parte das 260 sepulturas tardo-romanas (século III a V d. C.) da Cerca de S. Sebastião. (Lopes & Boiça, 1993; Lopes, 1999, 2003).

1880a: 23). Receava mais constrangimentos ao desenvolvimento dos seus trabalhos agrícolas e nesse âmbito explorou algumas possibilidades para beneficiar das estruturas arqueológicas que se revelaram nas suas terras. Na sequência do pedido de autorização para a exploração do cemitério que lhe foi directamente dirigido por Estácio da Veiga¹¹⁸ terá solicitado informação sobre as condições em que poderiam decorrer as intervenções arqueológicas. Toma assim conhecimento de que não estavam previstas indemnizações a título de licença ou sobre os estragos provenientes dos trabalhos de escavação. Estes seriam somente realizados nos locais onde os proprietários concedessem autorização, sendo os objectos descobertos pertencentes a ambos. Aos donos dos terrenos era proposto que ficassem com todos os objectos em prata e ouro, excepto moedas que seriam divididas, cedendo os proprietários todos os demais objectos sem valor determinado, como as epígrafes, louças, vidros e outros metais¹¹⁹.

A colecção arqueológica formada na vila de Mértola em 1877, que sistematizámos e analisámos neste trabalho (ver Anexo 1), iria porém incorporar alguns objectos provenientes desta propriedade, a já mencionada urna de barro da Idade do Ferro que actualmente está classificada como pertencente à tipologia Cruz del Negro¹²⁰ e um conjunto de sete objectos de época romana encontrados por um trabalhador da vila de Mértola que os ofereceu a Estácio da Veiga. Por intermédio deste indivíduo, que na história destas colecções arqueológicas permanecerá como **anónimo** por não ter sido registado o seu nome, apenas a sua oferta¹²¹, conservaram-se um tijolo de argila amarelada, um fragmento de telha horizontal com bordos laterais salientes (*Tegula*), um fundo de ânfora de argila vermelha com indícios de ter servido de receptáculo cinerário, um fragmento de bordo de vaso de argila, uma amostra de cimentos (*opus*) com mescla de barro cozido triturado e dois fragmentos de laje de mármore (Veiga: 1880: 32).

Outros objectos que surgiram na mesma época foram registados mas não integraram esta colecção. O «Sr. **Lança Cordeiro**» (...-...) permitiu apenas o registo de informação sobre uma «laje delgada de mármore granolamelar cinzento» que cobria uma das 17 sepulturas da Cerca de S. Sebastião observadas em 1877 (Veiga: 1880: 81). **António Manuel da Costa** (...-...) ou o **Dr. Mira** (...-...), de Beja, não permitiram o estudo nem o registo de moedas e outros

¹¹⁸ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para Lourenço Cesário Parreira: 23 Dez. 1976.

¹¹⁹ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para Lourenço Cesário Parreira: 29 Dez. 1976

¹²⁰ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=140022>

¹²¹ O autor de *Memória das Antiguidades de Mértola* apenas registou a referência a um «trabalhador».

objectos que possuíam. O primeiro conservou «um grande e um mediano bronze» e o colecionador de Beja possuiria um «grande bronze», moedas cujo estudo, apesar de ser solicitado, não foi facultado a Estácio da Veiga (Veiga, 1880a: 55). Ficaram também por analisar duas moedas de ouro visigóticas identificadas em posse de particulares que não se dispuseram a emprestar os objectos (Veiga, 1880a: 121).

Verificou-se uma atitude oposta em dois colecionadores de Mértola, o já mencionado Mello Garrido e o «Sr Mendonça». Da oferta deste último contavam-se 11 moedas. Cinco remontavam à época romana, duas moedas árabes em prata¹²², moedas de D. Sancho I, D. João II, D. Sebastião e D. João IV. Esta colecção juntamente com a colecção oferecida por **Mello Garrido** mereceu o subcapítulo «Moedas Romanas, Árabes e Portuguezas, achadas em Mértola e oferecidas pelos Srs. Mendonça e Mello Garrido residentes na Villa, a E. da V.» na obra *Memória das Antiguidades de Mértola: observadas em 1877* (1880) onde foram divulgados os resultados das investigações e o catálogo das peças recolhidas nessa vila e nas suas imediações¹²³ (Veiga, 1880a: 36-43). Através de Mello Garrido, que contribuíra com a oferta de dez numismas romanos e medievais, conhece-se também a existência da colecção numismática de **João da Costa**¹²⁴, cujos últimos achados teriam sido efectuados num cercado da margem esquerda do Guadiana, junto às sepulturas reveladas pelas cheias de 1876¹²⁵.

Além dos materiais indicados, uma parte dos objectos que integraram a mencionada colecção formada em Mértola em 1877 foram adquiridos a residentes locais como **Manuel de Oliveira** (....-....). Inicialmente indiferente ao conhecimento que pudesse estar inscrito nas pedras com letreiros que surgiam no seu quintal, situado no Rossio do Carmo, Manuel de Oliveira quebrou várias epígrafes em mármore para com elas construir «um muro de pedra seca no alinhamento da casa». Uma das poucas epígrafes preservada completa, «que não teve ânimo de partir, por ser uma laje muito perfeita, com um grande letreiro», foi colocada na sua chaminé. Perante uma retribuição monetária de Estácio da Veiga – «Pago todas as pedras que me apresentar com letras, disse eu a Manuel de Oliveira» (Veiga, 180: 97) – este proprietário concordou em deixar demolir o muro do seu quintal e revistar as pedras que o constituíam. Apercebendo-se do valor monetário que poderia obter foi revelando

¹²² Foi solicitada a sua transcrição e interpretação ao arabista espanhol Amador de Los Rios (Veiga, 1880a: 39); representadas na 25ª estampa de *Memória das Antiguidades de Mértola* (Veiga, 1880a: 161).

¹²³ Um documento que sistematizámos e apresentamos no Anexo 1 desta investigação.

¹²⁴ Será provavelmente João Manuel da Costa, o secretário da câmara municipal que viria a integrar a rede de colecionadores que mantinham contactos frequentes com José Leite de Vasconcelos.

¹²⁵ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, Carta de Manuel Ignacio de Mello Garrido para Estácio da Veiga: 4 Nov. 1880.

progressivamente «os padrões epigráficos da Myrtilis Cristã» que reutilizara no muro do seu quintal e na sua lareira. Recolhidos os pedaços destas lápides e parcialmente reconstituídas, as epígrafes viriam a ser enviadas no dia 11 de Março de 1877 para Lisboa, endereçadas ao Ministro do Reino (Veiga, 1880a: 97-98). No ano em que se publicou a obra *Memória das Antiguidades de Mértola*, onde ficou registado «o enfurecido camartelo deste bárbaro do Sul» e «cuidadoso destruidor dos monumentos cristãos», registou-se uma nova descoberta do quintal de Manuel de Oliveira.

Manuel Ignacio de Mello Garrido, que entretanto exercera as funções de administrador do concelho de Vidigueira¹²⁶ e nesse mesmo ano de 1880 regressara a Mértola, comunicou a Estácio da Veiga o achado. Enviou a transcrição de uma nova epígrafe e a informação sobre os frequentes achados efectuados por Manuel de Oliveira, que entretanto colectara, provavelmente, fragmentos das lápides recolhidas nas explorações do ano de 1877. O próprio Manuel de Oliveira tinha também adquirido uma nova consciência relativamente ao valor dos objectos enterrados no seu quintal e por esse motivo registara, por exemplo, a orientação Este-Oeste de uma lápide de mármore que cobria uma sepultura que encontrara. Por outro lado, ao perceber a competição de vários coleccionadores pelas pedras com que se deparava, Manuel de Oliveira passou a ceder os objectos que encontrava a quem lhe oferecesse o melhor preço e por esse motivo alguns objectos do seu quintal foram mesmo enviados para o estrangeiro. **João Manuel da Costa**, coleccionador particular e secretário da Câmara Municipal de Mértola, chegou mesmo a pagar por uma das lápides sepulcrais encontradas em 1886, mas Manuel de Oliveira revendeu-a «depois a outro que mais lhe deu» sendo o objecto enviado «para Inglaterra»¹²⁷ (Ilustração 10).

¹²⁶ Terá exercido este cargo durante o ano de 1879-1880.

¹²⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 14 Mai. 1894, cota: 927-6003.

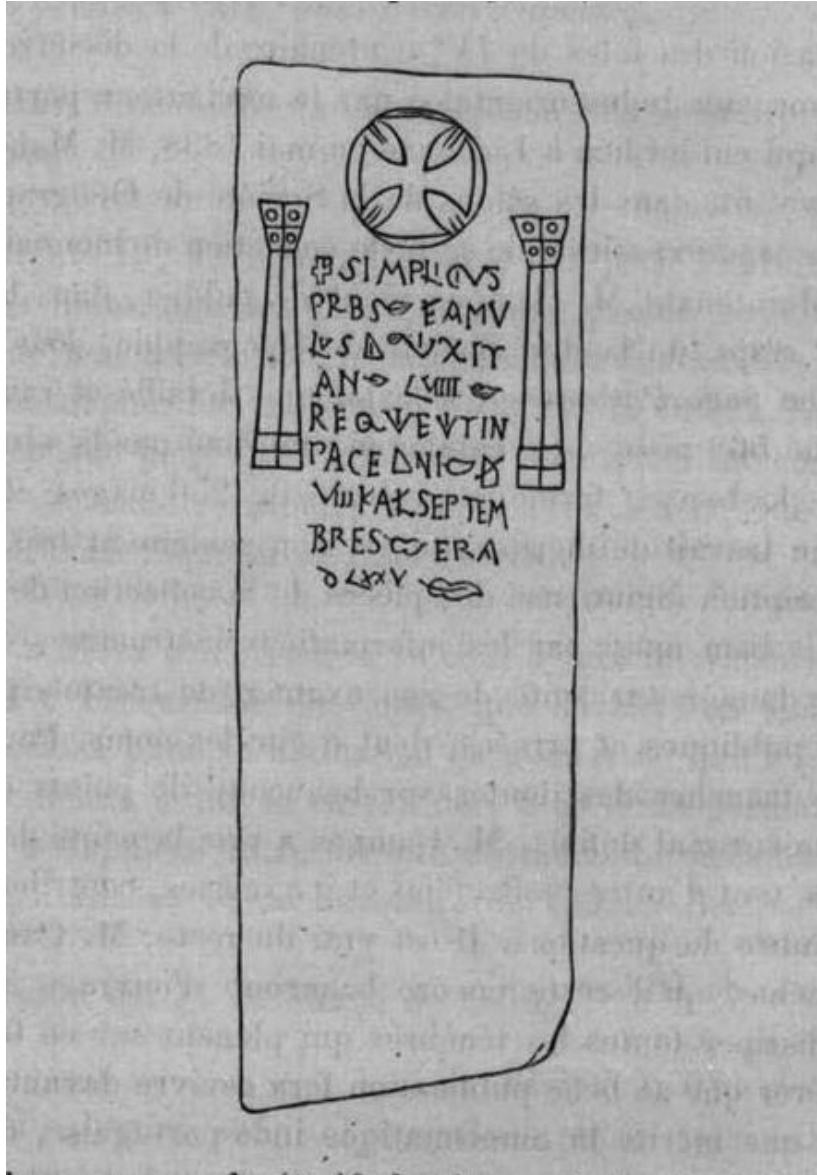


Ilustração 10 – Reprodução de lápide sepulcral medieval do século VI

Objecto de mármore encontrado por Manuel de Oliveira em 1886. Foi vendido para Inglaterra mas antes registado pelo colecionador João Manuel da Costa, um dos vários interessados na sua aquisição. As suas características físicas, nomeadamente as suas dimensões (1,40m de comprimento, 0,40 m de largura e 0,04 de espessura) foram preservadas e posteriormente divulgadas, inclusive através de uma fotografia, junto do futuro director do Museu Etnográfico Português, José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1903b: 144).

Além das ofertas e das aquisições de objectos, a colecção arqueológica formada no ano de 1877 incorporou ainda objectos extraídos de edifícios locais. Foi o caso de uma inscrição árabe incompleta reutilizada como material de construção sobre a porta de uma torre medieval do castelo de Mértola¹²⁸. Esta epígrafe foi extraída em 1877 juntamente com

¹²⁸ Ver Anexo 1, n.º de Inventário 82.

outro monumento epigráfico da mesma época¹²⁹ também inserido no alçado oeste da mesma torre do castelo (Veiga: 1880: 34-35).

Esta mesma colecção arqueológica que surgiu como resultado da deliberação governamental de registar as antiguidades de Mértola e criar um museu de feição nacional na cidade de Lisboa resulta de uma metodologia que incluiu, como veremos no gráfico seguinte (Gráfico 1), diferentes formas de incorporação: a extracção de objectos de edifícios públicos, mas também a compra, a sua obtenção através de escavação arqueológica, ofertas de personalidades locais, prospecções arqueológicas nos edifícios arrasados pelas cheias e nas estruturas postas a descoberto por elas.

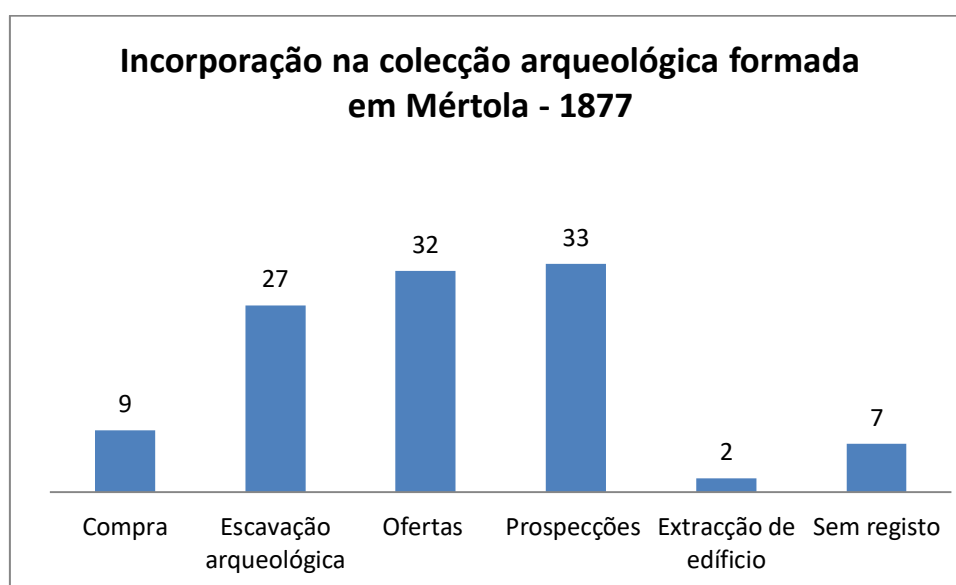


Gráfico 1 – Metodologia de incorporação de objectos na colecção arqueológica formada em Mértola, no ano de 1877.

Dados apurados a partir da análise da obra *Memória das Antiguidades de Mértola* (Veiga, 1880a), do catálogo dos objectos divulgado na mesma publicação e das restantes fontes analisadas para a redacção deste subcapítulo, elementos que sistematizámos no Anexo 1.

Na obtenção deste conjunto de objectos, posteriormente remetidos para a Academia Real de Belas Artes de Lisboa, as personalidades locais exerceram inevitavelmente um papel fundamental. Muitos objectos foram vendidos e oferecidos por residentes locais¹³⁰ e a realização de prospecções, escavações e extracção de objectos de edifícios dependeu da autorização concedida por particulares e entidades públicas que paralelamente forneceram

¹²⁹ Ver Anexo 1, n.º de Inventário 83.

¹³⁰ Se analisarmos proporcionalmente as formas de incorporação nesta colecção verificaremos que cerca de 37% dos objectos integraram esta colecção porque os seus possuidores se dispuseram a vendê-los (8%) ou a oferecê-los (29%).

informações fundamentais sobre a localização dos vestígios e ruínas e se disponibilizaram a ceder os objectos que conservaram, por vezes inadvertidamente.

O conjunto de 110 objectos recolhidos pelo investigador que se deslocou de Lisboa e permaneceu na vila de Mértola apenas 10 dias é assim o resultado de uma conjugação de vontades e da acção de um conjunto de protagonistas: um actor institucional, o Governo¹³¹, responsável pelo financiamento dos trabalhos de estudo e recollecção de objectos, o próprio Estácio da Veiga, mas também dos proprietários, trabalhadores, curiosos, eruditos e personalidades com interesse no conhecimento do passado local ou nacional. Na sua decisão de cooperar com a formação desta colecção estes actores agiram estrategicamente, indo ao encontro dos seus próprios interesses, fossem eles de índole política, social, cultural ou económica¹³².

Reconhecendo o carácter assimétrico das condições em que decorreram os encontros entre estes protagonistas – diferentes condições sociais, culturais e económicas – eles integraram contudo uma mesma rede que possibilitou a construção do conhecimento sobre a antiga ocupação da vila de Mértola. Usando a expressão de Lissa Roberts, diríamos que Mértola foi uma «zona de contacto» para diferentes personalidades que agindo a nível local, projectavam os resultados destes contactos em redes mais amplas (Roberts, 2009: 10). Entre outros, encontramos nesta rede Augusto Soromenho, Estácio da Veiga, Manuel Ignacio de Mello Garrido, António Xavier de Brito (o médico da vila), ou mesmo o proprietário Manuel de Oliveira. Estes actores estiveram ligados não exclusivamente por conhecimentos teóricos, mas também por conhecimentos empíricos, associados ao conhecimento local: conhecimentos do campo e influências sociais fundamentais para a constituição de colecções. Se Augusto Soromenho recolhia junto dos seus contactos informações para o seu projecto já citado, *O Investigador. Correspondência entre antiquários, eruditos, literatos e curiosos*¹³³, um periódico através do qual pretendia obter informação sobre todas as descobertas arqueológicas que decorriam em território nacional, ele constituía igualmente um dos

¹³¹ Estácio da Veiga registou que foi o Director Geral da Instrução Pública, António Maria de Amorim que apresentou ao ministro do Reino a proposta para a realização dos citados trabalhos: «Foi o sr. Conselheiro António Maria de Amorim o primeiro intérprete da opinião pública, como ao seu cargo competia, apresentando ao sábio ministro do reino o sr. António Rodrigues Sampaio a proposta para o exame das antiguidades, que alguns jornaes repetidas vezes recommendaram, e o sr. Sampaio, ouvido o conselho de ministros, foi o signatário da portaria que me auctorizou a emprehender esse exame». (Veiga, 1880a: 3)

¹³² Uma questão já salientada em diversos estudos, nomeadamente no caso das colecções africanas do *Manchester Museum* (Poulter, 2013).

¹³³ Ver nota de rodapé 112.

elementos da rede de informadores de Emil Hübner, que na Alemanha estabelecia uma colecção de informações sobre a epigrafia latina, no âmbito de um projecto da Academia de Ciências de Berlim¹³⁴.

Estácio da Veiga, por sua vez, beneficiou dos contactos de Augusto Soromenho e originou a sua própria rede de informadores para constituir a colecção que registou na obra *Memoria das Antiguidades de Mertola* (1880). Uma rede que integrou Manuel Ignacio de Mello Garrido, um residente local com amplos conhecimentos sobre antiguidades, facilitador da preparação da investigação de campo de Estácio da Veiga. Mello Garrido que favoreceu também a recolha de objectos relevantes e constituiu um dos agentes da circulação do conhecimento, enviando informações como a veiculada pela carta que dirigiu, três anos depois da formação da mencionada colecção arqueológica, em 4 de Novembro de 1880, a Estácio da Veiga:

«Quase todos os dias se está a descobrir n'estes sítios monumentos, que podem não ter grande valor arqueológico, (ignoram-no os homens, como eu, alheios à sciencia), mas cuja descoberta me parece estar amplissimamente a demonstrar a instante necessidade d'uma exploração scientifica bem dirigida.

Veja V.^a Ex.^a se, com a sua voz autorizada é capaz de conseguir alguma coisa neste sentido do Governo ou da Academia. Talvez que eu possa levar a Câmara d'este município a representar no mesmo sentido; mas não posso porém dar a certeza por agora porque para este fim terei de empreender com estes doutos edis uma verdadeira campanha da qual não sei se sairei vitorioso!»¹³⁵

Mello Garrido continuava a enviar informações sobre os frequentes monumentos arqueológicos que identificava e sobre a necessidade de realizar uma investigação sistemática na vila. Nesse sentido sugere que Estácio da Veiga utilize a sua influência em Lisboa, junto do Governo ou da Academia Real de Belas Artes para promover um estudo aprofundado. Através do excerto acima transcrito apercebemo-nos que Mello Garrido foi uma das personalidades que durante o século XIX intuiu a importância arqueológica da vila de Mértola, hoje uma «Vila Museu» que inclui nos seus circuitos culturais e turísticos a visita aos núcleos museológicos da

¹³⁴ Cartas que Augusto Soromenho: SMS. ARQ. Vol. I.

¹³⁵ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Manuel Ignacio de Mello Garrido para Estácio da Veiga: 4 Nov. 1880.

Ermida, Necrópole de S. Sebastião e à musealizada Basílica Paleocristã, donde provinham as lápides sepulcrais reutilizadas por Manuel de Oliveira no muro da sua propriedade e depois rentabilizadas com a sua venda a coleccionadores nacionais – a Estácio da Veiga, para integrarem a colecção formada em Mértola em 1877 – ou estrangeiros. O próprio Manuel de Oliveira integrou uma dinâmica de circulação e produção de conhecimentos, identificando e vendendo os objectos que encontrava a coleccionadores e, por vezes, disponibilizando o registo dos mesmos.

Algumas décadas depois, em 1908, José Leite de Vasconcelos prosseguiu as investigações em Mértola, mais precisamente no Rossio do Carmo (Cardoso, 2006c), onde viria a confirmar a existência da basílica paleocristã com os enterramentos circundantes e a estabelecer comunicação com alguns elementos que integraram a rede que possibilitou a formação da colecção arqueológica que abordámos neste subcapítulo. Entre eles o coleccionador João Manuel da Costa (ver subcapítulo 4.3) que documentou a lápide sepulcral medieval encontrada por Manuel de Oliveira em 1886 (Ilustração 10). José Leite de Vasconcelos utilizaria a informação contida nesses registos para contabilizar esse objecto no *elenco* arqueológico nacional¹³⁶ que constituía através da revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1903b: 144) e do museu que dirigia, em Lisboa.

A constituição da colecção que abordámos nas últimas páginas evidencia assim a importância de vários protagonistas, a relevância dos conhecimentos locais e da sua projecção em redes de circulação mais alargadas que contextualizam os objectos científicos. Este capítulo evidenciou igualmente, tal como referem Susana Star e James Griesemer (1989), os díspares sentidos que um mesmo objecto pode assumir para os diferentes actores, constituindo *objectos fronteira* – objectos que interceptam os interesses cruzados dos diferentes mundos sociais, os proprietários, os trabalhadores locais e os coleccionadores.

A colecção recolhida em Mértola não foi na época transvertida numa iniciativa museológica concreta. Os objectos foram enviados para a Academia Real de Belas Artes de Lisboa onde foram armazenados depois de vários percalços descritos na obra *Memória das Antiguidades de Mértola* (1880: 24-26). Incorporaram, mais tarde, o Museu Nacional de Arqueologia, contudo não é possível reconstituir a colecção através do catálogo colectivo *on-*

¹³⁶ Uma questão que desenvolveremos no *Capítulo 4. Uma colecção de colecções e um 'mapa arqueológico' nacional, em Lisboa.*

line dos Museus portugueses, MatrizNet¹³⁷. Os objectos recolhidos no Algarve, no seguimento da mesma campanha de investigação realizada a partir de 1877, viriam por sua vez a constituir o *Museu Archeologico do Algarve* (1880-1881). No capítulo seguinte evidenciaremos os actores que contribuíram para a sua formação e a sua ligação inalienável com os objectos que preservaram, coleccionaram e posteriormente emprestaram ou doaram para representação da história da região algarvia.

¹³⁷ Não foi possível localizar a colecção, apenas alguns objectos como a urna em cerâmica de tipo Cruz del Negro que o médico da Vila de Mértola ofereceu a Estácio da Veiga (Ilustração 9). Os restantes objectos deverão encontrar-se no Museu Nacional de Arqueologia mas, como referimos, não conseguimos localizá-los no seu inventário devido às dificuldades de pesquisa no MatrizNet. Um problema que é bem conhecido de profissionais que trabalham com colecções em Portugal, mas que infelizmente persiste sem ser corrigido.

2.3 PROPRIETÁRIOS SIMBÓLICOS DO *MUSEU ARCHEOLOGICO DO ALGARVE*

Durante a segunda metade do século XIX, na freguesia da Luz (concelho de Tavira, Algarve), os proprietários da Quinta da Torre de Ares, Quinta das Antas e Quinta do Arroio, já conscientes da importância das numerosas antiguidades e vestígios de edificações antigas que surgiam nas suas terras, colecionaram materiais, promoveram escavações, divulgaram os seus achados e parte deles doaram os espólios a museus públicos ou a colecionadores. Foi essa sensibilidade relativamente aos vestígios da antiga ocupação do território que suscitou, na década de 1860 nesta região do Algarve, a identificação da antiga cidade romana de Balsa e a preservação de bastantes objectos hoje inventariados nos museus públicos portugueses. Se uma parte dos materiais encontrados se dispersou devido a ofertas a colecionadores particulares e aos dividendos económicos que significavam (um aspecto bem evidente no caso do proprietário Manuel de Oliveira, que abordámos no subcapítulo anterior), uma outra parte foi encaminhada para instituições públicas onde ficava assegurada a perpetuidade da oferta e uma ligação duradoura entre a pessoa e o objecto. O acto da doação poderá ter significado também, como veremos, a resolução de problemas de armazenamento e conservação dos materiais mas os doadores reconheciam as vantagens do novo estatuto que adquiriam. Conscientes do valor histórico-cultural e também económico desses objectos arcaicos que surgiram nos seus terrenos, estes proprietários tiveram a percepção que reconhecer e coleccionar estas antiguidades poderia constituir um acto meritório e civilizador. Estes indivíduos reconheciam-se como proprietários simbólicos dos objectos que alienavam (Weiner, 1992; Alberti, 2005: 564). Coleccionar e preservar vestígios de antigas civilizações ou épocas históricas constituía um acto digno e doar exprimia, utilizando a expressão de Annette Weiner (1992), “the paradox of keeping-while-giving”. Uma evidência desta atitude é que os doadores procuravam acompanhar o percurso dos objectos nos museus. Solicitavam informação sobre os significados atribuídos aos objectos que ofereciam e

gostavam de conhecer o seu estatuto dentro do museu, se foram estudados e divulgados, se estavam em exposição e se eram apreciados pelos visitantes¹³⁸.

As doações destes proprietários do Sul de Portugal originaram a formação de uma colecção arqueológica que em 1880 assumiu a designação de *Museu Archeologico do Algarve* (1880-1881)¹³⁹. Um destes doadores foi **Sebastião Fernandes Estácio da Veiga**¹⁴⁰ (....-....), familiar do já mencionado Estácio da Veiga, a quem pertencia a Quinta da Torre de Ares, situada, tal como as outras propriedades, numa zona paralela à costa algarvia, junto a Tavira. Este proprietário descobrira ao longo do tempo várias casas soterradas, peças em mármore polido, tijolos de diversas formas, fragmentos de um aqueduto, telhas, sepulturas e bastantes objectos de uso comum. Esta profusão de achados, onde se inclui a descoberta de perto de cinco mil moedas romanas em 1863¹⁴¹, levou a que este proprietário algarvio, Fernandes Estácio, promovesse uma escavação junto à sua habitação no dia 24 de Janeiro de 1866, para a qual convidou o seu primo Estácio da Veiga, o já mencionado engenheiro de minas que, como referimos, viria anos depois a ser comissionado para fazer o levantamento das antiguidades de Mértola e do Algarve. Esta escavação promovida na Quinta da Torre de Ares em 1866 revelou várias pedras talhadas, duas delas com inscrições. O suposto interesse dos dois objectos suscitou nova visita deste primo do proprietário, Estácio da Veiga, que embora natural de Tavira se encontrava nesta época destacado na vila de Mafra onde exercia o cargo de Oficial dos Correios e Postas do Reino. Foi no dia seguinte à descoberta que Estácio da Veiga, acompanhado de Manuel Francisco da Palma Arez¹⁴², confirmou a interpretação das duas inscrições (Veiga, 1866: 12-14). Para credibilizar a sua leitura apresentou-a

¹³⁸ Sobre a questão das ofertas («gifts»), da sua natureza e complexidade veja-se por exemplo *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*, uma investigação de Nicholas Thomas (1991) que aborda a questão da inalienabilidade das ofertas («Inalienability of the Gift») ou o estudo de caso sobre o director do Museu de Belas Artes de Antuérpia, Pol De Mont (1857–1931) durante as primeiras décadas do século XX, uma investigação publicada na revista *Museum History Journal* (Glassé, 2015: 102-113).

¹³⁹ Foi inaugurado em 26 de Setembro de 1880, no âmbito da realização em Portugal da nona sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, permanecendo disponível ao público apenas 11 meses. Uma questão que desenvolvemos no subcapítulo 2.6. *Os colecionadores particulares do Algarve: o caso de Joaquim José Júdice dos Santos*.

¹⁴⁰ Devido à semelhança de nomes entre Sebastião Philipes Martins Estácio da Veiga e este seu familiar, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga, passaremos referir-nos este proprietário pelo nome de Fernandes Estácio.

¹⁴¹ «... abundantes moedas, chegando a encontrar-se perto de cinco mil, quase todas do Baixo Império, há pouco mais de três anos» (Veiga, 1866: 12). Desconhece-se o percurso deste conjunto de moedas, procurámos identificá-las junto das restantes colecções do *Museu Archeologico do Algarve* incorporadas no Museu Nacional de Arqueologia, mas não consta registo da sua existência no inventário *on-line* e na solicitação que dirigimos ao serviço de inventário do MNA também não foi possível localizar a colecção.

¹⁴² Cirurgião-mor do batalhão de Caçadores n.º 4 (Veiga, 1866: 14).

posteriormente em Lisboa ao conservador da Biblioteca Nacional, Francisco Martins de Andrade¹⁴³, cuja apreciação incluiu numa das primeiras obras sobre arqueologia que publicou, *Povos Balsenses: sua situação Geographico-Physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares* (Veiga: 1866). Suscitada por estas escavações e pelas inscrições que surgiram, o autor apresentava uma nova tese sobre a localização da cidade romana de Balsa, que até esta época se julgava situar-se na cidade de Tavira:

«Expendendo uma opinião inteiramente nossa, concluímos portanto dizendo, que na zona que corre quase paralela à linha da costa marítima compreendida ente o cabo de Santa Maria e a foz do Guadiana, no espaço limitado pelo povoado de Santa Luzia e a freguesia da Senhora da Luz, onde em grande escala estão com frequência aparecendo despojos de uma antiga população romana, e ultimamente se descobriram os dous monumentos que figuram mui notavelmente os nomes de muitos balsenses, mais parece ter figurado a opulenta Balsa, do que na área ocupada pela cidade de Tavira, na qual nenhum sinal de edificação romana se tem averiguadamente manifestado.» (Veiga, 1866: 20-21)

Vendo valorizada a sua propriedade através destes seus achados arqueológicos e da publicação do seu primo¹⁴⁴, o proprietário Fernandes Estácio iria continuar a sua considerável colecção. Em 1868, divulgou-a junto de Augusto Carlos Teixeira de Aragão, na época, como já referimos, cirurgião-mor do Hospital Militar de Tavira, a quem mostrou igualmente as suas mais recentes descobertas, um pedestal honorífico a *Julia Marcia*

¹⁴³ Pensamos que deverá referir-se a Francisco Martins de Andrade (1810-1878): «Conservador ajudante da Biblioteca Nacional de Lisboa, encarregado da repartição dos manuscritos e antiguidades, e professor da cadeira de numismática, mandada criar na mesma biblioteca pela carta de lei de 9 de julho de 1855» (Portugal: Dicionário Histórico, http://www.arqnet.pt/dicionario/andrade_franciscomartins.html); autor de *Selecta portugueza para uso das escolas* (1859), *Costumes religiosos, civis e militares dos romanos* (1877), *Manuscritos paleographicos da Bibliotheca Nacional de Lisboa* (descriptos e anotados por F. M. d' Andrade Conservador da 3.ª Repartição, Manuscrito) (1862-1878), *Algumas notícias acerca do sumptuoso templo de Nossa Senhora do Monte do Carmo* (1877).

¹⁴⁴ A informação sobre as duas inscrições que suscitaram a identificação da cidade de Balsa viria também a ser divulgada pela Academia de Ciências de Berlim, na Adenda ao segundo volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum* da autoria de Emil Hübner. Esta publicação foi enviada para Emil Hübner por Augusto Soromenho (HÜBNER, 1887: 33). O trabalho deste investigador alemão inseria-se, como atrás referimos, no projecto de compilação das inscrições epigráficas latinas da antiguidade desenvolvido pela Academia das Ciências de Berlim que designara vários epigrafistas para as várias províncias do antigo império romano. Emílio Hübner deslocou-se pela primeira vez a Portugal no ano de 1861. Em Setembro 1881, quando realizou a segunda visita à Península Ibérica preparava o suplemento ao segundo volume da colecção de inscrições latinas, que seria editado no ano de 1892 e onde viriam a ser divulgadas estas inscrições da cidade de Balsa.

*Gemina*¹⁴⁵ e diversos materiais de construção romanos, telhões para encanamentos e vários tipos de tijolos (Aragão, 1868: 10). Foi através deste médico, coleccionador de antiguidades (capítulo 2.1), que o proprietário ofereceu, destinado a um futuro museu nacional, várias amostras de materiais de construção romanos¹⁴⁶. Terá igualmente feito diversas ofertas a particulares, como ao próprio Teixeira de Aragão, a Sebastião Tello, a Pedro Veríssimo Pereira Neto Júnior e outras personalidades¹⁴⁷. Mas a maior parte da colecção iria ser entregue aos cuidados do seu primo Estácio da Veiga, que, como mencionámos no capítulo anterior, cerca de uma década depois foi contratado pelo Governo para registar informação detalhada sobre os vestígios da antiguidade em Mértola e também no território algarvio. Foi neste âmbito que o proprietário Fernandes Estácio autorizou a realização de novas escavações e se ampliou a colecção de objectos arqueológicos provenientes da sua Quinta da Torre de Ares.

O *Museu Archeologico do Algarve*, organizado e concebido por Estácio da Veiga na sequência da mencionada contratação, viria a contabilizar mais de um milhar de objectos provenientes do local. A colecção era composta pelos objectos conservados e doados por Fernandes Estácio, os objectos encontrados durante as investigações arqueológicas que facultou ao seu primo Estácio da Veiga, no ano de 1877, e também os posteriormente adquiridos a particulares pelo organizador do *Museu Archeologico do Algarve*. A colecção proveniente da Quinta da Torre de Ares, como os demais objectos destinados ao Museu do Algarve, foram marcados com etiquetas impressas onde se inscreveu uma cota e a sua proveniência geográfica, foram registados num livro de inventário e, no museu, dispostos numa sequência cronológica e geográfica relacionada com as ruínas e monumentos em que tinham sido encontrados através de plantas legendadas e fotografias. A cientificidade que lhes foi conferida através destes procedimentos permitiu a construção do conhecimento sobre uma cidade romana que existiu dois mil anos antes neste local, a poucos quilómetros da actual cidade de Tavira. Esse conhecimento foi construído com base na disponibilização de uma colecção composta por epigrafia, objectos em cerâmica,

¹⁴⁵ Uma peça hoje incluída nas colecções do MNA com o n.º de Inventário E 6359; informação veiculada por <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=127908>.

¹⁴⁶ Sabemos através de Teixeira de Aragão que os materiais foram entregues ao Marquês de Sousa Holstein que os conservou na Academia Real de Belas Artes (Aragão, 1868: 10).

¹⁴⁷ Informação registada no Inventário do MNA, MatrizNet, relativa aos materiais da Quinta da Torre de Ares. Estácio da Veiga terá obtido destes indivíduos, por compra ou doação, objectos provenientes do local. A mesma fonte regista que o primeiro director do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos, teria também comprado materiais da Torre de Ares, inclusivamente em Paris.

moedas, instrumentos e utensílios diversos, materiais de construção, adereços, peças de escultura e uma importante colecção de vidros. Os cuidados com o armazenamento e conservação destes objectos e colecções, desde o seu primeiro colector, o proprietário da Quinta de Torre d’Ares, e posteriores curadores, foram fundamentais para que estas fontes de informação chegassem ao século XXI e permitissem a revisão e a ampliação dos conhecimentos sobre a cidade romana de Balsa¹⁴⁸.

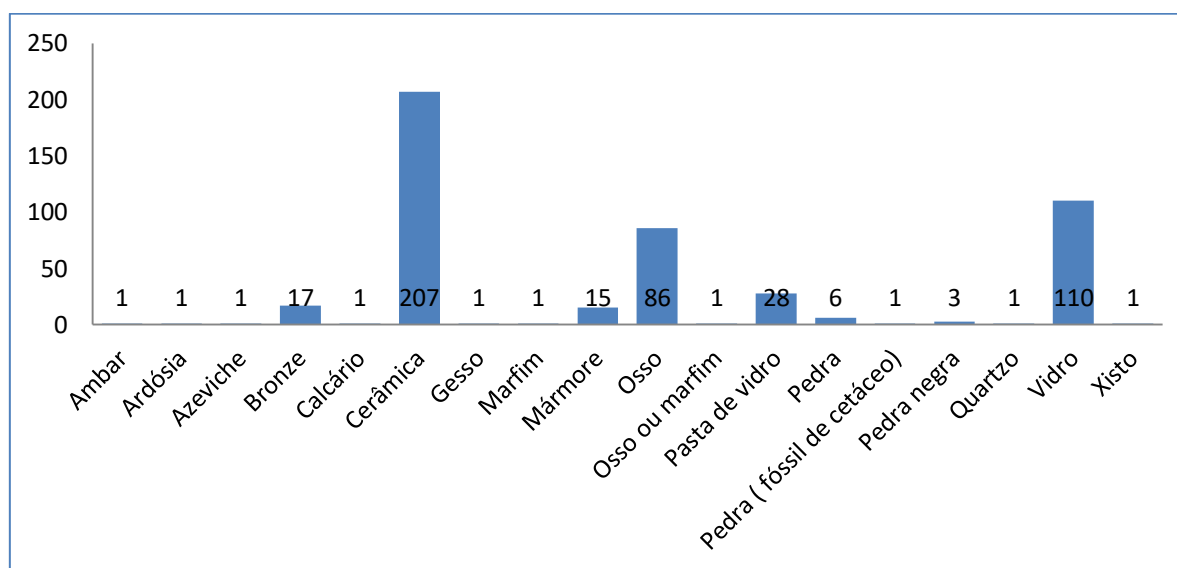


Gráfico 2 – Diversidade de objectos doados ao Museu Archeologico do Algarve pelo proprietário da Quinta da Torre de Ares, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga.

Este gráfico foi construído tendo por base o inventário dos objectos provenientes da Quinta da Torre de Ares fornecido pelo serviço de inventário do Museu Nacional de Arqueologia¹⁴⁹, onde a colecção do Museu Archeologico do Algarve foi incorporada em 1894 (Ver Anexo 2).

Se analisarmos os materiais de que são constituídos os objectos da colecção formada na Quinta da Torre de Ares verificaremos, tal como é visível no Gráfico 2, que foram preservados 110 objectos em vidro (Ilustração 11), o que evidencia cuidados redobrados de conservação. O mesmo acontece relativamente à cerâmica, especialmente a cerâmica de *paredes finas*, uma categoria de objectos também preservada pelo proprietário Fernandes Estácio (Ilustração 12), que preservou 207 objectos em barro cozido.

¹⁴⁸ São vários os autores que retomaram o estudo desta cidade romana; vejamos por exemplo Alarcão, 1970; Nolen, 1994; Viegas & Dinis, 2010.

¹⁴⁹ Dados gentilmente cedidos por Luisa Guerreiro Jacinto, dos serviços de Inventário do MNA, que nos facultou a listagem de objectos recolhidos por Estácio da Veiga neste local: ver Anexo 2.



Ilustração 11 – Copo com cabuchões aplicados

Época romana (séc. IV d. C. – séc. V d. C.), Museu Nacional de Arqueologia, 14126; Dimensões (cm): altura: 6,2; diâmetro: 6,3 (Fonte: MatrizNet);

Este copo em vidro foi preservado pelo proprietário da Quinta da Torre de Ares, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga, que o ofereceu (em 1877?) ao seu primo Sebastião Philippe Martins Estácio da Veiga para as colecções do *Museu Archeologico do Algarve*. Pode ser observado presentemente na exposição *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*, patente ao público no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Não encontramos, contudo, o nome dos proprietários nas exposições onde são exibidos estes objectos nem nos respectivos inventários museológicos. Nestes registos é sobretudo valorizado o papel de Estácio da Veiga, autor da *Carta Archeologica do Algarve* (1883) e organizador do mencionado *Museu Archeologico do Algarve*, que listou todas as informações sobre os objectos e também a informação sobre o papel destes proprietários, que não deixam de constituir actores das práticas arqueológicas de uma época, responsáveis pela preservação de importantes objectos e colecções associadas ao conhecimento da história nacional. As suas singulares ou numerosas dádivas foram registadas na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1886, 1887, 1889, 1891), um agradecimento com lugar de destaque no primeiro dos quatro volumes desta publicação que começou a ser redigida depois de concluídos os trabalhos de campo que deram origem à *Carta Archeologica* (Veiga, 1883):

« [...] agradecimento que lhes fiquei devendo pelo bizarro acolhimento que me deram, pelos generosos oferecimentos com que engrandeceram

a minha collecção de antiguidades, e pela geral concessão de todos os productos da exploração nos seus terrenos em auxilio da projectada fundação do museu, que me propuz organizar para com elle representar as antiguidades da nossa muito estimada e bella provincia, cumprindo-me sobre todos especialisar os meus bondosos parentes, que muito anteriormente á minha chegada tiveram o primoroso cuidado de reunirem na sua casa da Torre de Ares, onde francamente me deram alojamento, uma selecta collecção de louças romanas, de taças e frascos de vidro e de muitos outros interessantes artefactos da mesma epocha encontrados nos seus trabalhos ruraes, para me offerecerem na occasião da minha estada, além da mui valiosa collecção de monumentos epigraphicos balsenses e de mui numerosas moedas de prata e cobre, que também me tinham reservado». (Veiga, 1887: 392-393)

Esta estratégia de valorização da acção do proprietário que conservou uma considerável colecção, a que está inerente o objectivo de aliciar outros proprietários a ver também uma referência ao seu nome exaltado nas páginas de uma publicação científica, permite-nos aceder a informação de diversa ordem sobre os objectos incorporados, o seu percurso e os actores envolvidos no processo de formação de colecções científicas. No agradecimento que transcrevemos é visível que a autorização concedida pelos proprietários dos terrenos foi fundamental para a constituição das colecções arqueológicas, o que nem sempre sucedia, recorde-se o exemplo de Lourenço Cesário Parreira, em Mértola, que não permitiu a exploração arqueológica da sua propriedade designada como Cerca de S. Sebastião (Capítulo 2.2). Mas no presente caso formou-se, entre outras, uma «selecta colecção de louças romanas» que actualmente, através da informação veiculada pelos inventários, sabemos que constituíam os objectos predominantes desta colecção proveniente da Quinta da Torre de Ares. No Museu Nacional de Arqueologia estão descritas 207 peças, como as taças e os copos em cerâmica denominada *paredes finas*, uma técnica que, como o próprio nome indica, produzia uma tipologia de objectos bastantes frágeis (Ilustração 12). Este abundante espólio cerâmico, e também os numerosos objectos em vidro da Quinta da Torre de Ares, que atrás ilustrámos (Ilustração 11), permitiu a realização de um estudo monográfico circunscrito aos objectos provenientes do local: *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares* –

*Balsa*¹⁵⁰. Estudos como o produzido por Jeanette Nolen são pouco comuns pelo facto serem normalmente elaborados a partir de objectos provenientes de várias estações arqueológicas e não de um único sítio, como é o caso.

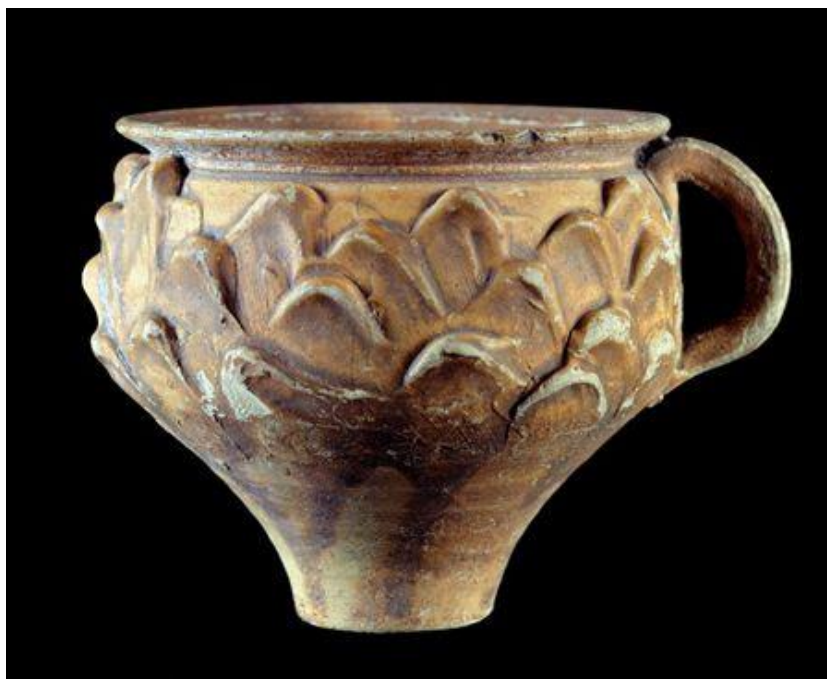


Ilustração 12 – Copo em cerâmica de Paredes Finas

Época romana (41 d.C. - 96 d.C.) Museu Nacional de Arqueologia, 14596; Dimensões (cm): altura: 8,2; diâmetro: 9,3 (Fonte: MatrizNet);

Este frágil objecto em cerâmica foi igualmente preservado pelo proprietário da Quinta da Torre de Ares, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga, que o ofereceu ao seu primo Sebastião Philippe Martins Estácio da Veiga para as colecções do *Museu Archeologico do Algarve*. Pode ser observado presentemente na exposição *Religiões da Lusitânia. Loquantur saxa*, patente ao público no MNA, em Lisboa.

No que se refere à «mui valiosa collecção de monumentos epigraphicos balsenses» encontrada na Torre de Ares, ela era constituída por oito monumentos que forneciam informações diversas sobre o quotidiano de Balsa e sobre os seus habitantes. Nos objectos coleccionados e cedidos pelo proprietário constavam também antigos objectos pessoais e funerários diversos: uma conta em âmbar, outros objectos de adorno em azeviche, alfinetes de toucado, agulhas e cossoiros em osso, fragmentos de pulseiras, contas, pedras de jogo e machados em pasta de vidro, amuletos, estatuetas, botões e pregos em bronze, entre outros objectos (ver Gráfico 2 e Tabela 2). Estácio da Veiga enumera, igualmente, no excerto anteriormente transcrito, «mui numerosas moedas de prata e cobre», um conjunto de objectos que não foram identificados no espólio inventariado do Museu Nacional de Arqueologia. Nas suas

¹⁵⁰ Foi Jeannette Smit Nolen a autora do estudo publicado em 1994, *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares – Balsa*. (Nolen, 1994).

colecções não se identificam moedas em prata e apenas se conhecem duas em cobre provenientes desta quinta Algarvia. Não ficando claro o destino das demais moedas, pensamos que estas poderão ter permanecido na posse do proprietário. Atendendo à metodologia de investigação desenvolvida por Estácio da Veiga, era comum propor aos donos dos terrenos que todos os objectos em prata e ouro permanecessem propriedade sua, com excepção das moedas que seriam divididas, cedendo os proprietários, como atrás também já mencionámos, todos os demais objectos sem valor determinado, como as epígrafes, louças, vidros e outros metais¹⁵¹.

O cruzamento destas informações sobre a colecção arqueológica da Quinta da Torre de Ares permite-nos concluir que no itinerário percorrido pela colecção, desde a sua formação, estudo, publicação e transferências institucionais, alguns objectos terão tomado rumos desconhecidos.

Categorias	N.º de Objectos	Tipos de Objectos
Adereços (e objectos de adorno)	37	Contas, botões, anéis, fragmentos de pulseiras e pingente
Arquitectura (materiais de construção e revestimento)	2	Fragmentos de mosaicos
Artefactos ideotécnicos	1	Amuleto
Cerâmica	209	Ânforas, cantis, lucernas, taças em paredes finas, <i>askos</i> , pratos e taças em terra <i>sigillata</i> , urnas, potes, púcaros, taças, unguentários, vasos, panelas e fragmentos diversos.
Ecofactos (e amostras de sedimentos)	1	Dente de peixe
Escultura	7	Estatuetas, figuras, reprodução em gesso de tabela em baixo relevo
Epigrafia	10	Cipo, blocos honoríficos, elemento arquitectónico com inscrição, estela funerária, fragmentos de lápides, pedestal honorífico.
Instrumentos e utensílios	109	Paleta de cirurgião ¹⁵² , apagador de lucernas, chave, pregos, almofariz e pilão, agulhas, alfinetes e alfinetes de toucado, cossoiros, dobradiça de livro, furadores, fusaiola, pedra de jogo, machados e fragmentos diversos.
Vidros	106	Boiões, copos, unguentários, garrafas, tampas, funis, potes, pratos, taças, varetas e fragmentos diversos.

Tabela 2 – Colecção de objectos arqueológicos oferecidos ao Museu Archeologico do Algarve pelo proprietário da Quinta da Torre de Ares, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga.

Tabela construída com base no inventário dos objectos provenientes da Quinta da Torre de Ares fornecido pelo serviço de inventário do Museu Nacional de Arqueologia (Ver Anexo 2).

Também ao proprietário **João Luiz de Mendonça e Mello** (...-...) não eram indiferentes os numerosos vestígios de ocupação antiga que surgiam nas suas terras. As lavouras na sua

¹⁵¹ Esta metodologia, que expusemos no subcapítulo 2.2, ficou registada na correspondência que dirigiu a Lourenço Cesário Parreira; MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para Lourenço Cesário Parreira: 29 Dez. 1876.

¹⁵² Importante estojo de cirurgião do período romano composto por escalpelos, sondas, ganchos, agulhas, pinças, colheres, paletas e outros objectos indeterminados (Gomes, 2010).

Quinta das Antas, onde se identificou a existência do circo romano da cidade de Balsa (Cavaco, 2011), um estabelecimento de salga de peixe e uma necrópole (Viegas & Dinis, 2010: 11), revelavam com frequência a este proprietário objectos em barro, em vidro, moedas em cobre ou em prata (Aragão, 1868: 9). Apareciam também «muitas colunas, pilares – bases, fustes, capiteis – lajes, muitos ladrilhos – grande porção de mosaico – *opus vermiculatum* – com figuras de [... ...] e huma galeria subterrânea»¹⁵³. Desde a década de cinquenta do século XIX que este proprietário exhibia e oferecia alguns destes objectos. O médico e coleccionador Teixeira de Aragão foi convidado, como já mencionámos no capítulo 2.1, a assistir à escavação arqueológica que João Luiz de Mendonça e Mello realizou em 1858 na encosta da sua propriedade junto ao rio. Aí pôs a descoberto 26 sepulturas, cobertas por lajes toscas e construídas com tijolos. A escavação revelou a disposição de esqueletos, alguns ornamentados com brincos de ouro (Aragão, 1868: 9-10). Noutra ocasião Mendonça e Mello terá mandado fazer «fundas escavações na sua Quinta das Antas, e tendo descido a um nível inferior ao dos pavimentos das construções balsenses, achou alguns machados e outros instrumentos de pedra» (Veiga, 1891: 108).

Contrariamente ao percurso da colecção arqueológica da Quinta da Torre de Ares que se preservou maioritariamente na colecção do *Museu Archeologico do Algarve*, e posteriormente no Museu Nacional de Arqueologia, a menos numerosa colecção proveniente da Quinta das Antas, embora também representada nestes museus, dispersou-se pelas mãos de vários particulares e instituições¹⁵⁴. Sabemos que o coleccionador Teixeira de Aragão conservava, na década de 1880, duas adagas em cobre, um brunidor de serpentina¹⁵⁵ e um espelho em metal branco (Aragão, 1896: 56-57). Também o coleccionador algarvio Júdice dos Santos e o próprio Estácio da Veiga possuíam machados provenientes desta propriedade. Entre os notáveis objectos provenientes da Quinta das Antas destaca-se a estatueta de *Fortuna Spes*, um dos objectos recentemente classificado como objecto de *Interesse Nacional*¹⁵⁶. Este objecto esteve em posse de um particular, apenas referenciado como o Dr. Flores, até 1888, data em que o seu possuidor o cedeu ao *Museu Archeologico do Algarve*, e

¹⁵³ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Francisco Raphael da Paz Furtado para Estácio da Veiga: 6 Jan. 1877

¹⁵⁴ Alguns destes objectos foram posteriormente adquiridos por Estácio da Veiga ou por José Leite de Vasconcelos.

¹⁵⁵ Este objecto esteve representado no *Museu Archeologico do Algarve* através de um molde em gesso (Veiga, 1887: 394; Veiga, 1891: 108).

¹⁵⁶ Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro; Acto Legislativo: Decreto; nº 19/2006; 18/07/2006; Actualmente pode ser vista na exposição *Religiões da Lusitania. Loquuntur saxa, em Lisboa*, no Museu Nacional de Arqueologia: Mais informação sobre esta estatueta pode ser consultada no Inventário do Museu Nacional de Arqueologia *on-line*, através do programa MatrizNet: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110235&EntSep=4#gotoPosition>

por esta via entrou em 1894 no Museu Nacional de Arqueologia. Também o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, em Faro, possuía em 1896 uma colecção de materiais provenientes de uma sepultura do século I d. C., objectos em vidro, em cerâmica, em bronze, uma pequena caixa de marfim e uma moeda. Esta colecção tinha sido igualmente oferecida pelo proprietário Mendonça e Mello (Boto, 1896: 152-153; Santos, 1969: 219).

Os objectos que surgiam na Quinta das Antas foram inclusivamente disputados entre várias personalidades. Em 1877 conheciam-se três monumentos epigráficos provenientes do local. Um deles, muito fragmentado, pouca informação transmitia. Actualmente é considerado parte de um letreiro que identificaria um edifício público (Encarnação, 2003: 98). Os restantes dois proclamavam a doação de parte do pódio do circo da cidade de Balsa por dois cidadãos¹⁵⁷, *Gaio Licinio Badio* e *Lúcio Cássio Celer*, que financiaram cada um a construção de cem pés do pódio do circo¹⁵⁸ (Encarnação, 2003: 96). Estas duas placas modeladas em calcário eram, em Junho de 1877, disputadas pelo notário Francisco Raphael da Paz Furtado (...-1889), por Estácio da Veiga e por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes¹⁵⁹. Estando os monumentos em posse de Francisco Raphael da Paz Furtado, que os pretendia oferecer ao Ministro do Reino¹⁶⁰ através da intermediação de Augusto Soromenho¹⁶¹, ter-se-á visto confrontado com as ofertas de Possidónio da Silva, que pretendia conduzir os monumentos para o Museu Arqueológico do Carmo, e da intenção de Estácio da Veiga, em representação do Governo, de reunir todos os monumentos epigráficos numa instituição museológica que à época se projectava instituir na Academia das Ciências de Lisboa¹⁶²:

Dado pois o caso que se effectue este offercimento, espero que V. Ex.^a
obtenha do Exmo. Ministro, que não conceda os monumentos a

¹⁵⁷ Seria comum o facto de alguns cidadãos ricos ou magistrados do município financiarem parte dos edifícios públicos; importante também o facto de identificarem o nome de dois cidadãos de Balsa.

¹⁵⁸ O que corresponderá a cerca de 66 metros no total; o pódio constituía a plataforma que, à volta da arena, permitia às classes privilegiadas assistirem à corrida mais de perto (Encarnação, 2003: 96).

¹⁵⁹ A associação foi inicialmente designada como Associação dos Architectos Civis Portuguezes (1863), alterando-se em 1872 o seu nome para *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, em 1902 passou a ter a designação de *Real Associação dos Archeologos Portuguezes* e desde 1910 que assume a designação de Associação dos Archeólogos Portuguezes (Martins, 2005a: 23); é a Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), fundador desta associação, que se atribui a angariação da maior parte dos objectos que formaram a colecção do seu museu, denominado *Museu Archeologico do Carmo* (1864) (Martins, 2005b: 64). O seu importante papel na sociedade portuguesa, enquanto fomentador de uma sensibilidade crescente para a salvaguarda do património, tem sido destacado por diversos autores, especialmente por Ana Cristina Martins que, desde 1999, tem aprofundado diversos aspectos da personalidade e instituição em causa.

¹⁶⁰ Deveria referir-se ao Ministro António Rodrigues Sampaio.

¹⁶¹ À data membro demissionário da Academia das Ciências de Lisboa, o professor de História no Curso Superior de Letras, Augusto Soromenho, teria o projecto de organização de um museu nacional exterior a esta academia (Cardoso, 2007: 378).

¹⁶² MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para o Conselheiro Amorim: 3 Jun. 1877.

estabelecimento algum (com excepção da Academia das Sciencias) sem eu chegar e estarem já reunidos ali os que eu obtive, e que em caso algum os deixe S. Ex.^a entrar no chamado museu dos architectos; pois seria cousa altamente lamentosa se os famosos padrões epigraphicos da região balsense, que tanto trabalho me teem causado, não se podessem agora reunir¹⁶³.

Apesar de Estácio da Veiga solicitar ao Conselheiro António Maria de Amorim, Director Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, que intercedesse junto do Ministro do Reino para que não se dispersassem os monumentos de Balsa, juntando-se aos oito monumentos que o próprio já assegurara, e dos restantes que esperava obter, prevaleceu a solução menos desejada pelo organizador do *Museu Archeologico do Algarve*. Acabou por ser o architecto da casa real, Possidónio da Silva, então presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, a obter as lápides para a colecção do Museu Arqueológico do Carmo. Em Maio de 1879 anunciou-se no Boletim da Associação a entrada dos dois objectos nas colecções do museu¹⁶⁴.

Porque a construção do conhecimento arqueológico implicava a integração em redes de comunicação e circulação de informação, documentação e objectos, que possibilitavam a formação de colecções como a pertencente ao Museu Arqueológico do Carmo ou ao *Museu Archeologico do Algarve*, os monumentos epigráficos encontrados na Quinta das Antas interessavam igualmente ao projecto de compilação de informação sobre inscrições latinas promovido pela Academia de Ciências de Berlim. Em Portugal, Ernest Willibald Emil Hübner, o já mencionado responsável pela recolha de informação sobre todas as inscrições latinas antigas da Hispânia, contava com a cooperação de vários epigrafistas locais. Chegou por isso ao seu conhecimento o aparecimento destas epígrafes através de Augusto Soromenho (Hübner, 1887: 33), de quem recebeu uma cópia das três inscrições que divulgaria na *Ephemeris Epigraphica*, e em 1887 o epigrafista alemão considerou também os decalques enviados por Estácio da Veiga num artigo que publicou na *Revista Arqueológica e Histórica* sobre os «Monumentos de Balsa» (Hübner, 1887: 34).

¹⁶³ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Conselheiro Amorim: 3 Jun. 1877.

¹⁶⁴ Esta informação encontra-se registada no relatório da sessão solene da Associação que decorreu em 2 de Maio de 1879 (Silva, 1879: 154).

Se pela iniciativa do proprietário João Luiz de Mendonça e Mello se preservaram materiais relevantes nas colecções arqueológicas portuguesas, também pela sua mão se perderam para sempre estruturas arqueológicas significativas. Assim consta no testemunho de Francisco Raphael da Paz Furtado sobre os vestígios arqueológicos que conheceu na Quinta das Antas: «huma galeria subterrânea e que se prolongava bastante, e da qual o sr. Mello mandou demolir os primeiros 25 arcos, mandando em seguida obstruir o resto que não foi explorado»¹⁶⁵.

Em Maio de 1868, outro proprietário de Tavira, agora da Quinta do Arroio, **Francisco Simão da Cunha** (...-1884), tomou conhecimento de que possuía também um histórico cemitério romano e, meses depois, possuía igualmente os objectos resultantes de uma campanha de escavação que o Estado patrocinou no local. As sepulturas encontradas, numa área de 70 metros de comprimento e 16 de largura, junto ao rio Gilão, revelaram ossos calcinados, madeira carbonizada, vasos de barro, vidros e os objectos utilizados nas cerimónias fúnebres dos romanos. A colecção de objectos arqueológicos e de todos estes vestígios de antiga ocupação romana decorreu da autorização concedida por Francisco Simão da Cunha que permitiu a realização de investigações arqueológicas, iniciadas no dia 16 de Agosto de 1868 com a supervisão do coleccionador Teixeira de Aragão, superiormente encarregado pelo Estado para realizar essas escavações e redigir um relatório¹⁶⁶. Logo neste primeiro dia de investigações, um «pequeno trabalho de enxada» começou a revelar as estruturas que no posterior relatório foram classificadas como pertencentes aos séculos III e IV. Nesse relatório, dirigido ao Ministro do Reino, são enumerados os objectos descobertos e é justificado o facto de não ter sido possível a realização de uma planta do terreno e o desenho da disposição das sepulturas como desejava Teixeira de Aragão, pelo facto de o proprietário conduzir com irregularidade as explorações, «cavando em diferentes lugares e destruindo todas as relações de posição» (Aragão, 1868: 19). No final das escavações, executadas com trabalhadores pagos pelo proprietário, Simão da Cunha possuía também uma colecção de mais de 60 objectos que reservou para si (Tabela 3). Terá sido provavelmente esta a colecção, ou parte dela, que ofereceu, nesse mesmo ano de 1868, ao Rei D. Fernando:

¹⁶⁵ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Francisco Raphael da Paz Furtado para Estácio da Veiga: 6 Jan. 1877.

¹⁶⁶ Cf. subcapítulo 2.1. «O que havia, já levou o Dr. Aragão»

«uma excelente colecção de belos objectos de arte romana, extraídos de um campo mortuário descoberto na sua Quinta do Arroio»¹⁶⁷.

Objectos encontrados no cemitério romano da Quinta do Arroio em 1868	Materiais
3 ânforas Grande número de tijolos de barro vermelho Alguns telhões 15 Urnas de barro (<i>olla ossuaria</i> ou cineraria) 9 Lucernas	Barro
9 Vasos de gargalo alongado (base 7 cm) 2 Vasos de gargalo alongado (base 11 cm) 1 Vaso de gargalo muito longo (22 cm) 1 Vaso (16 cm) Fragmentos de vidro verde (urnas funerárias) Fragmentos de vidro branco 4 Vasos uniformes	Vidro
1 Golfinho	Âmbar
1 Colher (cocilear) 2 Pranchas (5,4 cmx4,4cm) 3 Alfinetes de cabelo	Marfim
Lápide	Mármore
2 Argolas de fio de ouro, brincos	Ouro
1 Cutelo de sacrifícios Grande quantidade de pregos de ferro	Ferro
1 Gonzo de cobre 1 Colher 8 Asteas 26 Moedas	Cobre
1 Espelho	Cobre e estanho

Tabela 3 – Colecção de objectos arqueológicos decorrentes da escavação que o proprietário da Quinta do Arroio, Francisco Simão da Cunha, promoveu na sua propriedade em 1868.

A reconstituição desta colecção, formada na sequência da descoberta do cemitério romano que surgiu na mencionada propriedade, tem por base a informação veiculada pelo relatório de Augusto Carlos Teixeira de Aragão (Aragão, 1868).

Simão da Cunha era também um coleccionador. Depois desta dádiva à família real portuguesa continuou a recolher os artefactos que surgiam nos trabalhos rurais da sua propriedade: «excelentes ânforas, candeias e outras louças com ornatos, vários frascos de vidro, louças romanas e portuguesas, vários objectos metálicos bem como uma conta e um anel de ouro que achou numa pequena sepultura de criança»¹⁶⁸. Viria também a oferecer uma colecção ao *Instituto Archeologico do Algarve*, o que lhe conferiu o grau de sócio benemérito. Este instituto fora criado em 1882 por iniciativa de Estácio da Veiga, que nesse âmbito também projectava a criação de um museu no Seminário Episcopal de Faro, onde deveriam ser incorporadas as colecções do *Museu Archeologico do Algarve*, desmontado em 1881 e remetido para os pisos

¹⁶⁷ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para o redactor do Jornal *Distrito de Faro*: s.d.

¹⁶⁸ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para o redactor do Jornal *Distrito de Faro*: s.d.

inferiores da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, num espaço sem condições de exibição (Cardoso, 2007: 403). Esta colecção que constituía o *Museu Archeologico do Algarve*, criada para evidenciar interna e externamente, no palco constituído pela organização do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica em 1880, a investigação científica promovida pelo Estado, continuava porém a ser procurada por cientistas nacionais e estrangeiros¹⁶⁹ e Estácio da Veiga pretendia transportá-la para o Algarve onde se deveria juntar a outras colecções, nomeadamente à colecção de Simão da Cunha.

No dia 28 de Outubro de 1883, meses antes do seu falecimento, Simão da Cunha enviou uma carta ao director do *Instituto Archeologico do Algarve*, Estácio da Veiga, declarando a cedência de toda a sua colecção de antiguidades e os demais objectos que no futuro aparecessem na sua Quinta do Arroio¹⁷⁰. Esta decisão foi prontamente tornada pública através de um jornal regional, o *Distrito de Faro*. Através deste órgão de comunicação social efectuava-se um agradecimento público, comprometia-se um acto de doação e tentava-se conquistar outros coleccionadores a verem também o seu nome e a sua acção ilustre nas páginas do jornal da região algarvia.

Depois do falecimento de Francisco Simão da Cunha, em Janeiro (?) de 1884, a carta que comprovava a vontade deste proprietário da Quinta do Arroio em oferecer a sua colecção ao *Instituto Archeologico do Algarve* foi utilizada para tomar posse da colecção arqueológica junto do herdeiro, José Bento da Cunha. Tratava-se então de um conjunto de «sessenta e tantas moedas romanas e portuguesas, lacrimatórios (frascos de vidro), candeias romanas, colheres, ânforas, uma conta achada na sepultura de uma criança e um pequeno anel»¹⁷¹.

Depois de frustradas as expectativas com o *Museu Archeologico do Algarve*, inaugurado na cidade de Lisboa em 1880¹⁷², o empenho de Estácio da Veiga na criação de um outro museu pelo *Instituto Archeologico do Algarve* é visível através da publicidade que confere à doação desta colecção e também no conteúdo da carta que dirige a Joaquim do Nascimento Trindade, o Presidente da Comissão Filial do *Instituto Archeologico do Algarve* no concelho de Tavira, encarregado de tomar posse da colecção pertencente a Francisco Simão da Cunha. Nesse acto de

¹⁶⁹ Um ano depois do mencionado congresso, Emile Cartailac, de volta a Portugal, procurou Estácio da Veiga e solicitou o reexame de algumas inscrições. As mesmas que o investigador português João Bonança (1836-1924) teria examinado para a obra *História da Lusitânica e da Ibéria* (Bonança, 1891: 58-61; Cartailac, 1881: 304).

¹⁷⁰ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para Joaquim do Nascimento Trindade, 10 Fev. 1884.

¹⁷¹ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para Joaquim do Nascimento Trindade, 10 Fev. 1884.

¹⁷² Foi inaugurado durante o CIAAP, em Setembro de 1880, na Academia de Belas Artes de Lisboa. Por decisão da direcção da Academia de Belas Artes de Lisboa foi desmontado 11 meses depois e guardado na cave da instituição.

apropriação Estácio da Veiga faz notar: «Se com estes objectos houver mais alguns na referida colecção, todos pertencem ao museu, visto assim o ter declarado o seu proprietário, dizendo «esta é a minha última vontade»¹⁷³.

Não conhecemos as condições em que de facto ocorreram estes contactos, mas as fontes registaram que o filho do coleccionador não terá disponibilizado a colecção que Estácio da Veiga esperava, negando-se inclusivamente a entregar uma conta em vidro e o anel de ouro¹⁷⁴. O filho de Francisco Simão da Cunha não terá enviado igualmente a quantidade esperada de objectos, nomeadamente no que respeita à quantidade de ânforas, candeias e lacrimários. Encaminhou porém para o *Instituto Archeologico do Algarve* outros objectos que não constavam na relação enviada pelo proprietário, nomeadamente duas urnas cinerárias, um prego em cobre, uma concha fóssil e uma pia de água benta (ver Tabela 4).

Colecção arqueológica de Francisco Simão da Cunha (1884)	Objectos cedidos pelo herdeiro, José Bento da Cunha
Sessenta e tantas moedas romanas e portuguesas	16 Moedas romanas; 37 moedas portuguesas; 8 moedas hespanholas; 1 moeda arábica (total 62)
Lacrimatórios (frascos de vidro)	Um frasco de vidro
Candeias romanas	Uma candeia de barro
Colheres	Uma colher de bronze fino de forma elíptica; uma colher de bronze fino de forma circular
Ânforas	Uma ânfora
Uma conta	Não entregue
Um pequeno anel	Não entregue
	Duas urnas cinerárias de barro
	Um prego de cobre»
	«Uma concha fóssil (do terciário Lacustre de Cacella?)»
	«Uma pia de água benta partida, da forma de Pecten, lavrada em brecha de cores, da rocha de Estoi»

Tabela 4 – Colecção de Francisco Simão da Cunha cedida ao Instituto Archeologico do Algarve.

Na coluna da esquerda descreve-se a colecção de objectos reclamados pelo *Instituto Archeologico do Algarve* em 1884 a José Bento da Cunha, herdeiro de Francisco Simão da Cunha; na coluna da direita enumeram-se os objectos cedidos por este seu herdeiro ao mesmo Instituto; estas informações foram coligidas na correspondência de Estácio da Veiga¹⁷⁵.

O percurso desta colecção de Francisco Simão da Cunha exemplifica a tendência de outras colecções relativamente aos objectos com valor económico, moedas e metais valiosos. Embora as fontes façam referência à existência, nestas colecções particulares, de objectos em ouro, prata e cobre, e por vezes grande quantidade de moedas, estes acabam por tomar

¹⁷³ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para Joaquim do Nascimento Trindade, 10 Fev. 1884.

¹⁷⁴ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para P.e Botto, 8 Abr. 1884.

¹⁷⁵ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para Joaquim do Nascimento Trindade, 10 Fev. 1884; minuta de carta de Estácio da Veiga para P.e Botto, 8 Abr. 1884.

rumos diferenciados devido aos dividendos económicos que poderiam assegurar aos seus proprietários¹⁷⁶.

Mas nem sempre. Não foi o caso, por exemplo, dos dois brincos de ouro de época romana descobertos na Quinta do Marim¹⁷⁷. Considerados *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*, foram integrados numa exposição com o mesmo nome organizada pelo Museu Nacional de Arqueologia em 1980 e também no seu catálogo (Parreira & Pinto, 1980). A sua existência neste museu deve-se à concessão da exploração das ruínas e vestígios de ocupação humana existentes na propriedade de **João Lúcio Pereira (...-...)**, de Olhão:

«Marim – São importantíssimas as antiguidades monumentais que dão celebridade á famosa quinta de Marim, pertencente ao sr. João Lúcio Pereira. Concedeu-me este primoroso cavalheiro as mais amplas licenças para explorar os numerosos vestígios de grandiosas construcções que dão á quinta de Marim a feição do assentamento de uma cidade arrazada, cuja situação, entre Balsa e Ossonoba, corresponde inteiramente á Statio Sacra do Anonymo de Ravenna, como em seu competente logar mostrarei quando houver de descrever os descobrimentos que alli fiz, mui semelhantes aos de Ossonoba, sempre auxiliado pelo generoso proprietário, que tão bizarramente mandava os seus trabalhadores cortar pelas raizes as arvorres que lhe parecia poderem difficultar o andamento da exploração! O sr João Lúcio Pereira começou por offerecer-me, para a minha colecção, os monumentos epigráficos achados na sua quinta, assim como um nicho de pedra com lavor ornamental romano, e concedeu-me os produtos gerais da exploração para auxiliarem a fundação do museu arqueológico do algarve, já então projectado» (Veiga, 1887: 390-391)

Pouco antes de Fevereiro de 1876, na sequência da descoberta de um antigo cemitério na Quinta do Marim¹⁷⁸, João Lúcio Pereira foi contactado por Sebastião Philippe Martins Estácio da Veiga. Cerca de um ano depois autorizava ao investigador o acesso à sua

¹⁷⁶ Uma questão que desenvolvemos no capítulo 5. *No rasto do dinheiro – O comércio no processo de construir colecções.*

¹⁷⁷ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=131864&EntSep=4#gotoPosition>;
<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=13186>

¹⁷⁸ Está documentado o envio de informações sobre as descobertas nesta propriedade num rascunho de carta de Estácio da Veiga para o Marquês de Sousa Holstein, com data de 28 de Abril de 1876, onde se regista também a intenção de enviar os materiais aí descobertos para a Academia Real de Belas Artes; Carta de Estácio da Veiga para o Marquês de Sousa Holstein: 2 Fev. 1876, Arquivo da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, *Apud* Pereira, 1981: 165-168.

propriedade para a realização da *Carta Archeologica do Algarve* e a recolha de várias dezenas de objectos que integrariam o *Museu Archeologico do Algarve* (Tabela 5 e Gráfico 3). Ofereceu desde logo os monumentos epigráficos e uma edícula votiva que possuía e concedeu todas as facilidades à execução da exploração arqueológica. Esta concessão revelou os edifícios de uma *villa* romana, de um vasto cemitério (Graen, 2007; Graen *et al.*, 2008) e de um conjunto de materiais arqueológicos exemplares, parte deles actualmente classificados como *Bens de Interesse Nacional*¹⁷⁹.

Objectos	Categoria:	Matéria	Datação	N.º de Inventário no MNA
Cupa de Hiriniana	Epigrafia	Calcário	Época Romana	E 6398
Agulha	Instrumentos e utensílios	Bronze	Época Romana	983.1015.5
Alfinete	Instrumentos e utensílios	Bronze	Época Romana	983.1015.4
Anel	Adereços (e objectos de adorno)	Bronze	Antiguidade Tardia	16865 A
Anel com engaste de pedra	Adereços (e objectos de adorno)	Bronze	Época Romana	15518
Aplique	Bronze figurativo	Bronze	Época Romana	983. 1015.18
Ara de Montanus	Epigrafia	Calcário margoso	Época Romana	994.43.3
Ara funerária de Aemilia Saturnina	Epigrafia	Calcário biomicrítico	Época Romana	994.18.3
Árula aos Deuses Manes	Epigrafia	Calcário	Época Romana	E 6410
Brinco	Ourivesaria	Ouro	Época Romana	Au 120 A
Brinco	Ourivesaria	Ouro	Época Romana	Au 120 B
Cabeça de Ninfa	Escultura	Mármore	Época Romana	994.4.5
Conjunto contas	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea e pedra verde	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.20
Conjunto contas de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.15
Conjunto contas tubulares	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.1
Conta	Adereços (e objectos de adorno)	Cerâmica	Época Romana?	16831
Conta de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	997.24.26
Conta de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.4
Conta de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.14
Conta de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.17
Conta de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.18
Conta discóide de osso	Adereços (e objectos de adorno)	Osso	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.19
Conta oculada de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro	2008.119.10
Contas de pasta vítrea	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.11
Cupa de Avintina	Epigrafia	Calcário	Época Romana	E 6399
Cupa de Diodora	Epigrafia	Calcário biogénico	Época Romana	E 6401
Cupa de Patricia	Epigrafia	Calcário margoso	Época Romana	994.40.2
Edícula votiva	Escultura	Mármore	Época Romana	994.40.1
Estela de Troilus	Epigrafia	Calcário biogénico	Época Romana	E 6386
Fivela	Instrumentos e utensílios	Bronze	Época Romana	15517 B
Fragmento de asa de ânfora com marca	Cerâmica	Cerâmica	Época Romana	15498

¹⁷⁹ No âmbito da já mencionada Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro; Acto Legislativo: Decreto; nº 19/2006; 18/07/2006.

Fragmento de compasso de bronze	Instrumentos e utensílios	Bronze	Época Romana	15520 A
Fragmento de edícula votiva	Escultura	Mármore	Época Romana	2008.120.1
Fragmento de placa epigrafada	Epigrafia	Mármore	Época Romana/Antiguidade Tardia?	16880
Fragmento de placa funerária paleocristã	Epigrafia	Mármore	Antiguidade tardia	16881
Fragmento de prato de Terra <i>Sigillata</i> Clara D	Cerâmica	Cerâmica	Antiguidade Tardia	16799 bis
Machado de pedra polida	Instrumentos e utensílios	Anfibolito	Neolítico/Calcolítico	8595
Machado de pedra polida	Instrumentos e utensílios	Anfibolito	Neolítico Final/Calcolítico	8712
Machado de pedra polida	Instrumentos e utensílios	Anfibolito	Neolítico/Calcolítico	8713
Machado de pedra polida	Instrumentos e utensílios	Anfibolito	Neolítico/Calcolítico	8715
Machado de pedra polida	Instrumentos e utensílios	Anfibolito	Neolítico/Calcolítico	8718
Moeda de Graciano com representação de Vitória	Numismática	Bronze	Época Romana	997.24.27
Moeda de Honório	Numismática	Bronze	Época Romana	997.24.28
Mosaico	Arquitetura (materiais de construção e revestimento)	Calcário e mármore	Época Romana	18692
Mosaico geométrico	Arquitetura (materiais de construção e revestimento)	Calcário e mármore	Época Romana	18688
Mosaico geométrico	Arquitetura (materiais de construção e revestimento)	Calcário e mármore	Época Romana	18702
Mosaico geométrico	Arquitetura (materiais de construção e revestimento)	Calcário e mármore	Época Romana	18748
Mosaico geométrico	Arquitetura (materiais de construção e revestimento)	Calcário e mármore	Época Romana	18756
Mosaico geométrico	Arquitetura (materiais de construção e revestimento)	Calcário e mármore	Época Romana	18705
Conjunto de contas diversificadas	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta vítrea e pedra verde	Idade do Ferro/Época Romana	2008.119.20
Punção de bronze	Instrumentos e utensílios	Bronze	Época Romana	15520 B
Punção de bronze	Instrumentos e utensílios	Bronze	Época Romana	15520 B
Punhal de rebites	Armas	Bronze	Calcolítico/Idade do Bronze	10256
Unguentário	Vidros	Vidro	Época Romana	15052

Tabela 5 – Coleção de objectos arqueológicos oferecida ao *Museu Archeologico do Algarve* pelo proprietário da Quinta do Marim, João Lúcio Pereira.

Os objectos doados por João Lúcio Pereira, tal os restantes que pertenceram à coleção do *Museu Archeologico do Algarve*, foram incorporados no Museu Etnográfico Português em 1894; a elaboração desta tabela teve por base uma pesquisa realizada no inventário MatrizNet onde analisámos o historial dos objectos e identificámos a coleção doada por este proprietário durante o século XIX¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Analisámos o historial de 86 objectos para poder identificar os 54 objectos provenientes da Quinta do Marim no século XIX. Este é um dos exemplos que evidencia as dificuldades de pesquisa no inventário MatrizNet e que colocou algumas limitações à identificação de coleções para esta tese. Realizando uma *Pesquisa Avançada* e seleccionando apenas o inventário das coleções do Museu Nacional de Arqueologia, perante a pesquisa da palavra «Marim» obtivemos 86 resultados. Foi necessário analisar a ficha de inventário individual de cada um dos objectos para identificar a data de incorporação, confirmando que o objecto integrou a coleção do *Museu Archeologico do Algarve* e que não era um objecto proveniente de outra localidade com a palavra Marim, nomeadamente Castro Marim. Perante outras hipóteses de pesquisa, nomeadamente com a palavra «Quinta do Marim» obtivemos zero resultados, o nome do proprietário remeteu-nos para 50 resultados. Esta pesquisa foi realizada durante o mês de Fevereiro de 2015 e confirmada em Outubro de 2016.

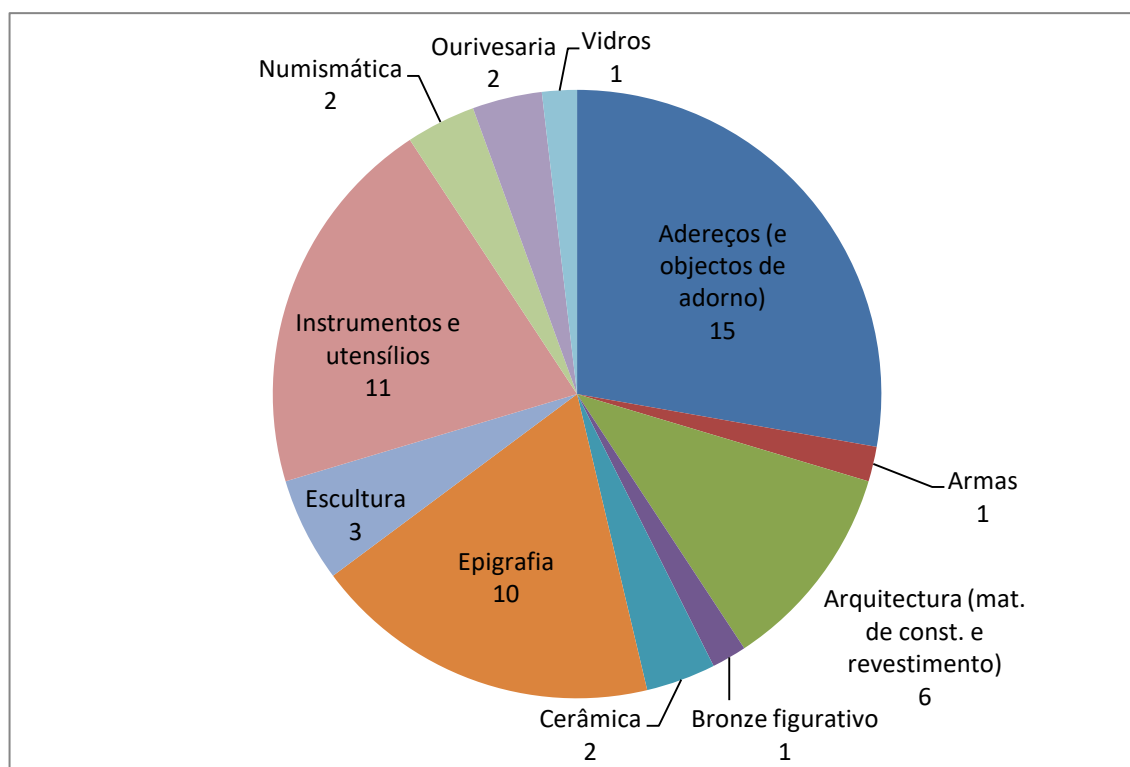


Gráfico 3 – Categorias dos objectos oferecidos ao Museu Archeologico do Algarve pelo proprietário da Quinta do Marim, João Lúcio Pereira.

Este gráfico foi elaborado com base na pesquisa realizada no inventário MatrizNet onde analisámos o historial dos objectos provenientes da Quinta do Marim (Cf. Tabela 5).

Entre as três esculturas oferecidas por João Lúcio Pereira e registadas no gráfico anterior (Gráfico 3) encontra-se a «edícula votiva» do século III d. C.¹⁸¹ encontrada nas ruínas romanas de um edifício balnear desta sua quinta, e uma epígrafe em calcário, datada do século II-III d. C., com a designação «cupa de Patrícia»¹⁸². Destinada a albergar ámulas ou estatuetas de algumas divindades, presumivelmente relacionadas com cultos de cariz aquático e salutífero, a edícula votiva da Quinta do Marim, tal como a epígrafe em calcário referente a Patrícia, integraram a exposição «Escultura Romana», patente ao público entre 1980 e 1982 no MNA. Estão actualmente incluídas na exposição *Religiões da Lusitania. Loquuntur saxa* que decorre na mesma instituição (Ribeiro, 2002: 466, 531-532).

Foi devido ao interesse pelas questões históricas do proprietário João Lúcio Pereira¹⁸³ e a um conjunto de procedimentos metodológicos que foi conferido significado a objectos que constituem um recurso para diversos produtores científicos. Veja-se sobretudo o caso da

¹⁸¹ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110221>

¹⁸² <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110220&EntSep=4#gotoPosition>

¹⁸³ Este proprietário solicitou, por exemplo, informações sobre a história da «torre velha do Marim». Carta de Estácio da Veiga para Marquês de Sousa Holstein: 2 Fev. 1876, Arquivo da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, *Apud* Pereira, 1981: 165-168.

«cupa de Patrícia» que, além das exposições em que é exibida, tem sido incluída desde o século XIX em numerosas publicações sobre aspectos diversos relativos ao Império Romano¹⁸⁴.

Outro proprietário da região, **Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e Torres** (1808-1891), proprietário da Quinta do Milreu (Veiga, 1887: 386; 1891: 102-103), permitiu que se pusessem a descoberto parte das ruínas de uma das mais significativas *villae* presentemente conhecidas na Lusitânia romana (Teichner, 2008: 732). Cedeu igualmente o numeroso espólio encontrado nesta sua propriedade da freguesia de Estoi, concelho de Faro, para ser apresentado num «museu exclusivamente provincial, systematicamente organizado, para estar aberto ao publico, ser útil á sciencia e honroso para o paiz» (Veiga, 1887: 386).

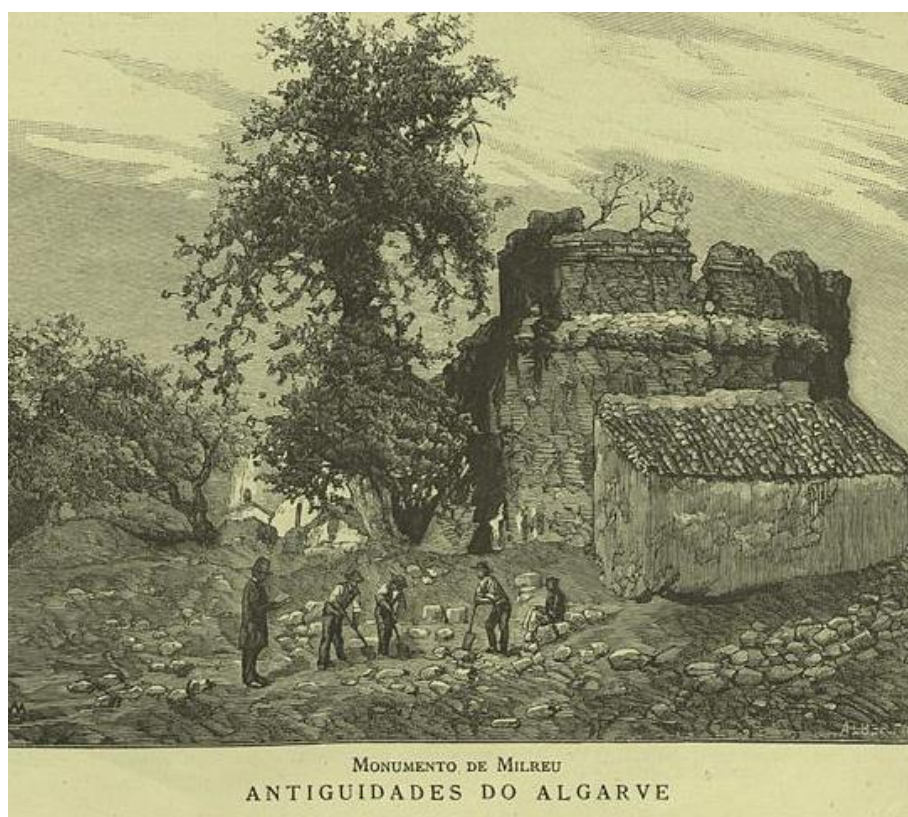


Ilustração 13 – As escavações arqueológicas realizadas na Quinta do Milreu em 1881

Ilustração divulgada pela revista *Occidente* (Vol. 4, n.º 96, 21 de Agosto de 1881)

O *Museu Archeologico do Algarve* incorporou assim perto de 200 objectos da Quinta do Milreu, onde constava epigrafia, objectos em bronze (adereços, objectos de adorno, instrumentos e utensílios), objectos em cerâmica e em vidro, materiais de construção e

¹⁸⁴ Vejam-se as seguintes referências: Figueiredo, 1889: 124; Hübner, 1892: 783; Lambrino, 1962: 289-290; Vives, 1971; Encarnação, 1984: 95-96; Alarcão, 1988b: 311; Etienne & Mayet, 2000: 40; Ribeiro, 2002: 531-532.

revestimento e elementos escultóricos diversos. Também a sensibilidade revelada por este proprietário local criou condições para que dois dos objectos encontrados nesta campanha arqueológica de 1877, que chegou a mobilizar mais de cem cantoneiros de obras públicas do distrito de Faro (Cardoso, 2007: 493), viessem a ser classificados como património de *Interesse Nacional*¹⁸⁵. Uma dessas peças, uma cabeça feminina, foi noticiada por Brito Camacho na revista *Occidente* de 1881 (Vol. 4, n.º 96: 189-190) num artigo que destaca as descobertas na Quinta do Milreu, nomeadamente do monumento de consideráveis dimensões¹⁸⁶ que ainda é possível observar no local juntamente com outras ruínas menos monumentais mas preservadas e visitáveis. Esta peça escultórica que retrata uma cabeça de mulher jovem (Matos, 1995: 28-28), datada dos séculos I-II d. C., foi integrada em várias exposições do Museu Nacional de Arqueologia¹⁸⁷ e representada em diversas publicações sobre história da arte, sobre escultura romana, investigações realizadas sobre as ruínas de Milreu e obras de síntese sobre a ocupação romana do território português¹⁸⁸. O *Interesse Nacional* igualmente conferido à escultura que representa a figura de Diónisos ou Baco jovem (Matos, 1995: 56-57) igualmente encontrada nas ruínas de Milreu justificou também que a peça fosse incluída no mesmo tipo de publicações¹⁸⁹ e exposições¹⁹⁰.

¹⁸⁵ Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro; Acto Legislativo: Decreto; nº 19/2006; 18/07/2006.

¹⁸⁶ Visível na Ilustração 13.

¹⁸⁷ Exposição *Portugal - das Origens à Época Romana*, patente ao público entre 1989 e 1993; exposição *Escultura romana*, patente ao público entre 1980 e 1982; exposição *Religiões da Lusitania. Loquuntur saxa* patente ao público desde 2002. Fonte MatrizNet.

¹⁸⁸ Alarcão, 1974; Fittschem, 1993; Franco, 1942; Garcia y Bellido, 1948; Gonçalves, 2007; Hauschild, 1971; Lacerda *et al.*, 1942; Matos, 1966; Rebelo, 1881; Ribeiro, 2002; Santos, 1972; Sousa, 1986.

¹⁸⁹ Alarcão, 1974, 1988; Franco, 1942; Gonçalves, 2007; Hauschild, 1971; Lacerda, 1942; Matos, 1966; Rebelo, 1881; Ribeiro, 2002; Santos, 1972; Sousa, 1986, 1990.

¹⁹⁰ Esta peça escultórica integrou também as referidas exposições *Escultura romana* e *Religiões da Lusitania. Loquuntur saxa* (Ver nota de rodapé 187).



Ilustração 14 – Busto de Diónisos

Época Romana, Época de Adriano (séc. II d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, 994.6.1; Dimensões (cm): altura: 24,8; largura: 18,5; espessura: 10,5; (MatrizNet)

Escultura romana cedida por Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e Torres, proprietário da Quinta do Milreu (Estoi, Algarve) a Estácio da Veiga para integrar as colecções do *Museu Archeologico do Algarve*. Em 1894 foi também incorporada no Museu Nacional de Arqueologia juntamente com os restantes objectos do mencionado Museu do Algarve.

Além destas valiosas dádivas para o *Museu Archeologico do Algarve*, Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e Torres permitiu ainda que fossem visitáveis as ruínas descobertas na sua propriedade da freguesia de Estoi, no Algarve: «um opulento edifício balneario com cinquenta e oito compartimentos, casas de habitação, oficinas industriaes, arruamentos, canalisações, e nas abas do serro de Guellim o cemitério da cidade pagã, inteiramente separado dos monumentos e jazigos christãos que tornearam o magestoso templo, de ordem corinthia, nos seus dois claustros circumdantes e até invadiram o âmago da própria catedral» (Veiga, 1887: 386).

O *marketing* institucional do Museu Nacional de Arqueologia utiliza actualmente a imagem de uma escultura romana oferecida por este proprietário da Quinta do Milreu. A peça de escultura em mármore cedida por Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e Torres constitui a

imagem de um dos principais folhetos, com informação bilingue – português e inglês - deste museu de Lisboa.

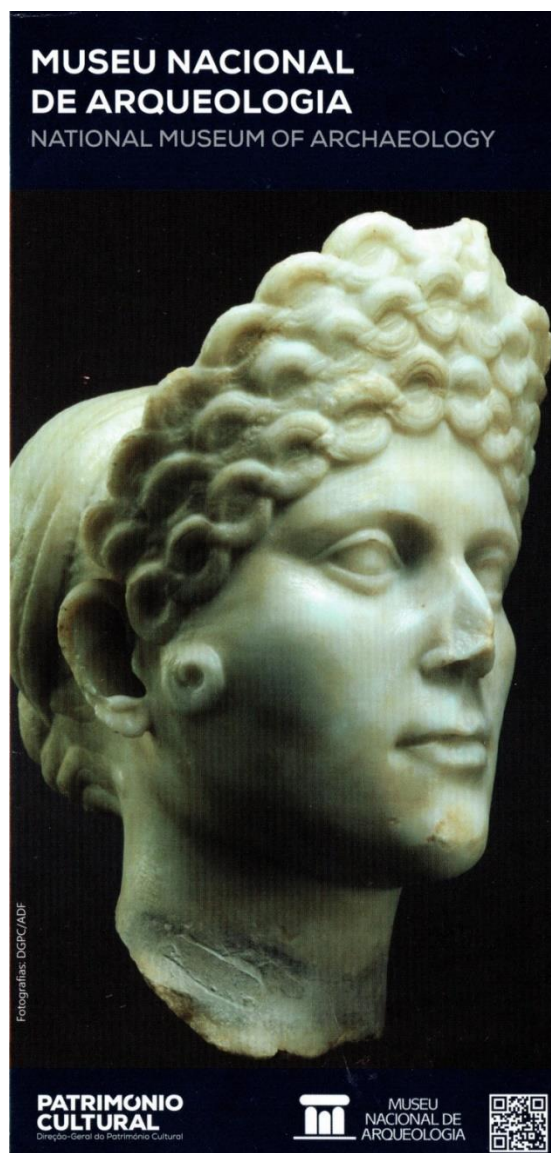


Ilustração 15 – Folheto do MNA com imagem de escultura romana oferecida por Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e Torres, proprietário da Quinta do Milreu.

Folheto bilingue editado em 2014 pela Direcção Geral do Património Cultural, instituição que tutela o Museu Nacional de Arqueologia. A escultura de mármore romana (séc. I-II d.C.) aqui representada está inventariada no Museu Nacional de Arqueologia com a cota 994.6.3. Foi oferecida entre 1877 e 1881 pelo proprietário da Quinta do Milreu (Estoi, Algarve) a Estácio da Veiga.

Um cartaz de grandes dimensões afixado em Setembro de 2015 na entrada do Mosteiro dos Jerónimos para promover a instituição, situada num local de grande afluência turística, utilizou igualmente o mesmo objecto oferecido pelo proprietário da região de Faro.



Ilustração 16 – Entrada principal do Museu Nacional de Arqueologia

O cartaz que se encontra à direita da imagem utiliza igualmente a imagem da escultura romana oferecida pelo proprietário da Quinta do Milreu, Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e Torres, ao *Museu Archeologico do Algarve*; (Fotografia realizada em 28 de Setembro de 2015 pela autora).

Juntamente com o nome de Sebastião Philippe Martins Estácio da Veiga, responsável pela primeira investigação arqueológica sistemática do território algarvio, os nomes dos proprietários Sebastião Fernandes Estácio da Veiga, João Luiz de Mendonça e Mello, João Lúcio Pereira e Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e Torres são intransferíveis da biografia dos objectos que concederam. Oferecidos com a condição de entrar numa instituição científica, o que de facto aconteceu, os seus doadores tornaram-se, como destaca Samuel Alberti (2005: 564), nos seus proprietários simbólicos. Nas fichas de inventário do Museu Nacional de Arqueologia, onde actualmente estão depositados, os «seus» objectos ficaram alienavelmente associados ao seu nome, assim como ao nome de Estácio da Veiga que lhes conferiu valor e significado. O mesmo aconteceu com as colecções arqueológicas decorrentes da colaboração de José da Costa Serrão, administrador do concelho de Aljezur, e de António José Nunes da Glória, prior de Mexilhoeira Grande e depois de Bensafirim, actores que destacaremos nos próximos capítulos.

2.4 PLACAS DE XISTO DE JOSÉ DA COSTA SERRÃO, ADMINISTRADOR DO CONCELHO DE ALJEZUR

Também **José da Costa Serrão** (...-...) cooperou com o enriquecimento dos conteúdos da *Carta Archeologica do Algarve* (Veiga, 1883) e da subsequente colecção de materiais arqueológicos devido às suas funções públicas na administração concelhia mas também devido ao seu interesse particular pela arqueologia. No âmbito do levantamento arqueológico realizado por Estácio da Veiga no concelho de Aljezur, e enquanto administrador do mesmo concelho, encarregou-se do transporte e armazenamento de materiais, como a pedra encontrada na Fortaleza da Arrifana, trabalhos pelos quais a administração cobrou oficialmente 600 réis¹⁹¹. Mas terá sido a sua sensibilidade especial para esta temática que o levou a preservar estações arqueológicas e a questionar Estácio da Veiga sobre o interesse dos materiais recolhidos nas escavações que realizou em Maio de 1878:

«Lembro levar ao conhecimento de V. Ex.^a que na semana passada fui fazer uma escavação na praia, digo junto à praia [...], afundar um metro, encontrei muitas louças d'epoca antiga, a maior parte branca, quase toda [...] e alguma tinta azul, outra riscada com a mesma cor, também se acharam dois cetis. Se V. Ex.^a quer que eu remeta a louça, dei-me[?] as duas ordens para assim as cumprir.»¹⁹²

Anos mais tarde, em 1881, José da Costa Serrão comunicou a Estácio da Veiga a existência de uma «construção subterrânea [...] com muitos ossos humanos, numerosos instrumentos de pedra e outros objectos» (Veiga, 1886: 148) descobertos no âmbito de uma obra que realizava no concelho de Aljezur. Como os seus operários não terão tido os cuidados devidos com a exploração, quebrando os materiais mais frágeis, como os crânios, Costa Serrão terá mandado entulhar o local para preservar a futura exploração. Foi Estácio da Veiga que mandou retirar e escolher os entulhos donde colheu numerosos objectos que juntou aos já anteriormente coleccionados por José da Costa Serrão. Conhecemos o conteúdo específico

¹⁹¹ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de José da Costa Serrão para Estácio da Veiga: 2 Abr. 1878.

¹⁹² MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de José da Costa Serrão para Estácio da Veiga: 7 Mai. 1878.

desta colecção arqueológica através de uma carta para Émile Cartailhac¹⁹³ (1845-1921) no ano de 1882:

«Je n'avais de cet endroit que des haches en pierre polie; mais aujourd'hui je suis possesseur d'une superbe collection d'instruments néolithiques, trouvés dans les tumuli découverts à coté de l'église de Notre Dame d'Alva, comprenant 16 magnifiques couteaux en silex, deux parfaites pointes de silex presque triangulaires comme celles du tumulus de Marcella (Musée de l'Algarve), trois pointes de flèches, une grosse perle qui paraît être en marbre vert de Calabre, 43 haches polies de diorite, 17 plaques de schiste différemment gravées parmi lesquelles il y en a 9 en parfait état de conservation, et 3 petits pots en argile grossière, mais dont l'un est tout à fait semblable à celui de suspension que j'avais au musée et à l'autre que vous avez trouvé dans la collection de Mr. C. Ribeiro. Pour vous puissiez vous faire une idée de ce petit trésor, je vous en envoie des calques»¹⁹⁴.

Émile Cartailhac conheceu a colecção do *Museu Archeologico do Algarve*, onde estavam depositados os objectos de Aljezur, em 1880, no âmbito da sua participação na nona sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica que decorreu em Lisboa¹⁹⁵. À imagem das práticas científicas da geologia, paleontologia e história natural, os *arqueólogos* do século XIX procuravam conhecer as informações e memórias publicadas além dos seus circuitos nacionais, empreender excursões às localidades onde se produziam as descobertas e visitar as colecções públicas e privadas (Lubbock *apud* Podgorny, 2009: 56). Os congressos, como o que decorreu em Lisboa em 1880, constituíam oportunidades para se efectivarem esses circuitos científicos e se registarem as impressões decorrentes das visitas feitas às colecções disponíveis nas cidades onde decorriam os congressos. Assim, além das excursões proporcionadas pela organização do congresso de Lisboa, cientistas como Émile

¹⁹³ Emile Cartailhac foi um dos principais pré-historiadores franceses. Sobre o autor veja-se por exemplo a revista *Nature: International Weekly Journal of Science* (02 February 1922; n.º 109, pp. 147-147) ou o artigo de Réjane Roure (2015).

¹⁹⁴ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, Minuta de carta de Estácio da Veiga para Emile Cartailhac: 25 Fev. 1882. *Apud* Cardoso, 2006: 387.

¹⁹⁵ No congresso de Lisboa discutia-se então a existência do homem no período Terciário e o contexto geológico de uma colecção de objectos provenientes da Ota, uma freguesia de Alenquer, a cerca de cinquenta quilómetros de Lisboa, atraiu a Portugal a comunidade científica que pretendia confirmar *in situ* a autenticidade dos artefactos e do seu contexto geológico, e assim formar bases para certificar ou contradizer a teoria suscitada por essa colecção: a existência do homem terciário em Portugal.

Cartailhac não deixaram de visitar «Les Collections de Lisbonne»¹⁹⁶ (Cartailhac, 1880: 21-25). Conheceram a colecção de objectos do «Musée colonial», elogiaram o Museu de História Natural dirigido por Barbosa du Bocage na Escola Politécnica e referenciaram a existência de alguns objectos pré-históricos juntamente com uma multiplicidade de tipologias de materiais no «Museu des Carmes». Visitaram igualmente o *Museu Archeologico do Algarve* e o Museu da Comissão Geológica, onde se encontrava a colecção de Carlos Ribeiro a que se alude no excerto anterior da carta dirigida a Émile Cartailhac.

Foi no contexto do CIAAP, onde Estácio da Veiga foi secretário adjunto, e na visita aos mencionados museus e colecções da cidade de Lisboa, que se encetaram os contactos entre Cartailhac e Estácio da Veiga e se divulgaram os objectos pré-históricos angariados pelos proprietários algarvios que abordámos no subcapítulo anterior e pelo administrador do concelho de Aljezur, José da Costa Serrão, que posteriormente tinha efectuado novas e importantes descobertas. Os objectos que identificou foram, como é referido, entretanto copiados em decalques e remetidos para Émile Cartailhac, em França.

Apesar de identificar ocasionalmente a citada necrópole de Nossa Senhora de Alva, os conhecimentos desse administrador permitiram a preservação de um conjunto de notáveis objectos, entre eles o maior número de placas de xisto até então recolhido num só local. Às dezassete placas com figuras geométricas que viria a oferecer a Estácio da Veiga juntar-se-iam algumas obtidas pelo coleccionador Júdice dos Santos no mesmo local, o que perfazia cerca de vinte objectos desta tipologia encontrados na vila de Aljezur (Veiga, 1886: 197). A importância das placas de xisto era conferida sobretudo pela sua originalidade geográfica¹⁹⁷, o que justificou um capítulo no segundo volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1887: 429-453), onde foram sistematizados todos os elementos sobre este tipo de objectos neolíticos até essa data apenas parcialmente abordados por Augusto Filipe Simões (1878: 51-53) e por Nery Delgado (1884: 234)¹⁹⁸.

Tal como os restantes objectos que temos vindo a mencionar, as placas de xisto descobertas em Aljezur transformaram-se em consagrados objectos científicos. Depois das

¹⁹⁶ Título do terceiro capítulo do relatório de Cartailhac sobre a sessão de Lisboa do CIAAP (Cartailhac, 1880: 21-25).

¹⁹⁷ Desconhecida noutros contextos geográficos, sabe-se actualmente que esta tipologia de objectos é característica do Sul da Europa ocidental (Gonçalves, 2004b).

¹⁹⁸ Esta tipologia de objectos arqueológicos tinha também sido divulgada internacionalmente, como já referimos, na segunda sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica que decorreu em Paris no ano de 1867. Foi por iniciativa de Pereira da Costa que se submeteu à discussão dos congressistas, entre outros objectos, um conjunto de placas de xisto decoradas provenientes de monumentos megalíticos de Leiria, Viana do Alentejo e Castelo de Vide (s/a, 1868: 31-35).

circunstâncias em que foram elaboradas, da função que assumiram e da utilização que tiveram, a descoberta destes objectos constitui mais um momento histórico da sua existência. Ao preservá-las, o administrador deste concelho foi o primeiro dos actores que lhes conferiu um significado, logo seguido por Estácio da Veiga que os inventariou, catalogou e validou com a sua inclusão numa colecção museológica e numa publicação.



Ilustração 17 – Decalque de placa de xisto de Aljezur

José da Costa Serrão ofereceu dezassete placas de xisto gravadas a Estácio da Veiga (Veiga, 1886: 197). Entre elas estaria provavelmente a representada neste decalque que possui anotações do próprio Estácio da Veiga. Podemos ler na anotação situada na parte lateral do documento «Coll. Estácio da Veiga» e na parte superior do decalque está inscrita a proveniência do objecto, «Aljezur». (MNA, Arquivo Estácio da Veiga)

Foi o interesse pela arqueologia de José da Costa Serrão que desencadeou a seriação científica das placas de xisto, que se transformaram a partir de então em objectos de fascínio, de associação e de inúmeras considerações que encontramos numa vasta bibliografia, maioritariamente portuguesa e espanhola¹⁹⁹. Atraíram igualmente a atenção de um projecto de investigação extra-europeu que veio contrapor às dominantes teses sobre o culto a uma Deusa Mãe, a teoria de que os símbolos gráficos inscritos nestes objectos constituíram um sistema de fixação das linhagens dos clãs peninsulares (Lillios, 2002, 2003). Constituindo ‘Things that talk’, estes objectos comunicam por aquilo que são e por aquilo que podem significar, combinando elementos como natureza e arte, pessoas e coisas, a sua objectividade e subjectividade (Daston, 2008: 20).

As placas de xisto descobertas por Costa Serrão encontram-se actualmente depositadas no Museu Nacional de Arqueologia onde foram há poucos anos objecto de estudo sistemático no quadro do projecto designado «Placa Nostra», do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Gonçalves, 2004a; 2004b). Estão também contempladas na base de dados pesquisáveis ESPIRIT²⁰⁰, onde juntamente com outras 1100 placas se pode aceder aos seus significados e às relações complexas que encerram.

Depois da descoberta da necrópole onde foram encontrados estes objectos, as práticas arqueológicas de José da Costa Serrão continuaram:

«O dono da terra onde foram encontrados os túmulos disse-me que queria semear a terra, e eu por minha conta e risco, meti homens ao trabalho para ver se podia encontrar mais alguns túmulos, em [... ...] encontrei uma espécie de poço com as seguintes dimensões 0,66 decímetros de [...], 1m, 54 de bojo, - 0,88 decímetros de fundo – 1m,65 de altura, estava cheio de grandes pedras – por hora mais nada.»²⁰¹

Como podemos verificar, Costa Serrão recorria à contratação de operários para proceder a investigações nos sítios arqueológicos que identificava. À exploração destes túmulos no ano de 1881 seguiu-se no ano seguinte a identificação de sepulturas no local da Amoreira:

¹⁹⁹ Uma listagem bibliográfica bastante exaustiva foi elaborada no âmbito do projecto *ESPIRIT (The Engraved Stone Plaque Registry and Inquiry Tool)* que disponibiliza igualmente um catálogo *on-line* sobre as pré-históricas placas de xisto gravadas de Portugal e Espanha.

²⁰⁰ <http://research2.its.uiowa.edu/iberian/bibliography.php>

²⁰¹ <http://research2.its.uiowa.edu/iberian/index.php>

²⁰¹ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de José da Costa Serrão para Estácio da Veiga: 17 Dez. 1881.

«Consta-me que num casal chamado Amoreira, que dista do mar um quilómetro, foram encontradas umas sepulturas quadrilongas de quatro [...] contendo dentro ossos e uma panela, logo que possa quero ir ali e ver se posso depois dizer-lhe alguma couza.»²⁰²

José da Costa Serrão colaborou ainda na identificação e exploração de várias cavernas de habitação pré-histórica, nomeadamente da Caverna da Singeira. Identificada em Março de 1883 por um caçador, foi posteriormente explorada por José da Costa Serrão que divulgou a suas características, nomeadamente as consideráveis dimensões que presenciou. A estrutura possuía vários corredores e compartimentos com dimensões de cerca de vinte metros quadrados e dois a três metros de altura (Veiga, 1886: 55). Em 1883, quando mandava construir uma eira, identificou uma outra caverna de habitação pré-histórica:

«Mandando, porém, o sr. José da Costa Serrão lazer uma eira em 1883, a curta distancia do grande depósito mortuário explorado em 1882, descobriu mais algumas daquelas cavernas de habitação pré-histórica, cortadas como as que já conhecia, e ordenando que uma d'ellas fosse completamente despejada à sua vista, a 0m,65 de profundidade, e com o diâmetro de 2 metros, achou um pavimento plano de configuração circular, sobre o qual havia uma vasilha de barro, que se partiu em muitos pedaços no acto da extracção por estar alli muito compacto um cinzeiro misturado com terra, e perto da vasilha as duas lanças de cobre que represento com as próprias dimensões nas estampas V e VI que acompanham esta pagina.» (Veiga, 1891: 61)

O excerto anterior constitui outra das referências ao contributo de José da Costa Serrão para a construção do conhecimento. Este administrador do concelho de Aljezur é mais um dos actores das práticas arqueológicas desenvolvidas em Portugal durante o século XIX. Conhecemos apenas a sua cooperação com Estácio da Veiga, a quem legou uma colecção de mais de uma centena de objectos, parte deles descobertos pelo próprio e outra parte durante as escavações que proporcionou a Estácio da Veiga. Entre estes materiais encontra-se uma alabarda de sílex, desenhada pelo Padre Nunes da Glória, outro importante elemento das redes de comunicação científica que permitiram o enriquecimento das colecções do *Museu*

²⁰² MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de José da Costa Serrão para Estácio da Veiga: 1 Jul. 1882.

Archeologico do Algarve e posteriormente do Museu Nacional de Arqueologia²⁰³. Como veremos no seguinte subcapítulo, António José Nunes da Glória efectuou as plantas e os desenhos dos materiais de Aljezur e de Alcalar (Veiga, 1886: 14).

²⁰³ A colecção que pertenceu ao *Museu Archeologico do Algarve* constituiu um dos núcleos fundadores do Museu Etnográfico Português em 1893.

2.5 O DESCOBRIDOR DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE ALCALAR: PADRE NUNES DA GLÓRIA

António José Nunes da Glória (1842-1916) era prior da paróquia de Bensafrim²⁰⁴ (Simões, 2007: 262-263) quando participou nas investigações arqueológicas desenvolvidas em meados de Junho de 1882 no concelho de Aljezur, incumbindo-se «mui generosamente das plantas e desenhos, que fosse mister fazerem-se»²⁰⁵. Entre eles uma estampa com a representação de pontas de flexa, de lança e de sílex, dentes e cabeças de alfinete em osso publicada no primeiro volume de *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Ilustração 18).

Os primeiros registos da actividade deste pároco local com capacidades artísticas e conhecimentos arqueológicos remetem para o ano de 1878, quando ocorreu o levantamento do sítio arqueológico da Mesquita, junto à Mexilhoeira Grande, Portimão. Nunes da Glória era localmente reconhecido pelos restauros das igrejas paroquiais da Mexilhoeira Grande e de Bensafrim. Nas paróquias de Albufeira, Porches e Barão de São João procedeu também a restauros de esculturas e foi igualmente autor de várias telas, entre elas a pintura da Assunção de Nossa Senhora da paróquia da Mexilhoeira Grande (Simões, 2007: 263; Rosa, 1958). As pesquisas e a planta geral das ruínas do lugar denominado Mesquita, previamente identificada pela Carta Corográfica do Reino do Algarve (Lopes, 1842), foram concluídas pelo prior da Mexilhoeira e posteriormente enviadas a Estácio da Veiga para incorporarem a *Carta Archeologica do Algarve*. Esse registo deverá corresponder à «Planta de um edifício arrazado, que se observa junto ao flanco direito da estrada de Lagos para Portimão no sitio da Mesquita a NO 1 ½ kilometros da Mexilhoeira: Parece ter sido moinho de água salgada, que trabalhasse com as águas do rio Alvor»²⁰⁶, um dos muitos documentos preservados no Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

²⁰⁴ Actual concelho de Lagos.

²⁰⁵ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para o Chefe da Contabilidade do Ministério do Reino: 10 Ago. 1883. *Apud* Cardoso, 2006: 358.

²⁰⁶ Planta com escala 1:100 com registo de ter sido «copiada por J. F. Tavares Bello, em 21 de Maio de 1878»; MNA, Arquivo Estácio da Veiga, «Concelho de Portimão, Freg. da Mexilhoeira, Mesquita», Cota: EV Cx. 1/Capa 7/N.º 18.

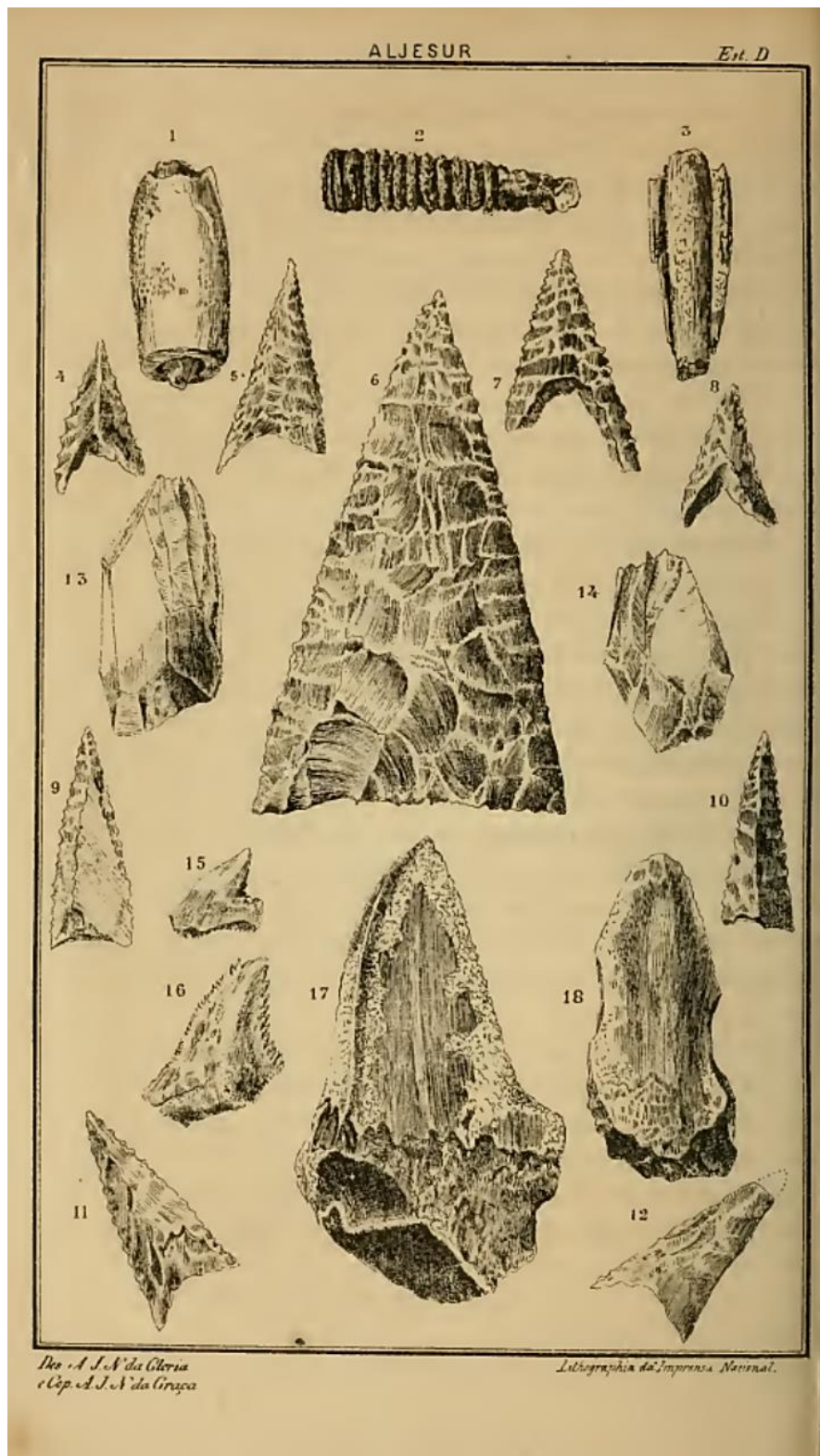


Ilustração 18 – Desenho arqueológico efectuado pelo Padre Nunes da Glória

Representação de objectos provenientes da necrópole de Aljezur efectuada pelo Padre António José Nunes da Glória e publicados por Estácio da Veiga na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*. A autoria encontra-se registada no canto inferior esquerdo da imagem: «Des. A. J. N. da Glória / Cóp. A. J. N. da Graça». (Veiga, 1886: 193)



Ilustração 19 – Alabarda de sílex

Calcolítico, Museu Nacional de Arqueologia, 985.39.18; Dimensões (cm): largura: 4,5; espessura: 0,7; comprimento: 7; (MatrizNet)

Este objecto, recolhido em Aljezur no âmbito das investigações de Estácio da Veiga e incorporado no Museu Etnográfico Português em 1894, deverá ter sido desenhado por Nunes da Glória; vejam-se as semelhanças com o objecto 6 reproduzido na ilustração anterior (Ilustração 18).

Depois da sua colaboração com a exploração arqueológica do local designado como Mesquita, Nunes da Glória passou a corresponder-se com Estácio da Veiga, enviando-lhe informações sobre a localização de estruturas arqueológicas, oferecendo materiais e comunicando os resultados das explorações que desenvolvia. Uma das suas mais importantes descobertas foi efectuada em 1880 quando, em Alcalar, localizou um outeiro que lhe pareceu artificial e procedeu à sua escavação:

Em 1880, sabendo o padre Glória que eu estava incumbido de fundar o museu arqueológico do Algarve, lançou as suas vistas para os lados de Alcalá; viu ali um outeiro, que não lhe pareceu obra da natureza; chamou

gente, e ao cortar a cúpula do montículo, apareceu-lhe um monumento; mas como lhe ficava a uma légua da igreja, onde tinha obrigações quotidianas, a que nunca faltava, limitou-se a pôr á vista o que lhe foi possível, e tendo dalli extraindo tantos objectos que encheram cinco grandes caixas, levantou a planta do que chegou a ver, e mandou-me oferecer todos os productos d'aquella bem aventurada pesquisa. O resto da exploração, dizia elle, ficava reservado para mim, e com effeito ficou. Agora vae ver-se até que ponto chegou o que até então parecia um simples curioso. A estampa II representa o trabalho que o padre Gloria fez á custa da sua intelligência, e da sua bolsa, já habituada a abrir-se unicamente para cousas úteis e boas. A figura central sob o n.º 1 mostra a configuração e o typo do monumento. Copiou fielmente o que viu, porque em obra desenhada á penna, os que poderem imitá-lo, não poderão excedê-lo na exactidão.» (Veiga, 1886: 215)

Este excerto evidencia o investimento que o Padre Nunes da Glória efectuou para documentar este local arqueológico situado a cerca de seis quilómetros da sua residência. Financiou os trabalhos de remoção de terras, para os quais contratou trabalhadores, recolheu os objectos que acondicionou em cinco caixas e efectuou o levantamento da planta do local. Um documento minucioso que foi reproduzido na obra de Estácio da Veiga (Ilustração 20).

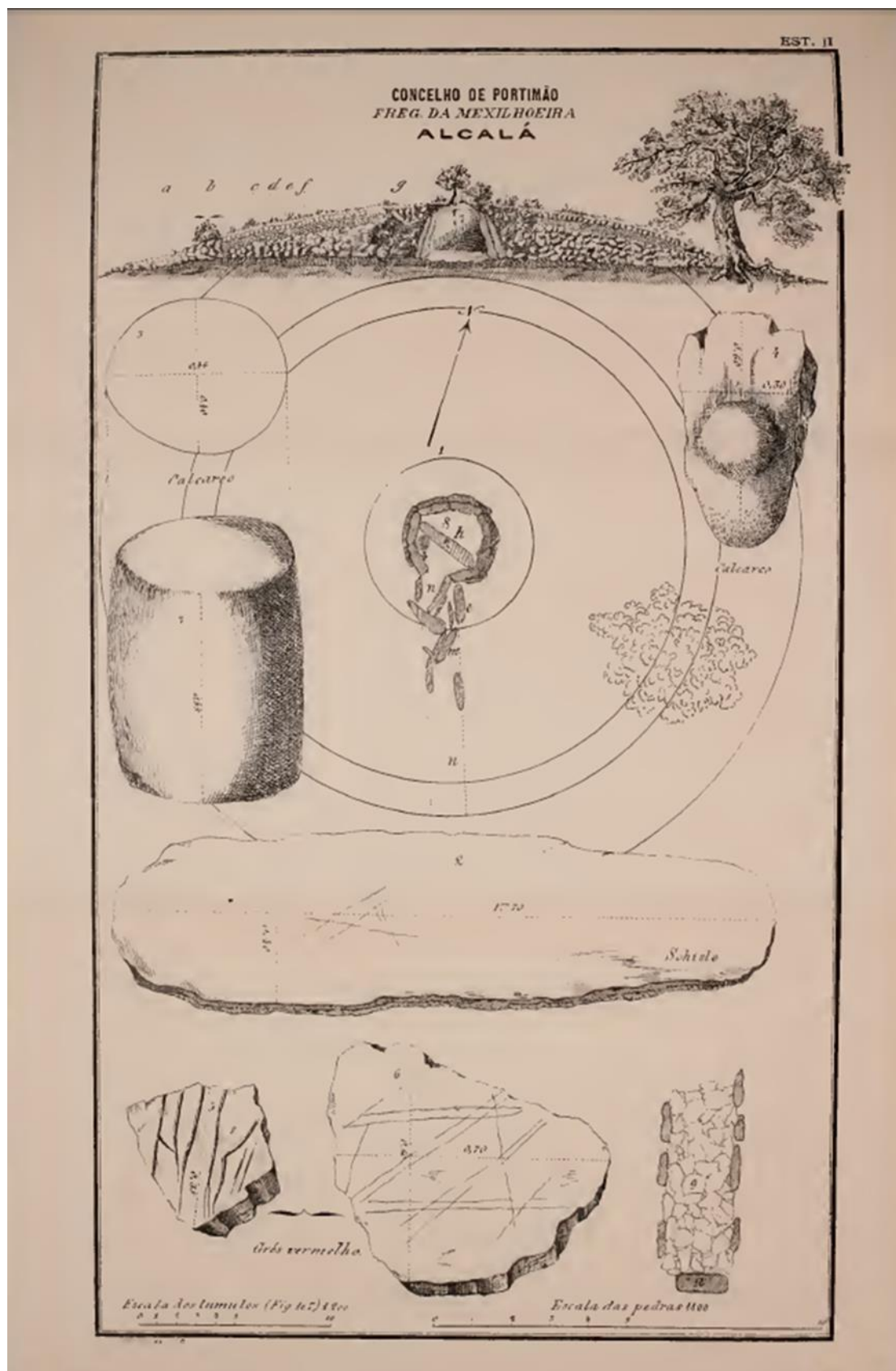


Ilustração 20 – Planta e corte de monumento de Alcalar realizados pelo Padre Nunes da Glória

O Padre Nunes da Glória realizou a planta e corte do primeiro monumento descoberto e escavado em Alcalar pelo próprio no ano de 1880. Desenho enviado a Estácio da Veiga e posteriormente incluído no primeiro volume de *Antiquidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1886: 215).

O interesse da estrutura descoberta, seguramente valorizada pelo detalhe do registo gráfico do monumento, que incluía indicações de medidas e notas informativas essenciais para uma boa percepção dos objectos e das estruturas²⁰⁷ (Ilustração 20), suscitou uma nova subvenção estatal para a realização de investigações no local. Estes trabalhos de campo suplementares para a concretização da *Carta Archeologica do Algarve* e posterior publicação de *Antiguidades Monumentais do Algarve* iniciaram-se justamente em Alcalar no dia 13 de Maio de 1882. Prevendo concluir o levantamento da estrutura identificada por Nunes da Glória em cinco dias, Estácio da Veiga acabou por utilizar mais de quarenta. Depois de concluída a exploração do primeiro monumento, previamente identificado e parcialmente escavado pelo Padre Glória, foram localizados nas suas proximidades mais seis túmulos megalíticos semelhantes. A importância deste novo local arqueológico com os seus trabalhos de escavação e registo de todas as estruturas implicou que Estácio da Veiga fixasse residência na Mexilhoeira Grande, a seis quilómetros de distância, e reforçasse a sua equipa de cantoneiros da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Faro para efectuar o trabalho de remoção de terras (Cardoso, 2007: 393). Providenciou igualmente o levantamento da planta geral do local e dos artefactos mais significativos e mandou fazer «estampas primorosamente desenhadas á penna pelo prior da Mexilhoeira Grande, o mais insigne desenhador desta província»²⁰⁸. Porque o seu «dedicado amigo Padre Gloria supriria o melhor desenhador», Estácio da Veiga não requisitou nenhum técnico para esta tarefa à Direcção das Obras Públicas, e contou igualmente com as suas competências para a inspecção dos trabalhos de escavação que decorreram quase simultaneamente numa linha de 300 metros durante os cerca de 30 dias de trabalhos (Veiga, 1891: 157).

²⁰⁷ Baseamo-nos na avaliação técnica realizada por Hermínia Santos, responsável pelos desenhos arqueológicos do Gabinete de Arqueologia do Município de Montemor-o-Novo, a quem agradecemos a disponibilidade para analisar os vários tipos de desenhos (estruturas e objectos) realizados pelo Padre Nunes da Glória.

²⁰⁸ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, minuta de carta de Estácio da Veiga para o Chefe da Contabilidade do Ministerio do Reino: 10 Ago. 1883. *Apud* Cardoso, 2006: 355.

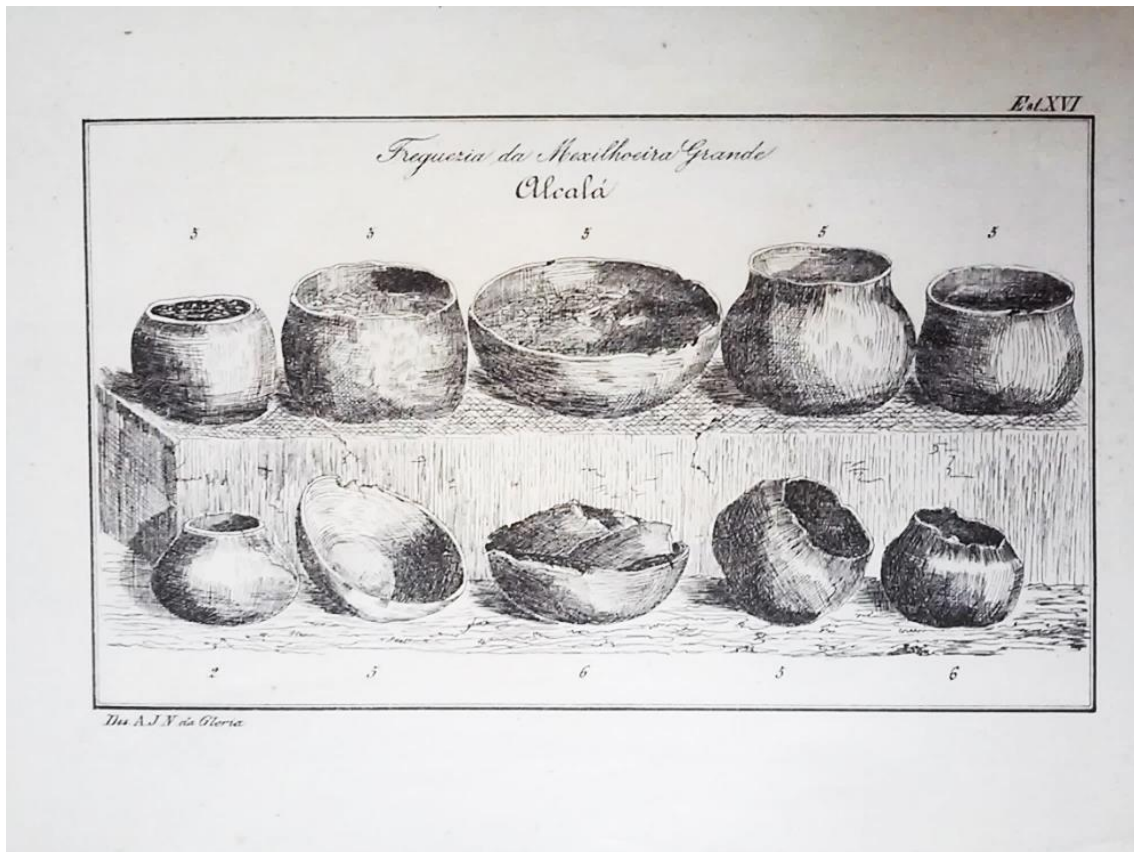


Ilustração 21 – Conjunto de recipientes cerâmicos desenhados pelo Padre Nunes da Glória
Cerâmicas do denominado monumento 5 de Alcalá, explorado em 1882. (Veiga, 1889: 230)

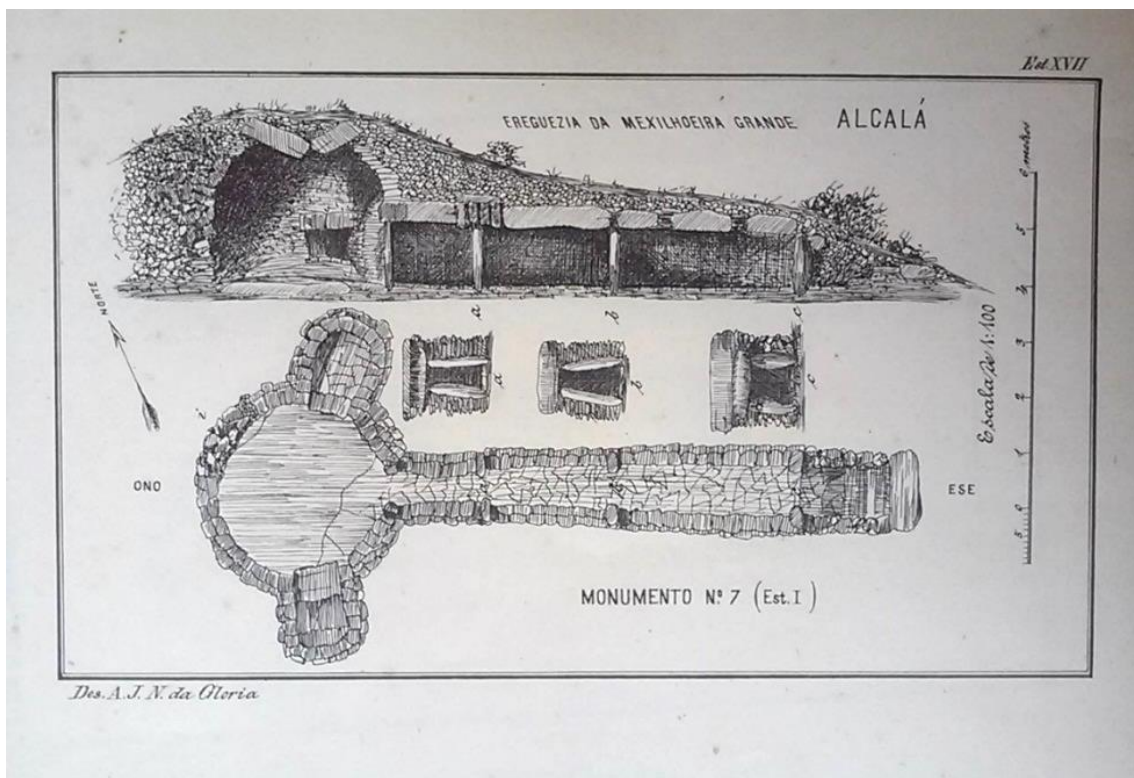


Ilustração 22 – Desenho de planta e corte de monumento realizado pelo Padre Nunes da Glória
Representação do denominado monumento 7 de Alcalá, explorado em 1882. (Veiga, 1889: 237)

Durante esta campanha arqueológica Nunes da Glória e Estácio da Veiga descobriram e exploraram um dos mais notáveis sítios arqueológicos portugueses²⁰⁹, classificado como Património Nacional desde 1910 (Dec. 136, 23 Junho de 1910). Investigações posteriores revelaram outros monumentos megalíticos semelhantes no local de Alcalar e as estruturas habitacionais da comunidade pré-histórica que os construiu e utilizou, durante o 3.º milénio a. C. (Morán, 2001, 2003, 2008).

O importante contributo de Nunes da Glória é igualmente visível através da quantidade de objectos que recolheu e que pudemos reconstituir através das referências de Estácio da Veiga sobretudo registadas nos dois primeiros volumes dedicados às antiguidades do Algarve.

Objectos	Proveniência	Referência
Cutelos de pedra	[Alcalar]	Veiga, 1886: 183
Fragmentos de crânios	Alcalar	Veiga, 1886: 221
45 Calhaus, «entre eles, muitos percutores, alisadores e pilões de moagem»	Alcalar	Veiga, 1886: 228
Pedra de moagem de grés vermelho	Alcalar	Veiga, 1886: 228
Pedra de moagem de rocha granitóide	Alcalar	Veiga, 1886: 229
Dois graís de calcário branco (figurados na Estampa VII, p. 229)	Alcalar	Veiga, 1886: 229
2 Conchas	Alcalar	Veiga, 1887: 561
2 Machados	Areias	Veiga, 1887: 334
Brunidor	Areias	Veiga, 1887: 334
3 Percutores	Areias	Veiga, 1887: 334-335
Desengrossador	Areias	Veiga, 1887: 335
Pilão	Areias	Veiga, 1887: 335
2 Pedras de moagem	Areias	Veiga, 1887: 337
Goiva em anfibólito	Cavoada	Veiga, 1886: 157
Instrumentos de pedra (número não discriminado, apenas a referência a «numerosos»)	Cavoada	Veiga, 1891: 76
Percutores, machados e vários instrumentos de pedra (número não discriminado, apenas a referência a «muitos»)	Cerca Nova	Veiga, 1886: 239
Instrumentos de pedra (número não discriminado, apenas a referência a «muitos»)	Detrás das Vinhas	Veiga, 1887: 338
Percutor	Figueiral Velho	Veiga, 1887: 332-333
Percutor elíptico	Figueiral Velho	Veiga, 1887: 332-333
Goiva de xisto actinolítico afanítico	Gasca	Veiga, 1886: 157
Instrumentos de pedra (número não discriminado, apenas a referência a «alguns»)	Gasca	Veiga, 1887: 338
Dois instrumentos de pedra	Moinho da Rocha	Veiga, 1887: 328
Instrumentos de pedra, machados, percutores, fragmentos de louças (número não discriminado, apenas a referência	Monte Canellas	Veiga, 1886: 241

²⁰⁹ Dois dos monumentos encontram-se actualmente musealizados com o apoio de um centro de interpretação e sob a tutela da Direcção Regional de Cultura do Algarve e do Museu de Portimão; desde o ano de 2012 que se procede ao desenvolvimento de diversas actividades de índole cultural e turístico no local; Veja-se <http://museudeportimao.pt/pt/menu/73/alcalar.aspx>

a «muitos»)		
Instrumentos de pedra, «entre eles machados e percutores» (número não discriminado, apenas a referência a «muitos»)	Palmeirinha	Veiga, 1886: 239
Percutor de xisto negro	Pôio	Veiga, 1887: 329
Instrumento de pedra polido	Quinta da Lameira	Veiga, 1886: 182
Machado polido	Rocha	Veiga, 1887: 339
Percutor	Rocha	Veiga, 1887: 339
Brunidor	Rocha	Veiga, 1887: 339
Machado de xisto anfibolitico ²¹⁰	s.l.	Veiga, 1886: 226
Ponteiro de Pedra	Saragoçal	Veiga, 1886: 184
Machado de diorito	Saragoçal	Veiga, 1887: 331
Machado curto e largo	Saragoçal	Veiga, 1887: 331
Ponteiro de xisto	Saragoçal	Veiga, 1887: 331
Percutor em quartzo	Saragoçal	Veiga, 1887: 331
Brunidor de rocha quartzosa	Saragoçal	Veiga, 1887: 332
Desengrossador, calhau de foiaíte, de forma proximamente elíptica	Saragoçal	Veiga, 1887: 332
Desengrossador, calhau de foiaíte com dois lados lascados e um plano alisado	Saragoçal	Veiga, 1887: 332
Pilão de moagem	Saragoçal	Veiga, 1887: 332

Tabela 6 – Coleção de objectos arqueológicos oferecida pelo Padre Nunes da Glória a Estácio da Veiga entre 1878 e 1891.

Informação sistematizada com base na obra de Estácio da Veiga, conforme especificamos na coluna com o título «Referência».

O mesmo autor salienta que Nunes da Glória explorou «à custa das suas bem calculadas economias a freguesia inteira da Mexilhoeira Grande» e que lhe ofereceu a totalidade das suas descobertas:

«O padre Gloria tinha tempo para tudo; conhecia palmo a palmo todos os cantinhos da freguesia; levantou a planta de toda a sua circumscrição parochial, tomando particular gosto e cuidado pelas antiguidades locais que descobria. Quando em junho de 1882 foi transferido para Bensafrim já também era archeologo.» (Veiga; 1886: 214)

A exploração do campo circundante à área da sua residência reflecte-se igualmente pela quantidade de referências que Estácio da Veiga representou na *Carta Archeologica do Algarve* e registou nas páginas da mesma obra sobre as antiguidades do Algarve:

«Para que não fique dúvida alguma a este respeito, olhe-se para a carta prehistorica e veja-se que a área d'aquella freguesia é a mais rica de antiguidades, e saiba-se que todas foram descobertas por elle, como cumpre ao meu agradecimento de amigo aqui dizê-lo e deixa-lo

²¹⁰ Figurados na Estampa V, Vol. II (Veiga, 1887: 226).

registado em honra desse modestíssimo homem, que vae ficar aturdido ao ler estas linhas, que certamente não desejaria ler, mas que eu devo escrever, porque as devo aos seus primorosos intuitos!» (Veiga, 1887: 333)

De facto, se analisarmos a *Carta Archeologica do Algarve* (1883) anexa ao primeiro volume da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1886), verificaremos que a maior ocorrência de referências concentra-se na região localizada entre as cidades de Lagos e Portimão, precisamente a região onde se situa a freguesia de Bensafrim, Alcalar e a freguesia da Mexilhoeira Grande, onde Nunes da Glória também exerceu o presbitério.

A formação em História e Latim que José Nunes da Glória obteve no Seminário de Faro deverão seguramente ter concorrido para capacitar este padre para as importantes descobertas que realizou. As suas competências como investigador e como ilustrador foram reconhecidas por Estácio da Veiga que incorporou mais de 30 ilustrações²¹¹ suas na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Tabela 7), sobretudo no primeiro e terceiro volumes, e à medida que redigia esse seu trabalho solicitou ao padre algarvio diversas explorações e informações. Posteriormente aos trabalhos de Aljezur, Nunes da Glória, «já mui prático interprete dos critérios archeologicos» (Veiga, 1886: 206), explorou a seu pedido o Monte Amarelo, onde identificou calçadas com configurações circulares e montículos artificiais semelhantes aos de Alcalar (Veiga, 1886: 208). Comunicou também a descoberta de uma necrópole na propriedade de Francisco Duarte e os materiais que obteve durante as explorações do sítio do Paraíso, do sítio da Hortinha, do Solão do Moinho e da Corte do Bispo. Objectos esses que contava disponibilizar no projectado «novo» *Museu Archeologico do Algarve* com sede no Seminário Episcopal de Faro (Veiga, 1891: 76).

²¹¹ Embora nem todas as ilustrações possuam o registo de autoria, baseámo-nos na seguinte afirmação de Estácio da Veiga para a elaboração da Tabela 7: «Nos logares competentes, em que hão de figurar essas estampas, relatarei o valioso auxilio, que recebi, na exploração de Alcalar e Aljezur, do meu prestantissimo amigo e conterrâneo, o rev.^{do} presbitero António José Nunes da Gloria, então prior da Mexilhoeira Grande e actualmente de Bensafrim, porque foi elle quem, á minha vista, levantou as plantas e fez os desenhos dos descobrimentos effectuados nos dois referidos pontos, com uma exactidão e nitidez inexcediveis, sendo sempre óptimo e constante companheiro meu durante aquelles trabalhos (Veiga, 1886: 14)

Ilustrações arqueológicas do Padre Nunes da Glória	Referências ²¹²
<i>Aljezur – Planta e perfis da estação neolítica e das habitações subterrâneas adjacentes</i>	Vol.I/Estampa A*, 1886: 145
<i>Aljezur – Facas, serras de sílex e uma conta de steatite</i>	Vol.I/Estampa B, 1886: 162
<i>Aljezur – Enxós, machados, escopros e um amuleto</i>	Vol.I/Estampa C, 1886: 173
<i>Aljezur – Pontas de frecha e de lança de sílex, dentes fósseis de squaloides extintos, e cabeças de alfinetes de osso</i>	Vol.I/Estampa D, 1886: 193
<i>Aljezur – Pontas de frecha, de lanças e lasca cortante de sílex</i>	Vol.I/Estampa E, 1886: 195
<i>Aljezur – Vaso de suspensão e outras louças</i>	Vol.I/Estampa F, 1886: 203
<i>Alcalar – Planta corte e acessórios de um dólmen coberto</i>	Vol.I/Estampa II, 1886: 215
<i>Alcalar – Planta e corte do monumento de Alcalar com rectificações</i>	Vol.I/Estampa IIA, 1886: 218
<i>Secções transversais de vários ossos humanos do monumento de Alcalar</i>	Vol.I/Fig. 1, Fig. 2, Fig. 3, 1886: 222
<i>Alcalá - Pontas de frecha, de lança e fragmentos de facas de sílex</i>	Vol.I/Estampa III, 1886: 225
<i>Alcalá – Pontas de frecha e facas de sílex, lança de xisto, contas de calaite, de xisto de serpentina, cristal e rocha, e fragmentos de alfinetes de osso</i>	Vol.I/Estampa IV 1886: 226
<i>Alcalá – Machado, enxó e escopro de pedra</i>	Vol.I/Estampa V, 1886: 226
<i>Alcalá – Vários instrumentos de pedra</i>	Vol.I/Estampa VI, 1886: 227
<i>Alcalá – Graes de pedra</i>	Vol.I/Estampa VII, 1886:229
<i>Alcalá – Placa de xisto com gravuras</i>	Vol.I/Estampa VIII, 1886: 232
<i>Alcalá – Fragmentos de louças com ornatos rudimentares.</i>	Vol.I/Estampa IX, 1886: 238
<i>Orografia e planta do campo de Alcalar (freguesia da Mexilhoeira Grande e concelho de Vila Nova de Portimão), mostrando a situação e configuração de sete monumentos explorados, pertencentes a uma necrópole da época de transição da última idade da pedra para a primeira idade dos metaes</i>	Vol. III/Estampa I, 1889: 130
<i>Planta, corte e pedras lavradas do monumento n.º 1, na escala de 1:100</i>	Vol. III/Estampa II, 1889: 134
<i>Planta e corte longitudinal do monumento n.º 2</i>	Vol. III/Estampa III, 1889: 137
<i>Vários tipos de flexas de sílex do monumento n.º 2</i>	Vol. III /Estampa IV, 1889: 142
<i>Amuleto (?), ponta triangular de quartzo cristalino, alfinetes de osso, pingentes de barro pintados de vermelho, contas de Xisto e de calaite, do monumento n.º 2</i>	Vol. III/Estampa V, 1889: 142
<i>Planta e corte longitudinal do monumento n.º 3 da mesma necrópole de Alcalar, em escala de 1:100</i>	Vol. III /Estampa VI, 1886: 157
<i>Frechas de sílex, alfinete de osso, pingentes de âmbar, contas de xisto e de calaite e marcas de aragonite, do monumento n.º 3</i>	Vol. III /Estampa VII, 1886: 167
<i>A maior faca de sílex conhecida e mais seis de grandes dimensões, do monumento n.º 3</i>	Vol. III/Estampa VIII, 1886: 169
<i>Adagas ou lanças, facas, serrote, agulha de cozer, estiletos, escopros, raspadores, machados e um cinto, tudo de cobre, do monumento n.º 3</i>	Vol. III/Estampa IX, 1886: 173
<i>Planta e corte longitudinal do monumento n.º 4 da necrópole de Alcalar</i>	Vol. III/Estampa X, 1886: 183
<i>Instrumentos triangulares de sílex e de xisto, e artefactos de argila, do monumento n.º 4</i>	Vol. III/Estampa XI, 1886: 196
<i>Contas de calaite e de xisto, marcas de aragonite, fita e fecho de ouro, amuletos ou enfeites de xisto e de grés, facas, punhal e cutelo de xisto, do monumento n.º 4</i>	Vol. III /Estampa XII, 1886: 198
<i>Planta e corte longitudinal dos monumentos n.º 5 e 6 da necrópole de Alcalar, na escala de 1:100</i>	Vol. III/Estampa XIII, 1886: 226
<i>Serras e lascas de sílex e instrumentos de schisto do monumento n.º 5</i>	Vol. III/Estampa XIV ²¹³ , 1886: 229
<i>Seis graes de pedra dos monumentos n.º 2, 3, 5 e 6 da necrópole de Alcalar</i>	Vol. III/Estampa XV, 1886: 230

²¹² Na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*, onde foram publicadas, as folhas das estampas não se encontram paginadas. Por esse motivo atribuiu-se o número de página anterior ou posterior à folha com a estampa.

²¹³ A estampa XIV incluída neste volume não possui a identificação da autoria de Nunes da Glória, porém no Arquivo Estácio da Veiga (MNA) existe uma prova de impressão onde o seu nome impresso está rasurado e se inscreveu a seguinte anotação: «Não leva nome algum».

<i>Louças mais típicas dos monumentos n.º 2, 5 e 6 da necrópole de Alcalar</i>	Vol. III/Estampa XVI, 1886: 231
<i>Planta do monumento n.º 7 da necrópole de Alcalar, do corte longitudinal e dos trilithos que formam as portas em que está dividida a galeria, na escala de 1:100</i>	Vol. III/Estampa XVII, 1886: 237
<i>Pirâmides do Monte de Roma (Silves)</i>	Vol. IV/1891: 234
<i>Inscrições da Fonte Velha de Bensafrim</i>	Vol. IV/Estampa XXXVI, 1891: 285

Tabela 7 – Ilustrações arqueológicas do Padre Nunes da Glória publicadas na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*.

Os conhecimentos de Nunes da Glória, reforçados pela experiência que adquiriu junto de Estácio da Veiga, favoreceram o trabalho de outros arqueólogos que desenvolveram investigações no Algarve. José Leite de Vasconcelos foi uma dessas personalidades. Com a intenção de continuar as investigações em Alcalar, procurou este prior no ano de 1894 antes de iniciar o exame da estação arqueológica, «uma das mais notáveis do Algarve», como refere em 1898 (Vasconcelos, 1898a: 97). António dos Santos Rocha (1853-1910), com interesse na necrópole da Fonte Velha, em Bensafrim, destaca igualmente a importância das informações fornecidas por «um guia experimentado e seguro» como António José Nunes da Glória (Rocha, 1975). Apesar de assinalar a «mais escrupulosa observação» do local por parte do autor de *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891: 250), faltavam a Santos Rocha alguns elementos para estabelecer cronologias mais precisas. Os conhecimentos de Nunes da Glória, que acompanhou a exploração de 1878, poderiam por isso ser fundamentais para a subsequente investigação (Rocha, 1975: 127-141). Santos Rocha registou a sua colaboração com a demarcação no terreno da área que tinha sido intervencionada em 1878 e destacou a assistência criteriosa que o prior prestou aos trabalhos de escavação e a elaboração da planta do local intervencionado²¹⁴. Nas colecções do Museu da Figueira da Foz encontram-se também materiais identificados e coligidos por Nunes da Glória, nomeadamente fragmentos de recipientes cerâmicos (Rocha, 1904) e um machado de pedra oferecido em 1895. As características únicas deste pequeno instrumento justificaram a redacção de um capítulo que António dos Santos Rocha, o fundador do *Museu Municipal da Figueira da Foz*²¹⁵, publicou em *Memórias sobre a Antiguidade* (Rocha, 1975)²¹⁶.

²¹⁴ Este mapa, utilizado para cruzar os trabalhos de Estácio da Veiga e Santos Rocha, ficou arquivado no Museu Municipal da Figueira da Foz (Rocha, 1975: 129) e foi recentemente divulgado num artigo de Ana Margarida Arruda e Carlos Pereira (2012: 145).

²¹⁵ Inaugurado em 6 de Maio de 1894, na cidade da Figueira da Foz, com as colecções provenientes das explorações arqueológicas dos dolmens da Serra do Cabo do Mondego (Rocha, 1905).

²¹⁶ «Estudo sobre um machado de pedra proveniente do Algarve». Consultámos a reedição de 1975 da obra original publicada em 1897.

Contrariando a tradicional imagem do amadorismo associado às práticas arqueológicas locais, este capítulo evidencia o que hoje designaríamos como o *profissionalismo* de um actor local, o Padre Nunes da Glória. Na recuperação de elementos sobre a sua contribuição para a história do Algarve deparamo-nos com o rigor das suas ilustrações científicas, com a formação de uma colecção e a descoberta de vários e importantes sítios arqueológicos. Embora neste nosso trabalho representemos uma ínfima parte dos actores que contribuíram para a implementação das práticas arqueológicas em Portugal, a recuperação e valorização do percurso de personalidades como o Padre Nunes da Glória contribui para a construção de uma nova perspectiva sobre a história das colecções e dos museus, mas também a história das ciências de campo, uma área que começa a ganhar respeitabilidade historiográfica (Kohler, 2011: 212). Ao investigarmos a relação entre as práticas locais e o avanço científico, sob a perspectiva da importância dos lugares e das práticas locais que proporcionam – práticas que se estendem para outras escalas, seja o laboratório e o museu situado numa metrópole, seja o congresso internacional ou a publicação científica – o exemplo do Padre Nunes da Glória concede-nos a possibilidade de verificarmos como a ciência, neste caso a arqueologia, tradicionalmente associada ao museu entendido como o laboratório de produção de ideias e teorias, tem as suas raízes no campo onde se localizam os objectos e as estruturas antigas que desencadeiam a produção de saber. Maria Alejandra Pupio alude à formação de uma topografia do conhecimento que inclui várias localidades: «entre las que se encontraban el lugar donde se obtenían los materiales (el campo) y el sitio donde se generaba el conocimiento y la exhibición en las salas del museo» (Pupio, 2011: 274). Contudo, se atendermos ao facto de a identificação dos materiais arqueológicos implicar a atribuição de um significado aos objectos (Alberti, 2005) poderá considerar-se que a produção de conhecimento inicia-se efectivamente no campo através das práticas de actores como o Padre Nunes da Glória e os restantes actores que abordamos neste trabalho.

2.6 OS COLECCIONADORES PARTICULARES DO ALGARVE: O CASO DE JOAQUIM JOSÉ JÚDICE DOS SANTOS

Se a formação das colecções do *Museu Archeologico do Algarve* beneficiou do interesse pela arqueologia dos proprietários e personalidades locais como as que descrevemos, ela competiria com o numeroso universo dos coleccionadores particulares existentes nesta região:

«As colecções particulares, à falta de museus provinciais, são numerosas e pela maior parte desconhecidas» (Veiga, 1891: 140).

Os fragmentos de estátuas romanas, as moedas raras e em metais preciosos e os machados de pedra polida de maiores dimensões constituíam troféus para os vários coleccionadores particulares existentes na região algarvia e o projecto de formação do *Museu Archeologico do Algarve* veio acrescentar reconhecimento científico e conferir um crescente valor económico aos mesmos objectos. O organizador desta transitória instituição museológica – o *Museu Archeologico do Algarve* – lamentava o «silencioso remanso» em que se encontram algumas colecções, que «sob a cautelosa vigilância dos seus possuidores, entre os quaes, alguns há infelizmente, que preferem ter hermeticamente aferrolhados quantos objectos antigos conseguem obter por mero capricho a comunicarem-n’os a quem podia com grande utilidade deixal-os memorados» (Veiga, 1891: 18).

Jonathan Murdoch (1998: 362) descreve como «networks of negotiation» as redes onde as ligações entre os vários actores são provisórias e divergentes, onde as normas são difíceis de estabelecer e são frequentemente comprometidas. No caso das redes estabelecidas para formar as colecções do Algarve, institucionalizadas sob a alçada do Ministério da Instrução Pública, não foram localizados registos sobre os contactos mantidos com estes coleccionadores. A informação sobre a existência das suas colecções circulava, os contactos deverão ter existido mas os interesses divergiam e as negociações propostas não terão sido bem-sucedidas. A situação ideal para o organizador do *Museu Archeologico do Algarve*, depreende-se, seria a integração desses materiais na colecção que sob a sua tutela pretendia representar a região. Mas, nessa impossibilidade, restava a hipótese de solicitar

informação detalhada sobre os objectos que possuíam, o que nem sempre se revelava exequível:

«... mas como nunca houve recomendação alguma para se coligir quaisquer padrões da antiguidade, que fossem descobertos em trabalhos públicos, tudo se tem perdido ou jaz em parte disperso por colecções particulares sem a mínima notícia aproveitável.» (Veiga, 1889: 85).

A ausência de metodologias de recolha dos objectos é o argumento utilizado por Estácio da Veiga para se colocar numa posição de superioridade mesmo em relação a alguns museus:

«Nos museus e na grande maioria das colecções particulares só se pretende que entre toda a casta de cousa que se tenha achado em qualquer parte, e nada se regista em devida regra, havendo por isso objectos que seriam de apreciável importância, se fossem conhecidas as localidades e condições dos seus jazigos.» (Veiga, 1891: 172)

Estácio referia-se seguramente ao museu da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, do qual se afastara precisamente por discordar da organização conferida às suas colecções (Cardoso, 2007: 298). Considerado sócio efectivo em 13 de Novembro de 1873, dois anos depois as divergências relativamente ao planeamento do Museu Arqueológico do Carmo terão ditado o seu afastamento suscitando declarações como a seguinte que registou numa carta que dirigiu ao Conselheiro António Maria de Amorim em Junho de 1877: «[...] célebre museu dos architectos, que por decência do País melhor fôra que não existisse, com o seu famoso catálogo, obra singular que acabou de pôr em relevo todo aquelle desconcertado labirinto»²¹⁷. Alguns anos mais tarde, em 1881, voltou a afirmar a mesma apreciação sobre o museu da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses: «um inextricável labyrintho, em que tudo se acha misturado e confundido, sem pensamento, sem systema, sem organização alguma, tendo aliás alguns excelentes monumentos, mas que ninguém sabe pela maior parte de que pontos certos e determinados foram extraídos nem em que condições archeologicas descobertos!»²¹⁸. A leitura dos

²¹⁷ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Conselheiro Amorim: 3 Jun. 1877.

²¹⁸ Minuta de carta de Estácio da Veiga ao Director-Geral da Instrução Pública, 30-05-1881. *Apud* Cardoso, 2007: 444-453; seis anos mais tarde, no segundo volume de *Antiguidades Monumentais do Algarve*, em 1887, a sua descrição da mesma instituição é menos hostil: «museu de varias cousas antigas e modernas, existente nas ruínas da antiga igreja do Carmo [...]» (VEIGA, 1887: 430)

catálogos do museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, de 1876 e 1891, e as fotografias da época confirmam a imagem que perpassa das apreciações de Estácio da Veiga, que embora tenha conferido uma organização metódica às colecções do *Museu Archeologico do Algarve* viu todo o seu trabalho ser desvalorizado com a desmontagem da exposição inaugurada e elogiada pelos congressistas de 1880, nomeadamente por Emil Cartailhac (Cartailhac, 1880: 21-25), e a transferência das colecções para as arrecadações da Academia Real de Belas Artes onze meses depois da inauguração. De facto, as fontes atestam o contraste entre as duas instituições.

Os documentos que descrevem o *Museu Archeologico do Algarve* registaram que era composto por duas salas, um corredor de acesso e dois pátios contíguos onde estavam dispostos uma colecção pré-histórica, materiais romanos, visigóticos, árabes, portugueses e uma secção antropológica. Neste museu os materiais apresentavam-se numa sequenciação cronológica e geográfica relacionada com as ruínas e monumentos em que tinham sido encontrados através de plantas legendadas e fotografias, exibidas nas paredes ou numa pasta encadernada e disponível para consulta no espaço do museu. Todos os objectos tinham sido marcados com etiquetas impressas onde nos respectivos espaços se inscrevia uma cota e a sua proveniência geográfica. Nas paredes encontravam-se também em exposição cartas geográficas parcelares e a *Carta Archeologica do Algarve* com sinais convencionais a cores e emoldurada a ouro. À imagem de pioneiras instituições europeias como o Musée d'Antiquités Nationales (Lorre & Boucher, 2014: 136), estava ainda equipado com uma oficina fotográfica com câmara escura, efectuava alguns trabalhos de restauro e consolidação de materiais, tinha a possibilidade de efectuar moldes em gesso de objectos emprestados de colecções particulares e também de proceder à venda de moldes (Pereira, 1981: 85-107; Cardoso, 2007a: 447)²¹⁹. Estácio da Veiga projectou e concretizou uma instituição que ia ao encontro de uma das características da ciência moderna, a sua vinculação estreita com o sentido da

²¹⁹ Estes e outros detalhes, como o horário de funcionamento do museu – que abria unicamente ao domingo, das onze da manhã às três da tarde – são descritos e contextualizados por dois trabalhos sobre o Museu do Algarve e o seu organizador. Maria Luisa da Silva Pereira publicou no ano de 1981, na sequência da realização da dissertação final de Conservador de Museu, uma obra dedicada à criação do *Museu Archeologico do Algarve* onde considera a mais antiga bibliografia sobre a criação desta instituição, explora fontes inéditas de arquivos públicos (Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Sociedade Martins Sarmento, Arquivo da Sociedade Nacional de Belas Artes, Arquivo do Ministério das Finanças, Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia) e documentação própria devido à ligação familiar ao instituidor do Museu. Mais recentemente, João Luís Cardoso (2007a) publicou um considerável acervo documental também inédito, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, para caracterizar o percurso do instituidor deste museu oitocentista. Estes dois trabalhos, associados às fontes que disponibilizam, são fundamentais para entender o contexto de formação e o percurso desta colecção, formada com base em metodologia e critérios inovadores para a época.

vista. Porque as colecções dos museus constituíam o elo de ligação entre os objectos, visíveis, e o contexto que pretendiam representar, realidades invisíveis (Pomian, 1987), o investigador recolheu provas, organizou-as, classificou-as e exibiu-as de forma a evocarem as suas ideias sobre o passado. Utilizou uma série de gestos normalizados «conducentes a la creación de una evidencia para ser evaluada y presentada ante los otros a través del examen visual y su aceptación como prueba de alguna idea» (Podgorny, 2005: 233).



Ilustração 23 – Machado plano de bronze

Idade do Bronze, Museu Nacional de Arqueologia, 983.1002.105; Dimensões (cm): largura: 2,93; espessura: 0,49; comprimento: 5,83; (MatrizNet)

Este machado de bronze conserva a etiquetagem do *Museu Archeologico do Algarve*. Todos os objectos que pertenceram às colecções organizadas por Estácio da Veiga para esse fim possuíram uma etiqueta semelhante, com registo da região em que foi recolhido, o concelho, a freguesia e neste caso também o registo do lugar, Milreu. Incorporado no Museu Etnográfico Português em 1894, juntamente com os objectos que pertenceram às colecções do *Museu Archeologico do Algarve*, este objecto preserva uma evidência da sua biografia enquanto objecto museológico.

A criação do *Museu Archeologico do Algarve* significava a concretização de um projecto antigo. Parte da metodologia de organização e de apresentação pública das colecções tinha já sido sugerida à direcção do museu da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses em 1874, na condição de associado desta agremiação (Cardoso, 2007a: 364)²²⁰. Estácio da Veiga voltou a afirmar a necessidade de formação de um museu com estes critérios no ano de 1876, quando enunciou as potencialidades de criação de um museu arqueológico pela Academia Real das Ciências de Lisboa tendo a

²²⁰ Estácio da Veiga sugeriu a elaboração e divulgação de um «catálogo methodico» que registasse as características dos objectos, a localidade e condições do achado, as condições da sua entrada no museu e atribuição de uma cota que agruparia sistematicamente por épocas os materiais existentes, metodologia que vemos aplicada justamente no *Museu Archeologico do Algarve* (Cardoso, 2007: 298).

Tábula de Bronze de Aljustrel como objecto fundador (Veiga, 1880b; Cardoso, 2007a: 511).

A metodologia que defendia foi concretizada com a exposição da colecção do *Museu Archeologico do Algarve*, organizada com minúcia e considerável dispêndio monetário²²¹ para ser inaugurada pelos congressistas da IX sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, em 26 de Setembro de 1880. Um projecto museológico reconhecido por vários cientistas, nomeadamente por Émile Cartailhac, que registou a sua admiração pelo «archeologue classique» responsável pela sua organização compreender o interesse dos vestígios mais antigos e de lhe consagrar igual atenção nas suas investigações e no seu museu. Cartailhac valorizou o trabalho que Estácio da Veiga realizara isoladamente e cujas colecções, apesar de terem sido formadas «avec une méthode vraiment scientifique», nunca foram mencionadas no decorrer do congresso (Cartailhac, 1880: 23)²²². João Luís Cardoso atribui este isolamento ao distanciamento das suas metodologias de investigação relativamente aos organizadores do congresso. Ao contrário das práticas desenvolvidas pelos membros da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, cujo presidente integrou a comissão organizadora, Estácio valorizava os «contributos da área das Ciências Naturais, completamente ignorados por aqueles» (Cardoso, 2007a: 297). Estácio da Veiga foi, como refere o mesmo autor, «o primeiro arqueólogo, sem pertencer à escola dos arqueólogos-geólogos da Comissão Geológica, a publicar a classificação das espécies domésticas de mamíferos, recolhidas em contextos arqueológicos, mesmo que tardios (caso das estações romanas do Algarve), bem como a evidenciar o papel determinante que os recursos naturais poderiam deter no padrão de povoamento, especialmente os mineiros, na inóspita região serrana do Algarve Oriental» (Cardoso, 2006: 297). Por outro lado, distanciava-se das metodologias postas em prática pelos membros da Comissão Geológica devido ao domínio dos autores clássicos que conjugava com as suas aptidões científicas adquiridas na Escola Politécnica de Lisboa, onde obteve formação em geologia, paleontologia, mineralogia, topografia e geodesia (Cardoso, 2006: 298). A desvalorização

²²¹ Perceptível na correspondência trocada entre Estácio da Veiga, o Director da Academia Real de Belas Artes de Lisboa e o Director Geral da Instrução Pública e através das ordens de pagamento e relações de despesa registadas na Academia Real de Belas Artes de Lisboa (Pereira: 1981: 172-190).

²²² O facto de o próprio Estácio da Veiga não ter tido lugar na sua programação é uma questão ainda não completamente esclarecida pela historiografia.

das colecções científicas e da investigação desenvolvida por Estácio da Veiga no âmbito do CIAAP dever-se-á igualmente a uma postura controversa que ditou o seu afastamento da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses e que identificámos igualmente em alguns documentos analisados no decorrer desta tese, nomeadamente as dificuldades de sociabilização com alguns elementos da sua rede de informadores²²³. A Estácio da Veiga faltavam as competências sociais, diplomáticas, que iriam permitir o crescimento de instituições como o Museu Etnográfico Português, cujo director se soube adaptar aos diferentes contextos e equilibrar uma rede de actores científicos e políticos, entre outros, fundamental para o sucesso alcançado.

Ao contrário da exposição organizada por Estácio da Veiga, no museu da *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* encontrava-se um ambiente aproximado aos «gabinetes de curiosidades»²²⁴, obtendo este «Musée des Carmes» uma descrição muito breve pelo mesmo investigador francês que descreveu as já mencionadas «Collections de Lisbonne» (Cartailhac, 1880: 25). No Museu Arqueológico do Carmo encontrava-se disposta uma diversidade de materiais que incluía lápides romanas, balas de pedra medievais, ídolos mexicanos em bronze, fragmentos de ossos dos reis D. Fernando I e D. João II, um açoute da Inquisição de Lisboa, uma pinha petrificada encontrada no Brasil, medalhas diversas, estátuas em mármore de Carrara, bustos e retratos de outras figuras importantes para os associados e os propósitos da associação, uma pia baptismal do século XVIII, um altar do antigo convento dos Loyos de Lisboa, uma imagem em pedra proveniente da ponte de Alcântara, entre outros elementos arquitectónicos e materiais arqueológicos diversos, entre eles placas de xisto gravadas identificadas como «comenda que usavam os celtas» ou outros objectos identificados como «pia em que se baptisavam os mouros». Equívocos que não passaram despercebidos a Estácio da Veiga²²⁵ que desqualificava esta organização do Museu Arqueológico do Carmo assim como todas as práticas colecionistas que se distanciavam da sua metodologia:

²²³ Com Rafael da Paz Furtado, por exemplo.

²²⁴ Augusto Soromenho, em 1871, considerava que não se podia denominar como museu arqueológico a exposição organizada pela Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses: «Nous ne possédons pas un musée archeologique, car il serait ridicule de donner ce nom à ce qu'on appelle pour rire le Museo Archeologico do Carmo». SMS, Carta de Augusto Soromenho para Theodore Momsen, Mai. 1871. SMS. ARQ. Vol. I, Cartas a Emílio Hübner, n.º 44.

²²⁵ MNA, Arquivo de Estácio da Veiga, Cx 3, envelope de decalques; a mesma informação é veiculada no segundo volume da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1887: 430).

«A maioria dos colectores não se tem interessado em tomar nota dos lugares e condições em que apareceram os seus padrões archeologicos, e por isso os objectos, que n'este caso estejam, perderam todo seu valor scientifico, passando à categoria das cousas inúteis. A sciencia não os pode perfilhar.» (Veiga, 1891: 140)

Uma parte dos seus argumentos era contudo refutada pelas suas práticas. O próprio confere validade científica, a partir do seu conhecimento e das características semelhantes, a um conjunto de materiais pertencentes a colecções onde não foram registadas as suas proveniências. Veja-se o caso da estampa referente a «Armas de cobre em grande parte extraídas de vários depósitos neolíticos de Portugal»:

«É uma collecção de pontas de frecha e de lança unicamente de cobre. Não ha inteiro conhecimento relativamente ás condições em que algumas fôram achadas, porque os collectores antigos nunca ligaram a mínima importância aos lugares e condições em que tinham apparecido os objectos com que pretendiam augmentar as suas colecções; mas, apesar d'esta falta incurável, ha em todos os exemplares, mais ou menos, uns característicos que os recomendam, e são a sua forma rudimentar e a singeleza da sua fabricação.» (Veiga, 1889: 125)

Reconhecendo a irremediável falta dos registos de proveniência, este conjunto de objectos não deixa de ser reproduzido e utilizado na sua investigação. Estácio comparou todos os objectos desta tipologia e retirou conclusões sobre os mesmos:

«A grande maioria d'estas armas de cobre affecta formas de folhas vegetaes, como já disse, e contudo algumas já mostram haver sofrido modificações. O espigão, imitando o peciolo da folha, é, no meu entender, um dos sinais mais integrantes da sua primitiva feição. Depois viriam os entalhos laterais na extremidade inferior, principalmente para as facas, serras e adagas, e finalmente os orifícios para a cravação nos encabamentos; o que já revela muito adiantamento, porque não só fora mister haver-se achado o meio de se poderem, abrir, como serem inventadas as cavilhas e reconhecida a

necessidade de rebatel-as para que a arma ficasse firme.» (Veiga, 1889: 125)

Os arqueólogos contemporâneos reconhecem a inovação das práticas arqueológicas de Estácio da Veiga na época em que viveu. O rigor dos trabalhos de campo e dos seus levantamentos, os estudos de gabinete e a discussão conceptual dos resultados obtidos mantêm-se actuais nos seus aspectos principais (Cardoso, 2007: 297). Contudo, os restantes actores ligados à formação de colecções arqueológicas, embora não utilizassem as mesmas metodologias, e os elementos que recolhiam ficassem aquém do que poderia ser alcançado, eram também produtores de conhecimento. Parte destes actores, e as suas colecções particulares, ficariam totalmente anónimos se não existisse o seu testemunho. Os seus promotores tinham projectos próprios e, subentende-se, não legitimavam a pretensa autoridade científica reclamada pelo organizador do *Museu Archeologico do Algarve*. Estácio da Veiga deparava-se, deste modo, com uma dupla falta de informação. O desconhecimento do conteúdo das colecções particulares, onde poderiam estar objectos relevantes, e a falta de registos de proveniências e de contexto de achado dos objectos das colecções que conhecia. Se por um lado Estácio da Veiga obteve, como vimos, inúmeras colecções, ressentia-se porém dos restantes colectores que não subsidiaram o seu trabalho.

Mas, dado o evidente empenho relativamente à existência do *Museu Archeologico do Algarve*, os contactos de Estácio com estes colectores deverão ter persistido, senão pessoalmente ou através de correio, em última instância com as suas publicações. A oferta de um objecto, a informação sobre a localização de estruturas, o apoio ao desenvolvimento de trabalhos arqueológicos ou mesmo com a cedência da totalidade ou de parte de algumas colecções particulares foi exaustivamente registada nas páginas da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* onde, como temos assinalado, estas redes ficaram eternizadas permitindo a sua reconstituição. Além de constituir um agradecimento público a todos os colaboradores, estes registos integravam uma estratégia que poderia conduzir à angariação de outras participações e ao reforço das existentes. Interessava construir relações com um carácter formal, previsível e estável, organizadas em torno de Estácio da Veiga de modo a conferir-lhe *status* científico. Contrapostas às mencionadas «networks of negotiation», Jonathan Murdoch aborda a questão das «networks of prescription», as redes onde se verifica o estabelecimento de

soluções de compromisso para se atingirem os objectivos das partes interessadas (Murdoch, 1998: 363).

Com a desvalorização do *Museu Archeologico do Algarve*, a sua desmontagem e desmantelamento, Estácio da Veiga, continuou as suas colecções arqueológicas e projectou a criação do já mencionado *Instituto Archeologico do Algarve*, oficialmente fundado dia 25 de Outubro de 1882 (Cardoso, 2007: 359), que incluía igualmente, como indicámos, a criação de um museu no Seminário Episcopal de Faro. Para a instituição desse museu, Estácio viria a solicitar a devolução dos espólios que se encontravam na Academia Real de Belas Artes – as colecções do desmantelado *Museu Archeologico do Algarve*, alguns objectos pertencentes à sua colecção particular, e contava igualmente com o compromisso, além dos proprietários mencionados, de alguns coleccionadores particulares:

«Deve, enfim o governo ceder todas as antiguidades provenientes desta provincia ao Instituto Archeologico do Algarve, que fundei em 1882 na cidade de Faro, porque somente ali poderá o museu ser conservado intacto; só ali poderá manter-se congruente aos fins da sua especial instituição; só alli poderá progredir, porque as principaes colecções particulares, que já são muitas e valiosas em toda a provincia, contribuirão para o seu enriquecimento. (Veiga, 1886: 15)

Uma dessas colecções pertencia a **Joaquim José Júdice dos Santos** (1821-1907). Natural da Mexilhoeira da Carregação, concelho de Lagoa, este coleccionador possuiria numerosos objectos pré-históricos, materiais de época romana, medievais (contextos islâmicos) e uma rica colecção numismática. Convidado a participar no projecto do museu representativo da região algarvia, desde logo disponibilizou parte das suas colecções, já divulgadas na secção mineralógica da Escola Politécnica de Lisboa onde tinha depositado um instrumento pré-histórico em xisto negro polido (Veiga, 1887: 331) e no Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Nacional de Lisboa (Ilustração 24) para onde cedeu um colar de contas polícromas (Veiga, 1891: 259).



Ilustração 24 – Colar de contas diversas

Datação indeterminada, Museu Nacional de Arqueologia, 2011.31.1; Dimensões (cm): largura: 3,5 (pingente); espessura: 2,9 (pingente); comprimento: 5,5 (pingente) (MatrizNet).

Colar cedido ao Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Nacional por Joaquim José Júdice dos Santos. A imagem contém a seguinte anotação: «Estombar e Silves: Pertence ao Ex.º Sr. J. J. Júdice dos Santos, que o depositou neste Museu/ da Bibl. Na.» Integra actualmente as colecções do Museu Nacional de Arqueologia.

A cooperação de Joaquim José Júdice dos Santos com o projecto do *Museu Archeologico do Algarve* significou um assinalável aumento de objectos representados, de lugares assinalados na *Carta Archeologica do Algarve* e de informação registada na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Nesta investigação, onde o autor lhe rende homenagem, encontramos identificada uma colecção de mais de uma centena de materiais

pré-históricos²²⁶, alguns representados nas múltiplas estampas daquela publicação (Ver Anexo 3).

Parte dos objectos da colecção de Júdice dos Santos foi cedida ao *Museu Archeologico do Algarve*, contudo, alguns estavam apenas representados através de réplicas. Durante os onze meses em que o museu esteve aberto ao público, Júdice dos Santos reforçou a representatividade da sua colecção mas perante o desmantelamento e transferência do *Museu Archeologico do Algarve* para as arrecadações da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, o coleccionador fez substituir os seus objectos por réplicas em gesso (Veiga, 1886: XII; 1887: 358) transferindo os originais para a secção mineralógica da Escola Politécnica de Lisboa, onde já se representava a sua colecção através do mencionado «calhau de xisto negro elipsoidal e polido» encontrado em Pegos Verdes (Veiga, 1887: 331).

No arquivo do actual *Museu Nacional de História Natural e da Ciência*, da Universidade de Lisboa, foi localizada precisamente a relação dos objectos transferidos do *Museu Archeologico do Algarve* para o Museu da Escola Politécnica de Lisboa²²⁷: «Relação dos objectos antigos que o Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Júdice dos Santos tinha depositado no *Museu Archeologico do Algarve* e que nesta data, por sua ordem, são entregues no Museu da Escola Polytechnica de Lisboa ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Doutor F. A. Pereira da Costa, por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga». Nesta relação, onde se registavam 116 entradas, ficou documentada a entrega desta colecção no dia 13 de Setembro de 1881. Foi entregue, como se refere, por Estácio da Veiga a Francisco António Pereira da Costa²²⁸. No final do mesmo documento encontra-se o registo da devolução da colecção a Joaquim José Júdice dos Santos em 23 de Maio de 1891.

Tal como se confirma nesta relação, também a obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* assinala que uma grande parte da colecção arqueológica de Joaquim José Júdice dos Santos terá sido formada no concelho de Silves. Deste conjunto destaca-se a colecta, no sítio das Várzeas (Pêra de Cima, Silves), dos maiores machados de pedra até então conhecidos na

²²⁶ Apresentamos uma previsão do número de objectos desta colecção uma vez que existem alguns dados que não nos permitem concretizar a quantidade precisa de objectos. Veja-se o exemplo dos materiais provenientes do lugar de Vale de Pegas, onde Júdice dos Santos recolheu «numerosos machados, muitos de cobre e poucos de bronze» (Veiga, 1889: 59).

²²⁷ Na sequência de vários contactos estabelecidos com a Dr.^a Vanda Faria dos Santos, coordenadora do Dept. de Mineralogia, Geologia e Paleontologia/Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC), com o arquivista da mesma instituição, Dr. Vitor Gens, e a investigadora Liliana Póvoas, também do MUHNAC, foi localizado o inventário dos objectos pertencentes a Júdice dos Santos e entregues no Museu da Escola Politécnica de Lisboa em 13 de Setembro de 1881. Agradecemos a disponibilidade e o empenho dos mencionados técnicos/investigadores do MUHNAC na localização deste documento.

²²⁸ Ver nota de rodapé 83.

Europa (Veiga, 1887: 368). Na mesma cidade terá também conseguido obter numerosos instrumentos de pedra polida, dois pedaços de um machado em cobre (Veiga, 1891: 180-181) e três machados completos no mesmo metal representados na figura VII, do quarto volume de *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Ilustração 25).

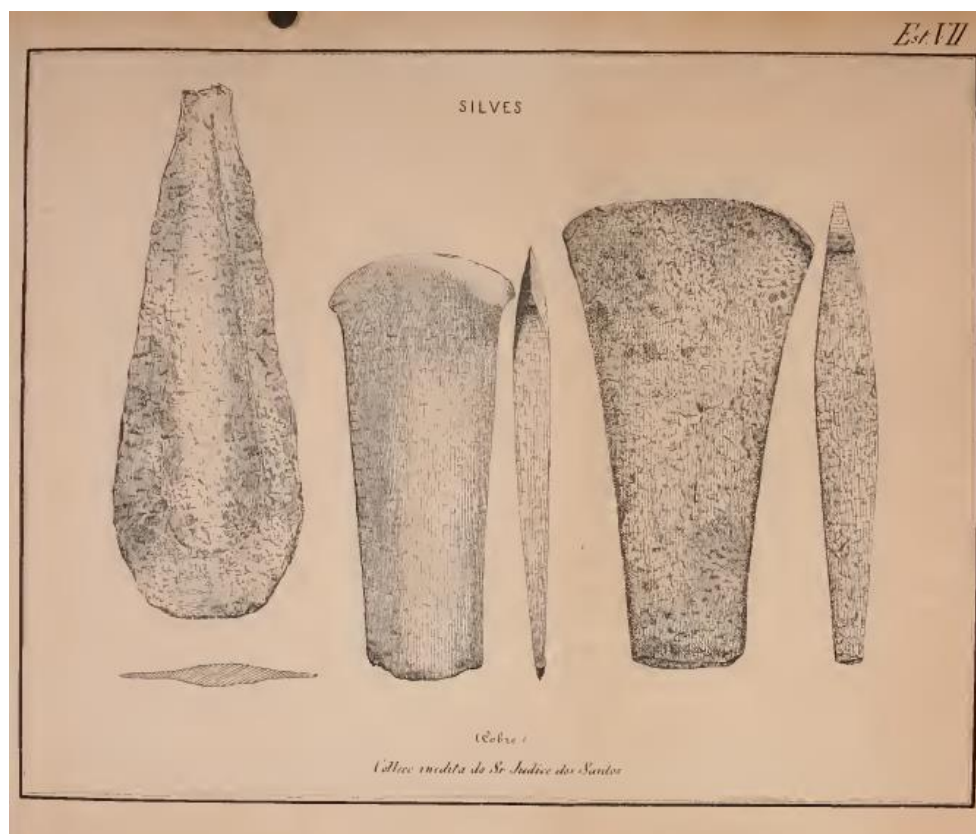


Ilustração 25 – Três machados em bronze da «Collec. Inédita do Sr. Júdice dos Santos»

Estes objectos, com algum valor monetário, eram usualmente destinados aos «caldeireiros» que os encaminhavam para a fundição. Deve-se a colecionadores como Júdice dos Santos a preservação destes materiais que usualmente significavam uma compensação monetária para trabalhadores rurais ou outros colectores. Além dos machados de cobre que obteve em Silves, Júdice dos Santos recuperou igualmente duas pontas de lança no mesmo metal durante a construção da estrada municipal para S. Bartolomeu de Messines²²⁹ (Veiga, 1889: 125) e, em Monte da Pedralva, Vila do Bispo, na Herdade do Arieiro, obteve duas figuras em bronze, um touro e um javali, este último com os caninos inferiores em prata. Júdice não conseguiu porém obter a fita em ouro, com a largura de dois centímetros e um metro de comprimento, já

²²⁹ A construção de estradas municipais do concelho de Silves decorreu entre 1869 e 1895; Arquivo Distrital de Faro: PT/ADFAR/ACD/JAE/101.

quebrada, que envolveria as duas figuras de bronze. Deste achado de superfície efectuado por duas crianças, Júdice dos Santos teve conhecimento que a fita de ouro, «estendida a choques de percutor», foi vendida a um ourives (Veiga, 1891: 171-172). Apesar de não conseguir obter este objecto, preservou a memória das suas características e o contexto do seu achado.

De facto, o conhecimento que detinha sobre o contexto de aparecimento dos objectos e a sua diversidade de proveniências leva-nos a pensar que percorreria com muita regularidade o território algarvio e deveria possuir, tal como Estácio da Veiga, a sua rede de informadores e colectores. A conhecida apetência pela recolha de antiguidades, a sua condição económica, que lhe conferia a capacidade de poder recompensar monetariamente pela preservação de objectos arqueológicos, e possivelmente o seu prestígio social, poderão explicar essa diversidade de proveniências. Júdice dos Santos teria muito provavelmente conhecimento sobre a frequência com que apareciam machados pré-históricos nas encostas da serra de Santa Bárbara de Nexe e nos vales próximos quando se descobriram vinte e dois objectos desse tipo e efectuou a aquisição de um machado em cobre proveniente do mesmo local²³⁰ (Veiga, 1891: 102). Conhecia também o proprietário da Quinta das Antas (que abordámos no capítulo 2.3), no concelho de Tavira, de quem obteve a oferta de um machado encontrado nos estratos pré-históricos das escavações efectuadas a um nível inferior aos pavimentos das construções da cidade romana (Veiga, 1891: 108). No mesmo concelho de Tavira conheceria também o proprietário da Fazenda do Trindade, onde obteve uma estela romana do século III, a estela de *Caturicus Lupatus*. O monumento, já identificado por Estácio da Veiga em 1856, estava a servir de soleira de porta na entrada da casa da mesma Fazenda (Veiga, 1866: 24)²³¹. Preservou vários machados em cobre encontrados em escavações feitas nas ruas da cidade de Silves (Veiga, 1891: 78), em Aljezur obteve um percutor de diorite da mina de cobre de Santo Estevão e recolheu várias placas de xisto gravadas (Veiga, 1886: 197; 1891: 80). Estes como outros exemplos apontam para uma actividade colecionista muito persistente. Parece-nos que este indivíduo, do qual desconhecemos a actividade profissional, deveria ocupar grande parte dos seus dias com o enriquecimento das suas colecções.

Em 1884 foi-lhe proposta a transferência da sua colecção, depositada na Escola Politécnica e em «várias mãos», para Faro, onde a direcção do *Instituto Archeologico do Algarve* pretendia criar o já mencionado museu regional. Para a concretização do projectado museu este

²³⁰ Este conhecimento poderia estar relacionado com o machado com a mesma proveniência exposto na secção mineralógica da Escola Politécnica de Lisboa, indiciador da provável existência de outros materiais.

²³¹ Encontra-se inventariado no Museu Nacional de Arqueologia com o n.º E 6385 A.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=118201&EntSep=3#gotoPosition>

instituto teria, como atrás mencionámos, requerido ao Governo a colecção do *Museu Archeologico do Algarve*, depositada na Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Contava igualmente com a cedência das colecções arqueológicas da Câmara de Faro, do proprietário Francisco Simão da Cunha e do próprio Estácio da Veiga. Havia ainda a possibilidade de incorporar os objectos pertencentes aos coleccionadores particulares Marques Freire e Justino Cúmano²³². Na tentativa de obter uma das mais valiosas colecções da província, o director técnico do projectado museu, Estácio da Veiga, aliciava Júdice dos Santos com a possibilidade de conferir uma visibilidade superior à sua colecção:

«Que lucra o meu amigo em ter a sua colecção compreendida no grande museu geológico e mineralógico, onde não há um catálogo impresso que a indique aos visitantes e recomende o seu nome à consideração pública? Eu mesmo que era assíduo frequentador daquele museu, consegui saber em que armário estava pelo facto de ter pedido que m'a mostrassem.»²³³

Estácio da Veiga alertou também Júdice dos Santos para a idade avançada do «Dr. Pereira da Costa», a quem estava confiada a colecção na Escola Politécnica de Lisboa, e para a falta de garantias de preservação da mesma se viesse a afastar-se este seu responsável. A incorporação das colecções de Júdice dos Santos no novo museu do Algarve, «o melhor museu provincial de todo o reino»²³⁴, que no entanto nunca se concretizou, seria uma garantia de valorização. Estácio da Veiga aliciava o coleccionador com o facto de a sua colecção poder ser exposta de acordo com a sua «utilidade científica», possuir um catálogo e ser divulgada no Boletim do Instituto e noutras publicações científicas. Garantia-se igualmente o pagamento de todas as despesas de acondicionamento e transporte da colecção depositada na Escola Politécnica de Lisboa até Faro e a emissão de recibos para garantir o direito sobre a propriedade dos objectos depositados. Júdice dos Santos tornar-se-ia Sócio Benemérito do *Instituto Archeologico do Algarve* e o seu retrato exposto numa galeria que pretendia homenagear os «colectores provinciais»²³⁵.

Perante o prestígio que lhe é outorgado pela posse da colecção e pelo valor utilitário conferido à mesma – a contribuição para o desenvolvimento do Algarve – Júdice dos Santos ter-se-á convencido. Conhecemos a sua decisão através de uma carta que lhe é dirigida em Março de 1884:

²³² MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Joaquim José Júdice dos Santos: 21 Fev. 1884.

²³³ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Joaquim José Júdice dos Santos: 21 Fev. 1884.

²³⁴ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Joaquim José Júdice dos Santos: 21 Fev. 1884.

²³⁵ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Joaquim José Júdice dos Santos: Mar. 1884.

«Meu bom amigo/ Bem contava eu com os seus generosos e sempre bons sentimentos patrióticos e com a repetição da honrosa confiança que já tinha recebido, quando fundei em Lisboa o museu das nossas antiguidades. [...] Se todos os colectores do Algarve chegarem a perfilhar estes ideais de incontestável utilidade, como é mui provável, dentro de pouco tempo teremos organizado um museu riquíssimo, superior a todos os do reino em manifestações arqueológicas e em sistema de organização.»²³⁶

Para formar esta instituição de referência, projectada para o Seminário Episcopal de Faro, Estácio da Veiga contava também com o depósito da colecção numismática de Júdice dos Santos. Na mesma carta adianta os moldes em que projectava a sua apresentação:

«Quanto à sua preciosa colecção de moedas, já se vê que as de ouro e prata estarão ainda cativas. A minha ideia é reunir uma secção numismática de primeira ordem, subordinada a uma apresentação rigorosamente metódica. A sua colecção de moedas de bronze autónomas, das colónias e municípios, do império romano e a portuguesa, viria [?] estabelecer uma base excelente.»²³⁷

Projectava-se uma sala onde seriam colocados os monumentos com inscrições, desde a «gravura paleográfica de pedras finas (de anéis, etc.)», aos monumentos epigráficos, as moedas, medalhas e os selos. Os objectos seriam catalogados e distribuídos em categorias científicas nas respectivas estantes envidraçadas. Desconhecemos como decorreu o restante processo de negociação entre estes dois actores da actividade arqueológica em Portugal. Mas de facto a colecção numismática de Júdice dos Santos tomaria um rumo bem distante da província algarvia e Estácio da Veiga faleceu em 1891 sem conseguir fazer prevalecer a existência do Instituto nem a criação de um museu arqueológico em Faro. Viu inclusivamente as «suas» colecções iniciais serem oficialmente entregues à Academia Real de Belas Artes em 1885. A sua colecção privada de Cabanas de Tavira, juntamente com a colecção privada de José Leite de Vasconcelos, viriam contudo a constituir as colecções fundadoras do Museu Etnográfico Português, criado em 1893. A colecção do *Museu Archeologico do Algarve* depositada na Academia Real de Belas Artes seria também transferida para o mesmo museu que se exhibia então no claustro do extinto Convento de Jesus, nas instalações da Academia das Ciências (Cardoso, 2004: 73).

²³⁶ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Joaquim José Júdice dos Santos: Mar. 1884.

²³⁷ MNA, Arquivo Estácio da Veiga, carta de Estácio da Veiga para Joaquim José Júdice dos Santos: Mar. 1884.

Anos mais tarde, em 1906, com a idade de oitenta e três anos, Júdice dos Santos assistiu à publicação de um catálogo para leiloar a sua colecção de mais de sete mil moedas. As licitações começariam no dia 26 de Março desse ano em Amesterdão, na casa Schulman. Neste dia e nos seguintes foram negociadas em florins holandeses duas mil e dezassete moedas, entre elas as mais valiosas da colecção, dois Gentis de D. Fernando (1367-1383), com os valores de 700 e 350 florins. Os dois restantes lotes foram a leilão nos dias 5 de Junho e 26 de Setembro de 1906.

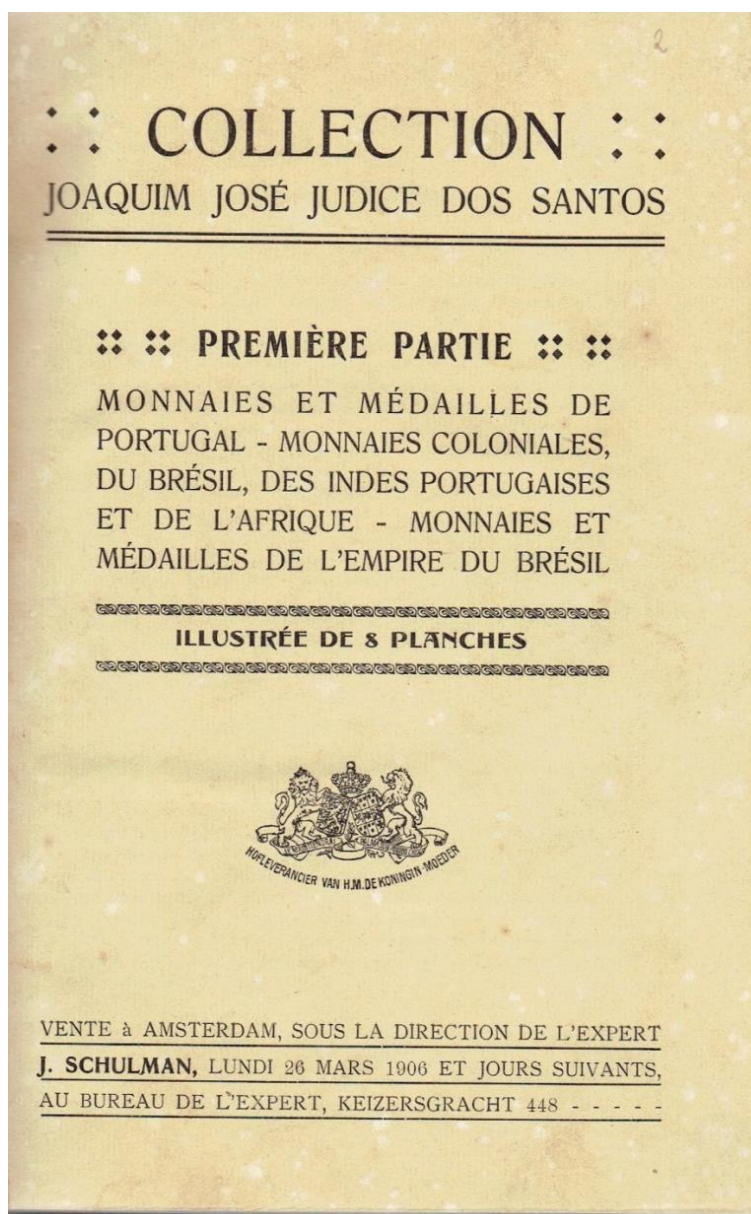


Ilustração 26 – Catálogo do leilão da colecção de Joaquim José Júdice dos Santos

A sua colecção de moedas foi leiloada em Amesterdão, em 1906, através do reputado leiloeiro internacional Jacques Schulman.

«La collection la plus remarquable de toutes les collections privées du Portugal». Foi deste modo que o leiloeiro J. Schulman²³⁸ qualificou as moedas que pertenceram ao colecionador algarvio: moedas e medalhas de Portugal e das suas colónias e do Império Brasileiro, moedas espanholas antigas, celtiberas e latinas, medalhas gregas, romanas e bizantinas, moedas e medalhas de diversos estados americanos, europeus, asiáticos e africanos. Numa nota de apresentação do catálogo editado para este leilão²³⁹, Schulman salientava o facto de a principal obra de referência sobre numismática publicada em Portugal no século XIX, *Descrição Geral e Historica das Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal* (Aragão, 1875-1880), ter tido por base moedas únicas da colecção de Júdice dos Santos. A breve nota biográfica incluída no catálogo regista que Júdice dos Santos teria feito os seus estudos na Bélgica, em Anvers, teria visitado uma parte da Holanda, percorrido todas as províncias espanholas e todas as vilas e aldeias de Portugal. A sua vasta colecção, numismática e arqueológica, dever-se-ia, em parte, a estas peregrinações.

Se se dispersaram as numerosas moedas pertencentes a Júdice dos Santos, que faleceu a 20 de Fevereiro de 1907, em Lisboa (Vasconcelos, 1908: 37), uma parte da sua colecção arqueológica pode ainda ser conhecida através do Museu Nacional de Arqueologia (Ver Anexo 4.). Os materiais que lhe pertenceram terão entrado na instituição em várias fases. Inicialmente, por incorporação da colecção do *Museu Archeologico do Algarve*, onde constavam variados objectos e também algumas réplicas²⁴⁰. À data de criação do então Museu Etnográfico Português, estabelecido por decreto de 20 de Dezembro de 1893, ficou estabelecido que a colecção do *Museu Archeologico do Algarve*, depositado na Academia Real de Belas Artes de Lisboa, passaria a fazer parte integrante da instituição museológica então instalada no edifício da Academia das Ciências de Lisboa. Incorporada nas suas colecções no ano seguinte, a colecção do *Museu Archeologico do Algarve* foi ainda exibida nessas primeiras instalações do actual Museu Nacional de Arqueologia (Vasconcelos, 1903: 157).

²³⁸ Conhecemos esta publicação através do *Fórum dos Numismatas*: <http://www.numismatas.com>; a mesma foi-nos gentilmente cedida para consulta pelo bibliófilo Miguel Soares, a quem agradecemos a gentileza e a confiança. A revista *The Numismatic*, publicada pela *American Numismatic Association*, possui dezenas de referências a este leiloeiro, sobretudo anúncios de leilões. Jacques Schulman estabeleceu-se em 1880, era um negociante de moedas e antiguidades internacionalmente reconhecido.

<https://sites.google.com/site/numismaticmallcom/encyclopedic-dictionary-of-numismatic-biographies/schulman-jacques>

²³⁹ Dividido em três partes coincidentes com as datas em que foram leiloados os três lotes de moedas.

²⁴⁰ Não encontramos até ao momento nenhum registo da conservação destas réplicas.

Os objectos que pertenceram a Júdice dos Santos entraram igualmente no Museu Etnográfico Português por aquisição da colecção arqueológica privada de Estácio da Veiga, cuja incorporação ocorreu entre Janeiro e Fevereiro de 1894²⁴¹. Foi entre estas datas que o director do Museu Etnológico se deslocou ao Algarve e elaborou uma listagem dos materiais que o Estado comprou à viúva do investigador: «Lista que eu trouxe da casa de Campo de Estácio» (Coito, 2004: 492). Entre estes objectos encontrar-se-iam alguns oferecidos por Júdice dos Santos a Estácio da Veiga, como a alabarda em sílex proveniente de Portimão ou o machado de pedra polida encontrado no mesmo local²⁴².

Também parte da colecção de objectos depositados na Escola Politécnica de Lisboa foi integrada no Museu Nacional de Arqueologia. O seu primeiro director, José Leite de Vasconcelos, registou a incorporação de um conjunto de vinte artefactos cerâmicos marcados com os números 4022 a 4042 que entraram na instituição no dia 8 de Junho de 1905, vindos da Escola Politécnica de Lisboa. Recorde-se que, aquando do desmantelamento do museu organizado por Estácio da Veiga na Academia Real de Belas Artes de Lisboa, o coleccionador teria transferido para esta instituição a colecção que havia confiado ao *Museu Archeologico do Algarve*. Uma colecção que veio a reaver, como referimos, em 23 de Maio de 1891²⁴³. Por último, regista-se também a incorporação de objectos vindos do Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Nacional²⁴⁴ e a oferta directa de objectos por parte de Joaquim José Júdice dos Santos. Exactamente um ano antes de falecer, com a idade de 82 anos, ofereceu ao museu uma enxó de pedra polida em fibrolite, proveniente de Portimão²⁴⁵.

²⁴¹ Embora as negociações decorressem desde 1892/1893 (Coito, 2004: 491).

²⁴² É o inventário do Museu Nacional de Arqueologia que regista estas ofertas; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1025044>; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1025063>

²⁴³ Anotação registada no documento atrás mencionado «Relação dos objectos antigos que o Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Júdice dos Santos tinha depositado no *Museu Archeologico do Algarve* e que nesta data, por sua ordem, são entregues no Museu da Escola Polytechnica de Lisboa ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Doutor F. A. Pereira da Costa, por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga». Arquivo do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUNHNC).

²⁴⁴ O mencionado colar de 33 contas policromas; ver Ilustração 24.

²⁴⁵ Veja-se o objecto n.º 8375 do MNA.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1025056>

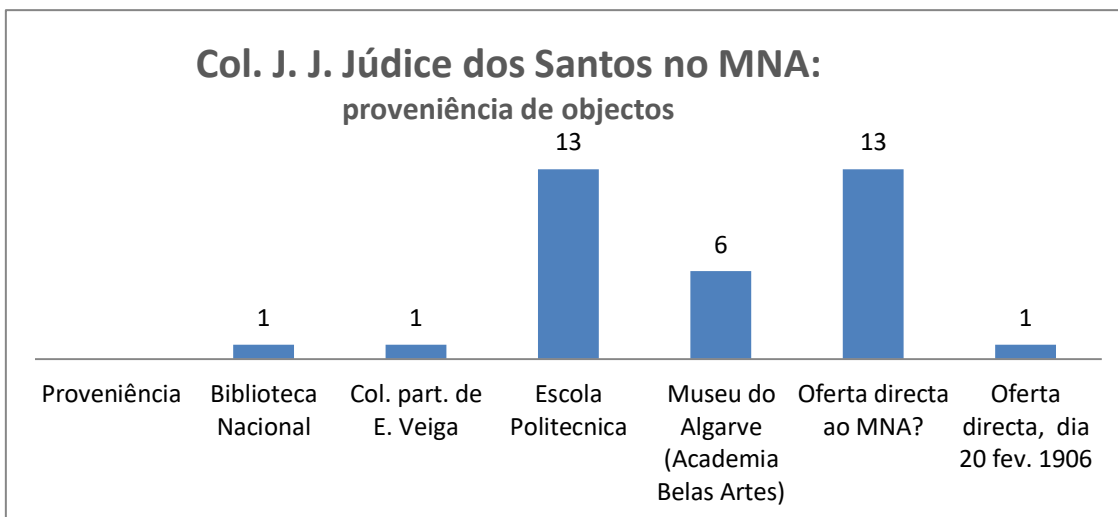


Gráfico 4 – Proveniência dos objectos da antiga colecção de Joaquim José Júdice dos Santos no momento de incorporação no Museu Etnológico Português.

Gráfico elaborado tendo como base o cruzamento de informação sobre os objectos hoje depositados no Museu Nacional de Arqueologia e na reconstituição do percurso individual de cada objecto (Cf. Anexo 4).

Foi o cruzamento de várias fontes, publicações da época e inventários das colecções (MatrizNet), que nos permitiu reconstituir a proveniência dos objectos que pertenceram às colecções de Joaquim José Júdice dos Santos, hoje preservados no MNA (Ver Anexo 4). Os díspares itinerários dos objectos que pertenceram a este coleccionador evidenciam o facto de as colecções científicas não constituírem entidades estáticas. As suas trajetórias não são lineares nem os seus processos de chegada aos museus são directos e sem interesse. Documentar essas trajetórias permite revelar aspectos pouco valorizados das práticas coleccionistas desenvolvidas fora das grandes cidades, cujos museus e as suas colecções são tradicionalmente percebidos como entidades paradas. As mais recentes investigações sobre coleccionismo científico mostram que ao longo do tempo e através de vários espaços as interações entre os objectos e um largo espectro de pessoas geraram complexos conjuntos de materiais e de redes sociais (Byrne *et al.*, 2011: 3). Contudo, as opções científicas ou historiográficas têm optado por abordagens centradas nas análises das culturas que representam a história dos grandes personagens ou dos grandes museus e estas opções obscurecem a própria riqueza dos estudos museológicos.

O nosso trabalho evidencia a complexidade da formação, dispersão e movimentação das colecções. Uma complexidade que traduz as emaranhadas interações humanas que as produziram, condicionadas por convenções sociais, preocupações com prestígio, mostras de civilidade e políticas científicas.

3. SERMÕES, CONFISSÕES E COLECÇÕES

Ao identificar as pessoas interessadas e activas no campo da investigação arqueológica durante o período em análise, reconstituímos a estrutura social de uma disciplina em definição, localizamos geograficamente os seus intervenientes, a forma como se relacionam, as suas práticas de campo e de gabinete, a metodologia de formação das suas colecções e a forma como se vão definindo os valores e as características da disciplina.

Entre a diversidade de actores envolvidos é de notar a presença de numerosos padres que entre os sermões e as confissões possuíam tempo livre para formar colecções e desenvolver investigações arqueológicas. Indivíduos formados para serem *pastores de almas* mas igualmente sensibilizados para preservar o imenso património católico português, o que em alguns padres se estendia também a outros períodos de ocupação histórica do território e ao interesse pelas ciências naturais. Estes actores, como outros que abordamos nesta tese, reflectem uma gama de esforços desenvolvidos por personalidades que utilizavam os recursos científicos das suas áreas de formação para recolher e produzir memórias e colecções de objectos, de documentos e de informações (Lopes & Heizer, 2011) que reflectem a ausência de qualquer obrigação disciplinar, regulação estatal ou financiamento público²⁴⁶. Uma regulação que alguns destes actores reclamavam para evitar a perda de monumentos arqueológicos como os que surgem referenciados nos seus trabalhos, parte deles incluídos nas suas colecções particulares.

Enquanto alguns padres continuavam «a tradicional linha de pesquisa da Igreja, que dedicava particular atenção à Epigrafia, aos caminhos antigos e aos monumentos romanos» (Lemos & Nunes, 2008: 259), outros, em oposição à ortodoxia religiosa, direccionaram as suas investigações para o estudo da pré-histórica, valorizando a ciência que contestava os dogmas da igreja com origens puramente humanas (Rodrigues, 1980: 420). O mesmo acontecia no estrangeiro, onde um conjunto de sacerdotes com interesses científicos conciliava o estudo desta remota época com as suas crenças religiosas. O percurso do francês Henri Breuil (1877-1961) constitui um desses exemplos. Ordenado padre católico em 1900, tornou-se internacionalmente reconhecido como pré-historiador, o denominado «papa da pré-história» (Fagan, 2003: 86-87; Richard, 2005). Foi possivelmente influenciado pelos cursos de

²⁴⁶ Encontramos paralelismos na obra *Nature and Antiquities: The Making of Archaeology in the Americas* (Kohl et. al., 2014).

arqueologia criados nos seminários franceses no ano de 1876, um ano antes do seu nascimento (s/a, 1876a: 160).

Tal como na pátria de Henri Breuil, também em Portugal os desafios intelectuais e espirituais da arqueologia atraíram os padres católicos que se empenharam no conhecimento de épocas históricas e pré-históricas de ocupação do território. À semelhança do que acontecera em França, a arqueologia viria também a ser ensinada nos seminários portugueses. Em Faro, Joaquim Maria Pereira Boto, professor e vice-reitor do Seminário e cónego da Sé de Faro, desde 1881 que no âmbito da cadeira de *Theologia fundamental*, fornecia aos seus alunos «noções paleoethnológicas com algumas luzes de anthropologia» introduzindo depois «como additamento á cadeira de Mathematica [...] umas noções de *Architectura classica das cinco ordens*, e uns rudimentos de *Arqueologia histórica*». Ensinava igualmente o grego e o hebraico aos seus alunos de Teologia e, mais tarde, enquanto conservador do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique²⁴⁷, em Faro, recebia como ajudantes os seus seminaristas a quem ia ensinando «o que as cousas valem» (Boto, 1895: 92).

Numa sessão da Assembleia Geral da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses de Fevereiro de 1886 foi apresentada a proposta para se promover o ensino da *archeologia* nos seminários, o que foi aprovado no seguinte mês de Junho. E efectivamente foi anunciada a «Creação de uma cadeira de desenho e de archeologia e de introdução ás sciencias naturais no seminário de Beja» em Setembro desse mesmo ano (Dias, 1907: 188-189), iniciativa replicada noutros seminários do país. Em Janeiro de 1895, o jornal *Diário de Notícias* divulgou o início de «uma classe de archeologia e iconographia christã» no seminário de Portalegre, integrada no 3.º ano do Curso de Teologia (Vasconcelos, 1895l: 17) e em Évora, no ano seguinte, em 1896, o seu arcebispo, D. Augusto, determinou que fossem ministradas aos alunos do seminário «as noções elementares de archeologia e iconografia christã» no âmbito da cadeira de *Theologia Pastoral*. Dirigiu ainda aos seus párocos uma circular, divulgada no jornal local, *O Manuelinho* de Évora, onde solicitava a preservação de objectos arqueológicos, a comunicação de achados ao conservador da Biblioteca Pública, e quando possível o seu encaminhamento para o museu da cidade, o *Museu do Cenáculo* (Vasconcelos, 1896l: 278-279). Pela mesma época, no ano de 1897, na sequência da criação

²⁴⁷ Inaugurado em 1894.

de um museu de arqueologia na cidade de Bragança, o seu bispo, D. José, dirigiu igualmente uma circular ao clero paroquial para que promovesse a conservação das antiguidades, fossem elas relacionadas com o culto religioso, fossem elementos arquitectónicos das igrejas ou outros objectos «[...] cuja conservação se recomenda pelo seu merecimento artístico ou pela sua antiguidade, ou elles tenham relação com os monumentos religiosos, ou com os civis e militares, ou sejam compreendidos na arqueologia esculptural, ou na da pintura e epigraphia; e na archeologia de gravuras em pedra, em metal ou madeira, vasadas ou em relevo; ou pertençam á numismatica, como as medalhas e as moedas, ou á archeologia domestica e ornamental, com os tecidos e bordados, os artefactos de metal, os móveis e utensílios domésticos, militares e funerários, etc.» (Vasconcelos, 1898c: 61-62). No seminário de Bragança foi também criada «a cadeira de Archeologia e Iconographia annexa á de Historia Ecclesiastica», facto que gerou uma notícia publicada no jornal local *O Nordeste*, em 19 de Outubro de 1898²⁴⁸, e reproduzida na revista publicada em Lisboa pelo Museu Etnológico Português, no ano de 1900 (Vasconcelos, 1899-1900: 44-46d).

A importância do ensino da arqueologia nos seminários ressurgiu nas páginas da publicação da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses durante o ano de 1907 na sequência da deliberação do Pontífice Pio X para a «criação de cadeiras de archeologia em todos os seminários a fim dos sacerdotes ficarem conhecendo esse ramo de sciencia tão abandonado actualmente» (Fernandes, 1907: 352)²⁴⁹.

São vários os exemplos de sacerdotes que se empenharam em práticas arqueológicas durante a segunda metade do século XIX e inícios do século XX. No Algarve, o padre António José Nunes da Glória, que já destacámos neste trabalho, descobriu um dos principais sítios arqueológicos portugueses e é autor de preciosas ilustrações arqueológicas (Cf. Capítulo 2.5); em Alcácer do Sal, o Padre Francisco de Matos Galamba (1842-1913)²⁵⁰ organizou em 1895 o *Museu Archeologico Municipal* (Vasconcelos, 1895m: 80); em Braga, o Padre Manuel José Martins Capela (1842-1925) começou a estudar as epígrafes romanas desde 1875 vindo a publicar vinte anos mais tarde *Milliários do Conventvs Bracaravgvstanvs em Portugal* (Vasconcelos, 1895e; Capela, 1995-1996); em Guimarães, o Abade de Tagilde, João Gomes de Oliveira Guimarães (1853-1912), foi um precursor da história local, presidiu à Sociedade

²⁴⁸ O seu autor foi Albino Pereira Lopo (1860-1933), fundador e primeiro director do Museu de Bragança.

²⁴⁹ Na sessão da assembleia geral de 30 de Dezembro de 1907 deliberou-se repetir o «pedido em tempos feito ao governo e aos Prelados, só enquanto á cadeira de archeologia christã e elementos da história de arte». (Fernandes, 1907: 352)

²⁵⁰ Em parceria com Joaquim Correia Baptista, secretário da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Martins Sarmiento entre 1902 e 1905 onde reorganizou o seu museu arqueológico, publicando vários trabalhos na *Revista de Guimarães* e *n'O Archeologo Português* (Abrantes, 2008); em Bragança, o Padre José Augusto Tavares (1868-1935) foi um dos responsáveis pelas colecções do Museu Municipal criado nessa cidade contribuindo igualmente para o enriquecimento das colecções do Museu Etnológico Português (Vasconcelos, 1899-1900c: 17); mais conhecido é o Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves (1865-1947) que possui actualmente um museu com o seu nome – Museu do Abade de Baçal – na cidade de Bragança, onde chegou a ser o seu director-conservador²⁵¹. Estes e outros padres, a exercer o sacerdócio nas cidades ou em pequenas paróquias rurais, contribuíram para a descoberta de sítios arqueológicos, para a formação de colecções e para a sensibilização das populações relativamente à preservação do património histórico.

Economicamente ressarcidos pelo poder sacerdotal que exerciam, nos seus tempos livres tinham liberdade para viajar, visitar museus, investigar, desenvolver escavações arqueológicas, criar as suas colecções de história natural e arqueologia, os seus museus particulares, trocar informações através de correspondência com outros interessados e publicar as suas investigações ou divulgar as suas colecções em revistas especializadas. O contributo para o desenvolvimento do conhecimento arqueológico pelos padres que nos propomos analisar neste capítulo está longe de ser comparável ao papel exercido por Henri Breuil mas deve ser considerado pelos conhecimentos que difundiram, as colecções que organizaram, os registos dos vários achados arqueológicos e «realidades de terreno» que, utilizados pelos arqueólogos dos séculos XX e XXI, permitem relocalizar sítios arqueológicos entretanto desaparecidos e considerar os objectos que identificaram e coleccionaram em exposições nacionais e internacionais bem como em estudos especializados.

Neste capítulo serão protagonistas o Padre Joaquim José da Rocha Espanca (1839-1896), presbítero no sul de Portugal, em Vila Viçosa, e os padres José Isidro Brenha (1867-1942) e José Rafael Rodrigues (1861-1939), sacerdotes em Trás-os-Montes. Interessados pela história e arqueologia locais, formaram as suas colecções nos seus espaços privados, as suas habitações, que abriam ao público interessado, divulgando os objectos representativos do passado humano das regiões que habitavam e, no caso dos padres transmontanos, as suas

²⁵¹ Em 2015, nos dias 13 e 14 de Novembro, foi organizado na cidade de Bragança um congresso comemorativo dos 150 anos do seu nascimento: *Vida, Obra e Pensamento de Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal*. A iniciativa foi da responsabilidade de várias entidades locais da cidade de Bragança, entre as quais o Museu, e envolveu igualmente as universidades do Porto e a Católica Portuguesa.

colecções de história natural. Poderíamos ter escolhido outros sacerdotes para evidenciar o envolvimento deste grupo socioprofissional na investigação arqueológica no período em causa, contudo estes actores constituem um bom exemplo das problemáticas da época associadas às questões que pretendemos destacar.

Por um lado, a oposição que encontramos nas suas posturas relativamente à antiguidade do homem e a investigação da época pré-histórica. Por outro lado exemplificam igualmente as polémicas que estas posturas suscitam, as reacções que originam na sociedade e as redes que se desencadeiam em torno do seu trabalho, seja de suporte e de apoio seja de oposição às suas iniciativas. Elementos que evidenciam a circulação do conhecimento entre as personalidades interessadas na temática mas também a difusão para um público mais alargado. A prática da arqueologia, devido à iniciativa destes actores locais, surgia divulgada nos jornais, era objecto de artigos publicados em revistas especializadas e também de polémicas e competição entre os próprios. Integraram redes de circulação do conhecimento mas são também os pólos suscitadores de constituição das suas próprias redes. Os seus interesses, difundidos e conhecidos pela sua rede social e pela população local conduziu à identificação de novos objectos e novos sítios arqueológicos depois integrados em circuitos intelectuais e científicos mais dilatados, nomeadamente pelos jornais generalistas ou pelas revistas especializadas.

Enquanto padres, utilizaram as suas ferramentas profissionais – o conhecimento dos estudos clássicos, a proximidade dos campos, lugares e povoações, e a confiança das populações locais – para identificar, interpretar, salvaguardar sítios arqueológicos, formar as suas colecções privadas, enriquecer algumas colecções públicas com ofertas ou com a venda dos objectos que coleccionaram. Os próprios padres eram contactos fundamentais para investigadores externos, que utilizavam os seus conhecimentos e colecções para desenvolver as suas próprias investigações e beneficiavam do seu prestígio local para conseguirem também a confiança das populações locais. Na abordagem do papel exercido pelos padres Joaquim José da Rocha Espanca, José Isidro Brenha e José Rafael Rodrigues foi também possível identificar metodologias associadas à prática arqueológica e à formação de colecções. Colecções essas que se dispersaram, se perderam ou foram preservadas pelo

Museu Etnológico Português, que desde a sua criação procurava incorporar os frutos das práticas arqueológicas destes actores locais²⁵².

As fontes que analisámos no decorrer deste trabalho evidenciam portanto, entre outros actores, o importante papel dos sacerdotes como actores activos das práticas arqueológicas em Portugal durante a segunda metade do século XIX e inícios do século XX.

²⁵² Um aspecto que desenvolveremos no capítulo 4. *Uma colecção de colecções e um 'mapa arqueológico' nacional, em Lisboa.*

3.1 «SE EU [Padre J. Espanca] NÃO FORA DEDICADO AOS ESTUDOS ARCHEOLOGICOS, PERDER-SE-HIA O CIPPO AGORA DESCOBERTO»

Em 1894 o «Prior de S. Bartolomeu e Vigário da Vara de Vila Viçosa» editou o *Estudo sobre as antas e seus congéneres*. Nesta publicação desenvolvia Joaquim José da Rocha Espanca (1839-1896) a ideia de que as antas não eram monumentos sepulcrais pré-históricos mas sim «choças dos tempos históricos», uma opinião que expusera dois anos antes na publicação *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa* (Espanca, 1892) e que pretendia «justificar e explicar» nesta edição de autor dedicada a Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia. As ideias desenvolvidas ao longo das cinquenta e três páginas do mencionado *Estudo* resumem-se nos seguintes pontos que constituíram a conclusão da publicação:

«1.^a As antas eram abrigos de pastores; e os túmulos ou mamoas serviam de estábulo aos gados; aos homens de refúgio e de esconderijo de preciosidades em tempo de guerra.

2.^a Foram construídas, não por um só povo, mas por muitos povos, desde os Chaldeus até aos Romanos, tendo seu princípio na Ásia, berço da espécie humana.

3.^a Começaram a ser construídas pouco depois do Dilúvio Bíblico. Se algumas houvesse anteriores a este, ele as desfaria. Pertencem pois à idade dos metaes e aos tempos históricos.» (Espanca, 1894: 53)

Perfeitamente convencido destas suas conclusões, considerava que os seus argumentos não poderiam ser rebatidos:

«Agora, por mais voltas que eu dê ao juízo, não sei como hão-de responder-me os que pretendam acaso contradizer as minhas conclusões.» (Espanca, 1894: 51)

Mas o padre de Vila Viçosa conheceu várias reacções negativas às suas ideias, nomeadamente por parte do pároco José Isidro Brenha, que nas páginas do jornal *A Vida Moderna: folha de vulgarização científica e conhecimentos úteis* publicou o texto «Respeitosa

contradicta à Dissertação Archeologica sobre as antas e seus congeneres»²⁵³. José Isidro Brenha conheceu a publicação do Padre de Vila Viçosa através de Pedro Augusto Ferreira, o mencionado Abade de Miragaia a quem era dedicada o estudo, que lhe enviou um exemplar em Abril de 1895²⁵⁴. José Isidro Brenha justificava a tese apresentada por Rocha Espanca com a insuficiência de dados analisados, neste caso de antas em bom estado de conservação, que por sua vez abundavam em Carrazedo do Alvão (Trás-os-Montes) e que ele próprio, em parceria com o Padre José Raphael Rodrigues, tinha examinado em detalhe:

«Tendo eu dirigido, de parceria com o snr. padre J. Raphael Rodrigues, as explorações da *região das antas em Carrazedo do Alvão* (Trás-os-Montes) e estudado conjuntamente e cuidadosamente a forma das antas, seu agrupamento, orientação e os objectos nellas encontrados, formamos uma opinião muito diferente da manifestada pelo meu respeitável collega na sua dissertação.» (Brenha, 1895)

Considerava José Isidro Brenha que a insuficiência de provas tinha induzido o investigador do Alto Alentejo em erro. Nomeadamente no que respeita à orientação dos monumentos, à sua função e época de construção e utilização. Depois de uma análise detalhada da tese do Padre Espanca e dos argumentos que utilizou, José Isidro Brenha defende nas páginas do jornal *A Vida Moderna* a pré-historicidade das antas e a sua utilização como sepulcros:

«Terminando esta já muito extensa contradicta, direi: As antas são monumentos préhistoricos que serviam de sepulturas, pelo que eram respeitadas e veneradas.» (Brenha, 1895)

A posição de José Isidro Brenha ia ao encontro dos vários trabalhos publicados sobre monumentos megalíticos e especificamente sobre os dolmens ou antas. A principal obra editada na segunda metade do século XIX que marcou a transição no modo de interpretação destes antigos monumentos em Portugal foi o trabalho de Pereira da Costa (Oliveira, 1988)²⁵⁵,

²⁵³ Publicado repartidamente entre 16 de Maio a 20 de Junho de 1895.

²⁵⁴ Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Carta de José Izidro Brenha para Pedro Augusto Ferreira, 25 Abr. 1895, Cota M-AM-XIII-5(1).

²⁵⁵ Agradecemos ao Professor Doutor Jorge de Oliveira as facilidades de acesso às suas *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica* e também o acesso à biblioteca especializada do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro (Universidade de Évora), de que é Director. Agradecemos igualmente ao arqueólogo e docente da Universidade de Évora Professor Doutor André Carneiro pela disponibilidade para esclarecer algumas dúvidas que foram surgindo ao longo deste estudo.

Noções sobre o estado prehistorico da terra e do homem: seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal (Costa, 1868). O autor ultrapassou a visão romântica da maioria dos investigadores, apontando uma cronologia para as construções, as suas características, a sua possível evolução e analisou também os modos de enterramento, considerando efectivamente estas construções como pré-históricas e como sepulturas (Costa, 1868: 45-46). O Padre Rocha Espanca referencia este trabalho bem como o *Boletim d'Architectura e de Archeologia*, onde Sá Vilela publicou sobre o mesmo assunto, e também a obra de Augusto Filipe Simões, *Introdução à Archeologia da Peninsula Ibérica* (Simões, 1878). Mas face às indefinições que encontrou, Rocha Espanca desejou, como refere, rebater as mencionadas teses em voga.

E permaneceu inalterável nas suas ideias mesmo depois da contradita do Padre José Isidro Brenha. Publicou a sua extensa réplica – «Réplica atenciosa à respeitosa contradicta feita à minha dissertação archeologica sobre as antas e seus congeneres» – no mesmo jornal *A Vida Moderna*, que a divulgou a partir do dia 20 de Junho de 1895 até dia 17 de Outubro do mesmo ano, surgindo assim em dezoito números do jornal semanal editado na cidade do Porto. Na sequência da resposta do Padre Isidro Brenha – «Resposta à Replica sobre as antas e seus congéneres» – publicada entre 24 de Outubro de 1895 e 23 de Janeiro de 1896, o Padre Espanca difundiu ainda uma «Tréplica à contradicta do meu opusculo sobre as antas e seus congéneres» que ocupou o primeiro semestre de 1896 do mesmo jornal²⁵⁶, onde manteve inalterada a sua posição em relação ao que defendeu na publicação *Estudo sobre as antas e seus congéneres*.

A discussão envolveu também o Padre José Rafael Rodrigues que surge nas páginas da *Vida Moderna* com o artigo «Um esclarecimento ao snr. Rocha Espanca a respeito de archeologia transmontana» (Rodrigues, 1895b) e também José Leite de Vasconcelos que no artigo «Á cerca das antas» refuta igualmente a tese de Rocha Espanca (Vasconcelos, 1896d)²⁵⁷.

O próprio Abade de Miragaia, a quem é dedicado a publicação de Rocha Espanca, discordava igualmente das suas posições. Não o expôs publicamente mas comentava a

²⁵⁶ Divulgada entre 30 de Janeiro a 24 de Junho de 1896.

²⁵⁷ José Leite de Vasconcelos surge ainda no n.º 41 do jornal *A Vida Moderna* com mais um artigo dirigido ao Padre Espanca relativamente à etimologia da palavra anta (Vasconcelos, 1896e). O autor tinha igualmente abordado estes monumentos na publicação *Portugal Pré-Histórico*, ainda enquanto aluno da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (Vasconcelos, 1885).

polémica gerada pela publicação com Francisco Martins Sarmiento, o já mencionado investigador de Guimarães:

«Não posso crer que os pastores em tempos tão rudimentares e antes da descoberta do bronze e do ferro, construísem as antas, como hoje constroem simples choças ou cabanas de palha – por vezes de uma água só – para abrigo. [...] Também não posso crer que fossem feitas para esconderijo dos construtores ou dos seus tesouros. [...]»²⁵⁸

Solicitava então a opinião de Martins Sarmiento sobre esta edição totalmente composta pelo pároco do Alto Alentejo: «compôs e imprimiu o folheto em um prélo seu!...»²⁵⁹. O Abade de Miragaia tinha na época a responsabilidade de continuar a obra de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*²⁶⁰, e devia a Joaquim José da Rocha Espanca a colaboração no artigo sobre Vila Viçosa que incluía na mesma obra. Respeitava o autor pela sua ilustração, pelos seus conhecimentos de latim, pela sua seriedade e honestidade e lamentava a sua exposição pública numa discussão tão infundamentada, como confirmava junto de Martins Sarmiento, a quem chegou mesmo a enviar cartas do Padre Espanca²⁶¹. O próprio Martins Sarmiento lastimava a falta de actualização científica do autor mas regozijava-se pela discussão pública em torno do tema:

«A discussão é sempre boa, mas com a condição de se conhecer o que está escripto acerca das questões em que nos vimos mettter; e o am.^o Espanca não me parece que esteja neste caso. A polémica pode todavia ter a utilidade de chamar a atenção dos leitores para estas velharias.»²⁶²

De facto a discussão terá forçosamente atraído a atenção dos leitores do jornal *A Vida Moderna* que a viram persistir nas suas páginas durante mais de um ano. Apesar de registar publicamente que foi uma «polémica muito instrutiva» (Ferreira, 1897), Pedro Augusto

²⁵⁸ Carta de Pedro Augusto Ferreira para Francisco Martins Sarmiento, 6 Mai. 1895. *Revista de Guimarães* (s/a, 1935: 256)

²⁵⁹ Carta de Pedro Augusto Ferreira para Francisco Martins Sarmiento, 6 Mai. 1895. *Revista de Guimarães* (s/a, 1935: 258)

²⁶⁰ *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*. Obra de 12 volumes, publicada pela Livraria Editora de Mattos Moreira entre 1873 e 1890. Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal (1816-1884) foi o responsável pelos primeiros 11 volumes e Pedro Augusto Ferreira coligiu a a informação patente no último tomo.

²⁶¹ A 16 de Junho de 1895, Martins Sarmiento refere: «Devolvo as cartas do bom Padre Espanca, que muito agradeço». Carta de Francisco Martins Sarmiento para Pedro Augusto Ferreira, 15 Jun. 1895. *Revista de Guimarães* (s/a, 1935: 263)

²⁶² Francisco Martins Sarmiento aconselhava o Abade de Miragaia a sugerir a leitura de *Archeologie celtique et Gauloise: mémoires et documents* (Bertrand, 1876) e *Rude Stone Monuments in all countries; their age and uses* (Ferguson, 1872). Carta de Francisco Martins Sarmiento para Pedro Augusto Ferreira, 15 Jun. 1895. *Revista de Guimarães* (s/a, 1935: 263).

Ferreira, Abade de Miragaia, não partilhava a mesma opinião de Martins Sarmiento e lamentava o descrédito que ela poderia imprimir ao próprio desenvolvimento científico:

«As digressões devem ser numerosas e largas e o peor é que estas questões não acreditam m.^{to} a archeologia e podem despertar a troça que recahirá sobre a sciencia. Pois já não é ella pouco troçada.»²⁶³

Apesar de polémicas, as práticas arqueológicas de Joaquim José da Rocha Espanca vêm acrescentar informação sobre a localização e as características de alguns monumentos megalíticos descritos no terceiro capítulo, «Antas novamente descobertas e vistoriadas pelo autor», onde Rocha Espanca descreve a Anta dos Apóstolos, a Anta do Limoeiro e a Anta do Monte do Casco. Registou ainda a existência de «pedras d'anta na herdade de Santa Luzia», freguesia do Rosário, e «outras na Herdade do Roncão, na freguesia de Capellins» (Espanca, 1894: 21-26). Também nas *Memórias de Vila Viçosa*, um manuscrito com cerca de cinco mil páginas que se encontra actualmente no Arquivo Histórico Municipal daquela vila do Alto Alentejo²⁶⁴, e na obra *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa* (Espanca, 1892) que constitui um resumo do mencionado manuscrito, foram registados vários achados arqueológicos e «realidades de terreno» fundamentais para a recuperação de informações sobre locais arqueológicos entretanto desaparecidos mas que puderam ser considerados pelas mais recentes investigações científicas devido aos mencionados registos de Rocha Espanca (Carneiro, 2014: 425).

Veja-se a título de exemplo a obra *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa*. Rocha Espanca assinalou sítios arqueológicos romanos e pré-históricos, como o sítio das Córtes, onde apareciam «fragmentos de ladrilhos e telhões» (Espanca, 1892: 68). Em Vilares, Bencatel, onde foi capelão da irmandade das Almas durante 14 anos, identificou bastantes «ladrilhos e telhas em camadas sobrepostas, chegando até um carpinteiro [...] a extrahir tantos adobos, que ladrilhou uma casa sua» (Espanca, 1892: 68). Junto à Fonte das Freiras, quatro quilómetros a Sul de Bencatel, identificara também vestígios de uma vila romana (Espanca, 1892: 71) e no local de Pardais a antiga existência de um «vico» e ruínas antigas entre a igreja e a horta das Bispas (Espanca, 1892: 73). Registou também no mesmo

²⁶³ Carta de Pedro Augusto Ferreira para Francisco Martins Sarmiento, 22 Jun. 1895. *Revista de Guimarães* (s/a, 1935: 263-264)

²⁶⁴ No início da década de oitenta do século XX o Município de Vila Viçosa promoveu a publicação deste manuscrito do Padre Joaquim José da Rocha Espanca na colecção "Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa". Um documento que ocupou os primeiros trinta e seis números desta colecção posteriormente disponibilizada *on-line* pela Biblioteca Digital do Alentejo: <http://www.bdalentejo.net/>

Compêndio de Notícias de Vila Viçosa uma anta a Sul do lugar de Pardais, na margem direita da ribeira da Lagoa e outra junto à Fonte da Anta, ambas com uma forma semioval, que associava efectivamente a abrigos de guardas rurais ou a «sepulcros ou pedestais de ídolos» (Espanca, 1892: 74). Na Herdade do Barrinho Branco referencia uma estrutura que designa como «um *cromlech* ou *menhir* de cinco metros de diâmetro» que entretanto teria sido transformado em lajes para a construção e umas casas²⁶⁵. Na Herdade d'El-Rei e nos Altos das Ferrarias conhecia poços de explorações mineiras bem como no sítio da Almagreira (Espanca, 1892: 73-74).

Devido ao conhecimento detalhado das povoações e das suas imediações, pudera também identificar vários objectos arqueológicos reutilizados em edifícios ou como objectos utilitários. Na horta da Herdade das Nogueiras identificou «dois grandes capitéis de mármore, convertidos em pias para beberem as galinhas» (Espanca, 1892: 70) e na cavaliçã da igreja de Pardais um outro capitel coríntio em granito que possuía a mesma função (Espanca, 1892: 73). Também em Pardais, a população local reutilizava um capitel de mármore branco que «no arrabalde das Casas Novas à porta de uma casa» servia de «assento para uma só pessoa» (Espanca, 1892: 73). Tal como no sítio da Fonte do Sueiro alguns objectos de mármore lavrados eram igualmente utilizados como poiais de porta em algumas casas, um deles no Monte da Estrada (Espanca, 1892: 74). Na obra do Padre Espanca encontramos ainda a referência à existência, numa das ruas de Vila Viçosa, de uma estátua com «rosto de mulher e corpo de cão sentado» a que a população designava como a «antiga Vila Viçosa» e «junto ao panno da Cerca», numa varanda de um prédio da rua do Chafariz, «um busto de mármore fino, bem cinzellado, a que o povo chama Pascoella» (Espanca, 1892: 73-74). Em Vilares da Galharda registara a existência de um epitáfio *de Julia Avita* embutido «n'um quarto do andar alto» (Espanca, 1878: 69).

Na obra do Padre Joaquim José da Rocha Espanca encontramos também a recolha de informações sobre várias inscrições romanas e os seus contextos de aparecimento, nomeadamente da lápide que invocava *Fontanus* e *Fontana*, encontrada em 1841 juntamente com uma sereia em mármore branco na Herdade da Galharda, lugar de Vilares. A epígrafe foi, refere o Padre Espanca, publicada por Emil Hübner (Hübner: 1871) e transportada para

²⁶⁵ Na época a distinção entre os cromeleques e menires estava perfeitamente definida, como se verifica na obra de Augusto Filipe Simões: «Quando os menhires formam um círculo ou uma oval ou outra curva, a esse grupo megalítico chama-se cromlech» (Simões, 1878: 78).

Lisboa, onde foi oferecida ao Cardeal Saraiva²⁶⁶ (Espanca, 1892: 68). Também nos Vilares da Galharda apareceu em 14 de Maio de 1866 um túmulo de criança, *Domicia*, que foi oferecido a Francisco Augusto Nunes Pousão, que no âmbito do exercício de delegado judicial em Guimarães a terá transportado para aquela cidade (Espanca, 1892: 69).

Os percursos de outros objectos romanos registados pelo Padre J. J. da Rocha Espanca constituem bons exemplos da relevância de actores como este pároco local, que apesar das controversas visões científicas que expõe nas suas publicações exerceu um importante papel no que respeita à preservação do património e à subsequente construção do conhecimento. Veja-se o exemplo do monumento epigráfico dedicado a *Lúcio Aurélio Flao* que Rocha Espanca divulgou no primeiro volume da *Revista Archeologica e Histórica* (Espanca, 1887: 100-102). Foi descoberto em Março de 1887, na Herdade do Freire, Bencatel, durante os trabalhos agrícolas de preparação de um ferragial, quando o arado desenterrou da terra o monumento de mármore inicialmente reservado pelo «condutor da parelha dos muares» para servir de base para preparação de tintas. Ao divulgar-se o achado junto do carpinteiro do Convento de Montes Claros, para onde foi transportado em 21 de Maio desse ano de 1887, chegou também ao conhecimento do administrador da casa de lavoura da herdade, António Joaquim Coelho, que reconheceu a inscrição latina e a mandou reservar. Foi por intermédio de António Joaquim Coelho que logo no dia seguinte, durante a festa anual de Nossa Senhora da Luz na igreja do Convento, o Padre Rocha Espanca interpretou a inscrição e solicitou a sua cedência. Poucos dias depois a lápide estava em Vila Viçosa onde Rocha Espanca a mandou incrustar nas paredes da sua casa «para não desaparecer como outras» (Espanca, 1887: 100-101; 1892: 71). Meses depois a inscrição foi divulgada na *Revista Archeologica e Historica* onde as palavras do próprio Padre Espanca registam a importância das colecções e dos estudos arqueológicos desenvolvidos durante estas décadas do século XIX e inícios do século XX:

«Se eu não fora dedicado aos estudos archeologicos, perder-se-hia o cippo agora descoberto, como em diversos tempos se perderam muitíssimos, de que tradicionalmente ouço fazer menção.» (Espanca, 1887: 102)

²⁶⁶ Deveria referir-se a Francisco de São Luis Saraiva (1766-1845), oitavo Patriarca de Lisboa.

O Padre Joaquim José da Rocha Espanca expunha em sua casa e disponibilizava a qualquer interessado um conjunto de objectos arqueológicos onde constava uma outra inscrição romana, esta dedicada a *Julio Memmio e Maila*, que o próprio mandou também incrustar nas paredes de sua casa. Foi encontrada pelo pedreiro que tinha fixado a anterior lápide proveniente de Bencatel e que, identificando a nova inscrição junto à estrada «que da porta da Esperança conduz ao largo do Outeiro do Ficalho, defronte das Fontainhas», a levou ao Padre Espanca no dia 25 de Março de 1892 (Espanca, 1892: 66). Da colecção particular do pároco de Vila Viçosa faziam também parte mais de cinco dezenas de «moedas romanas de cobre dos séculos III ao V e dois denários de prata, sendo um deles quadrigato» (Espanca, 1892: 72), «duas moedas romanas do tempo dos imperadores» que recolheu no sítio da Fonte do Sueiro (Espanca, 1892: 74) e vários machados pré-históricos de pedra polida «para mostrar aos amadores d'estas antiquilhas» (Espanca, 1892: 73; Vasconcelos, 1897a: 130).

Parte dos objectos arqueológicos que identificou foi também oferecida a outros organizadores de colecções arqueológicas como Augusto Filipe Simões, responsável pela criação da secção de arqueologia do Instituto de Coimbra, e José Leite de Vasconcelos. Para o primeiro recolheu em 1875 cinco machados de pedra «de diversos tamanhos e feitios» que passaram a integrar as colecções do Instituto de Coimbra (Espanca, 1892: 73). Foi António Francisco Barata (1836-1910), amanuense da Biblioteca Pública de Évora (Silva, 2004: 13-14), que solicitou ao Padre Espanca que recolhesse alguns machados de pedra polida. O Padre Espanca recolheu então cinco destes objectos em Bencatel e um em Rio de Moinhos, este último cedido por um Padre local de nome Joaquim António de Almeida Seguro. Os objectos, depois de enviados para Évora, seguiram posteriormente para Coimbra, onde foram registados no Catálogo das colecções arqueológicas do Instituto (s/a, 1877: 3). Em 1891 cedeu também a José Leite de Vasconcelos um cipo que serviu como poial de porta na aldeia de Bencatel e que o Padre Espanca recebera de oferta do proprietário da casa onde se encontrava (Espanca, 1892: 70).

O Padre Rocha Espanca contribuiu igualmente para a divulgação e avanço do conhecimento sobre o Santuário do Deus Endovélico, situado em S. Miguel da Mota, perto da vila de Alandroal, que visitou em Junho de 1880 na companhia do Padre Cláudio José Nicolau, pároco da Matriz do Alandroal (Espanca, 1983: 56-57). O lugar era referenciado desde o século XVI e a grande notoriedade que desde logo veio a adquirir é atribuída a autores como André de Resende, que registou a existência deste santuário no seu trabalho *De*

antiquitatibus Lusitaniae (1593), o divulgou através da sua obra manuscrita e também através da correspondência que trocava com outros letrados portugueses e estrangeiros. As oito transcrições epigráficas propagadas por Resende foram discutidas nos meios eruditos europeus que assinalaram a individualidade da entidade divina de S. Miguel da Mota (Schattner *et. al*, 2013: 67; Vasconcelos, 1905a: 113). Durante os séculos seguintes o tema é retomado por diversos autores portugueses e estrangeiros²⁶⁷, onde se destacam, já no século XIX, Gabriel Pereira (1847-1911) e Rocha Espanca, autores que acrescentaram novos elementos ao estudo do local com a publicação de epígrafes inéditas. Gabriel Pereira propagou na revista *Renascença*, em 1878, as previamente conhecidas «cinco lápides de diferentes medidas» que se encontravam embutidas na parede meridional da Igreja dos Agostinhos, de Vila Viçosa (Pereira, 1878: 42) e em 1881 divulgou três epígrafes inéditas no jornal o *Manuelinho* de Évora. Foram identificadas na ermida de S. Miguel que, estando em ruínas, ia revelando a existência de mármore lavrados utilizados na sua construção devido à progressiva queda dos rebocos (Pereira, 1881).

A deslocação do Padre Rocha Espanca ao local do Santuário do Endovélico, no dia 3 de Junho de 1880, iria envolver o próprio Padre num processo-crime desencadeado pelo proprietário da Herdade de S. Miguel (onde se localizava o santuário), Manuel Ignácio Bello, e a divulgação de mais nove epígrafes inéditas no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Espanca, 1882). O interesse de Rocha Espanca pelo outeiro de S. Miguel da Mota surgiu quando em 1874 recebeu em sua casa Luiz Vermell y Busquets (1814-1890), pintor e escultor-entalhador da Casa Real do rei D. Fernando II de Portugal (GEPB, vol. 34: 686-687). Interessado em monumentos e antiguidades, o *Peregrino espanhol*, como era conhecido, realizava então uma viagem pelo Alentejo tendo já visitado Vila Viçosa, Evoramonte e outras terras onde realizara desenhos e *fac-similes* de moedas antigas e de objectos diversos. Entre os objectos que tinha reconhecido estava o registo de uma ara dedicada a Endovélico com o relevo de uma imagem de cupido, encontrada numa herdade próximo de Terena e cuja cópia Vermell y Busquets se recusou a facultar ao Padre Rocha Espanca.

Anos mais tarde, outro pároco da região, o Padre Cláudio José Nicolau, que era na época pároco da matriz de Terena quando Vermell y Busquets realizou a viagem pelo

²⁶⁷ José Leite de Vasconcelos fornece a relação mais completa sobre os autores que abordaram o tema desde o século XVI até à sua própria intervenção no local no ano de 1890 (Vasconcelos: 1905: 111-122).

Alentejo, informou o Padre Rocha Espanca de que conhecia a localização do objecto e disponibilizou-se para o acompanhar até à ermida de S. Miguel Arcanjo, onde se encontrava a mencionada ara. Foi assim na companhia do pároco da matriz do Alandroal que o Padre Espanca se deslocou ao outeiro de S. Miguel da Mota e identificou também no local uma inscrição na soleira da porta principal da casa da herdade. Apesar de gasta, registou a sua dedicatória a Endovélico «*por voto de Julia (Prócula?)*» (Espanca, 1882: 286). Os padres Rocha Espanca e Cláudio José Nicolau seguiram depois guiados por José Pêra, roupeiro do lavrador local, até ao cimo do outeiro para analisarem as ruínas da capela onde se encontrava a ara registada por Vermell y Busquets em 1874. A sua inscrição foi então copiada e divulgada no já mencionado *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Espanca, 1882) onde também encontramos os pormenores deste reconhecimento do local e parte do percurso dos objectos identificados por Rocha Espanca e outros posteriormente reconhecidos e incorporados nas colecções que deram origem ao Museu Etnográfico Português, hoje Museu Nacional de Arqueologia. Espanca viria a identificar dentro da capela, recentemente convertida pelo proprietário da herdade em curral de cabras, numa divisão ainda coberta por abóbada, duas aras, «uma toda metida na parede» e outra deixando ver a legenda. Registou a existência de outras espalhadas pelo chão, fragmentadas, algumas quase completas e outras «pedras lavradas» embutidas nas paredes em ruínas. Com a ajuda de José Pêra e de alguns instrumentos, um martelo de carpinteiro e uma picareta, foram arrancadas da parede uma pequena estátua que representava um «vulto de menino, porque tem um passarinho na mão esquerda», uma coluna e um busto decapitado e sem ombro (Espanca, 1882: 289). Para tornar mais acessível a sua posterior análise, o Padre Espanca e o seu confrade solicitaram então ao carreiro do monte da Herdade de S. Miguel que transportasse estes objectos para o Alandroal, onde os deveriam entregar «ao seu parocho em ocasião oportuna», ou seja, ao Padre Cláudio José Nicolau. Contudo, a existência de dissidências políticas entre o pároco do Alandroal, Cláudio José Nicolau, e o proprietário Manuel Ignácio Bello, iriam originar uma acusação de roubo, desencadear um processo-crime e suscitar a antipatia das gentes do Alandroal²⁶⁸. Os objectos arqueológicos identificados pelo Padre Espanca e reservados pelo Padre José Nicolau em Junho de 1880 foram

²⁶⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim José da Rocha Espanca, 9 Out. 1895, cota: 1122/7135.

apreendidos, avaliados em 240 réis e, por fim, reconhecendo-se a ausência de criminalidade, foram entregues ao proprietário, que uma década depois os viria a ceder a José Leite de Vasconcelos, na época conservador da Biblioteca de Lisboa, que procedeu inclusivamente à demolição das ruínas da capela para obter os objectos que os padres Espanca e José Nicolau aí observaram incrustados nas paredes.

Essa demolição da capela por iniciativa de José Leite de Vasconcelos tinha já sido defendida por Gabriel Pereira que em 1889 registava a utilização das ruínas dessa capela de S. Miguel Arcanjo como «galinheiro do monte» e considerava que não seria «barbárie o destruir de vez os paredões». Essa seria aliás uma medida que permitiria a conservação do património arqueológico do local, que de outro modo seria recolhido «por algum curioso nacional ou estrangeiro». Sugeriu Gabriel Pereira que deveria ser o Museu de Évora ou um museu de Lisboa a custear os «cem mil réis» necessários «para salvar do tempo, dos rapazes, do *curioso*, ou do estrangeiro, esses monumentos tão singulares e significativos na arqueologia peninsular» (Pereira, 1889: 149). E efectivamente foi o Ministro do Reino, António de Serpa, que viabilizou em 1890 a demolição da construção, a recolha de «aras, cippos, tábulas com inscrições, mas também esculturas, restos architectónicos, etc.» e o seu transporte para Lisboa, na sequência de uma proposta da Inspeção Geral das Bibliotecas (Vasconcelos, 1905a: 120).

A iniciativa devia-se a José Leite de Vasconcelos e constituiu a sua estreia em investigações arqueológicas. No ano de 1890 Vasconcelos era Conservador da Biblioteca de Lisboa, para onde foi inicialmente transportada a colecção de objectos recolhidos no Outeiro de S. Miguel. Para conseguir esta colecção foi necessário estabelecer alguns contactos e relações de confiança, sobretudo com o proprietário do local, Manuel Ignácio Bello²⁶⁹, que autorizou a demolição das ruínas da capela de S. Miguel Arcanjo e recolha de objectos que anteriormente tinham suscitado um processo-crime. Foram então transportados para Lisboa mais de uma centena de objectos, inscrições e esculturas, como resultado das campanhas realizadas em 1890, e posteriormente em 1904 e 1907 (Schattner *et. al.*, 2005: 896).

²⁶⁹ Para conseguir a confiança de Manuel Ignácio Bello, Leite de Vasconcelos solicitou a Teixeira de Aragão que escrevesse uma carta de apresentação, documento que utilizou para encetar relações com o proprietário e obter autorização para estudar o local (Vasconcelos, 1916b: 153).

Antes da campanha que levou à formação da colecção de objectos arqueológicos do Santuário do Endovélico na Biblioteca de Lisboa, o Padre Rocha Espanca foi igualmente um dos contactos locais de José Leite de Vasconcelos que na época leccionava numismática na Escola de Bibliotecários e Arquivistas e desenvolvera interesse pelas primitivas religiões de Portugal (Fabião, 2008: 100). A convivência entre ambos, Rocha Espanca e José Leite de Vasconcelos, foi registada num artigo necrológico publicado na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1897a: 129-137) e no epistolário de José Leite de Vasconcelos arquivado no Museu Nacional de Arqueologia. No mencionado artigo divulga-se o primeiro contacto entre ambos no ano de 1890. Rocha Espanca recebeu então em sua casa, numa noite, durante as «férias do Entrudo», o Conservador da Biblioteca de Lisboa que, munido de carta de apresentação, procurava conhecer o prior, que era, refere, «pelos seus estudos e predilecções archeologicas a única pessoa que me podia informar sobre o que eu queria» (Vasconcelos, 1897a: 129). «No seu entusiasmo pela archeologia» o Padre Joaquim José da Rocha Espanca levou o Conservador da Biblioteca de Lisboa «mesmo áquella hora, dez e tanto da noite», até à Igreja dos Agostinhos onde se encontravam as inscrições do santuário do Endovélico aí colocadas no século XVI, quando D. Teodósio I, duque de Bragança, transportou do Outeiro de S. Miguel para o mosteiro de Santo Agostinho sete lápides²⁷⁰ que mandou embutir na frontaria da igreja do mesmo mosteiro e nas paredes interiores do seu alpendre (Espanca, 1882: 255; Vasconcelos, 1897a: 129). Depois do passeio nocturno, que incluiu igualmente uma passagem pelo paço ducal de Vila Viçosa e pelo castelo, o Padre Espanca mostrou os objectos arqueológicos que guardava «na sua sala de visitas, que era ao mesmo tempo um *museu*», e as diversas informações que coligira para as suas *Memórias de Vila Viçosa* (Vasconcelos, 1897a: 130, 134). Passado este primeiro contacto, o conservador da Biblioteca de Lisboa viria a recorrer aos conhecimentos locais do pároco de Vila Viçosa por diversas vezes. Em Abril desse mesmo ano Joaquim José da Rocha Espanca enviava informações sobre a lápide dedicada a Endovélico que se encontrava embutida na igreja do Alandroal, divulgava a existência de um capitel coríntio na Quinta de S. João Baptista, da mesma vila, e a localização de outras antiguidades romanas, um castro, cipos e os

²⁷⁰ Estas as lápides foram divulgadas pelo atrás mencionado André de Resende no século XVI na sua obra *De antiqitatibus Lusitaniae* (1593) às quais se juntou uma outra embutida na torre do Alandroal.

capitéis convertidos em bebedouros de galinhas²⁷¹. Rocha Espanca iria também divulgar e registar outros objectos a pedido de José Leite de Vasconcelos²⁷² e colaborar na revista criada pelo Museu Etnológico Português, que teve como colecção fundadora exactamente os objectos do Santuário do Endovélico, transferidos da Biblioteca Nacional onde inicialmente se encontravam.

Na pequena notícia que Joaquim José da Rocha Espanca publicou na revista *O Archeologo Português*, intitulada «Monumento sepulcral de Juromenha», é evidente como actores como este Padre local possuíam as suas próprias redes de cooperação para a constituição de colecções de objectos e a subsequente construção de conhecimento. Os seus contactos locais, de diferentes círculos sociais, colaboravam na identificação de sítios arqueológicos e de objectos que de outra forma permaneceriam inéditos ou perder-se-iam, transformados em objectos utilitários ou destruídos para cumprirem outras funções. A busca de tesouros, comum entre as gentes com actividades ligadas ao campo, levou um cabreiro da vila de Juromenha a identificar uma lápide sepulcral em mármore, inicialmente revelada com as grandes chuvas no «arrabalde de Santo António, da vila de Juromenha» (Espanca, 1895: 2016). O aparecimento do objecto chegou ao conhecimento de Joaquim Nunes de Andrade, pároco de S. Romão, do concelho de Vila Viçosa, que copiou a sua inscrição e a divulgou junto do Padre Rocha Espanca. O padre de São Romão conhecia os interesses do seu confrade Rocha Espanca e o cuidado com que foi realizada esta cópia não suscitou dúvidas de leitura. O monumento e a sua inscrição foram divulgados na revista do *Museu Ethnographico Português* com base na cópia realizada pelo Padre Joaquim Nunes de Andrade, um dos elementos da rede de contactos do Padre Rocha Espanca, que até ao momento de publicação não tinha conhecido fisicamente o objecto. A tábula dedicada a *Lucius Licinius Catulus*²⁷³ estava na posse do cabreiro que a descobriu e o Padre Rocha Espanca tentou obtê-la para a sua colecção mas foi informado de que se encontrava requisitada pela Administração do Concelho de Alandroal²⁷⁴. Rocha Espanca sugere a José Leite de Vasconcelos, que também competia pela posse do objecto, que tentasse obtê-la através de Manuel Ignácio Bello, o proprietário local que autorizou a

²⁷¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim José da Rocha Espanca, 12 Abr. 1890, cota: 1122/7131.

²⁷² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim José da Rocha Espanca, 22 Mai. 1895, cota: 1122/7133; 3 Set. 1895, cota 1122/7134.

²⁷³ Esta é denominação actual registada nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia onde se encontra registada com a cota E 6304.

²⁷⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim José da Rocha Espanca, 9 Out. 1895, cota: 1122/7135.

demolição das ruínas da antiga capela de S. Miguel Arcanjo e o transporte dos objectos aí encontrados para Lisboa²⁷⁵. Mas foi devido a José Velladas da Silveira Bello que esta epígrafe do século I d.C. foi incorporada nas colecções do Museu Etnológico, conforme registou em 1897 o seu director (Vasconcelos, 1897a: 136).



Ilustração 27 – Tábula a Lucius Licinius Catulus

Época romana (séc. I d. C.), Museu Nacional de Arqueologia, E 6304; Dimensões (cm): altura: 40; espessura: 8; comprimento: 64 (MatrizNet).

Tábula divulgada na revista *O Archeologo Português* (1897) pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca que, sem sucesso, a procurou obter para a sua colecção. Foi localizada por um cabreiro em Juromenha (Vila Viçosa), no ano de 1895 (?) e divulgada junto do pároco de S. Romão, Joaquim Nunes de Andrade. Foi através da cópia efectuada por este pároco que a lápide chegou ao conhecimento de Joaquim José da Rocha Espanca e dos leitores da revista editada pelo Museu Etnográfico Português que a integrou nas suas colecções através da intermediação de José Velladas da Silveira Bello. Este objecto pode ser visto na já mencionada exposição *Religiões da Lusitânia*.

Este objecto (Ilustração 27), actualmente em exposição no Museu Nacional de Arqueologia, testemunha o contributo do Padre Joaquim José da Rocha Espanca para a construção do conhecimento histórico e arqueológico. Este pároco local foi um dos actores que no século XIX partilhava com os que se tornaram protagonistas na historiografia sobre o desenvolvimento da arqueologia em Portugal os mesmos objectivos e os mesmos métodos para recolher provas de um passado comum. Tal como esses

²⁷⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim José da Rocha Espanca, 9 Out. 1895, cota: 1122/7135.

protagonistas, também o Padre Rocha Espanca integrou a rede de «actores que moldaram e organizaram seus imensos dados de acordo com seus próprios padrões de *expertise*, de conhecimento, servindo-se inclusive de suas condições sociopolíticas, culturais privilegiadas» (Lopes & Heizer, 2011: 24). Os dados ofertados pelo Padre Espanca – como por outros autores que tratamos nesta tese – através das suas publicações e das informações que registavam na correspondência integraram uma espécie de «mapa arqueológico» (Pupio, 2011: 273) que outros actores construíram através das suas redes especializadas e de uma actividade suportada por financiamentos públicos.

3.2 PRÁTICAS ARQUEOLÓGICAS EM TRÁS-OS-MONTES – OS PADRES JOSÉ RAPHAEL RODRIGUES E JOSÉ ISIDRO BRENHA

Se na actualidade os arqueólogos lamentam a destruição de muitos contextos estratigráficos pelos pioneiros das práticas arqueológicas do século XIX e inícios do século XX, esses mesmos pioneiros lamentavam as actividades dos «sonhadores de thesouros encantados», «que só iam dar prejuízo se fizessem as intervenções projectadas, e nada podiam encontrar de thesouros ou dinheiros nas *casas dos mouros*, como eles chamam aos dolmens»²⁷⁶ (Rodrigues, 1895a: 346). Para evitar essa projectada destruição nas antas da Serra de Alvão o Padre José Rafael Rodrigues (1861-1939) desafiou o professor de Ciências Naturais no Colégio de S. Joaquim, José Isidro Brenha (1867-1942), que também era padre, para iniciarem as explorações dos referidos monumentos. Devido à maior disponibilidade do Padre Brenha durante as férias do Natal, as explorações iniciaram-se no dia 20 de Dezembro de 1894 (Rodrigues, 1895a: 346; Brenha, s.d.: 691).

A divulgação destas investigações no jornal *Commercio do Porto* no mês seguinte, Janeiro de 1895, suscitou as felicitações públicas do Abade de Miragaia (Porto), Pedro Augusto Ferreira, que sugeria nas páginas de outro jornal portuense, *A Vida Moderna*, a continuação das explorações e sua difusão nos jornais (Ferreira, 1895). Foi nesta sequência que surgiu, pouco depois, e com alguma periodicidade, a divulgação dos trabalhos arqueológicos dos dois padres transmontanos neste mesmo jornal *A Vida Moderna: folha de vulgarização científica e conhecimentos úteis*. José Rafael Rodrigues assinou os textos publicados ao longo do primeiro semestre de 1895. O primeiro artigo surgiu com o título «Archeologia: Antas ou dolmens, tumulus e sepulturas romanas no concelho de Villa Pouca de Aguiar, em Traz-os-Montes» e os seguintes com a denominação de «Arqueologia Transmontana». No primeiro, publicado em 24 de Janeiro de 1895, mencionava-se a abundância de monumentos e a exploração de algumas antas localizadas a Sul de Vila Pouca de Aguiar. Identificavam também os padres José Brenha e Rafael Rodrigues, numa área de dez quilómetros quadrados junto da mesma vila, «mais de trinta dolmens ou antas e

²⁷⁶ Rafael Rodrigues mencionava a influência do Livro de S. Cipriano onde se incluíam os *roteiros*, uma listagem com os lugares onde se poderia encontrar ouro ou tesouros. Estas listagens, refere Leite de Vasconcelos, circulavam de mão em mão até serem incluídas no conhecido Livro de S. Cipriano (coleção de feitiços, rituais e encantamentos mágicos), impresso desde o século XIX (Vasconcelos, 1930/31: 42).

inúmeras sepulturas romanas cavadas em rocha, tudo ainda bem conservado e sem exploração alguma» (Rodrigues, 1895a). Na divulgação das explorações que então realizaram preocuparam-se em caracterizar os monumentos megalíticos em termos de dimensões e características construtivas, mencionando igualmente alguns objectos encontrados no seu interior (Rodrigues, 1895a).



Ilustração 28 – Retrato do Padre José Rafael Rodrigues
(Fotografia de espólio familiar)²⁷⁷

Mas as investigações dos padres transmontanos, ao terem eco no espaço público, suscitaram uma intimação para a suspensão dos trabalhos. O Governador Civil de Vila Real, Luiz Lobato, dirigiu então ao administrador de Vila Pouca de Aguiar as seguintes indicações:

«Sirva-se V. Ex.^a sem a menor perda de tempo mandar intimar com as formalidades legais o P.^e José Joaquim Rodrigues Costa [sic]²⁷⁸, pároco da freguesia de Soutello do Valle, para não continuar a exploração de uns

²⁷⁷ Agradecemos a amabilidade e as diligências do Dr. João Ribeiro da Silva, Director do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, que intermediou os contactos com familiares do Padre José Rafael Rodrigues, nomeadamente com o Dr. António Rodrigues, que disponibilizou e autorizou a divulgação deste retrato.

²⁷⁸ Apesar de nos seus tempos de estudante ter sido conhecido como Rodrigues Costa, o seu nome completo, de acordo com a informação que envia para o Abade de Miragaia, era José Joaquim Rafael Rodrigues e não José Joaquim Rodrigues Costa como foi registado pelo governador civil. Reservados da BPMP, Carta de José Rafael Rodrigues para Pedro Augusto Ferreira, 15 Fev. 1895, Cota M-AM-XIV-9(2).

monumentos archeologicos que existem no concelho, cumprindo que V. S.^a conserve em depósito e sob sua guarda uns objectos encontrados e que pertencem a ephocas prehistoricas, até que se lhe dê o devido destino. Deus Guarde V. S.^a - Governo Civil de Vila Real – Luiz Lobato» (Ferreira, 1895)

Esta intimação do Governador Civil não terá sido bem-sucedida porque os trabalhos prosseguiram, mas as pressões sobre o Padre Rafael Rodrigues terão tomado outras formas. Em inícios do mês de Abril de 1895, o Governador tentava substituí-lo na igreja de Soutelo do Vale e o Padre Rafael Rodrigues solicitava o apoio do Abade de Miragaia para evitar essa resolução:

«Escrevi ontem a V. Ex.^a participando-lhe a pirraça que o Governador Civil me quer fazer em despachar outro para esta igreja de Soutello, como não poude mover-me por outro lado procurou esse [...]»²⁷⁹

As investigações arqueológicas de José Rafael Rodrigues e José Brenha desagradavam também a outras individualidades de Vila Real de Trás-os-Montes, nomeadamente ao médico Henrique Manuel Ferreira Botelho (1845-1909) e ao Padre Manuel de Azevedo (....-....), igualmente interessados nas antiguidades locais. Nesse sentido, fizeram chegar ao director do recente Museu Etnográfico Português a informação de que as mencionadas explorações seriam «mal feitas»:

«Consta-me que o abbade de Villa Pouca de Aguiar tem explorado umas Antas próximo d'alli e que taes explorações são mal feitas, destruindo-se talvez couzas importantes. É o que me informa pessoa mais ou menos instruída.»²⁸⁰

A pessoa «mais ou menos instruída» que mencionava o Padre Manuel de Azevedo era o médico Henrique Botelho, que viria mais tarde a desenvolver várias investigações arqueológicas na região²⁸¹. Ambos tinham recentemente assinado a publicação periódica do mencionado museu de Lisboa²⁸², e juntamente com a informação anterior, sobre as explorações arqueológicas «mal feitas», comunicava-se na mesma carta dirigida a José Leite de Vasconcelos a angariação das

²⁷⁹ Reservados da BPMP, Carta de José Rafael Rodrigues para Pedro Augusto Ferreira, 9 Abr. 1895, Cota M-AM-XIV-9(6).

²⁸⁰ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos – Carta de Manuel de Azevedo, 28 Jan. 1895, cota: 222-1075.

²⁸¹ Henrique Botelho publicara na *Revista de Guimarães* duas inscrições inéditas (Botelho, 1893) e iria também desenvolver explorações arqueológicas na região e divulgar os seus trabalhos na revista o *Archeologo Português* (1896, 1897, 1898, 1899/1900, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1910) e na revista *Portugália* (s.d., t. I, Fasc. IV). Possuiu igualmente uma colecção arqueológica composta por moedas e objectos pré-históricos. Cedeu muitos objectos arqueológicos ao Museu Etnológico Português (Vasconcelos, 1917b: 157).

²⁸² Henrique Botelho tornar-se-ia um dos mais regulares colaboradores da revista *O Archeólogo Português*, tal como é salientado por José Leite de Vasconcelos no artigo necrológico publicado em 1909 (Vasconcelos, 1909).

outras assinaturas concretizadas junto de Francisco de Salles Costa Lobo, João António Cardoso Batista [...], Albano Eduardo da Costa Lobo, Santos Lopes e António Ferreira Pimenta, personalidades locais igualmente interessadas em conhecer os conteúdos de *O Archeologo Português*²⁸³. Na mesma carta, o Padre Manuel Azevedo²⁸⁴ solicitou então a José Leite de Vasconcelos que desenvolvesse diligências para que as antas do Alvão se explorassem oficialmente:

«Não seria conveniente que V. Ex.^a desse os passos necessários para que oficialmente se explorassem aqueles asylos de antiguidade nossa? Chamos a atenção de V. Ex.^a para isto mas não invocará o meu nome.»²⁸⁵

A direcção do *Museu Etnográfico Português* estava naturalmente atenta a estas investigações e nesse mesmo ano de 1895 incluiu notícias sobre elas nas páginas da publicação oficial do museu²⁸⁶. Logo no segundo fascículo do *Archeologo Português* transcreveu-se um excerto do já mencionado artigo de Pedro Augusto Ferreira, publicado no jornal *A Vida Moderna*, em que felicitava os padres transmontanos pelos seus trabalhos, sugerindo-se a continuação e a divulgação dos mesmos:

«[...] as mais surpreendentes explorações archeologicas, feitas pelos [...] Rev.^{os} José Isidro Brenha, da Póvoa do Varzim, mas residente em Chaves, como professor no Collegio de S. Joaquim, e José Joaquim Rodrigues Costa, actualmente párocho na freguesia de Soutello do Valle de Villa Pouca d’Aguiar» (Ferreira, 1895a)

Se foi escolhido o elogioso artigo de Pedro Augusto Ferreira sobre os trabalhos dos padres Brenha e Rodrigues para publicar no corpo de texto das páginas do *Archeologo Português*, em nota de rodapé o director da instituição museológica fez eco das informações que recebera através do Padre Manuel de Azevedo relativamente à falta de qualidade das explorações:

«São dignos do maior elogio todos esses desinteressados investigadores da nossa remota história! A provincia de Trás-os-Montes, pela sua riqueza

²⁸³ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos – Carta de Manuel de Azevedo, 28 Jan. 1895, cota: 222-1075.

²⁸⁴ O Padre Manuel de Azevedo foi igualmente um colaborador da revista *O Archeologo Português* (Azevedo, 1895a: 93-95; 1895b: 130-136). Colaborou também com o projecto do seu director enviando informações diversas (Vasconcelos, 1917b: 158) e fotografias de monumentos megalíticos da sua região, neste caso de Vila Pouca de Aguiar (Vasconcelos, 1896f: 231)

²⁸⁵ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos – Carta de Manuel de Azevedo, 28 Jan. 1895, cota: 222-1075.

²⁸⁶ Foi possivelmente através do Abade de Miragaia que José Leite de Vasconcelos conheceu os trabalhos de José Rafael Rodrigues e José Brenha. Pedro Augusto Ferreira enviou para o museu de Lisboa a edição de 7 de Fevereiro de 1895 do jornal *A Vida Moderna* onde o próprio Abade vinha em defesa dos padres transmontanos na sequência da intimação do Governador Civil para suspensão dos trabalhos nas antas do Alvão (Ferreira, 1895b).

archeologica, e por estar ainda pouco estudada, merece realmente que haja quem de coração se lhe dedique. O que é necessário é não perder nunca de vista, em taes estudos, o rigoroso methodo scientifico. – J. L. de V.» (Ferreira, 1895b: 48)²⁸⁷

Apesar de esta chamada de atenção para o «rigoroso methodo scientifico», as práticas arqueológicas do próprio José Leite de Vasconcelos parecem não diferir das aplicadas por José Rafael Rodrigues e José Isidro Brenha, bem com a maioria dos investigadores da época²⁸⁸. A propósito da metodologia de José Leite de Vasconcelos, o seu sucessor na direcção do Museu Etnológico, Manuel Domingues Heleno Júnior (1894-1970), registou que as suas escavações, «como a maior parte das do seu tempo, foram precipitadas, incompletas, olhando mais à tipologia, do que à estratigrafia, mais ao objecto do que às circunstâncias que o rodeavam» (Heleno, 1956: 223). Em bibliografia mais recente, considera-se que José Leite de Vasconcelos «teria por certo limitações e pecava por algum esquematismo nos registos estratigráficos e planimétricos, mas estava longe de ser o escavador apressado e pouco cuidadoso» que Heleno descrevera (Fabião, 2015: 84). Justifica-se ainda a ausência destes registos estratigráficos e planimétricos nas suas publicações científicas devido aos «cânones de publicação da sua época, onde não era habitual dar à estampa esses desenhos de campo» (Fabião, 2015: 84). Mas de facto, se em Trás-os-Montes os padres Brenha e Rafael Rodrigues exploraram, entre Dezembro de 1894 e Maio 1895, cinquenta e seis antas (Rodrigues, 1895i), encontramos igualmente registos de «escavação de quatro antas» no dia 7 de Junho de 1910, na Herdade do Zambujal (Ponte de Sor), por Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1910c: 248) e de «algumas antas» num único dia também por José Leite de Vasconcelos, em 1914²⁸⁹. Em contexto de escavação como os expostos, os

²⁸⁷ Texto transcrito da nota de rodapé 2.

²⁸⁸ Uma questão que carece de desenvolvimento e de uma análise detalhada que não cabe no âmbito desta tese, contudo os vários dados que apurámos apontam esta hipótese. Carlos Fabião identificou no espólio documental de José Leite de Vasconcelos «numerosos apontamentos de índole estratigráfica, ainda que por vezes algo esquemáticos» (Fabião, 2015: 83); na documentação consultada de José Rafael Rodrigues e José Brenha não foram identificados quaisquer esquemas estratigráficos, mas encontraram-se vários registos que apontam para preocupações dessa índole. Veja-se a título de exemplo a seguinte passagem de um artigo do Padre Jose Brenha: «Carvões – De dous a três palmos do solo dos dolmens encontramos em muitos alguns carvões, que pela pequena quantidade indicam algum rito funerário (e não a prática da incineração) feito sobre o cadáver já sepultado com o respectivo mobiliário, que apparecia por baixo da camada que continha carvões.» (Brenha, s.d.: 699); também nos textos do Padre José Rafael Rodrigues, que adiante citaremos, é possível encontrar registos sobre a estratigrafia dos locais explorados. Veja-se também o seguinte trecho: «O pavimento destes dolmens é de terra argilosa amarella, contando-se d’essa camada inferior, para cima, três camadas diferentes de terra para ali transportada.» (Rodrigues, 1895a: 347).

²⁸⁹ «16 Abril de 1914. – Explorei algumas antas na herdade de Rui Vaz. Foi o Sr. Pais quem m’as indicou, e ele próprio me acompanhou lá. Colhemos artefactos de pedras e louça.» (Vasconcelos, 1914b: 397). Através da documentação da Fundação Arquivo Paes Teles, sabemos que foram exploradas «2 antas e meia» conforme descreve António Paes da Silva Marques numa carta que dirige ao seu sobrinho Mário Saa. FAPT – Espólio Documental de Mário Saa, Cartas de António Paes da Silva Marques, 24/04/1914.

registos estratigráficos, se considerados, só poderiam ser muito esquemáticos. Se as suas práticas não atendem naturalmente aos rigorosos critérios estratigráficos actualmente utilizados pelos arqueólogos, elas revelam porém alguma sensibilidade para uma metodologia que progressivamente assumiria grande protagonismo na prática e teoria arqueológica moderna (Harris, 1989; Renfrew & Bahn, 2012).

Os trabalhos arqueológicos realizados nas antas do Alvão não deixam pois de ressurgir nas páginas da revista *O Archeologo Português*. No mesmo segundo fascículo publicou-se o artigo «Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar», onde José Rafael Rodrigues descreveu os monumentos arqueológicos da região da Serra do Alvão, uma descrição depois continuada nas páginas do décimo segundo fascículo d'*O Archeologo Portugues* (Rodrigues, 1895a).

Se encontramos junto dos actores anteriormente citados algumas desconsiderações pelas investigações desenvolvidas pelos padres Brenha e Rodrigues, detectamos a situação oposta na postura do Abade de Miragaia. Na sequência da referida imposição do Governador Civil, Pedro Augusto Ferreira defendeu publicamente os trabalhos arqueológicos da Serra do Alvão registando o despropósito da iniciativa de Luiz Lobato que pretendia impedir o prosseguimento das investigações nos mencionados monumentos megalíticos, mas deixava ao abandono outros monumentos igualmente importantes como o Santuário de Panóias:

«Só se lembrou da guarda e conservação dos monumentos archeologicos do seu districto, para tolher e inutilizar os esforços e sacrificios particulares de 2 cidadãos beneméritos em pró da arqueologia?!...» (Ferreira, 1895)

Pedro Augusto Ferreira foi um dos seguidores dos trabalhos dos padres de Trás-os-Montes, comentando os resultados e fornecendo algum aconselhamento. O Abade de Miragaia conhecia bem o território português, tinha percorrido todas as províncias e cidades com excepção de Castelo Branco e Covilhã, e conhecia especialmente Trás-os-Montes. Sobre esta região tinha desenvolvido vários estudos para publicar no dicionário *Portugal Antigo e Moderno* e reconhecia a existência de «monumentos e vestígios da mais remota ocupação desde os tempos nómadas e rudimentares da idade da pedra», tendo ele próprio identificado e recolhido vários objectos pré-históricos na região (Ferreira, 1895). Recebia deste modo, com bastante interesse, as informações e as fotografias dos objectos que José Rafael Rodrigues e José Isidro Brenha encontravam nas suas investigações²⁹⁰, discutindo e aprovando os materiais a divulgar nos meios de comunicação

²⁹⁰ Reservados da BPMP, Carta de José Rafael Rodrigues para Pedro Augusto Ferreira, 15 Fev. 1895, Cota M-AM-XIV-9(1).

sobre os trabalhos arqueológicos desenvolvidos, designadamente a sua representação cartográfica:

«Remetto uma planta das antas desta localidade, das que eu examinei e explorei, mas há ainda mais que eu não sei de *visu* mas por indicações, e eu julgava bom publicar esse mappa no jornal assim como [... ..] para ficar para orientação e notícia destes dolmens. V.^a Ex.^a que entende a isso? Ou então publicar um suplemento ou meia folha d'alguns exemplares para mandar aos amigos e collegas, não acha que é bom, mesmo para a gente se referir aos números dos dolmens quando os descrever.»²⁹¹

Entre o Abade de Miragaia e os padres transmontanos circulava igualmente bibliografia arqueológica como a publicação de António Santos Rocha, *Antiguidades prehistoricas do Concelho da Figueira* (1888)²⁹² e a edição de Joaquim José da Rocha Espanca, *Estudo sobre as antas e seus congéneres* (1894)²⁹³, divulgada, como já mencionámos, junto dos exploradores das antas do Alvão exactamente pelo Abade de Miragaia, a quem foi dedicado o estudo:

«Recebi um opusculo sobre as – antas – que V.^a Ex.^a se dignou offertar-me, mais esse obsequio de que lhe sou devedor e que muito estimo. Logo que recebi, não o li, devoreio[*vi*] em menos de uma hora, mas permita-me que lhe diga que não concordo em nada com as opiniões do auctor, em nada! Inclusive sobre a descripção e formato das antas que parece ser de quem nunca viu – Antas!!!»²⁹⁴

José Rafael Rodrigues, que passara os últimos meses a estudar esta mesma tipologia de monumentos megalíticos, mencionava que o seu confrade alentejano estaria equivocado nas suas interpretações. Se o pároco de Soutelo do Vale comentou em privado esta sua opinião, o seu parceiro de explorações arqueológicas optou por publicar no periódico *A Vida Moderna* a sua apreciação à então recente edição²⁹⁵, o mesmo jornal portuense onde José Rafael Rodrigues procedeu à divulgação dos trabalhos conjuntos nas antas do Alvão.

²⁹¹ Reservados da BPMP, Carta de José Rafael Rodrigues para Pedro Augusto Ferreira, 24 Fev. 1895, Cota M-AM-XIV-9(3).

²⁹² Reservados da BPMP, Carta de José Izidro Brenha para Pedro Augusto Ferreira, 25 Set. 1895, Cota M-AM-XIII-5(5).

²⁹³ Reservados BPMP, Carta de José Izidro Brenha para Pedro Augusto Ferreira, 25 Abr. 1895, Cota M-AM-XIII-5(1); Carta de José Rafael Rodrigues para Pedro Augusto Ferreira, 26 Abril de 1895, Cota M-AM-XIV-9(7).

²⁹⁴ Reservados BPMP, Carta de José Rafael Rodrigues para Pedro Augusto Ferreira, 26 Abril de 1895, Cota M-AM-XIV-9(7).

²⁹⁵ Ver subcapítulo anterior, 3.1. *Se eu [padre J. Espanca] não fora dedicado aos estudos archeologicos, perder-se-hia o cippo agora descoberto».*

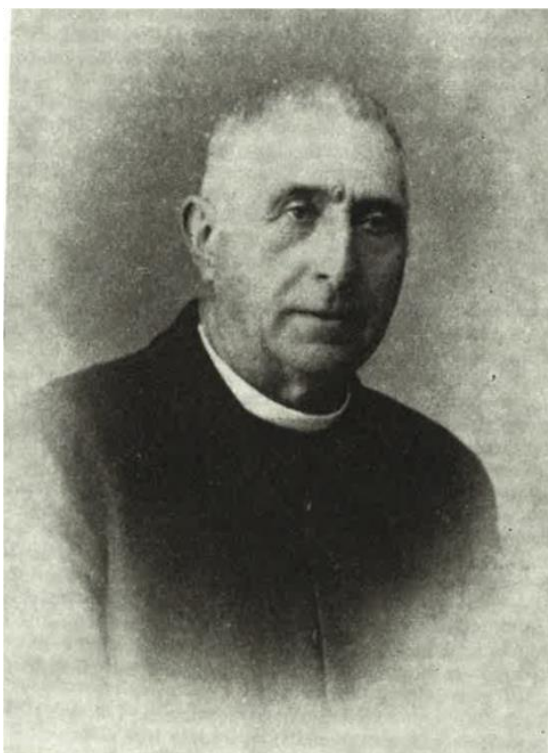


Ilustração 29 – Retrato do Padre José Isidro Brenha

Imagem divulgada por Mário Menezes, em 1968, na publicação periódica *Póvoa de Varzim Boletim Cultural* (Vol. VII, nº 1, p. 28)²⁹⁶

Mesmo existindo os mencionados diferendos com o Governador Civil, as explorações das Antas da Serra do Alvão foram progressivamente difundidas através das páginas do jornal *A Vida Moderna*. Nos dias 21 e 28 de Fevereiro de 1895 foram divulgados os objectos singulares que surgiram nos dolmens explorados, nomeadamente os objectos de pedra gravada com figuras de animais extintos e figuras femininas (Rodrigues, 1895d, 1895e). Um mês depois contava-se já a exploração de 56 dolmens no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Tinham também registado as pérfidas condições das «Mamoas de Carrazedo», devassadas por «indivíduos ignorantes em procura de thesouros encantados» ou para aproveitamento dos esteios para ladrilhos de eiras e construção de casas. Registava-se então os indícios do seu corte com a utilização de cunhas ou «quebrados a tiro» e a inexistência de espólios no seu interior (Rodrigues, 1895f). Num dos dolmens já explorados recuperaram alguma informação sobre o seu espólio pelos próprios «indivíduos que o devassaram». Registaram assim o aparecimento de cinco machados de pedra,

²⁹⁶ Agradecemos a amabilidade e as diligências do director da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, Dr. Manuel Costa, e da Dr.ª Lurdes Adriano, funcionária da mesma biblioteca, que nos facultaram várias informações e nos enviaram a digitalização do artigo «Póvoa de Mar» publicado no *Póvoa de Varzim Boletim Cultural* (Vol. VII, n.º1), onde Mário de Menezes divulgou esta imagem do Padre José Brenha.

um submetido à forja do ferreiro por julgarem obter «ouro encantado» e a recuperação, «por preço razoável», dos quatro machados que foram conservados (Rodrigues, 1895f).

Mas a escavação das mais de cinco dezenas de dolmens, realizada desde Dezembro de 1894 até ao mês de Abril de 1895, não foi executada apenas pelos dois jovens párocos locais. Foi necessária a contratação de equipas de operários, por vezes reforçadas devido ao interesse das populações locais que, ao observarem os trabalhos executados durante o dia, voltavam durante a noite para tentar encontrar os «restos dos mouros que ali viveram». Mas a investigação beneficiava de outros residentes locais que chegavam junto dos padres Brenha e Rodrigues com informações sobre a localização de outros grupos de antas ou sobre o conteúdo de dolmens que destruíram para reaproveitar os seus materiais em construções novas:

«Quando andávamos nas explorações, disse-nos pessoa de todo o crédito que ha annos quando desfizeram um forno (?!...) como o que nós exploravamos (dolmen) para lhe aproveitarem os esteios para ladrilhar uma eira, encontraram no fundo desse forno entre umas pedras redondas (pedras de cozer ou assar a farinha amassada) bastantes grãos de trigo carbonizados, misturados com carvões que lhe pareciam ser ossos queimados [...]» (Rodrigues, 1895h)

Estas descrições conjugavam-se portanto com as descobertas que realizavam. Ao colocarem os seus operários mais experientes nos locais mais promissores, como o interior dos dolmens, os padres Brenha e Rafael Rodrigues procuravam interpretar os objectos nos seus contextos. Esta metodologia encontra-se registada na descrição da descoberta de uma «pedra dos sacrifícios» num grande dolmen próximo de Vila Pouca de Aguiar:

«Já dissemos onde e como se encontrou [a pedra dos sacrifícios] à entrada do *dolmen-tumulo* (o principal da tribu) muito bem horizontalmente colocada e com todos os indícios claros de estar no seu lugar *primitivo*, já porque as diferentes camadas de terra que pousavam sobre ela não tinham indício algum de serem movidas, já porque o conteúdo das covas estava muito bem intacto e até com umas certas raízes que abrangiam toda a pedra, formando uma espécie de sebe e prevenindo que as covas se esvaziassem» (Rodrigues, 1895h)

O excerto acima transcrito permite verificar o acompanhamento cuidadoso dos trabalhos executados pelos operários, registando-se a localização e posição da pedra, a identificação de

várias camadas de terra e a atenção aos elementos associados, nomeadamente os ossos carbonizados de criança envolvidos em cinza e areia e depositados em covinhas abertas na pedra (Rodrigues, 1895h).

Rafael Rodrigues e Isidro Brenha associavam grupos de dolmens a tribos específicas como a que coligavam ao então denominado sítio *Portella da Chã de Soutello* ou ao sítio das Trandeiras. No primeiro local encontraram quatro dolmens, onde apenas um permanecia por explorar, «faltando-lhe apenas a tampa ou cobertura que ha pouco annos o proprietário da *bouça* onde *elle* se encontra, removeu para uma lareira de cozinha» (Rodrigues, 1895i). Nele identificaram uma mó e o seu movente junto à pedra de cabeceira, «à profundidade de três metros, altura dos esteios», junto da mó encontraram um furador e localizaram uma faca de sílex na entrada do monumento. Na mesma exploração localizaram também contas em pedra com «feitos e ranhuras em volta» (Rodrigues, 1895i). No segundo local, Trandeiras, onde deram por concluída a sua campanha, exploraram seis dolmens, três deles «ainda bem conservados» mas sem espólio «digno de menção» (Rodrigues, 1895i). Concluída esta primeira campanha de investigações registou-se a tipologia dos dolmens explorados, a sua constituição e orientação:

«Todos os dolmens d'esta região constam de sete pedras, inclinadas para dentro, e todos com a entrada a leste; - alguns são túmulos perfectos, - outros sem vestígios de corredor como têm os dolmens-túmulos. Eram todos cobertos, sendo ainda removidos há poucos annos as tampas ou mezas de alguns» (Rodrigues, 1895i)

No balanço destes trabalhos arqueológicos registados nas páginas do jornal *A Vida Moderna* de 9 de Maio de 1895, com destaque de primeira página, como todos os restantes artigos, promete-se uma publicação sobre a cronologia dos monumentos e formulam-se alguns agradecimentos. Em primeiro lugar reconhecem os conselhos e lições obtidos de «Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia no Porto, distincto archeologo e socio effectivo da 'Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos portuguezes». Legitimavam igualmente o seu trabalho pelo facto de terem sido reconhecidos como sócios correspondentes desta instituição, bem como pelas congratulações enviadas pela Sociedade Martins Sarmiento e pelo «logar de honra»

disponibilizado «no seu brilhante Museu para colocação em exposição de todas as preciosidades archeologicas» (Rodrigues, 1895i)²⁹⁷.

Supomos que foi devido ao desenvolvimento dos seus próprios projectos museológicos particulares que não foram oferecidas as colecções de objectos resultantes das suas investigações à Sociedade Martins Sarmiento. De acordo com a informação que obtivemos junto desta sociedade científica de Guimarães, apenas se identificou «uma reprodução, em gesso, de um objecto identificado por raspador/amuleto, oferecida ao Dr. Francisco Martins Sarmiento em Abril de 1899, pelo Senhor Padre José Brenha»²⁹⁸. Efectivamente, José Isidro Brenha criou o designado «Museu Brenha», na Póvoa de Varzim (Severo, s.d: 688), e José Rafael Rodrigues o «Museu Raphael», em Telões, Vila Pouca de Aguiar (Brenha, s.d.: 692)²⁹⁹. A colecção de José Isidro Brenha incluía, além da arqueologia, outras secções como etnografia, numismática, mineralogia e zoologia, onde se apresentavam animais embalsamados pelo próprio Padre Brenha (Barbosa, 1974: 118). O seu museu era frequentado por intelectuais como José Leite de Vasconcelos, que deixou registos dessa visita no ano de 1895 (Vasconcelos, 1917b: 154), e outras personalidades como Ricardo Severo (1869-1940)³⁰⁰, Fonseca Cardoso (1865-1912)³⁰¹, M. Rodrigues Miranda³⁰² e Martins Sarmiento que em 1898 aí examinaram a colecção proveniente das explorações da Serra do Alvão (Severo, s.d.: 688). Martins Sarmiento viria posteriormente a conhecer através de provas fotográficas as polémicas pedras com sinais alfabetiformes que o Padre José Brenha lhe anunciou numa carta enviada em Janeiro de 1899 (s/a, 1945: 7). Durante a década de 1920 parte dos objectos da sua colecção foram depositados no Museu de Antropologia da Universidade do Porto (Correia, 1928b: 133). Existe também a informação que, depois do falecimento do Padre Brenha, em 11 de Janeiro de 1942, parte das suas colecções teriam sido vendidas³⁰³ e uma outra parte

²⁹⁷ José Isidro Brenha, professor de Ciências Naturais no Colégio de S. Joaquim, em Chaves, era já sócio correspondente da Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses desde 1892 (Barbosa, 1974: 11).

²⁹⁸ Citamos a Dr.ª Ana Fernandes, técnica da Sociedade Martins Sarmiento, que nos enviou por *e-mail* (20.05.2016) esta informação. Aproveitamos para agradecer este e outros esclarecimentos que obtivemos por seu intermédio.

²⁹⁹ 'Museu Raphael: abordagem prévia'. Texto inédito de João Ribeiro da Silva, director do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real. Gentilmente cedido pelo autor.

³⁰⁰ Ricardo Severo da Fonseca e Costa foi Engenheiro de Obras Públicas e Engenheiro de Minas, formado na Escola Politécnica do Porto. Foi o fundador da *Sociedade Carlos Ribeiro* (1888), instituição que publicou a *Revista de Ciências naturais e sociais* (1889-1899) sucedida pela *Portugália* (1899-1908). Ricardo Severo realizou várias investigações arqueológicas e publicou estudos desta temática (GEPB, vol. 28, p. 618).

³⁰¹ Antropólogo, oficial subalterno do exército português (Roque, 2000).

³⁰² Nascido no Brasil, era diplomado em engenharia civil pela Academia Politécnica, foi professor ordinário da Faculdade Técnica da Universidade do Porto e lente do Instituto Industrial e Comercial do Porto (Costa et. al., 2009).

³⁰³ Informação obtida junto do arqueólogo do Museu Municipal da Póvoa de Varzim, José M. Flores Gomes, a quem agradecemos as várias informações disponibilizadas e o envio de fotografias de objectos da colecção que pertencera ao Padre Brenha.

terá integrado o Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, onde ainda hoje se encontram identificados alguns objectos (Carneiro & Gomes, 1997: 7)³⁰⁴.



Ilustração 30 – Machado de bronze que pertenceu à colecção arqueológica do Padre José Isidro Brenha

Objecto incorporado nas colecções do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim (Cota ARA 120). Imagem gentilmente cedida por José Manuel Flores Gomes, arqueólogo do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim.

O Padre José Rafael Rodrigues criou igualmente um espaço museológico, cujas colecções hoje podem ser, em parte, visitadas no Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real³⁰⁵ e, como veremos, no Museu Nacional de Arqueologia. O seu museu particular foi inicialmente criado na sua residência pessoal, numa sala com 25m², onde se expunham, à semelhança do museu do Padre Brenha, os vários interesses científicos do seu criador. José Rafael Rodrigues mostrava, intercalados com o mobiliário de uso pessoal, animais empalhados – fauna autóctone e aves –, carapaças de tartaruga, peles de cobra, uma enorme mandíbula de baleia, fósseis, amostras de rochas, minerais e também metais preciosos organizados em pequenas caixas e acondicionados com algodão³⁰⁶. A colecção incluía também os objectos que foi descobrindo nas explorações das antas do Alvão e outros que recolhia avulsamente. No seu museu tinha representada a «genealogia dos habitantes primitivos» do perímetro do concelho de Vila Pouca de Aguiar, desde os tempos pré-históricos até aos romanos, os árabes e os portugueses

³⁰⁴ As colecções do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim integram quatro objectos em bronze que pertenceram à colecção arqueológica do Padre José Izidro Brenha. Estão identificados com as cotas ARA 120, ARA 121, ARA 122, ARA 123. Segundo José M. Flores Gomes, poderão existir no museu algumas cerâmicas arqueológicas também provenientes da colecção do Padre Brenha mas não existem registos que o comprovem.

³⁰⁵ 'Museu Raphael: abordagem prévia'. Texto inédito de João Ribeiro da Silva...

³⁰⁶ 'Museu Raphael: abordagem prévia'. Texto inédito de João Ribeiro da Silva...

(Rodrigues, 1895j). Parte destes objectos podem hoje ser vistos no Museu Nacional de Arqueologia, instituição que na época desenvolvia vários esforços para ter representado nas suas colecções os objectos representativos da arqueologia nacional, inclusivamente os objectos singulares encontrados pelos padres transmontanos. Além dos vários objectos oferecidos por José Rafael Rodrigues³⁰⁷, o museu de Lisboa viria também a adquirir a sua colecção. Alguns infortúnios pessoais terão forçado o padre natural de Telões a propor a venda dos objectos arqueológicos encontrados na Serra do Alvão ao Museu Etnológico Português. Esta decisão, e a proposta de venda, estão registadas na correspondência que dirigiu ao seu director em Dezembro de 1896³⁰⁸. Para esse efeito enviou o «Catálogo dos objectos de Archeologia que possui o museu de P.e José Raphael Rodrigues de Tellões e Soutello, Vila Pouca de Aguiar», um manuscrito com a descrição de 49 objectos e outros não discriminados, relatados como «Objectos Dispersos». Essa colecção incluía quarenta «Objectos encontrados nas Antas de Carrazedo do Alvão» e nove «Objectos Romanos e preromanos (e outros) Objectos diversos de varia procedencia e idade»³⁰⁹. A colecção foi efectivamente vendida ao museu de Lisboa que procurou obter igualmente outros objectos da mesma proveniência pertencentes à colecção de José Isidro Brenha:

«Leite de Vasconcelos tem tentado adquirir o que eu possuo de arqueologia com a obrigação de lhe ceder tudo o que *de futuro encontrre(!)*, fazendo preços convidativos, mas ...» (s/a, 1945: 7-8)

Na correspondência que o Padre José Isidro Brenha dirige a Francisco Martins Sarmento no início do ano de 1899 regista-se a divulgação dos seus mais importantes (e polémicos) achados juntamente com o registo desta insistência do director do então Museu Etnológico Português para adquirir a sua colecção arqueológica. Esta determinação aglutinadora de José Leite de Vasconcelos não era desconhecida de Martins Sarmento que reage da seguinte forma a esta informação do Padre Brenha:

«A mania do J. Leite em amontoar tudo em Lisboa precisa de correctivo; a de fazer dos outros jornaleiros do Museu lisboeta, essa pede cerquinho. Diga-lhe que o «Museu Brenha» não está para o aturar.» (s/a, 1945: 9)

³⁰⁷ Cf. Vasconcelos, 1896g: 142; Vasconcelos, 1896h: 246-247; Vasconcelos, 1917b: 164-165.

³⁰⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de José Rafael Rodrigues, 3 Dez. 1896, cota: 2944-20035; 11 Dez. 1896, cota: 2944-20036+A-B.

³⁰⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de José Rafael Rodrigues, 11 Dez. 1896, cota: 2944-20036+A-B.

José Leite de Vasconcelos procuraria incorporar no «seu» museu o «enigmático mobiliário funerário» encontrado sobretudo nas explorações realizadas em Chã das Arcas, onde os Padres Brenha e Rodrigues se depararam com um conjunto de dolmens «ainda envoltos pela mamôa, cobertos com a mesa e intactos» (Brenha, s/d: 694) onde surgiu um polémico conjunto de objectos, parte deles noticiados em 1896 por Rafael Rodrigues no artigo «Mais um passo na arqueologia» (Rodrigues, 1896). José Leite de Vasconcelos registou a importância deste espólio na obra *Religiões da Lusitânia*, destacando que os objectos encontrados pelos padres transmontanos constituíam «uma das poucas representações zoomórficas da nossa arte neolítica» (Vasconcelos, 1897d: 342-343).

Conhecemos com maior detalhe a colecção de objectos encontrados na Serra do Alvão através da revista *Portugália: materiais para o estudo do povo português* onde a totalidade dos objectos encontrados pelos padres transmontanos são descritos nas seguintes tipologias: alguns objectos de sílex, numerosos machados ou *hachas*, alguns restos de cerâmicas com sinais de cozedura, carvões, diversas pedras com covinhas, colar composto por sete pedras irregulares, objectos simbólicos em pedra ou barro com orifício de suspensão ou sem ele, um amuleto em osso, pedras com símbolos do sol, ossos possivelmente humanos, pedras com representações de cenas da vida primitiva (caça), pedras com representações zoomórficas ou antropomórficas e pedras com sinais gráficos (Brenha, 1903: 691-706). São enumerados também os grupos de dolmens existentes no concelho de Vila Pouca de Aguiar e as suas particularidades, caracterizados os seus locais de implantação e apontadas algumas prováveis características dos povos construtores. No mesmo texto o Padre José Brenha descreve o grupo de dez dolmens de Chã das Arcas, onde no oitavo monumento encontraram o espólio «mais extraordinário» das suas investigações (Brenha, 1903: 696). Registou-se que este monumento poderia constituir «um templo ou sacrário onde a tribo depositara e guardara tudo aquillo que respeitava e adorava e continha as tradições dos seus antepassados» e não um monumento funerário (Brenha, 1903: 697):

«Encontramos n'este dolmen: amuletos de pequenas pedras em fôrma de amendoa, de mitra, de dente, de coração, etc.; amuletos de pedra furados, em fôrma de raspadeiras, machados, triangulos, tendo diferentes desenhos d'animaes e scenas da vida primitiva; 7 pequenas pedras irregulares, furadas, e encontradas juntas em fôrma de collar, tendo os orifícios cheios d'uma substância negra e unctuosa que poderia ter sido uma tira de couro; 12

pedras globulares, tendo só d'hum lado, ou d'ambos, uma cova ao centro donde partem raios divergentes e havendo em algumas um sulco em volta onde facilmente se ataria um fio para suspensão; 10 pedras zoomórficas; 4 bustos de mulher; uma pequena pyramide triangular tendo de dous lados uma cova com raios divergentes e dos outros a cara d'um animal; 15 pedras, algumas grandes, com desenho d'animaes e cenas venatórias; uma pedra que denominamos “Arca de Noé”, tendo nove animaes desenhados; uma pequena pedra com traços (caracteres?); 2 grandes amuletos furados, aguçados em raspadores, com inscripções, tendo um deles o simbolo do sol; matérias corantes diversas.» (Brenha, 1903: 697).

Do artigo do Padre Brenha faziam parte quinze estampas com a representação de 78 objectos reproduzidos sob a supervisão de Ricardo Severo, que registou detalhadamente no artigo seguinte os processos de reprodução gráfica utilizados num assunto que «reclama todo o rigor de analyse e sobretudo a maxima isenção de juízo» (Severo, 1903: 707). Apesar de registar «a probidade indubitável dos dois meritórios investigadores», a reserva que suscitaram alguns objectos descobertos por José Brenha e José Rafael Rodrigues – as figuras zoomórficas e antropomórficas em pedra e sobretudo as pedras gravadas com símbolos alfabéticos – terá justificado a inclusão do artigo «Commentario ao espólio dos Dolmens do Concelho de Villa Pouca d'Aguiar» (Severo, 1903: 707-750) logo nas páginas seguintes da mesma revista, *Portugália*. Apoiado em diversa bibliografia científica da época³¹⁰, nacional e sobretudo internacional, Ricardo Severo analisou a colecção de objectos que classificou em sete categorias. Além do grupo que integra os utensílios neolíticos que não lhe suscitam quaisquer dúvidas, considera os «Objectos amuletoformes», as «Esculturas zoomórficas», as «Esculturas antropomórficas», «Insculturas – Desenhos», «Insculturas – pedras com covinhas» e os «Caracteres alfabéticoformes». Para vários dos objectos em causa o autor não encontrou espécimes paralelos de equiparação, mas não encerrou o assunto como sendo uma possível fraude, como mais tarde foi classificado este achado efectuado em Chã das Arcas, Alvão.

³¹⁰ Cita diversos trabalhos portugueses: F. Simões, J. L. Vasconcelos, Estácio da Veiga, Nery Delgado; predominam as citações de autores estrangeiros, nomeadamente de G. Mortillet, J. Lubbock, S. Reinach, E. Cartailhac, J. Worsae, J. de Baye, H. Schiellmann, Flinders Petrie, entre outros.



Ilustração 31 – Estátua de guerreiro lusitano

Adquirida para o Museu Etnológico através da intermediação do Padre José Rafael Rodrigues. Foi encontrada perto da povoação de Capeludos, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, junto às ruínas de um *oppidum* (Vasconcelos, 1902c: 23). Esta fotografia, dos arquivos do MNA, foi recentemente divulgada n’*O Arqueólogo Português* por Livia Cristina Coito (Coito, 2003: 346). O guerreiro lusitano representado nesta imagem é mais um dos objectos da exposição *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*.

Efectivamente, a colecção arqueológica dos padres transmontanos foi ao longo das décadas seguintes valorizada ou desafamada por alguns investigadores³¹¹. António Augusto

³¹¹ Mendes Correia registou o ambiente hostil que enfrentaram alguns investigadores portugueses quando apresentaram num congresso internacional as descobertas da Serra do Alvão como suporte da suposição da existência de um alfabeto neolítico no ocidente europeu: «Apenas alguns ingleses lhe deram a sua solidariedade nesse debate. A opinião dominante

Mendes Correia³¹² (1888-1960), que não duvidava da autenticidade dos objectos do Alvão (Correia, 1928a), utilizou esta colecção para defender o superior nível cultural das populações construtoras dos monumentos megalíticos (Fabião, 1996), a quem se atribuía o primeiro alfabeto, de origem ocidental, depois difundido para o Leste.

Esta colecção constituída pelos padres Brenha e Rodrigues adquiriu nova projecção com o aparecimento de achados semelhantes em Glazel (França) em 1924, que o próprio Mendes Correia debateu no Congresso Internacional de Antropologia de Amesterdão, em Setembro de 1927 (Matos, 2012: 128). Novamente surgiam no mundo ocidental indícios da existência de uma escrita alfabética que remetia para a época neolítica (5000 a.C. – 2500/1800 a.C.), quando o alfabeto fenício deveria remontar a 1200 a.C.³¹³. Por sugestão de Mendes Correia foi nomeada uma comissão internacional que deveria pronunciar-se sobre a autenticidade da estação arqueológica francesa, emitindo contudo um relatório pouco esclarecedor (Cardozo, 1927: 181). Também em relação ao espólio do Alvão, que adquiriu nova projecção internacional, as opiniões divergiam entre a comunidade científica. Exceptuando os que consideravam uma fraude, vários investigadores atribuíram aos objectos do Alvão uma cronologia neolítica, outros atribuíram os mesmos ao Neo-Eneolítico, à Idade do Bronze ou à Idade do Ferro. Parte destes cientistas considerou os objectos e as inscrições contemporâneas do dolmen, e uma outra parte atribuiu-os a uma época posterior, como Mendes Correia que defendia uma cronologia de inícios da segunda Idade do Ferro. Camille Julian (1859-1933) estendia ainda mais as suas origens e atribuía os objectos à época romana, justificando a reutilização do monumento como local de feitiçaria (Correia, 1933: 5). Décadas depois alguns investigadores, como Manuel Heleno, apresentaram os achados das antas do Alvão como fraude (Cardoso, 2013: 138), tal como são tendencialmente entendidos na actualidade pela comunidade arqueológica (Fabião, 1996: 95; Abreu & Sá, 2000).

Apesar das polémicas que colocam em dúvida a veracidade de parte da colecção arqueológica recolhida pelos padres transmontanos, sobretudo os objectos que indicam a existência de uma escrita alfabética neolítica, as suas investigações constituem na actualidade

era a de que os nossos investigadores tinham sido vítimas ingénuas duma grosseira mistificação. Alfabeto e animais quaternários do Alvão – era tudo falso. Pôs-se um ponto final no assunto. Deixou-se, quasi por completo, de falar no caso. Fez-se um silêncio funéreo...» (Correia, 1926?: 2). A ausência de referências neste trabalho não nos permitiu, até à presente data, identificar o congresso onde teria ocorrido a mencionada apresentação.

³¹² António Augusto Esteves Mendes Correia foi professor Catedrático da Universidade do Porto e entre as múltiplas investigações que desenvolveu fundou também a *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (1918). Veja-se a recente tese de doutoramento de Patricia Ferraz de Matos (2012); sobre as suas investigações arqueológicas veja-se os seguintes autores: Oliveira, 1999; Cardoso, 1999; Martins, 2011.

³¹³ *Moderna Enciclopédia Universal*, Vol. 3, p. 187.

os únicos elementos de suporte a pesquisas sobre o megalitismo na Serra do Alvão. É valorizada a bibliografia e cartografia produzida pelos padres transmontanos e também a colecção arqueológica proveniente dos seus trabalhos de escavação, mesmo os controversos objectos com as figurações «idoliformes» e representação de «símbolos alfabetiformes». O arqueólogo Domingos Jesus da Cruz registou que partindo «dessa antiga bibliografia, e do mapa publicado por Rafael Rodrigues em 'O Archeologo Português' ainda que bastante impreciso e de difícil interpretação, é possível definir as principais áreas de implantação dos monumentos megalíticos [...] a considerar num trabalho de prospecção» (Cruz, 1985: 398). Durante a década de oitenta do século XX Domingos Cruz desenvolveu trabalhos de levantamento arqueológico na região promovidos pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, do Instituto Português do Património Cultural (Batata *et. al.*, 2008: 11) e registava a imensa destruição ocorrida nos dolmens identificados no século XIX pelos padres Brenha e Rodrigues. Depois das suas intervenções de finais do século XIX muitos monumentos foram destruídos pelos rebuscadores de tesouros ou para reutilização das suas lajes em construções diversas. Apesar de classificados em 1910 como monumentos nacionais pelo Estado Português, muitos foram posteriormente destruídos no âmbito da campanha estatal de aproveitamento agrícola desenvolvida pela Junta de Colonização Interna, que iniciou na década de 40 «uma sistemática acção destruidora dos vestígios arqueológicos ali existentes» (Cruz, 1985: 396).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelos padres José Isidro Brenha e José Rafael Rodrigues, mesmo envolvidos em polémica e desconsiderados pela comunidade arqueológica que os associa a um caso de fraude, constituem ainda actualmente uma fonte para as actuais investigações na região. Muitos trabalhos desenvolvidos por outros pioneiros análogos das práticas arqueológicas em Portugal constituem fontes indispensáveis para os trabalhos científicos da contemporaneidade. As primeiras referências bibliográficas sobre monumentos e sítios arqueológicos portugueses são da responsabilidade de actores com perfil semelhante aos padres que abordámos neste capítulo. Não conseguimos, notoriamente, ser exaustivos na recompilação do seu percurso biográfico ou no percurso das colecções arqueológicas que formaram. Muita informação perdeu-se, alguma existe localmente, junto de familiares ou nas instituições que receberam parte do seu espólio documental ou arqueológico. Vários museus, como o Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, não registaram, no momento da incorporação das suas colecções, os objectos que lhes pertenceram e, por isso, não existe possibilidade de registar os sobreviventes objectos que integraram as suas colecções, nem de os

considerar no âmbito de actuais investigações científicas³¹⁴. As deficiências de pesquisa do motor de busca MatrizNet, que já referenciámos neste trabalho, não permitiram igualmente identificar neste catálogo a colecção que José Rafael Rodrigues vendeu ao Museu Nacional de Arqueologia em 1896³¹⁵.

A historiografia portuguesa não tem valorizado, salvo algumas excepções³¹⁶, o seu contributo para o desenvolvimento científico. Contudo, se analisarmos as publicações científicas dos arqueólogos que na actualidade desenvolvem trabalho de investigação arqueológica em Portugal veremos referenciados no historial dos sítios que intervencionam os nomes destes pioneiros, sejam os Padres José Rafael Rodrigues, José Isidro Brenha ou muitos outros que no século XIX e inícios do século XX encetaram as práticas arqueológicas em múltiplos sítios distribuídos pelo território nacional. Essas suas práticas constituem um recurso informativo – uma fonte – sobre os vestígios arqueológicos há dezenas ou mesmo centenas de anos atrás, numa época anterior às progressivas alterações provocadas pela gradual mecanização agrícola ou outras intervenções na paisagem rural ou urbana. Os objectos que coleccionaram, sejam verdadeiros ou forjados, podem ser entendidos como artefactos históricos (Lopes, 2010) que materializam e testemunham os contextos em que foram considerados pelas várias comunidades científicas ao longo do tempo. Assim, consideramos que devem ser entendidos enquanto portadores de interesses cruzados dos vários actores que intersectaram o seu percurso e, tal como defendem Star e Griesemer, devem ser analisados numa perspectiva que não pressuponha a primazia epistemológica de uma das partes mas antes a compreensão de todo o processo (Star & Griesemer, 1989: 389), mesmo do processo que conduziu à sua falsificação, se for esse o caso.

³¹⁴ Domingos Cruz refere que o espólio exumado por Rafael Rodrigues, José Brenha e Henrique Botelho foi distribuído por vários museus – «[...] de Póvoa do Varzim, Museu de Antropologia “Dr. Mendes Correa”, Arquivo Distrital de Vila Real e Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, sem qualquer identificação, na maior parte dos casos, torna-o inútil a uma investigação séria[...]» (Cruz, 1985: 403)

³¹⁵ Uma questão que retomaremos no subcapítulo 5.3.

³¹⁶ O trabalho de Francisco Sande Lemos sobre Leite de Vasconcelos e a Arqueologia transmontana, onde destaca a rede de correspondentes do director do Museu Etnológico Português, valoriza a cooperação de vários actores desta província com o crescimento das colecções do MNA, nomeadamente os padres Rafael Rodrigues e José Brenha; por lapso o autor distinguiu José Rafael Rodrigues de José Joaquim Rodrigues Costa, quando correspondem à mesma pessoa, conforme se esclarece na nota 278 (Lemos, 2001: 13-28).

4. UMA COLECÇÃO DE COLECÇÕES E UM 'MAPA ARQUEOLÓGICO' NACIONAL, EM LISBOA

As colecções arqueológicas que actualmente integram o Museu Nacional de Arqueologia devem bastante, como já referimos e este trabalho tem demonstrado, às práticas de um conjunto de indivíduos interessados pelas manifestações culturais do seu passado e detentores de uma posição socioeconómica e cultural que lhes permitia dedicar tempo livre a leituras especializadas, à identificação de estruturas arqueológicas, a escavações, ao registo de tradições populares e à recolha e coleccionismo de objectos. Eram habitualmente detentores de formação superior na área da medicina, das ciências naturais ou do direito, alguns foram militares, alguns engenheiros, outros padres, professores primários e muitos proprietários e agricultores. Parte destes indivíduos estabeleceram relações com outros interessados, integrando redes de circulação de informação, de publicações e objectos. Uma das mais importantes redes estabelecidas em Portugal durante a segunda metade do século XIX foi instituída por Francisco Martins Sarmiento (ver subcapítulo 5.1) que, sediado na cidade de Guimarães, procurava conhecer as origens étnicas do povo português com base na formação de uma colecção de objectos provenientes das escavações arqueológicas que realizava nas suas propriedades (Martins, 1995: 4). Estabeleceu contactos com um conjunto de indivíduos interessados na mesma temática e percorreu o território do Douro e do Minho onde procurava incitar outros indivíduos, nomeadamente os padres locais, a interessar-se pelos mesmos assuntos para poder beneficiar dos seus conhecimentos. Integrava outras redes científicas, mais vastas, com investigadores estrangeiros, nomeadamente Emil Hübner que, por sua vez, sob o patrocínio da Academia de Ciências de Berlim, produzia uma colecção de informações sobre a epigrafia ibérica muito apoiada identicamente numa rede de informadores que com regularidade comunicavam as novas epígrafes descobertas, através de cartas, de desenhos, fotografias, decalques e publicações.

O director do museu nacional criado em 1893, com a designação inicial de Museu Etnográfico Português, foi igualmente um dos informadores do epigrafista alemão Emil

Hübner³¹⁷, integrando também a rede de Francisco Martins Sarmiento, com quem realizou as primeiras excursões arqueológicas nos arredores de Guimarães ainda enquanto estudante de medicina no Porto. Viria ele próprio, sobretudo depois da fundação do Museu Etnográfico Português, a desenvolver uma das mais vastas, senão a mais vasta, rede científica criada em Portugal para o desenvolvimento do conhecimento do ‘homem português’ (Raposo, 2006). Conjugava-se então a vontade do Estado em definir e representar uma história nacional com os interesses e as ambições pessoais de José Leite de Vasconcelos e o desejo de reconhecimento público de um conjunto de indivíduos espalhados pelo território. Foi com base na cooperação destes interessados e colecionadores que a instituição museológica, na pessoa do seu director, foi comparando e agregando dados de muitas localidades, constituindo uma colecção e um *mapa arqueológico português*.

Neste capítulo pretendemos evidenciar a importância dessa rede no processo de produção de conhecimento científico sobre o passado nacional. Centrando-nos no papel desempenhado por informadores e colecionadores locais – que conservaram, preservaram, inventariaram e recolheram objectos – verificamos que eles foram vitais para o desenvolvimento do museu mas podem também ser, como salienta Alison Petch (2004), os actores menos conhecidos da história da instituição. Através das suas práticas de recolha de informação e de objectos podem constituir-se pontes para a sua imortalidade. Tal como sucede com os colectores de campo do *Pitt Rivers Museum*, também os objectos e as informações enviadas para o mencionado museu português constituem, frequentemente, os únicos elementos que conduzem ao conhecimento de alguns indivíduos para além dos seus descendentes. Se para estes menos conhecidos actores das práticas colecionistas em Portugal as colecções podem ser vistas como uma forma de adquirir imortalidade, para outros, as colecções que formaram ou doaram são o único motivo de renome ou podem constituir ainda elementos que acrescentam novas perspectivas às biografias de outros. Tal como nos estudos de género, sexualidade e museus, ou museus e biografias, tem sido salientada a necessidade de dar maior atenção às denominadas ‘quiet forces’ (Jackson & Jones, 2007) também as colecções que compõem o actual Museu Nacional de Arqueologia reservam a memória de práticas

³¹⁷ Ver Pedro Marques, 2014.

exercidas por dezenas de actores que só pontualmente começaram a surgir na numerosa historiografia produzida sobre a instituição e as práticas científicas do seu director³¹⁸.

Um olhar direccionado para estas 'quiet forces' e para o seu contributo permite verificar como José Leite de Vasconcelos, a residir e a exercer a sua profissão de director museológico na capital portuguesa, beneficiava das práticas de diversos actores para representar nas suas colecções todo o território nacional. Efectivamente, expedidos de todos os pontos do país, chegavam ao museu através de correspondência, informações diversas sobre a localização de estruturas arqueológicas, desenhos e fotografias de objectos ou de monumentos, decalques de moedas e de inscrições, mapas com a localização de estruturas e, enviados pelo comboio, objectos arqueológicos de maiores ou menores dimensões. Estes materiais eram inicialmente encaminhados para a Academia de Ciências de Lisboa, onde o museu ocupou uma sala provisória, passando progressivamente a sediar-se numa outra sala e num claustro na mesma Academia (Vasconcelos, 1915: 150). Em grande parte devido ao contributo desses coleccionadores e informadores locais, as numerosas colecções da instituição foram transferidas, passados poucos anos, em 1900, para a ala meridional do Mosteiro dos Jerónimos, «que breve se revelou insuficiente, pelo que foi necessário construir uma grande casa anexa, onde se acomodaram as secções neolítica, estrangeira, egípcia, de etnografia portuguesa, comparativa e ultramarina» (Machado, 1964: 225).

Um importante instrumento para o desenvolvimento das crescentes colecções da instituição foi a revista criada pelo Museu em 1895, *O Archeólogo Português*. O seu director concebeu uma publicação mensal ilustrada e com um preço acessível para facilitar, como refere, «a propaganda das sciencias archeologicas entre nós». Para ser bem-sucedido no seu projecto, estudar e representar o *homem português*, José Leite de Vasconcelos necessitava publicitá-lo e necessitava também de uma grande quantidade de provas empíricas. Era fundamental conseguir aproximar-se do movimento dos numerosos coleccionadores privados espalhados pelo território. Registou então a importância de fomentar «relações litterárias entre os diversos individuos que, ou por interesse

³¹⁸ Vejam-se as publicações de Francisco Sande Lemos (Lemos, 2001, 2008), de João Luís Cardoso (Cardoso, 2014); de Maria José Gonçalves e Mostafa Zekri (Gonçalves & Zekri, 2008) e Joaquim Roque Abrantes (Abrantes, 2008); também Livia Cristina Coito, bibliotecária responsável do MNA e investigadora, tem destacado na secção «Documentos para a História do MNA» da revista *O Archeologo Português* (Série IV) o processo de incorporação de alguns objectos e colecções particulares que conferem visibilidade a alguns actores que cooperaram com o enriquecimento das colecções da instituição (Coito, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007).

científico, ou por mera curiosidade, se occupam das nossas antigualhas», pondo à sua disposição «um jornal especial, onde se tornem conhecidos do público, por meio de estampas e descrições, os objectos que possuírem, e dêem informações das estações archeologicas e monumentos de que tiverem conhecimento». O director do Museu Etnográfico Português não aspirava publicar nesta revista «longas dissertações» mas antes «recolher noticias avulsas [...] das nossas antiguidades, de modo que, ao cabo de alguns annos, esteja nelle um repositório excelente de elementos para o conhecimento da nossa história» (Vasconcelos, 1895f). Um repositório que o próprio Leite de Vasconcelos utilizaria para os seus estudos.

Foi através desta publicação periódica que solicitou «a todas as pessoas, que estiverem no caso de corresponder aos fins a que se propõe, que lhe enviem apontamentos de archeologia, acompanhados, sempre que isso for possível, de desenhos ou photographias, com a indicação das dimensões dos objectos». Dirigiu-se em especial aos coleccionadores privados:

«No nosso país abundam os colleccionadores de moedas e de antigualhas, uns por paixão ou recreio, outros por necessidade scientifica, - todos com intuito meritório, porque é sempre bom entreter o espirito com as cousas susceptíveis de o ilustrar e de o nobilitar: O Archeólogo acolheria de bom grado uma descripção sumária de cada uma das collecções, com o que ao mesmo tempo se tornariam do domínio público cousas ainda ignoradas, e se preparariam os materiais para um dia se escrever por inteiro a história da nossa Numismática e da nossa archeologia.» (Vasconcelos, 1897b)

Ao conhecer as colecções destes «estudiosos», como igualmente designa os coleccionadores, procurou obter alguns dos objectos que possuíam ou mesmo as suas colecções. Em contrapartida divulgava a sua generosidade nas páginas da publicação e procurava capacitar os interessados para a identificação de um maior número de estruturas e de objectos archeológicos. Com esse objectivo publicou textos instrutivos sobre archeologia, forneceu indicações bibliográficas que poderiam «servir de instrução aos estudiosos» e inseriu uma secção de *Notícias Varias e Perguntas*. Na primeira secção da revista *O Archeologo Português - Notícias Varias* - são comuns as notícias transcritas de jornais portugueses sobre achados archeológicos, bem como apelos à conservação do

património e informações sobre actividades em curso implementadas por museus, sociedades ou institutos. Na secção *Perguntas* solicitava-se informações sobre características ou detalhes específicos relativos a ruínas ou monumentos, fornecendo também esclarecimentos sobre questões formuladas pelos assinantes. Era necessário, pois, fornecer instrução pública sobre o assunto para que «[...] depois de competentemente reunidas estas variadas e fragmentadas parcelas da actividade dos nossos maiores, deixadas através dos séculos pelas gerações que vão passando, se poderá conhecer e apreciar por completo a história e a civilização portuguesas: e quanto mais profundo fôr esse conhecimento, tanto mais solidamente se radicará no coração do nosso povo o sentimento da nacionalidade» (Vasconcelos, 1895f). Nesta «conjuntura de defesa dos valores pátrios» (Encarnação, 1993-1994), Leite de Vasconcelos aliava à mensagem veiculada pela publicação periódica do museu a realização de numerosas excursões arqueológicas efectuadas durante os fins-de-semana, dias feriados e férias. Nestas ocasiões fortalecia os contactos com coleccionadores e outros interessados locais que lhe proporcionavam autorização para a realização de escavações nas suas propriedades e lhe ofereciam objectos arqueológicos que possuíam ou cuja localização já conheciam. Visitava igualmente as numerosas colecções particulares espalhadas pelas várias províncias portuguesas. Estas excursões eram igualmente noticiadas nas páginas d'*O Archeologo Português*, um excelente arquivo de informações sobre estes actores locais que adquiriam legitimidade e apoio para desenvolver as suas colecções e notoriedade nacional através da publicitação do seu nome em jornais nacionais e revistas científicas como a editada pelo museu dirigido por L. de Vasconcelos.

Foi com base nos textos publicados nesta revista que Francisco Sande Lemos salientou os contornos e o contexto histórico da rede de comunicação que José Leite de Vasconcelos estabeleceu com diversos actores de Trás-os-Montes (Lemos, 2001) e da região do Minho (Lemos & Nunes, 2008), salientando a necessidade de um programa de investigação específico, que considerasse também notícias dispersas na imprensa local com a leitura da correspondência que é dirigida ao director do Museu Etnológico. Nesta tese vamos ao encontro destas premissas delineadas por Sande Lemos, acrescentando a correspondência de e para outros actores, outra documentação de arquivos locais e nacionais e atendemos ao percurso dos objectos que hoje integram as colecções dos principais museus portugueses. Esta metodologia tem permitido ao longo desta tese identificar várias redes de práticas científicas ligadas à arqueologia e ao coleccionismo de objectos arqueológicos, identificando actores que contribuíram para o desenvolvimento de colecções públicas e privadas, para a criação de museus locais e regionais de

Norte a Sul do país e fundamentalmente para o desenvolvimento do conhecimento. Similarmente, no caso da rede de cooperação que apoia o crescimento das colecções do museu nacional dirigido por Leite de Vasconcelos, apresentamos neste capítulo apenas alguns exemplos dos numerosos actores representados nas colecções da instituição e que integraram a criação de uma colecção e de um mapa arqueológico nacional.

As primeiras diligências tomadas para criar essa colecção e mapear no território nacional a ocorrência de vestígios de antiga ocupação humana remontam à década de oitenta do século XIX por iniciativa de José Leite de Vasconcelos. Este médico, formado no Porto em 1886, exerceu por um breve período essa sua profissão vindo a assumir o cargo de conservador e professor de Numismática da Biblioteca de Lisboa. Recorde-se que durante o exercício deste cargo desenvolveu uma colecção particular de etnografia e arqueologia e o interesse pelas religiões primitivas de Portugal, formando igualmente uma colecção de epígrafes e de ex-votos provenientes do santuário do Endovélico (Alandroal, Alentejo) (Fabião, 2008: 100)³¹⁹. Foi em 1890 que Leite de Vasconcelos trouxe para Lisboa várias dezenas de objectos provenientes deste local arqueológico (Schattner *et al.*, 2013: 70) na sequência da sua deslocação à vila do Alandroal e da obtenção de autorização para arrancar de uma ermida em ruínas «todas as lápides lusitano-romanas que lá havia» (Vasconcelos, 1905a: 120). A formação desta colecção, formada por «aras, cippos e tabulas com inscrições, mas também esculturas, restos architectónicos, etc», resultou da obtenção da autorização do proprietário do local onde se encontrava a ermida e foi financiada pelo Governo, na sequência da aprovação do Inspector-Geral das Bibliotecas e Arquivos, António Ennes, superiormente autorizado pelo Director Geral da Instrução Pública, António Maria de Amorim, e pelo Ministro do Reino, António de Serpa (Vasconcelos, 1905a: 120). Estes objectos foram recolhidos na Biblioteca Nacional até ser criado o Museu Etnográfico Português pelo decreto de 20 de Dezembro de 1893. Este museu contou então com a colecção conservada na Biblioteca Nacional, com a colecção particular de Leite de Vasconcelos e com a colecção que outrora tivera a designação de *Museu Archeologico do Algarve*, uma parte conservada na Academia Real de Belas Artes, uma outra na residência da viúva de Estácio da Veiga no Algarve e ainda uma outra parte na residência de Lisboa (Vasconcelos, 1903: 157). José Leite de Vasconcelos terá tomado conhecimento da intenção de venda desta colecção particular através do seu primo Jaime Pereira de Melo, que lhe escreve sobre o assunto em 13 de Março de 1893

³¹⁹ Aspectos que já salientámos no capítulo 3.1. «Se eu [padre j. Espanca] não fora dedicado aos estudos archeologicos, perder-se-hia o cippo agora descoberto»

(Coito, 2004: 491). O primeiro ofício inscrito no «Registo de correspondência expedida» do Museu Etnográfico Português, com data de 10 de Janeiro de 1894, é precisamente um pedido de concessão de 70.000 réis para suportar a sua deslocação ao Algarve e o transporte dos objectos que pertenciam à colecção particular de Estácio da Veiga (Coito, 2004: 503).

O museu foi aumentando as suas colecções em grande parte devido ao progressivo estabelecimento de uma rede de comunicação de conhecimento disseminada por todo o território nacional e à ambição do seu director de incorporar todas as colecções e objectos disponíveis: objectos arqueológicos, etnológicos e documentação histórica diversa. Cruzando as várias fontes, procuramos nos próximos subcapítulos conferir visibilidade a uma parte dos informadores e coleccionadores que integraram essa rede e ao seu importante contributo para o desenvolvimento desta instituição museológica. Ressaltamos que os actores que assumem o protagonismo das próximas páginas não foram os únicos envolvidos nestas práticas arqueológicas, antes pelo contrário, identificámos ao longo deste trabalho um número muito maior de informadores e coleccionadores com o mesmo tipo de perfil intelectual e socioeconómico que colaboraram de modo idêntico com o desenvolvimento das colecções do museu sediado em Lisboa. Através dos nomes enunciados pretendemos representar essas práticas científicas, nas quais se incluem o desenvolvimento de linguagens de descrição e documentação de objectos por parte de um conjunto de actores espalhado por todo o território. Uma parte das ilustrações que apresentamos neste capítulo pretende justamente representar os vários tipos de registos produzidos localmente a partir da identificação de objectos ou locais históricos. Documentos que divulgavam conhecimentos e permitiam efectuar comparações com outros lugares e épocas.

No mapa seguinte (Ilustração 32) representam-se os lugares e localidades referenciados ao longo deste capítulo. Esses locais remetem para a cooperação de coleccionadores, informadores e colaboradores que registamos na Tabela 8 para estabelecer a respectiva correspondência. No texto identificar-se-á, maioritariamente, uma linha descritiva descendente, ou seja, começaremos por abordar os actores localizados no Norte de Portugal descendo até à região Algarvia e concluindo com um *focus* numa localidade alentejana, Ervedal, onde foi possível aceder a um maior grau de detalhe relativamente ao percurso do actor em causa.

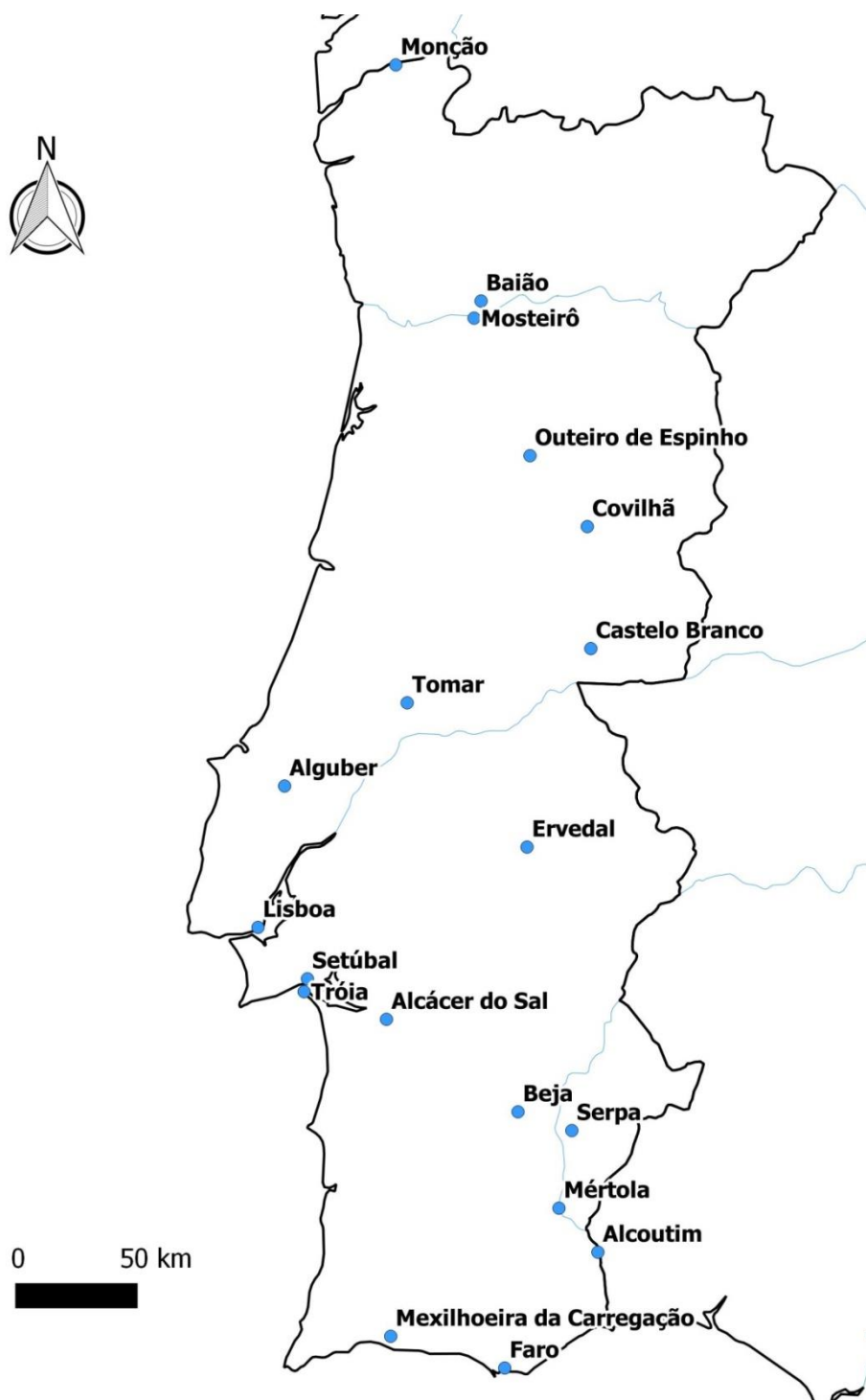


Ilustração 32 – Localização geográfica de um conjunto de actores que integrou a rede de cooperação do Museu Etnográfico/Etnológico Português entre 1893 e 1929³²⁰.

(Na tabela seguinte, Tabela 8, encontra-se a respectiva correspondência com os actores que abordaremos nos seguintes subcapítulos)

³²⁰ Agradecemos a disponibilidade de Carlos Caeiro, engenheiro geógrafo do Instituto Geográfico Português, que elaborou o mapa apresentado.

Actor	Lugar/localidade
António José de Pinho Júnior	Monção
Alexandre Cabral	Baião
Manuel Nicolau Osório Pereira Negrão	Mosteirô
Bernardo Rodrigues do Amaral	Outeiro de Espinho
Francisco Tavares Proença Júnior	Castelo Branco
António Franco	Covilhã
Alberto da Fonseca Oliveira	Covilhã
Joaquim José Collaço	Lisboa
Artur Lamas	Lisboa
José Maria das Neves Fogaça	Alguber
António da Silva Magalhães	Tomar
Arronches Junqueiro	Setúbal
Francisco Cabral de Aquino Mascarenhas	Tróia
Joaquim Correia Baptista	Alcácer do Sal
Francisco de Matos Galamba	Alcácer do Sal
Manuel António Torres	Alcoutim
João Manuel da Costa	Mértola
Francisco Galinoti	Beja
José Umbelino Palma	Beja
Francisco Ignacio Mira	Beja
José de la Feria y Ramos	Serpa
António Joaquim Júdice	Mexilhoeira da Carregação
Justino Cúmano	Faro
António Paes da Silva Marques	Ervedal

Tabela 8 – Colecionadores e informadores que cooperaram com o desenvolvimento das colecções do Museu Etnográfico/Etnológico Português entre 1893 e 1929.

4.1 «JÁ É DO MUSEU»: OBJECTOS, INFORMAÇÕES, DESENHOS E FOTOGRAFIAS DO NOROESTE DE PORTUGAL

Junto ao rio Minho, no Norte de Portugal, muito perto da fronteira com Espanha, **António José de Pinho Júnior** (1880-1960) foi um dos actores que contribuiu para o crescimento da colecção que se constituiu, formalmente, na cidade de Lisboa a partir de 1893. Os primeiros contactos deste advogado com o mencionado projecto deverão ter ocorrido em Agosto de 1903³²¹, quando António José de Pinho Júnior conheceu o director do Museu Etnológico. Encontravam-se ambos a veranejar na Quinta do Pêso, Melgaço, e a conjugação de interesses levou-os até à freguesia de Paderne, onde as populações locais identificavam uma «cidade dos Moiros, por aí terem aparecido várias antigualhas» (Vasconcelos, 1930/1931: 31). Os dois *rebuscadores de coisas velhas* – é deste modo que J. Leite de Vasconcelos se refere a António José de Pinho Júnior: «rebuscador, como eu, de cousas velhas» – identificaram então vestígios da antiga muralha de pedra e «várias antigualhas» espalhadas pelo monte, cerâmicas romanas, pedras graníticas trabalhadas e mós, obtendo através da população local informação sobre pedaços de estátuas outrora encontradas no sítio. Enquanto personalidade com influência local, dado a sua residência e profissão ser exercida em Monção, a poucos quilómetros de Melgaço, foi o advogado Pinho Júnior que intermediou as autorizações concedidas para a realização das escavações financiadas pelo museu de Lisboa no «*pinhal do Baltazar*», «na bouça de *Manuel Fernandes*, de Chaviães» e num abrigo natural onde as populações diziam ter surgido ouro (Vasconcelos, 1930/1931: 33). Depois destes primeiros contactos e investigações conjuntas, a correspondência que este futuro presidente da Câmara de Monção³²² dirigiu ao director do museu de Lisboa acusa o envio regular de objectos e uma especial atenção ao aparecimento de materiais que pudessem interessar ao programa científico e museológico dirigido por Leite de Vasconcelos. Em Setembro de 1903 enviou para Lisboa informação sobre a sua deslocação a uma freguesia denominada *Christello* porque tinha sido informado

³²¹ A correspondência mais antiga dirigida a José Leite de Vasconcelos remete para Setembro de 1903; MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, Out. 1903, cota: 2693.

³²² A memória deste cargo político ficou preservada na vila através da atribuição do seu nome a um parque, Parque Dr. António José de Pinho Júnior, recentemente requalificado. Ver *Boletim Municipal de Monção*, 19 Agosto de 2009.

do aparecimento de cacos, telhas romanas e machados de pedra. Pela mesma fonte conhecemos a sua preocupação relativamente ao património arquitectónico local:

«Em templos não há nada de notável por aqui perto, salvo a matriz de Caminha que é adorável e bem merecia uma conscienciosa restauração, que me parece dever ficar barata. Em Caminha há muitos typos de casas antigas, sobressaindo as do tipo flamejante.»³²³

Entre os vários elementos de interesse arqueológico e cultural que comunica ao director do museu de Lisboa encontra-se efectivamente a arquitectura românica da região que inventariava nas suas férias judiciais:

«Tive noticia (com vista ao nosso comum amigo Dr. Felix Alves Pereira) de que existe em Coena um templo românico. Outro inedito, suponho. Tentarei vel-o nas proximas ferias judiciais do Natal e depois verei. Com esse daz-se um lindo inventário de salvados da architectura românica no extemo norte de paiz: Melgaço (Matriz, Orada [românico-ogival] São Paio [idem] e Paderne)³²⁴ Monção (matriz e Longos Valles) e Coura, finalmente. E ainda é possível que neste *mare magnum* de incompreensão artística surja numas mãos devotas mais outro salvado. Oxalál é a espécie architectural, no meu sentir que se casa melhor com a nossa luz intensa, a românica. A ogiva pede um pouco de nevoeiro para perfurar... e é menos imponente; a gracilidade rouba a grandeza. É a minha impressão.»³²⁵

Não perdia também a oportunidade para noticiar nos jornais locais os vandalismos contra o património, nomeadamente contra a Sé de Viseu. Sobre esta questão escreveu um protesto no jornal *Commercio de Vizeu* e enviou um exemplar da notícia para o museu de Lisboa³²⁶.

Mas nos contactos entre António José de Pinho Júnior e José Leite de Vasconcelos, além de existirem referências ao património local, prevaleceram as questões arqueológicas. Este advogado, que foi também Governador Civil de Viana do Castelo³²⁷, colecionava peças

³²³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 24 Set. 1909, cota: 2693/18494.

³²⁴ Parêntesis do autor.

³²⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, Out. 1903, cota: 2693/18498.

³²⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 14 Out. 1903, cota: 2693/18497.

³²⁷ Francisco Sande Lemos e Henrique Barreto Nunes no seu artigo sobre «Leite de Vasconcelos e a Arqueologia do Minho» apresentam diversos dados biográficos sobre António José de Pinho Júnior, nomeadamente os cargos exercidos já durante a

de cerâmica antiga, nomeadamente a típica louça de Viana, entre outros objectos, como uma moeda romana, de cobre, com uma efígie imperial num dos lados e um castelo com uma legenda do outro, que comenta com Leite de Vasconcelos numa carta com data de 1903. Como não conseguia decifrar este seu objecto enviou o seu desenho para Lisboa e solicitou a cooperação do director do Museu Etnológico³²⁸.

No mesmo ano, em Novembro de 1903, preparava também o envio de uma lápide romana proveniente do «adro de Paderne»³²⁹ e comunicava que procurava adquirir por um preço razoável vários objectos provenientes de Castro Laboreiro, tendo já contactado com o proprietário dos mesmos³³⁰. Deveria tratar-se de um conjunto que incluía um machado de bronze, pedaços de outros e alguns objectos designados como «cunhas», todos encontrados num dolmen³³¹. Em 1907 enviou para Lisboa um machado que encontrou na sua Quinta da Lomba³³², uma propriedade cujas origens começou pouco depois a investigar³³³. Conseguiu enviar também para Lisboa uma estela sepulcral arcaica divulgada posteriormente nas páginas d'*O Archeologo Português*. Esse objecto, representado na ilustração seguinte (Ilustração 33), encontrava-se no adro da igreja de Paderne, uma aldeia do concelho de Melgaço, e fazia parte das lajes de granito do adro dessa igreja.

República: presidente da Câmara de Monção e Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo; dirigiu um jornal local em Monção, *O Regional*, que foi publicado entre 1901 e 1919. Colaborou também em diversas revistas, *Águia*, *Arquivo do Alto Minho*, *Mínia* e *Revista Lusitana* (Lemos & Nunes, 2008: 273).

³²⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 18 Out. 1903, cota: 2693/18499.

³²⁹ Ver Ilustração 33; MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 20 Nov. 1903, cota: 2693/18504.

³³⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 24 Nov. 1903, cota: 2693/18505.

³³¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, Out. 1903, cota: 2693/18496.

³³² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 2 Fev. 1907, cota: 2693/18523.

³³³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 9 Mar. 1907, cota: 2693/18524.



Ilustração 33 – Estela dos filhos de Compedio

Época romana (II d.C. - III d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, 994.36.1; Dimensões (cm): altura: 161; largura: 150; espessura: 16 (Fonte: MatrizNet)

Este objecto integra as colecções do Museu Nacional de Arqueologia devido à intervenção do advogado de Monção (Minho) António José de Pinho Júnior. Por sua iniciativa foi removida do adro da igreja de Paderne (Melgaço), onde servia de laje, e enviada para esta instituição museológica onde pode ser actualmente observada em exposição (*Religiões da Lusitânica: Loquuntur saxa*).

Na imagem nota-se efectivamente algum desgaste na zona da cartela epigráfica desta estela lusitano-romana que António José de Pinho Júnior transferiu do adro da igreja de Paderne para o museu de Lisboa em data ignorada, mas que deverá ser compreendida entre 1903 e 1907.

Além das cartas que dirigiu a J. Leite de Vasconcelos, dos desenhos e dos objectos que lhe enviou, remeteu igualmente para o Museu Etnológico várias fotografias. Não conseguiu documentar por este método a «gruta prehistorica da cidade» porque o fotógrafo local não a conseguiu registar, «resultara-lhe um borrón»³³⁴, mas da Cidade de Paderne enviou para Lisboa, em 19 de Outubro de 1903, dezasseis fotografias, destinadas a José Leite de Vasconcelos e também a Félix Alves Pereira³³⁵.

António José Pinho Júnior conhecia a disponibilidade financeira da instituição museológica de Lisboa para adquirir objectos em ouro e nesse sentido, durante o mesmo mês de Outubro de 1903, comunicou ter visto em casa de um ourives uma fíbula encontrada num castro próximo de S. Pedro do Sul. Enviou o seu desenho. A folha de carta onde o advogado de Monção registou estas informações possui uma nota autógrafa de José Leite de Vasconcelos que regista a aquisição do objecto: «Já é do museu»³³⁶.

O próprio advogado de Monção ofereceu objectos valiosos à mesma instituição – objectos que ele havia adquirido:

«Hoje mando-lhe a moeda romana e o anel que tinha o Monteiro, ourives, e pelo qual este pediu ao Dr. 2\$000 reis (!) Comprei-lho com outras várias coisas de ourivesaria antiga, aneis, broches, etc. alguns muito lindos, por 800 reis(!). Como o meu amigo tinha manifestado certa predilecção por elle, deixe-me oferecer-lho, com a moeda.»³³⁷

O papel bastante activo de António José de Pinho Júnior na cooperação com o Museu Etnológico Português, que vemos traduzido nos exemplos e na transcrição anterior, traduz-se igualmente pelo facto de ter constituído um interposto de terceiros, nomeadamente do juiz de Monção, que por seu intermédio ofereceu um machado e uma raspadeira.

³³⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, Out. 1903, cota: 2693/18496.

³³⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 19 Out. 1903, cota: 2693/18500.

³³⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 14 Out. 1903, cota: 2693/18497.

³³⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 30 Out. 1903, cota: 2693/18502.

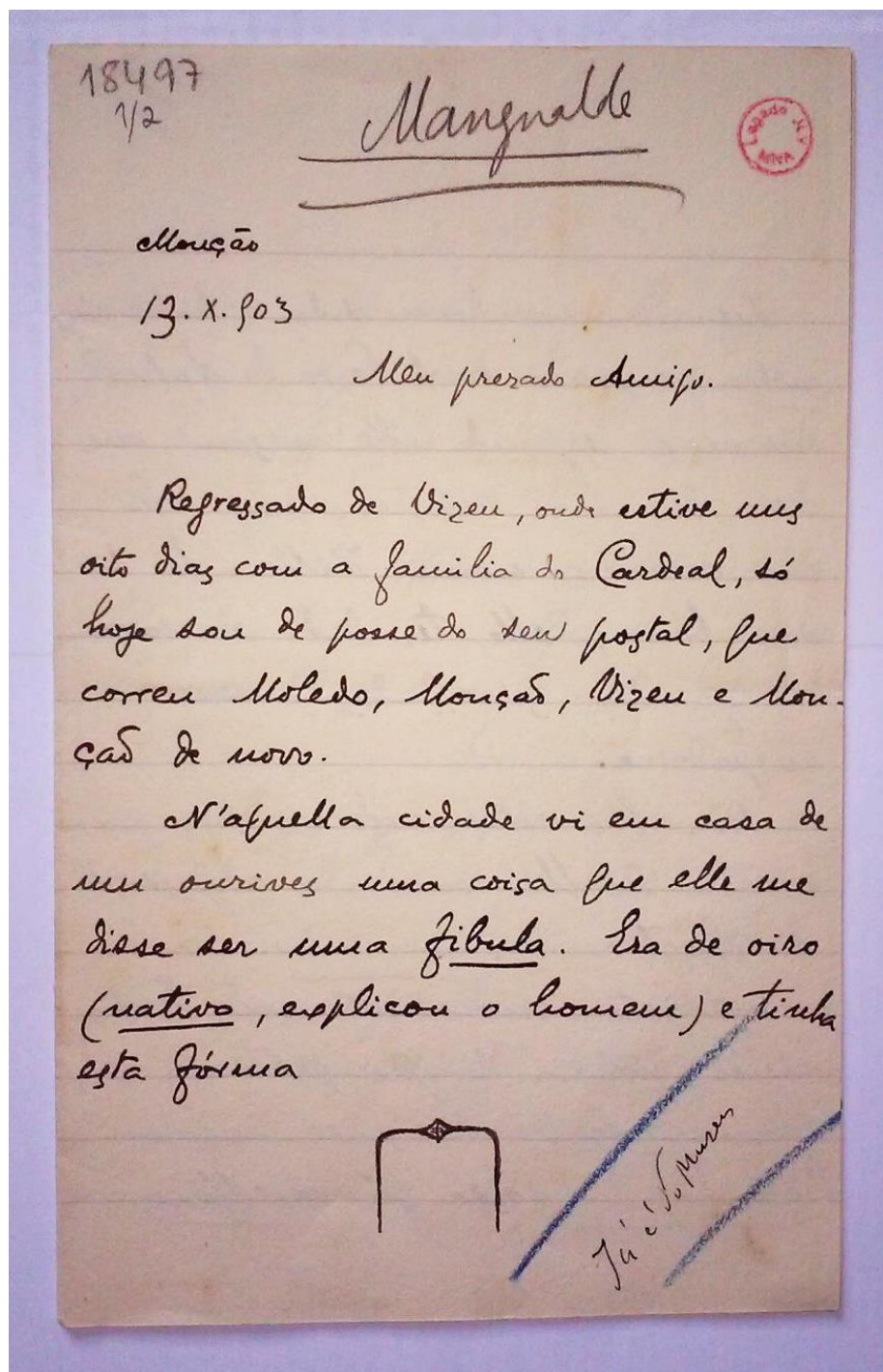


Ilustração 34 – Carta de António José de Pinho Júnior para JLV, 13 Out. 1903.

Informação da existência de uma antiga fibula em ouro à venda numa ourivesaria de Viseu; no canto inferior direito da carta encontra-se o registo de incorporação do objecto no Museu Etnológico através da anotação autógrafa de José Leite de Vasconcelos: entre dois traços azuis assinalou: «Já é do Museu».

A correspondência que Pinho Júnior dirigiu para o director do museu de Lisboa possui bastantes elementos para evidenciar o método de recolha e difusão de conhecimentos e a forma como se desenvolviam as colecções arqueológicas da instituição lisboeta. Este

advogado de Monção daí recebia publicações, algumas através de assinatura³³⁸ e outras como resultado de ofertas do director³³⁹ a quem Pinho Júnior pedia também auxílio para a aquisição de alguma bibliografia especializada³⁴⁰. Este advogado fornecia, por sua vez, apoio logístico às excursões e escavações realizadas por José Leite de Vasconcelos³⁴¹ e possuía ele próprio uma rede de contactos³⁴² que lhe permitia identificar sítios arqueológicos e materiais que interessavam ao museu, para quem localizava igualmente documentação antiga³⁴³. Este actor integrou o conjunto de indivíduos que, apesar da intensa cooperação com a investigação arqueológica da sua época, não publicou trabalhos n’O *Archeologo Português*, apesar de ser colaborador de outras publicações, nomeadamente da *Revista Lusitana*, também dirigida por Leite de Vasconcelos³⁴⁴.

Ao contrário, o contributo de **Alexandre Cabral** (....-....), de Baião, também interessado em arqueologia, traduziu-se na colaboração com a publicação periódica do museu. Respondendo aos apelos de colaboração efectuados por José Leite de Vasconcelos, enviou para *O Archeologo Português* o artigo «Manoel Negrão», dedicado ao coleccionador e possuidor de um museu particular, **Manuel Nicoláo Osorio Pereira Negrão** (....-1898). Também residente em Baião, uma vila do distrito do Porto, Manuel Negrão guardava na sua

³³⁸ Foi assinante d’O *Archeologo Português* e da *Revista Lusitana*; MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, Out. 1903, cota: 2693/18498.

³³⁹ Recebeu os números do *Arqueólogo Português* publicados em 1902 e 1903: MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, Out. 1903, cota: 2693/18496; recebeu também a oferta do segundo volume de *Religiões da Lusitânia* e a obra *Ensaio Etnográfico*: MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 6 Mar. 1906, cota: 2693/18519.

³⁴⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 20 Fev. 1904, cota: 2693/18510.

³⁴¹ O director do Museu Etnológico alojava-se em sua casa e António José de Pinho Júnior disponibilizava igualmente meios de transporte para as suas deslocações; MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 7 Set. 1903, cota: 2693/18493.

³⁴² Veja-se o seguinte excerto de uma carta enviada em Outubro de 1903: «Parece que vou ter a felicidade de lhe ser muito e muito agradável. Em Melgaço soube que não seria difícil obter os taes objectos de que lhe falou o Torres, apparecidos em Castro Laboreiro e tanto assim que me foi prometido enviar aqui, à Lomba, o respectivo dono para m’os mostrar. Segundo a descripção do meu informador trata-se de uma machado de bronze, fragmentos de outros e objectos que designa pelo nome de cunhas. Se por ventura eu não souber do que se trata e o homem for muito exigente em preço, hei-de conseguir pelo menos mandar-lhos à mostra para que eu não fique roubado. Ainda pelos mesmos informadores parece-me que o achado se deu n’um dolmen authenticico.» MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, Out. 1903, cota: 2693/1849.

³⁴³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António José Pinho Júnior, 7 Set. 1903, cota: 2693/18493; 24 Set. 1903, cota: 2693/18495.

³⁴⁴ A cooperação de Pinho Júnior com o Museu Etnológico foi já salientada, como referido, num artigo publicado em 2008 por Francisco Sande Lemos e Henrique Barreto Nunes sobre «José Leite de Vasconcelos e a arqueologia do Minho». Na sua análise sobre «o modo como funcionava a recolha e difusão das informações e dos materiais» e reconstituição da «rede de contactos disseminados por diversos concelhos da região» (Lemos & Nunes: 2008: 255) os autores basearam-se fundamentalmente, como mencionámos, na análise da revista do museu, *O Archeologo Português*, pelo que, além de vários dados biográficos, no que se reporta a arqueologia, registaram apenas a sua cooperação com as pesquisas arqueológicas na cidade de Paderne. Como vimos pelos factos atrás mencionados, ainda que esta nossa contribuição fique igualmente incompleta, por questões que se prendem com a inviabilidade de acesso a outras fontes, como os jornais locais, o seu contributo foi para além daquelas pesquisas. Poder-se-ão encontrar futuramente outras referências à sua contribuição para o desenvolvimento do conhecimento arqueológico que ajudarão a completar o quadro biográfico de um dos actores que concorreu para a formação da principal colecção arqueológica existente em Portugal.

residência, no solar de Mosteirô, uma «valiosa» colecção de arqueologia onde constavam «objectos pré-históricos e romanos, moedas portuguesas e romanas, armas, etc.», provenientes na sua maior parte do concelho onde residia e dos concelhos vizinhos (Cabral, 1895: 35), embora também colecionasse objectos de outras localidades como os instrumentos pré-históricos que obteve em Mesão Frio ou Barcarena (Vasconcelos, 1897d: 14, 15, 52). Nesta colecção salientava-se pela sua raridade um ex-voto de bronze com representações de animais e uma figuração humana, uma ara consagrada a Júpiter encontrada na própria quinta de Mosteirô e pedras sepulcrais provenientes de Cárquere (concelho de Resende). Manuel Negrão conhecia os campos circundantes e os seus vestígios arqueológicos, nomeadamente os castros que circundavam a sua propriedade e que visitava na companhia de outros indivíduos interessados em arqueologia, nomeadamente do Dr. João de Vasconcelos, de Marco de Canavezes (Cabral, 1895: 35³⁴⁵). A sensibilidade relativamente a estes antigos povoados da Idade do Cobre e da Idade do Ferro, típicos do Noroeste da Península Ibérica, devia-se muito provavelmente aos contactos deste colecionador de Baião com Francisco Martins Sarmiento, que visitou em 1884 (Vasconcelos, 1901: 20).

O director do Museu Etnológico conhecia bem a colecção de Manuel Nicoláo Osorio Pereira Negrão. Estavam ainda ligados por alguns laços de parentesco, eram primos e trocavam correspondência³⁴⁶. No conteúdo desta documentação encontram-se efectivamente referências à circulação de objectos arqueológicos de Mosteirô para Lisboa. Manuel Negrão procurou obter um machado desejado por José Leite de Vasconcelos, enviou algumas «pedras pequenas» que não discriminou e retirou da parede uma outra que enviaria para a colecção do Museu Etnológico³⁴⁷. Na mesma colecção, em Lisboa, consta um conjunto de vinte e três moedas romanas que Manuel Negrão encontrou em Gestaçô (Baião) e que ofereceu ao museu dirigido pelo seu parente (Carvalhaes, 1911: 104).

A importância dos objectos que constituíam a colecção de Manuel Negrão foi registada anos mais tarde nas páginas d'*O Archeologo Português*:

«O actual dono da quinta, meu primo Luis Negrão, neto de Manuel Negrão, conserva respeitosamente a colecção arqueológica de seu avô:

³⁴⁵ É José Leite de Vasconcelos que informa sobre a constituição desta colecção arqueológica numa nota de rodapé que acrescenta à contribuição de Alexandre Cabral publicada na revista *O Archeologo Português*.

³⁴⁶ A obra *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos, 1897-1913) é dedicada a Manuel Negrão: «Ao meu prezado primo Manoel Nicolau Osorio Pereira Negrão (Mosteirô) em penhor do muito que o meu coração lhe deve».

³⁴⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Nicolau Negrão, s.d, cota: 2390/16141, 16142, 16143.

todavia, como em Mosteirô ela pouco pode ser visitada, lembro que, se passasse para o Museu Etnológico, receberia lá não só lugar condigno, mas constituiria perdurável e glorioso monumento consagrado á memoria do seu organizador, porque o nome d'este ficar-lhe-ia junto.»
(Vasconcelos, 1917b: 157)

José Leite de Vasconcelos ambicionava juntar às restantes colecções da instituição que dirigia a colecção de Manuel Negrão e nesse sentido registou publicamente a anterior nota, explicitamente dirigida a Luís Negrão. Esta foi apenas uma das várias ocasiões em que, nas páginas d'*O Archeologo Português*, se sublinhava as vantagens destas dispersas colecções particulares integrarem o museu nacional. José Leite de Vasconcelos aliciava os coleccionadores locais com a projecção que ganhariam ao ver o seu nome associado a uma instituição que os distinguiria enquanto beneméritos, homens cultos e dedicados à ciência, recolhendo vestígios do passado que se convertia e apresentava como nacional, português.

4.2 A «MISCELANEA ARCHEOLOGICA» DO MORGADO DO OUTEIRO

Na freguesia de Espinho, no concelho de Mangualde, **Bernardo Rodrigues do Amaral** (1839-1926), conhecido localmente como o Morgado do Outeiro, ocupava os seus dias com a gestão das suas propriedades e nas horas vagas dedicava-se à caça e a algumas leituras (Vasconcelos, 1925-1926a: 225). Entre elas deveria figurar o recente jornal semanal editado em Mangualde, *O Novo Tempo: jornal da esquerda dinástica*, onde começaram a surgir notícias sobre a «Archeologia beirã» (Castro, 1889). Divulgavam-se então as escavações realizadas sob o patrocínio de Martins Sarmiento e a direcção de Alberto Osório de Castro (1868-1946)³⁴⁸ nas ruínas existentes no «sopé poente do monte da Senhora do Castelo», escavações essas que vieram a revelar um hipocausto, os muros de uma casa, uma panela com várias dezenas de moedas romanas e diversos objectos como talhas, asas de ânforas, canalizações em chumbo, mós, cerâmicas e vidros romanos. Nos números posteriores deste jornal persistiu a divulgação de várias notícias sobre os trabalhos arqueológicos de Martins Sarmiento no Minho, outras descobertas arqueológicas da Beira e também o contributo de Bernardo Rodrigues do Amaral que em Novembro de 1889 dirigiu à redacção de *O Novo Tempo* uma relação de todos os dólmenes e menires que conhecia na região (s/a, 1889a). Anunciada esta investigação na edição de 30 Novembro de 1889, a sua contribuição para o desenvolvimento do conhecimento arqueológico na região viria a ser divulgada na edição de 19 de Dezembro do mesmo ano:

«No limite da Cunha Baixa existe um dolmen muito bem conservado, junto do rio. No mesmo limite há um outro onde chamam aos Pedrais, e ali perto lembro-me de ter visto um marco de pedra muito elevado, que não sei se ainda hoje existe. No sítio do Salgueiro, limite de Vila Nova, há uma pedra com uns fojos ou pequenas covas, e aí perto têm aparecido tijolos de bordo e pedras de cantaria. Há outro no Braçais, limite do Outeiro, e perto conheço uma pedra com uma inscrição. Outro próximo do rio, na povoação da Fonte do Alcaide, no sítio da Orca. Lembro-me de outro no limite da Póvoa de Cima, e parece-me ter visto ali uma pedra com entalhes. Existiu outro dolmen no sítio da Carvalhinha, limite de

³⁴⁸ Ver capítulo 5.1 *Aquisição de objectos, colecções e sítios arqueológicos na região de entre Douro e Minho.*

Senhorim, que espedaçaram haverá 8 anos. Também há na povoação de Senhorim uma terra onde têm aparecido tijolos, e dizem que no mesmo sítio se encontram ruínas d'um castelo. Junto do rio do mesmo nome há um outro castelo, na povoação de Gandufe.»³⁴⁹

O contacto próximo com os campos permitiu ao Morgado do Outeiro, um dos maiores proprietários do concelho de Mangualde (Leal, 1890: 2284), comunicar ao redactor Alberto Osório de Castro e ao público leitor do jornal *O Novo Tempo* (1889)³⁵⁰ a existência de cinco dólmens e a destruição de um sexto monumento no sítio da Carvalhinha. Paralelamente identificava outros materiais como pedras com covinhas, com entalhes ou com inscrições, telhas romanas e ruínas de antigos castelos. O primeiro monumento megalítico referenciado por Bernardo Rodrigues do Amaral, situado no «limite da Cunha Baixa» junto ao rio, viria a constituir a «primeira exploração dolménica» realizada por José Leite de Vasconcelos em 1892, a convite de Alberto Osório de Castro (Vasconcelos, 1904c: 303). Foi nesta ocasião que o Morgado do Outeiro iniciou relações com o futuro director do Museu Etnográfico Português (Vasconcelos, 1925-1926a: 226).

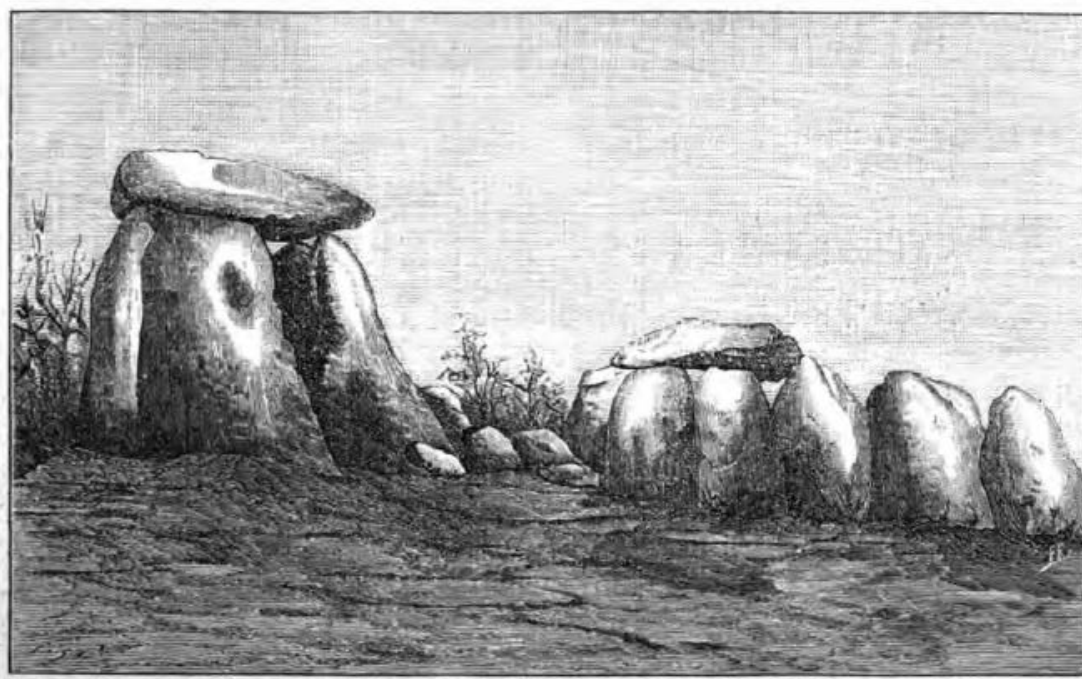


Ilustração 35 – Dolmen identificado em 1889 por Bernardo Rodrigues do Amaral.

A informação da existência deste dolmen, no sítio da Cunha Baixa, junto a um rio (concelho de Mangualde), foi divulgada, por sua iniciativa, junto do redactor do jornal local *O Novo Tempo* e viria a ser utilizada por outros actores como José Leite de Vasconcelos que escavou o monumento e efectuou também a sua divulgação. Esta

³⁴⁹ Publicado no jornal *O Novo Tempo*, de 19 de Dezembro de 1889, na notícia «Prehistoria beirão»; não possui referência de autor mas deverá ser da responsabilidade do redactor, Alberto Osório de Castro.

³⁵⁰ Ver nota de rodapé 349.

ilustração, realizada por Francisco de Almeida Moreira, aluno da Escola Politécnica de Lisboa, foi posteriormente publicada com o n.º 60 no primeiro volume da obra *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos, 1897d: 272).

Na correspondência que dirigiu posteriormente a José Leite de Vasconcelos está documentada a recolha de objectos arqueológicos, a identificação de estruturas e a localização de documentos antigos nas imediações da sua aldeia, Outeiro de Espinho, colaborando com o enriquecimento das colecções que em Lisboa ganhavam a designação de Museu Etnográfico Português (1893) e passados alguns anos Museu Etnológico Português (1897). A partir de 1895 o Morgado do Outeiro passou a ver referenciado o seu nome nas páginas da publicação periódica desse Museu, onde se registava a sua cooperação através do envio de objectos, de informações e do apoio que prestava à realização de escavações e investigações arqueológicas na sua região. Nesse mesmo ano de 1895 acolhera em sua casa, que designava como a sua «fraca choupana», José Leite de Vasconcelos e Maximiano Apolinário (1887-1936)³⁵¹, que exploraram algumas antas e recolheram os materiais que aí encontraram em vários caixotes. Em 28 de Outubro desse ano, Bernardo Rodrigues do Amaral enviava numa carta a informação de que tinha ainda ficado em sua casa «um caixote com os objectos mais rudes que se encontraram nas antas» e mencionava o pouco sucesso que obteve na identificação dos manuscritos de «Santa Roza de Viterbo»³⁵². Ao curador do Museu Etnográfico interessava-lhe localizar o *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram*³⁵³ e Bernardo Rodrigues do Amaral, que passou a constituir um dos seus intermediários locais, procurou a publicação do século XVIII junto de vários conhecidos, concluindo que o exemplar que procuravam deveria estar nas mãos do «Dr. José Ferreira» ou «Dr. João Baptista de Castro»³⁵⁴. Esta publicação interessava especialmente devido à identificação de monumentos antigos realizada por Joaquim de Santa Rosa Viterbo e também ao registo de numerosa informação compilada por este historiador em manuscritos raros e em arquivos particulares³⁵⁵.

³⁵¹ Maximiano Gabriel Apolinário foi adjunto de José Leite de Vasconcelos no Museu Etnográfico Português entre 1893 e 1896 (Cardoso, 2003: 98).

³⁵² Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) foi um religioso franciscano, membro da Academia Real das Ciências, que se dedicou à investigação histórica publicando vários trabalhos, transcrevendo vários manuscritos de arquivos públicos e privados e recolhendo informação sobre inscrições, monumentos romanos, góticos ou árabes. (GEPB, vol. 36: 464-465)

³⁵³ O título completo da obra publicada em 1798 é o seguinte: *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Publicado em benefício da litteratura portugueza, e dedicado ao Principe Nosso Senhor.*

³⁵⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 28 Out. 1895, cota: 103/582.

³⁵⁵ Este religioso franciscano transcreveu, entre outros, os manuscritos entretanto desaparecidos no século XIX do Seminário de Viseu devido a um incêndio.



Ilustração 36 – Retrato de Bernardo Rodrigues do Amaral, conhecido como o Morgado do Outeiro.
Fotografia divulgada por José Leite de Vasconcelos no artigo necrológico que publicou na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1925-1926a: 225).

O envio de colecções de objectos recolhidas por Bernardo Rodrigues do Amaral foi-se repetindo ao longo dos anos. Habitualmente formava pequenas colecções que acondicionava em caixotes e posteriormente encaminhava para a instituição que também considerava sua, usando em várias ocasiões a expressão «o nosso museu» quando dirigia correspondência ao seu director. Em 12 de Agosto de 1903 enviou a informação que remeteu dois caixotes de materiais arqueológicos. Um deles teria sido ainda resultado das últimas investigações de Maximiano Apolinário em Outeiro do Espinho e o outro o resultado das investigações de José Leite de Vasconcelos. O director do museu teria confiado a Bernardo Rodrigues do Amaral dezasseis objectos³⁵⁶ que este remeteria então para Lisboa. Noutras ocasiões enviava, como mencionámos, os objectos que ele próprio recolhia. Numa carta com data de 20 de Março de 1906 perguntava ao director do museu quando seria conveniente o envio dos materiais que ia recolhendo: «V. Ex.^a diga um dia q.^{do} devo mandar qual.q^r couza que vou arquivando»³⁵⁷.

Este lavrador do distrito de Viseu foi desenvolvendo aptidões para identificar os objectos e monumentos arqueológicos da região desde que conheceu as pesquisas de Alberto Osório de Castro, José Leite de Vasconcelos e outras divulgadas n’O *Archeologo*

³⁵⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 12 Ago. 1903, cota: 103/584

³⁵⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 20 Mar. 1906, cota: 103/589.

Português, publicação que recebia com regularidade³⁵⁸. A aprendizagem que realizara permitia-lhe identificar mós de pedra³⁵⁹, rochas com covinhas, machados de pedra, «cacos de mundanas dimensões, percutores, pêndulos e outros»³⁶⁰. Na mesma carta em que congratula José Leite de Vasconcelos pela sua participação num congresso arqueológico em Roma (1912) chamava também a sua atenção para a necessidade de realizar uma nova visita à sua região e concluir as explorações que ficaram por realizar nos locais designados Chaveiral e Lapa do Sobo³⁶¹. Efectivamente, nesse ano de 1912 Bernardo Rodrigues do Amaral ajustava com o director do museu os pormenores da sua nova deslocação à região. Na época residia em Senhorim, mas iria até Nelas para transportar J. Leite de Vasconcelos da estação dos comboios até à sua residência, onde guardava uma colecção de objectos que pretendia mostrar³⁶².

No final desse ano de 1912 comunicava a posse de uma nova colecção. Recolhera um objecto que julgava ser uma pedra de sacrifícios, mas como não tinha a certeza tinha-a reservada juntamente com «uma serra curva de sílex – dois pesos muito superiores aqueles que V. Ex.^a levou à tempos – umas mós»³⁶³. A referência a estes objectos atraiu a atenção de Leite de Vasconcelos que os sublinhou na carta de 19 de Dezembro de 1912. Anos mais tarde, em 1914, data em que enviou «três caixotes com uma micelanea archeologica», lamentava o tempo que a lavoura lhe ocupava e que não lhe permitia realizar mais pesquisas³⁶⁴.

Nas cartas que enviou para o Museu Etnológico é também muito comum a identificação de vários tipos de estruturas arqueológicas. Em 1903, ao aguardar uma nova visita de José Leite de Vasconcelos, em que manifesta disponibilidade em assegurar-lhe transporte a partir de Nelas ou da estação de Mangualde, menciona a identificação de orcas³⁶⁵ (antas) que se poderiam explorar³⁶⁶. No ano seguinte registava a existência de um «monte denominado Castro do lado de lá da ribeira D’Alva, próximo da S.^a do Desterro da Serra da Estrela»³⁶⁷. Também na região da Serra da Estrela comunicou a localização de uma

³⁵⁸ Em diversas cartas é referenciada a compilação dos vários fascículos da publicação periódica *O Archeólogo Português*: MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Roiz do Amaral, cotas: 103/579; 103/580; 103/587; 103/596; 103/608; 103/610.

³⁵⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 28 Jan. 1909, cota: 103/591.

³⁶⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, [1912], cota: 103/578.

³⁶¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, [1912], cota: 103/578.

³⁶² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 17 Mar. 1912, cota: 103/592.

³⁶³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 19 Dez. 1912, cota: 103/598.

³⁶⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 10 Ago. 1914, cota: 103/599.

³⁶⁵ Também se utilizava a denominação de dolmen, madornas ou mamounhas, conforme vemos explicitado no jornal *O Novo Tempo* (s/a, 1889).

³⁶⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 4 Fev. 1903, cota: 103/583.

³⁶⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 9 Maio 1904, cota: 103/587.

gruta, de sepulturas e telhas de rebordo³⁶⁸. Junto a Gouveia comunicou a existência de uma «ponte dos mouros que ainda está muito bem conservada» e próximo dela localizou um pedaço de uma mó, restos de telha de rebordo e algumas pedras alinhadas³⁶⁹. Dez anos mais tarde, em Agosto de 1914, comunicou a identificação de um lagar, localizado entre a Vila Ruiva e a Vila Nova, «que parece ser do tempo dos romanos», tendo no local recolhido duas mós³⁷⁰.

Viria também a constituir um mediador no processo de aquisição de um marco miliário que identificou na propriedade denominada Quinta da Ponte, pertencente a António Paes Loureiro³⁷¹. Depois da sua identificação Bernardo Rodrigues do Amaral procurou sem sucesso obter o objecto romano. Na ausência dos proprietários, a residir na América, procurou contactar um irmão residente em Mangualde e apercebendo-se que o objecto não seria oferecido pelos proprietários solicitou ao curador do museu de Lisboa a indicação de um valor a oferecer pelo miliário:

«Diga-me V. Ex.^a se quer que lhe ofereça qual quer a quantia porque é gente que talvez não dê – se não puder ser apanhar-se, não desanime V. Ex.^a porque ando no percalço d'outro»³⁷²

O entusiasmo do Morgado do Outeiro com a localização de objectos antigos e sítios arqueológicos não esmoreceu e nas cartas seguintes participou os contactos locais que foi estabelecendo:

«Por diversas vezes tenho tentado alcançar para o nosso muzeu nacional o marco miliário que V. Ex.^a sabe – vi por último que é impossível de graça – são comerciantes os donos»³⁷³

Os proprietários da Quinta da Ponte arrastaram o processo negocial e Bernardo Rodrigues do Amaral não terá conseguido intermediar a aquisição do objecto. Pediu por fim a José Leite de Vasconcelos que fosse outro intermediário a prosseguir os contactos e para isso comunicou os nomes dos proprietários e a localização do objecto:

³⁶⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 9 Maio 1904, cota: 103/587.

³⁶⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 9 Maio 1904, cota: 103/587.

³⁷⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 10 Ago. 1914, cota: 103/599.

³⁷¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 25 Fev. 1918, cota: 103/605A.

³⁷² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 25 Mai. 1917, cota: 103/603.

³⁷³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 20 Dez. 1917, cota: 103/604.

«Os donos, António Paes Loureiro reside em Mangualde, é comerciante – Casa Bizarro – e José Pais Loureiro residente em S. Thiago concelho de Mangualde. O local onde existe é uma casa que serve de palheiro denominada das talhas [?] junto à igreja de Espinho. Esta casa segundo eu penso foi construída com pedra do Castelo de Gandufe mas há séculos seu senhor foi o [...] o marco também daí saiu na mesma ocasião»³⁷⁴

A comunicação com o museu de Lisboa permaneceu até 1925, data em que menciona ter descoberto uma «lança de pedra de sílex», os alicerces de uma habitação romana – descoberta durante os trabalhos de plantação de uma vinha – e nos mesmos terrenos vários vestígios de *tegulae*, de talhas e bases de pilastras³⁷⁵. Os trinta anos de contactos com a instituição mereceram, como já referimos, várias referências na revista do Museu. A primeira das quais surgiu no ano inaugural da publicação, em 1895, quando José Leite de Vasconcelos descreveu as várias dezenas de objectos que obteve numa «excursão arqueológica» que realizou em Dezembro de 1894 na Beira Alta:

«Na aquisição de todos os objectos mencionados sob o n.º 5 prestou o Sr. Bernardino[sic] Rodrigues do Amaral, de Outeiro-de-Espinho, auxílio relevante e desinteressado ao director do Museu Etnográfico, não só indicando-lhe as referidas estações arqueológicas, e recebendo-o em sua casa, onde o tratou com toda a amabilidade e franqueza beirãs, mas acompanhando-o nas excursões e explorações realizadas nos arredores de Outeiro-de-Espinho.» (Vasconcelos, 1895g: 219)

A sua colaboração voltou a ser registada na mesma publicação no ano de 1904. Na descrição da exploração do Dólmen da Cunha Baixa, o seu autor, J. Leite de Vasconcelos, não deixa de mencionar o contributo de Bernardo Rodrigues do Amaral (Vasconcelos, 1904c), quem primeiramente comunicou a sua existência através do jornal *O Novo Tempo*, de 19 de Dezembro de 1889³⁷⁶. A exploração da Orca dos Padrões deve-se igualmente à comunicação da sua localização por Bernardo Rodrigues do Amaral (Vasconcelos, 1905c), tal como sucedeu com a Orca das Carvalhinhas, escavada em 1894 (Vasconcelos, 1905h). Em 1913 registou a oferta de um machado de pedra polida encontrado num «campo do Concelho de Nelas»

³⁷⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, s.d., cota: 103/613.

³⁷⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 18 Abril 1925, cota: 103/611.

³⁷⁶ Ver nota 349.

(Vasconcelos, 1913c: 164) e no ano seguinte o envio de «uma pedra de granito com um sulco, antiga, vinda do Outeiro do Espinho, concelho de Mangualde» (Vasconcelos, 1914a: 370), que corresponderia, provavelmente, à pedra que designara como sendo dos sacrifícios, comunicada através da carta com data de 19 de Dezembro de 1912³⁷⁷. O director do Museu Etnológico registou finalmente no artigo necrológico que incluiu no número vigésimo sétimo d'*O Archeologo Português* que a cooperação deste lavrador da Beira Alta foi muito mais ampla do que as informações registadas na mencionada revista. É também através deste artigo que conhecemos o retrato do Morgado do Outeiro (Ilustração 36), um dos múltiplos actores responsáveis pelo enriquecimento das colecções do Museu Etnológico Português e pelo conhecimento de diversos monumentos e sítios arqueológicos.

³⁷⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo Rodrigues do Amaral, 19 Dez. 1912, cota: 103/598.

4.3 COLECÇÕES E OBJECTOS DE CASTELO BRANCO E COVILHÃ

A informação sobre a existência de objectos, «estações antigas»³⁷⁸ e colecções arqueológicas particulares circulava e esses locais e colecções eram visitados por José Leite de Vasconcelos e por outros coleccionadores, mesmo que isso implicasse deslocações consideráveis. Um dos exemplos que podemos citar diz respeito ao interesse de **Francisco Tavares Proença Júnior** (1883-1916), residente em Castelo Branco, pela já mencionada colecção arqueológica preservada em Mosteirô³⁷⁹, junto ao rio Douro, por Manuel Negrão. Francisco Tavares Proença Júnior, na preparação de uma comunicação para o Congresso Pré-histórico de Autun (França)³⁸⁰, em 1907, planeava uma excursão arqueológica ao Minho para examinar os objectos que constituíam a colecção de Mosteirô, entre outros locais e colecções que pretendia visitar na região. Francisco Tavares Proença Júnior frequentara, aos 16 anos, o colégio de Arreton-Vicarage, em Inglaterra, matriculando-se depois em Direito, no ano de 1902, na Universidade de Coimbra, onde prosseguiu os estudos até 1905 (Dias: 1972b: 4). Não terá sido, porém, estudante totalmente aplicado ao estudo das leis. Ainda durante a sua frequência da Universidade de Coimbra se começaram a revelar os seus intensos interesses pelas questões etnológicas e arqueológicas.

Na época em que solicitou informação sobre a colecção que pertencia a familiares do director do Museu Etnológico³⁸¹ Proença Júnior era também já possuidor de uma colecção arqueológica e assinava as mais importantes revistas especializadas em arqueologia como *L'Anthropologie* e *Revue Archeologique*, *L'Homme Préhistorique* e *Bulletin de la Société Préhistorique de France*³⁸². Tinha já publicado alguns estudos, participado num congresso internacional em Périgueux³⁸³ (Proença Júnior, 1906), França, e integrava várias sociedades

³⁷⁸ Expressão utilizada por Francisco Tavares Proença Júnior para indicar o que actualmente se convencionou designar como *sítio arqueológico*; veja-se o Portal do Arqueólogo da Direcção Geral do Património Cultural: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

³⁷⁹ A a cerca de 250 quilómetros de Castelo Branco.

³⁸⁰ Neste congresso apresentou a comunicação «Les Enceintes Portugaises: Leur classification, Leurs Types» (Proença Júnior, 1908).

³⁸¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 1 Jul. 1907, cota: 2776/19232.

³⁸² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 17 Mai. 1904, cota: 2776/19219.

³⁸³ O *Diário de Notícias* de 6 de Outubro de 1905 noticiou a participação de Tavares Proença Júnior no Congrès Préhistorique de Périgueux como delegado do Instituto de Coimbra. A mesma notícia foi transcrita e publicada n' *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1905e: 403-404) onde Leite de Vasconcelos registou informação sobre as comunicações apresentadas ao congresso e publicadas no mesmo ano pela Typographia França Amado: «Notice sur deux monuments épigraphiques» e «Camillo Castello Branco e Gabriel Mortillet».

científicas portuguesas e francesas³⁸⁴. Tinha publicado artigos na revista do Instituto de Coimbra, *O Instituto* (Proença Júnior, 1903a; 1903b; 1904), tinha sido referenciado na publicação francesa *L'Homme Préhistorique* (Mortillet, 1905) e no ano de 1907 viria também a divulgar os seus estudos arqueológicos na publicação do Museu Etnológico Português (Proença Júnior, 1907).

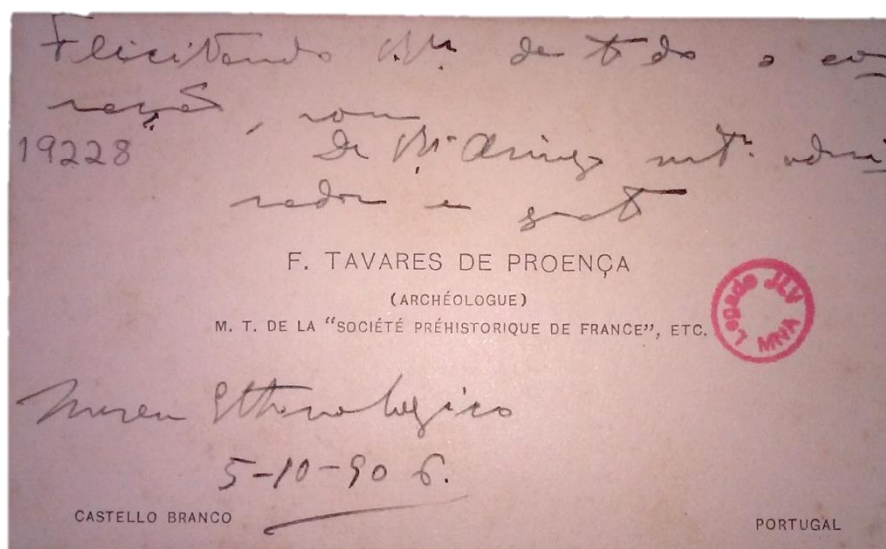


Ilustração 37 – Cartão-de-visita de Francisco Tavares Proença Júnior endereçado a JLV (1906).

Neste cartão Proença Júnior registou a visita que efectuou ao Museu Etnológico no dia 5 de Outubro de 1906, lamentando não ter encontrado o seu director. Através deste documento verificamos que afirmava então a sua autoridade científica enquanto «Archéologue» e membro de sociedades científicas estrangeiras como a Société Préhistorique de France³⁸⁵.

Os contactos de Proença Júnior com Leite de Vasconcelos remontavam ao ano de 1903. Assinalava então, na correspondência que dirigia ao director do museu, que o considerava como «amigo» e «mestre» e a ele foi regularmente relatando as suas descobertas e enviando informações sobre objectos das suas colecções: cópias de inscrições³⁸⁶; desenhos de monumentos megalíticos³⁸⁷ e de aras romanas³⁸⁸, fotografias de

³⁸⁴ Société Préhistorique de France (eleito em 31 Mar. 1904), Société Française de Fouilles Archéologiques (em 2 de Jan. 1904 eleito sócio titular), Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (1 Março 1904 nomeado sócio efectivo), Instituto de Coimbra (eleito em 16 Mar. 1906). Viria também a ser eleito sócio correspondente da Sociedade Martins Sarmento em 27 Nov. 1909 (Dias, 1972b: 111).

³⁸⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 5 Out. 1906, cota: 2776/19228.

³⁸⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, s.d., cota: 2776/19204; s.d., cota: 2776/19206; 22 Fev. 1904, cota: 2776/19214; 20 Abr. 1907, cota: 2776/19231.

³⁸⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 24 Nov. 1907, cota: 2776/19237.

³⁸⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 26 Nov. 1907, cota: 2776/19238.

objectos³⁸⁹, mapas com indicação de estruturas encontradas durante as escavações arqueológicas que promovia³⁹⁰, calcos e fotografuras³⁹¹. Enviava igualmente para Lisboa publicações e jornais onde divulgava os seus trabalhos arqueológicos. Em Dezembro de 1904 reencaminhou para José Leite de Vasconcelos o número do jornal *Districto de Castelo Branco* onde publicou informação sobre a sua descoberta de três inscrições romanas inéditas recentemente incorporadas na sua colecção³⁹² e no ano seguinte a sua *Autobiografia de Camilo Castelo Branco*³⁹³.

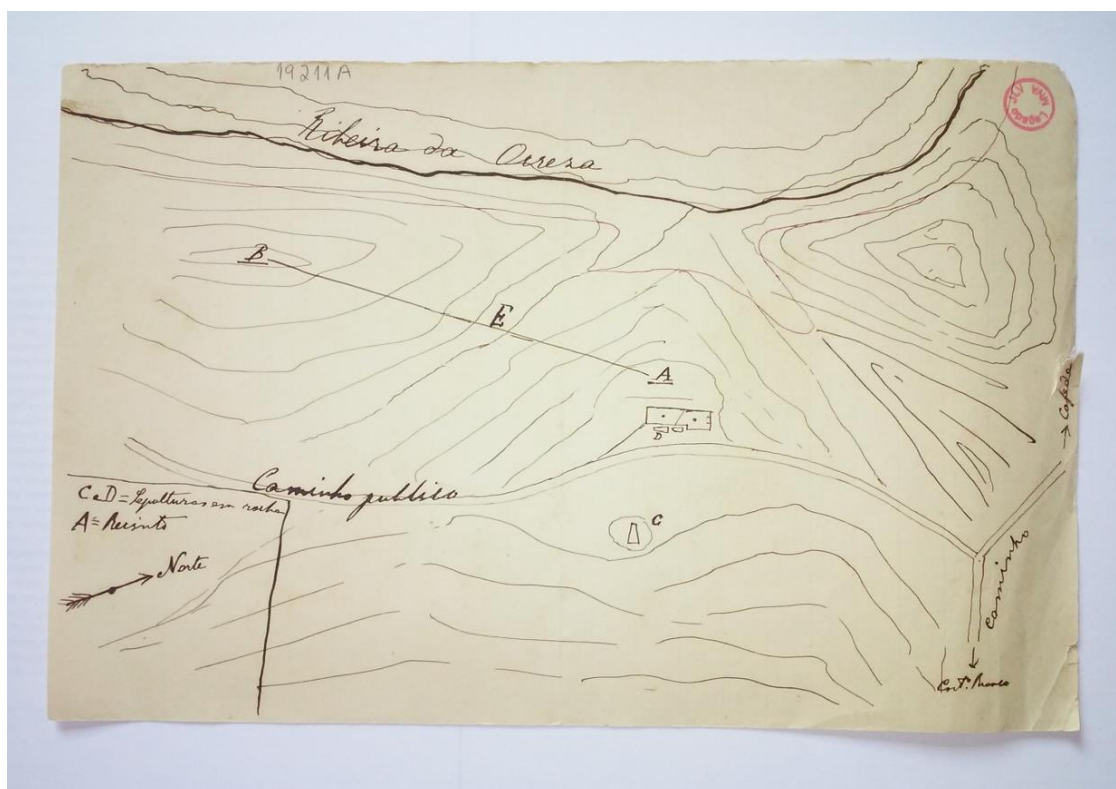


Ilustração 38 – Mapa enviado por Francisco Tavares Proença Júnior para o Museu Etnológico Português (1903).

Este registo contribuiu para o delineamento do mapa arqueológico nacional que José Leite de Vasconcelos construía com base em documentos semelhantes que diariamente chegavam ao museu de Lisboa; documentos que poderiam ser esquemáticos, como o apresentado, informativos (cartas ou publicações) ou outros documentos materiais (objectos diversos enviados pelo correio ou pelo comboio). Este esquema elaborado por Francisco Tavares Proença Júnior reporta-se ao recinto descrito na revista *O Instituto* e à descoberta de sepulturas escavadas na rocha junto à ribeira de Ocrea (Proença Júnior, 1903a).

³⁸⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 19 Out.. 1907, cota: 2776/19234; 28 Out. 1907, cota: 2776/19236.

³⁹⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, s.d., cota: 2776/19209; 17 Jul.1903, cota: 2776/19211.

³⁹¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 16 Mar. 1910, cota: 2776/19260.

³⁹² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 12 Dezembro 1904, cota: 2776/19221.

³⁹³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 15 Set. 1905 Cota: 2776/19222.

Francisco Tavares Proença Júnior colaborou igualmente com a revista *O Archeologo Português*, encontrando-se efectivamente alguns trabalhos seus aí publicados. Entre eles o artigo «Inscrições romanas de Castelo Branco» (Proença Júnior, 1907), ao qual Leite de Vasconcelos efectuou algumas alterações sem dar oportunidade de revisão final ao autor:

«Encontrei aqui o n.º 5 a 8 do *Archeologo* onde vejo publicado o meu artigo com as modificações que V. Ex.^a lhe introduziu. Eu não esperava vel' o publicado tão cedo pois tinha pedido a V. Ex.^a ou ao Dr. Felix Pereira a [...] de me remeterem as provas que afinal não chegaram a vir. Em todo o caso muito agradeço a V. Ex.^a a sua amabilidade e a publicação da minha proza.»³⁹⁴

Esta situação, que poderá ter ocorrido, ou não, por um lapso, não foi motivo para uma quebra nas relações entre ambos os investigadores. Na correspondência que Francisco Tavares Proença Júnior dirigiu ao director do Museu Etnológico, entre 1903 e 1911, persistiu o mesmo fluxo de troca de conhecimentos sobre as suas práticas contudo o primeiro só voltaria a publicar no *Archeologo Português* três anos depois, em 1910 (Proença Júnior, 1910). Entretanto, na sua relação epistolar pode identificar-se também a solicitação de informações sobre bibliografia especializada, nomeadamente sobre cerâmica romana e sobre epigrafia³⁹⁵, a referência à visita de instituições museológicas nacionais e estrangeiras³⁹⁶ e à intenção de criar um museu público e uma publicação periódica³⁹⁷, o que efectivamente aconteceu no ano de 1910³⁹⁸.

O início do processo que conduziria à criação de um museu regional com base nas colecções de Francisco Tavares Proença Júnior teve início em 26 de Março de 1908, data em que Proença Júnior apresentou oficialmente à Câmara de Castelo Branco a proposta de criar

³⁹⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 19 Out. 1907, Cota: 2776/19234.

³⁹⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 17 Mai. 1904, Cota: 2776/19219; 3 Fev. 1910, Cota: 2776/19259.

³⁹⁶ Visitou a Citânia de Briteiros e a Sociedade Martins Sarmento e planeava, no ano de 1904, visitar alguns museus estrangeiros: «Talvez este anno vá ao estrangeiro visitar alguns museus, em França, e na Suíça, e talvez na Itália me demore algum tempo.» MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 27 Jul. 1904, Cota: 2776/19220. No ano de 1907 visitou o Museu Municipal do Porto: 12 Mar. 1907, Cota: 2776/19230.

³⁹⁷ Estes projectos são mencionados em várias cartas desde 1903, ano em que já possuidor de uma colecção arqueológica: «Já tenho em minha caza em Castello Branco uma espécie de museu onde já ha alguns exemplares de merecimento (relativo)!» MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 25 Out. 1903, 2776/24492. O mesmo assunto surge nas seguintes epistolas: s.d., 2776/19209; 1 Ago. 1903, cota: 2776/19212; 14 Abr. 1904, cota: 2776/19218; 27 Jul. 1904, cota: 2776/19220; 30 Set. 1906, cota: 2776/19227; 26 Ago. 1907, cota: 2776/19233; 28 Nov. 1907, cota: 2776/19240; 27 Mar. 1908, cota: 2776/19245; 6 Dez. 1909, cota: 2776/19255; 3 Fev. 1910, cota: 2776/19259.

³⁹⁸ O museu foi inicialmente instalado no Convento dos Capuchos de Castelo Branco e transferido em 1971 para o edifício do antigo Paço Episcopal, no Largo José Dias Lopes, na cidade de Castelo Branco.

um museu oferecendo uma parte da sua colecção arqueológica e o depósito de uma outra parte:

«Apresentei ontem officialmente à Camara a ideia da criação de um Museu Municipal. Segundo me informa o Presidente será aprovada na próxima reunião e será pedida ao Governo para a instalação a Capela do antigo convento de St.^a António d'esta cidade. No officio que dirigi à Camara, mostrei as vantagens que resultariam da criação de um M. Municipal e coloquei-me inteiramente à disposição para:

1.º Dirigir a Instalação dos objectos no museu, offerecendo-lhe parte da minha colecção e depositando lá a outra parte.

2.º Promover o desenvolvimento do M. quer continuando a realizar explorações e a recolher os objectos dignos de serem estudados e salvos de destruição, quer chamando para o museu a atenção dos estudiosos, etc. »³⁹⁹

No mesmo ano de 1910 publicaram-se os três únicos números da revista *Materiaes para o estudo das antiguidades portuguezas*⁴⁰⁰, um projecto que também fez parte dos conteúdos das cartas que dirigiu para o director do Museu Etnológico e a quem solicitou colaboração:

«No fim do ano passado se bem me recordo (e não vale a pena verificar isso agora pela correspondência) falei eu a V. Ex.^a da intenção que tinha e tenho de publicar uma pequena revista archeologica, sahindo em períodos indeterminados mas formando no fim do anno um volume de 150 a 200 páginas, sendo possível. Estou agora novamente a braços com esta ideia e empenhado na preparação do primeiro numero. Pedi há tempos a V. Ex.^a um artigo para o primeiro numero e V. Ex.^a acedeu ao meu pedido. Renovando hoje todos os meus agradecimentos, venho também renovar o pedido, esperando que V. Ex.^a releve esta atrevida franqueza[?].»⁴⁰¹

A inclusão de textos assinados por José Leite de Vasconcelos validaria a iniciativa editorial de Francisco Tavares Proença Júnior. A revista em causa, *Materiaes para o estudo*

³⁹⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 27 Mar. 1908, 2776/24245.

⁴⁰⁰ A publicação seria retomada no ano de 1996 (Série II, Ano 1, Vol. 1 e 2) e novamente em Novembro de 2010.

⁴⁰¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 30 Set. 1906, 2776/19227.

das antiguidades portuguesas, que incluiria resumos em francês, foi posteriormente divulgada internacionalmente através da secção «Correspondence» da revista *L'Homme Préhistorique*⁴⁰² – que constituía um factor de certa consagração – mas Francisco Tavares Proença Júnior necessitava da colaboração de Leite de Vasconcelos para legitimar esta sua iniciativa ao nível regional e também nacional. Simultaneamente, Proença Júnior enaltecia as suas práticas científicas ao comentar com Leite de Vasconcelos que se sentia localmente isolado no seu interesse pela arqueologia:

Eu tenho-me visto ali absolutamente só, sem uma unica pessoa que me auxilie, alem dos dedicados operários que trabalham à minha vista e sob a minha direcção. [...]. Ali ninguém conhece do assumpto, só quando fóra d'ali é que posso trocar impressões acerca de arqueologia ou das impressões que em mim produziram os objectos encontrados ou as circnstâncias do seu aparecimento. Se V. Ex.^a permitir a publicação d'essas curtas notícias no Archeologo, junte-lhe V. Ex.^a algumas palavras que, permita-me V. Ex.^a a figura [?], sirvam de matraca às orelhas d'aquella gente intorpecida e marasmada [?] na chateza esterelizadora da reles politica local. Talvez assim despertem d'aquelle sonno!»⁴⁰³

Apesar de canalizar para Lisboa muita informação sobre os seus trabalhos e as suas colecções, elementos que iriam ser conjugados nas investigações e edições dirigidas por Leite de Vasconcelos, encontrámos também o registo da oferta de um objecto arqueológico, o monumento epigráfico dedicado a «A Jove, Chrisero, liberto dos Igeditanos, contente cumpre um voto pelo obsequio» (Pereira, 1909: 180). Francisco Tavares Proença Júnior ofereceu maioritariamente objectos etnográficos que recolhia localmente⁴⁰⁴ e alguns moldes em gesso dos objectos arqueológicos da sua colecção (Carvalhaes, 1908: 160).

Numa época em que se institucionalizava a arqueologia, Francisco Tavares Proença Júnior, tal como José Leite de Vasconcelos, começara como um entusiasta, estudante de Direito da Universidade de Coimbra, que devotava os seus tempos livres ao estudo do

⁴⁰² «Lettres d'avis. – M. F. Tavares de Proença (J.or) annonce, de Castello-Branco (Portugal), la création d'une Revue, Materiaes para os estudo das antiguidades portuguesas, destinée à réunir tout ce que concerne l'archéologie portugaise, avec résumés en français. La publication sera bimestrielle, très illustrée, et au prix de 5 francs par an.» *L'homme Préhistorique*, 1910, vol.7, issue 10, p. 489.

⁴⁰³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 25 Mai. 1908, 2776/19246.

⁴⁰⁴ Uma vasilha de barro (Vasconcelos, 1905f: 382), 1 adufe beirão (Vasconcelos, 1905b: 46), «Dois pares de castanhetas ornamentadas e uma caixa artistica feita por pastores (Ethnographia beirã)» (Vasconcelos, 1905b: 47.), «três amostras de linho do tempo de D. Sancho II, sec. XIII, achadas em Aljubarrota» (Pereira, 1909: 180).

passado, passando depois a dedicar-se exclusivamente à investigação arqueológica e etnológica, praticando o mesmo tipo de actividades que o director do museu nacional: a investigação, a escavação, a recolha de tradições orais e de artesanato, a publicação de livros e artigos em revistas da especialidade em Portugal e no estrangeiro, a participação com comunicações em congressos científicos, o contacto com cientistas de outras nacionalidades e a criação de um museu e de uma revista. Tal como no contexto inglês estudado por Kenneth Hudson (1981: 12), também as práticas arqueológicas desenvolvidas em Portugal, durante o século XIX e primeira metade do século XX, foram uma actividade maioritariamente exercida por indivíduos que não tinham necessidade de trabalhar ou exerciam uma profissão que permitia ter tempo livre. Francisco Tavares Proença Júnior constitui um dos exemplos dos actores com fortuna própria e que por esse motivo puderam dedicar-se exclusivamente a este seu interesse. Pertencia a uma família de lavradores abastados com voz activa na política albicastrense. Bisneto de um ministro de D. Maria II, neto de um Par do Reino, o seu pai, Francisco Tavares de Almeida Proença, dirigira distritalmente o Partido Progressista, fora também Par do Reino e mantivera uma ligação muito próxima à família real (Dias, 1963: 20; 1966: 7). Foi esta sua condição social e económica que lhe viabilizou o pioneirismo da sua acção no âmbito da arqueologia portuguesa, com o seu contributo científico citado, como atrás registámos, internacionalmente.

Da mesma região, a Beira Baixa, na cidade da Covilhã, o Museu Etnológico contou com as ofertas e colaboração do coleccionador António Franco (....-....) e do funcionário municipal Alberto da Fonseca Oliveira (....-....).

António Franco possuía um museu particular. Nas suas colecções constavam «quadros, porcelanas da Índia, faianças portuguesas, armas, peças de vestuário, objectos gentílicos e sobretudo uma riquíssima baixela de prata revestida de moedas portuguesas antigas, postas de modo que não se estragaram» (Vasconcelos, 1917a: 327). Em Setembro de 1916 António Franco recebeu a visita de José Leite de Vasconcelos e ofereceu para o Museu Etnológico «um machadinho prehistorico de fibrolite» e outros objectos modernos⁴⁰⁵ que, integrando outras secções que não a de arqueologia, contribuiriam para a compreensão da

⁴⁰⁵ «uma chapa de cinturão antiga (portuguesa), outra com um emblema metalico da Guarda Nacional, um ceitel de D. João II, bem conservado, e trinta e duas moedas de cobre portuguesas dos sécs. XVIII e XIX, todas igualmente conservadas» (Vasconcelos, 1917a: 328).

história de uma realidade nacional que se pretendia construir neste museu da cidade de Lisboa.

De facto esta instituição, incluindo colecções de arqueologia, de antropologia e de etnografia nacionais, procurava, como referiu Henrique Coutinho Gouveia, a conjugação entre disciplinas que se considerava formarem «um todo sistemático, com o objectivo de investigar e tratar museologicamente a documentação referente à realidade nacional» (Gouveia, 1992: 199). Essa realidade, em 1906, traduzia-se numa colecção de objectos representativos da história portuguesa (composta pelos «tempos prehistoricos», «tempos protohistoricos» e «tempos históricos»), da sua etnografia⁴⁰⁶, da sua antropologia⁴⁰⁷ e objectos das suas colónias⁴⁰⁸. Possuía igualmente uma secção comparativa onde se expunham objectos provenientes de outros países⁴⁰⁹ (Vasconcelos, 1907b: 125). Alguns anos mais tarde, em 1915, continuavam a expandir-se as mesmas secções representativas da vida e da história do povo português – «Antiguidades nacionais», «Etnografia portuguesa», «Secção comparativa» (englobava objectos coloniais e estrangeiros) – e acrescentava-se uma outra secção com «Objectos indeterminados»⁴¹⁰ e a «Biblioteca do Museu» que integrava os denominados «livros de uso» mas também recolhia «Monografias e posturas municipais»,

⁴⁰⁶ A colecção de Etnografia possuía em 1906 trinta e cinco grupos de objectos dispostos no terceiro piso do edifício: «1. bordões; 2. vestuário e adereços (exemplares reais e modelos); 3. industria dos pastores (alentejanos, etc.); 4. louças antigas; 5. azulejos; 6. heráldica e brazões das cidades portuguesas; 7. pinturas antigas; 8. utensílios de fumar e cheirar tabaco; 9. vida agrária (Minho, etc.); 10. armas e armaduras; 11. industrias caseiras (tear, pesos de tear, fusos, dobadoiras, etc.); 12. arte da escrita (tinteiros, pergaminhos, etc.); 13. história do correio; 14. brinquedos infantis, espectáculos e jogos; 15. musica popular e infantil, e antiga; 16. gravuras portuguesas antigas; 17. 'registos' de romagens (lendas religiosas); 18. livros concernentes á Igreja Lusitana; 19. ex-votos; 20. vários objectos religiosos; 21. amuletos e veronicas; 22. uma maquina armada; 23. historia do jornalismo; 24. historia da encadernação; 25. historia da typographia; 26. collecção de ex-libris antigos e modernos; 27. utensílios para caçar e pescar; 28. objectos correlacionados com a alimentação; 29. utensílios caseiros; 30. pesos, medidas e relógios; 31. industrias tradicionais (louça, etc.); 32. ferragens (espelhos de porta, etc.); 33. typo de uma sala alentejana; 34. aspecto de uma casa estremenha; 35. curiosidades e cousas varias.» (Vasconcelos, 1907b: 126-127).

⁴⁰⁷ A colecção de antropologia possuía na mesma época crâneos representativos das raças da Lusitânia, ossadas antigas e crâneos portugueses modernos. (Vasconcelos, 1907b: 127).

⁴⁰⁸ Em 1907 não são especificados os objectos provenientes das colónias nem os objectos da «secção estrangeira» (Vasconcelos, 1907b); Em 1915, José Leite de Vasconcelos esclarece os seus objectivos relativamente aos objectos provenientes das colónias: «A colecção que organizei no Museu Etnológico tem por fim sobretudo, além de estabelecer comparações gerais, pôr diante dos olhos dos que visitam a secção prehistorica exemplares etnográficos dos selvagens que ajudem a entender o modo de viver e a arte dos homens primitivos, bem como o uso de instrumentos e outros artefactos prehistoricos, ou porque muitos d'aqueles objectos são realmente supervivencias do passado, ou porque, postas em condições semelhantes, as sociedades humanas podem chegar aos mesmos resultados, afastadas entre si, no tempo e no espaço» (Vasconcelos, 1915: 261). Relativamente aos objectos estrangeiros, especifica-se na obra editada em 1915 que esses serviriam «para comparação com as nossas próprias antiguidades, quer até para instrução geral» (Vasconcelos, 1915: 263).

⁴⁰⁹ Informação sistematizada num folheto editado por ocasião da abertura da instituição ao público, no dia 22 de Abril de 1906, por ocasião do Congresso Internacional de Medicina que decorreu em Lisboa (ver Pina & Nunes, 2012), onde se explicitava que o museu procurava expor «methodicamente elementos materiais para que se estude e conheça a vida do povo português» (Vasconcelos, 1907b: 125).

⁴¹⁰ Objectos de proveniência, época e função desconhecida dispostos no «armário 55 do pavimento II» (Vasconcelos, 1915: 265).

«Incunábulo», «Livros portugueses do sec. XVI a XVIII», «Manuscritos» e «Objectos varios (mapas etc.)» (Vasconcelos, 1915). Estas secções concorriam para a construção de uma identidade que procurava as suas raízes nos exemplos heróicos dos Lusitanos (Encarnação, 1993-1994) e na sua história que se estendia até à actualidade, com as suas crenças, os seus hábitos e os seus objectos. As colecções do museu traduzem assim os objectivos de Leite de Vasconcelos que procurava conferir, como refere Carlos Fabião, «um sentido unitário de explicação globalizante da realidade portuguesa» e considerava a existência de «uma continuidade entre os remotos habitantes do extremo Ocidente peninsular e os portugueses» (Fabião, 2002: 344).

Os objectos modernos, não especificados, oferecidos por António Franco em 1916 deverão ter então integrado a secção de Etnografia Portuguesa⁴¹¹ e contribuído para a valorização da cultura popular, como os restantes objectos que integravam esta mesma secção. Foi também no mesmo ano de 1916 que **Alberto da Fonseca Oliveira** iniciou contactos com o museu de Lisboa. Este funcionário da Câmara Municipal da Covilhã ofereceu objectos e documentos que encontrava na sua região e recebia em troca a *honra* que localmente constituía o contacto com o director do museu de Lisboa:

«Honrando-me muito com as relações adquiridas com V. Ex.a, tenho muita satisfação em poder ser-lhe útil n'esta cidade onde fico aguardando muito respeitosamente as suas ordens.»⁴¹²

Leite de Vasconcelos, por sua vez, conferia perpetuidade à cooperação de Alberto da Fonseca Oliveira através das páginas d'*O Archeologo Português*, uma fonte que recorreremos para conferir visibilidade a doadores como este funcionário municipal e à trajetória dos objectos que recolheu.

Junto à demonstração da disponibilidade para coadjuvar Leite de Vasconcelos, que transcrevemos na citação acima registada, Fonseca Oliveira registou na mesma carta várias informações sobre objectos e documentação. Tinha já reservado «os livros», não discriminados, que de acordo com a solicitação de Vasconcelos deveriam ser enviados para Lisboa e desenvolvia diligências para obter alguns machados, deparando-se todavia com as resistências afectivas do

⁴¹¹ Esta secção encontrava-se dividida em dez subséries: «Alimentação», «Casa e o seu arranjo», «Épocas e circunstâncias da vida do individuo e da família», «Aspectos vários da evolução da humanidade», «Religião e magia (vida afectiva)», «Vida Intellectual propriamente dita», «Várias industrias e profissões», «Vida social em geral», «Vária» e «Etnografia insular» (Vasconcelos, 1915: 201-258).

⁴¹² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 15 Set. 1916, cota: 2459/16611.

seu proprietário, Alfredo Gascão, que os guardava como recordação do seu pai, recentemente falecido. Na época, Alberto da Fonseca Oliveira acumulava o cargo de funcionário na secretaria municipal com a função de guarda-livros numa casa comercial e por isso lamentava não poder disponibilizar de mais tempo para colaborar com Leite de Vasconcelos, que premiava esta dedicação com a oferta das suas obras. Estas publicações por sua vez constituíam um pretexto para Alberto da Fonseca Oliveira evidenciar junto do mencionado proprietário dos machados a relevância de doar os objectos para o museu de Lisboa⁴¹³.

Anos mais tarde, através de Alberto da Fonseca Oliveira, o Museu Etnológico Português incorporaria nas suas colecções uma epígrafe romana encontrada na Quinta do Corge, Covilhã, e noticiada num jornal local, *A Mocidade Portuguesa*, de 5 de Dezembro de 1926.



Ilustração 39 – Lápide funerária de Avita

Época romana (I d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, E 6957; Dimensões (cm): altura: 42,5; espessura: 16,5; comprimento: 74 (MatrizNet).

Lápide incorporada nas colecções do Museu Etnológico Português no ano de 1927 por intervenção de Alberto da Fonseca Oliveira, ano em que desempenhava as funções de chefe da secretaria da Câmara Municipal da Covilhã. Cooperava com o museu de Lisboa desde 1916 procurando obter objectos e documentos para as suas colecções.

Esta notícia foi encaminhada para Lisboa e José Leite de Vasconcelos remeteria posteriormente para o jornal da Covilhã a resposta ao pedido então divulgado: «Haverá algum perito, amador de antiguidades, que queira dar-nos a decifração d’estas palavras?». A

⁴¹³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 23 Mar 1918, cota: 2459 /16614.

leitura da inscrição realizada por L. Vasconcelos seria difundida no mesmo periódico no dia 19 de Dezembro de 1926: «Lucio Valerio Saturnino, e Tusca, filhos de Avito, mandaram fazer (esta sepultura) a sua mãe Avita, filha de Lucio» (Vasconcelos, 1925-1926b: 155).

Alberto da Fonseca Oliveira, que recebera o pedido de colaboração para obter a mencionada lápide para o Museu Etnológico Português⁴¹⁴, accionou então os seus contactos locais no sentido de cooperar com os propósitos de Leite de Vasconcelos. Contactou com o Dr. Silvestre de Moraes, um residente local «muito dado a assumptos históricos» a quem, depreende-se, terá solicitado que escrevesse para Lisboa enviando detalhes sobre o achado que ele próprio não conseguiria fornecer, e tentou contactar com o proprietário para adquirir a inscrição e obter mais elementos informativos sobre ela, nomeadamente as suas «condições e dimensões»⁴¹⁵. No dia 5 de Janeiro de 1927 enviou então a notícia de que conseguira «do Sr. Arnaldo Teixeira⁴¹⁶ a oferta ao Museu da inscrição romana encontrada na Quinta do Corge, de que é proprietário», com a condição de esta sua dádiva ficar registada no museu: «O oferente deseja todavia que fique consignado como tal o seu nome»⁴¹⁷.

Um mês depois a lápide tinha já sido enviada pelo caminho-de-ferro, «com porte a pagar», tendo Alberto da Fonseca Oliveira adiantado do seu próprio bolso 19\$56 escudos, valor que deveria ter sido gasto com «o despachante» que conduziu a inscrição até à estação de caminho-de-ferro onde foi encaminhada para Lisboa⁴¹⁸. O vale de correio que o ressarciu desta despesa chegou apenas um mês depois à Covilhã porque a correspondência da capital portuguesa se viu condicionada pelos acontecimentos do *Revirinho*⁴¹⁹. Juntamente com esse vale de correio chegava uma nova solicitação. O director do museu soubera, através de Silvestre Moraes, de uma outra «pedra que existe no Teixoso», uma povoação «distante da Covilhã 7 quilómetros», e Alberto da Fonseca Oliveira comprometia-se em deslocar-se ao local para saber «das suas condições» e informar J. Leite de Vasconcelos⁴²⁰, que entretanto solicitara também esclarecimentos sobre o contexto de achado da inscrição romana que já se encontrava no museu de Belém.

⁴¹⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 18 Dez. 1926, cota: 2459/24480.

⁴¹⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 21 Dez. 1926, cota: 2459/24480A.

⁴¹⁶ Tratava-se de Arnaldo Teixeira Castel-Branco (Vasconcelos, 1925-1926b: 156).

⁴¹⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 21 Dez. 1926, cota: 2459/24480A.

⁴¹⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 4 Fev. 1927, cota: 2459/24480C.

⁴¹⁹ Expressão pejorativa utilizada pelos defensores da ditadura para caracterizar a oposição republicana, democrática e liberal, entre os anos de 1926 e 1940. Ver Luís Farinha (1998) - *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. Lisboa: Estampa.

⁴²⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 21 Fev. 1927, cota: 2459/24489.

O conteúdo das seguintes cartas trocadas entre ambos reporta-se assim à descrição do contexto de aparecimento da lápide funerária de *Avita* e do processo de obtenção da «pedra de Teixoso». O funcionário municipal tinha então identificado a proprietária da casa onde se encontrava a pedra, uma «mulher pobre» que via «na cedência da inscrição um meio de arranjar dinheiro», e encetado contacto com o seu representante, «Dr. Américo Cunha», dada a ausência da proprietária em Leiria⁴²¹. Desconhece-se se Alberto da Fonseca Oliveira conseguiu obter mais esta inscrição para o museu de Lisboa⁴²². Depois das informações enviadas no mês de Abril de 1927, o epistolário de J. Leite de Vasconcelos apenas conserva duas cartas que Fonseca Oliveira enviou em 1930 e 1934, anos em que Vasconcelos já não se encontrava na direcção da instituição museológica sediada em Belém⁴²³. Nestas duas epístolas encontramos registo de ofertas de fascículos do *Archeologo Português*, dirigidas a Fonseca Oliveira, a Silvestre de Moraes e a Arnaldo Teixeira Castel-Branco⁴²⁴, o historiador local e o doador da lápide funerária de *Avita*, e também da oferta da publicação *Antiguidades do Concelho da Covilhã*, obra que desencadeou o registo de um voto de louvor a José Leite de Vasconcelos pela Câmara Municipal⁴²⁵.

⁴²¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 8 Abr. 1927, cota: 2459/16617; 28 Abr.1927, cota: 2459/16616.

⁴²² Não identificámos nenhuma outra epígrafe proveniente do concelho da Covilhã entre os objectos registados no Inventário do MatrizNet; também não encontramos nenhuma referência no *Archeologo Português* à obtenção deste objecto.

⁴²³ Em 1929, por força do decreto n.º 16563, de 2 de Março desse mesmo ano, Leite de Vasconcelos foi forçado a afastar-se da direcção do Museu Etnológico, que dirigiu entre 20 de Dezembro de 1893 e 5 de Março de 1929, devido ao estabelecimento de limite de idade para o desempenho de funções públicas. Nesse mesmo ano de 1929, o decreto n.º 16624 estabeleceu que a instituição passasse a designar-se *Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*, sendo este nomeado seu director honorário. (Helena, 1930-1931: 1)

⁴²⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 2 Fev. 1930, cota: 2459/16618

⁴²⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Alberto da Fonseca Oliveira, 3 Ago. 1934, cota: 2459/16619.

4.4 A COOPERAÇÃO DE COLECCIONADORES DO CENTRO DE PORTUGAL

Outros coleccionadores que forneceram informações para a constituição de um mapa e colecção arqueológica nacional residiam na cidade de Lisboa. **Joaquim José Colaço** (....-....) colecionava livros, conchas e também objectos arqueológicos. Entre os objectos que possuía e que interessaram a José Leite de Vasconcelos estava uma «moeda de Salacia» que adquiriu na mesma cidade de Lisboa em Outubro de 1893. Forneceu o seu decalque no ano seguinte, o que permitiu a comparação com outras moedas também provenientes de Alcácer do Sal (Salacia)⁴²⁶ e que Vasconcelos conhecia na colecção do museu dessa vila alentejana e na colecção particular de Teixeira de Aragão⁴²⁷.

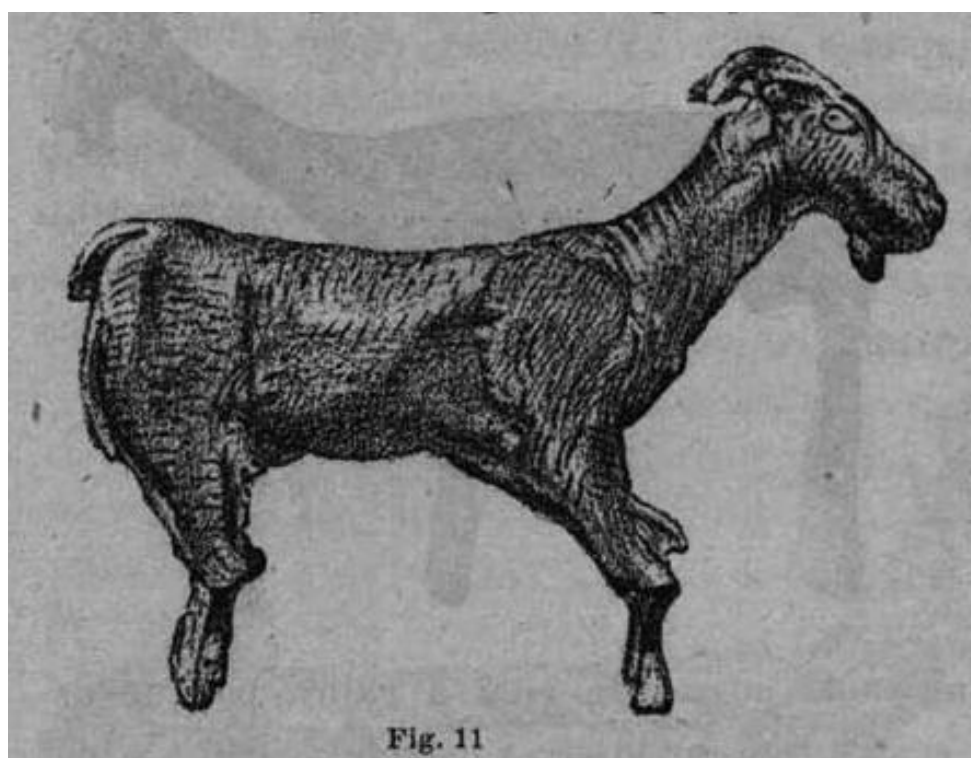


Ilustração 40 – Desenho de caprino em bronze que pertenceu à colecção particular de Joaquim José Colaço (Lisboa)

Este coleccionador vendeu ao Museu Etnológico Português, em data desconhecida, este objecto divulgado no volume XXIV (1919) da revista *O Archeologo Português* através deste desenho elaborado por Saavedra Machado.

⁴²⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim José Colaço, 17 [?] 1894, cota: 848/5378.

⁴²⁷ Coleccionador que abordámos no capítulo 2.1. «O que havia, já levou o Dr. Aragão»

Também uma pequena escultura em bronze suscitou o interesse do director do museu que propôs ao coleccionador a compra da mesma (Ilustração 40). A pequena figura de caprino foi efectivamente vendida ao Museu Etnológico em data não registada (Vasconcelos, 1919-1920a: 282).

Na mesma cidade de Lisboa identifica-se a cooperação do coleccionador **Artur Lamas (1874-1925?)**. Formado em Direito, herdou a colecção de medalhas e moedas de seu pai, José Lamas, e o gosto pelo coleccionismo. Interessou-se sobretudo pela componente da medalhística, dedicando-se ao seu estudo e à publicação de dezenas de artigos na revista *O Archeologo Português*⁴²⁸, onde também consta uma «Noticia archeologica». Artur Lamas destacou neste breve artigo os monumentos arqueológicos das Herdades da Morgada, da Parede Furada, Barrocalinho e Courela das Pias, todas no concelho de Évora, junto a S. Miguel de Machede (Lamas, 1907b). Neste texto encontra-se igualmente a referência à realização de escavações arqueológicas em 1904 na Herdade da Courela das Pias, pelo próprio Artur Lamas, onde terá descoberto «uns objectos de pedra com lavoures» (Lamas, 1907b: 354). Publicou também a obra *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal: memória histórica e descritiva baseada na colecção iniciada por José Lamas* (1916) e alguns catálogos, nomeadamente o *Catálogo descritivo da colecção de moedas portuguesas e outras que formam parte da colecção que foi organizada por José Lamas* (1903), trabalhos dedicados, como os títulos indicam, à colecção numismática de seu pai. Publicou igualmente o *Catálogo de moedas e medalhas do Museu do Carmo* (1907a), o *Catálogo de medalhas e senhas portuguesas do Museu Etnológico Português* (1909a) e *Portugal no Cabinet de Médailles de Paris* (1909b). Deslocou-se várias vezes ao estrangeiro, onde desenvolvia investigações em bibliotecas⁴²⁹, adquiria exemplares para a sua colecção, nomeadamente na casa Schulman⁴³⁰, visitava os principais museus europeus, como o Louvre⁴³¹, o British Museum e a National Gallery⁴³² e também colecções particulares. Na sua estadia na cidade de Paris durante o ano de 1912 refere ter visitado os principais numismatas e colecções⁴³³. Também a sua colecção particular era visitada, na cidade de Lisboa, por interessados na mesma temática. Alguns dos

⁴²⁸ Na necrologia publicada no jornal *Diário de Lisboa*, de 16 de Fevereiro 1925, e depois reproduzida n' *O Archeologo Português* (1927/1929) apresenta-se a identificação de dezoito artigos sobre medalhística incluídos nesta publicação (Lima, 1927/1919: 228).

⁴²⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 27 Set. 1907, cota: 1692/10887; 2 Nov. 1913, cota: 1692/10900.

⁴³⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 10 Out. 1912, cota: 1692/10896.

⁴³¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 27 Set. 1907, cota: 1692/10887.

⁴³² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 2 Nov. 1913, cota: 1692/10900.

⁴³³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 10 Out. 1912, cota: 1692/10896.

seus visitantes estariam interessados em conhecer os seus objectos, como Jordão de Freitas, que visitou a sua colecção no dia 26 de Setembro de 1907, e outros procuravam Artur Lamas para propor a venda das suas próprias colecções.

Artur Lamas mantinha uma relação muito próxima com o director do Museu Etnológico e contribuiu de várias formas para o enriquecimento das suas colecções. Um exemplo ocorreu em Maio de 1909. Sendo procurado por um numismata que pretendia vender a sua colecção de moedas remeteu este indivíduo para o Museu Etnológico Português, instituição que poderia constituir um possível comprador⁴³⁴. Em algumas das cartas que dirigiu a Leite de Vasconcelos encontramos referências à mediação da aquisição de objectos, como a «preparação do terreno para a aquisição de outro vaso de bronze das minas de Barrancos»⁴³⁵, a tentativa de aquisição de «duas aras dedicadas às nymphas» na cidade de Guimarães, no ano de 1914⁴³⁶, ou estabelecendo contactos com indivíduos que poderiam igualmente contribuir para o aumento das colecções do museu:

«Não me esqueci porém de si e a prova é que consegui preparar o terreno para o aproximar a si de um erudito e muito amável coleccionador de medalhas que tive a ventura de lá encontrar, que ao meu amigo convem conhecer porque é o possuidor de muitos unguentários, de um vaso de bronze e de outros objectos... achados na Mina de Aljustrel! da qual é proprietário. É o Dr. Francisco da Silveira Viana (?) que me disse fazer muito gosto em o conhecer.»⁴³⁷

Na época em que redige esta carta, o verão de 1914, Artur Lamas encontrava-se em tratamento nas *Termas de Vizella*, alojado no Grande Hotel Cruzeiro do Sul. A folha de carta em que inscreve esta informação relativamente aos objectos arqueológicos conservados por Francisco da Silveira Viana possui precisamente o timbre dessa unidade hoteleira. E é nesta folha de carta que encontramos sublinhado a vermelho o nome deste proprietário da mina de Algares, um sublinhado próprio da correspondência recebida por Leite de Vasconcelos que frequentemente destacava desta forma os factos mais interessantes inscritos nas numerosas cartas que recebia – factos relativos a objectos, a colecções, a sítios arqueológicos ou, como neste caso, a indivíduos possuidores de objectos que lhe interessava conhecer e obter para o

⁴³⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 4 Mai. 1909, cota: 1692/10890.

⁴³⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, s. d., cota: 1692/10877.

⁴³⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 3 Ago. 1914, cota: 1692/10891.

⁴³⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Artur Lamas, 22 Ago. 1914, cota: 1692/10902.

museu. E efectivamente encontra-se nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia um objecto oferecido por **Francisco da Silveira Viana**.



Ilustração 41 – Balde de bronze

Época Romana, Museu Nacional de Arqueologia, cota: 17864; Dimensões (cm): altura: 22,1; diâmetro: 33,4 (MatrizNet)

É provável que este objecto tenha sido incorporado nas colecções do Museu Etnológico devido à intermediação de Artur Lamas, que alertou o director do Museu Etnológico para a existência de vários objectos na posse do proprietário das minas de Aljustrel, Francisco da Silveira Viana, entre eles um vaso de bronze. Efectivamente, no historial deste objecto registado no MatrizNet encontra-se referência ao facto de ter sido oferecido por Francisco da Silveira Viana.

Foi possivelmente devido à intermediação de Artur Lamas que o Museu Etnológico Português conseguiu obter este objecto arqueológico recolhido na mina de Algarés (Aljustrel) e utilizado na extracção de minério. Foi incorporado numa recente exposição do Museu Nacional de Arqueologia, *Lusitânia romana. Origem de dois povos*, que decorreu entre 25 de Janeiro e 12 de Junho de 2016, nas suas instalações em Lisboa.

A Norte de Lisboa, no concelho do Cadaval, pôde o Museu Etnológico contar com as informações e com as ofertas de **José Maria das Neves Fogaça**, de Alguber (Cadaval). Em finais do século XIX, Neves Fogaça descobriu uma estação arqueológica junto da Quinta do Cidral (Alguber), facto que comunicou à direcção do Museu que consequentemente explorou a estação em 1895 e aí recolheu vários objectos: «sete pondera de barro [...]; diversos fragmentos de barro saguntino» (Vasconcelos, 1896c: 246). José Maria das Neves Fogaça viria

também a oferecer um espeto de bronze semelhante ao que foi adquirido no espólio de Teixeira de Aragão, ambos representados no *Archeologo Português* (Vasconcelos, 1919-1920c: 101-102).

Também **António da Silva Magalhães** (1834-1897)⁴³⁸, residente na cidade de Tomar, partilhou com o director do Museu Etnológico fotografias dos objectos que possuía no seu museu privado:

«Neste correio deverá V. Ex.^a receber uma photographia d'uns objectos que tenho no meu museu de curiosidades. [...] Logo que me encontre com mais forças tenciono tirar outras photographias de alguns exemplares que também tenho e que mandarei a V. Ex.^a com descrições.»⁴³⁹

António da Silva Magalhães começou em 1880 a coleccionar objectos de história natural (conchas), objectos etnográficos de várias origens⁴⁴⁰ (africanos, chineses, timorenses e indianos) e objectos arqueológicos de várias épocas: materiais pré-históricos, romanos, medievais e modernos (Vasconcelos, 1917b: 143-144). No jornal que o próprio fundou e onde exercia as funções de jornalista e de editor, *A Verdade*, surgiram em 1893 notícias sobre os mais recentes achados arqueológicos da propriedade de João Tamagnini da Motta Barbosa, parte de uma cabeça de estátua romana em mármore, um braço de estátua e moedas romanas, também noticiadas noutro jornal local, *Correio de Thomar*.

Este local arqueológico tinha sido descoberto em Fevereiro de 1882 no decurso de trabalhos agrícolas desenvolvidos na propriedade de Marmelais, numa época em que Joaquim Possidónio Narciso da Silva, fundador da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, se encontrava na cidade de Tomar. Assim, quando soube da descoberta de pequenas pedras de cores, solicitou autorização para efectuar escavações arqueológicas, o que

⁴³⁸ José Leite de Vasconcelos, que conheceu este coleccionador e a sua colecção em 1895, refere que António da Silva Magalhães exercia a profissão de farmacêutico. Contudo, nas pesquisas que efectuámos nunca é referenciada esta profissão, antes o facto de ter sido o «primeiro fotógrafo tomarense que abriu casa comercial ao público em 1862, a “Photographia e Typographia Silva Magalhães”». A mesma autora consultada, Maria Manteiga (2015), destaca as «muitas atividades a que se dedicou, foi vereador, agricultor, ator, diretor, editor e redator de um dos jornais mais antigos de Tomar, “A Verdade” [...] grande entusiasta pela defesa do património» (Manteiga, 2015: 5). Noutros trabalhos confirma-se esta actividade ligada à fotografia, nomeadamente através do catálogo de uma exposição organizada em 2004 precisamente intitulada *António da Silva Magalhães, Photographo de Thomar* (coord. António Ventura), onde se confirma que iniciou a actividade comercial como fotógrafo em 1862, data da fundação da “Typographia Photographia Silva Magalhães”.

⁴³⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António da Silva Magalhães, 26 Fev. 1924, cota: 1928/ 12722.

⁴⁴⁰ O seu irmão, Francisco da Silva Magalhães, médico, ingressou na Marinha Portuguesa e esteve precisamente em Timor, Índia e China, e ainda em Macau. Está registado o facto de também ter sido coleccionador e de enviar objectos «para o Museu do irmão, António da Silva Magalhães» (Godinho, 2013: 14).

efectivamente ocorreu. Com a ajuda de cinco trabalhadores, Possidónio da Silva descobriu um mosaico romano a pouco mais de um metro de profundidade e associou então os achados à antiga cidade de Nabância, a *Nabância clássica* (Silva, 1881: 152). As escavações tinham sido autorizadas pelo proprietário do local, Augusto Cesar da Motta, e o herdeiro da mesma propriedade, o mencionado João Tamagnini da Motta Barbosa, possivelmente seu filho, autorizava igualmente, anos depois, o coleccionador António da Silva Magalhães a recolher no seu museu os objectos então noticiados no jornal *A Verdade*, nomeadamente os fragmentos de estátuas atrás indicados (Vasconcelos, 1895j: 13-14). Foi António da Silva Magalhães que conduziu José Leite de Vasconcelos, em 1890, ao local onde surgiram estes mosaicos, visita que suscitou a contestação da associação das ruínas descobertas em 1882 à Nabância romana (Vasconcelos, 1895j: 14), tal como confirmam investigações recentes que identificaram uma vila romana no mesmo local (Ponte, 1995: 304).

Depois da mencionada notícia publicada no jornal *A Verdade* sobre os fragmentos de estátuas encontrados na propriedade de Marmelais, a lavra do terreno, a construção de dois prédios e uma nova estrada destruíram a vila romana que segundo estudos posteriores deveria ocupar uma área com cerca de 4020m² (Ponte, 1995: 304). Subsistem porém os registos históricos efectuados por Possidónio da Silva, António da Silva Magalhães e Leite de Vasconcelos.

4.5 COLECÇÕES DE SETÚBAL E TRÓIA NO MUSEU ETNOLÓGICO

Além dos numerosos contactos e da importante cooperação que obteve no centro de Portugal, o *Museu Etnológico Português* recebeu igualmente numerosas informações, documentação e objectos de outras localidades do litoral ocidental do país. Da região de Setúbal obteve o contributo de **Arronches Junqueiro** (...-...), também coleccionador de antiguidades e de história natural, colecções dispostas na sua Quinta das Lajes, a dois quilómetros da cidade de Setúbal:

«Sete belos mostradores envidraçados e dois armários, com um herbário, os mineraes, os crystaes, os fosseis e as collecções das quaes a zoologica é a maior de todas. Ao pé da janella direita está a collecção ethnographica, e nas paredes pendem em attitudes naturaes peixes, aves, etc. [...]

Do gabinete ao laboratório, passa-se para o famoso terraço, onde se estende à direita um trecho mágico de Pompeia, desenhado e pintado pelo dono da casa. Ao canto direito de quem entra está o muzeu ethnologico, com materiais de Troia, etc. [...]

Arronches Junqueiro mostrou ao director do Museu Etnológico as colecções acima descritas em 1897⁴⁴², enviando-lhe para Lisboa várias fotografias (Ilustração 42) e desenhos dos objectos que possuía e que inclusivamente descreveu na revista do museu (Junqueiro, 1899-1900: 7-9; 1902: 176-179). Na sequência da visita a esta colecção particular na Quinta das Lajes, Leite de Vasconcelos divulgou os objectos arqueológicos que aí examinou:

«Em 1897 visitei numa quinta ao pé de Setúbal o Sr. Arronches Junqueiro, que tinha lá uma colecção de objectos arqueológicos, achados em várias localidades. Entre esses objectos vi: cinco machados de pedra polida, provenientes da Quinta do Anjo, da Rotura, e dos Barris; vários cacos ornamentados, da Pena [...]; uma ponta de lança, de sílex; um *pondus*⁴⁴³ de barro, de Alcacer; um vaso de barro grosseiro,

⁴⁴¹ Notícia publicada no jornal *O Século* em data não registada por Maria João Cândido e José Luís Neto, que transcrevem a notícia integral no artigo publicado na *Revista da Faculdade de Letras do Porto*: Cândido & Neto, 2008/2009: 116-118.

⁴⁴² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Arronches Junqueiro, s.d., cota: 1662/10729.

⁴⁴³ Peso de barro.

quasi completo; um fragmento de ânfora, e têssto de barro, tudo de Troia; uma anfora, quasi inteira, de Grandola; pedaços de cano (*fistula*), de barro, aparecidos na quinta de S. Romão (Setubal) com pedras de *opus Signinum*; ladrilhos provenientes da mesma quinta» (Vasconcelos, 1919-1920d: 236-237).

Além destes registos, a instituição museológica de Lisboa recolheu através de Arronches Junqueiro informação sobre as descobertas no Castro da Rotura, escavado por outro coleccionador local, A. I. Marques da Costa⁴⁴⁴ e pelo próprio Arronches Junqueiro (Gonçalves & Sousa, 2006). Deste povoado pré-histórico recebeu o museu, também através de Arronches Junqueiro, os desenhos, em tamanho natural, de «flecha de pedra finamente lascada [...], fragmentos de louça de barro lavrada» e um «pedaço de barro saguntino» proveniente do sítio da Vinha Grande⁴⁴⁵, nas proximidades do castro pré-histórico da Rotura. O coleccionador informou Leite de Vasconcelos que neste local da Vinha Grande tinha encontrado «vários fragmentos de louça romana, tais como fundos e bocas de ânforas, bordos de talhas, telhas, imbrex, o fragmento de uma [telha?] tendo um sulco em diagonal da direita para a esquerda. [...] Ultimamente descobri no mesmo sítio uns restos de alicerce, tendo ainda, sobre algumas pedras, vestígios de argamassa a que chamam opus signinum»⁴⁴⁶. Divulgada esta informação, Arronches Junqueiro disponibilizou-se para fornecer outros elementos que Leite de Vasconcelos julgasse importantes sobre o local que julgava inédito.

⁴⁴⁴ O percurso deste actor da arqueologia em Portugal foi recentemente abordado por João Luís Cardoso num artigo da revista *Setúbal Arqueológica*, justamente num volume em sua homenagem (Cardoso, 2014).

⁴⁴⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Arronches Junqueiro, s.d., cota: 1663/10730.

⁴⁴⁶ Sublinhado do autor; MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Arronches Junqueiro, s.d., cota: 1663/10730.

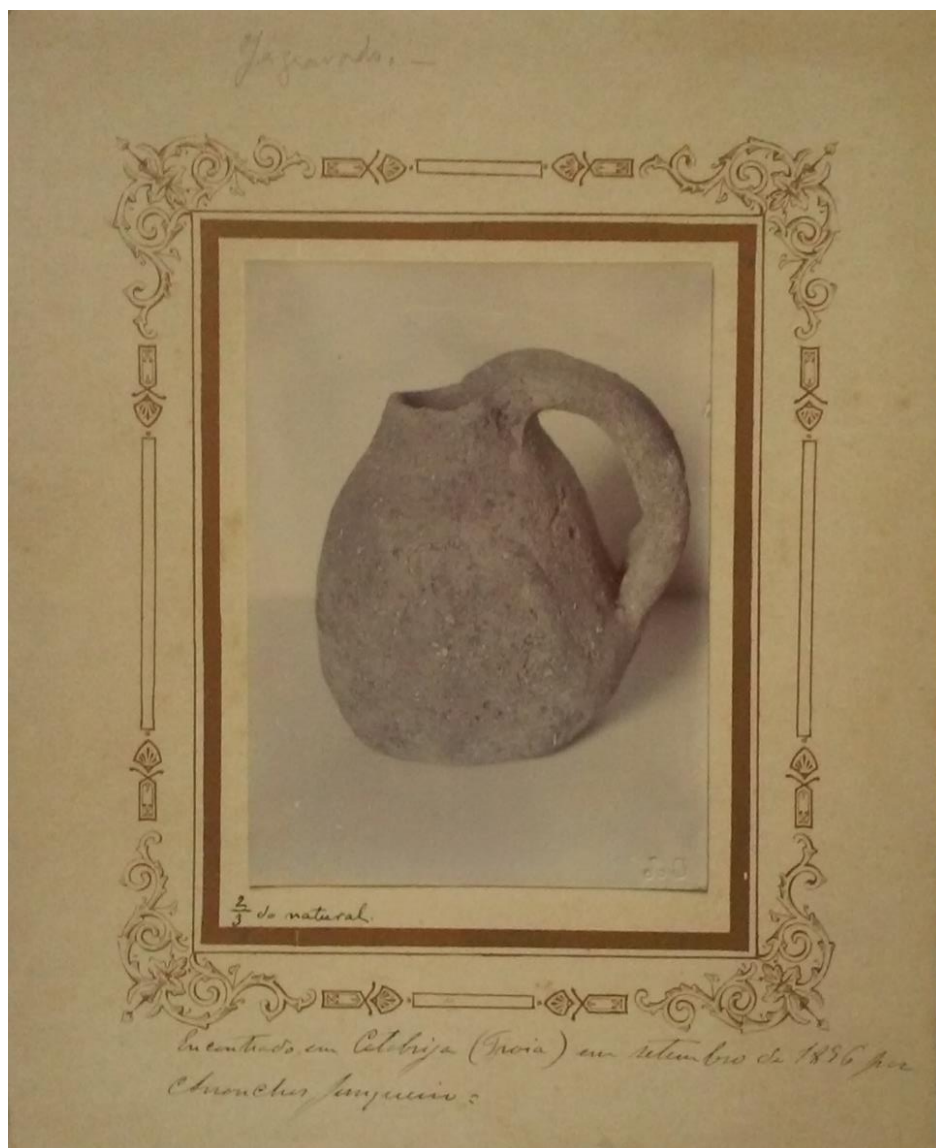


Ilustração 42 – Objecto de cerâmica da colecção arqueológica de Arronches Junqueiro.

Objecto encontrado em Tróia, em 1896. A moldura cartonada possui as seguintes anotações: «2/3 do natural» (canto inferior esquerdo da fotografia), «Encontrado em Cetobriga (Troia) em setembro de 1896 por Arronches Junqueiro» (parte inferior do cartão) (Arquivo do MNA).

No que respeita à colaboração de Arronches Junqueiro na publicação periódica do museu podemos encontrá-la em vários volumes, nomeadamente no seu volume quinto, onde se publicou uma pequena notícia sobre os objectos de cerâmica romana que tinham então entrado na sua colecção particular: quatro vasos, um objecto cilíndrico de barro e uma lucerna com ornatos (Junqueiro, 1899/1900: 7-9). No sétimo volume encontra-se outra notícia com a comunicação do aparecimento de «duas moedas imperiais de cobre, e de um fragmento de barro saguntino ornamentado, de que dou gravura, segundo uma photographia» (Junqueiro, 1902: 146).

Este colecionador de Setúbal desenvolveu o gosto pela fotografia, utilizando inclusivamente um modelo da inovadora máquina fotográfica estereoscópica criada por Jules Richard em 1893⁴⁴⁷. Na correspondência que dirigiu para Lisboa foram frequentemente mencionados os registos fotográficos de objectos⁴⁴⁸, de sítios arqueológicos como o já mencionado Castro pré-histórico da Rotura⁴⁴⁹ e de objectos que encontrou nas ruínas romanas de Tróia⁴⁵⁰. Deste local arqueológico incorporou o museu de Belém uma colecção de objectos originada pelos trabalhos da **Sociedade Archeologica Lusitana** (1849-1857).

Esta sociedade científica nasceu no ano de 1850 e teve como principal dinamizador o Padre Manuel da Gama Xaro (1800-1870) que conseguiu atrair jovens locais para o projecto de aquisição de «conhecimentos sobre a história, geografia e costumes antigos» de Tróia, mais especificamente a confirmação das suas possíveis origens fenícias e informações sobre o período de ocupação romana (s/a, 1851: 17-26; Ribeiro, 1879: 304-312). A instituição obteve a protecção do primeiro Duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein, presidente da Sociedade, e o suporte régio de D. Fernando II (Fabião 1997).

Os vestígios de ocupação humana antiga no sítio de Tróia (Grândola)⁴⁵¹, referenciados desde o século XVI⁴⁵², justificaram portanto a criação da primeira sociedade científica exclusivamente dedicada à arqueologia em Portugal. Esta sociedade promoveu escavações arqueológicas e os objectos encontrados durante as três únicas campanhas realizadas ter-se-iam, no final da década de 1850, dispersado pela residência de alguns sócios, numa fase em que a actividade da Sociedade estaria praticamente extinta (Carvalho, 1896: 28). A colecção arqueológica constituída atraía porém o interesse de várias personalidades e instituições nacionais. Um dos sócios fundadores, João Carlos d'Almeida Carvalho (1817-1897), descreve a

⁴⁴⁷ A inovação deste modelo é explicada por Luís Miguel Bernardo (2007: 355).

⁴⁴⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Arronches Junqueiro, s.d., cota: 1663/10728.

⁴⁴⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Arronches Junqueiro, s.d., cota: 1663/10730.

⁴⁵⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Arronches Junqueiro, s.d., cota: 1663/10732; 16 Jul. 1900?, cota: 1663/10734.

⁴⁵¹ Um local com grande vitalidade económica durante o império romano, ocupado entre os séculos I d. C. e os séculos V/VI d.C. Durante este período terá sido construído e desenvolvido um complexo industrial ligado à conserva de peixe, à pesca, extracção de sal e fabrico de ânforas, bem como uma zona residencial, com as suas termas e os seus sistemas hidráulicos, várias necrópoles e uma basílica paleo-cristã (Silva, 2010: 8-11; Etienne, et al., 1994; Verdasca, 2010; Pinto et. al.: 2011).

⁴⁵² O sítio romano de Tróia constituiu o maior complexo de produção de preparados piscícolas do mundo romano conhecido actualmente (Morais, 2007: 135). O local suscitava o interesse de moradores locais, eruditos e antiquários desde o século XVI (André de Resende, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593; Agostinho de Santa Maria, Santuário Mariano, 1707-1723; Vicente Salgado, *Conjecturas sobre huma medalha de bronze com caracteres desconhecidos, e com os latinos vetto, achada no lugar da Troya defronte da villa de Setuval*, 1784), ocorrendo inclusivamente registo de escavações realizadas no século XVIII por Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, Arcebispo de Évora, que incorporou alguns objectos na sua colecção erudita (Caetano, 2005: 51; Marcadé 1978: 244) e mais tarde outras intervenções por incumbência da futura rainha D. Maria I, que mandou também realizar escavações no local (Costa, 1929).

conveniência manifestada pela Biblioteca Nacional, através de carta de 23 de Outubro de 1856, para receber a totalidade da colecção em caso de dissolução da sociedade ou, em regime de depósito, as moedas e outros objectos de que quisesse privar-se. Esta situação foi divulgada pelo mencionado sócio fundador na obra *A Sociedade Archeologica Lusitana: As antiguidades extrahidas das ruínas de Troia e onde é que se acham depositadas* (Carvalho, 1896). Revela-se nesta publicação a resistência da última direcção da sociedade face à mencionada proposta de José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, que desempenhava as funções de bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional, e o prolongamento da situação de dispersão de materiais durante mais doze anos, até que o próprio Almeida Carvalho e outro dos sócios fundadores, Domingos Garcia Perez, alegando razões de «conservação e segurança», optaram por solicitar, em 1867, o regime de depósito à Academia Real de Belas Artes de Lisboa. A descrição da relação dos objectos e também dos «livros, manuscritos e impressos e diversos papeis pertencentes á Sociedade» entregues à referida academia entre Janeiro de 1868 e Maio de 1882 poderá ter sido a principal preocupação do autor. Ele próprio tinha em sua posse mais de 60 objectos provenientes das escavações executadas nas ruínas de Tróia (Carvalho 1896), situadas na parte Norte da península com o mesmo nome.

Com a entrega da colecção e demais objectos da *Sociedade Archeologica Lusitana* à Academia Real de Belas Artes de Lisboa considerava Almeida Carvalho salvaguardada, não só a colecção, mas também a boa memória da sociedade, dos seus propósitos e dos seus sócios, nos quais se incluía ele próprio (Carvalho, 1896). Anos mais tarde, em 1904, também o director do então Museu Etnológico Português se interessou pela colecção, solicitando a sua cedência para o museu que dirigia. Após algumas averiguações, e alguma disputa com as autoridades municipais da cidade de Setúbal, a Academia Real de Belas Artes cedeu aos interesses de José Leite de Vasconcelos em 26 de Março de 1906 (Cardoso, 2014: 14). Dez anos mais tarde, o próprio Leite de Vasconcelos confirmava a existência nas colecções do museu que dirigia de um conjunto de objectos encontrados nas ruínas de Tróia que pertenceram à colecção formada pela antiga *Sociedade Archeologica Lusitana* (Vasconcelos, 1916a: 361-362). Em 1965 esses objectos estariam expostos nos armários 71 e 72 do Museu Etnológico em Belém: «agulhas de rede, estiletos, anzóis de pesca, lucernas, pratos, ânforas, páteras (cilíndricas e rectangulares), pregos, púcaros, anéis»,

outra parte, com objectos de maiores dimensões, como estátuas e colunas, estariam nas suas reservas (Machado, 1962: 144)⁴⁵³.

No inventário disponível através do sistema MatrizNet, a que sistematicamente recorremos para identificar uma parte significativa dos objectos, das colecções e dos actores que tratamos neste trabalho, identificámos apenas um objecto associado às práticas arqueológicas desenvolvidas pela *Sociedade Archeologica Lusitana*. No «historial» da ficha de inventário de um objecto da antiguidade tardia, neste caso um prato de terra *sigillata* clara, encontra-se registada a seguinte informação: «Esta peça esteve até à data dada como proveniência desconhecida. Foi através da leitura dos *Anais da Sociedade Archeologica Lusitana* onde ele se encontra descrito com precisão, que se descobriu esta peça ser proveniente das escavações de Tróia»⁴⁵⁴.



Ilustração 43 – Prato de terra *sigillata* clara

Antiguidade Tardia, Museu Nacional de Arqueologia, 16866; Dimensões (cm): altura: 6; diâmetro: 32,7 (MatrizNet)

Este prato de terra *sigillata* clara foi um dos objectos encontrados pela *Sociedade Archeologica Lusitana* e incorporado nas colecções do MNA.

Durante a primeira campanha de escavações da *Sociedade Archeologica Lusitana*, que decorreu entre Maio de 1850 a Março de 1851⁴⁵⁵, foi encontrado, entre outros objectos e estruturas arquitectónicas, «um prato grande, quebrado, mas concertado com grossos gatos de chumbo [...] de barro saguntino, e tem alguns gatos de chumbo, notáveis pela sua

⁴⁵³ Na sequência da solicitação que efectuámos junto da direcção do MNA para identificar e registar a colecção foi-nos transmitido que não era «possível nem localizar, nem identificar tais colecções» Ofício MNA 2014/334; 10 de Nov. 2014.

⁴⁵⁴ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=140227>

⁴⁵⁵ De acordo com a descrição registada no terceiro número dos *Annaes* da Sociedade Archeologica Lusitana.

monstruosidade [...]» (s/a, 1853: 36). Foi através desta informação registada na publicação periódica *Annaes* que o serviço de inventário do Museu Nacional de Arqueologia conseguiu registar como proveniente das ruínas de Tróia um dos objectos romanos obtidos por aquela sociedade. Este é, contudo, até ao presente, o único objecto identificado como pertencente às colecções desta pioneira sociedade científica portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia. Conclui-se que os objectos obtidos em Tróia pela *Sociedade Archeologica Lusitana* poderão estar diluídos entre outras incorporações neste museu nacional. A sua identificação e o seu estudo poderiam fornecer novos elementos sobre a prática do coleccionismo arqueológico em Portugal, numa época em que a recuperação de informação que corroborasse e expandisse o que era conhecido através das fontes escritas constituía uma tendência própria dos arqueólogos clássicos da segunda metade do século XIX (Trigger, 1996: 62).

Este caso evidencia as potencialidades do estudo do percurso das colecções dos museus. A historiografia produzida sobre a instituição remete-nos essencialmente para o contexto de criação da sociedade, os seus objectivos e as actividades que desenvolveu, e para evolução do contexto das ruínas de Tróia em comparação com outros sítios arqueológicos (Fabião, 1997). É também destacado o continuado interesse pelas investigações arqueológicas do sítio, nomeadamente o projecto de reanimação dos objectivos e actividades da sociedade empreendido pela Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, em 1864 (Martins, 2003: 196-200; 2014: 211). Parte do percurso institucional da colecção da *Sociedade Archeologica Lusitana* está porém registada na actividade editorial da própria sociedade, nas memórias de João Carlos d'Almeida Carvalho (1817-1897) e Montalvão Machado (1892-1985) e surge pontualmente na bibliografia que mais recentemente foi sendo produzida sobre a história da instituição e da arqueologia em Portugal (Fabião, 1997; Martins 2005, 2009, 2014; Cardoso, 2014). Mas o facto de se desconhecer a localização da colecção arqueológica de uma instituição que é considerada um marco na investigação arqueológica em Portugal⁴⁵⁶ é sintomático do desinvestimento no estudo da história das colecções em Portugal. Neste âmbito seria também importante conhecer o percurso das colecções do principal impulsionador da *Sociedade Archeologica Lusitana*, Manuel da Gama Xaro, e dos objectos eventualmente

⁴⁵⁶ Cf. Fabião 1997; Martins, 2009, 2005, 2014; Verdasca, 2010.

recolhidos pela ‘Sociedade Anónima francesa das pesquisas arqueológicas de Cetóbriga’ que em 1876 pretendeu arrendar o terreno onde se encontravam as ruínas para continuar as campanhas de escavação (Martins, 2014: 210). Estes objectos poderiam fornecer mais elementos sobre a prática do coleccionismo científico em Portugal e outros elementos sobre a história deste importante sítio arqueológico.

A colecção de objectos formada pela *Sociedade Archeologica Lusitana* complementaria uma outra colecção proveniente do mesmo local e que se encontrava no Museu Etnológico desde em 1895, oferecida por **Francisco Cabral de Aquino Mascarenhas** (....-....), o proprietário da restinga arenosa denominada como Tróia, uma propriedade com vários quilómetros de comprimento situada no concelho de Grândola, entre o oceano Atlântico (a oeste) e o estuário do rio Sado (a leste).

Este proprietário ofereceu a Ara de Galla, encontrada no local em 1883 e noticiada no jornal de Setúbal *El Elmano*, no dia 29 de Outubro desse mesmo ano. O objecto foi então enviado para a cidade de Setúbal, onde se encontrava dez anos mais tarde, época em que foi documentado por Albert Girard (1860-1914), «naturalista do Museu de Zoologia da Escola Polytechnica de Lisboa» (Vasconcelos, 1895h: 56) e o sucessor de Arruda Furtado (1854-1887) na organização das colecções deste museu. Albert Girard copiou a inscrição e enviou essa informação, juntamente com as suas dimensões e contexto de aparecimento, para José Leite de Vasconcelos, que por sua vez a divulgou no primeiro ano de publicação de *O Archeologo Português*.



Ilustração 44 – Ara de Galla

Época Romana (séc. I d.C. – séc. II d. C.), Museu Nacional de Arqueologia, 983.534.20; Dimensões (cm): altura: 169; largura: 96; espessura: 95 (MatrizNet).

Oferecida ao Museu Etnológico Português pelo proprietário Francisco Cabral de Aquino Mascarenhas, que autorizou igualmente a escavação do local onde ela terá surgido, nas ruínas romanas de Tróia; ofereceu igualmente todo o espólio encontrado nessas mesmas escavações. Este monumento funerário pode igualmente ser visto na exposição *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Nesse mesmo ano de 1895, a Ara de Galla deu entrada nas colecções do Museu Etnográfico Português por oferta do então proprietário do local onde se situam as ruínas romanas de Tróia. Francisco Cabral de Aquino Mascarenhas autorizou ainda a escavação da sepultura a que pertencia a inscrição e ofereceu todos os objectos aí encontrados à mesma instituição museológica de Lisboa: «um vasinho de barro, novo; Um pratinho de cobre ou bronze, oxydado; Duas lucernas de barro; Uma faquinha de marfim; Cinco agulhas de marfim e nove hastes da mesma substancia (*cultus miliebris*); Fragmentos de ampulhas de vidro (fundidos); Quatro objectos de cobre ou bronze (dois fechos de caixão ou de cofre, e duas hastes); Uma chapa (fragmento de cinto); Pregos de ferro, oxydados» (Vasconcelos, 1895g:

221). A escavação foi dirigida por José Leite de Vasconcelos e por Maximiano Apolinário, o adjunto do mencionado museu que redigiu o relatório da escavação, onde se indica a disposição dos objectos que compunham o espólio fúnebre. Um espólio que foi posteriormente descrito com maior detalhe, incluindo fotografias e desenhos, no vigésimo oitavo volume da revista do museu (Vasconcelos, 1927/1929.). O mesmo proprietário ofereceu também outros objectos encontrados nas ruínas de Tróia: «Uns pedaços de mármore com esculpturas; Um tijolo hexagonal, com uma depressão crucial ao centro; Um fragmento de revestimento de parede (caliça), de côr azul» (Vasconcelos, 1895g: 221).

4.6 A COLABORAÇÃO DOS FUNDADORES DO MUSEU DE ALCÁCER DO SAL

Na mesma região, a cerca de cinquenta quilómetros de Tróia, o museu de Lisboa contava com a colaboração de **Joaquim Correia Baptista** (...-....), e do Padre **Francisco de Matos Galamba** (1842-1913), residentes em Alcácer do Sal, uma vila situada na margem direita do rio Sado. Descritos como «dois cavalheiros muito distintos (Padre Galamba e Correia Baptista) verdadeiros amadores, que nada deixam perder e que com as suas colecções auxiliaram a formação de um museu municipal» (Rasteiro, 1897: 6), partilhavam com José Leite de Vasconcelos várias informações sobre achados arqueológicos, sobretudo sobre as moedas romanas que com frequência surgiam na vila alentejana. Joaquim Correia Baptista, secretário da Câmara Municipal, convidou José Leite de Vasconcelos a visitar precisamente o museu que ajudou a instalar no edifício dos Paços do Concelho⁴⁵⁷ e para o qual doou uma colecção de objectos arqueológicos que possuía (Vasconcelos, 1895i: 87). O Padre Francisco de Matos Galamba era natural de Aldeia Nova, no concelho de Serpa, residia em Alcácer havia quatro décadas (Vasconcelos, 1914c: 301) e doou ao museu de Alcácer a sua colecção de numismática (Vasconcelos, 1895i: 87), enriquecendo depois esta instituição com outros objectos que progressivamente recolheu.

A mencionada visita de José Leite de Vasconcelos decorreu no ano de 1894 e incluiu, além da visita ao museu, várias investigações locais, nomeadamente no lugar denominado Castelinhos, onde obtiveram conhecimento do aparecimento de uma sepultura de pedra, quadrada, dentro da qual estaria uma «terrina», oferecida ao coleccionador Teixeira de Aragão (Vasconcelos, 1895i: 92). No ano seguinte, em 1895, o director do Museu Etnográfico Português voltou a Alcácer do Sal onde, através de Correia Baptista e Matos Galamba, tomou conhecimento das novas moedas de cobre encontradas localmente e visitou locais onde existiam vestígios arqueológicos, como a Herdade do Berlonguinho, Herdade de S. Brás e a Herdade da Barrosinha (Vasconcelos, 1898b: 112-113).

A partir da informação fornecida por estes coleccionadores sobre as referidas moedas de cobre José Leite de Vasconcelos estabeleceu paralelismos com a colecção de Teixeira de

⁴⁵⁷ A instituição museológica possuía uma colecção com objectos pré e proto-históricos, romanos, árabes e portugueses (Vasconcelos, 1895i: 80).

Aragão que visitou seguidamente em Lisboa. Nesta colecção particular (que abordámos no subcapítulo 2.1) encontrava-se uma moeda semelhante às moedas de cobre encontradas em Alcácer, mas proveniente de Elvas. O desenho da moeda da colecção de Teixeira de Aragão foi publicada no mesmo artigo em que se divulgam as novas moedas encontradas em Alcácer do Sal, precisamente para ilustrar a sua semelhança e comprovar que deveriam pertencer a *Salacia*, designação de Alcácer do Sal na época romana (Vasconcelos, 1896j: 280).

Entre 1895 e 1905 Correia Baptista, Matos Galamba e J. Leite de Vasconcelos trocaram informações diversas através de correspondência. Nesta troca epistolar predomina o envio de informações e desenhos sobre os novos achados de moedas efectuados localmente, as referências a bibliografia, a outras colecções arqueológicas e também a intermediação de aquisições para o museu de Lisboa⁴⁵⁸. Em 1905 Leite de Vasconcelos efectuou nova visita a Alcácer do Sal e registou a evolução do museu desta localidade no artigo «Excursão Arqueológica à Extremadura Transtagana» (Vasconcelos, 1914c). Cerca de dez anos depois da sua criação esse museu possuía duas secções. Uma delas continuava instalada nos Paços do Concelho onde estavam depositados os «objectos miúdos (moedas, loiça, etc.)». Os objectos mais volumosos, como «lápides, esculpturas, etc.» estavam instalados desde 1901 no extinto Convento de Santa Clara (Vasconcelos, 1914c: 301). No mesmo texto divulgam-se os novos objectos entretanto incorporados: um *pondus* de barro, as marcas figulinas registadas em «cacos arretinos», novas inscrições, uma «chapazinha amuletiforme» com inscrição, as novas moedas, a incorporação de uma lápide de *Cornélio Boccho*, antes embutida numa casa da vila de Alcácer do Sal e os objectos romanos provenientes da Herdade dos Frades, da freguesia de S. Romão. O conhecimento veiculado por estes objectos servia para estabelecer paralelismos com os objectos que integravam as colecções do museu sediado em Lisboa.

⁴⁵⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco de Matos Galamba, 1894-1910., cota: 1382/8891- 8903; MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Correia Baptista, 1894-1933?, cota: 248/1276-1437A.



Ilustração 45 – Urna de pedra com tampa

Época romana (séc. I d.C.); Museu Nacional de Arqueologia, cota: 999.140.1; Dimensões (cm) altura: 21; largura: 38,5; comprimento: 40,5 (MatrizNet)

Objecto oferecido ao Museu Etnológico Português por Joaquim Correia Baptista (Vasconcelos, 1913a: 376), um importante informador de José Leite de Vasconcelos e cicerone nas excursões realizadas na região de Alcácer do Sal entre 1894 e 1905. Esta urna de pedra pode igualmente ser vista na exposição *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*.

4.7 «QUEM ME METEO ESTE VÍCIO NO CORPO FOI ESTÁCIO DA VEIGA»: A COLABORAÇÃO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO SUL DE PORTUGAL

No ano de 1923, **Manuel António Torres** (...-...), secretário da Câmara Municipal de Alcoutim, predispuña-se a transformar uma manjedoura num objecto científico:

«No meu desejo de arranjar coisas para o museu soube que, no Monte de Cortes Pereira existe uma pedra com inscrição e conseguida[?] mandei copiar a mesma que envio junto. A pedra em que a mesma inscrição se encontra deve pesar pouco mais ou menos 60 quilos e se V.^a Ex.^a vir que tem algum valor dirá, para a obter, visto que faz parte de uma manjedoura.»⁴⁵⁹

Juntamente com esta informação seguia uma cópia da inscrição que o seu receptor, Leite de Vasconcelos, prontamente classificou juntando a identificação da localização da lápide e o nome do informador, conforme podemos observar pelas notas inscritas abaixo da transcrição realizada por Manuel António Torres (Ilustração 46).



Ilustração 46 – Inscrição enviada por Manuel António Torres para o Museu Etnológico Português, 1923.

Manuel António Torres copiou esta inscrição de um objecto utilizado como manjedoura no Monte de Cortes Pereira, no concelho de Alcoutim. Este registo, enviado juntamente com a carta com data de 10 Agosto 1923, possui a classificação de José Leite de Vasconcelos: «monte de Cortes Pereira/Alcoutim»; «M.el Ant. Torres enviou»; um registo efectuado a lápis de grafite e caneta que permitia a localização geográfica do objecto e a identificação do informador.

⁴⁵⁹ MNA, Cartas de Manuel António Torres, 10 agosto 1923, cota: 3451/22173.

Os informantes do secretário municipal de Alcoutim tinham também disponibilizado o decalque de uma moeda de prata encontrada no sítio do Premedeiro, a seis quilómetros de Alcoutim, e vários fragmentos de cerâmicas que Manuel António Torres enviou pelo correio para o Museu Etnológico Português. Além da manjedoura com a inscrição, da moeda e destas cerâmicas que enviou pelo correio menciona ainda o envio de uma outra «pedra com letras» encontrada no sítio do Montinho de Diogo, a dois quilómetros e meio de Alcoutim, que outro dos seus informadores, João Cavaco Costa, lhe tinha oferecido. João Cavaco Costa era pastor, sabia ler, escrever e tinha interesse em conhecer o fim das suas ofertas. Uma delas, uma outra pedra, tinha sido igualmente oferecida a Manuel António Torres e por este encaminhada para Lisboa em 31 de Outubro de 1922. Este secretário da Câmara Municipal local solicitava então informação sobre o destino dos objectos ao director do Museu Etnológico, sabendo que essa informação estimularia outras ofertas deste pastor.



Ilustração 47 – Placa de cancela

Antiguidade Tardia (séc. VI d.C. – séc. VII d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, cota: E 6638, Dimensões (cm): altura: 45; largura: 40; espessura: 11,5 (MatrizNet)

Este fragmento de placa de cancela, proveniente de uma basílica cristã, foi encontrada numa propriedade próxima do Monte de Clarines (Alcoutim) e oferecida a Manuel António Torres pelo proprietário, José António de Brito. Manuel António Torres ofereceu posteriormente este objecto ao Museu Etnológico.

O próprio Manuel António Torres fazia também a promessa de enviar informações adicionais sobre outros objectos que poderiam interessar ao Museu Etnológico:

«Mais tarde enviarei a V.^a Ex.^a desenho e descrição de umas pedras enormes que se acham a 12 quilómetros desta vila, pois segundo me informam devem ser de valor arqueológico».⁴⁶⁰

As pedras a que se refere este funcionário municipal poderão remeter para outro objecto preservado pelo MNA, nomeadamente uma placa de cancela da Antiguidade Tardia que integra as colecções da instituição (Ilustração 47).

Manuel António Torres era ressarcido das despesas de condução dos objectos que encaminhava para Lisboa – «a despesa efectuada com a condução da pedra de Martinlongo até Vila Real foi de 1\$44»⁴⁶¹ – e agraciado com a divulgação do seu nome nas páginas da revista *O Archeologo Português*, publicação enviada para Alcoutim pela direcção do museu (Vasconcelos, 1919-1920b: 199). No seu vigésimo quarto volume registava-se a colaboração de Manuel António Torres desde 1908, quando José Leite de Vasconcelos realizou, na companhia de José de Almeida Carvalhaes⁴⁶², uma excursão a esta vila alentejana. Aí é referenciado como «pessoa muito apaixonada da história da sua terra» e muito prestável na obtenção de vários objectos pré-históricos nessa ocasião e posteriormente. Em 1917 enviou ainda uma «importante lápide que contém uma inscrição ibérica» e em 1919 «ofereceu tres ajulejos, provenientes da vila de Alcoutim» (Vasconcelos, 1919-1920b: 202).

Também o secretário municipal da vila de Mértola, no Baixo Alentejo, **João Manuel da Costa** (1836-1918?)⁴⁶³, iniciou contactos com José Leite de Vasconcelos e colaboração com o projecto museológico que este dirigiu. A relação entre ambos mostra que mesmo antes da criação oficial do Museu Etnográfico Português, em 20 de Dezembro de 1893, já Leite de Vasconcelos compilava desenhos e informações sobre a arqueologia desta vila alentejana, hoje um dos principais sítios arqueológicos portugueses. Efectivamente, Leite de Vasconcelos recebeu de João Manuel da Costa desenhos e informações sobre «uns chumbos»⁴⁶⁴ através de uma carta com data de 14 de Dezembro desse mesmo ano de 1893.

Esta povoação era profícua em achados arqueológicos e o interesse de João Manuel da Costa remontava à década de 1870, quando conheceu Estácio da Veiga e as suas práticas

⁴⁶⁰ MNA, Cartas de Manuel António Torres, 10 Ago. 1923, cota: 3451/22173.

⁴⁶¹ MNA, Cartas de Manuel António Torres, 4 Jul. 1926, cota: 3451/22175.

⁴⁶² Foi «colector-preparador» do Museu Etnológico Português entre 1901 e 1912 (Vasconcelos, 1914c: 319).

⁴⁶³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, cota: 927, 1893-1918.

⁴⁶⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 14 Dez. 1893, cota: 927-6001.

arqueológicas: «quem me meteo este vício no corpo foi Estácio da Veiga»⁴⁶⁵. O secretário da Câmara Municipal interessou-se desde então pela formação de uma colecção onde se cruzavam a arqueologia e a história natural e que descreve nos seguintes termos em 1894:

«Eu apenas sou um curioso, amador das cousas antigas, sem que tenha os conhecimentos precisos, e que eu muito desejava ter, para conhecer algumas cousas de que faço aquisição. Assim compro hoje uma moeda romana, e daqui a dois ou tres meses é que a decifro, quando a decifro; e isto acontece-me muitas vezes, mesmo sendo auxiliado pelo catálogo do Aragão.

[...] Tenho algumas moedas árabes de prata e cobre e também tenho fragmentos de vasos de barro árabes; tenho muitos objectos de que lhe mandarei alguns desenhos toscos porque os não sei fazer melhores. Também tenho das taes chamadas pedras de raio – tenho louça, tenho espadas, floretos, fósseis, bonitos[?] da natureza etc. etc. Tenho de tudo um pouco e as mais das cousas de pouco valor. Um dia que eu tenha vagar hei-de fazer um inventário das minhas antiguidades».⁴⁶⁶

Desde que estabelecera contactos com Estácio da Veiga, a quem ofereceu «uma pedra sepulcral de um presbítero» e «duas cabeças de estátuas, de mármore»⁴⁶⁷, João Manuel da Costa começou a juntar à sua colecção de numismática outras tipologias de objectos antigos que surgiam na região e a ser procurado por outros interessados em arqueologia que pretendiam observar e analisar os objectos que guardava em sua casa⁴⁶⁸. Depois de dar a conhecer a sua colecção a Estácio da Veiga em 1877, foi procurado por um viajante inglês durante a última década do século para observar as suas estatuetas em bronze, «as candeias sepulcrais em barro branco», as «duas moedas de ouro visigóticas», uma «moeda authonoma desta villa» e «fragmentos de ânforas, de vasos árabes»⁴⁶⁹. Na mesma década, em 1895, recebeu também a visita de Maximiano Apolinário e de José Leite de Vasconcelos que se interessaram igualmente pelas estatuetas em bronze⁴⁷⁰, examinando toda a restante colecção e anotando todos os

⁴⁶⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 15 Mar. 1917, cota: 927-6055.

⁴⁶⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 31 Mai. 1894, cota: 927-6004.

⁴⁶⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 14 Mai. 1894, cota: 927-6003. Estes objectos incorporaram as colecções do Museu Nacional de Arqueologia juntamente com os restantes objectos que integravam o *Museu Archeologico do Algarve*.

⁴⁶⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 15 Mar. 1917, cota: 927-6055.

⁴⁶⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 11 Mai. 1894, cota: 927-6002.

⁴⁷⁰ José Leite de Vasconcelos realizou durante as férias *pascais* do ano de 1895, acompanhado de Maximiano Apolinário, uma excursão arqueológica pelo sul de Portugal. Visitou Beja, Serpa, Mértola, Castro Marim e Faro. Em Mértola procurou

objectos que a compunham, uma relação divulgada cinco anos mais tarde, em 1900, na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1899-1900b: 239-241). Mas o desenho de uma das estatuetas de bronze da colecção de João Manuel da Costa, elaborada pelo colaborador do Museu Etnológico, Maximiano Apolinário, foi divulgado no primeiro tomo da revista *O Archeologo Português*, por José Leite de Vasconcelos (Ilustração 49), que a incluiu num artigo dedicado a esta tipologia de objectos atribuídos aos cultos religiosos da Lusitânia (Vasconcelos, 1895f: 297). A estatueta foi encontrada em 1886 no concelho de Almodôvar, junto à ribeira do Vascão, na freguesia de Santa-Cruz, e posteriormente incorporada na colecção de João Manuel da Costa. Foi recuperada «por um rapazinho que andava brincando na ribanceira enquanto a mãe lava na ribeira» do Vascão, conforme registou João Manuel da Costa num desenho que endereçou em Maio de 1894 para José Leite de Vasconcelos⁴⁷¹.



Ilustração 48 – Carta de João Manuel da Costa para JLV.

Este documento enviado de Mértola no dia 14 de Maio de 1894, ainda endereçado para a Biblioteca Nacional, remete-nos para dois momentos de classificação de informação. O primeiro para o contexto de organização de informação do Museu Etnográfico Português, por Leite de Vasconcelos, que inscreveu junto ao selo de correio uma classificação geográfica: «Archeologia de 'MERTOLA'». Um segundo momento remete-nos para o contexto de organização do espólio documental de José Leite de Vasconcelos e consecutivamente da sua vasta rede de contactos espalhados pelo país, na qual se incluía este secretário do Município de Mértola, cuja carta está registada com o número «6003 1/3», cota que encontramos escrita a lápis de grafite no canto superior esquerdo, junto à classificação de JLV.

conhecer «restos de tão famosa cidade da Lusitânea, ver a collecção archeologica do meu amigo Sr. João Manuel da Costa, e explorar algumas sepulturas do antigo cemiterio wisigothico, já em parte descrito por Estácio da Veiga nas *Memorias das antiguidades de Mertola*, Lisboa 1880.» (Vasconcelos, 1899-1900b: 239)

⁴⁷¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 14 Mai. 1894, cota: 927-6003B

Este secretário da Câmara Municipal de Mértola estava atento às antiguidades que surgiam na região e competia pela sua aquisição com outros colecionadores e comerciantes locais, cujo número foi crescendo ao longo dos anos, sobretudo depois da estadia de Estácio da Veiga, em 1877⁴⁷². João Manuel da Costa constituía por isso um importante informador para José Leite de Vasconcelos, a quem descreveu detalhadamente as antiguidades que foram surgindo na vila nos anos posteriores às grandes cheias do Inverno de 1876 e aos registos publicados por Estácio da Veiga no seu livro sobre as antiguidades de Mértola: *Memória das Antiguidades de Mértola* (1880)⁴⁷³. Durante a estadia de Leite de Vasconcelos nessa vila, no ano de 1895, além de facultar a visita à sua colecção arqueológica e de oferecer parte dela ao Museu Etnográfico⁴⁷⁴, João Manuel da Costa facilitou o acesso a vários sítios e apresentou Leite de Vasconcelos e Maximiano Apolinário a vários indivíduos que por sua vez também ofereceram outros objectos para a colecção arqueológica que se organizava em Lisboa (Vasconcelos, 1899-1900b: 241).

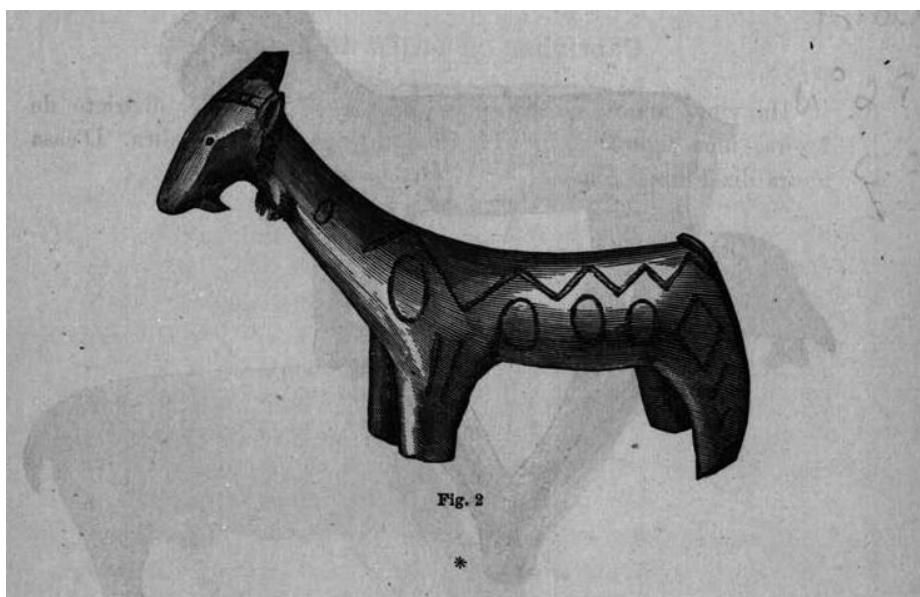


Ilustração 49 – Estatueta de bronze da colecção de João Manuel da Costa.

Na década de 1890 o colecionador particular João Manuel da Costa, secretário da Câmara Municipal de Mértola, aceitou ao pedido de divulgação de um dos objectos da sua colecção na revista *O Archeologo Português*. Uma das estatuetas de bronze que possuía foi então desenhada por Maximiano Gabriel Apolinário, adjunto do Museu Etnográfico Português, e divulgada no primeiro número da mencionada revista.

⁴⁷² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 21 Fev. 1905, cota: 927-6042.

⁴⁷³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 14 Mai. 1894, cota: 927-6003.

⁴⁷⁴ Identificámos a oferta dos seguintes objectos por João Manuel da Costa: «uma glans de chumbo (bala de funda, romana)» (Vasconcelos, 1896i: 158), «um pequeno busto romano de bronze», «uma panella de barro romana», «um machado de pedra polida, com um sulco transversal numa das faces» (Vasconcelos, 1897c: 123), uma fotografia de «incrição romana de Mertola do século VI» (Vasconcelos, 1902b: 144-145), «duas foices» (Pereira & Vasconcelos, 1904: 40), «cossoiro de barro ornamentado, e um lote de quatro moedas arábicas, - tudo encontrado em Mértola» (Carvalhaes, 1911: 108), um pendente ornamental em forma de chouriço (Vasconcelos, 1919-1920c: 100).

Enquanto os anteriores secretários municipais que mencionámos constituíam importantes angariadores de objectos, que não coleccionavam, seria espectável que João Manuel da Costa assumisse apenas a função de informador. E de facto encontramos referências ao envio de informações detalhadas e desenhos sobre os objectos que coleccionava, a autorização de visitas à sua colecção e também a autorização do registo fotográfico dos seus objectos⁴⁷⁵. Mas João Manuel da Costa assumiu igualmente as funções de intermediário na obtenção de objectos. Parece ser na sequência da visita que José Leite de Vasconcelos efectuou a Mértola durante as férias *pascais* de 1895 que João Manuel da Costa intercedeu no envio de vários objectos que pertenceram ao «Dr. Fortunato da Fonseca», efectuou também diligências para enviar as «pedras de Cacella»⁴⁷⁶, fez várias tentativas para obter a «soleira da porta do Armazém do Manuel Gomes»⁴⁷⁷ ou a pedra do quintal do Manuel Bravo Gomes⁴⁷⁸ (talvez o mesmo objecto que o anteriormente mencionado).

O teor desta colaboração manteve-se até mudar a administração do Concelho de Mértola no ano de 1897. Como J. Manuel da Costa estava de relações cortadas com o novo administrador alertou Leite de Vasconcelos que deixara de possuir condições para lhe encaminhar objectos que estivessem sob a alçada da câmara⁴⁷⁹. Contudo, encontramos ainda referência à intenção de oferecer uma pedra com «bonitos lavoures» encontrada numa escavação efectuada no adro de uma igreja de Mértola, cujo decalque enviou para Lisboa⁴⁸⁰. Outro dos decalques que remeteu para Lisboa documentava o aparecimento de um pedaço de uma lápide sepulcral no decorrer de umas obras na vila (Ilustração 50).

⁴⁷⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 19 Mar. 1895, cota: 927-6009.

⁴⁷⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 24 Abr. 1895, cota: 927-6011.

⁴⁷⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 3 Mai.1895, cota: 927/6012.

⁴⁷⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 18 Jun.1895, cota: 927/6014.

⁴⁷⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 12 Abr. 1897, cota: 927/6026; 12 Dez.1894, cota: 927-6032.

⁴⁸⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, s.d., cota: 927/6030.

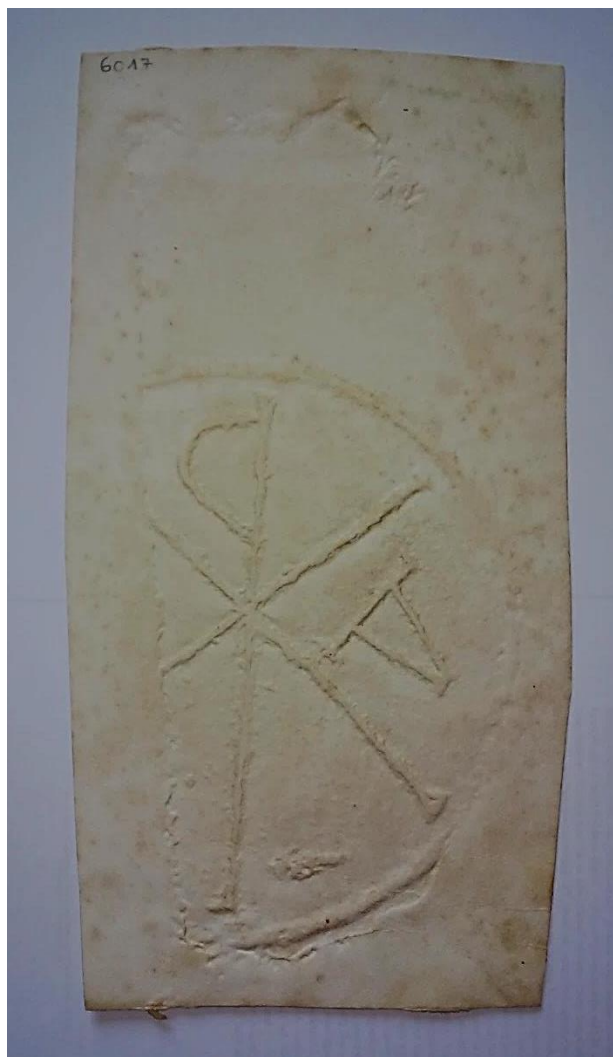


Ilustração 50 – Decalque enviado pelo coleccionador João Manuel da Costa para o Museu Etnológico Português.

Em 30 de Agosto de 1895 o coleccionador de Mértola comunicava da seguinte forma o aparecimento deste objecto: «Também apareceu em umas obras que estão fazendo um bocado de pedra que parece de lápide sepulcral, estava já em entulho, o que indica haver sido tirada de seu lugar e [...], ha muitos annos e seculos; tem o alfa e o ómega e nada mais; remeto copia.»⁴⁸¹

Em 1899 alertou igualmente o director do museu sobre os achados arqueológicos efectuados durante a demolição de umas casas na Rua da Capelinha, próximo da Igreja da Misericórdia:

«Quando o Gomes mandou abrir acabando por [...] o alicerce, na parte norte e junto à travessa que vae para a rua do espirito santo, a uma profundidade de metro e meio ou dois metros, encontraram uma pedra mármore de mais de metro de comprimento, pouco menos de metro de largura e igual altura. Depois de tirarem esta pedra que bastante trabalho

⁴⁸¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 30 Ago. 1895, cota 927-6017

custou, deram notícia de outra pedra; trataram de a tirar e reconheceram que era uma estátua romana, mas sem cabeça e sem mãos. Esta estátua parece ter manto ou [suíça?], ou ambas as cousas, e parece mais bem ser um imperador romano do que um dos deuses da mythologia.

Appareceram mais algumas pedras com frisos ou [...] e outras [...].

Tive vontade de mandar-lhe um telegrama para que imediatamente viesse aqui; mas o padre Luís, prior da [...] que aqui estava, disse-me que V. Ex.^a estava no estrangeiro. Esperava pois o seu regresso para lhe dizer alguma cousa. Estou persuadido que se aquelle sitio fosse explorado, que daria muita cousa; pois muita couza que se tem encontrado naquellas proximidades, leva a crer que ali haviam monumentos e edificios romanos, templos ou cousa semelhante.

A estátua está em poder do Gomes, e estou persuadido que com vontade ou sem ella a dispensará; será bom que V. Ex.^a lhe escreva sobre o assunto.»⁴⁸²

Esta informação é enviada para Lisboa numa altura em que João Manuel da Costa tencionava vender parte da sua colecção. Tinha então já efectuado uma proposta ao director do Museu Etnológico e encontravam-se em negociações sobre o valor da transacção e sobre os objectos que integrariam essa venda. Porque José Leite de Vasconcelos tinha interesse em obter objectos que João Manuel da Costa não estava disposto a ceder, as negociações alongaram-se de 1897 até, possivelmente, ao final da vida deste coleccionador de Mértola⁴⁸³. Desconhece-se (como desenvolvemos no subcapítulo 5.2) se efectivamente este secretário municipal vendeu a sua colecção ao Museu Etnológico. As cartas que dirigiu a José Leite de Vasconcelos, a principal fonte sobre o seu percurso e as suas práticas colecionistas, relatam o seu interesse continuado pelas antiguidades e a sua atenção aos objectos antigos que foram surgindo na região, mas não referem a concretização da venda da colecção particular que possuía.

⁴⁸² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 18 Abr. 1899, cota: 927/6033.

⁴⁸³ Desenvolvemos este aspecto da relação entre João Manuel da Costa e o Museu Etnológico no capítulo 5.3. *As aquisições do Museu Etnológico Português*

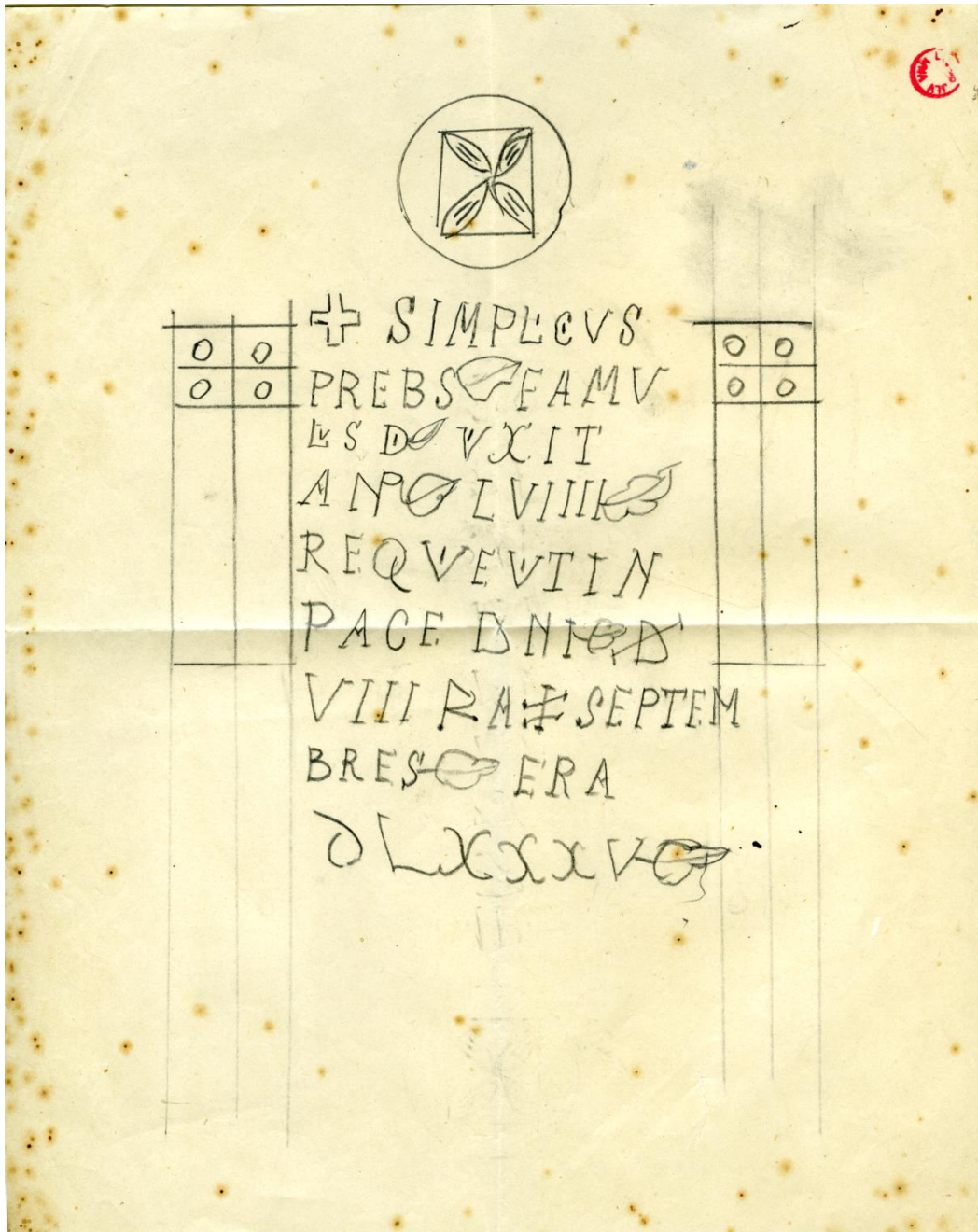


Ilustração 51 – Desenho realizado pelo colecionador João Manuel da Costa.

Proxie de lápide dedicada ao presbítero Simplício. João Manuel da Costa disputou a sua aquisição (Arquivo do MNA)

Um dos exemplos que remete para esse contínuo interesse pelas antiguidades locais e para a sua importância enquanto colecionador foi divulgado em 1903 nas páginas da revista do Museu Etnológico. Nesse ano difundiu-se a reprodução de uma lápide sepulcral medieval do século VI, que apareceu em 1886 junto à Igreja do Carmo, no já mencionado quintal do

Manuel de Oliveira⁴⁸⁴, objecto que, segundo o testemunho de João Manuel da Costa, foi enviado para Inglaterra⁴⁸⁵. João Manuel da Costa, que disputara a sua aquisição, examinou o objecto e registou-o antes da concretização da venda e foram as suas *proxies*, neste caso uma fotografia, que suportaram a sua divulgação na revista do Museu Etnológico no ano de 1903 (Vasconcelos, 1903b: 144). Esta lápide fora antes divulgada em 1887 por Borges de Figueiredo na *Revista de Archeologia e História* (Figueiredo, 1887: 64) a partir de uma fotografia de um residente local de nome João Zink (...-...). O autor do artigo, Borges de Figueiredo, obtivera a notícia do seu aparecimento através de Emil Hübner, que de Berlim partilhou a informação que obtivera de um amigo português. Também Hübner divulgou a mesma lápide que registava o falecimento do Presbítero Simplício no ano de 575 (Hübner, 1900: 12). As imprecisões com que foi divulgada nas publicações anteriores foram apontadas por Leite de Vasconcelos que utilizou os registos de João Manuel da Costa para esse efeito.

Foram igualmente os registos de João Manuel da Costa, neste caso um decalque, que permitiram a divulgação, em 1904, de uma lápide em forma de pipa consagrada aos deuses *Manes* na mesma publicação científica (Vasconcelos, 1905d: 31-32). O director do museu obtivera anteriormente conhecimento da sua existência através de Augusto de Vargas (....-....), outro dos seus informadores locais, mas foi o registo enviado por João Manuel da Costa que permitiu a sua divulgação.

⁴⁸⁴ Actor que abordámos no subcapítulo 2.2. «*Pago todas as pedras que me apresentar com letras*» - *coleccionismo arqueológico em Mértola, 1877*.

⁴⁸⁵ João Luís Cardoso, num artigo que pretende esclarecer a autoria de uma planta conservada no arquivo de Estácio da Veiga, registou que a lápide se encontra em Cambridge (Cardoso, 2006: 157).

4.8 «EU BEM QUERERIA TAMBÉM [...] A FORMA MONETÁRIA DE QUE FALEI ACIMA!»: COLECCIONADORES E COLECÇÕES NA REGIÃO DE BEJA

O Museu Etnológico beneficiou igualmente dos contactos com o ourives e coleccionador de origem espanhola, **Francisco Galinoti (...-....)**, radicado no Baixo Alentejo «há longos anos». Desde 1895 que em Lisboa se recebiam as suas cartas enviadas de Beja⁴⁸⁶, com informações sobre as moedas das suas colecções e os seus comentários sobre outros numismas divulgados n’*O Archeologo Português*.

No ano de 1917, quando recebeu a visita de Leite de Vasconcelos e de João Saavedra Machado (1887-1950)⁴⁸⁷, ofereceu algumas moedas para o Museu Etnológico e o director registou no ano seguinte, através da sua publicação periódica a generosidade de mais este coleccionador particular e o desejo de obter «uma forma de pedra, de fazer moedas arábicas» que Galinoti possuía:

«[...] teve ele a bondade de me oferecer algumas moedas, que eu trouxe para o Museu Etnológico, aonde eu bem quereria também que entrasse a forma monetária de que falei acima!» (Vasconcelos, 1918b: 106)

Na revista do Museu Etnológico foi também divulgada uma imagem da desaparecida porta romana de Beja, um desenho conservado por este ourives espanhol que permitiu a realização de uma cópia por Saavedra Machado, um desenho depois também divulgado na revista do Museu (Vasconcelos, 1918b: 106).

⁴⁸⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Galinoti, 1 Jun. 1895, cota: 1383/8904 A-B; 23 Jul. 1895, cota: 1383/8905.

⁴⁸⁷ Foi conservador-deseenhador do Museu Etnológico Português entre 1912 e 1918(?).

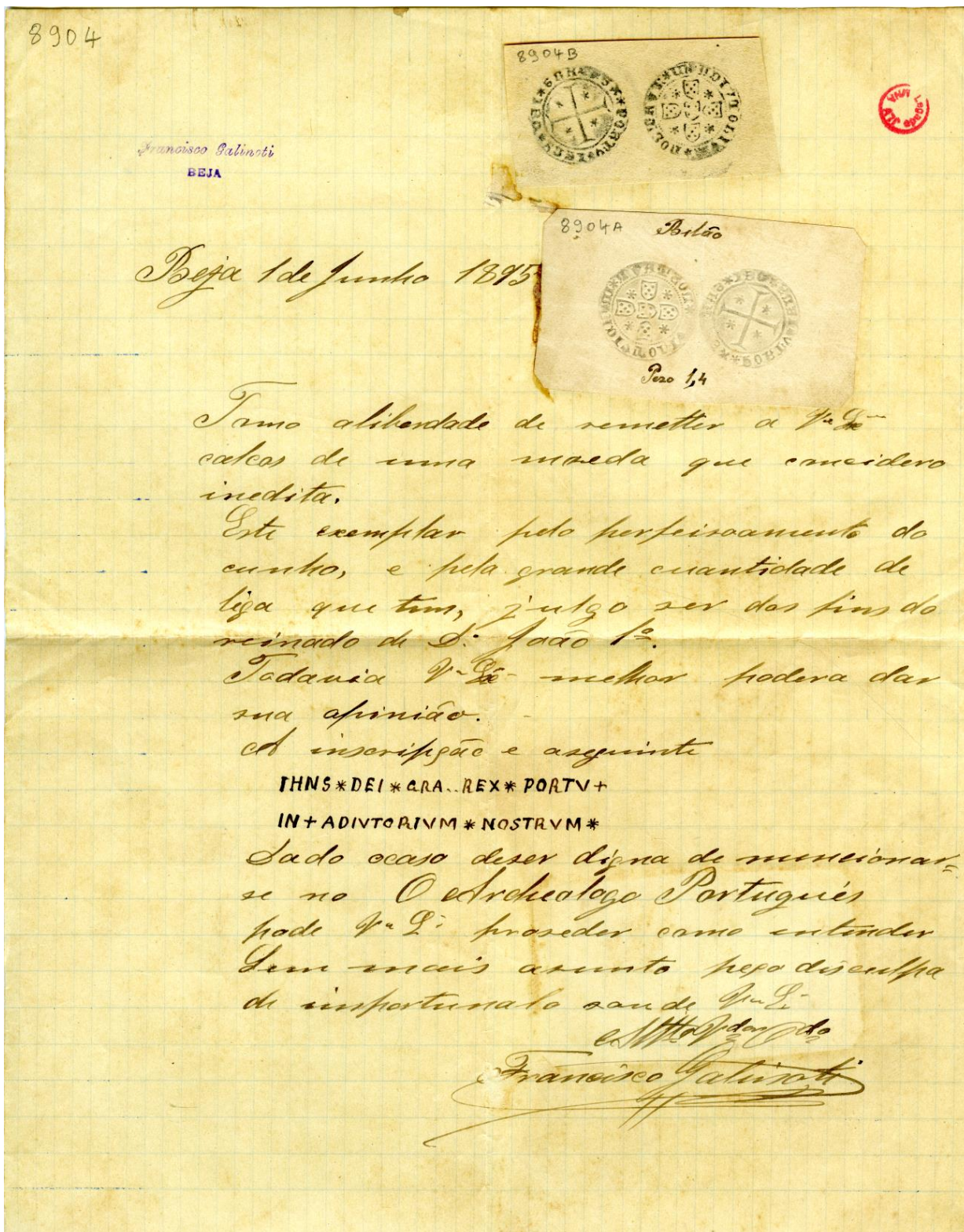


Ilustração 52 – Carta e decalques de Francisco Galinoti dirigidos a JLV

No dia 1 de Junho de 1895 Francisco Galinoti enviou para Lisboa dois decalques de uma moeda inédita e autorizou o director do Museu Etnológico a divulgar o objecto na revista da instituição (MNA, cota:1383/8904 A-B).

Na mesma cidade de Beja, o Museu Etnológico disputava com o museu local e com José Umbelino Palma (...-1897) os objectos que surgiam. Umbelino Palma foi secretário da

Câmara Municipal de Beja, redactor do jornal local *O Bejense* e um dos principais responsáveis pelo crescimento das colecções do museu local inaugurado em 1892⁴⁸⁸. Tal como José Leite de Vasconcelos, também José Umbelino não perdia «a oportunidade de obter qualquer objecto valioso que aparece casualmente ou que lhe consta que existe em qualquer parte», e depois de efectuar registos da sua incorporação na colecção que organizava procedia, tal como Vasconcelos em Lisboa, à sua divulgação. Neste caso as novas aquisições ou de ofertas ao Museu de Beja eram noticiadas no jornal local, *O Bejense* (Vasconcelos, 1899-1900b: 229).

José Umbelino Palma enviou para o director do Museu Etnológico fotografias de uma lápide com inscrições que apareceram no convento de Beja e que o jornal *O Bejense* noticiou a 9 de Maio de 1896. A mesma lápide com as duas inscrições, visigótica e árabe, que integrou as colecções do museu local dirigido por Umbelino Palma, foi igualmente divulgada por Leite de Vasconcelos na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1896m: 175) que então empreendia algumas considerações sobre a época do bronze em Portugal (Vasconcelos, 1906c: 182). José Leite de Vasconcelos recorreu igualmente a informações fornecidas por José Umbelino Palma sobre a descoberta de uma sepultura encontrada na estrada de Santa Vitória para Ervidel e uma outra sepultura encontrada na vila de Santa Vitória. Mesmo competindo com o organizador do museu de Beja, a instituição de Lisboa contou igualmente com as suas informações e com a colaboração de outro coleccionador de numismática residente na cidade de Beja.

Francisco Ignacio Mira (...-...) era formado em direito e possuía uma colecção de moedas portuguesas⁴⁸⁹ onde se destacava uma moeda cunhada no primeiro mês da Restauração – um meio tostão de D. João IV de 1640 (Aragão, 1874: 105). Possuía igualmente moedas romanas, uma parte delas adquirida aos mineiros da mina de Aljustrel, nomeadamente moedas de ouro e prata (Veiga, 1889: 128). Estão documentados os seus

⁴⁸⁸ No *site* do Museu de Beja encontra-se a seguinte informação sobre José Umbelino Palma: «[...] na última década do séc. XIX, não só reuniu grande parte do espólio do Museu como o organizou, divulgou e, ao mesmo tempo, incentivou e sensibilizou inúmeros bejenses e pessoas da região a doarem peças importantes para o museu, no sentido de enriquecerem as diversas colecções e contribuir para a salvaguarda do património cultural, artístico e arqueológico da região que, na posse de particulares, corria o risco de desaparecer» <http://www.museuregionaldebeja.net/ascoleccoes.htm>

⁴⁸⁹ Esta colecção terá sido iniciada pelo seu tio, o Padre José Ignácio de Mira, prior da freguesia de S. Salvador de Beja. Em 1898 o catálogo da colecção de Francisco Ignácio Mira foi publicado pelo próprio para participar na exposição numismática promovida pela Casa Liquidadora, Antigo Bazar Católico, no âmbito das festas de celebração da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. A colecção de F. I. Mira manteve-se intacta até 1969/70, altura em que foi vendida em leilão, dispersando-se. A parte muçulmana foi adquirida por José Rodrigues Marinho que publicou precisamente um artigo sobre «As moedas muçulmanas da colecção de Francisco Ignácio Mira» (Marinho, 1989-1990).

contactos com José Leite de Vasconcelos desde 1889. Em 21 de Dezembro desse ano ofereceu «a impressão a lacre do anel romano do Dr. Menezes, e do amuleto arabico, o qual lhe offereço, desejando que a legenda identifique cousas de algum valor»⁴⁹⁰.

Em 1895 Francisco Ignácio Mira receberia a visita de Leite de Vasconcelos em Beja, ocasião em que disponibilizou o exame dos objectos coleccionados até então e recebeu o pedido para realizar uma nota descritiva sobre a sua colecção a ser divulgada na revista *O Archeologo Português*. Os contactos entre ambos persistiram até ao ano de 1908. Durante este período Francisco Ignacio Mira colaborou com informações diversas enviadas para o museu de Lisboa: contactou com o administrador de Odemira no sentido de obter informações sobre umas pedras que não especifica⁴⁹¹ e encaminhou igualmente a informação que obteve junto de Balthazar António da Silva Callapez (....-....) sobre as pedras que se encontravam num muro da freguesia de S. Martinho das Amoreiras⁴⁹².

A menos de trinta quilómetros de Beja, na vila de Serpa, encontrava-se outro coleccionador particular, o médico **José de la Feria y Ramos** (1833-1896). Possuía uma colecção de numismática e outras antiguidades como «instrumentos de pedra polida encontrados nos arredores de Serpa; uma estatueta em bronze de Cupido [...], e o fragmento de um cano de chumbo romano». Desde 1889 que conhecia José Leite de Vasconcelos e nesta data ofereceu la Feria y Ramos uma árula romana consagrada a Mercúrio que foi posteriormente divulgada numa publicação de Portalegre, *Estemna Litteraria*, em 1892 (Vasconcelos, 1899-1900b: 233)⁴⁹³.

⁴⁹⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Ignácio Mira, 21 Dez. 1889, cota: 2182/14683.

⁴⁹¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Ignácio Mira, 16 Dez. 1906, cota: 2182/14685.

⁴⁹² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Ignácio Mira, 26 Jun. 1908, cota: 2182/14686.

⁴⁹³ O mesmo objecto foi também representado na obra *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos, 1913a: 274).



Ilustração 53 – Árula a Mercúrio

Época Romana (séc. II d.C. – séc. III d.C.), Museu Nacional de Arqueologia, cota: 18709; Dimensões (cm): altura: 21; largura: 18; espessura: 10 (MatrizNet)

Esta árula romana foi oferecida em 1889 pelo colecionador José de la Feria y Ramos a José Leite de Vasconcelos que a divulgou numa publicação de Portalegre, na revista *O Archeologo Português* e na obra *Religiões da Lusitânia*; está actualmente exposta no MNA, em Lisboa, na exposição *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*.

Três anos mais tarde, em 1895, o médico de origem espanhola nascido em Aiamonte voltou a oferecer uma outra lápide com inscrição romana⁴⁹⁴ (Vasconcelos, 1895g: 221). Depois da sua morte foi o seu filho mais velho, José Feria Theotonio (...-...), que ofereceu outro objecto da sua colecção, o atrás mencionado cano de chumbo romano (Vasconcelos, 1899-1900b: 236).

La Feria y Ramos formou-se em medicina no ano de 1858 e cinco anos mais tarde fixou residência em Serpa, onde exercia a profissão de médico municipal e subdelegado de saúde. Feria y Ramos foi também viticultor e sobre esta actividade recebeu menção especial na Exposição de Filadélfia em 1876. As moedas que começou a coleccionar em 1870 e que dispunha de forma ordenada e documentada, «de forma a poder contribuir para o estudo da história local, disponibilizando-a a quem quizer», foram vendidas em leilão em data não registada mas anterior a 1900 (Vasconcelos, 1899-1900b: 231-237).

⁴⁹⁴ Não conseguimos localizar este objecto no Matriz Net.

4.9 «QUANTO A LEVAR AS MOEDAS PARA LISBOA, NEM PENSAR N'ISSO»: COLECÇÕES DE ANTIGUIDADES NA REGIÃO ALGARVIA

Outro relevante coleccionador particular representado nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia é **António Joaquim Júdice** (1820-1904). Residente na Mexilhoeira da Carregação ou Mexilhoeirinha (Lagoa, Faro), foi descrito como «possuidor de excelentes colecções de antiguidades» (Veiga, 1891: 90) compostas por objectos da idade da pedra e do bronze, diversos objectos de época romana e também uma colecção numismática constituída por moedas romanas, arábicas e portuguesas (Vasconcelos, 1904b: 320). Facultava igualmente a visita à sua colecção, autorizava o registo fotográfico e a representação dos objectos que colecionava em publicações. Na obra de Estácio da Veiga foram considerados vários objectos da sua colecção, nomeadamente uma *frecha*, um machado de pedra polida, uma placa de xisto e os quatro machados em cobre que possuía foram inclusivamente reproduzidos numa estampa⁴⁹⁵ (Veiga, 1891: 91). Oferecia igualmente objectos da sua colecção. Existem referências da doação de bastantes objectos a outro coleccionador particular, Teixeira de Aragão (Vasconcelos, 1904b: 321), e a José Leite de Vasconcelos ofereceu uma «placa amuletiforme» proveniente da estação pré-histórica de Aljezur (Vasconcelos, 1897d: 165-166), alguns machados de bronze provenientes do Algarve, «moedas arábicas de prata achadas em Alcantarilha, moedas romanas de cobre e sobretudo um interessantíssimo instrumento de pedra» (Vasconcelos, 1904b: 321). O último objecto mencionado, com 1,9 m de comprimento (Vasconcelos, 1897d: 397), pela sua raridade, passou a ter lugar de honra no *Museu Etnológico Português*, à entrada da instituição, depois de ter sido doado, juntamente com os restantes objectos da colecção pelos descendentes de António Joaquim Júdice.

A colecção de Júdice foi incorporada no mencionado museu de Lisboa em 1906, quando o seu director incumbiu Bernardo de Sá, condutor de obras públicas ao serviço do Museu, de adquirir diversas antiguidades no Alentejo e Algarve. Durante esta deslocação, Bernardo de Sá dirigiu-se a Vila Nova de Portimão, a casa de Patrício Eugénio Júdice (...-...), irmão de António Joaquim Júdice, que cedeu a sua colecção para o museu de Lisboa.

⁴⁹⁵ Estes machados foram reproduzidos na estampa X do quarto volume da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve com os números 3, 9, 11 e 12* (Veiga, 1891:91).

A colecção arqueológica de António Joaquim Júdice incorporada em 1906 no Museu Etnológico Português	Cota actual no MNA
Um grande instrumento de ferro antigo, talvez instrumento de suplício	Não localizado no MatrizNet
Três cadeias arábicas mutiladas	17075, 17076, 17079B
Uma lucerna romana, mutilada	5419?
Cinco moedas arábicas de prata, quadrada	Não localizadas no MatrizNet
Uma lança em sílex, pré-histórica	Não localizada no MatrizNet
Dois machados de bronze, em forma de cunha, pré-históricos	Não localizados no MatrizNet
Uma lança em ferro oxidada, romana	Não localizada no MatrizNet
Um objecto cruciforme de ferro, romano	Não localizado no MatrizNet
Uma bala de chumbo, romana, em «forma de amêndoa, <i>glans</i> de funda	Não localizado no MatrizNet
Duas balas de pedra de funda (<i>glandes</i>)	Não localizadas no MatrizNet
Duas carinhas de barro, antigas	15423, 15424
Um fragmento de cabeça romana, de mármore	994.33.1
Uma faca pré-histórica de sílex, e três fragmentos de outras	Não localizada no MatrizNet
Uma cabecinha de carneiro, de bronze, romana	15425
Seis machados pré-históricos, de pedra	Não localizados no MatrizNet
Um garfo de prata antigo	Não localizado
Uma argola, de bronze	Não localizado no MatrizNet
Uma chave dentada, de bronze	Não localizado no MatrizNet
Metade de uma chave dentada, de bronze	Não localizado no MatrizNet
Um objecto de bronze dentado (para marcar doces?)	Não localizado no MatrizNet
Diversos fragmentos de mármore, provindos de Milreu	Não localizados no MatrizNet
Um fragmento de mármore de uma balastrada romana, também de Milreu	Não localizado no MatrizNet
Fragmento de um <i>unguentarium</i>	15043
Uma enfiada de moedas chinesas	Não localizadas no MatrizNet
Um vasinho pré-histórico, proveniente do sítio Vale da Amargura, a 3 km de Estômbar, quando se procedia a trabalhos de campo.	Não localizado no MatrizNet

Tabela 9 – Colecção de António Joaquim Júdice incorporada no Museu Etnológico Português em 1906.

Elementos sistematizados tendo como fonte o relatório do funcionário da instituição que se deslocou nesse ano ao Algarve e recebeu do irmão do coleccionador, Patrício Eugénio Júdice, a oferta destes objectos (Sá, 1906). Procurámos cruzar estes elementos com o inventário disponibilizado através do MatrizNet, o que revelou uma discordância de elementos conforme podemos verificar nesta tabela e na seguinte, Tabela 10.

No inventário do Museu Nacional de Arqueologia, disponível através do MatrizNet, encontram-se registados vários objectos provenientes da incorporação desta colecção, por vezes confundida com a colecção de outro coleccionador algarvio, Joaquim José Júdice dos Santos (que abordámos no subcapítulo 2.6)⁴⁹⁶. No inventário disponibilizado através do MatrizNet não pudemos identificar parte dos objectos registados por Bernardo de Sá em 1906 e descritos no «Relatorio de uma excursão archeologica ao Alemtejo e Algarve» (Sá, 1906) (Tabela 10).

⁴⁹⁶ Esta situação verifica-se no caso dos objectos com as seguintes cotas: 10220, 15043.

Objecto	Matéria	Proveniência	Datação	N.º de Inventário no MNA
Martelo mineiro ⁴⁹⁷	Anfibolito?	Santo Estevão	Época Romana	10220
Unguentário de cerâmica ⁴⁹⁸	Cerâmica	Loulé	Época Romana	15043
Lucerna com representação dos Lares	Cerâmica	Mexilhoeirinha, Portimão	Época Romana	5419
Cabeça estatueta de terracota com toucado	Cerâmica. Terracota	Mexilhoeirinha	800 d.C. - 950 d.C. - Época Clássica Mexicana	15423
Cabeça de estatueta de terracota	Cerâmica. Terracota	Mexilhoeirinha	200 d.C. - 300 d.C. - Época Clássica Antiga do México Central	15424
Cabeça de carneiro	Bronze	Mexilhoeirinha	IV a.C. - Idade do Ferro	15425
Artefacto decorado de osso	Osso	Mexilhoeirinha, Portimão	Época Romana	15427
Candil	Cerâmica	Desconhecido	XI d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	17075
Candil	Cerâmica	Silves	IX d.C. - X d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	17076
Candil	Cerâmica	Silves	XI d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	17079 B
Pendente	Xisto	Paderne, Albufeira	Neolítico Final? / Calcolítico?	9036
Elemento de fivela	Bronze	Mexilhoeirinha	Época Romana	983.1206.4
Fragmento de cabeça masculina	Mármore branco	Mexilhoeirinha	Época Romana	994.33.1

Tabela 10 – Colecção de objectos arqueológicos que pertenceu a António Joaquim Júdice actualmente identificados nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia.

Dados por nós sistematizados a partir do inventário disponível através do MatrizNet; no historial dos dois primeiros objectos indicados nesta tabela foi erradamente registada a sua associação a Joaquim José Júdice dos Santos: «Pertenceu à colecção de Júdice dos Santos que seu irmão doou a este Museu». O processo de incorporação da colecção de J. J. Júdice dos Santos que registámos no Gráfico 3 difere do processo de incorporação da colecção de António Joaquim Júdice, esta sim doada pelo seu irmão, Patrício Eugénio Júdice.

Neste inventário *on-line* identificamos por sua vez outros objectos que não foram registados por Bernardo de Sá, conforme pode ser observado na tabela anterior (Tabela 10), onde nove dos treze objectos identificados correspondem à descrição do funcionário do museu em 1906. Os restantes objectos mencionados deverão ter sido incorporados noutras alturas, possivelmente foram oferecidos avulsamente à instituição museológica de Lisboa.

Também a colecção de **Justino Cúmano** (1818-1885), um médico italiano radicado em Faro, atraiu a atenção do Museu Etnológico Português, cujo director ambicionava poder incorporá-la nos acervos da instituição. Justino Cúmano era médico mas não exercia a medicina. Herdando por casamento uma valiosa fortuna, dedicava grande parte do seu tempo à arqueologia e à numismática (Santos, 1997: 27). Encontramos referência a este coleccionador nos textos de Estácio da Veiga, que identifica Justino Cúmano como «insigne colector de muitos

⁴⁹⁷ Por lapso associado ao coleccionador algarvio, Joaquim José Júdice dos Santos.

⁴⁹⁸ Este objecto é igualmente associado a Joaquim José Júdice dos Santos mas reporta-se igualmente a António Joaquim Júdice.

milhares de padrões numismáticos» (Veiga, 1905: 115). É conhecida a sua ligação a outro coleccionador da época, Teixeira de Aragão, através das cartas trocadas entre ambos e conservadas no Museu Nacional de Arqueologia⁴⁹⁹. Numa publicação deste autor, Teixeira de Aragão, ficou registada a informação de que na colecção de Justino Cúmano estavam incorporadas outras colecções particulares. Entre as 6000 a 7000 moedas que possuía contavam-se então as colecções particulares de Francisco de Paula Ferreira da Costa e de Honório Fiel de Lima, «alem de muitas aquisições feitas em Londres, Itália e Portugal» (Aragão, 1874: 115). Justino Cúmano facultou a Aragão o desenho de algumas moedas inéditas divulgadas na obra *Descrição Geral e Historica das Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal* (Aragão, 1874). Natural de Trieste (Itália), a sua colecção é descrita como uma das mais importantes colecções numismáticas da época conhecidas em Portugal: «das mais completas na serie portugueza; é importante nas moedas gregas, municípios e colonias de Hespanha, republica e imperio romano, godas, arabes, etc.» (Aragão, 1874: 114). Justino Cúmano faleceu em 1885 e a sua colecção foi preservada pelos herdeiros. Um dos seus descendentes, o filho Constantino Cúmano, foi contactado em 1904 por José Leite de Vasconcelos que solicitou a localização de uma moeda específica e a cedência da colecção ao Museu que dirigia em Lisboa. Constantino Cúmano não cedeu, porém, à solicitação de Leite de Vasconcelos:

«V. Ex.^a creia que tenho feito todas as diligências para encontrar a moeda de que V. x.^a me fala; mas até hoje não dei com ella.

Isto deu-me um trabalho muito maçador porque não percebo nada de numismática e a collecção de moedas romanas é muito numerosa. Falta-me ainda passar uma grande parte das moedas existentes na colecção que era de meu Pae, mas é trabalho que leva bastante tempo.- Talvez nas que faltam para examinar exista a moeda de que me falla e se a encontrar pode ter a certeza que tratarei de lhe participar immediatamente. – **Quanto a levar as moedas para Lisboa, nem pensar n’isso, dão-se circunstâncias que me-o impedem em absoluto.**»⁵⁰⁰

Pela transcrição da carta de resposta a Leite de Vasconcelos, que apresentamos acima, verifica-se que apesar de conservar a colecção, Constantino Cúmano não comungava das práticas coleccionistas de seu pai, tendo dificuldade em encontrar a moeda solicitada. Curiosa também a

⁴⁹⁹ Entre a documentação variada adquirida por José Leite de Vasconcelos encontram-se as cartas de Teixeira de Aragão, que trocou correspondência com este médico italiano radicado em Faro (Vasconcelos, 1918b: 108).

⁵⁰⁰ Negrito nosso. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Constantino Cúmano, 28 Nov. 1904, cota: 995/6404.

última frase (**negrito nosso**), em que é visível a negação da cedência da colecção de moedas. Era, como já referimos, prática habitual de José Leite de Vasconcelos aludir às vantagens de reunir em Lisboa as colecções dispersas pela província. No museu nacional, alegava frequentemente Vasconcelos, receberiam um lugar condigno que preservaria e glorificaria a memória dos seus organizadores (Vasconcelos, 1917b: 157).

Mas nem todos os coleccionadores cediam, como verificámos, à retórica de Vasconcelos que progressivamente, com o contributo de outros informadores, colaboradores e coleccionadores, conseguia reunir em Lisboa uma colecção de colecções onde estão representados os actores a que procuramos conferir visibilidade nesta tese. Se em alguns casos, como na colecção de Justino Cúmano, não existem objectos seus preservados nas colecções do MNA, preservou-se contudo a memória de outros integrados na colecção de informação recompilada através da publicação periódica do museu, *O Archeologo Português*. Numa excursão realizada em 1917 pelo sul de Portugal, Saavedra Machado, desenhador do Museu Etnológico, registou em desenho algumas «tesseras plúmbeas» colecionadas por Justino Cúmano.

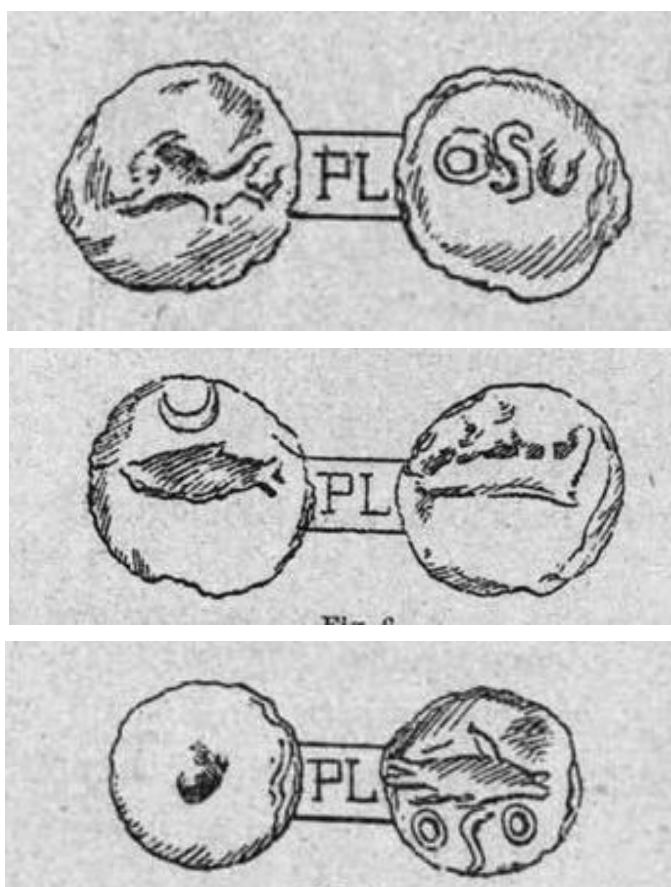


Ilustração 54 – Tésseas em chumbo da colecção de Justino Cúmano.

Tésseas desenhadas por Saavedra Machado, funcionário do Museu Etnológico, em 1917. O seu registo foi divulgado no ano seguinte na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1918b: 108).

Estes pequenos objectos com inscrições, preservados pelo coleccionador Justino Cúmano e pelos seus descendentes, foram posteriormente divulgados em 1918 num artigo de José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1918b: 108). Foi um neto do coleccionador Justino Cúmano, de nome Justino Bivar Weinholz (1885-1954), que facultou o acesso e o registo dos mesmos. Justino Bivar Weinholz tornar-se-ia aliás conservador do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique⁵⁰¹, que podia na época ser visitado na Igreja de S.to António dos Capuchos, em Faro (Vasconcelos, 1918b: 109).

Apoiado nas práticas desenvolvidas por indivíduos como Justino Cúmano que localmente também se dedicavam aos estudos e preservação das antiguidades nacionais, Leite de Vasconcelos coleccionou informações, desenhos, mapas, decalques, fotografias e objectos, o que lhe permitiu cartografar os sítios arqueológicos portugueses e publicar estudos temáticos. Os actores que temos vindo a abordar neste capítulo – António José de Pinho Júnior em Monção, Alexandre Cabral e Manuel Negrão em Baião, o Morgado do Outeiro em Mangualde, António Franco e Alberto da Fonseca Oliveira na Covilhã, Francisco Tavares Proença Júnior em Castelo Branco, António da Silva Magalhães em Tomar, José Maria das Neves Fogaça em Aljubar, Artur Lamas e Joaquim José Collaço em Lisboa, Arronches Junqueiro em Setúbal, Francisco Cabral de Aquino Mascarenhas nas ruínas de Tróia, Joaquim Correia Baptista e o Padre Francisco de Matos Galamba em Alcácer do Sal, José de la Feria y Ramos, Francisco Ignacio Mira, José Umbelino Palma e Francisco Galinoti em Beja, João Manuel da Costa em Mértola, Manuel António Torres em Alcoutim, Justino Cúmano e António Joaquim Júdice em Faro – constituem apenas alguns exemplos das dezenas de informadores, coleccionadores e proprietários que cooperaram com os propósitos que regiam o processo de crescimento das colecções do Museu Etnológico. Em alguns casos são muito limitadas as informações sobre estes actores, sobre o seu percurso pessoal, académico e intelectual, e sobre a sua ligação à instituição museológica de Lisboa e ao seu director. Noutros casos o cruzamento de várias fontes – publicações, cartas e historial dos objectos – permite reconstituir uma parte significativa dessa ligação. Em raros casos podemos beneficiar da existência de arquivos familiares que permitem enriquecer as narrativas, dando visibilidade a personalidades totalmente

⁵⁰¹ Um museu inaugurado em 1894. Sobre esta instituição museológica veja-se a Tese de Mestrado, *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique: subsídios para a sua história* (Carrilho, 2002).

desconhecidas e proporcionando um conhecimento mais detalhado sobre o contributo destes actores no processo de construção do conhecimento.

4.10 «NO SANTUÁRIO DE FONTANUS, SOB A SUA AQUÁTICA PROTECÇÃO»: ANTÓNIO PAES DA SILVA MARQUES – UM FOCUS DE ESTUDO NO ERVEDAL (ALTO ALENTEJO)

Parte do percurso intelectual de **António Paes da Silva Marques** (1876-1950), membro de uma família da elite económica, social e política do concelho de Avis (Almeida, 1997), está actualmente acessível devido ao espólio documental preservado na Fundação Arquivo Paes Teles, uma instituição privada que preserva um arquivo familiar na vila de Ervedal, no concelho de Avis⁵⁰² (Alto Alentejo). Foi nesta instituição que inicialmente encontramos registos das práticas e do interesse pela arqueologia deste proprietário, administrador do concelho e deputado.

Nesta instituição preserva-se uma colecção arqueológica que se julgava estar unicamente associada às práticas de Mário Paes da Cunha e Sá (1893-1971)⁵⁰³, instituidor da Fundação Arquivo Paes Teles e sobrinho de António Paes da Silva Marques (ou António Paes, forma como também assinava). Mário Saa notabilizou-se como poeta modernista, investigador com um percurso de índole nacionalista e um especial interesse pela arqueologia. Sobre este tema redigiu e publicou a obra *As Grandes Vias da Lusitânia*⁵⁰⁴, uma investigação dedicada às vias de comunicação romanas no território português, trabalho no âmbito do qual se julgava ter sido constituída a colecção arqueológica que legou à Fundação Arquivo Paes Teles, uma vez que a sua investigação implicou mais de uma dezena de anos de trabalhos de campo e a recolha de vários objectos arqueológicos (Pereira, 2010). Mas ao estudarmos o percurso intelectual de Mário Saa e a história da instituição que criou na vila do Ervedal⁵⁰⁵ verificámos que, ao pretender preservar «a unidade nas recordações e tradições de família», objectivo a que se propunha com a criação da Fundação Arquivo Paes Teles, disponibilizava ao público os livros que possuía, os livros que herdou do seu tio, bem como «algumas curiosidades arqueológicas ali também reunidas por si e por seu tio António

⁵⁰² Uma localidade alentejana situada a cento e cinquenta quilómetros de Lisboa.

⁵⁰³ Mário Paes da Cunha e Sá ficou conhecido como Mário Saa, forma como assinava os seus livros e artigos.

⁵⁰⁴ Seis volumes publicados entre 1957 e 1967: Vol. I, 1957; Vols. II e III, 1960; Vol. IV, 1964, Vol. V, 1963, Vol. VI, 1967.

⁵⁰⁵ O que resultou na tese de Mestrado que defendemos na Universidade de Évora em Junho de 2010: *Mário Saa (1893-1971): um intelectual português na sociedade do século XX*.

Paes»⁵⁰⁶. Encontrámos este registo nas disposições testamentárias de Mário Saa, onde se estabeleciam as bases de criação da instituição e os seus objectivos. Assim, embora Mário Saa seja um continuador da colecção arqueológica preservada na Fundação Arquivo Paes Teles, as suas origens são anteriores e remontam às práticas arqueológicas de António Paes⁵⁰⁷.

A correspondência preservada na Fundação Arquivo Paes Teles, nomeadamente as cartas trocadas entre António Paes e o seu sobrinho, revelaram a ligação e a cooperação com o Museu Etnológico, onde posteriormente identificámos uma relação epistolar de trinta e oito anos entre António Paes e José Leite de Vasconcelos. Conjugando as várias fontes disponíveis, maioritariamente nestas duas instituições, na Fundação Arquivo Paes Teles e no Museu Nacional de Arqueologia, pudemos aceder ao contributo de António Paes da Silva Marques para a valorização da história e património local, para a criação de conhecimento científico e verificar como as suas práticas se projectaram em contextos internacionais.

Os seus primeiros contactos com a arqueologia e o coleccionismo arqueológico poderão ter decorrido das relações sociais com outro coleccionador da região, Manuel Rodrigues de Matos e Silva (1862-1937). Delegado do procurador régio em Ponte de Sor e proprietário, Matos e Silva efectuou várias explorações arqueológicas nas imediações de Ponte de Sor e também no concelho de Avis onde identificara numerosos monumentos pré-históricos, sobretudo na Herdade da Ordem. Nesta herdade escavou, em Setembro de 1892, a denominada *Anta Grande*, tendo convidado José Leite de Vasconcelos para assistir à mesma escavação (Silva, 1895; Vasconcelos, 1897d: 21). No mesmo concelho escavou no ano seguinte, em 1893, a Anta da Herdade da Capela, onde contou igualmente com a colaboração de José Leite de Vasconcelos e também de Henrique Schindler⁵⁰⁸ (Silva, 1896a). Matos e Silva procedeu também à escavação da Anta da Herdade do Assobiador (Silva, 1896b) onde recolheu um conjunto de objectos divulgados na revista *O Archeologo Português* e preservados na sua colecção arqueológica, tal como aconteceu na exploração dos restantes monumentos mencionados. Esta sua colecção, com centenas de objectos, viria a ser oferecida

⁵⁰⁶ Testamento de Mário Paes da Cunha e Sá. Livro 122 de testamentos públicos do Décimo Cartório Notarial de Lisboa, fls. 27 a 33.

⁵⁰⁷ A colecção arqueológica preservada na FAPT é composta por 1268 objectos registados e inventariados em 2008 (Pirata, 2008). Não foi possível identificar os materiais recolhidos e coleccionados por António Paes porque, na maior parte dos casos, não existiu registo de proveniência nem de recollecção. A correspondência analisada para a realização do presente trabalho permitiu-nos, contudo, associar alguns objectos da actual colecção da Fundação Arquivo Paes Teles às descrições de objectos encontrados na Ladeira na segunda década do século XX, nomeadamente o fragmento de *dolium* com a cota FAPT 40.

⁵⁰⁸ Professor, como Leite de Vasconcelos, na Academia de Estudos Livres, criada em Lisboa em 1889.

em 1910 ao Museu Etnológico, na sequência da realização de uma excursão arqueológica de José Leite de Vasconcelos a Ponte de Sor em Junho desse ano, oferta que desencadeou a publicação de uma Portaria de louvor em 25 de Junho de 1910 (Vasconcelos, 1910c).

Os contactos entre António Paes da Silva Marques e Manuel de Matos e Silva deverão remontar a 1893, época em que Matos e Silva planeava realizar algumas explorações arqueológicas nas propriedades da família de António Paes:

Já sei há muito tempo que na Torre do Ervedal, herdade pertencente ao pai do meu colega e particular am.º Cunha e Sá, casado com uma senhora prima de minha mulher, há muitas antas e apareceram os vestígios romanos a que se refere. Ainda há poucos dias um cunhado do Cunha e Sá me disse que tencionavam fazer exploração e me convidou a ir dirigi-los nesse trabalho. O Ervedal fica a pouco mais d'uma légua do sitio para onde vou esta semana e a herdade da Torre confina com outra onde me cederam [?] algumas antas. Se o meu am.º viesse podíamos ver tudo sem grande trabalho e perda de tempo, e se quizesse explorar depressa conseguiria autorização do Cunha e Sá.⁵⁰⁹

A mencionada propriedade da Torre do Ervedal pertencia efectivamente à família de António Paes da Silva Marques e Manuel de Matos e Silva deveria referir-se ao seu «colega e amigo particular» Júlio Mário da Cunha e Sá, casado, desde 1891, com Maria Leonor da Silva Paes Teles, irmã de António Paes da Silva Marques. Assim, quando se refere ao «cunhado do Cunha e Sá» que tencionava efectuar uma exploração arqueológica poderia estar a referir-se a António Paes da Silva Marques, na época com 16 anos, ou aos seus irmãos, Francisco António Paes, então com 31 anos, ou José Paes Teles, com 23 anos⁵¹⁰. Não conseguimos apurar efectivamente a quem Matos e Silva poderia estar a referir-se, António Paes ou um dos seus irmãos, mas é interessante notar que o gosto pela arqueologia na família e a intenção de efectuar escavações arqueológicas remonta ainda ao século XIX. Em datas posteriores, o interesse manter-se-ia precisamente por parte de António Paes da Silva Marques⁵¹¹, que vem a encetar relações com José Leite de Vasconcelos em 1912.

⁵⁰⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Manuel de Matos Silva para José Leite de Vasconcelos, 7 Ago. 1893. cota: 3249/21260. (transcrita e publicada por Serra & Carneiro, 2011).

⁵¹⁰ Arquivo da Fundação Arquivo Paes Teles – Compêndio Genealógico dos Paes Teles da Província do Alentejo; Ervedal de Avis; Cota: D1/15.

⁵¹¹ No arquivo do MNA existem outras cartas de familiares de António Paes para José Leite de Vasconcelos, mas consistem numa troca epistolar pontual.

Numa carta com a data de 24 de Julho desse mesmo ano de 1912, António Paes da Silva Marques convidou o director do Museu Etnológico para visitar o concelho de Avis. Formulou esse convite apresentando-se como «investigador e bibliophilo entusiasta» num lugar em que existiriam «verdadeiras preciosidades» arqueológicas, nomeadamente os materiais que se exumavam de «uma caverna» que conhecia junto à vila de Ervedal⁵¹². Leite de Vasconcelos acederia e no dia 5 de Agosto de 1912, depois de uma viagem de seis horas entre o Barreiro e Estremoz, encontraria nesta última vila António Paes da Silva Marques com quem, no dia seguinte, rumaria de trem até Avis (Vasconcelos, 1912). Durante os 11 dias de visita a este concelho, António Paes conduziu o director do Museu Etnológico pelas várias freguesias, proporcionando a recolha de objectos de várias proveniências, a realização de escavações arqueológicas no sítio da Ladeira, freguesia do Ervedal, e em duas antas da freguesia de Figueira e Barros (Tabela 11). Intercedeu junto dos seus familiares, de proprietários e da população local e conseguiu proporcionar uma «farta colheita» para o museu de Belém (Tabela 12).

Escavações arqueológicas Sítio/monumento	Objectos obtidos /estruturas descobertas	Local
Escavação de anta (não especificada)	Machado de pedra polida	Freguesia de Figueira e Barros
Escavação de anta (não especificada)	Mó	Freguesia de Figueira e Barros
Propriedade da Ladeira	Parte de uma casa	Ervedal

Tabela 11 – Escavações arqueológicas proporcionadas por António Paes da Silva Marques a José Leite de Vasconcelos no concelho de Avis, em 1912.

Esta excursão arqueológica e o enriquecimento das várias secções do Museu seriam registados, como era habitual, na publicação *O Archeologo Português*. Nesta revista estão mencionados mais de uma dezena de residentes locais que possuindo algum tipo de objecto arqueológico ou etnográfico os cederam para as colecções do museu de Lisboa. São esses residentes locais e a sua cooperação com a instituição museológica dirigida por Leite de Vasconcelos que identificamos na tabela seguinte, onde cruzámos os nomes dos doadores com os objectos oferecidos, o lugar de proveniência e o método de obtenção:

⁵¹² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, cota: 2538-17172.

Ofertante	Objectos oferecidos	Proveniência	Obtido em escavação
Teodoro Simões de Faria	Ara Lusitano-romana consagrada ao deus Fontanus	Ladeira (Ervedal)	Não
Mariana Queiroga Paes	«Curiosíssimo objecto de pedra (fibrolite)»	Ervedal	Não
António Paes da Cunha e Sá Condorcet Paes da Cunha e Sá Mário Paes da Cunha e Sá	Conjunto de objectos arqueológicos e etnográficos não especificados	Ervedal	Não
	Conjunto de machados neolíticos	Herdade de Pero Viegas	Não
Não mencionado	Machado de pedra polida	Freguesia de Figueira e Barros	Escavação de anta (não especificada)
Não mencionado	Mó	Freguesia de Figueira e Barros	Escavação de anta (não especificada)
Dr. José Paes Teles	Moeda arábica de prata	Ladeira (Ervedal)	Não
	Marrão de ferro		
	Urna de mármore		
Joaquim Paula Varela de Brito	Capitel de Mármore	Ervedal	Não
Francisco António Paes	Tijolo com inscrição romana	Ladeira (Ervedal)	Não
Não mencionado	Conjunto de objectos não especificados	Figueira e Barros	Não
Anna de Castro Paes	Conjunto de objectos «artístico-etnográficos»	Avis	Não
José Francisco da Costa	Conjunto de utensílios caseiros feitos de cabaços e cabaças	Avis	Não
João Marques Serrão	Machado neolítico	Não especificado	Não
Não mencionado	Conjunto de machados de pedra polida	Galveias	Não
Não mencionado	Objectos de etnografia moderna: «teigo de cortiça, uma corna ornamentada, etc.»	Galveias	Não
Cosme Godinho da Costa Braga	Espólio cerâmico de uma sepultura romana	Propriedade do ofertante, não especificada	Não
Matos Silva	«Dois espécimes de Terra sigillata»	Ponte de Sor	Não

Tabela 12 – Objectos oferecidos ao Museu Etnológico Português por familiares e conhecidos de António Paes da Silva Marques, em 1912.

Os indivíduos registados ofereceram objectos que possuíam ou autorizaram a realização de escavações nas suas propriedades; esta tabela foi elaborada com base nos vários registos mencionados nas fontes documentais do MNA, da FAPT ou na revista *O Archeologo Português*.

De facto, entre os nomes citados encontramos a esposa de António Paes (Anna de Castro Paes), os seus sobrinhos (os irmãos António Paes da Cunha e Sá, Condorcet Paes da Cunha e Sá e Mário Paes da Cunha e Sá), o seu irmão José Paes Teles, a sua cunhada Mariana Queiroga Paes e o seu tio (ou outro dos seus irmãos) Francisco António Paes⁵¹³. Identificam-se também o professor e boticário do Ervedal, Teodoro Simões de Faria, e o comerciante local Joaquim Paula Varela de Brito⁵¹⁴, ambos com algumas ligações familiares a António Paes. É possível identificar igualmente o proprietário da vila de Galveias (Ponte de Sor), Cosme

⁵¹³ António Paes possuía dois familiares com este nome, o seu irmão e o seu tio. Arquivo da Fundação Arquivo Paes Teles, Compendio Genealógico dos Paes Teles da Província do Alentejo; Ervedal de Avis; 1970. Cota: D1/15.

⁵¹⁴ Arquivo da Fundação Arquivo Paes Teles – Compendio Genealógico dos Paes Teles da Província do Alentejo; Ervedal de Avis; 1970. Cota: D1/15.

Godinho da Costa Braga⁵¹⁵ e o já mencionado Matos e Silva, delegado do procurador régio em Ponte de Sor, uma vila que distava trinta quilómetros de Avis.

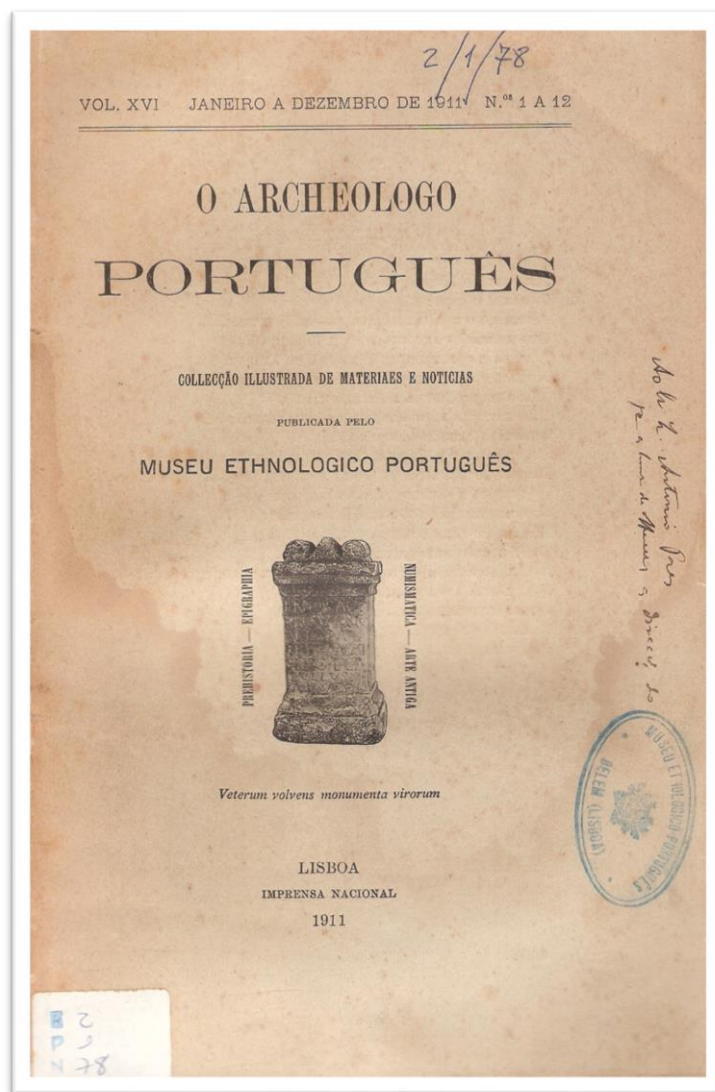


Ilustração 55 – O Archeologo Português (vol. XVI) com dedicatória de JLV a António Paes; biblioteca da FAPT.

Nesta instituição está depositada a biblioteca pessoal de António Paes da Silva Marques, onde se encontram várias colecções de revistas de arqueologia e outras publicações especializadas da mesma temática.

António Paes, tal como outros colaboradores abordados nos subcapítulos anteriores, favoreceu de diversas formas a estadia do director do Museu Etnológico de Lisboa no seu concelho: proporcionando estadia, apoio logístico para as deslocações, investigações e escavações, e usando a sua influência local para facilitar essas mesmas iniciativas. José Leite de Vasconcelos, por sua vez, tal como registámos em exemplos anteriores, preocupou-se em

⁵¹⁵ Arquivo Distrital de Portalegre, PT/ADPTG/RC/CRAVS/002/0008/000002, Cota actual: Cx. 002.

enaltecer o seu nome e o nome dos seus familiares e conhecidos, destacando igualmente os objectos oferecidos, o seu interesse para a ciência e para o avanço do conhecimento:

«Recebam sinceros agradecimentos todas as pessoas que na minha excursão me obsequiaram. Não só muitas das secções do Museu se enriqueceram (Etnografia, Arqueologia pré-histórica e romana, Numismática), mas alguma coisa se lançou também de novo no tesouro geral da ciência, qual foi a inscrição latina de Fontanvs, e sobretudo o pedaço de fibrolite do Ervedal, que nos indica um dos processos de que o homem neolítico se servia para fabricar os seus instrumentos,- processo que pela primeira vez se revela aos arqueólogos, tanto de Portugal, como, segundo penso, lá de fora.» (Vasconcelos, 1912: 7)

Das dezenas de objectos que integraram as colecções do museu de Lisboa devido à cooperação de António Paes (Tabela 12), José Leite de Vasconcelos destacava dois que considerava bastante importantes. Um desses objectos foi a ara de evocação a *Fontanus*, encontrada em 1870 à beira de uma nascente localmente designada «Olheirão», na Tapada da Alameda, Ervedal (Vasconcelos, 1913a: 620; Saa, 1957: 124). Consciente do valor da epígrafe, António Paes apresentou Leite de Vasconcelos ao seu proprietário, o já mencionado professor e boticário do Ervedal, Teodoro Simões de Faria, que a cedeu para o museu nacional. Depois ter sido noticiada no contexto da sua oferta ao museu (Vasconcelos, 1912: 7), a ara iria ser detalhadamente descrita em 1913 na obra *Religiões da Lusitânia*, juntamente com outros objectos associados aos «Deuses e deusas das fontes» (Vasconcelos, 1913a: 620). Foi então publicado o desenho ilustrativo, a transcrição e a tradução da epígrafe, e a forma como António Paes e o seu irmão José Paes Teles intercederam no processo de obtenção da lápide:

«A ara encontrou-se num campo chamado Tapada da Alameda, dentro do Ervedal, concelho de Avis, pertencente ao sr. Teodoro Simões de Faria, que, a pedido do Sr. António Paes e do Sr. Dr. José Paes Telles, generosamente me ofereceu a lapide para o Museu Etnologico.» (Vasconcelos, 1913a: 620)

De acordo com a interpretação de Leite de Vasconcelos, este objecto teria sido erigido por acção do escravo *Treptus* que, «maravilhado com o descobrimento de uma fonte na

propriedade em que trabalhava», o consagrara ao deus *Fontanus* por considerar que a nascente aparecera devido à sua intervenção. Junto ao local em que fora descoberta esta ara romana existia ainda em 1912 uma «nascente grande de água, hoje explorada por meio de uma nora», identificando-se «muitos cacos antigos», o que evidenciava, como referia Leite de Vasconcelos, a relação com a nascente (Vasconcelos, 1913a: 620-621).

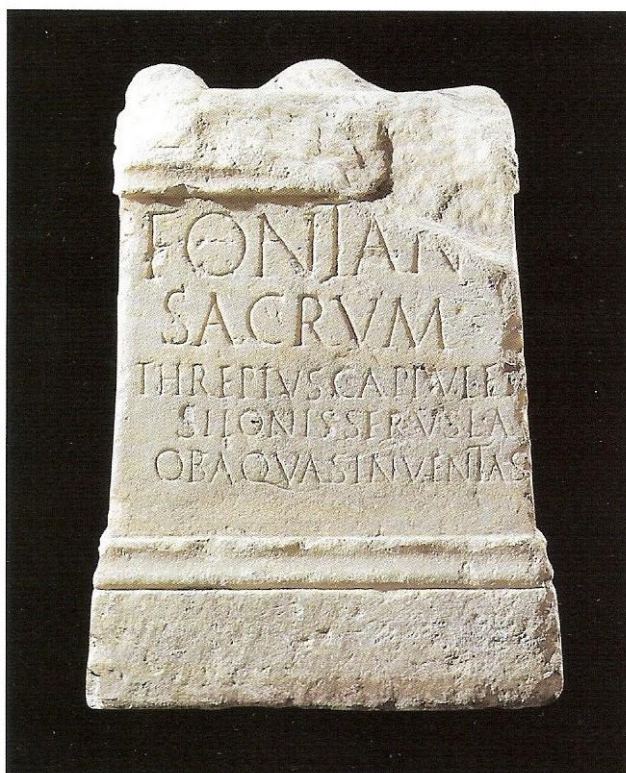


Ilustração 56 – Ara a Fontanus

Época Romana (II d. C.), Museu Nacional de Arqueologia, cota E 6356; Dimensões (cm): altura: 55; largura: 39,5; espessura: 19,5 (MatrizNet)

Este objecto de mármore incorporou as colecções do Museu Nacional de Arqueologia devido à iniciativa de António Paes da Silva Marques, que em 1912 convidou o director do Museu Etnológico Português para conhecer o concelho de Avis e as suas antiguidades. A pedido de António Paes, o proprietário deste objecto ofereceu-o para o museu de Lisboa. Está em exibição na exposição *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa* (V. Ribeiro, 2002 441)

A ara que consagrava a fonte ervedalense a *Fontanus* foi ao longo do tempo objecto de referência em várias obras que abordam a ocupação romana do território português⁵¹⁶, desde os mencionados registos na revista *O Archeologo Português* e na

⁵¹⁶ No âmbito de um extenso estudo sobre as vias de comunicação terrestres de época romana publicado entre 1957 e 1967, Mário Saa – sobrinho de António Paes – descreveu o contexto do achado arqueológico e a sua proveniência, citando-o no âmbito do primeiro de seis volumes de *As Grandes Vias da Lusitânia*, onde ensaiou uma interpretação do *Itinerário de Antonino Pio* (Saa, 1957, 124). Neste âmbito repetiu a interpretação de Leite de Vasconcelos, registando que na sua época essa mesma nascente reapareceria periodicamente e com impetuosidade. Este monumento foi novamente objecto de referência em 1967, quando Lambrino efectuou o «Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos» (Lambrino, 1967: 211), e novamente em 1984, por José d'Encarnação, onde foi descrito como sendo datado de fins do século

obra *Religiões da Lusitânia* até à mais recente inclusão na exposição denominada *Religiões da Lusitânia: loquuntur saxa*. Esta exposição e o respectivo catálogo apresentam a peça do Ervedal no âmbito do fenómeno religioso de culto às águas, contextualizando-nos a ocorrência deste tipo de inscrições romanas que remetem maioritariamente para o território da província lusitana. O altar a *Fontanus* é assim uma das sete peças desta tipologia conhecidas no território português da mencionada província romana, onde, no seu todo, se identificou um conjunto de trinta e dois altares em honra destas divindades romanas das nascentes (Fernandes, 2002: 133-137).

Da colecção proporcionada por António Paes ao Museu Etnológico em 1912 destacava-se também «o pedaço de fibrolite do Ervedal» interpretado como indicador de um processo «de que o homem neolítico se servia para fabricar os seus instrumentos» e que então se revelava pela primeira vez à comunidade científica. Para apresentar esta tese no Congresso Internacional de Arqueologia que iria decorrer em Roma dois meses depois, José Leite de Vasconcelos reproduziu o objecto em vários moldes e transportou-os até à capital italiana (Vasconcelos, 1913d). No seu percurso até Roma os mencionados moldes do objecto encontrado no Ervedal foram divulgados em Toulouse (França), junto de Émile Cartailhac, autor de *Les Ages Préhistoriques d'Espagne et du Portugal* (1886) e na época director do Museu de Saint-Raymond, que confirmou a interpretação. Já no decorrer do congresso, José Leite de Vasconcelos ofereceu moldes do mesmo objecto a representantes de vários museus europeus, mais precisamente dos museus de Toulouse, Roma e Copenhaga (Vasconcelos, 1913d: 57-59) e divulgou a sua tese numa comunicação intitulada «D'une manière de fabriquer les haches néolithiques». Mas a sua interpretação não foi totalmente aceite entre os congressistas. Encontrou reservas junto de Luigi Pigorini (1842-1925), director e fundador do Museo Nazionale Preistorico Etnografico de Roma, e foi confirmada por outras personalidades como o director do Museu de Copenhaga, Valdemar Schmidt (1836-1925), o antigo

I e princípios do século II. Neste estudo é designado como «árula votiva» de mármore branco do Alandroal que documenta o culto à divindade *Fontanus* como sendo comum na região. Neste catálogo das «Inscrições Romanas do Conventus Pacencis», elaborado com o objectivo de apresentar os dados epigráficos ilustrativos da história da ocupação romana desta divisão administrativa do império romano (Encarnação, 1984: 7), a epígrafe do Ervedal é comparada com uma outra ara de invocação às divindades das águas encontrada em Bencatel, Vila Viçosa (Encarnação, 1984: 520). Dois anos mais tarde, em 1988, o Ervedal é novamente referenciado entre os cerca de três mil locais da obra *Roman Portugal*, desenvolvida por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1988: 150). Mais de uma década depois, Pilar Reis cita a lápide no seu estudo sobre termas e balneários romanos da Lusitânia. Mencionando uma referência oficial que identifica a existência de um balneário em Ervedal, a autora, baseando-se em dados bibliográficos e obtidos no terreno, não confirma essa informação, mencionando justamente a ara «erigida em cumprimento de um voto de Trepto» (Reis, 2004: 129).

presidente da Sociedade Pré-histórica Francesa, Leon Coutil (1856-1943), e o director do Museu de Grenoble, Hippolyte Müller (1865-1933).



Ilustração 57 – Objecto de fibrolite recolhido no Ervedal (Alto Alentejo) em 1912.

Por iniciativa de António Paes da Silva Marques, o Museu Etnológico Português incorporou este objecto de fibrolite que segundo José Leite de Vasconcelos evidenciava um método de fabricar machados neolíticos até então desconhecido, consistindo na obtenção de dois machados através do polimento da secção interior de uma pedra rolada. Esta imagem, decorrente de uma fotografia executada por Joaquim Fontes, foi publicada em 1913 na revista *O Archeologo Português* (1913: 58).

O percurso deste objecto – desde que é identificado na posse de Mariana Queiroga Paes, uma familiar de António Paes, numa pequena vila do Alto Alentejo, em Portugal, passando pela sua incorporação no Museu Etnológico Português, onde lhe é conferido o estatuto de objecto científico, pela elaboração de moldes, até à sua apresentação num congresso internacional e representação em vários museus europeus – mostra como as práticas e conhecimentos arqueológicos de personalidades desconhecidas estão na origem desta circulação internacional de conhecimentos. Efectivamente, no início da difusão de uma teoria explicativa sobre a forma de fabricar objectos neolíticos está o interesse pela arqueologia de António Paes, que em 1912 tomou a iniciativa de convidar o director do museu nacional a visitar o concelho de Avis e a validar cientificamente vários objectos encontrados nos campos circundantes.

Este proprietário local foi então descrito por José Leite de Vasconcelos como uma «pessoa ilustrada» e com grande amor à história da sua terra, de «trato obsequioso e cultura literária esmerada», dispondo de «boa biblioteca, onde não faltam obras gerais de Etnografia (ciência que ele sobretudo preza), enciclopédias, ilustrações» (Vasconcelos, 1912: 286). Natural do Ervedal, António Paes tinha na época 36 anos. Concluíra o curso dos liceus em

1895⁵¹⁷, estudara na Escola Politécnica do Porto e de Lisboa e tornara-se Administrador do Concelho de Avis nos anos de 1901, 1904 e 1906. Na época em que conheceu Leite de Vasconcelos ocupar-se-ia da gestão das suas propriedades agrícolas e também do conserto de um lagar de azeite que lhe ocupava o tempo que dispunha «para archeologar um pouco»⁵¹⁸. Além destas actividades era também correspondente dos jornais *Diário de Notícias* e *O Século*, pelo que a visita do director do museu e professor da Faculdade de Letras de Lisboa⁵¹⁹ à sua terra natal foi prontamente noticiada com o título «Descoberta Arqueológica; Ervedal do Alentejo (Avis)»:

«Esta terra acaba de enriquecer a arqueologia portuguesa com uma descoberta importantíssima, devida ao erudito lente da faculdade de letras de Lisboa, e director do Museu Etnológico Portugues, o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos. Estava bem enterrada uma inscrição que tem uns dois mil anos, e que aquele senhor verificou ser uma ara ao deus das fontes (divindade lusitano-romana). Vai ser enviada para o Museu Etnológico. O sr. Dr. Leite de Vasconcelos leva grande cópia de materiais para as suas obras de arqueologia, etnografia e filologia e grande profusão de objectos das duas primeiras especialidades, a que tão distintamente se dedica. Na Ladeira, propriedade do Sr. Francisco António Paes, e onde agora se tem procedido a escavações, apareceram em tempos vestígios importantes duma povoação romana, taes como: colunas de belo mármore, uma pia, também de mármore, capiteis, mós, um peso enorme de um lagar de azeite, tégulas, barro aretino, ânforas de várias dimensões, moedas romanas e uma árabe, e agora foi posta a descoberto uma casa com as paredes e pavimento de tijolo, muito bem conservadas, a calçada de um pátio, etc. Perto deste local foram postas a descoberto as paredes de outra casa. Entre esta localidade e a Figueira também foram agora exploradas duas antas pelo sr. Dr. Leite de Vasconcelos, sendo, porém, o espólio de pouca importância, porque qualquer delas já tinha sido revolvida (uma delas à procura de tesouros).

⁵¹⁷ MNA Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 20 Mai. 1914, cota: 2538/17197.

⁵¹⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 28 Out. 1912, cota: 2538/17181.

⁵¹⁹ O Museu Etnológico foi em 1913 anexado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (*Diário do Governo* n.º 196, 22 Agosto 1913).

Pena é que as escavações da Ladeira não possam prosseguir, pois quer parecer-nos que com elas muito teria a lucrar a ciência arqueológica.»⁵²⁰

António Paes, com a experiência política que já detinha e tendo consciência da necessidade de valorizar a localidade donde era natural, utilizou a estadia do director do museu nacional no seu concelho e as descobertas arqueológicas aí realizadas para desenvolver a auto-estima e a identidade local. Além da importante descoberta da ara romana dedicada ao Deus *Fontanus*, que se refere no artigo do jornal *O Século*, acima transcrito, justificava que a sua localidade iria ficar representada num museu nacional onde seriam exibidos todos os materiais providenciados pela generosidade dos seus conterrâneos. Esta notícia servia também para legitimar o seu erudito interesse pela arqueologia num contexto de «vida de província»⁵²¹. Se anteriormente tinha adquirido algum conhecimento da história local e dedicado algum do seu tempo livre ao interesse pelas antiguidades, os contactos com o director do museu e a divulgação do seu contributo no espaço público, inclusivamente internacional, confirmaram a importância dos seus eruditos interesses pela história e arqueologia locais. O museu era afinal, como refere Simon Naylor, a «truth spot» (Naylor, 2005: 6), um lugar que conferia autoridade cultural e científica às práticas de António Paes e dos restantes actores que abordamos neste trabalho.

Este contacto directo com José Leite de Vasconcelos contribuiu igualmente para ampliar os seus conhecimentos sobre várias matérias, obter novas perspectivas sobre as vivências etnológicas e sobre a história e a pré-história na região, reforçando a sua confiança para interpretar a paisagem e os vestígios de antigas edificações e ocupações humana. Por outro lado esse contacto fê-lo tomar consciência do seu valor enquanto conhecedor do território e do acesso privilegiado a objectos que, tal como transmitia o *Diário de Notícias* em Agosto de 1912, se revelavam determinantes para a ciência:

«[...] numa excursão que o sr. Dr. Leite de Vasconcelos fez ultimamente ao Alentejo, a convite do sr. António Paes, nosso assinante de Avis, se colheram numerosos objectos que vieram a enriquecer o Museu, obtidos quase todos eles por dádivas de amigos do sr. António Paes, que assim se tornou grande benemérito da etnologia nacional. Entre esses objectos sobressai uma ara de mármore consagrada ao deus lusitano-romano

⁵²⁰ *O Século*, 16 Ago. 1912, p. 3.

⁵²¹ Expressão utilizada pelo autor. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 22 Ago. 1912, cota: 2538/17176.

Fontanus, e um pedaço de pedra (fibrolite), que indica um dos processos que o homem pré-histórico empregava no fabrico dos seus instrumentos: o sr. Dr. Leite de Vasconcelos diz que, pelo menos na nossa arqueologia, não conheço nada igual ao último objecto, o que mostra o grande valor científico do mesmo.»⁵²²

A publicação de elogiosos artigos como o que transcrevemos, não só nas revistas institucionais mas também em jornais generalistas, constituía uma habilidade do organizador do Museu Etnológico para fortalecer os laços com estas personalidades detentoras de conhecimento e de influência local. Mantinha uma correspondência regular com estes indivíduos, mas a valorização pública das suas dádivas e da sua generosidade conferia prestígio e reconhecimento nacional e local e assegurava o desenvolvimento das colecções do museu da capital com várias colecções regionais. Leite de Vasconcelos percebia como podia instrumentalizar estes actores locais. Era fundamental valorizar a «'pequena pátria', enquanto seiva que melhor irrigaria a pertença à 'pátria grande'» (Catroga, 2014: 274). Se por um lado personalidades como António Paes viam valorizados e justificados os seus interesses pela arqueologia e etnografia, as populações e autoridades locais assumiam o encaminhamento das suas «preciosidades» históricas para Lisboa como prestigiante para a localidade, cuja importância e singularidade iria ficar representada e era identificada num museu nacional.

De facto, verifica-se que a partir deste primeiro contacto, António Paes foi um dos informadores locais que contribuiu de várias formas para o enriquecimento das colecções do museu sediado em Lisboa. Sabemos que enviou vários objectos durante os anos de 1913, 1914, 1915 e 1919⁵²³. A maioria consistia em objectos de índole arqueológico, como a ara ao deus *Fontanus* que enviou pelo comboio para Lisboa⁵²⁴, ou o «machado de bronze» do Monte Branco em que foi necessário vencer alguma relutância do seu proprietário⁵²⁵. No entanto as ofertas ao museu estendiam-se também a materiais que designava como «reliquias» ou «um

⁵²² *Diário de Notícias*, 31 Ago. 1912, p. 1.

⁵²³ Através do sobrinho Mário Saa enviou objectos não discriminados que designou como «reliquias» e outros que designou como «pedras do Monte-Branco», FAPT, Espólio Documental de Mário Saa, 19/02/1913 e 25/11/1913; em carta de 8 de Março de 1914 para Leite de Vasconcelos, mencionou o envio de objecto que não especifica, MNA – Epistolário de JLV, 2538/17185, 08/04/1913; enviou materiais não especificados encontrados na Ladeira, MNA – Epistolário de JLV, 2538/17209, 19/06/1915; *O Archeologo Português* faz referências a incorporações de materiais oferecidos por António Paes no Vol. XXIV, 1919, n.º 1 a 12, p. 246: «O sr. António Paes (Avis) ofereceu: três machados de pedra; um chapão de lousa, provindo do Alentejo».

⁵²⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 1 Jan. 1912, cota: 2538/17178.

⁵²⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 21 Ago. 1912, cota: 2538/17175; 24 Ago. 1912, cota: 2538/17177.

par de braceletes antigos, de vidro, com umas medalhas também de vidro» que datariam do século XVIII⁵²⁶.

A sua colaboração estendia-se também ao registo fotográfico de locais arqueológicos. António Paes ter-se-ia comprometido com Leite de Vasconcelos em enviar fotografias e em registar os locais previamente identificados, pelo que dias depois da sua partida, em Agosto de 1912, informou Leite de Vasconcelos que ainda não tinha revelado os *clichés* por não possuir revelador nem papel, mencionando que já teria encomendado tudo, inclusivamente as necessárias *chapas*⁵²⁷. Realizou igualmente o registo fotográfico de monumentos megalíticos, muito provavelmente das antas exploradas durante a visita de Leite de Vasconcelos, e também das escavações das ruínas romanas da Ladeira. Numa carta de 7 de Setembro de 1912 lamenta a má qualidade dos registos fotográficos de várias antas «porque as chapas do Mário⁵²⁸ não eram boas para instantâneos, e as da minha máquina, já tinham servido, como eu receava!»⁵²⁹, e poucos dias depois transmitiu o desapontamento pelo facto de os «criados» do seu irmão Francisco terem por lapso aterrado as escavações da Ladeira, «de modo que quando há dias lá fui com a minha máquina fotográfica tive esta grande decepção»⁵³⁰.

Este seu contacto privilegiado com a instituição museológica de Lisboa facultou, por sua vez, o enriquecimento da sua biblioteca com publicações oferecidas pelo próprio director do Museu Etnológico e com as aquisições especializadas que passou a efectuar, inclusivamente no estrangeiro, assinando as mesmas publicações periódicas que José Leite de Vasconcelos. Os mais recentes números de publicações como *L'Anthropologie* ou *L'Homme Préhistorique* eram solicitados em simultâneo aos livreiros de Paris por António Paes e pelo Museu Etnológico. Depois dos contactos e do conhecimento adquirido junto de Leite de Vasconcelos, António Paes passou também a realizar prospecções e escavações arqueológicas e a exercer um papel activo na preservação do património histórico e arqueológico local.

A sensibilidade deste proprietário e político, extensível a alguns membros da família, fez com que existisse um marcado cuidado com locais arqueológicos como o local designado Ladeira, pelo que na necessidade de realizar alguns trabalhos rurais foram preservados os

⁵²⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 31 Jul. 1914, cota: 2538/17201.

⁵²⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 21 Ago. 1912, cota: 2538/17175.

⁵²⁸ Mário Saa, seu sobrinho, que já citámos.

⁵²⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 7 Set. 1912, cota: 2538/17179.

⁵³⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 13 Set. 1912, cota: 2538/17180.

materiais detectados. Os achados arqueológicos seriam depois detalhadamente transmitidos ao conservador do museu de Lisboa pondo-os à sua inteira disposição:

«Meu irmão Francisco mandou arrancar uma pedra na Ladeira (Ervedal) e apareceu lá um grande pote romano, mas os trabalhadores partiram tudo, restando apenas a boca e as azas! Também apareceram: 2 tégulas, uma delas optimamente conservada; 3 ou 4 ladrilhos como os que V. Ex.^a levou (do feitio de paus de sabão) alguns com caracteres desconhecidos; uma pedra pouco maior que meia folha de papel almáссо, com uma elipse incompletamente riscada; um crânio muito bem conservado (n'outro local); um pedacinho de barro (como 5 tostões) com uma figura gravada, espécie de baixo relevo, que pertenceu a qualquer vaso talvez. A figura lembra vagamente Vasco da Gama, embora, é claro, não reste dúvida de que é muitíssimo anterior. Também apareceram uns fragmentos de barro m.to fino (como vidraça) e que me parece figulino; uma moeda tão tosca, que nada se reconhece n'ella que possa guiar-nos; uma grande pedra de moinho p.^a fazer farinha; uma parede com mais de um metro de espessura; e grande quantidade de pedra solta (à profundidade a que encontramos as outras, há 2 anos) o que faz supor que houvesse ali qualquer desmoronamento por invasão ou sismo.»⁵³¹

Depois de receber novamente Leite de Vasconcelos no concelho de Avis em 1914, iria comunicar-lhe a intenção de efectuar novas explorações nas antas de Ruy Vaz e Amarellos⁵³², lamentando meses mais tarde não poder prosseguir essas investigações devido aos afazeres da administração do concelho. Calculava, no entanto, deixar em breve a administração, tendo assim oportunidade para explorar as antas que faltavam e dedicar-se aos seus estudos predilectos, a arqueologia⁵³³. Leite de Vasconcelos tinha-se hospedado novamente em sua casa na Primavera desse ano. Foi recebido no dia 11 de Abril 1914, vindo de Fronteira na companhia dos priores do Ervedal e Benavila:

«As 6 da tarde estávamos ao pé das verduras do Ervedal, **sede do santuário do deus *Fontanus***. No Ervedal despedi-me dos Sr.s Priores,

⁵³¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 10 Nov. 1914, cota: 2538/17204.

⁵³² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 25 Abr. 1914, cota: 2538/17196.

⁵³³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 24 Jun. 1914, cota: 2538/17199.

e continuei sozinho a jornada. Caíam 7 horas do sino de Avis, quando eu chegava aos arredores da vila, e abraçava o meu amigo o Sr. António Pais, em cuja casa eu ia hospedar-me, e que fizera o favor de ali me esperar, para que eu mais cedo gozasse do prazer da sua companhia.

12 a 14 de Abril de 1914. – Estes três dias passei-os na vila, e apliquei-os a descanso e a buscas etnográfico-arqueológicas. [...]

16 Abril de 1914. – Explorei algumas antas na herdade de Rui Vaz. Foi o Sr. Pais quem m'as indicou, e ele próprio me acompanhou lá. Colhemos artefactos de pedras e louça.

17 Abril de 1914. – Choveu, e permaneci na vila.

18 Abril de 1914. – Às 4 da tarde disse adeus à vila, que, órfã dos seus freires, lá ficava pousada no alto de uma encosta, não já árida como a deixei no verão de 1912, mas vestida de relva até ao rio,- encosta onde uma igreja pouco concorrida, três torres negras, uns panos que, porém, olhado de longe, parece ainda agora um baluarte, são aproximadamente quantos monumentos restam da poderosa Ordem de Avis.» (Vasconcelos, 1914b: 397)

Esta nova deslocação do director do Museu Etnológico à vila do Ervedal e a campanha de investigações arqueológicas que realizou foi também registada na relação epistolar de António Paes com o seu sobrinho Mário Saa, que mantinha igualmente uma relação próxima com o director do Museu Etnológico⁵³⁴:

«Fomos explorar “2 antas e meia, em Ruy Vaz. Uma só tinha terra. Na outra encontrámos uma placa de sílex e 3 vasos de barro, partidos, além de um percutor. Lá foi tudo com elle.” [...]”logo que tenha vagar lá vou explorar mais 2 ou 3 antas.»⁵³⁵

António Paes prosseguiu, nos anos seguintes, as suas investigações arqueológicas realizando explorações em monumentos megalíticos, identificando locais com interesse arqueológico e informando, detalhadamente, o director do Museu Etnológico Português:

«Explorei há dias 2 antas, onde [recolhi?] um espólio razoável, que tenciono guardar para estudo, destinando-o mais tarde, com o que faz colhendo[?], para o Museu de que V. Ex.^a é tão digno director. Isto no

⁵³⁴ Cf. Pereira, 2007, p. 18; 2010, p. 21, 30, 41, 63.

⁵³⁵ FAPT – Espólio Documental de Mário Saa, Cartas de António Paes da Silva Marques, 24/04/1914.

caso de V. Ex.^a não preferir que lhe mande já tudo, pois não desejo que tome esta minha intenção como sinal d'avareza... Se V. Ex.^a quiser fazer um pequenino relatório para o Archeologo de 1916.»⁵³⁶

Assim, quando em 1921 identificou um conjunto de «castros» e invocou a sua urgente exploração, evidenciando que nesta época os objectos arqueológicos eram disputados por vários interessados, propôs-se assumir a direcção dessa investigação por conta da verba que o museu lhe teria destinado:

«[...] n'um dos castros já andaram há meses uns pesquisadores de tesouros e oxalá que não tenham lá feito prejuízos irreparáveis! Convém explorá-los ambos quanto mais depressa melhor.

Como disse a V. Ex.^a, estou ao seu dispor e se não puder vir brevemente aqui e quiser aplicar nas explorações dos castros a verba de que me falou, posso eu fazer essa exploração por conta do Museu, se V. Ex.^a entender que a minha fraca competência servirá para isso.»⁵³⁷

Aliadas a estas explorações no terreno, António Paes teve uma clara preocupação em instruir-se, num processo que coincidia com as já citadas instruções firmadas por John Lubbock em 1865 para os investigadores ingleses: «quem se dedicar à arqueologia pré-histórica devia visitar museus e colecções privadas, em Inglaterra e no continente, aprender outros idiomas europeus para ler informações e memórias publicados para além dos circuitos ingleses e franceses e, um elemento crucial, empreender excursões às localidades onde se produzam as descobertas. Este passo implicava a possibilidade de obter uma imagem mais correcta e vívida dos factos face ao que se podia obter dos livros e das colecções» (Lubbock *apud* Podgorny, 2009: 56).

António Paes, na primeira oportunidade, visitou o Museu Etnológico e transmitiu ao seu director as impressões causadas por aquele que considerava também o seu museu⁵³⁸:

«[...] quase cheguei a invejar, moralmente, a situação dos guardas, que estão aí muito tempo, assiduamente, e que podem – ou podiam... - ver tudo com todo o vagar!

⁵³⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 20 Nov. 1916, cota: 2538/17227.

⁵³⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 1 Jan. 1921, cota: 2538/17236.

⁵³⁸ A expressão «nosso museu» é utilizada numa carta de 19 de Junho de 1915. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 19 Jun. 1915, cota: 2538/17209.

«Não posso deixar de especializar, pela emoção profunda que me causaram, os vários crânios do homem primitivo, que vi numa das vitrines, e que pareciam tomar vida, pela intensa evocação do passado a que o meu espírito se deixou arrastar, sugestionado pela vista de todos aqueles objectos!»⁵³⁹

Sempre que viajava procurava desenvolver alguns estudos⁵⁴⁰ ou informar-se sobre a existência de locais de «interesse arqueológico»⁵⁴¹, mantendo paralelamente um esforço continuado de leituras e pesquisas bibliográficas sobre arqueologia pré-histórica e a presença romana e árabe. Além das leituras proporcionadas pelas ofertas de Leite de Vasconcelos⁵⁴² procurou aconselhamento bibliográfico sobre diversos assuntos mencionando a necessidade de adquirir um dicionário de arqueologia geral, «portátil, ilustrado e barato»⁵⁴³ que acabaria por encomendar às livrarias de Paris⁵⁴⁴ juntamente com a obra *La vie privée des romains* e de três números da revista *L'Homme préhistorique*⁵⁴⁵ durante o ano de 1913. Além da bibliografia nacional que ia acumulando na sua biblioteca através de assinaturas, de aquisições e das ofertas de Leite de Vasconcelos, nos anos seguintes prosseguiu a aquisição de outras obras como *L'origine du culte des morts*, de Mortillet, o primeiro volume da *Archeologie* de Déchelette⁵⁴⁶, da *Revue Archeologique* e da *Revue d'Anthropologie*⁵⁴⁷, do *Manuel des recherches préhistoriques*, e a assinatura de publicações periódicas especializadas já mencionadas como a *L'Anthropologie*, a *Revue Anthropologique*, *L'Homme préhistorique*⁵⁴⁸, publicações que ainda hoje encontramos na biblioteca da Fundação Arquivo Paes Teles.

⁵³⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 12 Out. 1913, cota: 2538/17189.

⁵⁴⁰ Refere uma estadia em Lisboa lamentando não ter podido efectuar alguns estudos no Museu. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 20 Nov. 1916, cota: 2538/17227.

⁵⁴¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 19 Jun. 1915, cota: 2538/17209.

⁵⁴² José Leite de Vasconcelos ofereceu a António Paes, entre 1912 e 1930, nove volumes de *O Archeologo Português*, cinco volumes completos da *Revista Lusitana*, e outra das suas obras, *Medicina dos Lusitanos* (1925). Estas ofertas foram registadas na correspondência trocada entre ambos e preservada no MNA.

⁵⁴³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 2 Ago. 1913, cota: 2538/17187.

⁵⁴⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 11 Ago. 1913, cota: 2538/17188.

⁵⁴⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 12 Out. 1913, cota: 2538/17189.

⁵⁴⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 31 Jul. 1914, cota: 2538/17201.

⁵⁴⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 9 Dez. 1915, cota: 2538/17218.

⁵⁴⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 4 Mar. 1916, cota: 2538/17224.

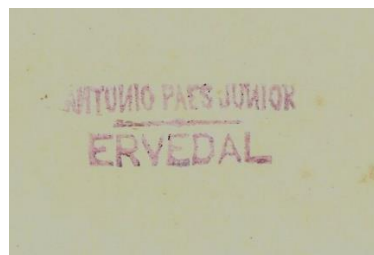


Ilustração 58 – Carimbos da biblioteca pessoal de António Paes.

Os seus livros foram doados ao seu sobrinho Mário Saa, que por disposição testamentária instituiu a Fundação Arquivo Paes Teles (Ervedal) onde actualmente se preservam.

Paralelamente ao entusiasmo que nutria pela arqueologia, as cartas que dirigiu a Leite de Vasconcelos indicam-nos uma possível colaboração no vasto programa da *Revista Lusitana* também dirigida por Leite de Vasconcelos. Embora não conste entre os autores da revista, na análise da relação epistolar que mantém com Leite de Vasconcelos apurámos que procedeu a recolhas sistemáticas de «locuções raras ou antigas»⁵⁴⁹ e de «vocábulo regionais»⁵⁵⁰. Tal como acontecia com o seu interesse pela arqueologia, também estas matérias eram acompanhadas por recursos bibliográficos como o «dicionário de Cândido Figueiredo» que pede emprestado a Leite de Vasconcelos para poder «dar começo aos [...] trabalhos de vocabulário»⁵⁵¹.

Os seus interesses intelectuais estenderam-se também a temáticas como a dominação árabe na península⁵⁵², a possível estadia de Luís de Camões numa freguesia do concelho de Avis⁵⁵³ e outras questões de ordem local como o deciframento da divisa «Paine pour joie», que encontrara numa fonte de água férrea na cerca do convento da vila, questões relativas à Ordem Militar de Avis e à vida de D. João I⁵⁵⁴. No entanto, foi a arqueologia que mais prendeu o seu interesse ao longo dos anos:

⁵⁴⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 28 Out. 1912, cota: 2538/17181.

⁵⁵⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 1 Jan. 1913, cota: 2538/17182.

⁵⁵¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 24 Jun. 1914, cota: 2538/17199; 8 Nov. 1915, cota: 2538/17212.

⁵⁵² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 2 Ago. 1913, cota: 2538/17187.

⁵⁵³ Um estudo que seria prosseguido pelo seu sobrinho Mário Saa (Saa, 1922); MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 26 Out. 1913, cota: 2538/17191.

⁵⁵⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 26 Out. 1913, cota: 2538/17191; 20 Mai. 1914, cota: 2538/17197; 8 Ago. 1914, cota: 2538/17202.

«Todos os momentos que tenho disponíveis, aplico-os à leitura da minha predilecção: “Religiões da Lusitânia”, “Archeologo Português”, “Dechêlette”, “Manuel dès recherches prehistoriques”, “Mortillet”, “Guiraud”(?), etc. Tenciono mandar vir brevemente o 2.º vol. do Dechêlette (Arqueologia céltica) e algumas obras de arqueologia clássica. Das revistas mandaram-me espécimes da “Anthropologie” e da “Revue Anthropologique”. Do “Homme prehistorique” já tenho há muito alguns números. A “Anthropologie” enche-me as medidas, mas é muito cara. Naturalmente vou-me ficando à espera que o franco desça, pois está muito elevado; e para me ir entretendo já tenho bastantes livros d’Archeologia, além dos que tenciono comprar logo que possa. Da melhor vontade satisfaço o que V. Ex.^a me pede; e hoje mesmo escrevi já para a L.^a Classica, inscrevendo-me como assinante da “Revista Lusitana”, sem invocar o nome de V. Ex.^a. Consta-me que apareceu ou vai aparecer a “Terra Portuguesa” sob a direcção do Dr. Virgílio Correia. Se não fosse cara e me agradasse assinava-a.»⁵⁵⁵

O seu entusiasmo por estes assuntos foi de tal forma efectivo que considerou matricular-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde Leite de Vasconcelos leccionava arqueologia, epigrafia, numismática e esfragística (Dores, 2008: 127). Nesse âmbito, a partir de 1914, por diversas vezes dirigiu correspondência a Leite de Vasconcelos solicitando informações sobre as condições necessárias para aprofundar pela via académica o seu interesse pela arqueologia. Habilitado com o «antigo curso de ciências dos Liceus (concluído em 1895)», «cadeiras das Polytechnicas e 1.º e 2.º anos de alemão»⁵⁵⁶ aspirava prosseguir os estudos do então *Curso de Ciências Históricas e Geográficas* (Dores, 2008: 40), projectando para isso arrendar as suas propriedades e fixar residência em Lisboa⁵⁵⁷.

«Parecia-me que o conselho escolar da faculdade podia, em vista da autonomia que tem actualmente, deixar-me matricular no 1.º ano da secção de ciências históricas e geográficas, onde a latinidade não me fazia falta, apresentado em vez da respectiva certidão, as cadeiras da Politécnica e o alemão. Era uma espécie de compensação. No caso de V. Ex.^a achar justa a minha pretensão, pedia-lhe mais um favor, a juntar a tantos que lhe devo:

⁵⁵⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 4 Mar. 1916, cota: 2538/17224.

⁵⁵⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 20 Mai. 1914, cota: 2538/17197.

⁵⁵⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 30 Mai. 1914, cota: 2538/17198.

patrocinar a minha causa, junto dos seus colegas da faculdade, de modo que ainda este ano eu pudesse matricular-me, mesmo que para isso tivesse que arranjar uma portaria, no 1.º ano de ciências históricas e geográficas»⁵⁵⁸.

Colocando-se alguns impedimentos à sua matrícula no curso pretendido, devido à exigência da latinidade que não possuía, António Paes considerou matricular-se no magistério primário superior. É neste âmbito que procura suplantar as dificuldades impostas ao seu intuito:

«[...] não desejava perder uma tão boa ocasião para realizar uma aspiração de muitos anos!... Não poderia escolher, para este ano lectivo, disciplinas de que mais facilmente pudesse dar conta, como História antiga, História da Civilização, Arqueologia e outras cujo estudo me dedico há muito? No caso positivo ia aí logo que fosse admitido. Inteirava-me dos programas, orientação do ensino, expositores[?] aconselhados; e com a minha grande boa vontade, talvez conseguisse que não perdesse este ano. Apelo para a bondade do meu Ex.mo amigo, esperando dever-lhe mais este grande favor: dizer-me se poderei assim ‘salvar a situação’, para não ter de desistir da minha pretensão. [...] Se daqui a 2 ou 3 meses pudesse ir, ia então definitivamente, pois minha sogra deseja ir para a primavera passar uma boa temporada com os outros filhos.»⁵⁵⁹

Acabaria por adiar para o ano seguinte a sua aspiração. Procurou, porém, um recomendado professor de latim, bem como o programa das cadeiras e a referência das obras indicadas para todo o primeiro ano, a fim de se familiarizar com a matéria⁵⁶⁰. Não concretizando porém esta sua ambição académica, António Paes acabou por construir a sua *scientific persona*⁵⁶¹ através de um processo de instrução informal. A correspondência regular que mantém com Leite de Vasconcelos até 1941 mostra-nos que alimentou ao longo dos anos o seu entusiasmo pela arqueologia obtendo materiais para o museu de Belém e instruindo-se através das publicações já citadas. O facto de não conseguir prosseguir os seus intentos académicos deverá estar também relacionado com a carreira política que prossegue. Depois de exercer o cargo de administrador do

⁵⁵⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 8 Nov. 1915, cota: 2538/17212.

⁵⁵⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 14 Nov. 1915, cota: 2538/17214.

⁵⁶⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 24 Nov. 1915, cota: 2538/17217.

⁵⁶¹ Conceito de L. Daston and O. Sibum (2003) «Introduction: Scientific Personae and their histories» *Science in Context*, 16; p. 5.

concelho de Avis, iria candidatar-se ao cargo de deputado pelo Partido Democrático pelo círculo de Elvas na sexta legislatura⁵⁶².



Ilustração 59 – Passe de deputado para acesso aos Caminhos-de-ferro do Estado no ano de 1925.

Durante a legislatura de 1924-25 António Paes integrava a comissão parlamentar da Previdência Social. (Espólio Documental da FAPT)

Na sequência da comissão parlamentar que integrou no ano de 1922, a sua primeira intervenção na Câmara dos Deputados, que ocorreu no dia 4 de Julho desse ano, foi no sentido de colmatar o isolamento do concelho de Avis⁵⁶³. Tratava-se de interceder junto do Governo para que a linha de caminho-de-ferro que seguia até à vila de Mora chegasse também a Avis. Além das inúmeras vantagens socioeconómicas que traria para a região, António Paes consideraria também o caminho-de-ferro como uma *ferramenta de conhecimento* (Vetter, 2008) facilitando o envio de

⁵⁶² Eleito a 29 de Janeiro de 1922, tomou posse em 13 de Março, integrando a comissão parlamentar de Minas e Obras Públicas, no ano seguinte a Previdência Social e Agricultura e em 1924-25 a Previdência Social. (Arquivo da Assembleia da República, Boletim para a constituição do Registo Político dos membros do Congresso da República, f. 38)

⁵⁶³ Cf. Intervenção de António Paes na Câmara dos deputados: «Avis, cujo nome reboou por toda a Idade Média como um vibrante clarim de guerra; Avis, cujos intrépidos cavaleiros ajudaram a cimentar os alicerces da nacionalidade portuguesa, com o vigor do seu braço e a fé do seu patriotismo; Avis, alcandorado ninho de águias que deram caça sem tréguas às hostes agarenas; sentinela vigilante contra mouros e cristãos, não tem uma linha férrea a servi-la; não tem uma simples estrada que a ligue com o resto do país ou com o caminho-de-ferro mais próximo, que lhe fica a cerca de 40 quilómetros de distância. Vários projectos e projectículos têm aparecido na primavera eleitoral de cada Governo ou de quase todos os que têm passado pelas cadeiras do Poder. Mas Avis continua isolada do resto do mundo; e o seu isolamento é tão autêntico, que no tempo da monarquia servia de colónia penal burocrática! Contudo, os seus campos são feracíssimos, produzindo anualmente uma média de 7:086 moios de trigo, cerca de 2:000 hectolitros de azeite, 4:722 cabeças de gado suíno, com o peso de 420:880 quilogramas de carne, sendo também importantíssima a produção de cortiça, carvão e lã. E não venham dizer-me que a falta do caminho-de-ferro poderia ser suprida por boas estradas com camiões automóveis, porque nem todos os produtos da região – como é evidente – poderiam transportar-se a granel.» *Diário da Câmara dos Deputados*, 1.ª República, 04-07-1922, p. 16.

materiais arqueológicos para o «seu museu» de Belém⁵⁶⁴. De facto, o cargo de deputado não o impediu de continuar a colaborar com o Museu Etnológico. Essa posição facilitou os contactos com o ministério para a obtenção de um subsídio que visava a aquisição de materiais. As cartas que dirigiu ao director do museu durante os meses de Abril e Maio de 1924 mostram-nos os esforços desenvolvidos no sentido de evitar a fundição de uma antiga peça de joalheria:

«V. Ex.^a deverá fazer outro ofício dirigido ao Director Geral das Belas Artes e pedindo-lhe um subsídio e 1.500 escudos ‘visto a verba do Museu não chegar para adquirir as braceletes’, etc. É forçoso precisar a quantia, para o ministro a autorizar; porque nos termos do ofício que V. Ex.^a me entregou, ele teria que indeferir. Se V. Ex.^a quiser enviar-me o ofício para a câmara eu me encarrego depois de lhe dar o devido destino; mas remetido directamente ia mais depressa.»⁵⁶⁵

No desígnio de aquisição deste objecto estariam envolvidos outros elementos da família, nomeadamente o seu sobrinho Condorcet Paes da Cunha e Sá, que acabou por comunicar a Leite de Vasconcelos, através de um telegrama datado de 30 de Agosto de 1924, a fundição das peças pelo ourives que as adquirira⁵⁶⁶.

Voltando a residir em Avis, António Paes prosseguiu a aquisição de obras especializadas mantendo-se informado sobre os desenvolvimentos que ocorriam no país e no exterior. Acompanhou a eleição de Leite de Vasconcelos para sócio da Academia de Inscrições e Belas Letras de Paris⁵⁶⁷ e também a publicação de um decreto que regulamentava, pela primeira vez em Portugal, a realização de escavações arqueológicas⁵⁶⁸. No ano de 1933 informava-se junto de Leite de Vasconcelos sobre os procedimentos necessários para a realização de escavações:

«Muito me obsequiava V. Ex.^a dizendo-me o que tenho a fazer para poder proceder a várias escavações neste concelho, sem o receio de ver o meu trabalho prejudicado por qualquer devoto de S. Cipriano...»⁵⁶⁹

De facto, a partir de 1932, por força do decreto de 18 de Abril desse ano, cabia ao director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos⁵⁷⁰, na época já a cargo de Manuel Heleno, a

⁵⁶⁴ Nas cartas que dirige a Leite de Vasconcelos em 1912, António Paes transmite as dificuldades que sentia para transportar os materiais até Estremoz ou até Ponte de Sor, onde depois, pelo comboio, seguiriam até Lisboa. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 1 Jan. 1912, cota: 2538/17178.

⁵⁶⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 22 Abr. 1924, cota: 2538/17237; 12 Mai. 1924, cota: 2538/17238.

⁵⁶⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Condorcet Paes da Cunha e Sá, 30 Ago. 1924, cota: 2997/20255.

⁵⁶⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 1 Jan. 1926, cota: 2538/17236.

⁵⁶⁸ Decreto 21117 de 18 de Abril de 1932.

⁵⁶⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 15 Mar. 1933, cota: 2538/17249.

responsabilidade de autorizar, fiscalizar e suspender a realização de escavações arqueológicas efectuadas no país, inclusivamente o estabelecimento de prioridades científicas (Fabião, 1999: 122).

A par da dedicação à arqueologia, António Paes desenvolveria, durante a década de 30, trabalhos de índole antropológica recorrendo ao *Dicionário Popular* de Pinheiro Chagas ou à obra *Através dos Campos* de Silva Picão⁵⁷¹. Neste período enviou esclarecimentos sobre questões locais dessa índole a Leite de Vasconcelos⁵⁷² e efectuou recolhas de cantigas populares⁵⁷³, o que coincide com o período em que o fundador do actual Museu Nacional de Arqueologia se encontraria dedicado ao estudo *Etnografia Portuguesa*, cujo primeiro volume foi publicado em 1933⁵⁷⁴.

A consagração do percurso intelectual de António Paes da Silva Marques é evidente na sua relação com Leite de Vasconcelos e também na sua eleição para *sócio* do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, criado em 1932. Este organismo, instituído pelo novo director interino do Museu Etnológico, tinha como principal propósito «[...] pôr bem em evidência o papel de Portugal no descobrimento da Terra, na criação de novas nações [...] a acção de Portugal na História da Civilização». Eleito *sócio correspondente fundador* em 1933, solicitou a Leite de Vasconcelos que transmitisse o seu agradecimento a todos quantos lhe reconheceram o mérito para ser incluído nos propósitos da instituição⁵⁷⁵. A revista do mencionado instituto, *Ethnos*, subsidiada pelo Instituto Para a Alta Cultura, publicou em 1948 uma listagem dos associados que documenta esta sua ligação àquele organismo como sócio correspondente de Avis⁵⁷⁶.

O interesse de António Paes pela arqueologia, continuado pelo seu sobrinho Mário Saa, cuja obra de maior monta viria a ser consagrada à época romana (Saa, 1957-1967), foi suscitador de continuadas incorporações. Na sede da Fundação Arquivo Paes Teles criou-se em Fevereiro de 1976, o *Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense* com uma secção de Arqueologia. Os membros deste grupo realizaram prospecções e escavações em vários sítios arqueológicos junto ao Ervedal, ampliando a colecção iniciada por António Paes. Este grupo depositou na Fundação

⁵⁷⁰ Sobre esta nova designação do Museu Etnológico ver nota de rodapé 423.

⁵⁷¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 11 Jul. 1930, cota: 2538/17247.

⁵⁷² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 26 Mai. 1931, cota: 2538/17248; 1 Mai. 1939, cota: 2538/17253.

⁵⁷³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 1 Mai. 1939, cota: 2538/17253.

⁵⁷⁴ Inicialmente interessado por questões de ordem etnológica, a partir de 1885 Leite de Vasconcelos passou a dedicar-se maioritariamente à arqueologia até perto do ano de 1920, em que os seus interesses se inverteriam (Leal, 2006: 66).

⁵⁷⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de António Paes, 10 Ago. 1933, cota: 2538/17251.

⁵⁷⁶ Ver revista *Ethnos*, 1948, p. 501. Sobre o Instituto de Alta Cultura cf. Maria Fernanda Rollo *et al.*, 2012. Relativamente à importância do seu antecessor no desenvolvimento científico – a Junta de Educação Nacional (1929/36) – cf. Augusto José dos Santos Fitas *et al.*, 2012, 2013 e Quintino Lopes, 2017.

Arquivo Paes Teles os seus livros de registo de actividades bem como os materiais encontrados. Posteriormente vários particulares procederam a recolhas e oferecem esses materiais à instituição que tem vindo a registar as novas incorporações e a proceder à valorização desta colecção, nomeadamente à sua inventariação⁵⁷⁷, nunca antes efectuada.

O percurso de António Paes da Silva Marques constitui outro dos exemplos que permite enriquecer o conhecimento sobre articulação e circulação de conhecimento e de objectos mostrando-nos como é relativo o isolamento cultural das periferias e destas personalidades locais. Ele evidencia a existência de redes globais de comunicação conjugadas com contextos e personagens locais, e não apenas um conjunto limitado de protagonistas nacionais (Lopes & Heizer, 2011). Por outro lado, mostra-nos como, já referiu Podgorny (2002), que a emergência dos museus em fins do século XIX não supõe o fim das colecções particulares e dos pequenos gabinetes que se retroalimentaram.

A estratégia empreendida para o crescimento de colecções do Museu Etnológico, que José Leite de Vasconcelos dirigiu até 1929, foi de tal forma bem-sucedida que a instituição, inicialmente instalada no edifício da Academia das Ciências de Lisboa, teria que ser transferida, como já referimos, em 1900, para a ala oitocentista do Mosteiro dos Jerónimos, onde existiam condições para a continuação da expansão das colecções e para dar expressão condigna ao ideal público e patriótico da instituição. Mantendo-se nessas mesmas instalações até ao presente, é nos seus arquivos, nos espólios familiares privados, como o existente na Fundação Arquivo Paes Teles, e nas publicações da época, que encontramos evidências da importância assumida pelos informadores, proprietários e coleccionadores locais enquanto importantes colaboradores do museu nacional. Estas fontes permitem-nos conhecer as formas como se processa o acesso e a transferência de conhecimento – os hábitos de leitura de jornais, onde surgiam bastantes notícias sobre antiguidades, de revistas especializadas, a visita a sítios arqueológicos, o contacto com outros coleccionadores e com museus – e também aceder aos registos das práticas científicas destes actores – os cadernos de notas, os apontamentos, a escrita de cartas científicas, a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas como sejam a realização de desenhos, moldes, decalques, mapas e fotografias.

Estas evidências mostram-nos que o processo de construção de conhecimento inicia-se no campo, onde os objectos são identificados, nem sempre pelos directores dos museus. São

⁵⁷⁷ Ver nota de rodapé 507.

frequentemente, como vimos, insuspeitos actores que com os seus momentos de ócio contribuem para o avanço do conhecimento, para o crescimento das colecções e para a preservação do património a que o Museu Etnológico conferia, na época, o estatuto de nacional e identitário.

5. NO RASTO DO DINHEIRO – O COMÉRCIO NO PROCESSO DE CONSTRUIR COLECÇÕES

O comércio é um tema que emerge claramente dos processos de construção das colecções, da criação de museus e da institucionalização da arqueologia. Esta temática não mereceu realce historiográfico em Portugal mas está devidamente incorporada na historiografia das ciências há vários anos⁵⁷⁸. No desenvolvimento deste trabalho, que pretende valorizar a diversidade de actores envolvidos no processo de construção do conhecimento, não podemos deixar de considerar esta perspectiva. Ela acrescenta novos personagens ao intrincado processo de formação dessas colecções e complexidade ao percurso dos objectos que as constituem.

Durante o século XIX e na primeira metade do século XX, questões nacionalistas «deeply embedded in the very concept of archaeology, in its institutionalization and development» (Dias-Andreu, 1996: 3) vão suscitar um grande investimento na formação de museus que deveriam construir um passado para as nações através das suas colecções de objectos. Mas os museus públicos não seriam os únicos promotores da recolha de objectos arqueológicos. Como temos visto ao longo desta tese, um conjunto de interessados e coleccionadores particulares que acompanhavam os avanços científicos desenvolveram as suas colecções e competiam pelos mesmos materiais que iriam interessar à construção da memória da nação. Ao valorizar cientificamente os objectos, as individualidades que ao serviço do estado construía as colecções públicas e estes coleccionadores particulares vão conferir ou acrescentar valor comercial aos objectos, estimulando práticas colecionistas mas também práticas comerciais junto de

⁵⁷⁸ Ver Dániel Margócsy (2014) – *Science, Trade, and Visual Culture in the Dutch Golden Age*, University of Chicago Press; M. Barrow (2000) – «The Specimen Dealer: Entrepreneurial Natural History in America's Gilded Age». *Journal of the History of Biology*, 33, p. 493–534; P. C. Kjærgaard (2012) – «The Fossil Trade: Paying a Price for Human Origins», *ISIS*, 103, p. 340–355. Vejam-se também os trabalhos de Irina Podgorny (2013) – «La febbre dei fossili, Pedro de Angelis y el carácter transaccional de la ciencia». *Zama*, 5, p. 11-26; (2007) – «De ángeles, gigantes y megaterios: saber, dinero y honor en el intercambio de fósiles de las Provincias del Plata en la primera mitad del siglo XIX». In Salvatore, R. (Ed.) – *Los lugares del saber*. Rosario: Beatriz Viterbo. p. 125-158; (2013) – «Fossil dealers, the practices of comparative anatomy and British diplomacy in Latin America, 1820–1840». *The British Journal for the History of Science*, 46, n° 4, p. 647-674; esta componente está igualmente implícita nas investigações de Maria Margaret Lopes: (2011) – *Coleccionismos, prácticas de campo e representações* [on-line]; (2001) – «Viajando pelo campo e pelas colecções: aspectos de uma controvérsia paleontológica», *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VIII (suplemento), p. 881-897; (2001) – «A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX». *Revista Brasileira História*, 21 (41), p. 55-76; (1999) – «Fósseis e Museus no Brasil e Argentina», *LLULL*, 22, p. 145-164; cf. também os trabalhos Diego Amorim Grola, Stefanie Gänger e de Maximo Farro: D. A. Grola (2016) – «Nurturing Collecting and the Trade in Objects: The Formation of the Museu Paulista, 1850s–1910s». *Museum History Journal*, 9 (1), p. 93–107; S. Gänger (2014) – *Relics of the Past: The Collecting and Study of Pre-Columbian Antiquities in Peru and Chile, 1837–1911*. Oxford Studies in the History of Archaeology; M. Farro (2009) – *La formación del Museo de La Plata. Coleccionistas, comerciantes, estudiosos y naturalistas viajeros a fines del siglo XIX*, Rosario, Prehistoria.

trabalhadores rurais, proprietários ou negociantes, como ourives ou leiloeiros estrangeiros, evidenciando que, tal como outros objectos científicos⁵⁷⁹, também o comércio de objectos arqueológicos estava estruturado internacionalmente.

Sendo colecções particulares ou públicas, o seu processo de formação decorre da recolha avulsa de materiais, da realização de escavações onde se recolhem os mesmos, de doações e, como temos verificado, de muitas aquisições. Tal como outras investigações já demonstraram, o desenvolvimento do interesse pela história natural e pelos objectos arqueológicos vai promover a existência de um conjunto de recolectores e oportunistas que «se dieron cuenta que proveer objectos a los museos podía colaborar con su propia economia o con la obtención de cierto prestigio como corresponsal» (Podgorny & Lopes 2013: 19). De facto em torno dos principais coleccionadores, sejam eles particulares ou curadores de museus públicos, vai estruturar-se uma complexa rede de informadores, recolectores e intermediários fundamentais, como temos verificado, para a constituição de colecções. Personagens que vão beneficiar, economicamente ou através do reconhecimento público, da sua cooperação com o desenvolvimento do conhecimento sobre o passado humano.

Tal como se organizou, nos últimos duzentos anos, um mercado para o comércio de fósseis (Podgorny, 2013; Kjærgaard, 2012), também o desenvolvimento do coleccionismo arqueológico vai estabelecer redes de actores que compram e vendem objectos científicos: pedras, ossos e pedaços de cerâmica, moedas e objectos em metal. Ao contrário do que referiu Susan Pearce (1995), a nossa tese demonstra que até os mais modestos objectos, como um machado de pedra polida, um fragmento de lápide ou uma taça de cerâmica romana, integraram circuitos comerciais. Susan Pearce considerou a quase inexistência de mercado para os objectos com valor intelectual como os objectos arqueológicos, históricos e de história natural. A autora registou que existiram algumas casas comerciais e vendas especializadas de objectos de história natural e objectos de ourivesaria do Bronze Final, mas em relação aos restantes objectos «... it is fair to say that a very large proportion of this material does not have any valuation within the market, and lacks the corresponding market framework. [...] The massed boxes of fragmented pottery, chipped stone and broken bones, wich constitute the principal part of the collections derived from archeological excavation, similarly play no part in any market-place» (Pearce, 1995: 378). No nosso trabalho verificámos que a maioria dos objectos que constituem as colecções de

⁵⁷⁹ Uma questão ressaltada em várias investigações, cf. nota 578.

arqueologia que hoje conhecemos nos museus nacionais e estrangeiros adquiriram valor económico na sequência da sua valorização científica. Esses objectos eram disputados entre coleccionadores e museus e mesmo os seus humildes possuidores, apercebendo-se do seu valor intelectual, vendiam a quem lhes oferecia um maior valor monetário.

O dinheiro envolvido na investigação arqueológica e na formação de colecções não tem uma escala industrial mas ainda assim é considerável a sua importância. É essencial para a criação e manutenção de um museu público ou privado, na gestão da economia de um coleccionador, para a execução de escavações arqueológicas financiadas por esse mesmo coleccionador ou por um museu, para os comerciantes de objectos ou para os financiadores de políticas de desenvolvimento científico.

Temática claramente incorporada na historiografia das ciências, como se destaca na secção *Focus* da revista *ISIS* de 2012 (Vol. 103, n.º 2), o dinheiro é de extrema importância para a produção, uso e comunicação da ciência em todos os níveis e ao longo dos séculos (Anderson et. al., 2012: 315). Foi o dinheiro que sustentou a criação de museus e de colecções, suportou redes e permitiu a preservação de objectos que hoje conhecemos através das vitrinas dos museus nacionais e estrangeiros. Além de evidenciar a diversidade de actores envolvidos na formação de colecções arqueológicas, seguir o rasto do dinheiro demonstra como foram determinantes os cruzamentos de verbas particulares e públicas no estabelecimento destas práticas científicas.

Uma parte das colecções arqueológicas que hoje estão depositadas em museus públicos resultou do orçamento geral dos Estados que financiaram a criação de museus e disponibilizaram uma verba para o seu funcionamento, para as suas investigações, prospecções e escavações, compra de objectos avulso e compra de colecções, e também o transporte de objectos doados a esses mesmos museus⁵⁸⁰. Outra parte dos objectos que integram estas colecções deve-se ao adiantamento de dinheiro particular dos seus organizadores, quer fosse para obter acesso exclusivo ao estudo dos objectos, ou mesmo para evitar a sua fundição (no caso de objectos de metal valioso), a sua venda a coleccionadores particulares, a instituições museológicas e casas comerciais, nacionais ou estrangeiras. Várias fortunas pessoais foram também investidas na formação de colecções arqueológicas que posteriormente foram doadas a instituições públicas ou estiveram na origem de museus locais ou regionais. Outros coleccionadores, mais humildes, investiram as suas poupanças na recolha de objectos arqueológicos que posteriormente

⁵⁸⁰ Cf. Grola, 2016.

constituíram um recurso económico ao serem vendidos a outros coleccionadores, a museus públicos ou casas comerciais. Tal como ocorria noutros contextos geográficos, os museus e os coleccionadores tornavam-se agentes comerciais (Podgorny & Lopes, 2016: 8). Como se verificou nos capítulos anteriores, os objectos arqueológicos circularam entre diferentes estratos de redes sociais e entre diferentes circuitos negociais. Foram vendidos por proprietários ou trabalhadores rurais, foram negociados entre coleccionadores, entre comerciantes, integram circuitos dos leiloeiros estrangeiros e parte deles foi adquirida por museus.

Como se refere na secção citada da revista *ISIS*, o rasto do dinheiro não ficou só registado em registos contabilísticos, em notas fiscais ou em pedidos de financiamento, ele está também registado no estabelecimento de políticas públicas, na correspondência pessoal e institucional, em cadernos de apontamentos, em recortes de imprensa, nos jornais generalistas, em revistas e monografias científicas da época, frequentemente nas suas notas de rodapé. Foi o cruzamento destas fontes que nos permitiu redigir o presente capítulo sobre a importância do comércio na formação de colecções.

Se em capítulos anteriores procurámos conferir visibilidade aos múltiplos actores envolvidos no processo de formação de colecções, nas próximas páginas retomaremos alguns dos actores já abordados para salientar precisamente a componente comercial na formação dessas colecções.

Nos primeiros subcapítulos (5.1, 5.2, 5.3) vamos centrar-nos no fomento de actividades comerciais exercido por dois organizadores de colecções e um museu. As colecções arqueológicas constituídas por Francisco Martins Sarmiento, Estácio da Veiga e o Museu Etnológico Português decorreram de doações, de escavações, de recolhas efectuadas em sítios arqueológicos e de múltiplas aquisições. Compras que se efectuaram junto de outros coleccionadores, de curiosos, de trabalhadores rurais, de proprietários, de comerciantes, de leiloeiros, em instituições bancárias, em vendas de hasta pública promovidas por tribunais e até em feiras. No comércio associado ao processo de formação de colecções arqueológicas os vendedores ocasionais ou comerciantes que se especializaram na transacção de objectos antigos tornaram-se referenciais não só de coleccionadores mas também de instituições. E encontramos também o importante papel dos intermediários na aquisição de numerosos objectos, também eles fomentadores de práticas comerciais em locais onde os vestígios arqueológicos eram mais ou menos abundantes.

As colecções que hoje subsistem nos nossos museus podem igualmente integrar objectos que possuíam desde logo um grande valor económico devido aos metais preciosos de que são

constituídos, nomeadamente o ouro. Estes materiais, apesar de serem considerados objectos científicos pelos organizadores de colecções e de museus, constituíram mais-valias económicas para os seus proprietários e, por isso, no seu percurso, encontraram com maior facilidade a fundição de um ourives do que a vitrina de um museu. Para ilustrar estes aspectos procuraremos reconstruir, no último subcapítulo desta tese (5.4), o percurso de vários objectos de ourivesaria arcaica da Idade do Bronze Final – torques (colares) e braceletes de ouro – que surgindo em vários pontos do território nacional em finais do século XIX e inícios do século XX foram tomando caminhos diferenciados. Alguns terminaram efectivamente nas vitrinas de museus portugueses e outros foram furtados destas vitrinas. O elevado valor económico de alguns conduziu-os a casas de leilão e a museus europeus, outros foram registados antes de serem fundidos, alguns permaneceram em colecções particulares sem serem conhecidos e muitos outros terão desaparecido sem que se conheçam registos da sua descoberta. O percurso destes objectos acentua a importância de protagonistas que contribuem para a formação ou a dispersão das colecções arqueológicas, os negociantes, os leiloeiros ou os ourives, ou actores institucionais cujo orçamento disponibilizado para a preservação do passado foi essencial para a sua salvaguarda e construção do conhecimento científico.

5.1 AQUISIÇÃO DE OBJECTOS, COLECÇÕES E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO DE ENTRE DOURO E MINHO

Uma das personalidades que durante o século XIX contribuiu para a valorização comercial dos objectos arqueológicos foi o já mencionado Francisco Martins Sarmiento (1833-1899)⁵⁸¹. Este proprietário, natural da cidade de Guimarães, no Norte de Portugal, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra (1853) mas não exerceu nenhuma profissão associada à sua formação. Interessado em história, etnologia e arqueologia, começou durante a década de setenta do século XIX a realizar pesquisas arqueológicas sistemáticas e a investir o seu dinheiro na compra de objectos, na contratação de operários para a realização de escavações e na aquisição de sítios arqueológicos que identificava durante as suas investigações e prospecções. Para o desenvolvimento do conhecimento que pretendia alcançar sobre as origens étnicas do povo lusitano (Martins, 1995: 4) fundamentou-se numa colecção de objectos decorrente das escavações arqueológicas que promovia, por vezes em sítios arqueológicos que propositadamente adquiriu e que posteriormente legou à Sociedade Martins Sarmiento, uma associação criada em sua homenagem no ano de 1882, na cidade de Guimarães, que iria também incorporar as suas colecções⁵⁸².

O núcleo inicial da colecção arqueológica de Francisco Martins Sarmiento advém da escavação da Citânia de Briteiros, que o próprio financiou entre 1875 e 1889. Este local, referenciado desde o século XVI (Lemos & Cruz, 2011), localiza-se nas imediações do Solar da Ponte que pertenceu à família paterna de Francisco Martins Sarmiento, numa elevação com a designação de Monte de São Romão. Foi no dia 10 de Junho de 1874 que Martins Sarmiento deu início aos trabalhos de exploração arqueológica deste sítio (Sampaio, 1884: 42⁵⁸³) que veio a revelar-se «o paradigma dos grandes povoados proto-históricos, cujas origens remontam à Idade

⁵⁸¹ Vários estudos sobre a sua vida e a sua obra científica foram publicados. Vejam-se o número especial dedicado pela *Revista de Guimarães*, no ano de 1900 (http://www.csarmiento.uminho.pt/ndat_63.asp?filtro_ano=1900,1), e os trabalhos de Mário Cardozo (1961), de Francisco Sande Lemos (1995), Manuela Martins (1995), José Amado Mendes (1997), Sonia Maria Garcia Martínez (1999), José Ramiro Pimenta (2007) e de Eduardo Brito (2012).

⁵⁸² Sobre a incorporação das suas colecções no espólio da Sociedade Martins Sarmiento veja-se o artigo de Mário Cardozo «Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento» publicado em 1950 (Cardozo, 1950: 403-486).

⁵⁸³ A data mencionada por José da Cunha Sampaio (1884: 42) difere da indicada por Mário Cardozo na publicação *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso: Notícia Descritiva* (1990). Este autor menciona que as mesmas explorações se iniciaram em Julho de 1875. Consultámos a 11.ª edição publicada na *Revista de Guimarães* em 1990.

do Bronze Final e se desenvolveram ao longo da Idade do Ferro» (Lemos, s.d: 1). Meses depois de ter iniciado as suas pesquisas no Monte de S. Romão, Martins Sarmiento solicitou à Câmara Municipal de Guimarães, em 5 de Outubro de 1874, o aforamento desse mesmo terreno designado localmente como «Monte da Citânia». O «Auto de Arrematação» dos terrenos decorreu no dia 10 de Dezembro desse mesmo ano pela quantia de 5.000 réis, a favor de Martins Sarmiento, e em 31 de Maio de 1875 foi passado o Alvará do Governo Civil de Braga que confirmava essa arrematação⁵⁸⁴. Os trabalhos arqueológicos que o investigador Francisco Martins Sarmiento desenvolveu foram apreciados pelas edilidades locais que registaram «um voto de respeito e louvor» nas Actas das Sessões Camarárias do dia 15 de Novembro de 1876, anuindo, na mesma sessão, a uma nova solicitação de Martins Sarmiento para a realização de novas explorações arqueológicas a cerca de um quilómetro das explorações de Briteiros, numa propriedade denominada Sabroso. Foi autorizado o seu pedido para a realização destas novas escavações, para recuperar os objectos que surgissem no local, como pedras ornamentadas, fragmentos de cerâmica ou de cobre, ficando o município como proprietário das ruínas que se pusessem a descoberto. O município registou ainda, num documento assinado pelo presidente, José Leite Pereira da Costa Bernardes, no dia 27 Setembro de 1877, que de acordo com o seu pedido adicional iria proteger da destruição os penedos onde estivessem gravados desenhos arcaicos que pudessem ser identificados por Martins Sarmiento no decorrer destes trabalhos arqueológicos em Sabroso (Cardozo, 1951: 63). As colecções arqueológicas de Martins Sarmiento iriam assim incorporar objectos deste novo local, Sabroso, explorado com o intuito de «comparar os achados desta estação com os da Citânia» conforme explicita no artigo publicado na revista *Renascença* de 1878 (Sarmiento, 1878). As escavações neste novo castro decorreram entre 1876 e 1880 e os trabalhos arqueológicos estenderam-se posteriormente também a toda a região de Entre Douro e Minho⁵⁸⁵, realizando prospecções, adquirindo objectos e algumas propriedades onde posteriormente desenvolveu escavações arqueológicas (Cardozo, 1961: 13).

Encontramos vários exemplos destas aquisições nos cadernos de apontamentos manuscritos de Martins Sarmiento, «Antiqua – Informes, reconhecimentos e prospecções», posteriormente publicados na *Revista de Guimarães* por Mário Cardozo e por F. J. Salgado Guimarães. Uma lápide dedicada ao Deus Bormânico, o deus das águas termais, que actualmente

⁵⁸⁴ Processo de Aforamento do Monte da Citânia de Briteiros da Câmara Municipal de Guimarães (publicado por Cardozo, 1950).

⁵⁸⁵ Estas investigações ficaram registadas em seis cadernos manuscritos a que Sarmiento deu o título de «Antiqua – Informes, reconhecimentos e prospecções», posteriormente transcritos e publicados por Mário Cardozo (1970: 11-72) e por F. J. Salgado Guimarães (1986a; 1986b: 5-33; 1987/1988: 5-40; 1989: 16-66).

se encontra na Sociedade Martins Sarmiento foi adquirida em 1893⁵⁸⁶, cerca de 20 anos depois de proceder à sua identificação na posse de um moleiro de nome José Alves Torres, que residia no lugar da Ponte Velha, freguesia de São João das Caldas, no concelho de Guimarães (Guimarães, 1986: 11). Na exploração que mandou realizar em 26 de Maio de 1879 na Vila de Cós, Martins Sarmiento acrescentou às suas colecções bastantes materiais provenientes deste local: «muita telha romana, poucos fragmentos de vasilhas [...] um fragmento de vidro verde-amarelo [...], um fragmento de lousa [...]». Mas além destes objectos que surgiram nas escavações que aí financiou, Martins Sarmiento adquiriu ainda a um dos trabalhadores um pequeno fragmento de pedra ornamentada que desenhou nos seus cadernos de apontamentos (Guimarães, 1986: 30). O seu interesse pelas antiguidades e a disponibilidade para financiar escavações e adquirir objectos que surgiam fortuitamente nos trabalhos rurais contribuiu para o estabelecimento de uma rede de informadores que o auxiliaram na recolha e identificação de objectos e no próprio processo de aquisição de propriedades. Além dos párocos, a quem Martins Sarmiento recorria com bastante frequência, outra parte destes informadores e colaboradores eram incitados pelas gratificações que o proprietário oferecia, como no caso de um trabalhador rural da Quinta do Paiço (Santo Tirso) ou do carreteiro João Marucho, de Vila Chã.

Em 1878, nas explorações da Quinta do Paiço, Francisco Martins Sarmiento encontrou um rapaz de nome Manuel José Fontes que, ao participar nos trabalhos de corte e arranque de sobreiros, localizou alguns objectos de cobre. Os objectos teriam, todavia, desaparecido do local onde este jovem trabalhador os guardara. Na tentativa de obter outros materiais que pudessem entretanto surgir na continuação dos mesmos trabalhos, Martins Sarmiento prometeu-lhe remuneração e alertou outro informador da região sobre o caso. Francisco Moreira Azenha, o pároco de S. Cristóvão do Muro, ficou atento aos trabalhos que decorriam nesta Quinta do Paiço e procurou também o mesmo trabalhador na tentativa de recuperar objectos de metal para o coleccionador de Guimarães. Martins Sarmiento foi posteriormente alertado por este seu informador, o pároco de S. Cristóvão do Muro, que competia com as populações locais e com os «Calcuderos da Maia»⁵⁸⁷ pelos mesmos artefactos. Se por um lado o seu interesse pelos objectos que surgiam nos trabalhos rurais incutiu nas gentes locais a crença da existência de algum tesouro, negando qualquer achado de objectos de metal, por outro lado os indivíduos de etnia

⁵⁸⁶ A informação sobre a data de aquisição da lápide encontra-se registada por F. J. Salgado Guimarães nas notas de rodapé da publicação dos manuscritos «Antiqua» (Guimarães, 1986: 11).

⁵⁸⁷ Designação que Mário Cardozo atribui aos indivíduos de etnia cigana que se dedicavam à construção ou conserto de caldeiras de cobre.

cigana que trabalhavam na construção ou conserto de caldeiras de cobre, localmente conhecidos como os «Calcuderos da Maia», tornavam-se os primeiros intermediários dos trabalhadores ou proprietários que faziam os achados em metal e os pretendiam trocar por dinheiro (Sarmiento, 1970).

Muitos dos informadores que concorriam para a formação das colecções arqueológicas de Martins Sarmiento eram modestos residentes locais como o citado Manuel José Fontes ou João Marucho, um «homem da lavoura e carreteiro da aldeia de Vila Chã» (Cardozo, 1951: 38) que na sequência das gratificações que recebia de Martins Sarmiento localizava vestígios arqueológicos, realizava escavações e intercedia junto de proprietários locais para que vendessem parte das suas propriedades onde o próprio Marucho identificava as estruturas arqueológicas. João Marucho realizava inclusivamente escavações no interior de monumentos megalíticos recuperando «importantes espólios pré-históricos constituídos principalmente por machados de pedra, facas e pontas de sílex» (Cardozo, 1951: 38). Um dos monumentos megalíticos identificados por este carreteiro de Vila Chã, designado como «Mamoínha da Portelagem», atraiu de tal forma o interesse do investigador de Guimarães que este decidiu propor a sua aquisição ao proprietário, Manuel Alves da Silva. No início do ano de 1893 João Marucho foi incumbido de negociar com esse proprietário de Vila Chã, que aceitou vender o monumento pré-histórico por 4.000 réis. Martins Sarmiento encarregou então o seu colaborador de concretizar o negócio. João Marucho recebeu a mencionada quantia e comprometeu-se a acompanhar o dono, Manuel Alves da Silva, a um notário de Esposende onde seria documentada a venda. Martins Sarmiento tardou porém a receber notícias. Passados alguns meses foi informado de que João Marucho tinha gasto os 4.000 réis destinados à aquisição do monumento e o proprietário, perante a valorização da sua propriedade, esquivava-se à concretização da venda procurando outras soluções:

«... o tal Marucho lhe deu uma moléstia num filho que tinha; eu fui a caza dele e vi-o em muita necessidade, e lhe disse Marucho válete dessa quantia que me asde dar a ver se vales ao teu filho mas nada valeu que elle sempre morreu ficou sem o filho e gastou quanto tinha e mais do tempo viveu da caridade o Marucho não tem podido ir falar com V. Ex.^a por que é um homem de vergonha e não tinha o dinheiro para me dar nem para dar a V. Ex.^a. Ora mas, espero que V. Ex.^a tenha compaixão do Marucho que eu também a tive e tenho sido cometido para escangalhar a mamoa mas pelo

tratado que fiz a mamoa já é de V. Ex.^a e não deixo volir lá mais ninguém que V. Ex.^a fica sendo Snr della de hoje para todo o sempre.»⁵⁸⁸

Neste excerto, extraído de uma carta enviada pelo proprietário do monumento megalítico, Manuel Alves da Silva confrontou Martins Sarmento com o extravio dos 4.000 réis e com a possibilidade de cedência de exploração exclusiva da propriedade. Mas face ao interesse científico conferido à estrutura arqueológica que surgira nas terras que possuía tentou posteriormente beneficiar da situação mudando a tónica do discurso e as condições do negócio:

«...Dizendo o Marucho V.^a Ex.^a que só queria a conservação da mamoa que desejava que ninguém lá mais voli-se que pagava alguma couza não sendo muito desarresoavel. Tratamos pela quantia de 4.000 R.^s, como V.^a Ex.^a sabe pensado eu vendia a conservação da mamoa, por isso lhe disse a V.^a Ex.^a que ficava a mamoa de hoje para sempre sendo sua digo, a conservação não pretendia eu que faltava a palavra que nós não somos dessa família»⁵⁸⁹.

Perante a insistência de Martins Sarmento, nesta carta do dia 19 de Abril de 1893, o proprietário aceitava os 4.000 réis como contrapartida para a conservação do monumento intacto. Mas o persistente interesse do investigador levou o proprietário a tentar alterar as condições de obtenção desse valor, reduzindo o tempo em que disponibilizava o monumento para as explorações de Martins Sarmento para três, quatro ou seis anos. O negócio acabou por não concretizar-se, conforme podemos concluir pelo conteúdo de uma carta que Martins Sarmento dirigiu ao Padre Martins Capela, em 29 de Setembro de 1893:

«Em Vila Chã (Esposende) tinha eu ajustado a compra d'um terreno, onde havia uma mamoa, com a sepultura de pedra quase completa. Ficava exactamente no angulo de um campo. O lavrador roeu a palavra, porque lhe disseram que o campo ficava arriscado a grandes demandas, e daqui a pouco as pedras e mais a mamoa desaparecerão talvez, para acabar com as pretensões dos maníacos.»⁵⁹⁰

Este exemplo mostra-nos como os coleccionadores particulares se dispõem não só a adquirir objectos para as suas colecções, mas a adquirir igualmente estruturas arqueológicas com

⁵⁸⁸ Carta do proprietário Manuel Alves da Silva para Francisco Martins Sarmento, datada de inícios do mês de Abril de 1893. Documento transcrito por Mário Cardozo e publicado na *Revista de Guimarães* (1951: 41).

⁵⁸⁹ Carta do proprietário Manuel Alves da Silva para Francisco Martins Sarmento, 19 Abril de 1893. Documento transcrito por Mário Cardozo e publicado na *Revista de Guimarães* (1951: 42).

⁵⁹⁰ Carta de Martins Sarmento para o Padre Martins Capela, 29 de Set. de 1893. Publicada na *Revista de Guimarães*, 41 (1931: 8).

o objectivo de as preservar mas também de obter um sítio exclusivo para enriquecer as suas colecções. Este caso mostra-nos ainda como os proprietários locais tentavam beneficiar economicamente dos vestígios históricos que surgiam nas suas propriedades. Se inicialmente Manuel Alves da Silva aceitou vender parte do seu terreno por 4.000 réis, acabou depois por repensar a questão da venda e ceder apenas a sua exploração. Mas como esta exploração poderia constituir um entrave de várias ordens, nomeadamente ao desenvolvimento dos seus trabalhos agrícolas, procurou reduzir a tempo de exploração que cedia a Martins Sarmiento. Este, por sua vez, dispunha-se a pagar outros 4.000 réis, além do valor apropriado pelo seu informador, o carreteiro de Vila Chã que alegadamente tinha gasto os primeiros 4.000 réis disponibilizados para o negócio com a doença do seu filho. Se Martins Sarmiento não conseguiu explorar este monumento e recuperar o seu espólio para as suas colecções, o mesmo não aconteceu com outras estruturas arqueológicas.

Em 23 de Junho de 1892 o coleccionador adquiriu a Francisca Machado, a proprietária da Casa das Eiras, um pedaço de terreno com 12 metros quadrados situado num local com o nome de Bouça Velha, entre Póvoa de Lanhoso e Braga (Cardozo, 1928: 203). Esta aquisição tinha como objectivo preservar a estátua com dois metros e noventa e cinco centímetros de altura que ficou conhecida como o *Colosso de Pedralva*. Martins Sarmiento tomou conhecimento da existência do monumento, que representava um homem nu e se encontrava cortada pela cintura, através de um dos elementos da sua rede de informadores, o Padre António⁵⁹¹, em 1876. Na sequência desta informação Martins Sarmiento deslocou-se ao local e registou no seu caderno de apontamentos as impressões causadas pela enorme estátua assente numa base de dois metros e oitenta e seis centímetros de comprimento por um metro e dez centímetros de largura e características que confirmavam a sua antiguidade:

«O Colosso em vez de me causar desapontamento, causou-me uma verdadeira surpresa, a ponto de se me meter logo na cabeça a ideia de o adquirir. Fica ao pé de uma viçosa deveza de carvalhos, a poente da Casa das Eiras e em monte aberto. O que decide a sua antiguidade é ter o membro viril perfeitamente desenhado! É um Priapo?!⁵⁹² [...] O Colosso era de duas peças. Da cinta para cima foi-se. Estará ainda enterrado por ali? Hei-de pedir licença para fazer algumas escavações. O peso é enorme, e provavelmente o

⁵⁹¹ Sobrinho do Abade Manuel Duarte Macedo, sócio da Sociedade Martins Sarmiento.

⁵⁹² Na mitologia grega *Priapo* era um deus da fertilidade representado com um enorme pénis, tal como a estátua colossal que Sarmiento encontrou no local de Bouça Velha (Fernández-Galiano *et al.*, 1997: 295).

seu sítio é aquele. Não há no local vestígio de penedos. É que estão mais profundos. Urge tirar a limpo este grande enigma.»⁵⁹³

Informado de que a parte superior da estátua se encontrava nas imediações, Martins Sarmiento localizou-a e, ao contrário do que aconteceu com a primeira parte, registou o seu desapontamento para com esta parte da escultura:

«Não corresponde ao resto. A cara não é nada; nem olhos; nem nariz, nem boca. Vê-se que é apenas uma peça desbastada. O braço direito, levantado, não é nada. Está destacado do tronco, mas não tem o mínimo feitio. O esquerdo está ligado ao tronco, mas como o tronco só compreende o peito logo abaixo do sovaco, o braço esquerdo é um simples côto. Há uma simples pedra de união que forma quase todo o peito e está a calçar a pedra grande.[...] Se não fosse a particularidade da obscenidade da figura ia retractar-me acerca da sua grande antiguidade»⁵⁹⁴

Martins Sarmiento registava a ausência de expressividade da parte superior, nomeadamente do rosto da estátua e a cor da pedra suscitava-lhe dúvidas em relação à antiguidade que a mesma poderia ter. Mas não desistiu da sua aquisição. Ao pretender transportar toda a estátua para o alto da Citânia, em Setembro de 1876, deparou-se com algumas dificuldades relativamente ao seu transporte:

«Mandeí comprar o colosso à Junta de Parochia. O contrato não está feito; mas é como se estivesse. Pediram-me 15 libras por o trazerem para a Citania. Offereci metade. O meu intento é compral-o, montal-o, fotografal-o, estudal-o e, se realmente for antigo, traze-lo por todo o preço»⁵⁹⁵.

Possivelmente devido às dificuldades em transportar esta imponente estátua só alguns anos mais tarde surgiram nos cadernos de apontamentos de Martins Sarmiento novas referências à estátua de Pedralva. Em 1880 registou as suas dimensões e em 1893 o seu transporte até ao terreno vendido pela proprietária da Casa das Eiras. Para transportar a estátua até esse terreno que actualmente é propriedade da Sociedade com o seu nome, Martins Sarmiento registou a

⁵⁹³ Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento, Caderno 37, p. 78. Excerto publicado por Mário Cardozo em 1928 na *Revista de Guimarães* (Cardozo, 1928: 199).

⁵⁹⁴ Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento, Caderno 37, p. 80. Excerto publicado por Mário Cardozo em 1928 na *Revista de Guimarães* (Cardozo, 1928: 201).

⁵⁹⁵ Excerto dos manuscritos de Francisco Martins Sarmiento igualmente divulgado por Mário Cardozo (Cardozo, 1928: 201).

despesa total de 16.120 réis. Foi necessário pagar a um pedreiro para cortar a base, contratar trabalhadores e providenciar sete juntas de bois para o transporte (Cardozo, 1928: 202).



Ilustração 60 – Bilhete-postal com representação do Colosso de Pedralva.

Estátua adquirida por Francisco Martins Sarmiento em 1876; pertence actualmente à Sociedade Martins Sarmiento. (Fonte: <http://old-postcards.blogspot.pt>)

A aquisição desta estátua constitui um dos muitos exemplos de transacções de objectos e também locais arqueológicos efectuados por Francisco Martins Sarmiento. Algumas dessas aquisições foram feitas através da Sociedade com o seu nome, nomeadamente o designado Dolmen de Donai, comprado em 28 de Junho de 1891. Manuel Paulino Buiça e a sua mulher, Carolina Augusta Pires, receberam pelo pedaço de terreno onde se encontrava o monumento megalítico denominado Dolmen de Donai - «nascente a poente dezassete metros e norte a sul quinze metros» - 13.500 réis. Esta foi uma das primeiras aquisições de monumentos efectuada por instituições de natureza jurídica semelhante à Sociedade Martins Sarmiento. Mário Cardozo

(1889-1982), militar, arqueólogo e presidente da Sociedade Martins Sarmiento entre 1932 e 1972 (Martins, 1989), registou que foi por influência do coleccionador Martins Sarmiento que a legislação passou a permitir que associações e institutos meramente científicos pudessem adquirir, «independentemente da autorização do Governo, quaisquer bens imóveis indispensáveis para a sua instalação, ou necessários para a consecução dos seus fins», inclusivamente «edifícios com carácter de monumentos históricos, ruínas, inscrições, dolmens e terrenos próprios para estudos experimentais e explorações arqueológicas ou de outra natureza, mas unicamente científica ou literária» (Cardozo, 1951: 413). Foi Cabral e Castro, Par do Reino, que em 10 de Abril de 1888 apresentou na Câmara dos Pares o projecto de lei n.º 139 com vista a esta alteração. A 4 de Junho do ano seguinte o mesmo projecto de lei foi levado à Câmara dos Deputados por João Franco Castelo Branco. O projecto que permitia a Martins Sarmiento a aquisição dos monumentos em nome da Sociedade com o seu nome foi convertido em lei publicada no *Diário do Governo* n.º 146, de 4 de Julho de 1889:

«Ministério dos Negócios do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 1.^a

Repartição

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc.

Fazemos saber a todos os nossos súbditos, que as Cortes Gerais decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º — As associações e institutos meramente científicos ou literários, ou que tenham por fim único e exclusivo promover o desenvolvimento de qualquer ramo de instrução, quando se achem legalmente constituídos, poderão adquirir, por título gratuito ou oneroso, e conservar, independentemente de autorização do Governo, quaisquer bens imóveis indispensáveis para a sua instalação, ou necessários para a consecução dos seus fins, compreendendo edifícios com carácter de monumentos históricos, ruínas, inscrições, dólmenes e terrenos próprios para estudos experimentais e explorações arqueológicas ou de qualquer outra natureza unicamente científica ou literária, tudo nos termos e em conformidade dos respectivos estatutos.

§ Único — O Governo poderá compelir as referidas associações ou institutos a alhear dentro do prazo de um ano os imobiliários que tiverem adquirido por qualquer título, e que sejam aplicados a fins diversos dos da respectiva instituição, sob pena de os perderem em benefício da Fazenda Nacional.

Artigo 2.º Ficam assim alteradas as disposições do artigo 35.º e § 1.º do Código Civil, e revogada a legislação em contrário.[...]

Foi com base nesta legislação que «começou então a Sociedade a entrar na posse daqueles [monumentos] que Sarmiento ia comprando à sua custa e lhe oferecia, se bem que nos documentos respectivos figure sempre como compradora a Sociedade Martins Sarmiento» (Cardozo, 1950: 413). Foi na sequência deste acto legislativo que foi igualmente adquirido por 4.000 réis, em Briteiros, um monumento arqueológico denominado «mamôa» e mais «quatro pequenos monumentos ou pedras semelhantes a marcos» a Domingos Ferreira e a sua mulher, Maria Joaquina Marques (Cardozo, 1970a: 69-70).

No exemplo de Francisco Martins Sarmiento é bem evidente a importância do dinheiro no processo de construção do conhecimento. Este investigador investiu a sua fortuna na formação e enriquecimento de uma colecção arqueológica que fundamentava o conhecimento sobre as origens étnicas do povo lusitano. Uma colecção que pretendeu perpetuar através de uma sociedade científica que também publicitava o seu nome. Fundada em 1882, a Sociedade Martins Sarmiento veio a receber a colecção arqueológica que resultou das escavações financiadas por Sarmiento na Citânia de Briteiros no ano de 1885, data em que passou a disponibilizar-se à visita pública estes objectos científicos. O museu ocupava então o claustro gótico do convento de S. Domingos em Guimarães, que o próprio Martins Sarmiento ampliou a suas expensas:

«O catálogo do Museu de Guimarães! Não pode ser por ora. Primeiro tive que fazer obras num claustro, para instalar as minhas velharias: um engenheiro meu amigo calculou as obras em 444 libras; mas os cálculos foram feitos com tal arte que vim a gastar o dobro. Fiquei com a bolsa arrasada»⁵⁹⁶

Neste excerto, que integra uma carta que dirigiu em Junho de 1898 ao já mencionado Emil Hübner, investigador da Academia de Ciências de Berlim, Sarmiento menciona a indisponibilidade financeira para a edição do catálogo das suas colecções referindo-se ao grande investimento que havia realizado na construção de uma galeria no claustro do convento de S. Domingos, inaugurada em 9 de Março de 1895, para poder continuar a acolher os seus objectos (Cardozo, 1950: 409). No artigo sobre os «Monumentos da Sociedade Martins Sarmiento» o seu autor, Mário Cardozo, destaca outros investimentos feitos pelo investigador vimaranense na arqueologia portuguesa,

⁵⁹⁶ Carta de Martins Sarmiento para Emil Hübner, de 26 de Junho de 1898 (Cardozo, 1950: 409).

quer através dos objectos que comprou e legou à Sociedade Martins Sarmiento, quer através dos monumentos arqueológicos que integram o património da sociedade. Principal divulgador do legado de Martins Sarmiento, Mário Cardozo destacou neste artigo a aquisição dos dois braceletes de ouro, obtidos no âmbito da expedição científica à Serra da Estrela (uma questão que retomaremos no subcapítulo 5.4), as investigações que financiou no Castro de Avelãs, em 1887, realizadas pelo professor do liceu de Bragança, Henrique Pinheiro (1835-1904)⁵⁹⁷, e as lápides que aí adquiriu em 1887. Em 1889 Sarmiento financiou também a realização de escavações arqueológicas em Mangualde, no Castro da Senhora do Castelo, dirigidas por Alberto Osório de Castro, que desenvolveu também escavações na propriedade da Raposeira, para o desenvolvimento das quais recebeu de Martins Sarmiento 50.000 réis (Castro, 1890). Legou também à Sociedade Martins Sarmiento uma colecção de numismática que adquiriu em 1893 a José de Freitas Costa e uma colecção de 1600 gravuras antigas (séculos XVII ao XIX) adquiridas a Joaquim de Vasconcelos no ano de 1898 (Cardozo, 1950: 411).

É conhecida também a aquisição de um conjunto de machados de talão com duas aselhas provenientes de um raro «Esconderijo de fundidor» em S. Martinho de Bougado (Sarmiento, 1888; Veiga, 1891: 226). Martins Sarmiento adquiriu este espólio arqueológico através da intervenção de um dos seus colaboradores, o Abade de Santo Tirso. O conjunto de objectos encontrados seria de trinta e quatro, mas o seu achador vendeu alguns para a fundição. Sarmiento conseguiu adquirir «trinta, dois em fragmentos, os demais completos, ou quase» (Sarmiento, 1888: 157). O coleccionador de Guimarães registou que o achado foi efectuado durante o arroteamento de um terreno bravio designado como Abelheira (S. Martinho de Bougado, Trofa) e que todos os machados apareceram numa cova aberta na terra, tapada por uma pedra. Os machados estavam intactos, possuindo ainda as designadas «barbas da fundição», o que levou Sarmiento a concluir que adquiriu um «cachet de fondeur», ou seja, um esconderijo de fundidor ou vendedor ambulante (Sarmiento, 1888)⁵⁹⁸.

Martins Sarmiento constitui igualmente o mediador da compra de alguns objectos antigos para outras colecções. Na troca epistolar com o Marquês de Sousa Holstein⁵⁹⁹ vamos encontrar a solicitação do uso da influência local de Martins Sarmiento para a aquisição de dois cálices, século

⁵⁹⁷ Facto registado por Sande Lemos (2001: 17) que salienta igualmente o financiamento do estudo da Mamôa de Donai por Henrique Pinheiro em 1892.

⁵⁹⁸ Desconhecemos o valor pago por estes objectos, apenas possuímos a referência de Estácio da Veiga que induz uma avultada soma: «[...] os machados de talão da Abelheira, famosa aquisição feita por subido preço pelo sr. Martins Sarmiento para o já mui notável e rico museu de Guimarães.» (Veiga, 1891: 226).

⁵⁹⁹ Publicada na *Revista de Guimarães*, n.º 49, do ano de 1939.

XII e século XVII, da paróquia de Santa Marinha da Costa⁶⁰⁰, de uns paramentos antigos⁶⁰¹, de um altar de madeira dourada da igreja grande de S. Francisco com o valor de 45.000 réis⁶⁰² e de umas lápides e uns objectos de cobre do século XV de uma igreja de Santo Adrião, perto de Vizela⁶⁰³. O funcionário público Marquês de Sousa Holstein procurava organizar, como já referenciámos, um Museu para preservar as antiguidades que surgissem em território nacional. Holstein era na época vice inspector da Academia Real de Belas Artes e desde 1875 que coordenava os trabalhos de reforma do ensino artístico em Portugal e procurava criar bases para a concepção de «um museu central subdividido em secções, scientificamente classificadas cada uma: pintura, escultura, desenho, arte ornamental nas suas variadíssimas classes, gravuras, modelos architectónicos, archeologia, etc» (Holstein, 1875: 29).

⁶⁰⁰ Cartas de Martins Sarmiento para Marquês de Sousa Holstein, de 22 de Agosto de 1876 e 24 de Agosto de 1876. (s/a, 1939: 12-14, 85.)

⁶⁰¹ Carta de Martins Sarmiento para o Marquês de Sousa Holstein, de 1 de Agosto de 1876. (s/a, 1939: 9).

⁶⁰² Carta do Marquês de Sousa Holstein para Martins Sarmiento, de 12 de Agosto de 1876. (s/a, 1939: 8).

⁶⁰³ Carta do Marquês de Sousa Holstein para Martins Sarmiento, de 5 de Setembro de 1876 (s/a, 1939: 91-93).

5.2 PRÁTICAS COMERCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DO *MUSEU ARCHEOLOGICO DO ALGARVE*

Foi no âmbito da mencionada política científica que procurava implementar reformas no ensino das belas artes e nas instituições museológicas (Holstein, 1875), incluindo a preservação de monumentos e de objectos arqueológicos, que entrou em cena o já referido Estácio da Veiga, outro dos actores que iria conferir valor comercial aos objectos arqueológicos no âmbito da sua contratação para preservar as antiguidades e estruturas que surgiram no concelho de Mértola, no concelho de Alcoutim e nas imediações de Tavira durante o Inverno de 1876 (Veiga 1880: 2)⁶⁰⁴. Foi sob a alçada da Direcção Geral da Instrução Pública, dirigida por António Maria de Amorim e integrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (Cardoso, 2007: 341), que Estácio da Veiga veio a explorar as antiguidades da vila de Mértola e percorrer, além dos locais previstos (Mértola, Alcoutim e Tavira), praticamente todos os concelhos do Algarve inspeccionando e reconhecendo as suas antiguidades, realizando escavações arqueológicas e efectuando plantas das estruturas descobertas, por vezes com recurso a instrumentos científicos como o pantómetro e teodolito (Veiga, 1880a: 6). A contratação de Estácio da Veiga possibilitou a formação de uma colecção arqueológica que se estruturava com base nas escavações que realizava, nas ofertas que recebia e também nas aquisições que efectuava:

«Aos objectos encontrados nas escavações reuni outros em grande número, comprados a expensas minhas, e não poucos mui valiosos, que me foram oferecidos por parentes, amigos, e mesmo por diversos conterrâneos extremamente generosos.» (Veiga, 1880a: 6).

Se as colecções que deram origem ao *Museu Archeologico do Algarve*, inaugurado em 1880, integram bastantes ofertas de proprietários e coleccionadores particulares (ver subcapítulo 2.3), elas possuem também dezenas de objectos adquiridos localmente. As publicações de Estácio da Veiga registam múltiplos exemplos de transacções comerciais de objectos arqueológicos que vieram a integrar o mencionado museu e as colecções privadas do autor, mas são muito diminutas as referências às quantias pagas por esses mesmos objectos. Mesmo não existindo registos sobre os

⁶⁰⁴ Ver subcapítulos 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5.

valores despendidos para a formação desta colecção é interessante verificar o tipo de transacções, o tipo de objectos transaccionados e os actores envolvidos nestes processos.

Nos trabalhos redigidos por Estácio da Veiga – um coleccionador particular que nas décadas de 1870 e 1880 passou a representar o interesse do Estado em constituir colecções de objectos antigos – verifica-se que os indivíduos ilustrados ofereciam, tendencialmente, os objectos e colecções de materiais que encontravam nas suas propriedades e que as gentes do campo, mais modestas – os trabalhadores rurais, pequenos proprietários e camponeses – procuravam beneficiar economicamente dos objectos que viam ser valorizados por coleccionadores particulares e personalidades como Estácio da Veiga. Entre os múltiplos objectos comprados durante estas investigações realizadas em Mértola e no território Algarvio predominaram as aquisições de machados de pedra polida. Na maioria dos casos não foram identificados os vendedores, registando-se por vezes a aquisição «às gentes do povo», a um «homem do campo» ou a uma «mulher idosa», e noutros casos as suas categorias profissionais: «lavrador», «oleiro», «camponez», «pastor de gado» e «trabalhador». Muitas vezes os objectos adquiridos possuem apenas referências geográficas, não sendo registadas indicações relativamente ao processo de compra, como no caso do seguinte excerto que transcrevemos do primeiro volume da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*:

«No museu do Algarve existem três machados de pedra: um, que comprei em Porches Velho; outro, no sítio de Crastos; e o terceiro, que eu mesmo achei isolado, indo a pé de Crastos para a Senhora da Rocha, os quaes vão figurados na estampa XVIII, sob os n.^{os} 2, 3 e 4, pertencentes à minha collecção.» (Veiga, 1886: 69)

Em alguns locais, sobretudo no Algarve, Estácio da Veiga competiu com as superstições locais que impediam as transacções comerciais dos machados pré-históricos, entendidos como amuletos que protegiam das trovoadas:

«Alguns camponezes de Albufeira possuem machados de pedra que não vendem nem cedem por forma alguma. A uma mulher idosa pretendi pagar muito bem dois que possuía, um a que ella dava o nome de raio, e o outro que distinguia d'aquelle pelo nome de centelha, e não quiz vender, sendo pobríssima, *porque sempre tinha tido muito medo de raios*. Tal é a crença que de longas eras ainda existe rediviva no conceito popular.» (Veiga, 1886: 70)

Estácio da Veiga encontrou o mesmo tipo de superstições em relação aos machados de pedra polida na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, onde sendo frequente o seu aparecimento, os seus possuidores raramente os vendiam (Veiga, 1887: 365). Também no sítio do Quintão, freguesia de Porches Novo, seria muito comum o aparecimento de instrumentos de pedra pré-históricos. Além dos que estariam «espalhados, e reclusos em mãos das ingénuas creaturas, que julgam com elles estar defendidas de raios e coriscos», Estácio da Veiga e outros colecionadores, como Joaquim José Júdice dos Santos⁶⁰⁵, António Joaquim Júdice⁶⁰⁶ (ambos residentes na Mexilhoeira, Portimão) e João Martins Formosinho (....-....) (Lagoa) teriam conseguido vencer as superstições locais e adquirir alguns destes objectos (Veiga, 1887: 375-376). Perto de Alvor, num sítio designado como Montes de Cima, uma das mulheres que trabalhou nas explorações arqueológicas de Alcalar, dirigidas como vimos por Estácio da Veiga e pelo Padre Nunes da Glória (subcapítulo 2.5), recusava-se a vender o machado que possuía enquanto não conseguisse obter outro que a protegesse (Veiga, 1887: 345).

Além dos numerosos machados pré-históricos que mesmo assim conseguiu adquirir em locais do Algarve onde não existia esta crença, Estácio da Veiga enriqueceu as colecções do *Museu Archeologico do Algarve* com a aquisição de outros objectos como enxós (Veiga, 1887: 403), pilões de moagem (1887: 405), polidores (Veiga, 1887: 363), contas e alguns objectos de metal. Em Portimão adquiriu, em 1877, a «um homem do campo um pequeno machado de pedra, três moedas romanas e uma das taes contas, dizendo-me elle que tinha achado mais algumas, mas que só conservava aquella. O homem era da freguesia da Mexilhoeira, e por isso a conta poderia talvez ser de Alcalá, onde mais tarde descobri muitas» (Veiga, 1886: 236).

Nas suas investigações no concelho de Loulé, Estácio da Veiga registou o sítio da Fonte Santa, perto de Alte, onde além de machados de pedra polida tinham sido encontradas bastantes antiguidades, algumas delas vendidas a um viajante estrangeiro, nomeadamente alguns instrumentos de bronze (Veiga, 1887: 382). Estácio da Veiga e os diversos colecionadores de antiguidades obtinham com dificuldade estes instrumentos de metal, usualmente vendidos a caldeireiros ambulantes de etnia cigana (Veiga, 1889: 83). Alguns destes objectos eram encontrados por «homens do campo» que tinham o costume de se juntar, aos domingos, para rebuscar cavernas em busca de tesouros escondidos, «que geralmente attribuiam às grandes riquezas que os Mouros não puderam levar quando saíram de Portugal» (Veiga, 1889:82). Ao inquirir as populações locais sobre esta prática que constituía um recurso para a economia doméstica, Estácio da Veiga apurou que no concelho de

⁶⁰⁵ Cf. subcapítulo 2.6. *Os colecionadores particulares do algarve: o caso de Joaquim José Júdice dos Santos.*

⁶⁰⁶ Cf. subcapítulo 4.9. «*Quanto a levar as moedas para Lisboa, nem pensar n'isso*»: *colecções de antiguidades na região algarvia.*

Aljezur tinham surgido alguns instrumentos de cobre na mina dos Margalhos e nas suas proximidades. Também no concelho de Silves tinham estes rebuscadores locais encontrado machados de cobre, a que davam o nome de «cunhas de cobre», junto às minas do Monterroso e nas minas da Cumiada de Santo Estevão (Veiga, 1889: 82). Outras *cunhas de cobre* tinham igualmente sido encontradas na mina de Alte e nas minas cupríferas da Vendinha e do Picalto, mas não foi localizada nenhuma delas, eventualmente porque tinham já desaparecido na fundição dos caldeireiros. Esta situação verificava-se porque, como refere o próprio Estácio da Veiga, os seus descobridores «costumavam vender todos esses objectos metálicos, aproveitando as ocasiões de feira, ou de virem às localidades em busca de metais usados os caldeireiros ambulantes, geralmente ciganos» (Veiga, 1889: 83). Foi também vendido aos caldeireiros o espólio encontrado na necrópole de Fonte Santa, junto de Alte. Quando em 1878 Estácio da Veiga procurou explorar o local foi informado de que havia muitos anos uns «rebuscadores» tinham revolido aquelas cistas de pedra vendendo aos caldeireiros as «muitas cousas de cobre» que encontraram (Veiga, 1891: 86).

Os mineiros das minas de Aljustrel e das minas de Alte beneficiaram também economicamente dos objectos antigos que surgiram nos seus trabalhos. Durante a exploração da *Companhia de Mineração Transtagana* foram coligidos diversos vestígios de ocupação romanos que a própria companhia preservou e colocou à disposição dos investigadores. O mais importante objecto foi a conhecida *Tábula de Bronze de Aljustrel* (Veiga, 1880b)⁶⁰⁷. Mas ao longo da exploração vários objectos pré-históricos e romanos, moedas de prata e ouro e algumas *frechas* de cobre foram sendo encontrados pelos mineiros, alguns destes objectos foram entregues à direcção da mencionada empresa exploradora e outros vendidos pelos próprios trabalhadores a coleccionadores particulares como o «Dr. Mira»⁶⁰⁸, de Beja, ou o «Dr. Teixeira de Aragão», de Lisboa (Veiga, 1889: 21, 128). Os coleccionadores mencionados competiam com os ourives pelas moedas de ouro e prata, que eram na época os principais compradores destes objectos, «comprando-as pelo seu peso, ou pouco mais, e vendendo-as depois a esmo, sem considerar à raridade, interesse histórico» (Aragão, 1874: 1).

Também os trabalhadores das minas de Alte, concessionadas ao Conde do Farrobo, se apossaram de «numerosos machados e de outros diversos objectos de cobre» que encontraram dentro da exploração e nas suas imediações vendendo-os «a peso aos caldeireiros de Faro e aos

⁶⁰⁷ Ver nota de rodapé 113.

⁶⁰⁸ Deveriam referir-se ao coleccionador Francisco Ignacio Mira, que abordámos no subcapítulo 4.8. «*Eu bem quereria também [...] a forma monetária de que falei acima!*»: coleccionadores e colecções na região de Beja.

ciganos que costumam frequentar aquelles sítios, assim como a alguns colectores de antiguidades» (Veiga, 1891: 84).

Mas nem todos os objectos antigos em metal desapareceram na fundição. Ao buscar objectos valiosos numas sepulturas antigas na Serra da Picota, Manuel Gingeira, um residente local, identificou «calhãos arredondados e machados de pedra, pedaços de tijelas de barro, umas pedrinhas furadas, maiores que as contas usuais, cinzas mescladas de carvões miúdos e as argolas de bronze ainda unidas, sendo este o único objecto que guardou» (Veiga, 1891: 180). Este objecto, uma «chapa de bronze com seis anéis unidos em duas fileiras», foi posteriormente vendido a Estácio da Veiga e permitiu documentar a existência de uma «população pré-histórica, que fez uso de artefactos de bronze» (Veiga, 1891: 180).

Para o estudo dos objectos coligidos para formar o *Museu Archeologico do Algarve* era fundamental o conhecimento fornecido por outros actores da actividade arqueológica e Martins Sarmiento era na época um dos mais relevantes (ver subcapítulo 5.1). Está portanto documentada a compra dos instrumentos de bronze designados como «machados de talão» que esse investigador de Guimarães realizou em Caminha e em Pinhel e que Estácio da Veiga divulgou no quarto volume de *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891: 225). Sarmiento concedeu também a Estácio da Veiga a informação sobre o contexto de achado do machado de Caminha, «descoberto por uns pedreiros sob um penedo perto de Castro de Moiros, mas diz-se terem sido achados uns duzentos objectos diversos, os quais foram ter em grande parte às mãos de fundidores, sendo outros coligidos por várias pessoas» (Veiga, 1891: 225).

Os exemplos que mencionamos não possuem qualquer registo sobre o valor monetário das transacções efectuadas. Desconhecemos assim o valor pago pelos machados de pedra polida, outros instrumentos pré-históricos e objectos arqueológicos que integraram o *Museu Archeologico do Algarve* ou a colecção particular de Estácio da Veiga. O organizador deste museu apenas especifica, em alguns casos, valores despendidos por terceiros com a aquisição de objectos para as suas colecções. Em relação à aquisição dos machados de talão da Abelheira, por Martins Sarmiento, Veiga registou por exemplo apenas o «subido preço» pago por este investigador de Guimarães. Os escassos valores registados reportam-se aos 21.600 réis pagos em 1881 por um familiar de Estácio da Veiga pelo torques de ouro maciço encontrado na Serra da Conceição (Veiga, 1891: 192) e o registo dos «3.000\$000 réis» pagos pela Academia Real de Belas Artes de Lisboa, representada pelo Marquês de Sousa Holstein, a António Faria Gentil e sua mulher, Maria Augusta Soares Branco Gentil, pelo espólio arqueológico que surgiu na sua propriedade de Alcácer do Sal. Tratava-se de um significativo conjunto

de objectos descrito da seguinte forma na «escritura de venda e cessão, forma de pagamento do preço e obrigação», registada no dia 9 de Fevereiro de 1876:

«Vasos etruscos, uma máscara de barro, espadas, lâmpadas mortuárias, lacrimatórios, e outros que demonstram a existência de uma necrópole romana»⁶⁰⁹

Esta escritura menciona que o valor de «três contos de réis (3.000\$000)» seriam pagos em «dezasseis prestações trimensaes de cento e oitenta sete mil e quinhentos réis (187\$500)» e incluía a exploração e escavação arqueológica do local. Estácio da Veiga conhecia bem este espólio uma vez que tinha sido convocado para examiná-lo juntamente com Teixeira de Aragão (como já registámos no subcapítulo 2.1). Na obra *Antiguidades* acrescenta que uma parte destes objectos remetia para o período da Idade do Ferro⁶¹⁰.

Outras das aquisições de objectos arqueológicos registadas por Estácio da Veiga é o diadema de 117 gramas de ouro comprado por António Casimiro Costa, em Braga, na freguesia de Balugães, pertencente ao concelho de Barcelos. Ficamos, no entanto, com algumas dúvidas relativamente ao preço pago pelo objecto, uma vez que é somente registado «o seu valor intrínseco [...] de 71\$370 réis» (Veiga, 1891: 47)⁶¹¹. Tal como apurámos nesta tese (subcapítulo 5.4) o valor intrínseco dos objectos de ouro antigos, ou seja, o valor correspondente ao seu peso em ouro, era normalmente o valor pago pelos ourives que obtinham estas jóias para a fundição. Os colecionadores particulares e os museus, para poderem competir com os comerciantes, pagavam valores mais elevados pelos mesmos objectos.

A própria colecção particular de Estácio da Veiga, com todos os objectos que este investigador adquiriu a «expensas» suas, foi posteriormente vendida pela sua viúva, Amélia de Clorange Lucotte Estácio da Veiga, por 1 conto de réis (1000\$000) ao Museu Etnográfico Português, outro dos actores que em finais do século XIX vai estimular a actividade comercial em torno dos objectos arqueológicos.

⁶⁰⁹ PT/MNAA/AJF/DC-OI-ARBA/002-0005/00001/000001, Cota actual: AJF/Cx1/P6/Doc.1/2 – 1/4.

⁶¹⁰ Estácio da Veiga menciona os seguintes objectos em ferro: «Quinze lanças com hastes de ferro, pela maior parte incompletas, tendo a haste irregularmente enrolada; Vinte e seis ferros de lanças de diferentes grandezas e formas, de armar em haste de madeira; Seis ferros pontiagudos (cuspis), de encabar em hastes de madeira; Um dardo de ferro; Oito gladius (?) e dezasseis fragmentos de bainhas de ferro; Oito armas de ferro (copis?); Quatro cutellos da forma de folha de navalha; Um freio de cavallo e três fragmentos de outros; Um arco, em cinco pedaços, que parece ter circumdado uma roda de madeira; Um instrumento pontiagudo numa extremidade e achatado na outra, estando no meio d'esta atravessado por uma cavilha; Quinze pregos; Relacionei também vários artefactos de cobre e bronze, que podem ter sido achados com os de ferro, taes como algumas fibulas, uma lança de cobre de alvado, chapas de acolchelar cinturões, braceletes e aneis de cobre, etc.» (Veiga, 1891: 267)

⁶¹¹ O autor regista que sendo de ouro puro, 23 quilates, cada grama estava avaliada em 610 réis (Veiga, 1891: 47).

5.3 AS AQUISIÇÕES DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

Se em capítulos anteriores procurámos evidenciar a importância da rede de informadores e colecionadores na constituição das colecções actualmente preservadas pelo Museu Nacional de Arqueologia (capítulo 4.) – actores que estão, maioritariamente, na origem da oferta de objectos – neste capítulo procuramos destacar as significativas práticas comerciais que estiveram na base da incorporação de outros tantos objectos que actualmente encontramos expostos nas suas galerias, descritos nos seus inventários e armazenados nas suas reservas. Essas práticas comerciais traduzem o significativo investimento do Estado «no estudo das origens, carácter e evolução histórica do povo português» (Heleno, 1956: 222). O Estado deverá ser assim entendido como outro dos actores envolvidos na implementação e desenvolvimento das práticas arqueológicas, uma vez que dependeu do orçamento disponibilizado para a constituição e crescimento da instituição a aquisição de uma grande parte das colecções que o integram.

Criado, como já referimos e é amplamente conhecido, em 20 de Dezembro de 1893, com a designação inicial de Museu Etnográfico Português, o seu núcleo inicial, relembramos, incorporou as colecções particulares do seu primeiro director⁶¹², a colecção obtida pelo próprio no Santuário do Endovélico (Alandroal, Alentejo) ao serviço do Estado em 1890 (Fabião, 2008:100; Schattner *et. al.*, 2005: 896) e a colecção resultante da actividade arqueológica desenvolvida por Estácio da Veiga (Vasconcelos, 1915: 307). Uma parte desta colecção pertencia ao estado e era resultante dos trabalhos efectuados em Mértola e no Algarve e, outra parte, a colecção particular de Estácio da Veiga, encontrava-se dispersa pela sua residência no Algarve, em Cabanas da Conceição, e em Lisboa.

A primeira aquisição deste museu foi assim a colecção particular de Estácio da Veiga. Com uma importante representação de materiais pré-históricos, foi autorizada pelo ministro Bernardino Machado (Vasconcelos, 1915: 21) que disponibilizou uma verba de um conto de réis para a sua compra (1.000.000), um valor estabelecido no ofício n.º 532, de 18 de Dezembro de 1893, depois da avaliação efectuada à colecção por José Leite de Vasconcelos e o então director da Biblioteca Nacional, Gabriel Pereira (Coito, 2004: 492). José Leite de Vasconcelos, o primeiro dirigente do museu, deslocou-se posteriormente a Cabanas da Conceição (Algarve) «para encaixotar e fazer

⁶¹² Parcialmente descrita por Leite de Vasconcelos nas páginas 308 a 310 da obra *História do Museu Etnológico* (Vasconcelos, 1915).

transportar para Lisboa a colecção arqueológica de Estácio da Veiga» (Vasconcelos, 1915: 315). Terá também obtido os materiais arqueológicos que se encontravam na residência de Lisboa, na «rua da Bela Vista (à Lapa) 6-A-1.ª», onde residia a sua viúva (Coito, 2004: 495; 2008: 34).

A publicação periódica oficial deste museu português registou uma grande parte das aquisições da instituição desde os seus primeiros meses de existência. Além dos núcleos iniciais, que atrás mencionámos, o museu viria a incorporar objectos através das escavações arqueológicas e das excursões realizadas pelo director e outros funcionários do museu, através de numerosas ofertas e também através de frequentes aquisições, a particulares, a proprietários, a coleccionadores, a casas comerciais, instituições bancárias, em feiras, em vendas de hasta pública promovidas pelos tribunais e através dos múltiplos intermediários locais espalhados pelo país.

No primeiro número da publicação periódica do museu, *O Archeologo Português*, foram divulgadas as «Acquisições do Museu Ethnographico Português» (Vasconcelos, 1895g: 218-222), um título que se repetiria nos números subsequentes da publicação, precisamente para publicitar a actividade do museu, as suas múltiplas incorporações e enaltecer os beneméritos que contribuíam para o crescimento das suas colecções. Neste primeiro registo estão descritas as incorporações das colecções de José Leite de Vasconcelos, de Estácio da Veiga e outras aquisições da instituição, através de ofertas e de compra. No seu terceiro mês de existência legal o museu tinha realizado a aquisição de vários objectos pré-históricos, romanos e objectos em cobre, bronze, prata e ouro, entre eles várias moedas:

«3. Em Fevereiro de 1894 entraram no Museu os seguintes objectos, por compra:

Onze machados de pedra polida, achados em Portugal;

Um machado de pedra polida, provindo da Índia;

Um instrumento de cobre ou bronze, achado em Portugal;

Um peso da mesma substância;

Uma estatueta de cobre ou bronze, achada em Portugal;

Um peso romano de barro;

Uma pequena ampulla romana de barro;

Três lucernas romanas de barro, e uma partida.

4. Compraram-se os seguintes objectos, vindos do Algarve:

Uma moeda árabe, de ouro;

Várias moedas de prata, arábicas, romanas e portuguesas;

Várias moedas romanas de cobre.» (Vasconcelos, 1895g: 218)

No mesmo artigo descrevem-se objectos obtidos pelo director durante a excursão que realizou à Beira Alta, no Inverno de 1894. Registam-se várias ofertas e volta a referir-se a aquisição de outros objectos pré-históricos em pedra ou barro, objectos de ouro, prata e de cobre:

«6. Em Fevereiro de 1895 adquiriram-se, por compra, os seguintes objectos, provindos do Algarve:

Um pequeno anel romano de ouro;

Um brinco antigo de ouro;

Três moedas de cobre de época antiga.

7. Em 18 de Abril de 1895 compraram-se os seguintes objectos:

Cinco placas prehistóricas de xisto, ornamentada, sendo uma de forma de báculo;

Três vasos de barro, também prehistoricos.

Não se sabe ao certo onde foram encontrados estes objectos; mas consta que se desenterraram num sitio da fronteira norte-alentejana ou baixo-beirã.

[...]15. Compraram-se os seguintes objectos:

Um torques de prata;

Uma armilha de prata;

Fragmento de um objecto de prata, entrançado;

Três machados de cobre ou bronze.

Cinco machados de pedra polida» (Vasconcelos, 1895g: 220, 222)

São muito diminutas as informações sobre o contexto destas aquisições e os seus respectivos valores, contrariamente ao contexto das ofertas onde encontramos o registo individual dos objectos e os nomes dos ofertantes destacado a negrito. Nos artigos publicados nas páginas d'O *Archeologo Português* sobre as incorporações do museu é muito raro encontrar-se o nome dos vendedores, sejam eles particulares ou casas comerciais. Encontramos um dos raros casos em que acontece esse registo no segundo volume da revista do museu. Trata-se da aquisição de dois objectos de bronze, uma figura de um animal e um pedestal, ao «Juiz de direito Dr. Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, de Mangualde:

«Adquiriram-se para o Museu, por compra feita ao Sr. Juiz de direito Dr. Bernardo de Albuquerque Silva e Amaral, de Mangualde, os seguintes objectos:

a) uma pequena figura de bronze que representa um animal do género Bos, deitado;

b) um pedestal da mesma substancia, em forma de pé de calix.

Estes objectos foram achados ha anos em escavações feitas em Safára, comarca de Moura. Parece serem da epoca luso-romana.» (Vasconcelos, 1896c: 245)

Ao tencionar vender os dois objectos de bronze e também um conjunto de livros antigos que possuía, o juiz começou por enviar para o museu de Lisboa informação sobre os objectos: uma listagem das obras e os desenhos representativos dos materiais. Algum tempo mais tarde enviou também os objectos para facilitar o seu exame e a consequente avaliação, informando que poderia igualmente facultar a consulta dos livros antigos que talvez pudessem interessar ao acervo da Biblioteca Nacional⁶¹³. Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral anunciou ao director do Museu Etnográfico que os objectos se encontravam em casa de José Hypolito Braga, no primeiro andar da Rua Formosa, n.º 148, e que pretendia pelos mesmos objectos 50.000 réis⁶¹⁴. A contraposta do museu terá surpreendido o juiz de Mangualde que reclamou o baixo preço que a instituição propunha:

«Se o preço que peço pelos dois objectos é excessivamente elevado, a offerta de V.^a Ex.^a é excessivamente baixa»⁶¹⁵

O juiz justificava que era razoável o valor que ele próprio tinha proposto dado poder conseguir melhor preço vendendo para o estrangeiro mas que, pela sua falta de ambição, preferia que os objectos ficassem num museu nacional⁶¹⁶. Não se encontra registado o valor constraproposto, apenas a reacção que acima inscrevemos e que foi registada numa carta que o juiz enviou em 20 de Março de 1896 com uma nova proposta de venda no valor de 30.000 réis⁶¹⁷. Uma proposta que, refere, atendia «às circunstâncias menos favoráveis do Museu Ethnographico». Através da carta seguinte, endereçada para a direcção do museu em 8 de Abril de 1896, ficamos a conhecer o valor oferecido pela instituição museológica, um valor que continuava aquém das expectativas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral:

⁶¹³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, 8 Mar. 1896, cota: 102/572.

⁶¹⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, 15 Mar. 1896, cota: 102-573.

⁶¹⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, 20 Mar. 1896, cota: 102-574.

⁶¹⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, 15 Mar. 1896, cota: 102-573.

⁶¹⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, 20 Mar. 1896, cota: 102-574.

«[...] tenho a dizer a V.^a Ex.^a que ainda me não conformo com a sua offerta de 15.000 rs, pelas seguintes razões:

Ou o boi é o verdadeiro “Boi Appis” idolo do paganismo, e tem algum valor, ou não é, e não vale nada. Que é o verdadeiro atesta-o, não só a forma e a configuração do mesmo, mas até o castiçal que foi encontrado junto d’ele e que certifica que n’aquelle local houve um templo, e por isso ainda o castiçal não deixa de ter algum valor, como V.^a Ex.^a muito bem deve compreender.»⁶¹⁸

O juiz de Mangualde procurava valorizar os seus objectos associando a estatueta que possuía à figura do «Boi Appis», o touro negro da mitologia egípcia venerado em Mênfis, o que não corresponde à descrição do objecto efectuada por Leite de Vasconcelos nas páginas d’*O Archeologo Português* quando registou a sua compra e o descreveu como «uma pequena figura de bronze que representa um animal do genero *Bos*, deitado» (Vasconcelos, 1896c: 245). O negócio realizou-se e o museu pagou metade do valor inicialmente solicitado pelo vendedor. Em 16 de Abril de 1896 o juiz Bernardo de Albuquerque Silva e Amaral concordava com a cedência dos objectos pelo valor de 25.000 réis e através de outro bilhete postal que dirigiu a José Leite de Vasconcelos, em 25 de Abril do mesmo ano, sabemos que nesta data os mesmos objectos já estariam na posse do museu nacional⁶¹⁹.

Também Serafim de Sousa Neves manteve com o Museu Etnológico uma relação comercial. Em 1904, respondendo a um pedido do museu, este residente em Viana do Castelo não tinha então interesse em vender os objectos que possuía:

«Acuso a recepção da carta e postal de V.^a Ex.^a, e cumpre-me dizer a V.^a Ex.^a que presentemente não estou resolvido a desfazer-me dos objectos que sabe.»⁶²⁰

Esta resposta poderá estar relacionada com a proposta de aquisição de uma arrecada em ouro⁶²¹ que este coleccionador, professor da Escola Industrial de Viana do Castelo, possuía nas suas colecções. Ao conhecer a existência do objecto, encontrado próximo da Igreja de Carreço, concelho de Viana do Castelo, o curador do Museu Etnológico em Lisboa só conseguiu adquirir o objecto em 1905, ao fim de três anos de negociações. O episódio que ocasionou a sua aquisição, juntamente

⁶¹⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, 8 Abr. 1896, cota: 102-575.

⁶¹⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Bernardo de Albuquerque da Silva e Amaral, 25 Abr. 1896, cota: 102-577.

⁶²⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Serafim de Sousa Neves, 6 Set. 1904, cota: 2416-16237.

⁶²¹ Brinco da Idade do Ferro que integra as colecções do MNA com a cota Au 24.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=118240>

com outra arrecada de ouro⁶²² das mesmas colecções de Serafim de Sousa Neves, ficou registado num recorte de imprensa e num verbete antigo preservados nos arquivos do MNA⁶²³. É através destes documentos, um deles divulgado numa recente fotobiografia sobre José Leite de Vasconcelos (Coito *et al.*, 2008: 189) e através da ficha individual na base de dados MatrizNet, que conhecemos o contexto de aquisição do objecto. O coleccionador só cedeu às propostas do museu de Lisboa pressionado pelas autoridades locais. Conforme Serafim de Sousa Neves relatou décadas depois no jornal *Notícias de Viana*, de 18 de Agosto de 1931, mediante a sua negação de venda dos mencionados objectos ao museu, a instituição museológica conseguiu, com o apoio do Governador Civil, que o coleccionador fosse confrontado com a possibilidade de receber uma intimação de venda do objecto emitida pelo rei D. Carlos. Perante esta possibilidade, ao ser chamado ao gabinete do Governador Civil, Serafim de Sousa Neves aceitou vender a arrecada por 80.000 réis, mas ao divulgar a existência de outra arrecada semelhante nas suas colecções, acabou também por ceder a uma proposta de 150.000 réis pela venda deste segundo objecto. José Leite de Vasconcelos registou num verbete antigo que adquiriu ambos os objectos pelo valor de 237.000 réis⁶²⁴.

Alguns anos depois, em 1908, foi Serafim de Sousa Neves que solicitou informações sobre o interesse da instituição em adquirir outros dos seus objectos, nomeadamente três machados que surgiram no sítio da Carpinteira (Melgaço) e que foram descritos no segundo tomo das páginas da revista *Portugália* com os números «1, 3, 5»⁶²⁵. Na mesma carta em que Serafim de Sousa Neves informa o museu de que não realizava a venda dos machados «por menos de 15.000^{rs}» disponibilizou-se também a vender os novos materiais que obteve de Condeixa:

«Recebi de Condeixa, uma luzerna em barro muito perfeita, um cadinho ainda com vestígios de metal, um fragmento também de uma outra luzerna, e um anel em ouro. Creio bem que todos estes objectos são romanos. Se V.^a Ex.^a desejar vê-los não tenho dúvida alguma em lhos remeter.»⁶²⁶

⁶²² Brinco da Idade do Ferro antigo (VI a.C. - V a.C.) que integra as colecções do MNA com a cota Au 25.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=118241>

⁶²³ MNA, Arquivo Pessoal de JLV, Cx. Recortes de Imprensa.

⁶²⁴ Informação registada «no verbete n.º 24 (de Ourivesaria)» conforme é descrito no *Historial* dos objectos registados no MatrizNet:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=118240>

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=118241>

⁶²⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Serafim de Sousa Neves, cota: 2416-16238. Deveria referir-se ao artigo de José Fortes, «Esconderijo morgearno da Carpinteira (Melgaço)», publicado na revista *Portugália*, vol. II (1905-1908).

⁶²⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Serafim de Sousa Neves, 25 Mai. 1908, cota: 2416-16239.

No início do mês de Junho de 1908, estes objectos foram enviados para Lisboa⁶²⁷ e alguns dias mais tarde foi remetido o valor que pretendia obter pelos mesmos: «Os objectos que ultimamente enviei a V.^a Ex.^a custam 40\$000^{rs}»⁶²⁸. Não conhecemos os desenvolvimentos destas propostas de venda. As seguintes cartas enviadas por Serafim de Sousa Neves, em 12 de Junho de 1908 e 26 de Junho do mesmo ano, informam José Leite de Vasconcelos sobre o interesse em vender o conjunto dos objectos e não os objectos separados⁶²⁹ e um pedido de informações sobre a datação do anel de ouro⁶³⁰.

No que respeita a aquisição de objectos de ouro e de prata o museu mantinha contactos com casas comerciais especializadas. Veja-se o caso do ourives Joaquim Nunes da Cunha, um dos comerciantes que beneficiou da disponibilidade orçamental da instituição para preservar os itens valiosos que chegavam ao seu balcão comercial. Como veremos no seguinte subcapítulo (5.4), para esta ourivesaria de Lisboa, situada na Rua da Palma, eram frequentemente encaminhados objectos de ouro antigos de diversos pontos do país devido à possibilidade de venda ao museu. Em 1901, por exemplo, um dos fregueses do ourives Nunes da Cunha deixou-lhe um objecto de ouro antigo para que promovesse a sua transacção. Nunes da Cunha dirigiu-se então nos seguintes termos à direcção do museu:

«Tenho aqui um objecto antigo que um freguês me deixou para promover a venda d'elle, por esse motivo rogo a V.^a Ex.^a a fineza de podendo ver, vir ao meu estabelecimento, para ver se acaso lhe convirá».⁶³¹

O objecto antigo a que se refere o ourives de Lisboa passou a constituir a «Xorca de Santarém» para o curador do museu, que o associava a outros objectos conhecidos através da bibliografia científica da época, nomeadamente através da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1886-1891), do *Abecedaire d'Archeologie* (Caumont, 1850) e da obra *Noções Elementares de Archeologia* (Silva, 1878b). Estas informações encontram-se registadas num documento arquivado junto da carta enviada por Nunes da Cunha sobre a disponibilidade de venda deste objecto⁶³² (Ilustração 61).

⁶²⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Serafim de Sousa Neves, 7 Jun. 1908, cota: 2416-16240.

⁶²⁸ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Serafim de Sousa Neves, 10 Jun. 1908, cota: 2416-16241.

⁶²⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Serafim de Sousa Neves, 12 Jun. 1908, cota: 2416-16242.

⁶³⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Serafim de Sousa Neves, 26 Jun. 1908, cota: 2416-16243.

⁶³¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Nunes da Cunha, 11 Nov. 1901, cota: 1009-6438.

⁶³² Ver transcrições de documentos em anexo.

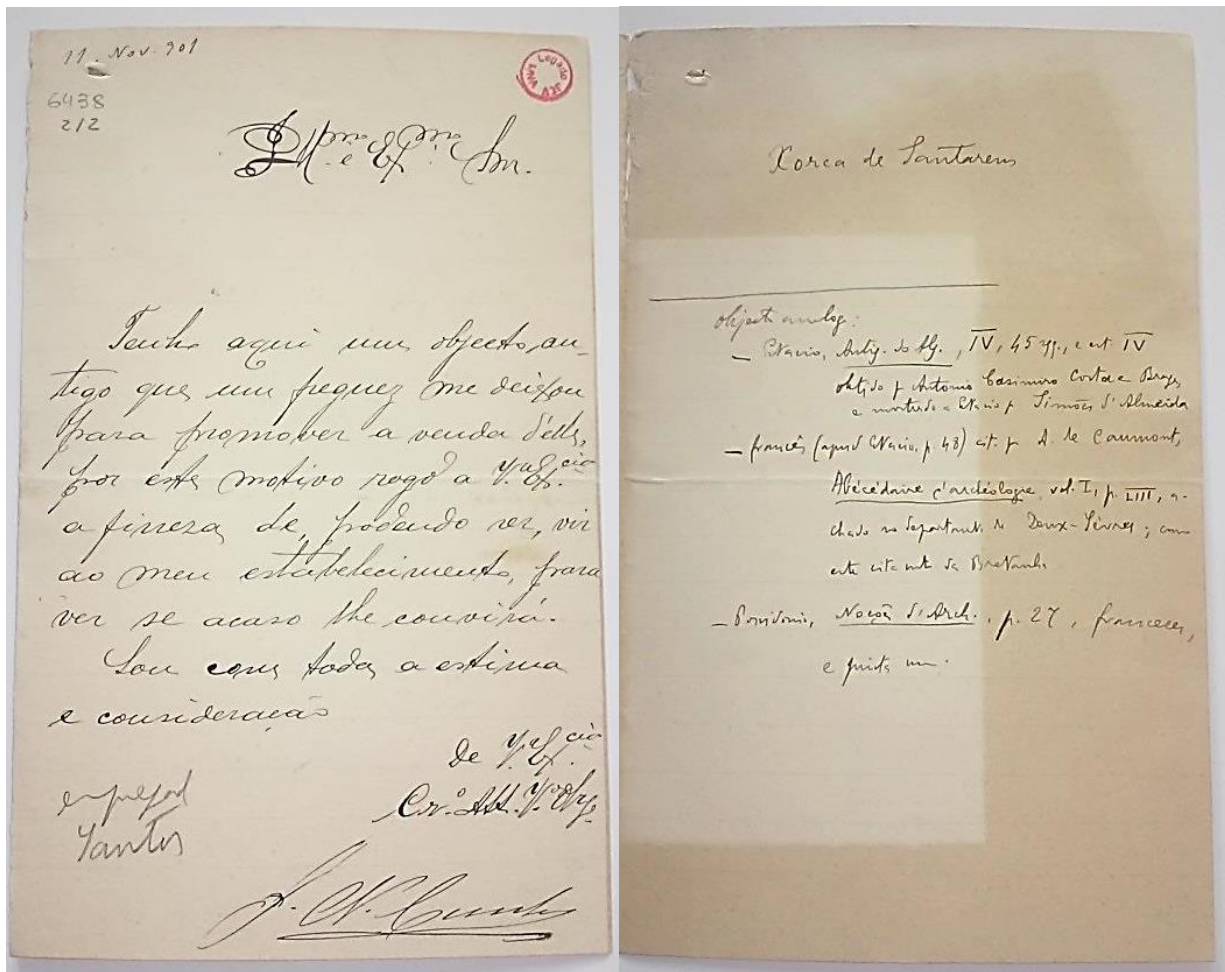


Ilustração 61 – Carta do ourives Joaquim Nunes da Cunha para JLV, 11 Nov. 1901.

Proposta de venda de objecto antigo em ouro; em anexo folha com apontamento autógrafo de JLV relativo ao objecto em causa (Arquivo MNA, cota: 1009-6438; ver transcrição no Anexo 5).

Estes dois documentos do Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia evidenciam a mudança de significado assumida por um objecto no decorrer do seu percurso e nos diferentes contextos em que se encontra. Para o ourives Joaquim Nunes da Cunha, de Lisboa, ele constituía um item comercial, com a característica de ser um objecto de ourivesaria antiga. Para o curador do Museu Nacional ele assumiu um significado distinto, passou a constituir a «Xorca de Santarém», um objecto com cerca de 4000 anos que deveria ser preservado pelo museu que dirigia. Um objecto que só poderia integrar as suas colecções perante o pagamento de 1500 réis por cada grama de ouro: «Em vista das ordens que recebi não posso vender o diadema por menos de 1500^{rs} o gramma»⁶³³. Junto de outra das cartas enviadas por Nunes da Cunha para o Museu Nacional encontra-se o apontamento autógrafo de José Leite de Vasconcelos, numa folha anexa, sobre a aquisição da «xorca» de 75 gramas por 112.500 réis, em 15 de Novembro de 1901. No mesmo

⁶³³ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Nunes da Cunha, 14 Nov. 1911, cota: 1009-6439+A.

documento registou-se o contexto de aparecimento numa escavação agrícola, tendo sido vendido pelo trabalhador que o descobriu e posteriormente revendido «na loja do Cunha»⁶³⁴.

Na correspondência enviada pelo mesmo ourives de Lisboa é evidente a relação de confiança entre este comerciante e o director do Museu Etnológico. Mesmo antes de se concretizar a venda, os objectos circulavam entre o espaço comercial e a instituição museológica e Leite de Vasconcelos, o principal responsável pelas aquisições da instituição, tinha liberdade para poder guardar os objectos durante vários dias. O museu seria o principal cliente de Nunes da Cunha para objectos de ourivesaria antiga e era aos conhecimentos do seu director que este ourives recorria para atribuir valor monetário a alguns objectos que chegavam à ourivesaria:

«Pelo portador d'esta remeto a V.^a Ex.^a uma argola de ouro achada n'umas escavações em Estremoz, e que m'a vieram oferecer para eu comprar; mas como me pedem muito mais do que o valor do ouro com o câmbio do dia (que são 227.600) rogo a V.^a Ex.^a me diga se tem algum valor como objecto arqueológico, e convindo-lhe a V.^a Ex.^a quanto era o máximo que podia dar por ela, para eu assim saber o negócio que hei-de fazer com o dono. Pesa 345 gr. »⁶³⁵

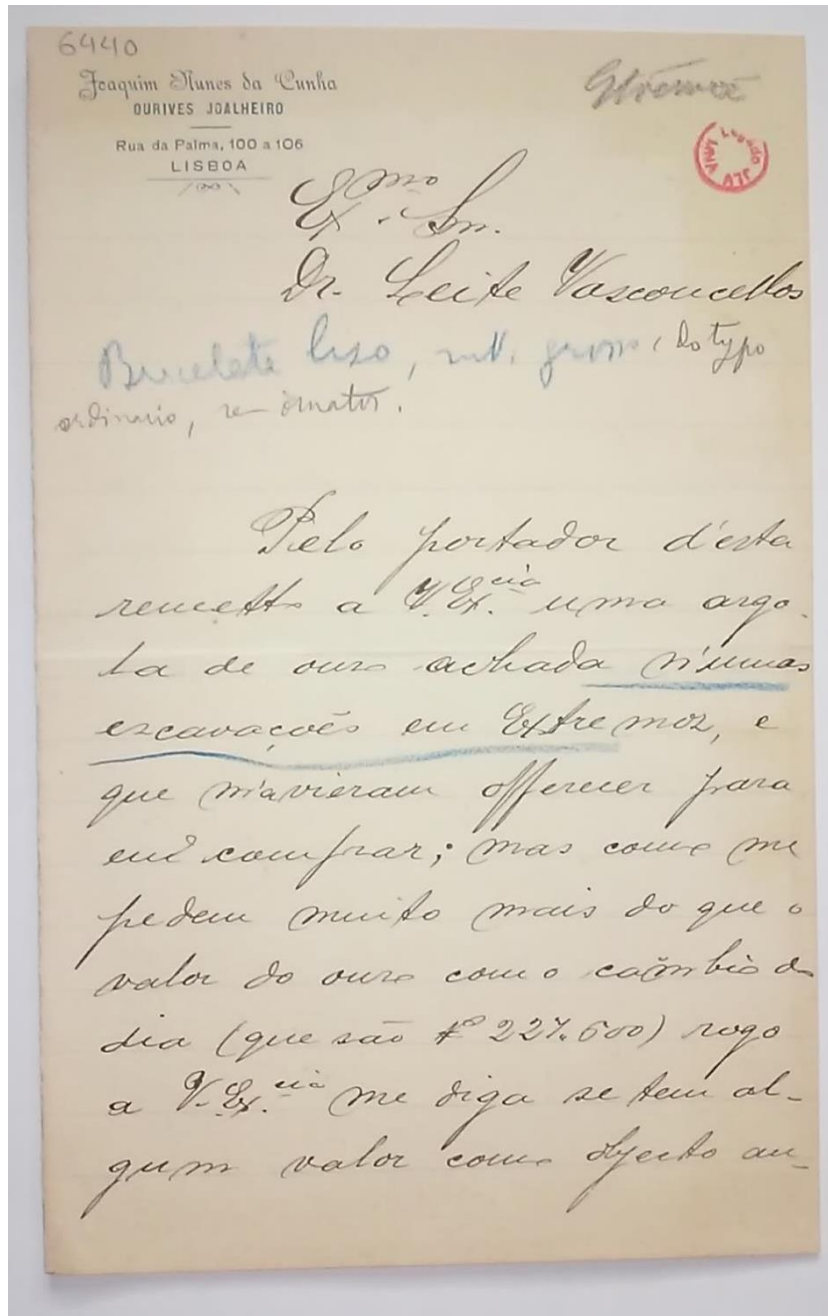
Neste excerto, transcrito de uma carta de 27 de Fevereiro de 1903, acedemos à mencionada relação de confiança existente entre Nunes da Cunha e a direcção do museu. Se em 1901 Nunes da Cunha solicitava que se deslocasse ao seu estabelecimento para poder analisar os objectos que recebia, na correspondência posterior (1903-1906) verifica-se que os objectos eram enviados para o museu onde poderiam ficar vários dias para serem analisados e avaliados⁶³⁶. Também podemos notar no excerto acima transcrito que a avaliação de Leite de Vasconcelos determinava o teor das transacções comerciais de alguns objectos antigos que chegavam à ourivesaria de Joaquim Nunes da Cunha. Não conhecemos a resposta do museu ao pedido do ourives, mas é notório o interesse pelo objecto devido à classificação que José Leite Vasconcelos inscreveu no documento. No topo da folha de carta, no lado oposto ao timbre da casa comercial, encontra-se inscrito «Estremoz» a lápis de grafite, e logo depois do nome do receptor, «Ex.mo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos», a inscrição a lápis azul e a lápis grafite «Bracelette liso, mt grosso, do typo ordinario, sem ornatos» (Ilustração 62). No texto está sublinhada a lápis azul a proveniencia do objecto. Como já mencionámos, este

⁶³⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Nunes da Cunha, 14 Nov. 1911, cota: 1009-6439 A.

⁶³⁵ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Nunes da Cunha, 27 Fev. 1903, cota: 1009-6440.

⁶³⁶ Em 21 de Março de 1903 o ourives Joaquim Nunes da Cunha solicitava ao curador do museu uma decisão sobre a pulseira que lhe havia confiado. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Nunes da Cunha, 21 Mar. 1903, cota: 1009-6441.

tipo de notas e de sublinhados é muito comum no epistolário de José Leite de Vasconcelos e relaciona-se com a atribuição de importância específica à informação que lhe é enviada, neste caso o interesse pela argola de ouro descoberta em Estremoz⁶³⁷.



Solicitação de avaliação de argola de ouro de 345 gr. encontrada em Estremoz (Arquivo MNA, cota: 1009-6440.)

⁶³⁷ Para melhor gerir a quantidade de informação que lhe chegava dos seus múltiplos correspondentes de todos os pontos do país, o director do museu atribuíva frequentemente uma classificação geográfica às cartas que recebia, neste caso a inscrição da palavra «Estremoz» no canto superior direito da folha de rosto desta carta correspondia à proveniência do objecto que pretendia incorporar nas colecções do museu. Ver também legenda da Ilustração 46 e Ilustração 48 onde é visível o mesmo tipo de classificações e anotações.

Desconhecemos contudo se se concretizou a transacção deste «bracelete liso» uma vez que não se encontra nas aquisições registadas n' *O Archeologo Português* do ano de 1903, nem do ano posterior⁶³⁸. Depois de divulgar esta argola de ouro encontrada em Estremoz, no dia 23 de Abril de 1903 o ourives solicitou a apreciação de um novo objecto de ouro: «Tomo a liberdade de lhe enviar uma gargantilha de ouro, antiga, para V.^ª Ex.^ª ver se convirá comprál-a»⁶³⁹.

O museu nacional constituía, como atrás referimos, um importante cliente da casa comercial da Rua da Palma, em Lisboa, mas também uma importante fonte de informação. Em 1906 o «Ourives/Joalheiro» Joaquim Nunes da Cunha solicitava a avaliação de um «porta paz» pelo qual lhe pediam 600.000 réis: «Venho pedir a V. Ex.^ª o especial obséquio de me dizer até que preço o poderei comprar, ou no caso de convir para o museu, quanto pode V.^ª Ex.^ª dar por ele»⁶⁴⁰. O comerciante recorria mais uma vez aos conhecimentos do director da instituição para a avaliação de objectos antigos que desconhecia. Neste caso tratava-se de um objecto de culto, um quadro com uma cruz utilizado em certas cerimónias litúrgicas⁶⁴¹.

No arquivo do MNA preservam-se apenas seis cartas enviadas pelo ourives Joaquim Nunes da Cunha, entre Novembro de 1901 e Abril de 1906, contudo os contactos e as transacções comerciais entre o museu e a ourivesaria de Nunes da Cunha continuaram. Em 1914, o director do Museu Etnológico solicitava ao Chefe da Repartição de Contabilidade do Ministério da Instrução o pagamento de 180 escudos a Joaquim Nunes da Cunha pelos objectos de ouro que o museu adquirira em 19 de Janeiro de 1914⁶⁴². Um valor considerável, que se aproximava do valor mensal que o museu dispndia com o pagamento dos seus funcionários, 224\$98 escudos⁶⁴³.

A aquisição de objectos em ouro como os referenciados constituía uma despesa extraordinária para o orçamento do museu e significava usualmente a atribuição de verbas extraordinárias pelo ministério que tutelava a instituição. Veja-se o exemplo da aquisição do «argolão de oiro e metade de outro» que se encontravam empenhados pelo seu antigo dono na instituição bancária Montepio Geral no ano de 1902. Com a anuência do Conselheiro Director

⁶³⁸ Não encontrámos registo desta aquisição no tomo VIII da publicação, que corresponde ao ano de 1904. Também não foi identificada nenhuma bracelete de ouro proveniente de Estremoz com o peso de 345 gramas no *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Colecção de ourivesaria* (Armbuster & Parreira, 1993). No objecto com a cota Au 39 encontrámos características semelhantes às registadas na descrição de J. Leite de Vasconcelos, contudo o seu peso não corresponde ao mencionado. O bracelete de proveniência desconhecida com a mencionada cota regista o peso de 202 gr.

⁶³⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Nunes da Cunha, 23 Abr. 1903, cota: 1009-6442.

⁶⁴⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Joaquim Nunes da Cunha, 17 Abr. 1906, cota: 1009-6443.

⁶⁴¹ Veja-se o exemplo de um objecto desta tipologia no inventário do Museu Nacional de Arte Antiga: MNAA, n.º 93 Our; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=246577>

⁶⁴² Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 2, registo N.º 1084, p. 111.

⁶⁴³ Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 2, registo N.º 1083, p. 111.

Geral de Obras Públicas e Minas, o curador do museu, por não possuir orçamento institucional, adiantou do seu «bolso particular 42\$940 de juro vencido» ficando de restituir «ao antigo dono 70\$060[?]» de modo a «averbar já o Museu, a posse destes objectos». Na sequência deste adiantamento para assegurar a aquisição, o curador solicitou ao ministério a atribuição de uma verba extraordinária, independentemente da verba orçamental da instituição e de outras já atribuídas, para suportar o valor dos objectos de ouro que pretendia incorporar nas colecções do museu:

«Rogo a V.^a Ex.^a se digne obter de S. Ex.^a o Sr. Ministro autorização para pagamento d'esta quantia de 513\$640 independentemente da verba orçamental do Museu e de outras quasquer verbas autorizadas por S. Ex.^a para o mesmo.»⁶⁴⁴

Para poder adquirir os objectos em causa o museu teria que satisfazer o valor total de 513.640 réis, que correspondia a 387.000 réis acrescidos dos juros cobrados pelo instituição bancária – 42.940 réis de juro vencido e «13\$640 de juro do semestre corrente» - e ainda 70.060 réis que deveriam ser restituídos ao antigo proprietário dos objectos.

Entre os vários exemplos de solicitações de verbas extraordinárias para aquisição de objectos arqueológicos em ouro optámos por destacar também o pedido dirigido em 6 de Outubro de 1905 ao Conselheiro Director Geral das Obras Públicas e Minas. Nesta data o museu requeria a atribuição extraordinária de um conto de réis que deveria suportar a aquisição de vinte braceletes de ouro, no valor de 600.000 réis, sendo o restante valor destinado à aquisição de uma vitrina com condições de segurança para expor objectos valiosos (150.000 réis), do transporte de «monumentos lapidares» da região de Trás-os-Montes e do Minho (50.000 réis) e a realização de escavações em Mértola, em Viana do Alentejo, S. Mamede de Óbidos e Alandroal (200.000 réis)⁶⁴⁵. Este exemplo permite evidenciar o investimento realizado com objectos de ourivesaria arcaica, como as vinte braceletes de ouro, face à verba destinada à aquisição de mobiliário, ao transporte de monumentos, à realização de escavações arqueológicas em diversas zonas do país

⁶⁴⁴ Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 1, registo N.º 169, p. 48v. O valor solicitado incluía a verba de 387.000 réis, 42.940 réis de juro vencido, 70.060 réis devidos ao antigo proprietário dos objectos ainda «13.640 de juro do semestre corrente».

⁶⁴⁵ Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 2, registo N.º 428, p. 3v.

ou mesmo das despesas mensais com o pagamento do pessoal ao serviço do museu, que no mês seguinte importava em 309.660 réis⁶⁴⁶.

Alguns anos mais tarde, em Fevereiro de 1913, a direcção do museu justificava também o emprego da verba extraordinária de 450.000 réis ao Chefe de Contabilidade do Ministério do Interior:

«Um diadema e espirais de ouro e um machado de bronze ...400.000; uma placa de bronze medieval esmaltada 10.000; transporte de lápides romanas de Montalegre, 10.840; objectos etnográficos madeirenses 2.000; Compra de livros (Alemanha) 16.635; id. (França) 9.220; transporte de uma pedra de Nellas 1.030; uma folha de papelão 120; papel 100; correio 55.»⁶⁴⁷

Também este exemplo é representativo do grande investimento que constituía a aquisição de objectos arqueológicos em ouro face aos restantes investimentos necessários ao funcionamento do museu, fosse a sua actualização científica através da aquisição de bibliografia, fosse o pagamento de despesas relativas ao crescimento das suas colecções, a aquisição de consumíveis de uso corrente e o pagamento de despesas de correio.

Além das aquisições de objectos avulso como os objectos de ouro que surgiam em casas comerciais ou estabelecimentos bancários, publicitados pelos jornais ou divulgados pelos seus proprietários, o museu também adquiria colecções, como a colecção de Estácio da Veiga, que já mencionámos, e outras que viria comprar a particulares e a colecionadores de vários pontos do país, como João Manuel da Costa, secretário da Câmara Municipal de Mértola ou o Padre José Rafael Rodrigues, de Vila Pouca de Aguiar, actores já mencionados nesta tese (subcapítulos 3.2 e 4.7).

É através das cartas que João Manuel da Costa endereçou para o director do Museu Etnológico entre 1893 e 1918 que encontramos evidências da sua cooperação com o museu de Lisboa (subcapítulo 4.7), mas também do crescente movimento comercial em torno das antiguidades que com frequência surgiam na vila de Mértola e nas suas imediações⁶⁴⁸. Para esse movimento deverá ter concorrido, como já referimos, a investigação desenvolvida por Estácio da Veiga que, durante os dez dias que permaneceu em Mértola, procurou obter junto de

⁶⁴⁶ Em 6 de Novembro de 1905 solicitava-se à repartição de contabilidade da Direcção Geral da Obras Públicas a atribuição da «importância de 309.660 réis para pagamento do pessoal d'este Museu no corrente mez». Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 2, registo N.º 433, p. 4v.

⁶⁴⁷ Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 2, registo N.º 1018, p. 95 e 95v.

⁶⁴⁸ Estão arquivadas e inventariadas no MNA sessenta cartas emitidas entre 1893 e 1918. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, cota: 927.

proprietários e outros residentes locais os objectos antigos que identificava. A investigação de Estácio da Veiga gerou junto da população local uma nova percepção sobre o valor de itens antigos que começaram a significar proventos económicos para uns e honra e distinção para outros. Enquanto coleccionador, João Manuel da Costa tornou-se também um dos actores que fomentou esse movimento comercial em torno dos objectos arqueológicos que ele próprio e outros interessados procuravam obter:

«Nada antigo me vem já à mão, são muitos a comprarem antiguidades de maneira que quando dou notícia d'alguma coisa já ela está debaixo de coberta enchuta e bem acondicionada; além disso aquele que encontra alguma moeda ou outro objecto antigo, julga valer uma [fortuna?] e não o larga senão bem caro.»⁶⁴⁹

O excerto anterior documenta a existência de interesse pelas antiguidades quer por parte dos coleccionadores dispostos a comprar os objectos quer por parte dos negociantes, seguramente alguns residentes locais que procuram vender os seus achados pelo melhor preço. Com a idade de 61 anos, também João Manuel da Costa ponderou tornar-se um negociante:

«Sempre quer as minhas antiguidades? Custa-me a separar-me d'ellas, por que o que V. Ex.^a quer, é a flor dos objectos que fazem a minha pequena colecção; mas dei-lhe a minha palavra e hei-de cumpri-la; e se até aqui era amador de antiguidades passarei a ser negociante de antiguidades. [...] Estou resolvido a vender tudo ou quase tudo se [...] à minha conta. Estou velho, um belo dia retiram-me desta vida, e os objectos, que com tanto trabalho, [...] incómodo e dinheiro adquiri – tenho a certeza que serão um brinquedo dos meus netos ou serão vendidos pela décima parte, não do valor em que os estimo, mas do seu valor real. Assim, lembrando-me disto é muito menor o desgosto, que me parece deverei sentir quando me desfizer dos ditos objectos.»⁶⁵⁰

Face ao desinteresse dos seus descendentes pela sua colecção arqueológica, João Manuel da Costa estava determinado a vender os objectos que colecionara e dispunha-se a organizar por secções os objectos que possuía de forma a facultar uma melhor avaliação da sua colecção.

⁶⁴⁹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 21 Fev. 1905, cota: 927-6042.

⁶⁵⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 3 Jun. 1897, cota: 927/6027.

Deparou-se contudo com vários entraves ao processo negocial. Um deles estava relacionado com os objectos pretendidos pelo curador de Lisboa:

«Não tenho, como verbalmente e por escripto já disse a V. Ex.^a, empenho em vender os objectos que V. Ex.^a pretende para o Muzeu, porque são os melhores que existem nas minhas antiguidades; não obstante, já disse que os vendia e vendo-os.»⁶⁵¹

Por outro lado o preço que solicitava foi considerado demasiado elevado:

«Sobre as minhas antiguidades. V. Ex.^a achou muito o que eu pedi, e com certeza terá motivos para isso; mas eu pouco mais peço d'aquillo que me custaram e ainda não me arrependi do dinheiro que dei, por isso que estou satisfeito com os objectos.»⁶⁵²

Desconhecemos os desenvolvimentos deste processo negocial porque nas restantes cartas enviadas para o museu de Lisboa não volta a ser mencionada a venda dos objectos da sua colecção⁶⁵³. A última epístola de João Manuel da Costa, ao contrário de todas as outras enviadas da vila de Mértola, é remetida de Beja, onde se encontrava no hospital.

Não existe, efectivamente, muita informação sobre o percurso de João Manuel da Costa e da sua colecção além da registada no epistolário preservado no Museu Nacional de Arqueologia. O Arquivo do Município de Mértola, com quem contactámos, não detectou documentação que pudesse acrescentar elementos ao seu percurso. Os elementos que registámos, nomeadamente a sua data de nascimento e morte foram depreendidos da correspondência que enviou a José Leite de Vasconcelos. É também através desta fonte que conhecemos alguns detalhes sobre a sua profissão de Secretário da Câmara Municipal de Mértola e o seu interesse pela arqueologia, numismática e também pela história natural.

As práticas coleccionistas de João Manuel da Costa não permaneceram na memória local da vila de Mértola como aconteceu com o Padre José Rafael Rodrigues (1861-1939) em Vila Pouca de Aguiar. Nesta localidade existe desde 2012 um museu com o nome de Museu Municipal Padre José Rafael Rodrigues⁶⁵⁴. Este pároco local foi um intermediário nas aquisições de objectos para o

⁶⁵¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 25 Jun. 1897, cota: 927/6029.

⁶⁵² MNA, Epistolário de JLV – Cartas de João Manuel da Costa, 3 Dez. 1897, cota: 927/6031.

⁶⁵³ Nos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia não foi possível localizar até à presente data os livros de contas que poderiam esclarecer este e outros processos de compra de objectos e colecções.

⁶⁵⁴ O antigo Museu Municipal Casa do Condado adquiriu o nome de Museu Padre José Rafael Rodrigues em 2012.

Museu Etnológico⁶⁵⁵ e constituiu igualmente um dos actores que vendeu objectos a esta instituição. Face ao interesse do curador do museu nacional em relação à sua colecção (ver subcapítulo 3.2), o Padre José Raphael Rodrigues propôs a sua venda no ano de 1896:

«Uma resolução inesperada por causa de desgostos de família vae fazer com que eu me desfaça de todo o meu museu de arqueologia, se o governo quizer adquirir todos os objectos que possuo encontrados nas antas da Serra do Alvão cedo-lhos por 200\$000 réis, pois cento e tantos gastei eu em explorações»⁶⁵⁶

Em alternativa, caso o Governo não disponibilizasse os 200.000 réis para a sua aquisição, considerava vender a um arqueólogo francês:

«Se V. Ex.^a não quizer terá a bondade de me avisar para eu a vender a archeologo francês que anda por estes sítios como Turista [?]»⁶⁵⁷

O explorador dos monumentos megalíticos da Serra do Alvão juntou a esta carta a listagem dos objectos que pretendia vender num documento que designou como «Catálogo dos objectos de Archeologia que possui o museu de P.e José Raphael Rodrigues de Tellões e Soutello, Vila Pouca de Aguiar» e um documento anexo com a sua «Proposta»:

«Proposta

P. José Raphael Rodrigues propõe ao Sr. Director do Museu Etnographico Português a venda nos objectos mencionados no presente catálogo para o referido Museu, pelo preço

de

Preço mínimo 200\$000 réis

P. José Raphael Rodrigues»⁶⁵⁸

⁶⁵⁵ O Padre José Rafael Rodrigues foi o responsável, por exemplo, pela aquisição da «Estátua de um guerreiro lusitano» (Vasconcelos, 1902c: 23-26) que representamos na Ilustração 31.

⁶⁵⁶ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de José Rafael Rodrigues, 3 Dez. 1896, cota: 2944/20035.

⁶⁵⁷ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de José Rafael Rodrigues, 3 Dez. 1896, cota: 2944/20035.

⁶⁵⁸ Folha anexa ao catálogo da colecção que propôs vender ao museu. Esta folha foi colada ao catálogo de seis folhas quadriculadas cozidas a linha preta que enviou juntamente com a carta de 11 de Dezembro de 1896. MNA, Epistolário de JLV – Cartas de José Rafael Rodrigues, 11 Dez. 1896, cota: 2944/20036+A-B.

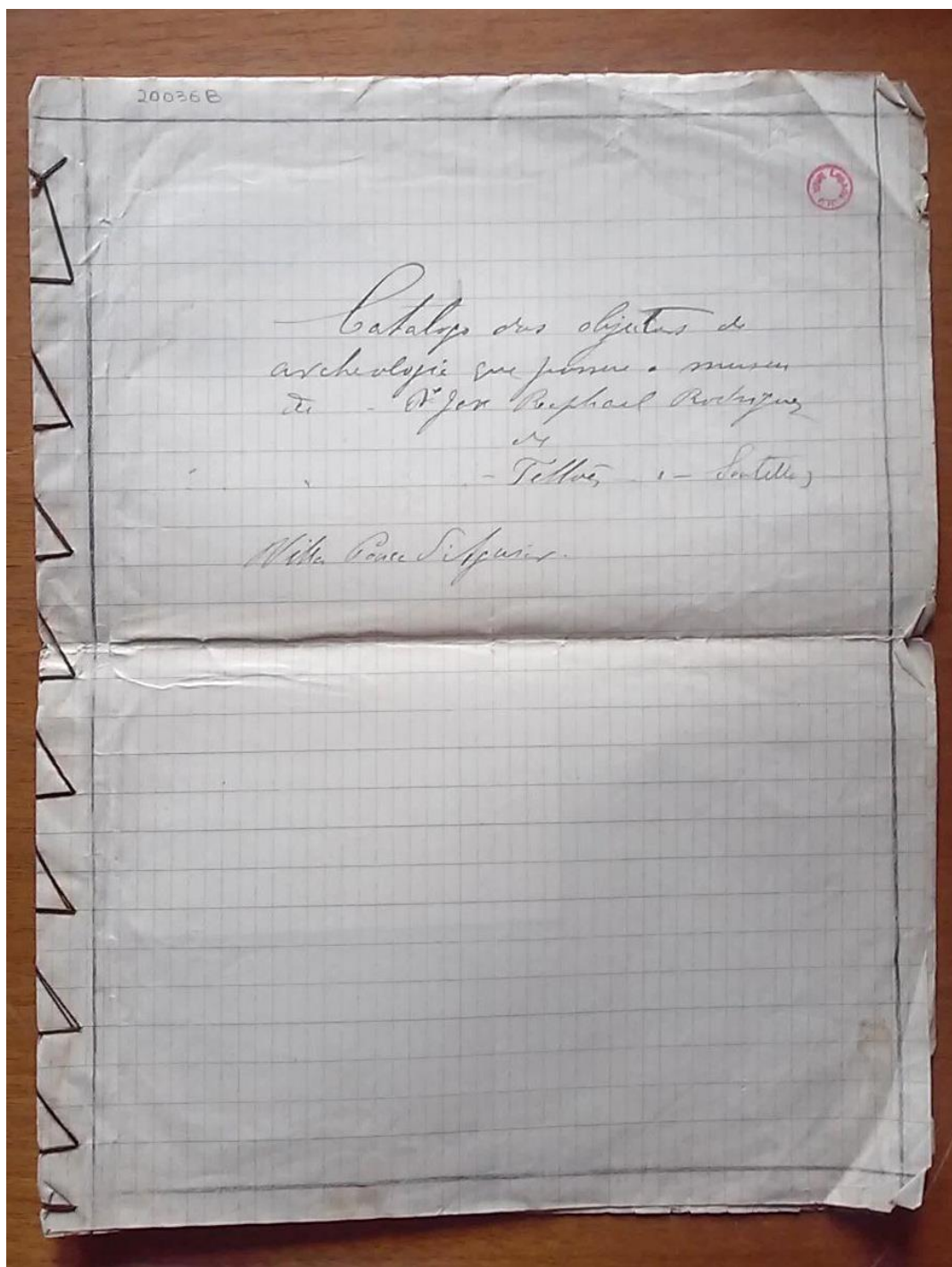


Ilustração 63 – Catálogo manuscrito da colecção arqueológica do Padre José Rafael Rodrigues.

Documento enviado para o Museu Etnológico Português juntamente com uma proposta de venda da colecção e uma carta com data de 11 de Dezembro de 1896. (Arquivo MNA, cota: 2944-20036B).

Nas páginas deste catálogo manuscrito, com a descrição de cinquenta objectos numerados, encontra-se o registo dos itens que efectivamente deram entrada no Museu Etnográfico⁶⁵⁹. O Padre José Rafael Rodrigues vendeu a colecção por 150.000 réis⁶⁶⁰, conforme se

⁶⁵⁹ José Leite de Vasconcelos anotou com a palavra «Veio» os objectos que deram entrada no museu. Fez esta anotação à frente de cada item descrito, na margem direita das folhas do catálogo.

registra na posterior correspondência em que se encontra a descrição dos materiais a enviar para o museu de Lisboa, acondicionados em três caixotes⁶⁶¹.

A actividade arqueológica desenvolvida pelo Padre José Rafael Rodrigues, em parceria com o Padre José Brenha, desencadeou também na região algum movimento comercial em torno dos objectos antigos. O desenvolvimento das suas escavações nos monumentos arqueológicos da Serra do Alvão e a visita de outros investigadores aos seus trabalhos⁶⁶² suscitou naturalmente o interesse da população local que habitualmente associava estas explorações à procura de tesouros:

«[...] mencionaremos a fúria dos sonhadores de tesouros encantados, que, não se convencendo de que procurávamos só pedras, nos inutilizaram alguns trabalhos começados e que eramos obrigados a suspender, remexendo vários dolmens, onde encontraram alguns objectos, que tentaram vender em Vila Real e depois inutilizaram por não lh'os pagarem como queriam» (Brenha, s.d.: p. 691)

As populações rurais viam nestas antiguidades a possibilidade de adquirir proventos económicos e por esse motivo alguns dolmens da região foram assim também escavados por outros residentes locais, que neste caso se desiludiram com a ausência de valor económico dos materiais que encontraram.

O movimento comercial em torno das antiguidades tornava-se mais intenso junto a locais onde os objectos antigos eram abundantes, fossem os dolmens do Alvão, a riqueza arqueológica da vila de Mértola ou os terrenos que outrora integraram a cidade romana de Ammaia⁶⁶³, em S. Salvador da Aramenha (Marvão, Alentejo). As ruínas desta antiga cidade situada num vale, hoje no coração do Parque Natural da Serra de São Mamede, estender-se-ão por uma área superior a vinte hectares, correspondendo à única cidade romana conhecida na região. A frequência com que começaram a surgir vestígios de ocupação humana terá atraído a atenção de António Eusébio Benito Maçãs (1883-1975), que viria a ser um dos múltiplos informadores e intermediários locais do Museu Etnológico em Lisboa⁶⁶⁴. Este lavrador e pequeno industrial local, coleccionador de

⁶⁶⁰ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de José Rafael Rodrigues 24 Dez. 1896, cota: 2944/20037.

⁶⁶¹ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de José Rafael Rodrigues, 12 Jan. 1897, cota: 2944/20038.

⁶⁶² José Leite de Vasconcelos e o adjunto do museu, Maximiano Apolinário, visitaram os monumentos megalíticos em Setembro de 1895 (Rodrigues, 1896: 350).

⁶⁶³ Fui publicado em 2012 um número especial da *Ibn Maruán: revista Cultural do Concelho de Marvão* consagrado a esta cidade romana.

⁶⁶⁴ Ver correspondência para Leite de Vasconcelos publicada por Oliveira & Cunha, 1993/94: 103-134.

numismática, encarregado da compra de materiais para o Museu Etnológico, terá contribuído para o estímulo das práticas comerciais de antiguidades na região e para explorações populares estimuladas pelos potenciais pagamentos que o museu da capital podia oferecer.

António Eusébio Benito Maçãs procurava informação sobre a localização de objectos arqueológicos e visitava inclusivamente alguns destes locais, como cavernas, à procura de «machados de pedra, conchas petrificadas e diferentes objectos» que enviava a José Leite de Vasconcelos ou aos seus colaboradores no Museu, como Vergílio Correia⁶⁶⁵. Como o seu interesse por objectos arqueológicos se tornou conhecido na região, Benito Maçãs era procurado por residentes locais que lhe propunham a venda dos objectos que encontravam nos campos e que supunham ter valor pecuniário. Um desses indivíduos, residente em Vidais (Marvão), ofereceu a Benito Maçãs a compra de «sete machados de pedra, sete contas de barro, quatro pesos, dois ponteiros de lousa, uma chapa de ferro e [...] uma lança muito ferrugenta» pelo valor de 2.500 réis⁶⁶⁶. Este indivíduo tinha outrora solicitado a Possidónio Coelho, funcionário da Torre do Tombo que preparava uma monografia sobre Marvão, 50 réis por um peso estragado. O facto de este funcionário da Torre do Tombo lhe ter pago mais 150 réis como gratificação criou uma nova percepção sobre o valor que poderia obter por objectos semelhantes. Como tal, passou a solicitar por cada peso 200 réis cada, alegando que tinha sido alertado para este valor pelo próprio Possidónio Coelho. De acordo com a avaliação e as indicações do museu, Benito Maçãs procurou obter os objectos de Vidais por 50 réis cada um⁶⁶⁷.

Tal como acontecia com outros informadores e colaboradores, a cooperação de Benito Maçãs surgia posteriormente enaltecida nos jornais nacionais como *O Diário de Notícias* ou *O Século* (Oliveira & Cunha, 1993/1994: 109) enquanto um importante intermediário na aquisição de objectos que interessavam ao Museu Etnológico Português:

«Não tenho escrito a V.^a Ex.^a dizendo-lhe o que há a respeito das pedras prehistoricas de que me fala na sua prezada carta porque os meus afazeres não me têm permitido ir a Marvão tratar da aquisição das referidas pedras. Já adquiri mais alguns objectos de Barros da Aramenha que tenciono enviar-lhe quando tiver maior porção.»⁶⁶⁸

⁶⁶⁵ Carta de António Eusébio Benito Maçãs para JLV de 31 Dez. 1913 (Oliveira & Cunha, 1993-94: 109).

⁶⁶⁶ Carta de António Eusébio Benito Maçãs para JLV de 24 Mai. 1917 (Oliveira & Cunha, 1993-94: 121).

⁶⁶⁷ Carta de JLV para António Eusébio Benito Maçãs de 25 Mai. 1917 (Oliveira & Cunha, 1993-94: 121).

⁶⁶⁸ Carta de António Eusébio Benito Maçãs para JLV de 8 de Out. 1913 (Oliveira & Cunha, 1993-94: 111). Entre os vários exemplos que encontramos no epistolário publicado por Jorge Oliveira e Susana Cunha (1993-94) veja-se também os seguintes casos de

Este lavrador recolhia diversos materiais que reservava para depois remeter pequenas colecções para o museu de Lisboa que, por sua vez, reembolsava Benito Maçãs pelas suas aquisições, como se registou numa carta de 6 de Janeiro de 1914:

«Escusado será dizer que o Museu faz toda a despesa com quaisquer objectos que V. Ex.^a compre.»⁶⁶⁹

E de facto na troca epistolar entre o director do Museu Etnológico e o lavrador do Alto Alentejo encontra-se registado o envio de vales do correio que deveriam cobrir as despesas das regulares aquisições efectuadas na região da Aramenha e Marvão. Numa carta com data de 20 de Janeiro de 1915 António Eusébio Benito Maçãs refere a recepção de um vale de correio no valor de 3.650 réis:

«Já recebi o vale de correio de 3.650 réis que V. Ex.^a podia ter deixado aí até que eu aí fosse.»⁶⁷⁰

Embora seja mencionado que era mais oneroso o transporte de materiais até Lisboa do que propriamente o valor pago por eles, o museu teria por vezes competidores que acrescentavam valor às antiguidades que o seu director entendia como pertencendo à nação:

«Coisas destas não são deste ou daquele são da Nação. O caso é obter a pedra, para um museu nacional, sobretudo para o Etnológico por ser da especialidade e central.» (Oliveira e Cunha, 1993/94: 131)

Um desses competidores foi o «Dr. Sardinha», «um grande competidor [...] aos objectos romanos» (Oliveira e Cunha, 1993/94: 115). Na propaganda a favor da concentração de materiais num museu central é frequentemente citada a acção nefasta que teriam os «negociantes implacáveis, ou os collecionadores descaridosos» que «deixam ir lá para fora, para museus ou para serem expostas em almoeda universal, preciosidades raras, e colecções inteiras de objectos archeologicos» (Vasconcelos, 1905g: 39).

Nesta localidade alentejana como noutros locais, o museu nacional competia com o movimento comercial em torno das antiguidades, destacando colaboradores locais que negociavam pela melhor oferta. Benito Maçãs recebeu instruções para pagar pelas moedas

remessas de objectos arqueológicos: em 20 de Setembro de 1915 Benito Maçãs enviou, em «encomenda postal registada», um prato de vidro romano oferecido por João Pinto Simões (Ver cartas de Benito Maçãs para JLV de 20 de Set. e 30 de Out. de 1915); em 30 de Jan. de 1916 Leite de Vasconcelos recebeu vasos, vidros e moedas de uma sepultura do cemitério antigo da Aramenha (Carta de JLV para Benito Maçãs de 3 de Jan. de 1916)

⁶⁶⁹ Carta de JLV para António Eusébio Benito Maçãs, 6 Jan. 1914 (Oliveira & Cunha, 1993-94: 111).

⁶⁷⁰ Carta de António Eusébio Benito Maçãs para JLV, 20 Jan. 1915 (Oliveira & Cunha, 1993-94: 113).

romanas de prata 200 a 300 réis, pelas de ouro deveria pagar consoante o seu peso, um valor que poderia variar entre 3.000 a 5.000 réis, e pelas de cobre poucos réis, variando consoante a sua raridade⁶⁷¹. Em relação a pedras com inscrições ou motivos gravados, depreende-se que o valor poderia variar consoante a importância da representação ou epígrafe, mas uma pedra com uma dimensão que variasse entre meio metro e um metro quadrado poderia significar uma gratificação no valor de dois mil réis⁶⁷². O transporte, registou-se, «é sempre mais caro» do que o preço dos próprios objectos. Relativamente a outros objectos em ouro, Benito Maçãs tinha indicação para pagar o dobro do preço real dos objectos que surgissem na Aramenha⁶⁷³.

Além das aquisições efectuadas pela rede de colaboradores do museu, como Benito Maçãs, o Padre José Rafael Rodrigues, João Manuel da Costa ou o seu amigo particular José Joaquim Nunes que adquiriu uma inscrição funerária em Bensafrim (Vasconcelos, 1915: 24; 195), entre muitos outros, o próprio director do museu efectuava aquisições directas e por vezes a título particular, como uma cabeça de mármore de época romana que adquiriu na Feira da Ladra⁶⁷⁴ (Vasconcelos, 1915: 309) ou o «furador e um gancho de meia» que adquiriu «numa feira na Estremadura» (Vasconcelos, 1897d: 87). Estas aquisições eram por vezes efectuadas com adiantamentos monetários do próprio director do museu que registou assim a recuperação de materiais importantes, cujas aquisições considerava inadiáveis:

«[...] muitas e muitas vezes, por no cofre não haver nada, tive de abonar dinheiro do meu bolso para acudir a urgentes necessidades do Museu, isto é, para comprar objectos valiosos que de repente me traziam à venda, e que, se não fossem logo comprados se perdiam. Cheguei a adiantar centos de mil réis! (Vasconcelos, 1915: 158)

Estes adiantamentos eram posteriormente cobertos pelas verbas extraordinárias que como já mencionámos eram regularmente atribuídas à instituição para a aquisição de objectos valiosos para as suas colecções. O museu incorporava igualmente aquisições efectuadas no estrangeiro, nomeadamente nas viagens do seu director pela Europa e nas suas deslocações aos congressos internacionais. Em 1906 registou-se a entrada de mais de quatrocentos objectos que adquiriu numa viagem que efectuou pela Grécia, Itália, Suíça, França e Espanha (Vasconcelos,

⁶⁷¹ Carta de JLV para António Eusébio Benito Maçãs, s.d. (Oliveira & Cunha, 1993-94: 118).

⁶⁷² Carta de JLV para António Eusébio Benito Maçãs, [1917] (Oliveira & Cunha, 1993-94: 122).

⁶⁷³ Carta de António Eusébio Benito Maçãs para JLV de 6 Ago. 1919; Carta de JLV para António Eusébio Benito Maçãs, 15 Ago. 1919 (Oliveira & Cunha, 1993-94: 125).

⁶⁷⁴ Uma antiga feira popular de objectos usados, com origens no século XII, que ocorre desde 1882 no Campo de Santa Clara, em Lisboa.

1906b: 92). Na deslocação ao congresso do Cairo, em 1909, foi também adquirida uma considerável colecção de objectos:

«três machados de pedra do Alto Egypto, comprados em Luxor em 1909;
quatro facas de sílex, compradas no Cairo;
um bracelete de pedra prehistorica, comprado em Luxor;
sete pontas de seta, adquiridas no Alto Egypto;
um piresinho de alabastro, de Ermant (Egypto), dinastia IV a XII;
oito placas de bronze prehistoricas do alto Egypto, de 5000 e 4000 annos a.
C. (estas placas são semelhantes às portuguesas, e por isso as comprou o Sr.
Director);
contas de vidro embutidas de côres, branca, azul e vermelha, compradas no
Cairo (o vendedor informou terem vindo da Syria);
figurinha egypcia de um tumulo, comprada no Cairo;
conta de vidro embutida, adquirida no Alto Egypto;
caco pintado de Thebas (Alto Egypto), de um tumulo;
duas figurinhas egypcias, de túmulos, adquiridas no Cairo;
duas taboetas egypcias com inscrições, uma em grego, outra em egypcio,
compradas no Cairo;
uma figurinha comprada no Museu do Cairo;
três ostraca de Thebas, compradas em Luxor (grego e cóptico);
vários fragmentos payraceos, adquiridos em Luxor;
uma placa egypcia com inscrição.» (Carvalhaes, 1911: 120-121)

Os congressos e as viagens de estudo do director do Museu Etnológico Português ao estrangeiro eram, como se depreende, uma ocasião para poder enriquecer as secções de arqueologia comparativa do museu. Existem registos desta tipologia de aquisições efectuadas junto de leiloeiros mas também junto de arqueólogos estrangeiros. Já citámos o exemplo dos objectos provenientes da Quinta da Torre de Ares que recuperou junto do leiloeiro parisiense Baron e da pátera romana em prata encontrada no norte de Portugal que adquiriu a um arqueólogo de Madrid⁶⁷⁵. Mas a maior parte das aquisições de que existe registo foram efectuadas nacionalmente. O museu efectuou aquisições em estabelecimentos comerciais, como ourivesarias, em vendas de hasta pública promovidas por tribunais, comprou objectos

⁶⁷⁵ Ver subcapítulo 2.1. «O que havia, já levou o Dr. Aragão».

empenhados em instituições bancárias, adquiriu em feiras, comprou a colecionadores e curiosos, e a diversos residentes locais através de contactos pessoais ou através dos seus múltiplos intermediários. Não conseguiu adquirir propriedades como Francisco Martins Sarmiento, mas o método de incorporação de colecções é semelhante ao desenvolvido por este colecionador particular ou ao método aplicado por Estácio da Veiga para a constituição da colecção do *Museu Archeologico do Algarve*. A acção destes actores, bem conhecidos na historiografia portuguesa, tem por detrás uma rede de intervenientes bastante complexa que envolve não só os proprietários e colecionadores, nacionais e estrangeiros, mas também as referenciadas casas comerciais, leiloeiros, tribunais, instituições bancárias e as feiras. Os objectos que integraram as colecções que ainda hoje podemos observar em exposições públicas e nas reservas destas instituições fizeram parte de contextos diferenciados, assumiram significados distintos e integraram circuitos comerciais de âmbito nacional e internacional.

5.4 ENTRE A FUNDIÇÃO DO OURIVES E A VITRINA DO MUSEU

Os torques (colares) e braceletes de ouro da Idade do Bronze Final cujo percurso abordaremos neste capítulo foram fabricados por artesãos que conheciam as técnicas de fundição, alteração plástica por meio da forja, do cinzelamento e do polimento. Estes artesãos viveram durante o segundo e primeiro milénio a. C. numa das mais ricas regiões auríferas do mundo antigo, a Península Ibérica, e por esse motivo puderam criar objectos de ouro de proporções raras na nossa contemporaneidade. Na época proto-histórica exploravam-se as jazidas de ouro aluvionar sobretudo nas bacias hidrográficas dos rios Tejo, Douro e outros do noroeste peninsular (Armbruster & Parreira, 1993). No leito destes rios terão sido recolhidos os dois quilogramas de ouro maciço de que é constituído o torques de Évora, as mil e oitocentas gramas do torques de Penela ou as mil e duzentas gramas do torques de Sintra. Juntam-se a estas jóias arqueológicas outros objectos de menores dimensões cujo aparecimento no território nacional foi sendo parcialmente registado em finais do século XIX e inícios do século XX, época em que surgem os primeiros estudos sobre esta ourivesaria⁶⁷⁶.

A maior parte dos objectos mencionados neste capítulo foi adquirida pelo Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, onde são exibidos na exposição permanente *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*. Nesta mostra encontra-se um número notável de objectos de joalheria antiga em prata e ouro, desde os primórdios desta metalurgia desenvolvida no Calcolítico, como os objectos do Bronze Final que abordaremos neste capítulo, mas também são expostos materiais da Idade do Ferro e objectos de época romana⁶⁷⁷. Tal como se refere na apresentação desta exposição, raros foram os objectos encontrados nos seus contextos arqueológicos. A maioria, incluindo os que pertencem à época e tipologia de objectos que pretendemos tratar, foram sendo maioritariamente «comprados a ourives ou aos próprios achadores»⁶⁷⁸.

Veja-se o exemplo das **três braceletes de Baralhas** (Macieira de Cambra, Aveiro) encontradas por um sapateiro quando efectuava obras junto à sua residência. Procedia então à consolidação de um muro no sítio do Crasto, «local onde existiu um povoado fortificado pré-

⁶⁷⁶ Cf. Vasconcelos, 1895c, 1896a, 1896b; Severo, 1905a, 1905b; Cardozo 1929, 1930; recentemente foram publicados dois importantes estudos sobre esta temática: Correia, 2013; Correia *et. al.* 2013.

⁶⁷⁷ A colecção de ourivesaria arcaica do Museu Nacional de Arqueologia «é constituída por 1500 peças, das quais 600 se encontram expostas, fruto de aquisições e recolhas avulsas» (MNA Digital: *Boletim* n.º 20; Fevereiro de 2016).

⁶⁷⁸ <http://www.museuarqueologia.pt/?a=2&x=3&i=31>

histórico»⁶⁷⁹. Estes três objectos integravam um conjunto de dezasseis braceletes e um objecto de forma piramidal que o mencionado sapateiro procurou avaliar junto dos ourives locais. Perante a valorização económica do seu achado, vendeu parte destes braceletes de ouro a alguns ourives do Porto e de Ovar. À data de publicação da notícia deste «Novo achado de braceletes pré-romanas», por José Leite de Vasconcelos, no segundo volume da publicação *O Archeologo Português* (1896), encontravam-se ainda em Macieira de Cambra «quatro ou cinco, podendo talvez obter-se dois» (Vasconcelos, 1896b: 88). O museu nacional conseguiu trazer para as suas colecções três exemplares deste «tesouro»⁶⁸⁰, depreendendo-se que foram adquiridos a comerciantes locais de Macieira de Cambra (Vasconcelos, 1896b: 86-88).



Ilustração 64 – Bracelete de ouro encontrada em Baralhas (Beira Litoral)

Idade do Bronze Final, Museu Nacional de Arqueologia, Au 35, Dimensões (cm): espessura: 0,9; diâmetro: 9 (MatrizNet).

Este bracelete de ouro fazia parte de um conjunto de dezasseis objectos semelhantes que um sapateiro do lugar de Baralhas encontrou quando fazia obras junto à sua residência. O conjunto foi maioritariamente vendido a comerciantes locais e o MNA adquiriu para as suas colecções três dos braceletes deste «tesouro».

O Museu Etnológico adquiriu igualmente os **dois torques** encontrados em 7 de Maio de 1893 no lugar da **Boa-Vista** (Almoster, Santarém) e noticiados nesse mesmo ano no *Jornal de Santarém* (n.ºs 514 a 517) pelo oficial do exército A. B. de Figueiredo. A sua existência é também mencionada noutro jornal da época, o *Commercio de Portugal*, em Dezembro de 1893, por outro

⁶⁷⁹ Informação registada na ficha de inventário do objecto no Matriz Net:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110001>

⁶⁸⁰ Correspondem aos objectos com as cotas Au 34; Au35; Au38, do MNA. No inventário do Museu Nacional Soares dos Reis encontra-se registado um bracelete igualmente encontrado em Baralhas; possui a cota: 291 Our MNSR.

autor, A. E. de F. Cavaleiro e Sousa que introduz a discussão sobre a utilização de objectos como os torques da Boa-Vista nos tempos pré-históricos. A discussão seria retomada nesse mesmo mês no *Jornal de Santarém* pelo já mencionado autor, A. B. de Figueiredo (Severo, 1905b: 72). O director do Museu Etnológico viria a conhecer três anos depois estes objectos através de uma fotografia, divulgando também a sua existência na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos, 1896a: 21). Os objectos teriam sido entretanto adquiridos por Laurentino Veríssimo que os divulgava junto de «cavalheiros entendidos em archeologia» através de provas fotográficas e do seguinte apontamento anexo:

«Photographia de umas anilhas d'ouro, com o peso de 627gr., achadas por António Gonçalves, menor de 14 annos, no dia 7 de Maio de 1893, n'uma charneca chamada a Boa-Vista, próximo a Almoster, pertencentes hoje a Laurentino Verissimo, por as haver arrematado em hasta pública, no tribunal judicial da comarca de Santarém, no dia 30 de Junho do corrente anno. P. S.: Pede-se aos cavalheiros entendidos em archeologia o favor da descrição da sua antiguidade. Correspondência para Laurentino Verissimo, Santarém (Portugal)» (Severo, 1905b: 72)

Estes objectos, um colar completo e um outro incompleto⁶⁸¹, de 381 e 245 gramas de ouro, acabaram por ser adquiridos pelo Museu Etnológico em data anterior a 1905, ano em que Ricardo Severo menciona a sua localização em Lisboa (Severo, 1905b), precisamente no Museu Etnológico Português⁶⁸². Não localizámos informação sobre o processo de aquisição. Neste caso os objectos poderão ter sido adquiridos a Laurentino Verissimo, que não foi o seu achador mas um dos seus primeiros possuidores.

Tal como se verifica nos exemplos anteriores, esta tipologia de objectos que integra as colecções do actual Museu Nacional de Arqueologia possui registos pouco precisos relativamente ao exacto local onde foram encontrados. Mas existem ainda outros objectos com registos de proveniência mais vagos. Correspondem aos objectos que, comprados directamente aos ourives, perderam a maior parte das referências fornecidas pelos seus achadores ou primeiros possuidores. É o caso do **bracelete de ouro** que o Museu Etnológico adquiriu a um ourives de

⁶⁸¹ Correspondem aos objectos com as cotas Au 45 e Au 46 do MNA.

⁶⁸² <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110069>
<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110071&EntSep=3#gotoPosition>

Lisboa em 24 de Outubro de 1904⁶⁸³. Foi o ourives Moniz, da Rua do Ouro, em Lisboa, que adquiriu o objecto em Vila do Conde, registando que teria sido encontrado nessa localidade, muito provavelmente nas suas imediações, mas sem qualquer outra informação adicional. Na ficha de inventário do objecto disponibilizada pelo MatrizNet⁶⁸⁴ e no registo de compra registado na publicação periódica do museu apenas é mencionada a informação de que seria proveniente de Vila do Conde, no norte de Portugal (Vasconcelos, 1905b: 48).

Na pesquisa que efectuámos no inventário e nas publicações da época verificou-se também que o museu nacional adquiriu frequentemente esta tipologia de braceletes e torques de ouro ao mesmo ourives de Lisboa, o que indicia a existência de uma casa especializada nas transacções deste tipo de objectos, com a sua rede de informadores e de fornecedores. Veja-se o exemplo dos **três braceletes da Herdade das Cortes** (Alvito, Alentejo)⁶⁸⁵. Duas delas foram compradas ao ourives Joaquim Nunes da Cunha, o já mencionado ourives de Lisboa (subcapítulo 5.3), que por sua vez teria adquirido os objectos ao ourives Borges, de Ferreira do Alentejo. Encontrados junto a um forno de cal, o seu achador terá vendido o terceiro bracelete de ouro ao Visconde de Ferreira do Alentejo que, por sua vez, se disponibilizou a vendê-lo ao museu nacional, onde actualmente se encontra. Apesar de não estar registada a data de incorporação destes três objectos nas fichas de inventário disponibilizadas através do portal MatrizNet⁶⁸⁶, conseguimos aceder à data de aquisição do objecto adquirido ao Visconde de Ferreira do Alentejo através do registo da correspondência enviada para a *Contrastaria de Lisboa*:

«Comprei há dias para o Museu Etnológico um objecto d'ouro da época lusitana, o qual representa uma pulseira. Este objecto, antes de ser vendido, foi levado à Contrastaria de Lisboa e ahi, apesar da grande raridade archeologica e mérito d'ele foi mutilado e marcado com $\frac{n.1254}{696M}$, de modo que se estragou bastante. Tomo a liberdade de perguntar a V.^a Ex.^a se será possível repor o objecto na forma primitiva.»⁶⁸⁷

O registo desta solicitação, de 25 de Fevereiro de 1914, permite-nos situar a aquisição da terceira bracelete de ouro. Sabemos deste modo que foi comprada nesse mesmo mês de

⁶⁸³ Corresponde ao objecto com a cota Au 36 do MNA.

⁶⁸⁴ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=110023&EntSep=3#gotoPosition>

⁶⁸⁵ Correspondem aos objectos com as cotas Au 138, Au 139, Au 142 do MNA.

⁶⁸⁶ Registou-se que a compra foi efectuada sob a direcção de J. Leite de Vasconcelos.

⁶⁸⁷ Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 2, registo N.º 1090, p. 112 e p. 112v.

Fevereiro de 1914 devido à marca da *Contrastaria*, uma *mutilação* que o curador do Museu Etnológico procurava anular junto da *Contrastaria de Lisboa*⁶⁸⁸.



Ilustração 65 – Bracelete de ouro encontrada na Herdade das Cortes (Alto Alentejo).

Idade do Bronze Final, Museu Nacional de Arqueologia Au 142, Dimensões (cm): espessura: 0.6; diâmetro: 7,4 (MatrizNet).

Este objecto foi encontrado na Herdade das Cortes (Alvito, Alentejo) e vendido ao Visconde de Ferreira do Alentejo que posteriormente o revendeu ao MNA. Antes de integrar as colecções deste museu, em 1914, foi avaliado pela Contrastaria de Lisboa que lhe alterou a sua forma original ao inscrever uma marca que registava a pureza do metal precioso de que o objecto era constituído. Apesar de entendida como uma «mutilação» pelo director do museu que a adquiriu, esta marca pode também ser interpretada como uma evidência do percurso deste objecto que escapou à fundição do ourives.

Mas foi ao mesmo ourives Joaquim Nunes da Cunha que o museu adquiriu, em Abril de 1907 (Campos, 1907: 350), o denominado **colar de Serrazes**⁶⁸⁹ encontrado em Abril de 1905 por um pedreiro que o localizou junto a uma canteira, no sítio de Machorros (Serrazes, S. Pedro do Sul). Este trabalhador terá vendido o objecto de 575 gramas ao ourives Soares Reis & Filho, do Porto (Severo, 1905-1908: 109), que o fez chegar ao mencionado ourives Joaquim Nunes da Cunha e foi este comerciante, como se regista na ficha de inventário do objecto, que o vendeu ao museu lisboeta⁶⁹⁰.

⁶⁸⁸ Contactámos a Contrastaria de Lisboa que nos informou «que a marca em causa era utilizada nas barras de platina, ouro e prata. Não existia à época marca para o toque de 698 milésimos de ouro, motivo pelo qual se pensa ter sido aplicada a marca das barras e o respetivo toque». *E-mail* de Carla Caseiro, Secretária de Direção UCO/OCO, dia 3 de Maio de 2016.

⁶⁸⁹ Corresponde ao objecto com a cota Au 43 do MNA.

⁶⁹⁰ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=110068>

⁶⁹⁰ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=110068>

O nome do mesmo ourives está ainda associado à venda de outros objectos similares. O **colar proveniente de Coimbra**⁶⁹¹ terá sido por este ourives adquirido num leilão do Banco Montepio Geral e posteriormente revendido ao Museu Etnológico Português em 23 de Abril de 1904⁶⁹². Dois anos depois o mesmo comerciante vendia também ao museu um **conjunto de cinco braceletes provenientes de Colos** (Odemira, Alentejo)⁶⁹³.

Estes exemplos mostram como deveria existir uma rede de informação entre estes negociantes que, conhecendo o interesse e a disponibilidade económica do museu nacional, e certamente as vantagens de vender a esta instituição, encaminhavam para Lisboa materiais susceptíveis de serem adquiridos por um preço mais vantajoso do que a sua revenda a coleccionadores particulares ou a fundidores. Veja-se o que refere a propósito Ricardo Severo, um dos autores que no início do século XX publicou vários estudos sobre este tipo de objectos arqueológicos, nomeadamente sobre a descoberta dos «**Braceletes d'ouro de Arnozella**»:

«O grupo de manilhas [de Arnozela] [...] é um desses achados de mero acaso, realizado em circunstâncias ocasionais de que não há notícia precisa. Nestes casos, e no geral, raramente se procura o especialista – basta o ourives para o peso, o toque e o valor – e quando, suspeitosos de um alto merecimento ignorado, os felizes descobridores veem até ao archeologo, ou são requisitados a mostrar-lhes o precioso achado, é sempre este apresentado de modo incompleto e envolto em cauto mysterio: obtida a redução em moeda corrente da estimativa archeologica, de seguida se perde o fio desse tesouro escondido que difficilmente a ciência registra ou os museus adquirem. E some-se de vez o mercante, desconfiado de que o preço é outro, mais alto ainda.» (Severo, 1905b: 62)

Neste excerto é bem evidente como a importância do dinheiro e sua necessidade condiciona o conhecimento científico (Anderson *et. al.*, 2012: 311). A maioria dos possuidores que obtêm objectos de ouro como os que temos vindo a referenciar desconhece ou menospreza a vertente científica destes objectos e por isso o seu destino mais comum será o desaparecimento na fundição do ourives. Quando isto não acontece e se preservam os objectos o conhecimento científico fica diminuído pela ocultação de elementos relativos ao contexto do achado. Elementos que poderiam ser fundamentais para o entendimento da função, cronologia ou contexto de

⁶⁹¹ Corresponde ao objecto com a cota Au 47 do MNA.

⁶⁹² <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110070>

⁶⁹³ Correspondem aos objectos com as cotas Au 27; Au28; Au29, Au30, Au31 do MNA.

depósito destes objectos arqueológicos. Neste excerto é também notória a desconfiança face aos designados «archeologos», quer por parte dos descobridores destes objectos quer por parte dos seus comerciantes. Quem localizava os objectos ocultava o local exacto do seu achado de modo a impedir a concorrência relativamente a novas descobertas. Quem comercializava desconfiava que o conhecimento de quem sabia o seu valor científico pudesse inflacionar o valor dos objectos. Por esse motivo foram estabelecidas as redes de circulação de informação e de objectos arqueológicos desta tipologia por estes comerciantes que tomam parte activa na formação de colecções e na dispersão das mesmas.

E efectivamente, mais uma vez se verifica que, no caso dos braceletes de Arnozela referenciadas por Ricardo Severo no excerto anterior, mesmo existindo compradores locais elas seriam adquiridas pelo Museu Etnológico, em Lisboa. Ricardo Severo, residente no Porto, soube da descoberta dos braceletes de ouro de Arnozela através dos jornais da época, em 1903. As redes de contactos deste engenheiro de minas permitiram-lhe estudar os objectos então na posse dos negociantes Borges & Irmão, do Porto, mas as suas propostas de aquisição não satisfizeram os vendedores (Severo, 1905b: 62). Os objectos foram adquiridos pelo museu de Lisboa que seguramente teria disponibilidade monetária a acrescentar ao proposto por Ricardo Severo ou outros possíveis compradores. O tesouro de Arnozela pode hoje ser visto no Museu Nacional de Arqueologia, sendo constituído por «20 aros de formas e dimensões diversas [...] com um peso aproximado de 533 gr., que se encontravam originalmente encadeados e/ou suspensos de um outro»⁶⁹⁴. Foi despendido com a sua aquisição um valor de 600.000 réis, resultante de um pedido de reforço da verba atribuída ao museu de Lisboa⁶⁹⁵.

Os vários exemplos que citámos mostram como a disponibilidade orçamental do Museu Etnológico foi fundamental para preservar os objectos científicos que hoje concorrem para caracterizar as populações que habitavam a Península Ibérica entre finais do 2º milénio e inícios do 1º milénio a. C.. O período que corresponde à «descoberta, difusão e intercâmbio da metalurgia (cobre, bronze, prata e ouro)» no âmbito de sociedades hierarquizadas que trocavam artefactos de prestígio em metal (Lopes, 2014).

Mas em alguns casos a disponibilidade orçamental existente não foi suficiente para adquirir objectos que acabaram por vir a integrar colecções privadas. Este foi o caso do designado **tesouro de Lebução** (Chaves, Vila Real), composto por «uma armilha de folha de ouro, dois

⁶⁹⁴ Correspondem aos objectos com as cotas Au 57-76 do MNA.

⁶⁹⁵ Arquivo MNA, Registo de Correspondência Expedida, Livro 2, registo N.º 428 e 429, p. 3 v. e p. 4.

torques fragmentados e mais dois pedaços de uma manilha com guizos: peso total em ouro 459,9 gramas» (Severo, 1905a: 1). A maior parte deste tesouro foi adquirido pelo já mencionado engenheiro de minas do Porto, Ricardo Severo, depois de uma negociação renhida que ficou registada nas notas de rodapé da revista *Portugália: materiais para o estudo do povo Português* (Tomo II, Fasc. I), onde Ricardo Severo publicou o estudo destes materiais (Severo, 1905a). Os objectos de ouro de Lebução terão sido encontrados em final de 1899 quando se preparava o terreno para plantar uma vinha. Inicialmente não terão sido valorizados por não se ter identificado o metal que os constituía, mas quando isso sucedeu o proprietário dos terrenos terá reclamado o tesouro que começou a «correr mãos de ourives gananciosos desde Chaves até à capital» (Severo, 1905a: 1). Os próprios jornaleiros que preparavam a terra e que encontraram os objectos reclamaram o direito a um terço do valor do achado. Durante os meses em que decorreu o processo negocial, os objectos de ouro de Lebução estiveram na posse do negociante Paulino de Mello, que os recebera de Benjamim Leite, de Chaves (Severo, 1905a: 1).

Na sequência das várias propostas que Ricardo Severo realizou e da sucessiva resistência colocada à concretização do negócio, este engenheiro teve conhecimento do interesse de um concorrente espanhol, intermediário de um coleccionador inglês que pagaria avultadas quantias por objectos desta tipologia. Ignorava a identidade de outro competidor para o qual teve que ceder parte dos materiais que compunham o tesouro de Lebução. Para poder adquirir os objectos que divulgou na revista *Portugália* em 1905 (Ilustração 67) Ricardo Severo teve que ceder «o corpo de um torque e mais uns pequenos fragmentos que pertenciam à armilha principal» (Severo, 1905a: 2). Não sabia contudo que se encontrava a competir com o museu nacional, de Lisboa, onde viria depois a encontrar os fragmentos que lhe haviam sido subtraídos. O museu nacional, por sua vez, também não conheceria a concorrência de Ricardo Severo. Na resenha bibliográfica que o seu director publicou em 1906 sobre o estudo de Ricardo Severo relativo ao Tesouro de Lebução defende-se das sugestões de concorrência no processo de negociação desses objectos. Vasconcelos mencionou desconhecer a totalidade do tesouro e referiu que o negócio que resultou na compra de um torque e de fragmentos de armilha decorreu através do comerciante Joaquim Henriques, estabelecido em Lisboa, e um intermediário do Porto, cuja identidade não menciona (Vasconcelos, 1906a: 350). Sistematizamos todo este processo na ilustração seguinte (Ilustração 66):

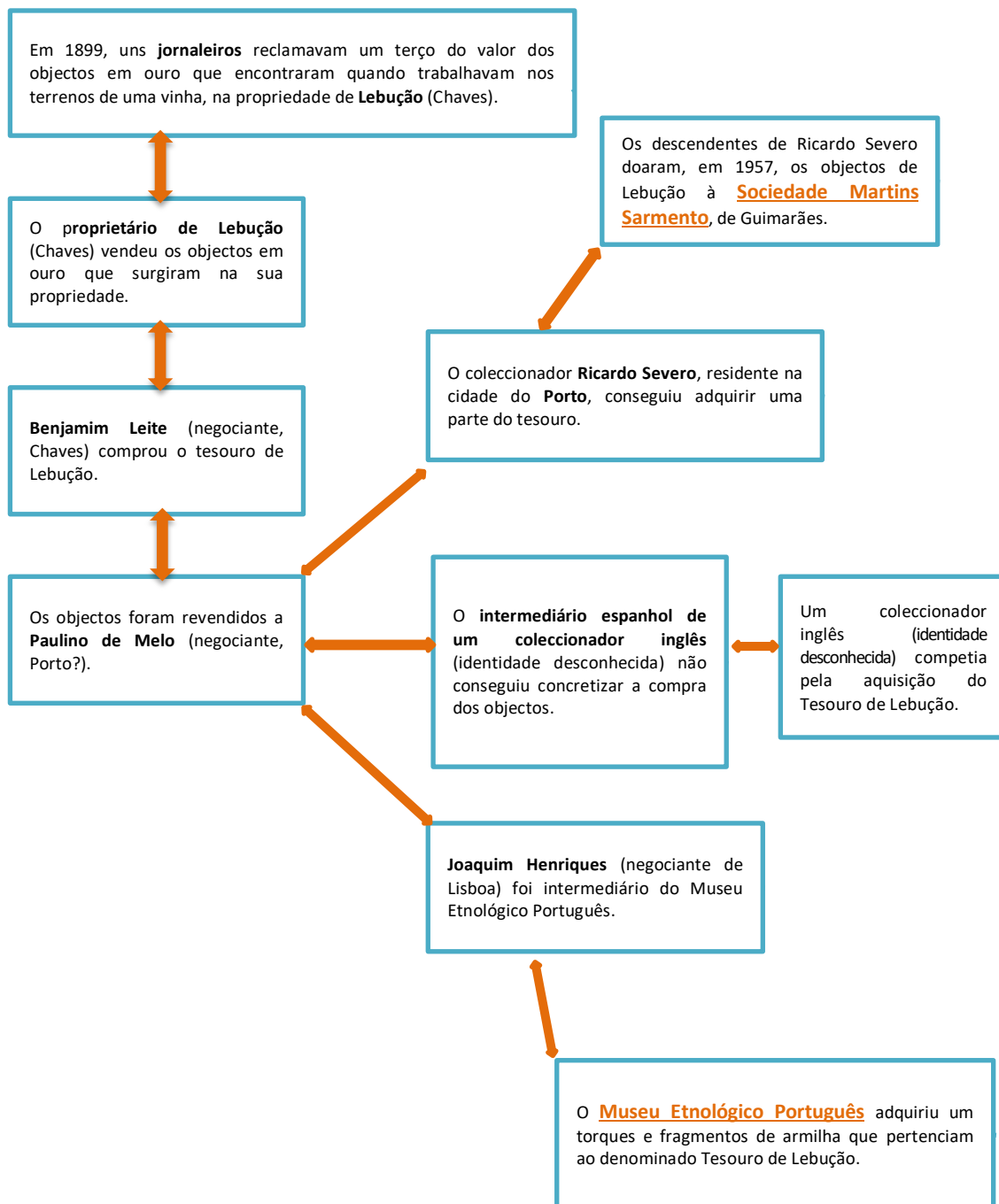


Ilustração 66 – O percurso do Tesouro de Lebução (Minho) e os seus actores.

No seu percurso a caminho das vitrinas dos museus onde se encontram, os objectos em ouro encontrados em Lebução assumiram diferentes significados e cruzaram-se com diferentes actores: trabalhadores rurais, proprietários, comerciantes, intermediários, coleccionadores.

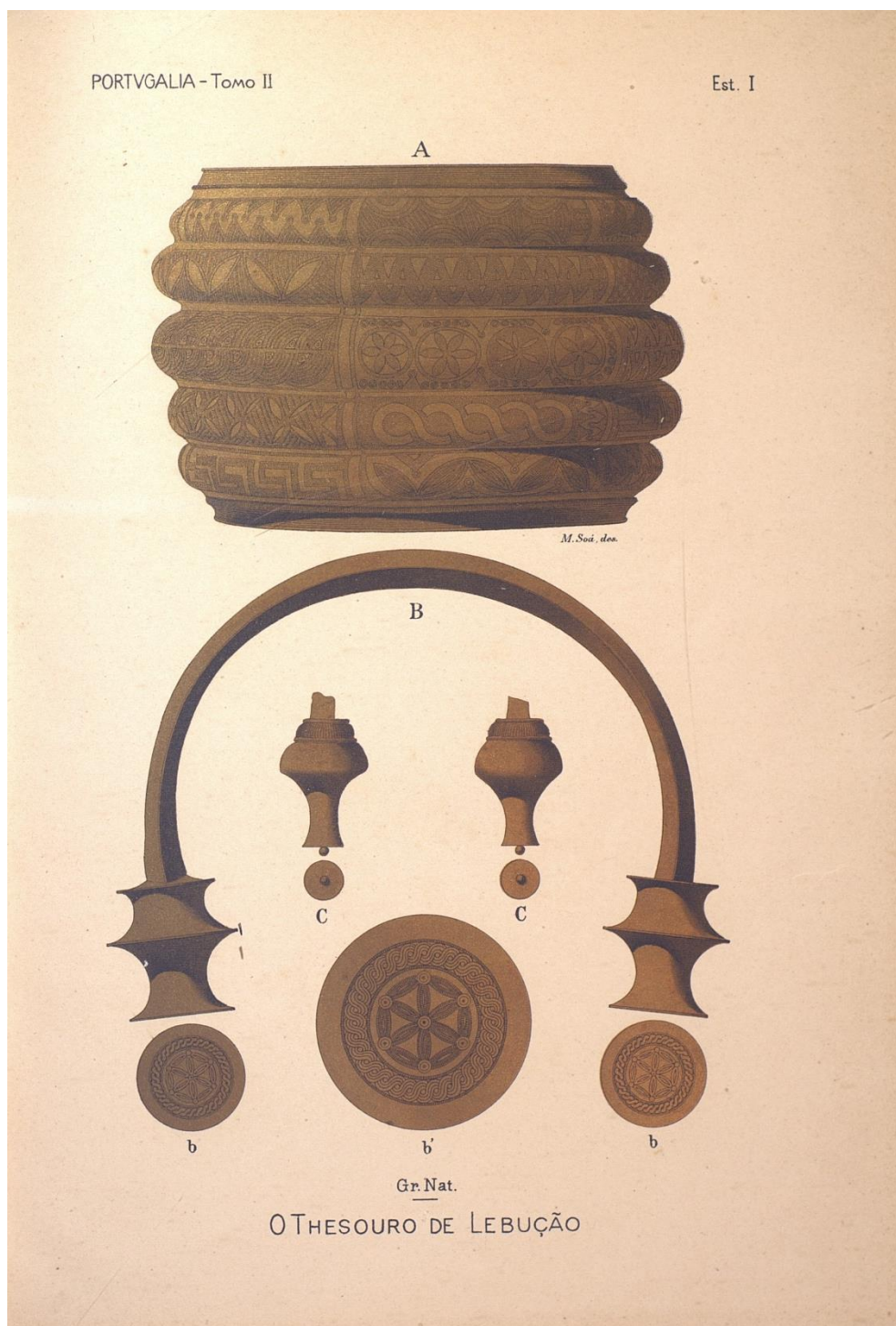


Ilustração 67 – Tesouro de Lebução

Estampa publicada na revista *Portugália: materiais para o estudo do povo português* (Tomo II, Fasc. I, 1905) com a reprodução dos objectos de ouro adquiridos por Ricardo Severo em 1900. Os objectos foram legados pelos seus herdeiros, em 1957, à Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, onde se encontram actualmente.

Os objectos do tesouro de Lebução reproduzidos na imagem anterior, que constituiu a estampa de abertura do segundo tomo da revista *Portugália*, foram em 1908 transportados para a cidade de S. Paulo, no Brasil, onde Severo passaria a residir. Regressariam ao Norte de Portugal em 1957⁶⁹⁶, quando foram doados à Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães, pelos descendentes de Ricardo Severo (Cardoso, 1957). Não se encontram actualmente expostos no museu desta sociedade por motivos de segurança. Os objectos provenientes de Lebução, como outros objectos valiosos das suas colecções, estarão guardados em cofre bancário até existirem condições para serem expostos e constituírem mais um dos motivos de atracção desta centenária instituição museológica⁶⁹⁷ de onde já foram furtados dois braceletes em ouro da mesma época, objectos adquiridos por Martins Sarmiento em 1881.

Foi durante a expedição científica à **Serra da Estrela**, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881, que Martins Sarmiento adquiriu os mencionados **braceletes em ouro** que, legados à Sociedade criada em sua homenagem em 1882 (Cardozo, 1961: 7), daí seriam furtados em Dezembro de 1898 (Cardoso, 1950: 410). As fontes não registaram a proveniência exacta dos braceletes furtados, mas pensamos que eles deveriam integrar o conjunto de sete objectos desta tipologia que Martins Sarmiento registou durante a mencionada expedição, duas braceletes encontradas em Pena-Lobo e cinco braceletes do mesmo metal encontradas em Folgozinho (Sarmiento, 1883).

Este furto não é caso único na história das colecções desta tipologia de objectos arqueológicos. Passados poucos anos, em 1910, desapareceria do Palácio das Necessidades o **torques proveniente de Penela**, um dos mais significativos objectos desta tipologia encontrados em território nacional. Com 1800 gramas de ouro maciço, foi encontrado em 1883 por uma menina de 7 anos que pastoreava o seu rebanho no lugar de Penela:

«A cachopa, posto se admirasse de ver aquelle objecto aparecido por modo tão singular, não supoz que pudesse ter grande estimação por ter sido encontrado no mato; e quis mostrá-lo à família; partindo para casa, meteu a argola no braço, porém não a pôde suportar por causa do peso, e fê-la depois rodar pelo chão até à sua habitação.» (Silva, 1883: 62)

O caracter lúdico atribuído à argola de ouro por esta criança foi posteriormente reavaliado pelos seus familiares junto do serralheiro local que atribuiu ao objecto o valor de 500

⁶⁹⁶ http://www.csarmiento.uminho.pt/neph1_3132.asp?offset=5

⁶⁹⁷ http://www.csarmiento.uminho.pt/neph1_311.asp

réis por considerar tratar-se de ferro forjado. Outro avaliador não identificado subiu a oferta para 4.500 réis e um ourives veio a oferecer 700.000 réis, valor por que foi vendida pela família da menina de Penela. O autor do artigo que divulga o contexto deste achado arqueológico, J. da Silva⁶⁹⁸, refere que estando em Viseu na altura desta descoberta, se prontificou a procurar o ourives que possuía o objecto, a fotografar o mesmo e a recolher as informações sobre as condições e o local em que foi encontrado. Divulgou a avaliação do objecto no valor de 1.500.000 réis e o facto de Portugal ter preservado esta «preciosidade arqueológica» (Silva, 1883: 62). Deveria referir-se à sua aquisição para o museu da *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, como mencionam outras fontes, nomeadamente Émile Cartailhac na revista *L'Anthropologie*, de 1896 (Cartailhac, 1896: 373). Possidónio da Silva, presidente dessa associação, terá contactado vários intelectuais europeus solicitando esclarecimentos sobre este tipo de objectos, entre eles o professor Ernest-Theodore Hamy (1842-1908), do *Muséum National d'Histoire Naturelle* de Paris, a quem dirigiu uma carta em 18 de Dezembro de 1883:

Lisbonne 18 Decembre 1883

Monsieur et très honoré confrere,

On vient de découvrir en Portugal dans l'endroit de Penella, province de l'Estremadura, un object très rare, que je désire vous informer. C'est un grand anneau massif d'or fin ayant de prix 6\$280 fr. pour le poid d'or. Je ne crois pas, que cet anneau ait pu servir de Torque, non seulement, il ne peu pas passer au cou à cause du petit espace de leur ouverture, et les bords de cette ouverture, ils auraient blessé la peau, et aussi son excessif poid, il aurait gené beaucoup pour le porter au col. Les traits gravés, ils se semblent un peu aux [chévrous?] e aux dents de loup comme on voit gravés sur les bracelets de bronze, mais leur gravure est faite avec plus de soin. Je suppose que ce rare object, il serait de la fin de l'age du bronze, ou l'industrie était déjà plus développée. Ce précieux bijou en or, si épais et si rare, peut-être il aurait servi de parure à une divinité. Mais votre savoir Monsieur, il saura designer leur usage et leur ancienneté. Je serais bien aise monsieur, de connaitre votre opinion sur cette découverte archéologique.

⁶⁹⁸ Pensamos que deverá ser Joaquim Possidónio da Silva porque a correspondência autógrafa deste autor é assinada dessa forma: «J. da Silva». Contudo outros artigos do mesmo Boletim surgem assinados como «Possidónio da Silva», o que gera algumas dúvidas relativamente à autoria dos primeiros.

Veillez agréer[?] monsieur et très honoré confrère, mes sentiments très distingués et mon dévotement.

Le Ch.er J. da Silva⁶⁹⁹

No âmbito dos vários pedidos de informação (como o transcrito) que dirigiu a vários intelectuais europeus, Possidónio da Silva publicou no *Boletim de Architectura e Archeologia* a carta que recebeu de Gustave de Cougny (1815-1895), director da *Société Française d'Archeologie*, sobre «A argola encontrada em Penella» (Silva, 1884: 70). No mesmo volume deste boletim publicou uma estampa que reproduz à escala a jóia arqueológica em causa (Ilustração 68). Noticiado junto de vários intelectuais europeus, o objecto viria a ser referenciado por Émile Cartailhac na obra *Les âges Préhistoriques d'Espagne et Portugal* (1886: 297) e adquirido por D. Fernando II para a casa real portuguesa (Vasconcelos, 1896a: 21) por dois contos de réis, ou sejam 2.000.000 réis (Simões, 1883: 16). Este precioso objecto, o mais pesado dos torques conhecidos até então, valorizado pelos arqueólogos europeus, pelos directores de museus e pelos membros da família real portuguesa, terá desaparecido em 1910 quando foi roubado do Palácio das Necessidades juntamente com outros objectos de valor (Cardoso, 1965: 160; Vilaça, 2006: 103).

⁶⁹⁹ Carta de Possidónio da Silva para E. Hamy, de 18 Dez. 1883, Manuscritos da Biblioteca do Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris), cota: Ms 2255, 1878-1883.



Ilustração 68 – Torques de Penela (Beira Litoral)

Estampa publicada no *Boletim d'Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Tomo IV, n.º 4 (1883) (Esta ilustração não corresponde ao tamanho real da estampa)

O percurso do torques de Penela é também exemplificativo dos vários significados, mudanças de contexto e de valor que os objectos de ouro desta tipologia assumem desde que são colectados até ao momento em que surgem nas vitrinas de um museu. O primeiro colector deste torques, uma pequena pastora de sete anos de idade, conferiu-lhe um caracter lúdico. O campo forneceu a esta criança uma argola com que brincou a caminho de casa, fazendo-a rolar pelo chão. Ao dar a conhecer o achado à sua família, o torques assumiu um significado económico, passou a constituir um recurso no valor de 500 réis ao ser avaliado por um serralheiro e, reavaliado por um ourives local, um recurso de 700.000 réis.

Manteve-se este seu significado económico enquanto o seu contexto se circunscrevia ao ourives que o adquiriu, porém ao ser dado a conhecer a J. da Silva este objecto de ouro vai assumir um significado científico e uma consequente sobrevalorização económica. O objecto é inserido nesse contexto científico ao ser fotografado, analisado, divulgado internacionalmente, registado e reproduzido através de gravuras, adquirido por uma associação para o seu museu da cidade de Lisboa por 1.500.000 réis. A importância deste objecto, que adquiriu o estatuto de objecto de museu, vai ser reforçada ao ser readquirido pela família real para o seu palácio e museu particular por 2.000.000 réis. Ao ser furtado do Palácio das Necessidades, o objecto reassumiria, na posse dos seus novos proprietários, o seu significado económico. Como é sugerido por Juan Cabré Aguiló, existe a possibilidade de ter voltado às vitrinas de um museu, assumindo novamente um significado científico (Cabré Aguiló, 1927: 263). Sem mencionar o seu destino, este autor sugere que o torques de Penela foi também vendido para um museu estrangeiro, tal como sucedeu com o torques de Sintra e com o torques de Évora, cujos percursos abordaremos nas páginas seguintes. No entanto, no que respeita ao torques de Penela, não encontramos quaisquer outras referências sobre o seu percurso.

O torques mais valioso de que há conhecimento ter surgido em Portugal teve um percurso bem distinto deste objecto de Penela. Constituído por 2130 gramas de ouro, o denominado **torques de Évora** só viria a ser conhecido pela ciência décadas depois da sua descoberta, quando começou a ser divulgado pelo museu francês que o adquiriu nos inícios do século XX. No que se refere ao seu contexto de achado ele é ainda mais ambíguo do que o dos restantes objectos que abordámos. E o mesmo acontece em relação ao seu percurso. A informação mais detalhada sobre estes contextos encontra-se no registo de inventário e *dossier* do objecto dos arquivos do *Musée d'Archeologie Nationale*, em Saint-Germain-en-Laye (França), onde se encontra depositado. Informação essa complementada com alguns elementos registados no primeiro artigo publicado sobre o objecto por Salomon Reinach (Reinach, 1925). Estas duas fontes registaram que o torques de ouro foi encontrado em 1883 numa propriedade perto de Évora, por um camponês que cavava no sopé de uma árvore e se deparou com três argolas em ouro. Os dois objectos mais pequenos terão sido fundidos mas o maior, com mais de dois quilogramas de ouro maciço, foi preservado pelos seus vários possuidores até integrar as colecções do mencionado museu francês de Saint Germain-en-Laye (Reinach, 1925) onde está registado com o número de inventário 67071⁷⁰⁰.

⁷⁰⁰ <http://www.photo.rmn.fr/C.aspx?VP3=SearchResult&VBID=2C05PC7V3YVCE&SMLS=1&RW=1366&RH=631>



Ilustração 69 – Torques de ouro decorado descoberto na região de Évora (Alto Alentejo) em 1883 ou 1909. Bonze Final (c. 800 a. C.), Musée d’Archeologie National (Saint Germain-en-Laye, França), MAN 67071; (Fonte Moteur Collections, MAN⁷⁰¹)

No livro de registo de entradas deste museu francês⁷⁰² menciona-se que depois de ter sido descoberto pelo camponês que trabalhava a terra esteve na posse de um senhor ou uma senhora de apelido Matos⁷⁰³, na zona de Évora. Uma informação que é posteriormente divulgada no *Antiquaries Journal*, em 1925, através do já citado artigo de Salomon Reinach (1925). Depois da sua descoberta pelo camponês, o segundo actor do percurso deste torques, Senhor ou Senhora Matos, terá deixado o objecto à sua filha, cujo nome não surge registado nestas fontes. Terá sido depois vendido ao pai de Ferreira da Silva e foi na posse deste último indivíduo, cujo nome completo seria Joaquim Arantes Ferreira da Silva (Reinach, 1925), residente em Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 176, que foi proposta a sua venda ao museu francês. Neste mesmo artigo Reinach refere que o vendedor do objecto deveria ser muito provavelmente o filho de Joaquim Possidónio Narciso da Silva (Reinach, 1925: 124), facto que não confirmámos nesta tese.

⁷⁰¹ http://www.culturecommunication.gouv.fr/collections_locales/Search?xsl=musee_archeo_nationale2&f.b=&f.ou=Saint-germain-en-laye&rv=&text2=%2B%28arch%C3%A9ologie%29&text=torque+evora

⁷⁰² Musée d’Archeologie Nationale, Registre d’inventaire n.º 8, 1921, p. 187. Agradecemos a Christine Lorre (*Conservateur du département d’archéologie comparée du Musée d’Archéologie Nationale* (MAN) no Castelo de Saint-Germain-en-Laye) a localização de documentação sobre este objecto que consultámos nos arquivos desta instituição francesa.

⁷⁰³ Leitura imperceptível no registo manuscrito do livro de registo de inventário deste museu.

Uma outra versão sobre o aparecimento e o percurso deste objecto surge em 1930, quando Mário Cardozo publicou uma relação das jóias pré-romanas que até então surgiram em território nacional (Cardozo, 1930). Sobre o torques de Évora, este autor menciona que terá sido encontrado em 1909 na Herdade da Lentisca, concelho de Portel, numa propriedade pertencente a Tiago Eleutério de Soure. Este proprietário terá legado o objecto de ouro a uma filha que casou com um cidadão brasileiro de nome Joaquim Arantes Ferreira da Silva que o vendeu ao museu francês (Cardoso, 1930: 26-27). Existe também uma pequena notícia num jornal local, referenciado por Mário Cardozo, o jornal *Notícias de Évora* do dia 15 de Outubro de 1909, que indica que um objecto com características análogas foi exibido na cidade de Évora nesse ano de 1909. Identificámos esse periódico nos acervos da Biblioteca Pública de Évora e transcrevemos essa mesma notícia citada por Mário Cardozo:

«Tem estado em exposição, na montra do senhor Leopoldino de Lemos, uma argola de ouro, encontrada numa herdade do sr. Thiago de Soure por um criado do mesmo senhor. A referida argola tem de peso 2^k140. Parece pertencer à época dos mouros» (s/a, 1909: 2)

A notícia chegou igualmente a Castelo Branco e ao Museu Etnológico Português. Em Novembro de 1909, o coleccionador Francisco Tavares Proença Júnior enviava para Lisboa, dirigida a José Leite de Vasconcelos, a informação de que se encontrava à venda em Évora uma argola de ouro com quase três quilogramas:

«Meu Ex.mo amigo

Constou-me agora mesmo que em Evora está em exposição em uma loja de ourives uma argola de ouro ([corsa?]) que pesa 3 Kilos! Tomo a liberdade de informar V. Ex.^a para os devidos efeitos. É natural que já esteja informado. Em todo o caso. . . . Se eu pudesse não lhe sucederia como à de Cintra. Mas não posso. Talvez V. Ex.^a possa fazer alguma coisa.»⁷⁰⁴

Estas breves notícias parecem confirmar a data e o local de aparecimento que são mencionados por Mário Cardozo: encontrado em 1909 na propriedade de Tiago de Soure e o peso do objecto é sensivelmente o mesmo do torques que foi registado em França pelo museu que detém o objecto, embora esse peso não coincida com a versão de Francisco Tavares Proença Júnior. Uma pesquisa no Arquivo Distrital de Évora identificou Tiago Eleutério de Soure, o proprietário da Herdade da Lentisca,

⁷⁰⁴ MNA, Epistolário de JLV – Cartas de Francisco Tavares Proença Júnior, 12 Nov. 1909, cota: 2776/19254.

como um proprietário solteiro, residente em Évora⁷⁰⁵, que perfilhou como filha ilegítima Mariana do Anjo (1898-1983)⁷⁰⁶, em 10 de Dezembro de 1910, data em que registou o seu testamento⁷⁰⁷. Seguindo vários registos da Conservatória do Registo Civil de Évora e Registo Civil de Lisboa⁷⁰⁸ conseguimos efectivamente confirmar o casamento de Mariana de Soure, nome que adoptou depois de perfilhada, com Joaquim Arantes Ferreira da Silva, natural do Pará, Brasil (1893?-1926)⁷⁰⁹, de quem ficou viúva em 1926.

As duas versões sobre o percurso do Torques de Évora, quer a registada nos arquivos *do Musée d'Archeologie Nationale*, quer a registada por Mário Cardozo (1930), coincidem na identificação do vendedor. No *dossier* do objecto existente nos arquivos do museu francês encontra-se inclusivamente uma declaração de depósito assinada por Ferreira da Silva e por Théodore Reinach (1860-1928):

Je reconnais avoir reçu en dépôt de M. da Silva un bracelet en or, préhistorique, pesant 2130 gr. et destiné à être présenté au Conseil des Musées. Si le Conseil accepte le prix de fr. 20000, consenti par M. da Silva et qui sera proposé par le conservateur compétent, l'objet sera remis aux Musées nationaux et le prix envoyé à M. da Silva. Si au contraire le Conseil repousse l'acquisition, je tiendrai l'objet à la disposition de M. da Silva ou de la personne qu'il me désignera.

Fait à Paris le 15 juin 1921

Théodore Reinach

Lu et approuvé

[...] Ferreira da Silva

Avenida da Liberdade N.º 176

Lisbonne⁷¹⁰

⁷⁰⁵ Natural de Vila Real de Trás-os-Montes, na época de registo do seu testamento residia no Largo Alexandre Herculano, antigo Largo de S. Tiago, em Évora (Arquivo Distrital de Évora, PT/ADEV/AL/ACEVR/004/0065/00010, Cx. 10, L.º 65, f. 40 v.).

⁷⁰⁶ Nascida a 16 de Outubro de 1898, foi baptizada a 24 de Outubro de 1898. Por designação testamentária passou a chamar-se Mariana do Anjo Albina de Soure (Arquivo Distrital de Évora, PT/ADEV/AL/ACEVR/004/0065/00010, Cx. 10, L.º 65, f. 40 v.). Faleceu no dia 23 de Agosto de 1983 (Assento de Óbito n.º 673 do ano de 1983 da 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa).

⁷⁰⁷ Arquivo Distrital de Évora, PT/ADEV/AL/ACEVR/004/0065/00010, Cx. 10, L.º 65, f. 40 v.

⁷⁰⁸ Agradecemos a Jaime Jorge Moreira Caraça, Ajudante Principal da Conservatória do Registo Civil de Évora, a localização dos registos que permitiram recuperar esta informação, nomeadamente o livro da Conservatória do Registo Civil de 1916, cuja cópia se encontra muito deteriorada e sem leitura no Arquivo Distrital de Évora mas legível nesta conservatória. A informação deste registo foi fundamental para reconstituir o percurso de Mariana de Soure.

⁷⁰⁹ Confirmámos esta informação através do Registo de Casamento n.º 187 do ano de 1934 da 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa. Nesta data, em 17 de Abril de 1934, registava-se que Mariana de Soure, viúva de Joaquim Arantes Ferreira da Silva, contraía novo matrimónio com Lopo de Noronha Cabral da Câmara. Através do Registo de Óbito n.º 347, do ano de 1926 da Conservatória do Registo Civil de Lisboa, confirmámos a naturalidade brasileira de Joaquim Arantes Ferreira da Silva, filho de Joaquim Augusto Ferreira da Silva, natural de S. Jerónimo, Braga, e de Amélia Arantes Ferreira da Silva, natural do Pará, Brasil.

⁷¹⁰ Declaração manuscrita, de 15 de Junho de 1921, que integra a documentação sobre a entrada do objecto no MAN; Arquivos do Musée d'Archeologie Nationale.

Este documento comprova que Ferreira da Silva entregou a Theodore Reinach, irmão do director do *Musée d'Archeologie National*, o bracelete de ouro pré-histórico com o objectivo de ser proposta a sua venda ao museu francês por 20 mil francos, uma aquisição que seria discutida e decidida no Conselho de Museus, órgão do Governo francês. Esta entrega terá sido efectuada pessoalmente dada a existência das assinaturas que firmavam o depósito no dia 15 de Junho de 1921. Tal como se regista no livro de inventário do *Musée d'Archeologie Nationale*, o torques de 2130 gramas terá sido entregue na residência de Theodore Reinach, na Place des Etats-Unis, em Paris, e posteriormente transportado para a residência do director do mesmo museu, Salomon Reinach, em Boulogne sur Seine. No mesmo registo de inventário é referido que durante o período em que esteve sob a guarda de Salomon Reinach terá recebido uma proposta de aquisição por parte de «Lazaro (de Madrid)» que se dispôs a adquirir o objecto pelo preço solicitado pelo vendedor. Esta referência indicia que poderá ter sido José Lázaro Galdiano (1862-1947), o famoso coleccionador que legou ao estado espanhol a sua residência e as suas vastas colecções (actualmente o Museo Lázaro Galdiano), a mostrar-se interessado pelo objecto proveniente de Évora, que iria juntar ao grupo de jóias que já possuía.

Regista-se também o facto de ter sido visto por «Figueiredo (de Lisbonne)» e deste «directeur des Musées Portugais» lamentar não poder adquirir o torques de ouro para os museus portugueses. Quer a referência a «Lazaro (de Madrid)» ou a referência a «Figueiredo (de Lisbonne)» constituem elementos muito vagos que apenas nos permitem levantar hipóteses, mas no segundo caso existe grande probabilidade de ter sido o director do Museu Nacional de Arte Antiga⁷¹¹, José de Figueiredo (1871-1937), a visitar Salomon Reinach em 1921. José de Figueiredo residiu em Paris de 1895 a 1900, período em que obteve uma formação artística, passou pela Escola do Louvre e pelo convívio com vários intelectuais, entre eles Salomon Reinach (Baião, 2011: 114). Regressado a Portugal, José de Figueiredo começou a dedicar-se às questões do património histórico e artístico, sendo nomeado, em 1911, director do Museu Nacional de Arte Antiga e vindo a constituir «figura determinante no âmbito da criação e/ou reorganização de outros museus» (Baião, 2011: 118). É assim bastante provável que José de Figueiredo tenha visitado Reinach em 1921, na época em que o torques de ouro estaria depositado na sua residência. Este não lhe seria contudo desconhecido.

⁷¹¹ Inaugurado em 1884 com a designação de *Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia*; Cf. Pimentel, 2011.

Reinach registou que foi por indisponibilidade orçamental dos museus portugueses que Joaquim Arantes Ferreira da Silva propôs a sua venda ao museu francês (Reinach, 1925: 124).

No *dossier* do torques de Évora existente nos arquivos do Musée d'Archeologie Nationale regista-se o sucesso da transacção, no valor de 20 mil francos, que decorreu em Junho de 1921:

27 juin 1921

Cher Ami,

Le “torques” d’or est à nous! Mais il a fallu donner l’assaut: le Sardanapale de Delacroix et la chasuble aux dragons lui faisaient tort. Au lieu de plaider beauté, j’ai insisté sur l’intérêt archéologique de ce roi des “torques”, parure celtique par excellence. La courtoisie de nos confrères s’est de bonne grâce ralliée à ces arguments.

Je suis heureux que le [surchargé “ce”] résultat nous donne toute satisfaction.

Sentiments bien affectueusement dévoués

[signature non identifiée]⁷¹²

O torques de Évora competia então com outras propostas de aquisição de bens pelo Estado francês, uma pintura de grandes dimensões de Eugène Delacroix, *La Mort de Sardanapale* (1827; 3,92m x 4,96m), hoje no Museu do Louvre, e uma outra obra que não pudemos identificar, apenas referenciada como «la chasuble aux dragons».

Adquirido em 1921, o denominado torques de Évora permaneceu praticamente desconhecido até 1925, mesmo da comunidade científica do país onde foi encontrado, Portugal, e do país para onde foi vendido, França, lugares onde com maior probabilidade poderia ser divulgado. O aparecimento de outros objectos análogos foi noticiado em jornais regionais ou publicações científicas, como o *Jornal de Santarém*, o *Commercio de Portugal*, o *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, a revista *Portugália* ou *O Archeologo Português*. Apesar da pequena nota no jornal *Notícias de Évora*, que alude a um objecto semelhante, este torques foi apresentado publicamente pela primeira vez em Inglaterra, na Sociedade dos Antiquários de Londres, em 27 de Novembro de 1924, por Salomon Reinach (1858-1932), o erudito francês nomeado conservador adjunto do *Musée*

⁷¹² Carta manuscrita, de 27 de Junho de 1921, que integra a documentação sobre a entrada do objecto no MAN, emissor e receptor não identificados; Arquivos do Musée d'Archeologie Nationale.

d'Archeologie Nationale em 1893 e um dos pilares da publicação periódica *Revue Archeologique*, de que foi director (Duchêne, 2009). Salomon Reinach não transportou o objecto de ouro até Inglaterra. Tal como o próprio declarou, um objecto como o torques de Évora não poderia ser transportado sem uma escolta, uma vez que jóias daquela dimensão tinham uma perigosa tendência para encontrar o caminho dos fundidores. Por esse motivo a comunicação intitulada «The Evora Gorget», publicada com o mesmo título no periódico *The Antiquaries Journal*, de Abril de 1925, foi acompanhada da exibição de uma réplica e de um desenho pormenorizado (Reinach, 1925).

Apesar de ocultado do conhecimento público durante décadas, podemos actualmente admirar o valioso torques de ouro de Évora numa das vitrinas da exposição permanente do Musée d'Archeologie Nationale, mais especificamente na vitrina dedicada a peças de ouro da Idade do Bronze, «Les Ors des Ages du Bronze», em Saint Germain-en-Laye, França.



Ilustração 70 – Vitrina temática do Musée d'Archeologie Nationale (Saint Germain-en-Laye, França) onde se encontra em exposição o torques proveniente da região de Évora.

O torques de ouro maciço que apareceu na região de Évora é o terceiro objecto de ouro, em baixo, a contar da esquerda (fotografia da autora, Junho de 2015).



Ilustração 71 – O torques de ouro maciço decorado encontrado na região de Évora em 1883 ou 1909. Foi encontrado por um trabalhador rural quando cavava junto ao sopé de uma árvore. O objecto esteve na posse de particulares desde o momento da descoberta até 1921, ano em que o Musée d’Archeologie Nationale (França) o adquiriu por 20.000 francos.

A ocultação da existência de objectos similares não é caso único na história das colecções arqueológicas portuguesas. Também o **colar e os dois pequenos discos de Cabeceiras de Basto** demoraram cerca de duas décadas a surgirem nas páginas de uma publicação científica. O coleccionador Serafim de Sousa Neves⁷¹³, antigo professor de uma Escola Industrial, só tornou públicos alguns objectos de ouro antigos que possuía vinte anos depois de os ter adquirido (Cardozo, 1929: 207). Foi em 1911 que este professor adquiriu «um crescente, ou lúnula» (colar em forma de meia lua) e dois pequenos discos em ouro a um ourives de Braga. As peças tinham sido obtidas por este comerciante, de nome Fonseca, na feira de Cabeceiras de Basto sem qualquer indicação do seu local de proveniência. Serafim de Sousa Neves, «um coleccionador experiente e apaixonado», conhecia o valor económico e científico dos objectos que guardava e por isso foi bastante cauteloso quanto à sua divulgação. Teria dado conhecimento dos objectos unicamente a José Fortes (....-....), a quem autorizou a sua divulgação científica mas que, devido à morte inesperada deste colaborador da revista *Portugália*, não ocorreu. O possuidor dos objectos

⁷¹³ Já referenciado no subcapítulo 5.3. *As Aquisições do Museu Etnológico Português*.

só voltaria novamente a divulgá-los junto de Mário Cardozo cerca de 20 anos depois. Foi este autor que divulgou junto da comunidade científica, numa revista da Galiza (Cardozo, 1929; 1930), o conjunto de objectos de ouro que fizeram igualmente o seu percurso até às colecções do Museu Nacional de Arqueologia. Foi sob a direcção de Manuel Heleno que as peças foram adquiridas a Arnaldina Neves, moradora na localidade de Rio Tinto⁷¹⁴.

Contrariamente aos casos do torques de Évora e aos objectos de ouro de Cabeceiras de Basto, que foram propositadamente ocultados do conhecimento público, outro **torques que surgiu em Sintra** foi profusamente divulgado em jornais, publicações científicas e sessões públicas. A sua divulgação não foi todavia suficiente para o manter numa instituição museológica portuguesa. Este objecto foi vendido, tal como o torques de Évora, a uma instituição estrangeira, neste caso o itinerário do objecto terminou no *British Museum*, em Inglaterra. E mais uma vez, tal como acontece em relação ao torques de Évora, as fontes apresentam versões divergentes relativamente ao contexto do seu aparecimento. A primeira notícia sobre o objecto terá surgido pela primeira vez no jornal *O Século*, de 19 de Junho de 1895. Foi também noticiado o seu aparecimento por Possidónio da Silva numa sessão *da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*⁷¹⁵ e no volume inaugural da revista *O Archeologo Português* onde se registou que o objecto surgiu «a certa profundidade do solo» numa propriedade denominada Casal de Santo Amaro, a dois quilómetros da vila de Sintra (Vasconcelos, 1895c: 160). O director do então denominado Museu Etnográfico Português foi uma das individualidades que se interessou pela descoberta procurando o possuidor do objecto, o Sr. Joaquim Paulo, e solicitando o seu estudo. O resultado foi publicado no segundo volume da publicação periódica que dirigia, o *Archeologo Português* (Vasconcelos, 1896a), e no mesmo ano o objecto de ouro de Sintra surgiu também divulgado nas páginas da publicação francesa *L'Anthropologie*, através de um artigo de Émile Cartailhac (Cartailhac, 1896). Foi na sequência da correspondência enviada pelo presidente da *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Possidónio da Silva, que Émile Cartailhac noticiou a singularidade do objecto que referia ter recentemente surgido em Portugal:

«Nous publions ici le dessin du torques de Cintra dont le poids est de 1,262 grammes. Cette figure nous dispensera de décrire ce très curieux bijou, qui est absolument unique en Europe. Nul autre n'a un tel système de fermeture,

⁷¹⁴ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110121>

⁷¹⁵ Foi na sessão de 7 de Junho de 1895, descrita no Vol. IX, n.º 12, p. 32.

ni ces appendices ornementaux en forme de cloches, ayant une pointe intérieure.» (Cartailhac, 1896: 373)

Cartailhac referia-se ao colar que podemos observar na ilustração seguinte (Ilustração 72), constituído por três barras de ouro circulares decoradas e agregadas entre si, ao seu sistema de fecho constituído por uma placa rectangular ligada por ganchos ao corpo do colar e às suas campânulas decorativas.



Ilustração 72 – Torques de ouro encontrado em Sintra (Estremadura)

Bronze Final (1250-800 a. C.), British Museum 1900, 0727.1 (Fonte: British Museum Collection On line).

Este objecto, com 1262 gramas, foi encontrado em Sintra em data não consensual, 1878 ou 1895. Deverá ter sido vendido pelo seu proprietário ao leiloeiro John Hall Junior & Co que o vendeu posteriormente ao British Museum, onde se encontra. Uma réplica do objecto pode ser vista em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia, na exposição *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*. Fotografia disponibilizada pelo site «Collection online» do British Museum⁷¹⁶.

Um crescente interesse em torno do objecto, registado como sendo o mais elaborado de todos os que surgiram em território nacional, levou o seu possuidor, Joaquim Paulo, de Sintra, a considerar vendê-lo por um valor «exorbitante: 4.000.000 réis!» (Vasconcelos, 1902a: 155). Deverá ter sustentado este valor durante alguns anos e, vendo recusada a sua compra pelo Museu Etnológico e outros possíveis compradores nacionais, decidiu baixar o valor e vender o objecto por 2.000.000 réis no ano de 1900⁷¹⁷. Uma transacção que só foi conhecida em Portugal

⁷¹⁶ http://www.britishmuseum.org/collectionimages/AN00568/AN00568144_001_l.jpg

⁷¹⁷ O ano de venda está registado na ficha de inventário do objecto disponibilizada *on-line* pelo British Museum.

dois anos depois, em 1902, e entendida como uma «catástrofe» pelo director do Museu Etnológico Português que não possuiu orçamento necessário para evitar a venda a uma instituição estrangeira:

«Pois dou aos leitores hoje a triste nova de que esta preciosidade, que convinha que ficasse em um museu português, foi por seu antigo dono vendida ha meses a um museu de Londres! [...] Não sei a qual, mas talvez o Britanico, que é aonde vão em geral parar todas as obras primas da arte, da arqueologia e da bibliografia, que escapam a outros museus ou bibliotecas. [...] Desta catástrofe, - que não posso empregar outro nome -, são vários os culpados. Não quero porém entrar nos pormenores.» (Vasconcelos, 1902a: 155)

Como diversos artigos têm evidenciado⁷¹⁸ os museus competiam pelos objectos e Leite de Vasconcelos registava a superior capacidade económica do museu Inglês para adquirir «obras-primas» de países como Portugal, onde o orçamento disponibilizado pelo Estado não foi suficiente para adquirir esta valiosa jóia arqueológica. Mais do que descontente com o vendedor do torques de Sintra, que não era «dado a estudos archeologicos, nem estava bem no caso de avaliar se da aquisição ou não aquisição da xorca adviria gloria ou desdouro para a história arqueológica nacional», o director do Museu Etnológico registou a insatisfação com a situação – «vários os culpados [...] deste desastre» (Vasconcelos, 1902a: 155). E os culpados seriam com muita possibilidade os responsáveis pela indisponibilização de verba para a aquisição do torques de Sintra que Leite de Vasconcelos convencionou designar como «Xorca»⁷¹⁹.

Na base de dados «Collection online»⁷²⁰ disponibilizada pelo British Museum regista-se que o objecto proveniente de Sintra foi efectivamente adquirido a um leiloeiro, no ano de 1900. Presume-se, consecutivamente, que antes de chegar a este museu britânico o torques de ouro terá sido adquirido pelo leiloeiro *John Hall Junior & Co* que o vendeu à instituição museológica londrina. É no registo do objecto disponibilizado nesta base de dados que encontramos esta informação sobre o processo de aquisição e uma versão diferente daquela que foi divulgada em Portugal sobre o contexto de aparecimento e o percurso do objecto. O curador do British

⁷¹⁸ Veja-se o recente artigo de Mariana Sombrio (2016) - «Gender, Museums and Science: Wanda Hanke's ethnological collections (1933-1958)». *HoST - History of Science and Technology* 10, pp. 33-69.

⁷¹⁹ José Leite de Vasconcelos convencionou utilizar a palavra «Xorca» para designar jóias arcaicas que poderiam ser utilizadas nos braços, nas pernas ou no pescoço (Vasconcelos, 1896a: 20).

⁷²⁰ http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/search.aspx

Museum responsável pelo registo inscreveu que este torques terá sido encontrado no dia 26 de Março de 1878 numa pedreira perto de Sintra que pertencia a Joaquim Paulo:

«Note from the object file: ‘three men working in a stone quarry in the Casal Amaro parish of Santa Maria, near Cintra, Portugal, declared having found on 26th March 1878 in the hollow of a stone in the said quarry a gold article of the shape of a bracelet, and the quarry being the property of Mr Joaquim Paulo, the latter said the three labourers were paid for their share of finding the said article a certain amount that was agreed upon between them’»⁷²¹

Este registo vem contradizer a informação publicada por José Leite de Vasconcelos em 1895 sobre o contexto do achado, num dos raros casos de objectos de ouro similares em que era conhecido algum contexto:

«[...] a julgar pelas informações que colhi, a xorca apareceu numa sepultura; pelo menos ao pé della encontraram-se ossos humanos, o [sic] que tudo estava dentro de um espaço formado por duas bancadas de calcareo, e coberto por lages toscas. A uns cem metros de distância appareceram mais ossadas. O último facto leva a crer que o local teria sido cemitério.»
(Vasconcelos, 1902a: 155)

Além de poder indicar que Leite de Vasconcelos registou uma versão fantasiosa sobre o contexto de aparecimento do torques⁷²², a versão registada na base de dados das colecções do British Museum vem colocar também a hipótese do objecto ter sido publicamente ocultado pelo seu proprietário durante quase duas décadas. Surgindo em 1878, como registou o curador do museu britânico, o objecto de ouro poderá ter constituído um pecúlio económico para o seu dono até que, por circunstâncias que desconhecemos, foi divulgado publicamente e sobrevalorizado o seu valor pecuniário devido à componente científica que viu surgir em torno do objecto de 1262 gramas de ouro que possuía. As características únicas deste colar encontrado em Sintra, salientadas por autores como Christopher Hawkes, que o considerou a peça mais nobre proveniente da Península Ibéria existente nas colecções British Museum (Hawkes, 1971),

⁷²¹

http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=1363132&partId=1&searchText=1900,0727.1&page=1

⁷²² O aparecimento destes «tesouros» prestam-se, como já foi mencionado, à criação de versões fantasiosas, por esse motivo consideramos que poderá ter sido transmitida a Leite de Vasconcelos uma dessas versões.

justificam o facto de o Museu Nacional de Arqueologia fazer actualmente representar este objecto na exposição *Tesouros da Arqueologia Portuguesa* através de uma réplica.

No percurso do torques de Sintra, como em todos os objectos de joalharia arcaica que temos vindo a abordar, é notória a escassez de informação sobre o seu contexto de aparecimento. Neste caso porém, como no caso do torques de Évora, dois dos objectos mais valiosos encontrados em Portugal, esse contexto, como vimos, ainda é mais dúbio. Quando em 1929/1930 Mário Cardoso se propôs realizar um levantamento das «Jóias Arcaicas encontradas em Portugal» registou exactamente este aspecto: «raríssimo o achado de valores cujas condições de jazida se conheçam claramente» (Cardozo, 1929: 207). Além de ocultarem o local do achado, verificamos pelos registos mencionados que, tendencialmente, os seus detentores ou achadores poderiam divulgar versões que não correspondiam à verdade de forma a assegurarem a descoberta de outros possíveis objectos valiosos nos mesmos locais. Muitos destes objectos terão desaparecido nas fundições dos ourives sem deixar qualquer rasto e outros terão permanecido em mãos de coleccionadores particulares sem serem divulgados publicamente por receio de divulgar a posse de tais valores. Numa linguagem datada, João Luís Cardozo justifica que alguns o faziam por receio do furto, outros devido à forma menos lícita com que adquiriram tais objectos, «da mão de indivíduos boçais, geralmente campónios ou operários, seus detentores, ignorantes do valor desses achados fortuitos» (Cardozo, 1965: 153). Apenas mais tardiamente alguns coleccionadores passaram a temer também que o Estado pudesse proceder ao arrolamento desses objectos como antiguidades de *Interesse Nacional*. Foi em 1932 que passou a ser prevista pela legislação a classificação e inventariação dos «objectos móveis (jóias, moedas, inscrições, etc.) que tenham importância arqueológica ou histórica»⁷²³ (Pinho, 2011).

Entre os torques e braceletes que terão desaparecido sem deixar qualquer registo, imediatamente transformados em recursos económicos, alguns porém, apesar de terem terminado na fundição dos ourives, ficaram registados por iniciativa dos seus proprietários ou dos próprios comerciantes que os adquiriam para fundir. Gabriel Pereira, autor dos folhetos *Estudos Eborenses: História, Arte, Arqueologia* (publicados entre 1884-1894), divulgou em 20 de Julho de 1886 num jornal regional desta cidade, *O Manuelinho* de Évora, a descoberta de um torques de ouro encontrado perto de Reguengos de Monsaraz. Foi num lugar designado mina do Castelo que Francisco Martins Serra, um «modesto agricultor» que trabalhava na sua vinha, encontrou uma

⁷²³ Art. 6º do Decreto N.º 20.985, de 7 de Março de 1932.

argola de ouro de 160 gramas que posteriormente daria a conhecer a Gabriel Pereira. Este investigador eborense interessado em arqueologia registou os detalhes do objecto – peso 160 gramas, dimensões 0,125m de diâmetro e 8 mm de espessura – no artigo intitulado «O ‘torqués’ de Reguengos». No mesmo artigo atribui-lhe uma cronologia pré-romana e compara o objecto com outros semelhantes que conhecia no estrangeiro e em Portugal⁷²⁴. Gabriel Pereira terminou a notícia publicada no jornal *O Manuelinho* de Évora com a referência à venda da argola de ouro ao ourives de Évora, o «Sr. Salles» (Pereira, 1886). Na ausência de colecionadores ou museus interessados na sua compra o seu destino deverá ter sido a fundição. Efectivamente deixaram de existir referências sobre a sua existência nas publicações que posteriormente se dedicaram ao registo e estudo desta tipologia de materiais arqueológicos. Nomeadamente Mário Cardozo, que em 1930 registou os torques de ouro e prata de que havia conhecimento terem surgido em Portugal. Nesta listagem o torque de ouro de Reguengos surge como «Desaparecido» (Cardozo, 1930: 34).

O conhecimento do aparecimento de outros dois braceletes na região de Évora deve-se à iniciativa do ourives que as adquiriu. Foi junto do director da Biblioteca Pública de Évora, Cunha Rivara (1809-1879), que foram divulgados esses objectos pelo ourives que comprou as jóias. Cunha Rivara teve oportunidade de desenhar os objectos e de registar o seu peso num manuscrito que ficou guardado na Biblioteca Pública de Évora e que em 1894 foi divulgado no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* (s/a 1894). É nesta publicação que se encontra registada a iniciativa deste ourives de divulgar as «duas bonitas lâminas de ouro finíssimo» que ficaram desenhadas e descritas numa instituição pública que ainda hoje preserva o que Martin Rudwick designa como *proxy*, a informação ou o desenho que documenta o objecto desaparecido (Rudwick, 2000).

⁷²⁴ Referencia o torque de Sainte-Foye, que conhecia através do artigo de Emile Cartailhac na revista *Materiaux pour l'histoire de l'homme* (Vol. 14, p. 485) e os torques de Wedmore e Burwell (Inglaterra), divulgados por John Evans na publicação *L'Age du Bronze* (p. 405 e seguintes). No que respeita a Portugal, Gabriel Pereira menciona conhecer a existência dos dois torques de Viseu, que estariam na colecção arqueológica do Palácio da Ajuda, o torque (encontrado em Condeixa-a-Velha) e as duas pulseiras da colecção de D. Fernando II. Faz também referência à existência dos braceletes achados em Folgosinho (Serra da Estrela) e a um anel de ouro que pertenceria ao Dr. Abel Martins Ferreira.

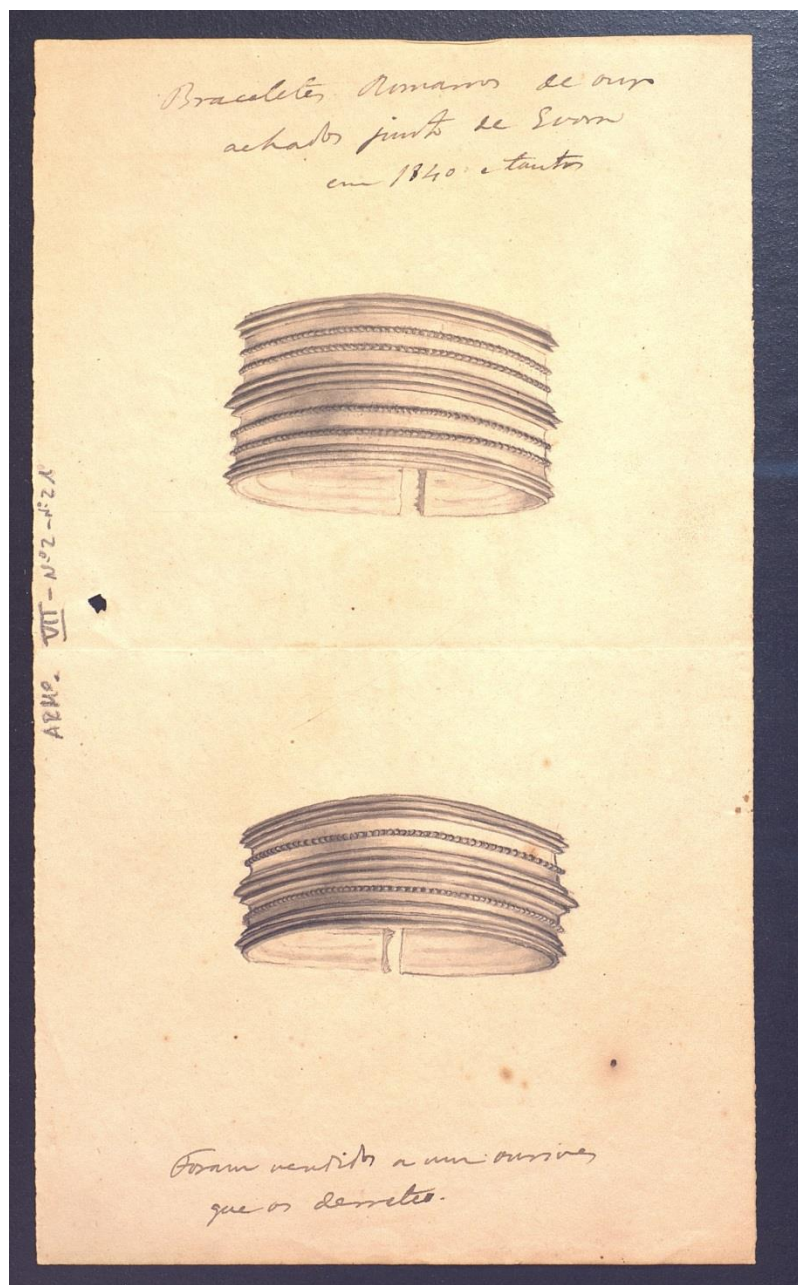
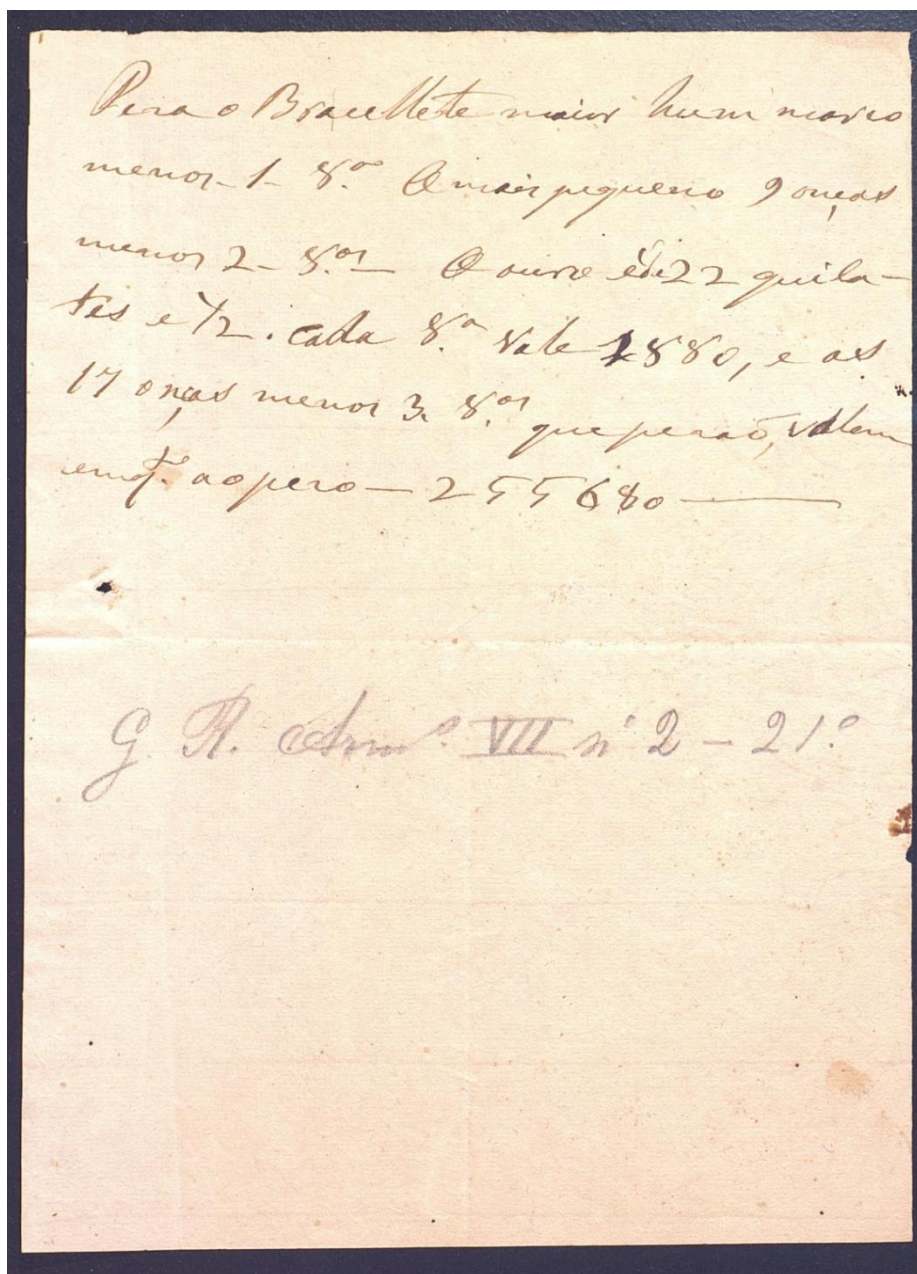


Ilustração 73 – Braceletes de ouro que surgiram na região de Évora na década de 1840.

Desenho realizado por Cunha Rivara. Na parte superior deste documento pode ler-se a legenda «Braceletes romanos de ouro achados junto de Évora em 1840 e tantos»; na parte inferior registou-se o seu desaparecimento na fundição do ourives: «Foram vendidos a um ourives que os derreteu». Na margem esquerda está registada a lápiz a cota do mesmo documento na Biblioteca Pública de Évora: «Armário VII –n.º 2- n.º 21».



Para o Bracellete maior hum marco
menor 1 8.^o O mais pequeno 9 onças
menor 2 8.^o O ouro é de 22 quila-
tes e 1/2. Cada 8.^a vale 1880, e as
17 onças menor 3 8.^o que pesão, valem
enf. ao peso — 255680 —

G. R. Arm.^o VII n.^o 2 — 21.^o

Ilustração 74 – Anotação de Cunha Rivara sobre os braceletes de ouro encontrados na região de Évora.

Esta anotação, que acompanha o desenho anterior, não datada, regista o peso e o valor dos objectos: «Para o Bracellete maior um marco menos 1-8.^a [uma oitava]. O mais pequeno 9 onças menos 2-8.as [nove onças menos duas oitavas]. O ouro é de 22 quilates e 1/2. Cada 8.^a vale 1880; e as 17 onças menos 3 8.as [oitavas] que pesão valem, em quanto ao peso — 255680 [255.680 réis]». Na parte inferior, escrito a lápis, regista-se a localização do documento «G. R. Arm.^o VII n.^o 2 — 21.^o»; as siglas «G. R.» correspondem à localização no Gabinete Rivara.

Foi através da indicação registada em 1894 no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* — a cota «Armário VII, n.^o 2, n.^o 21» — que foi possível localizar os

desenhos e o apontamento sobre as características destes objectos de ouro realizados pelo então director da Biblioteca de Évora⁷²⁵.

Em Tavira, no Algarve, tinha também sido encontrado por um «serrano» em 1881, na Serra da Conceição, um torques de ouro maciço esbranquiçado que foi vendido ao ourives de Tavira, Luiz da Paz Simplício. Tal como acontecera com os braceletes registados em Évora na década de 1840, foi o próprio ourives, neste caso Luiz da Paz Simplício, que divulgou o objecto da Serra da Conceição junto de um erudito local, neste caso Estácio da Veiga. O facto de ter sido divulgado pelo ourives permitiu a sua preservação, a sua aquisição por um familiar de Estácio da Veiga pelo valor 21.600 réis e a posterior publicação na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*, onde foi descrito o contexto da descoberta e publicada uma estampa (Veiga, 1891: 152). Registou-se igualmente que o seu primeiro possuidor, que trabalhava a terra quando fez a descoberta, ocultou igualmente o local do achado. Mais uma vez estava em causa a intenção de preservar para si próprio outros objectos do género que pudessem surgir (Veiga, 1891: 192). Este torques terá sido posteriormente vendido pela família de Estácio da Veiga a um ourives da Rua da Palma, em Lisboa (Vasconcelos, 1896a: 21; 1903: 157).

Estes três últimos objectos mencionados, os torques registados por Gabriel Pereira, Cunha Rivara e por Estácio da Veiga, têm sido considerados no âmbito do processo de construção do conhecimento científico devido à iniciativa dos seus proprietários e de ourives que disponibilizaram o acesso à informação transmitida por esses mesmos objectos. Os registos que foram efectuados funcionam como *proxies* de realidades materiais que deixaram de existir. Tal como George Cuvier alargou as suas fontes de informação através dos seus *museus de papel* – os registos gráficos de ossos fósseis que não se encontravam no Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris (Rudwick, 2000) – também os registos destes torques em ouro constituem recursos científicos utilizados na construção de uma visão histórica sobre a aparição desta tipologia de objectos na Idade do Bronze, as suas funções, a sua evolução e a sua distribuição no espaço geográfico europeu.

Também nesta perspectiva é mais uma vez evidente a participação dos comerciantes de metais preciosos na história das colecções arqueológicas. Os ourives, como atrás já destacámos, organizaram uma rede de circulação destes materiais até ao museu nacional, o seu principal comprador, e possuíram igualmente uma sensibilidade patrimonial que levou alguns a divulgar

⁷²⁵ Agradecemos à Biblioteca Pública de Évora e aos seus funcionários, Ana Miranda e Vicente Fino, do Serviço de Reservados, a localização e digitalização destes documentos.

objectos antigos antes de procederem à sua fundição. Estes objectos, como os restantes que mencionámos, constituem exemplos que nos permitem caracterizar os percursos diversos que assumem objectos arqueológicos com um elevado valor económico e como esta sua mais-valia económica integra na história das colecções arqueológicas novos protagonistas, actores ligados ao comércio e também os actores institucionais.

Pretendendo esta tese conferir visibilidade a actores envolvidos na formação das colecções arqueológicas que hoje constituem a base do conhecimento construído sobre o passado associado à nação, não podemos deixar de considerar actores institucionais como o Museu Nacional de Arqueologia. As colecções que hoje constituem este museu resultam de uma conjugação de determinações. Num primeiro plano encontram-se vontades políticas que disponibilizam um orçamento para documentar o passado através da constituição de colecções de objectos. Para a formação dessas colecções foi necessário disponibilizar instalações, saberes e recursos técnicos e científicos, financiar deslocações para angariação de objectos e a realização de pesquisas e escavações, remunerar o transporte de objectos oferecidos ao museu vindos de diversos locais do país, financiar também a obtenção de materiais através de aquisição a antiquários, colecionadores, colectores e, como vimos neste capítulo, a instituições bancárias, a tribunais e a feirantes.

Os vários objectos de ouro que mencionámos constituem efectivamente exemplos da preponderância exercida pelo Museu Nacional de Arqueologia enquanto comprador desta tipologia de objectos arqueológicos. Para ilustrar esta preponderância poderemos tomar como exemplo o elenco de torques de ouro divulgados no trabalho de Mário Cardozo, «Jóias Arcaicas encontradas em Portugal» (1930).

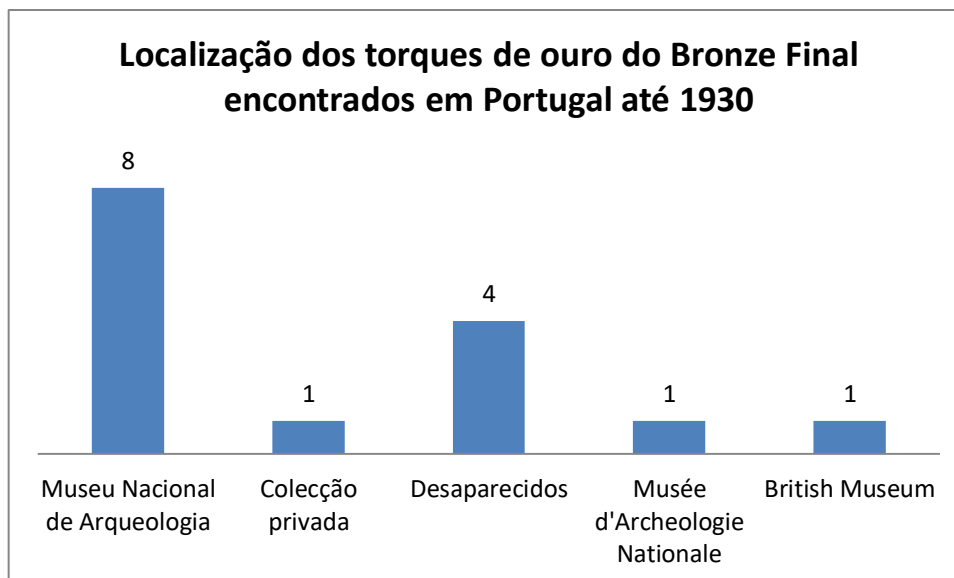


Gráfico 5 – Localização dos torques de ouro do Bronze Final encontrados em Portugal até 1930

Neste gráfico, elaborado por nós com base nos elementos fornecidos por Mário Cardozo na publicação «Jóias Arcaicas encontradas em Portugal» (1930), verifica-se a preponderância do MNA enquanto principal comprador dos torques de ouro antigos que surgiram em Portugal até 1930. Da totalidade dos objectos desta tipologia de que se detém informação, 53% integram as colecções do MNA⁷²⁶.

Como podemos verificar através do gráfico anterior (Gráfico 5), o Museu Etnológico Português adquiriu mais de metade dos objectos desta tipologia de que se tem registo terem surgido em Portugal até 1930⁷²⁷. O gráfico que apresentamos evidencia o facto de se dispersarem os objectos mais valiosos como o torques de Évora, que hoje integra uma das vitrinas do Musée d'Archeologie Nationale (França), o torques de Sintra, adquirido pelo British Museum (Inglaterra), ou o torques de Penela, que foi roubado do Palácio das Necessidades. Também deixaram de existir referências sobre os dois torques lisos que terão surgido em Mangualde, no sítio do Modorno, antes de 1894 – permaneceu apenas a informação de que foram vendidos em Viseu a José do Amaral Tóro, um «curioso de cousas antigas» (Vasconcelos, 1917b: 133). O torques de Lebução integrava na época uma colecção privada, de Ricardo Severo, e os restantes oito torques⁷²⁸ foram adquiridos pelo museu de Lisboa, actual Museu Nacional de Arqueologia.

Se grande parte dos objectos das colecções do MNA que referenciámos nos capítulos anteriores foi oferecida por proprietários, coleccionadores e informadores locais, no que se refere

⁷²⁶ Dos objectos referenciados por Mário Cardozo em 1930 apenas o torques que pertencia a Ricardo Severo mudou de localização. Este objecto, como já tivemos oportunidade de registar, foi oferecido em 1957, pelos descendentes deste coleccionador à Sociedade Martins Sarmento. Encontra-se desde esta data em Guimarães, sede da instituição a que foi oferecido.

⁷²⁷ Dos objectos considerados, um deles é apenas um fragmento de torques que pertencia ao denominado «tesouro de Lebução», cujo percurso já mencionámos.

⁷²⁸ Torques de Almoester (lugar da BoaVista), Fragmento do torques de Lebução, Torques de Serrazes, Torques de Torres Vedras, Torques de Vale da Malhada, Torques de Vila do Conde, Torques de Viseu, um torques de proveniência desconhecida (Cardozo, 1930: 33-34).

aos objectos constituídos por metais preciosos, as ofertas foram uma excepção. Foi a dotação orçamental da instituição que permitiu preservar dezenas de objectos que poderiam ter desaparecido ou ser vendidos a colecionadores ou instituições científicas estrangeiras. Apesar dos registos individuais dos materiais arqueológicos privilegiarem o papel dos directores das instituições no processo de aquisição – «Compra – Dr. Leite de Vasconcelos» ou «Compra – Dr. Manuel Heleno» – a obtenção dos objectos de ouro que mencionámos neste capítulo e os restantes que hoje integram a «sala do tesouro» deve-se também à disponibilidade orçamental da instituição e este facto acentua a necessidade de considerar o próprio Museu Nacional de Arqueologia como um actor no processo de constituição de colecções. Embora possua funcionários determinantes para o seu funcionamento e desenvolvimento, enquanto entidade estatal ele recebe uma dotação orçamental que lhe permite exercer o papel de actor social. Tal como é defendido por C. Wingfield, entendemos que deve ser valorizado o papel das instituições envolvidas no processo de formação de colecções (Wingfield, 2011: 125). Instituições que representam a implementação de políticas de financiamento da ciência. Neste caso essas políticas viabilizaram a existência de um museu nacional e o enriquecimento das suas colecções, disponibilizando um orçamento que permitiu o seu crescimento e desenvolvimento, não só durante a Monarquia e I República mas, a julgar pelo «aumento de financiamento da ordem de 617,4% para o período de 1930-1964» (Machado, 1964: 86), também durante o Estado Novo⁷²⁹.

O dinheiro é fundamental para criar museus e formar colecções, sobretudo colecções de objectos de ouro como os que referenciámos. O grande valor económico dos torques e braceletes utilizados pelas populações que viveram na Península Ibérica entre o segundo e primeiro milénio antes de Cristo condicionou a preservação desses materiais que ao longo dos séculos terão sido transformados, através da fundição, em recursos financeiros para os seus proprietários. Maioritariamente a partir de finais do século XIX alguns destes objectos vão encontrar no seu percurso as vitrinas dos museus, integrando a memória das nações que disponibilizaram os recursos financeiros necessários para os acolher no processo de produção do conhecimento alicerçado em colecções. Na actualidade, os objectos de ouro que referenciámos neste capítulo, preservados pelo Museu Nacional de Arqueologia (Portugal), pela Sociedade Martins Sarmiento (Portugal), pelo Musée d'Archeologie Nationale (França) e pelo British Museum (Inglaterra),

⁷²⁹ O que contraria a visão tradicional da historiografia que nos habituou a encarar o Estado Novo como um período de desinvestimento na arqueologia (Lemos, 1987; Jorge & Jorge, 1995), uma questão que alguns estudos de caso têm recentemente questionado (Lopes, 2017).

participam na criação de uma identidade europeia. O Conselho da Europa implementou na década de 1990 um Plano Europeu de Arqueologia designado «A Idade do Bronze: a primeira idade de ouro da Europa». Esta iniciativa teve o objectivo de evidenciar o nascimento de uma identidade cultural europeia durante a Idade do Bronze e nesse âmbito foram realizados colóquios e exposições em vários países da europa, incluindo Portugal. Nestas iniciativas tiveram lugar de destaque os excepcionais objectos de ouro que abordámos neste capítulo. Objectos que subsistem devido ao dinheiro disponibilizado para a sua preservação e que assumiram diferentes significados de acordo com os contextos em que se inseriram. Se outrora alicerçavam um sentimento de pertença a uma pátria, a grande família dos portugueses, na actualidade são utilizados para criar o sentimento de pertença à Europa.

6. CONCLUSÕES

Esta tese evidenciou a existência de numerosas colecções privadas espalhadas pelo território português e a importância de uma multiplicidade de actores na formação e desenvolvimento de colecções arqueológicas e do conhecimento sobre o passado. Estes actores integram a identidade das actuais instituições museológicas dedicadas à arqueologia e contribuíram, juntamente com os protagonistas que a generalidade da historiografia tem destacado, para a institucionalização da arqueologia em Portugal. Para valorizar este conjunto de personalidades é necessário considerar a constituição do conhecimento e a formação de colecções como processos.

Foi o desenvolvimento de um conjunto sequencial de acções interligadas e com objectivos comuns que permitiu produzir conhecimento a partir de objectos e de colecções que surgiam dispersos nas várias regiões portuguesas. Estes processos incluíam a implementação de políticas científicas, os projectos de criação de colecções e instituições museológicas dedicadas à arqueologia, a contratação de actores com a função de organizar colecções, preservar o património e produzir conhecimento, o estabelecimento de redes de comunicação e de cooperação científica que englobavam as práticas informais e o conhecimento individual de cada um dos actores envolvidos bem como as suas competências para transformar objectos comuns ou incomuns em objectos científicos. Referimo-nos aos indivíduos que ao serviço do Estado deveriam organizar colecções, aos actores com uma posição socioeconómica privilegiada – médicos, proprietários, engenheiros, militares, juízes, padres, secretários municipais, administradores de concelhos, advogados, entre outros – para quem possuir antiguidades e interessar-se pelas manifestações culturais do passado constituíam práticas meritórias que conferiam distinção social, prestígio pessoal e reconhecimento colectivo, mas também a um conjunto de outros actores com uma posição socioeconómica menos favorecida que se associaram a estas práticas arqueológicas e colecionistas com o objectivo de beneficiar economicamente das mesmas – trabalhadores rurais, pequenos proprietários locais e comerciantes.

Devemos efectivamente muitos dos objectos arqueológicos actualmente preservados nos museus portugueses a acções e a conhecimentos de protagonistas locais, actores maioritariamente invisíveis na historiografia contemporânea sobre os museus, a sua história e as

suas colecções. Eles desempenharam, contudo, um papel crucial na identificação e obtenção de objectos que hoje integram os museus com colecções de arqueologia. Estes protagonistas locais detinham, em alguns casos, aliado a um considerável capital cultural, um profundo conhecimento do território com actividades ligadas à lavoura e ao campo. Vários proprietários coleccionaram, conservaram, divulgaram e doaram objectos antigos que surgiam nas suas propriedades. Noutros casos, os actores locais que desenvolveram colecções arqueológicas particulares ou cooperaram com o desenvolvimento de colecções públicas exerciam actividades que comportavam o contacto frequente com as populações locais, como os médicos e os padres. A sua posição socioeconómica e cultural implicava a consideração e a confiança de trabalhadores rurais e outros proprietários que, perante um conjunto de questões e informações, conseguiam localizar nos campos os objectos e as construções antigas que importavam a coleccionadores e aos actores interessados em antiguidades. Os trabalhadores rurais e alguns proprietários cooperaram de forma crescente com os coleccionadores ao verem valorizados os seus conhecimentos e por vezes recompensados os seus achados ou informações. Recompensas relacionadas com aquisição de notoriedade pública ou de benefícios económicos.

Atendendo às fontes manuscritas ou impressas e recorrendo aos objectos como fontes históricas igualmente prósperas em particularidades podemos documentar a multiplicidade de actores envolvidos nos processos de criação, movimentação, dispersão, comercialização ou desaparecimento de colecções. Ao considerarmos as práticas arqueológicas destes actores locais e analisarmos o percurso dos objectos que coleccionaram confirmamos que as colecções não são entidades estáticas. As suas trajectórias, como ficou demonstrado nesta tese, nomeadamente através do percurso da colecção privada de Joaquim José Júdice dos Santos (subcapítulo 2.6), por exemplo, não são lineares e o processo de integração nas instituições museológicas é complexo. Esta complexidade traduz os interesses estratégicos – políticos, sociais, culturais ou económicos – dos vários actores que se cruzam com o seu percurso e que estabelecem diferentes tipos de relações entre si e com os próprios objectos.

Porque os significados dos objectos diferem consoante os mundos sociais em que se integram, a sua incorporação nos museus e colecções exigiu cooperação e a criação de uma linguagem eficaz que permitiu a comunicação. Pessoas de diferentes condições sociais, culturais e económicas interagiram para executar políticas científicas, organizar museus e colecções, obter objectos únicos, receber documentação sobre objectos e estruturas descobertas, evidenciar civilidade, obter prestígio social ou beneficiar economicamente da cientificidade de objectos.

A história da nação portuguesa foi-se desenhando com base na conjugação da informação veiculada pelas fontes escritas, pelos objectos coleccionados nas várias regiões portuguesas e sítios arqueológicos descobertos nas mesmas, pelo conhecimento técnico, manuscrito ou impresso, que circulava entre os vários interessados que integravam redes locais, regionais, nacionais ou internacionais. Os desenhos e as fotografias, e mesmo os mapas de sítios arqueológicos, podiam circular entre os membros de uma rede, enviados para museus ou outros coleccionadores que reconheciam o seu ineditismo ou traçavam os paralelismos com os objectos que possuíam, conheciam através de instituições museológicas ou dos *museus de papel*.

O conhecimento circulava de forma multidireccional, como bem evidenciou o exemplo da lápide sepulcral medieval que registamos no subcapítulo 4.7 «*Quem me meteo este vício no corpo foi Estácio da Veiga*»: a colaboração de *Secretários Municipais do Sul de Portugal*. Quando foi divulgada essa lápide dedicada ao presbítero Simplício pela primeira vez em Portugal, no ano de 1887, na *Revista de Archeologia e História*, já era conhecida em Berlim, por Emílio Hübner, o epigrafista que suscitou a divulgação da notícia do seu aparecimento em Portugal na mencionada publicação portuguesa. Este investigador constituía uma importante rede de informadores em toda a Península Ibérica e o seu trabalho na Academia de Ciências de Berlim, a constituição de uma colecção de informações sobre os monumentos epigráficos desta região europeia, deve bastante a esta rede. Outro exemplo que poderemos recordar remete-nos para a rede estabelecida por José Leite de Vasconcelos que em Lisboa recebia informações sobre o aparecimento de objectos e construções antigas, documentação sobre esses objectos e locais – fotografias, desenhos, decalques e mapas – e colecções de materiais arqueológicos enviados de vários pontos do território nacional. Mas o próprio museu partilhava igualmente informações com outros coleccionadores nacionais e estrangeiros sobre os objectos que recebia de vários pontos do país e documentação produzida pela instituição museológica sobre esses mesmos objectos – fotografias, desenhos, decalques, moldes e publicações.

O conhecimento e as práticas arqueológicas eram divulgados pelos jornais locais ou nacionais e através da correspondência trocada pelos membros das redes sociais e intelectuais que partilhavam o mesmo interesse. Os coleccionadores permitiam aos elementos das suas redes e a outros interessados, portugueses e estrangeiros, conhecer e divulgar os objectos das suas colecções privadas. Esses objectos eram fotografados, desenhados, decalcados ou replicados em moldes de gesso, *proxies* que circulavam entre coleccionadores, congressos científicos

internacionais e integravam o conjunto de informação das secções comparativas dos principais museus ocidentais.

As colecções particulares que identificamos neste trabalho reflectiam a ausência de obrigações disciplinares e os conhecimentos de pessoas com várias formações profissionais que utilizaram os recursos das suas áreas de formação para registar e preservar objectos que de outra forma se teriam perdido ou destruído. As suas colecções eram realidades espontâneas, onde se podiam cruzar objectos de várias áreas disciplinares. Recordemos o exemplo da colecção do Padre José Rafael Rodrigues que expunha na sua residência, entre o seu mobiliário, exemplares da fauna local empalhados, uma mandíbula de baleia, fósseis, amostras de rochas, minerais, metais preciosos e os vários objectos arqueológicos que recolhia na Serra do Alvão.

Fruto do contexto histórico em que viveram, liberalismo e republicanismo – com o associado sentimento nacionalista e a crescente valorização do património histórico – as suas práticas foram influenciadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação – os transportes (sobretudo o comboio), os correios, os congressos e a imprensa periódica. Se nos periódicos locais e nacionais surgia um crescente número de notícias que apelavam à conservação dos objectos e estruturas construtivas que progressivamente integravam o passado das nações e a história da humanidade, o crescente periodismo científico nas áreas da arqueologia circulava por todo o mundo ocidental, modernizando e actualizando os conhecimentos de um conjunto de actores espalhados pelas várias regiões portuguesas, de Norte a Sul de Portugal, mesmo nos mais remotos locais. Os transportes constituíam igualmente *ferramentas de conhecimento* que interligavam as elites europeias em grandes eventos internacionais como as exposições e os congressos, onde parte destes actores também participaram.

O conhecimento científico veiculado por essas exposições, congressos e publicações, conjugado com o conhecimento local do território – o calcorrear dos campos – permitiu a localização e preservação de importantes sítios arqueológicos e a salvaguarda de colecções e de relevantes objectos da arqueologia portuguesa. O processo de conhecimento inicia-se frequentemente no campo, onde os objectos são identificados, nem sempre pelos directores dos museus. São frequentemente, como vimos, os trabalhos rurais ou os momentos de ócio de actores locais que contribuíram para o crescimento das colecções e para a preservação do património.

A elite europeia passou a integrar as redes constituídas, por exemplo, pelos visitantes de uma exposição internacional, pelos leitores de uma publicação científica ou de um jornal local e

esses mesmos actores tomavam a iniciativa de formar as suas próprias redes de contactos por forma a alimentarem os seus interesses e atingirem os seus objectivos. Nesta tese identificámos proprietários que vendo nos jornais locais a valorização de estruturas arquitectónicas primitivas, que eles tão bem conheciam nas suas propriedades ou nos campos vizinhos, tomaram a iniciativa de também divulgar o conhecimento que possuíam sobre elas. Com esse objectivo enviaram para os mesmos jornais elencos informativos sobre a localização de monumentos megalíticos até então desconhecidos. Uma informação que posteriormente foi utilizada por outros actores que partilhavam o objectivo de conhecer esses vestígios da história da sua região. Esta tese mostrou igualmente como outros actores locais interessados no estudo do passado formaram colecções arqueológicas que por sua vez desenvolveram o interesse de vários actores da sua rede social. Esta nova sensibilidade proporcionava crescentes descobertas nos campos, a preservação de novos objectos e a instrumentalização desses conhecimentos por outros actores que os projectavam em cenários intelectuais mais vastos, inserindo-os por exemplo na história de Portugal, na história da Península Ibérica, na história da Europa ou da Humanidade. As publicações da época reflectem a conjugação de informação decorrente de numerosas colecções públicas e privadas que existiam em todo o mundo ocidental.

Também a reconstituição do percurso dos objectos mencionados nesta tese evidencia a importância do coleccionismo e a extensão e heterogeneidade da rede de actores e sítios que contribuem para a formação de colecções e construção do conhecimento. As bases de dados dos museus possuem um imenso potencial enquanto fontes de informação sobre as relações por detrás da formação das suas colecções. Actualmente, essas bases de dados constituem, essencialmente, ferramentas para os profissionais de museus que organizam as colecções, localizam e documentam os objectos, e facultam o seu acesso a investigadores. Paralelamente aos vários campos que as fichas individuais dos objectos arqueológicos privilegiam – no caso dos inventários dos museus portugueses disponíveis através do MatrizNet: o número de inventário, denominação, as categorias, a cronologia, local e técnicas de produção, material de que são constituídos, descrição física e técnica, forma de incorporação na colecção, proveniência e historial dos objectos – encontram-se pistas sobre a cooperação de doadores, coleccionadores, informadores, proprietários e comerciantes de objectos, uma informação que é sobretudo registada no campo que descreve o seu historial. Contudo, o potencial das bases de dados dos museus para reconstituir essas redes poderia ser aumentado se fosse criado um nível diferente de registos relacionais que considerassem momentos de incorporação, relacionando objectos,

peças e instituições. Neste tipo de abordagem ficariam registados todos os actores envolvidos e também a natureza das relações estabelecidas. Além do campo dedicado à «Origem/Historial» do objecto, as bases de dados dos museus portugueses não possuem nenhuma categoria específica exclusivamente dedicada às pessoas que integraram o percurso do objecto até à sua entrada no Museu. A inexistência de campos destinados ao registo de colectores, antigos possuidores e caracterização do momento de aquisição, omite por vezes um percurso muito mais complexo do que o que se encontra registado no historial desses objectos.

Se a formação de colecções privadas decorria de práticas informais e de recursos particulares, as colecções institucionais resultavam da implementação de políticas científicas e dos dinheiros públicos que, em alguns casos, travaram a dispersão de colecções particulares e preservaram objectos arqueológicos em metais preciosos. Perante dificuldades financeiras e desinteresse dos familiares pela continuação de práticas colecionistas, várias colecções particulares foram preservadas pelo Museu Etnológico Português que as adquiriu aos seus proprietários. Foi igualmente o orçamento deste museu que preservou a maioria dos objectos que integram a colecção de ourivesaria arcaica do Bronze Final que hoje encontramos exposta na sala do tesouro do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

O crescente interesse pelas antiguidades nacionais e a prática do colecionismo suscitou a estruturação de práticas comerciais a nível local, regional, nacional e internacional. Perante a valorização de monumentos megalíticos, por exemplo, os trabalhadores rurais da região da Serra do Alvão procediam à sua escavação em busca de tesouros ou de objectos que pudessem significar proveitos económicos. Outros trabalhadores rurais e residentes locais adquiriram conhecimentos que possibilitavam a identificação de objectos valorizados pelos colecionadores – em Mértola um trabalhador local vendeu a Estácio da Veiga dois vasos de argila bojudos e outro trabalhador trocou identicamente por dinheiro uma tijela pequena de argila. Outro exemplo que poderemos aludir é o da população de Marvão que procurava o intermediário local do Museu Etnológico Português para propor a venda de moedas romanas, pedras com inscrições, machados de pedra, contas em barro, chapas de ferro e outros objectos corroídos pela ferrugem. Os colecionadores particulares eram visitados por outros colecionadores nacionais e estrangeiros disponíveis para pagar pelos objectos das suas colecções e depois de 1893 estes mesmos colecionadores conheciam o interesse do Museu criado em Lisboa para adquirir parte dos seus objectos e colecções.

A preservação de muitos objectos arqueológicos em cobre ou bronze deve-se a coleccionadores particulares que procederam à sua aquisição por um valor superior ao oferecido pelos caldeireiros ambulantes que obtinham esses objectos para fundir e comercializar o seu metal. Também os objectos em metais preciosos foram preservados devido à disponibilidade financeira de alguns coleccionadores e sobretudo de instituições museológicas para competir com os ourives e a sua fundição. Perante a sobrevalorização dos objectos em ouro pelos coleccionadores e museus, os próprios ourives estruturaram redes de comercialização de objectos, especializando-se nos contactos com os prováveis compradores. Em Portugal o principal cliente desta tipologia de objectos foi o Museu Etnológico Português, que por sua vez competia com alguns coleccionadores particulares, com leiloeiros internacionais e com a maior disponibilidade financeira de instituições museológicas estrangeiras onde também se conservam objectos de ourivesaria arcaica encontrados em Portugal.

Os objectos arqueológicos integravam deste modo vários circuitos comerciais, entre eles o circuito dos leiloeiros como *John Hall Junior & Co*, que vendeu ao British Museum o torques de ouro encontrado em Sintra durante o século XIX. Em Paris foram comercializados vários objectos que pertenceram à colecção de Teixeira de Aragão pelo leiloeiro Baron. A valiosa colecção de moedas de Joaquim José Júdice dos Santos foi leiloadada, em 1906, na cidade de Amesterdão, pelo leiloeiro Jacques Schulman, negociante de moedas e antiguidades, conhecido dos coleccionadores portugueses. Nas suas deslocações ao estrangeiro, o coleccionador Artur Lamas enriquecia as suas colecções numismáticas com aquisições efectuadas junto do mesmo comerciante.

Ao analisarmos o percurso dos vários objectos arqueológicos que integram as colecções museológicas verificamos que são efectivamente os objectos constituídos por metais preciosos que apresentam um percurso mais complexo e assumiram, de acordo com os contextos em que transitaram, uma maior gama de significados. Alguns proprietários e coleccionadores conferiam desde logo um significado científico aos objectos que encontraram nas suas regiões como resultado do desenvolvimento do interesse pelas antiguidades e pelos contactos com publicações científicas e outros coleccionadores e interessados. Poderemos relembrar o exemplo de Manuel Ignacio de Mello Garrido, capacitado para enviar informação especializada para outros interessados nas antiguidades da vila de Mértola. Ou lembrar igualmente José da Costa Serrão, o citado administrador do concelho de Aljezur, cujos conhecimentos proporcionaram a conservação de dezassete placas de xisto decoradas, o maior conjunto desta tipologia de objectos neolíticos até então conhecido como provenientes de um só local. Mas os objectos em metais preciosos

foram, desde o momento da sua descoberta, maioritariamente entendidos como recursos económicos. O seu significado alterou-se perante o contacto com coleccionadores ou mesmo comerciantes que os reconheciam como objectos de interesse para coleccionadores privados ou instituições museológicas.

O valor destes objectos condicionou igualmente a informação associada ao seu percurso. Deparamo-nos desde logo com a ausência de parte desses elementos e por vezes a existência de versões dúbias, nomeadamente o local ou data de aparecimento, o que na generalidade não ocorre em relação a outras categorias de objectos. Apesar de serem considerados objectos científicos pelos organizadores de colecções e de museus, para quem os encontrava ou possuía eles constituíram, sobretudo os grandes objectos em ouro, mais-valias económicas, recursos que os seus proprietários procuravam valorizar. Mas além deste significado económico, os objectos de ouro, como os que abordámos no *Capítulo 5.4 Entre a fundição do ourives e a vitrina do museu*, podem ainda assumir significados mais inesperados, como no caso do torques de Penela, apreendido como um objecto de entretenimento por uma criança de 7 anos que o encontrou no campo enquanto vigiava o rebanho. Foi depois entendido como recurso económico familiar, objecto científico e museológico, e converteu-se novamente em recurso para os responsáveis pelo seu desaparecimento do Palácio das Necessidades onde integrava a colecção de antiguidades da casa real portuguesa.

Esta tipologia de materiais arqueológicos permitiu identificar um maior conjunto de actores ligados ao percurso dos objectos. Além dos coleccionadores, dos actores interessados em antiguidades, dos trabalhadores rurais que ganharam uma crescente sensibilidade para identificar objectos que poderiam suscitar proveitos económicos, encontramos também actores ligados ao comércio – os ourives – e os actores institucionais, cujo orçamento foi fundamental para conferir o estatuto de objecto de museu e permitir que conheçamos objectos tão extraordinários como os que se conservam no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, no Musée d'Archeologie Nationale, em França, ou no British Museum, em Inglaterra.

Este trabalho evidenciou como o dinheiro é determinante no processo de construção do conhecimento. O conteúdo das colecções decorre das práticas de múltiplos actores que recolhem os objectos nos campos, realizam escavações, recebem ofertas de objectos e efectuem numerosas aquisições. A disponibilidade orçamental do Museu Etnológico Português foi fundamental, por exemplo, para formar e preservar a colecção de objectos de ourivesaria do Bronze Final que abordámos no capítulo *5.4 Entre a fundição do ourives e a vitrina do museu*. Mas

a integração de uma grande parte dos restantes objectos que integram as suas colecções decorreu igualmente de aquisições diversas efectuadas em feiras, junto de trabalhadores rurais, de coleccionadores e dos seus familiares e herdeiros, comerciantes, de instituições bancárias e de leiloeiros estrangeiros. Coleccionadores portugueses como Francisco Martins Sarmiento formaram as suas colecções adquirindo objectos e também sítios arqueológicos. O *Museu Archeologico do Algarve* constituiu-se igualmente, como verificámos, com base em numerosas aquisições. A formação das colecções arqueológicas decorre, como apurámos, de processos complexos que envolvem redes de actores. Mas nem sempre esses processos e esses actores são bem-sucedidos, como no caso de preservação do *Museu Archeologico do Algarve*, por exemplo. O desenvolvimento deste trabalho evidenciou igualmente a relevância de valorizar os vários actores e colecções mesmo quando eles não integram as histórias de sucesso.

Numa época em que eram muito poucos os actores que se dedicavam à arqueologia a tempo inteiro e em que a palavra *amador* pretendia designar *aquela que ama* e não possuía ainda o sentido diminutivo que veio a adquirir com a profissionalização das várias áreas científicas, valorizar as suas práticas é identificar os processos de constituição e desenvolvimento da cultura científica. A valorização desta perspectiva enriquece as narrativas historiográficas e permite novas e inovadoras abordagens museológicas às colecções históricas preservadas nos museus. Os objectos arqueológicos fundamentam e ilustram a história do território, mas também documentam as histórias das pessoas que os recolheram, os apreciaram, estudaram, comercializaram, coleccionaram e construíram museus.

7. FONTES

7.1 DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Archives Nationales (Saint-Denis, Île de France)
Arquivo da Academia Real de Belas Artes de Lisboa
Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto
Arquivo Distrital de Évora
Arquivo Distrital de Faro
Arquivo Distrital de Portalegre
Arquivo Distrital de Setúbal
Arquivo do Musée d'Archeologie Nationale (Saint Germain-en-Laye, França)
Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia
Arquivo do Museu Nacional de História Natural e da Ciência
Arquivo do Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris, França)
Arquivo e Biblioteca da Assembleia da República
Arquivo Histórico do Ministério da Economia
Arquivo Nacional Torre do Tombo
Centro de Documentação do Museu Francisco Tavares Proença Júnior
Departamento de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Berlim (Handschriftenabteilung; Referat
Nachlässe und Autographen, Staatsbibliothek zu Berlin – Preußischer Kulturbesitz)
Fundação Arquivo Paes Teles
Registo Civil de Évora
Registo Civil de Lisboa
Reservados da Biblioteca Pública de Évora

7.2 PUBLICAÇÕES

AA. VV. – *José Leite de Vasconcelos: Livro do centenário: 1858-1958*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional.

AMAZALAK, Moses (1924) – *Indículo dos Trabalhos Literários de José Leite de Vasconcelos – Livros, folhetos, revistas (1879-1923)*. Lisboa, s.l.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de (1863) – *Descrição geral e história das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Porto: Fernando Machado.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de (1867) – *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'histoire portugaise du travail*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de (1868) – *Relatório sobre o cemitério romano descoberto perto da cidade de Tavira em Maio de 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de (1874) – *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de (1887) – *Anneis: Estudo*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de (1896) – «Antiguidades Romanas de Balsa». *O Archeologo Português*, 2; p. 55-57.

AZEVEDO, Manoel (1895a) – «Notícias archeológicas de Trás-os-Montes». *O Archeologo Português*, 3; p. 93- 95.

AZEVEDO, Manoel (1895b) – «Notícias archeológicas de Trás-os-Montes». *O Archeologo Português*, 5; p. 130-136.

AZEVEDO, Pedro A. de (1905) – «Miscelânea». *O Archeologo Português*, 10-12; p. 396-405.

AZEVEDO, Pedro A. de (1916) – «Miscelânea arqueológica». *O Archeologo Português*, 1-12; p. 343-366.

BERTRAND, Alexandre (1876) – *Archeologie celtique et Gauloise: mémoires et documents relatifs aux premiers temps de notre histoire nationale*. Paris : Librairie Académique, Didier et C.^{ie}, Libraires-Éditeurs.

BONANÇA, João (1891) – *Historia da Luzitania e da Iberia: desde os tempos primitivos ao estabelecimento definitivo do domínio romano*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BOSH-GIMPERA, Pedro (1913) – «El Problema de la propagación de la escritura en Europa: y los signos alfabéticos de los dólmenes de Alvao». *Revista de Archivos Bibliotecas Y Museos*. Madrid. p. 311-322.

BOTELHO, Henrique (1894) – «Duas Inscrições Inéditas». *Revista de Guimarães*, 9, p. 204.

BOTELHO, Henrique (1896) – «Antas do Concelho de Vila Pouca de Aguiar». *O Archeologo Português*, 2; p. 81-83.

BOTELHO, Henrique (1896a) – «Antas e Castros do Concelho de Alijó». *O Archeologo Português*, 2; p. 264-266.

BOTELHO, Henrique (1896b) – «Dolmens no Concelho de Villa Real». *O Archeologo Português*, 2; p. 298-299.

BOTELHO, Henrique (1897) – «Antiguidades de Trás-os-Montes». *O Archeologo Português*, 3; p. 69-72.

BOTELHO, Henrique (1898) – «Antas do Concelho de Alijó». *O Archeologo Português*, 4; p. 180-182.

BOTELHO, Henrique (1899–1900) – «Notícias Pré-históricas». *O Archeologo Português*, 5; p. 281-282.

BOTELHO, Henrique (1901) – «Dolmens no Concelho de Villa Real». *O Archeologo Português*, 6; p. 164-167.

BOTELHO, Henrique (1902) – «Archeologia de Trás-os-Montes». *O Archeologo Português*, 7; p. 149-155.

BOTELHO, Henrique (1903) – «Archeologia de Trás-os-Montes». *O Archeologo Português*, vol. VIII. Lisboa, p. 239-243.

BOTELHO, Henrique (1904) – «Archeologia de Trás-os-Montes». *O Archeologo Português*, 9; p. 49-59, 166-170.

BOTELHO, Henrique (1905) – «Archeologia de Trás-os-Montes. Concelho de Alijó - Instrumentos do período neolítico e castros Luso-romanos». *O Archeologo Português*, 10; p. 23-238, 237-238.

BOTELHO, Henrique (1905) – «Dolmens do Concelho de Murça». *O Archeologo Português*, 10; p. 335-337.

BOTELHO, Henrique (1906) – «Archeologia de Trás-os-Montes (Vila Real)». *O Archeologo Português*, 9; p. 270-271.

BOTELHO, Henrique (1906) – «Archeologia de Trás-os-Montes». *O Archeologo Português*, 11; p. 270-271.

- BOTELHO, Henrique (1907) – «Numismática e Archeologia». *O Archeologo Português*, 12; p. 23-31.
- BOTELHO, Henrique (1907) – «Numismática e Archeologia». *O Archeologo Português*, 12; p. 23-31.
- BOTELHO, Henrique (1910) – «Archeologia de Trás-os-Montes». Três objetos Romanos. *O Archeologo Português*, 15; p. 83-86.
- BOTO, Pereira (1895) – «Curso de arqueologia». *O Archeologo Português*, 1; p. 92-93.
- BRENHA, José Isidro (1895) – «Respeitosa contradicta à Dissertação Archeologica sobre as antas e seus congéneres». *A Vida Moderna*, 34 a 41.
- BRENHA, José Isidro (s.d.) – «Dolmens ou antas no concelho de Vila Pouca de Aguiar (Traz-os-Montes)». *Portugália: Materiais para o estudo do povo português*. Tomo I, Fasc. 4.º; p. 691-706.
- BRITO, Gomes de; NEVES, Alvaro (1923) – *Dicionario Bibliográfico Português* (Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil, continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha, revistos por Gomes de Brito e Alvaro Neves). Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo 22.º (15.º do suplemento).
- CABRAL, Alexandre (1895) – «Manoel Negrão». *O Archeologo Português*, 2; p. 33-35.
- CABRÉ AGUILÓ, Juan (1927) – «El Tesouro de Chão de Lamas: Miranda do Corvo (Portugal)». *Actas y Memorias da Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. (Memoria LXIII, Sesión 22). VI, 1.º, 2º, 3º; p. 263-289.
- CAMACHO, Brito (1881) – «Antiguidades do Algarve». *Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, 96; p. 189-190.
- CAMPOS; Manoel Joaquim de (1907) – «Aquisições». *O Archeologo Português*, 1-4; p. 342-350.
- CARDOZO, Mário (1927) – «O Problema de Glozel e os cientistas portugueses». *Revista de Guimarães*, 37 (4); p. 177-181.
- CARDOZO, Mário (1928) – «Colosso de Pedralva conhecido pela designação local de “o homem de pedra”». *Revista de Guimarães*, 38 (3-4); p. 197-204.
- CARDOZO, Mário (1929) – «Jóias Arcaicas encontradas em Portugal». *Nós: Boletim Mensual da Cultura Galega*, 72; p. 207-218. (Ourense, Nadal de 1929)
- CARDOZO, Mário (1930) – «Jóias Arcaicas encontradas em Portugal». Separata de *Nós: Boletim Mensual da Cultura Galega*.

CARDOZO, Mário (1941) – «Os Nossos Sócios Honorários. Doutor José Leite de Vasconcelos (1858-1941)». *Revista de Guimarães*, 51 (1-2); p. 65-71.

CARDOZO, Mário (1945) – «Os Fundadores da Sociedade Carlos Ribeiro e Martins Sarmiento». *Revista de Guimarães*, 55 (1-2); p. 13-17.

CARDOZO, Mário (1950) – «Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento». *Revista de Guimarães*, 60 (1-2); p. 403-486.

CARDOZO, Mário (1951) – «Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento». *Revista de Guimarães*, 61. p. 5-80.

CARDOZO, Mário (1954) – «IV Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, realizado em Madrid desde 21 a 27 de Abril de 1954». *Revista de Guimarães*, 64; p. 95-112.

CARDOZO, Mário (1956) – «Martins Sarmiento em terras da Galiza». *Revista de Guimarães*: 66 (1-2); p. 109-124.

CARDOZO, Mário (1957) – «Uma aquisição preciosa do museu de Martins Sarmiento (o 'Tesouro de Lebução')». *Revista de Guimarães*, 67 (3-4); p. 417-442.

CARDOZO, Mário (1960) – «Cartas de Ricardo Severo para Martins Sarmiento». *Revista de Guimarães*, 70 (1-2); p. 5-20.

CARDOZO, Mário (1961) – Francisco Martins Sarmiento: Esboço da sua vida e obra científica. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. [Consultámos em Jan. 2016 a versão disponibilizada on line pela Sociedade Martins Sarmiento http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/sms/fms_biografia/Biografia%20de%20FMSarmiento%20_MC.pdf]

CARDOZO, Mário (1963) – «O arqueólogo Luis Siret e o Museu de "Martins Sarmiento"». *Revista de Guimarães*, 73 (1-2); p. 115-126.

CARDOZO, Mário (1965) – «A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica». *Revista de Guimarães*, 75; p. 153-168.

CARDOZO, Mário (1966) – «Martins Sarmiento e os Homens da Portugália». *Boletim Cultural da Póvoa do Varzim* (número comemorativo do I centenário de Nascimento de Rocha Peixoto), 2; p. 72-88.

CARDOZO, Mário (1970) – «Os Inéditos de Martins Sarmiento». *Revista de Guimarães*, 80 (1-2); p. 5-10.

- CARDOZO, Mário (1970b) – «Antiqua (1878)». *Revista de Guimarães*, 80 (1-2); p. 11-72.
- CARDOZO, Mário (1990) – *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso: Notícia Descritiva*. Sociedade Martins Sarmento Guimarães. 11.ª ed. p. 8-57.
- CARTAILHAC, M. Emile (1880) – *Congrès International d'Anthropologie & d'Archeologie Préhistoriques: Rapport pour la Session de Lisbonne para M. Emile Cartaillac*. Paris: Eugène Boban.
- CARTAILHAC, M. Emile (1881) – «Sur l'Archéologie préhistorique en Portugal». *Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris* (Paris: G. Masson Editeur), IV; p. 281-307.
- CARTAILHAC, M. Emile (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal: Résultats d'une mission scientifique du Ministère de l'Instruction publique*. Paris: Ch. Reinwald, Libraire.
- CARTAILHAC, M. Emile (1896) – «Un nouveau torques d'or en Portugal». *L'Anthropologie*, 7; p. 373-374.
- CARVALHAES, José (1908) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 1-6; p. 160-163.
- CARVALHAES, José (1911) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 1-12; p. 103-125.
- CARVALHAES, José (1911) – «Aquisições do Museu Etnologico Português». *O Archeologo Português*, 16; p. 103-125.
- CARVALHO, Almeida (1968) – *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região de Setúbal*. Edição da Junta Distrital de Setúbal. Vol. I.
- CARVALHO, J. C. d'Almeida (1896) – *A Sociedade Archeologica Lusitana: as antiguidades extrahidas das ruínas de Troia e onde é que se acham depositadas*. Lisboa: Typ. Franco-Portugueza (oficina Lallemand).
- CASTRO, Alberto Osório (1889) – «Archeologia beirã: Mangualde – A Citânia Martins Sarmento». *O Novo Tempo*, 10 de Outubro de 1899.
- CASTRO, Alberto Osório (1890) – «A Citânia de Martins Sarmento». *O Novo Tempo*, 15 de Novembro de 1890.
- CAUMONT, Arcisse de (1850) – *Abécédaire ou Rudiment d'archéologie (architecture religieuse)*. Caen: Hardel, 1850. (5 edições, rev. e aum. de 1850 à 1870).
- CEULENER, Adholphe de (1882) – *Le Portugal: Notes d'Art et D'Archéologie*. Anvers: Imprimerie Guil. Van Merlen.

- CORDEIRO, Luciano (1895) – *Inscrições Portuguezas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CORREIA, A. A. Mendes (1926?) – «Os portugueses a a questão de Glozel». *Lusitania: Revista de Estudos Portugueses*, 4 (10). (Separata)
- CORREIA, A. A. Mendes (1928) – «L'Authenticité d'Alvão: réponse à M. Dussaud». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (Porto), 4 (1). (Separata)
- CORREIA, A. A. Mendes (1928a) – «L'autenticité de l'Alvão. Réponse à M. Dussand». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (Porto), 4 (1); p. 1-7.
- CORREIA, A. A. Mendes (1928b) – «Lusitânia Pre-romana». In PERES, Damião – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, L.da. p. 77-214.
- CORREIA, A. A. Mendes (1933) – «Les inscriptions de Parada, Alvão e Lerilla». *Extrait de la XV^e Congrès International d'Anthropologie & d'Archeologie Préhistorique (suite) V^e Session de L'Institut International d'Anthropologie*. Paris: Librairie E. Nourry.
- CORREIA, A. A. Mendes (1936) – «Pré-história de Moçambique – Um plano de Estudos». *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 20 (3); p. 155-184.
- COSTA, António Ignacio Marques M. (1929) – «Estudos sobre algumas estações luso-romanas dos arredores de Setúbal». *O Archeologo Português*, 27; p. 168-181.
- COSTA, F. A. Pereira da (1865) – *Da existência do homem em épocas remotas no vale do Tejo, 1.^o Opusculo. Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Noções sobre o estado prehistórico da terra e do homem: seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia.
- CRUZ, Domingos Jesus (1985) – «A Necrópole Megalítica da Serra do Alvão». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25; p. 396-406.
- DELGADO, M. Joaquim F. N. (1884) – «La Grotte de Furninha a Penhiche». *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, Compte Rendu de la 9^{ème} Session à Lisbonne 1880*. p. 207-278.
- DIAS, Eduardo A. da Rocha (1907) – «Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes: Principaes Assuntos que foram tratados ou referidos em sessões de assembleia geral desde 22 de

Novembro de 1863 (data da fundação) até 11 de Novembro de 1889». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 10 (3); p. 169-191.

DIAS, Eduardo A. da Rocha (1907) – *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1889*. Lisboa: Typographia da Casa da Moeda e Papel Sellado.

DIAS, José Lopes (1963) – *Cartas Políticas de João Franco a Tavares Proença*. Separata de *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*. Lisboa, s.n.

DIAS, José Lopes (1966) – *Cartas Políticas de M. do Lavradio a Tavares Proença*. Separata de *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*. Lisboa, s.n.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1882) – «O Deus Endovélico dos Celtas (Sic) do Alentejo: Memória Histórica». *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4; p. 253-256, 274-296.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1887) – «Mais um monumento epigráfico de Bencatel». *Revista Archeologica e Histórica*, 1; p. 100-102.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1892) – *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa*. Redondo: Typ. de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1894) – *Estudo sobre as antas e seus congéneres: Dissertação Archeologica*. Vila Viçosa: Typografia particular do autor e editor.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1895) – «Monumento sepulcral de Juromenha». *O Archeologo Português*, 8; p. 216-217.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1983) – «Memórias de Villa-Viçosa». *Cadernos Culturais de Vila Viçosa*. Câmara Municipal de Vila Viçosa. N.º 2 (Publicação da cópia integral do Manuscrito *Memórias de Vila Viçosa, ou Ensaio da História desta vila transtagana, corte da sereníssima Casa e Estado de Bragança, desde os tempos mais remotos até ao presente, segundo o que pode coligir seu autor (1862-1886)*)

FERGUNSON, James (1872) – *Rude Stone Monuments in all countries; their age and uses*. London: John Murray, Albemarle Street.

FERNANDES, J. Rodrigues (1907) – «Acta n.º 28». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 5; p. 251-356.

FERREIRA, Pedro Augusto (1895) – «Archeologia Transmontana». *A Vida Moderna*. 7 de Fevereiro de 1895.

FERREIRA, Pedro Augusto (1895b) – «Antiguidades de Trás-os-Montes». *O Archeologo Portugues*, 2; p. 47-48.

FERREIRA, Pedro Augusto (1897) – «Joaquim José da Rocha Espanca». *A Vida Moderna*. 7 de Janeiro de 1897.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de (1887) – «Inscrição Christã descoberta em Mértola». *Revista Archeologica e Histórica*, 1; p. 64.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de (1889) – «Inscrições Latinas do Algarve». *Revista Archeologica e Histórica*, 19; p. 124.

GALAMBA, Francisco de Matos (1897) – «Estudos sobre Salacia». *O Archeologo Português*, 3; p. 266-271.

GUIMARÃES, Francisco Salgado (1978) – «O Museu de Arqueologia Martins Sarmiento». *Revista de Guimarães*, 88; p. 401-416.

GUIMARÃES, Francisco Salgado (1986) – «Antiqua. Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento». Separata de *Revista de Guimarães*, 96; p. 5-33-

GUIMARÃES, Francisco Salgado (1987/1988) – «Antiqua. Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento: Informes, reconhecimentos, prospecções». *Revista de Guimarães*, 97-98; p. 5-40.

GUIMARÃES, Francisco Salgado (1989) – «Antiqua. Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento: Informes, reconhecimentos, prospecções». *Revista de Guimarães*, 99; p. 16-66.

HOLSTEIN, Marquês de SOUSA (1875) – *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal: a organização dos museus e o serviço dos monumentos historicos e da arqueologia: oferecidas á comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 por um vogal desta comissão*. Lisboa: Imprensa Nacional.

HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlim. Vol. II

HÜBNER, Emil (1871) – *Noticias Archeologicas de Portugal*. Lisboa: Tipografia da Academia Relas das Ciências de Lisboa.

HÜBNER, Emil (1887) – «Monumentos de Balsa». *Revista Archeologica e Historica*, 1; p. 33-38.

- HÜBNER, Emil (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Hispaniae Latinae — Supplementum*. Berlim. Vol. II.
- HUTTON, James (1795) – *Theory of the Earth; with Proofs and Illustrations*. Edinburgh: William Creech. 2 vols.
- JUNQUEIRO, Arronches (1902) – «Antiguidades dos arredores de Setubal». *O Archeologo Português*, 7; p. 143.
- JUNQUEIRO, Arronches (1902) – «Estudos sobre Tróia de Setúbal». *O Archeologo Português*, 5; p. 7-9.
- LAMAS, Artur (1903) – *Catálogo descritivo da colecção de moedas portuguesas e outras que formam parte da colecção que foi organizada por José Lamas*. Lisboa: A Liberal.
- LAMAS, Artur (1907a) – *Catálogo de moedas e medalhas do Museu do Carmo*. Lisboa: Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes.
- LAMAS, Artur (1907b) – «Noticia archeologica». *O Archeologo Português*, 12; p. 35-354.
- LAMAS, Artur (1909a) – «Catálogo de medalhas e senhas portuguesas do Museu Etnológico Português». *O Archeologo Português*, 14; p. 84-130.
- LAMAS, Artur (1909b) – *Portugal no Cabinet de Médailles de Paris*. Lisboa, A. Lamas.
- LAMAS, Artur (1916) – *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal: memória histórica e descritiva baseada na colecção iniciada por José Lamas*. Lisboa: Tipografia de Adolpho de Mendonça. Lisboa.
- LAMBRINO, Scarlat (1962) – «Catalogue des inscriptions du Musée Leite de Vasconcelos». *O Archeologo Português*, 4; p. 279-302
- LAURIÈRE, J. (1881) – «Souvenirs Archeologiques du Portugal, 1880». *Bulletin Monumental Ou Recueil de documents et de mémoires relatifs aux différentes branches de l'archeologie*. Paris/Tour, Société française d'archeologie pour la conservation des monuments historiques. T. 9, 47; p. 619-647.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1890) – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardozo & Irmão. Vol. XII.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira (1927/1929) – «Necrologia: D.^o Artur Lamas». *O Archeologo Português*, 28; p. 227-230.

LOPES, João Baptista da Silva (1842) – *Carta corográfica do reino do Algarve, que faz parte da corografia do mesmo reino*. Lisboa: J. B. da Silva Lopes (Lisboa: Officina Lithográfica de Manuel Luiz da Costa)

LYELL, Charles (1830) – *Principles of Geology*. London: John Murray.

LYELL, Charles (1863) – *The Geological Evidence of The Antiquity of Man: with remarks on theories of origins of species by variation*. London: John Murray.

MACHADO, J. L. S. (1964) – «Subsídios para a História do Museu Etnológico Português Dr. José Leite de Vasconcelos». *O Arqueólogo Português*, 5; p. 51-448.

MACHADO, J. T. Montalvão (1962) – «Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de arqueologia». *Arqueologia e História*, 9; p. 117-145.

MACHADO, J. T. Montalvão (1987) – *Memórias da Real Sociedade Arqueológica Lusitana: Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de arqueologia*. Santiago do Cacém. 3.^a edição.

MARTIN, Henri (1880) – «Lettres de Lisbonne». *Le Siècle*: Edition de Paris, 14 Octobre 1880.

MARTINS, João Carlos Messias *et al.* (1959) – «Nota descritiva da citânia de Sanfins e do seu espólio arqueológico». *Actas e Memórias do Primeiro Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, p. 271-279.

MORTILLET, A. de (1905) – «Notice sur deux monuments épigraphiques». *L'Homme Préhistorique*, 12; p. 379-282.

MORTILLET, Gabriel de (1867) – *Promenades Préhistoriques à L'Exposition Universelle*. Paris: C. Reinwald, Libraire-Editeur.

MORTILLET, Gabriel de (1883) – *Le Préhistorique antiquité de L'homme*. Paris: C. Reinwald, Libraire-éditeur.

MORTILLET, M. M. de; CHANTRE, E. (1876) – «La Légende internationale pour les cartes préhistoriques». *Congrès International D'Anthropologie & D'Arqueologie Préhistoriques: Comte Rendu de la 7e Session*, Stockholm, 1874. Stockholm, Imprimerie Centrale, p. 937-960.

PAÇO, Afonso do (1959) – «Escavações e problemas do castro de Vila Nova de S. Pedro e da Citânia de Sanfins». *Actas e Memórias do Primeiro Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, p. 261-269.

PAÇO, Afonso do *et al.* (1959) – «Notas arqueológicas da Região de Alcobertas (Rio Maior)». *Actas e Memórias do Primeiro Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, p. 281-192.

PEIXOTO, Rocha (1892) – «A Iniciativa Individual na Archeologia». *Revista de Portugal*, 21; p. 350-370.

PEIXOTO, Rocha (1903) – «Os Mortos: Augusto Carlos Teixeira de Aragão». *Portugália: materiais para o estudo do povo português*, 1 (4); p. 863.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (1904) – *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres – Editor. Volume I.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (1915) – *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres – Editor. Vol. VII.

PEREIRA, Félix Alves (1908) – «Museu Municipal de Castelo Branco». *O Archeologo Português*, 1-6; p. 117-118.

PEREIRA, Félix Alves (1909) – «Ruínas de ruínas ou Estudos Igeditanos». *O Archeologo Português*, 1-8; p. 169-197.

PEREIRA, Félix Alves (1919-1920) – «Necrologia – Francisco Tavares de Proença Júnior». *O Archeologo Português*, 24; p. 293-300.

PEREIRA, Félix Alves (1930-1931) – «A Pedra d'Anta ou um monumento megalítico na Beira-Baixa». *O Archeologo Português*, 29; p. 49-75.

PEREIRA, Félix Alves, VASCONCELOS, José Leite (1904) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 1-2; p. 37-41.

PEREIRA, Félix Alves; VASCONCELOS, José Leite de (1919-1920) – «Necrologia: Francisco Tavares de Proença Júnior». *O Archeologo Português*, 24; p. 293-300.

PEREIRA, Gabriel (1875) – *Dolmens ou antas dos arredores de Évora: Notas dirigidas ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Augusto Filipe Simões*. Évora: Tipografia de Francisco da Cunha Bravo.

PEREIRA, Gabriel (1878) – «Mithologia Iberica (Inscrições Endovélicas de Villa-Viçosa)». *A Renascença: Orgão dos Trabalhos da Geração Moderna*, 2-3; p. 42-43.

PEREIRA, Gabriel (1881) – «As Inscrições de Endovélico». *O Manuelinho de Évora*, 38; 7 Outubro de 1881.

PEREIRA, Gabriel (1886) – «O 'torqués' de Reguengos». *O Manuelinho de Évora*, 287; 20 de Julho de 1886.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1903a) – «Coisas Velhas: o acampamento de Ocrea». *O Instituto: Revista Científica e Litteraria*, 50 (7); p. 444-446.

PROENÇA Júnior, Francisco tavares (1903b) – «Coisas Velhas: Sepulturas dos Moiros». *O Instituto: Revista Científica e Litteraria*, 50 (9); p. 572-574.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1903c) – *Antiguidades: resultados das explorações feitas nos arredores de Castello Branco em Setembro e Outubro de 1903*. Typographia França Amado, Coimbra.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1904) – «Vestígios do Passado: em Unhais da Serra». *O Instituto: Revista Científica e Litteraria*, 51 (1); p. 60-62.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1905b) – *Notice sur deux monuments épigraphiques*. Coimbra: Typographia França Amado. (Separata de *O Instituto*)

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1906) – «Notice sur la Prehistoire de Beira-Baixa et sur deux monuments gravés trouvés en Portugal». *In Congrès Préhistorique de France*. p. 282-283.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1907) – «Inscrições romanas de Castelo Branco». *O Archeologo Português*, 12; p. 172-178.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1908) – *Les Enceintes Portugaises: Leur classification, Leurs Types*. Le Mans: Imprimerie Monnoyer.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910a) – «Inscrições inéditas: (Simples Noticia)». *O Archeologo Português*, 15; p. 39- 54.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910b) – *Archeologia do districto de Castello Branco*. Leiria: Typographia Leiriense.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910c) – «Sur les instruments portugais en pierre polie». *L'Homme Préhistorique*, p. 78-85.

- RASTEIRO, Joaquim (1897) – «Noticias archeologicas da Peninsula Arrabida». *O Archeologo Português*, 3; p. 1-48.
- REBELO, Brito (1881) – «Antiguidades do Algarve. Monumento de Milreu». *O Ocidente*, 96; p. 190.
- REINACH, Salomon (1925) – «The Evora gorget». *The Antiquaries Journal*, 5 (2); p. 123-134.
- RIBEIRO, Carlos (1867) – «Note sur le terrain quaternaire du Portugal». *Extrait du Bulletin de la Société Gèologique de France*, 24; p. 692-717.
- RIBEIRO, Carlos (1873) – *Relatório acerca da sexta reunião do Congresso de Anthropologia e Archeologia Prehistorica verificada na cidade de Bruxelas, 1872*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- RIBEIRO, José Silvestre (1879) – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterários e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. Tomo VIII.
- RICH, Anthony (1861) – *Dictionnaire des antiquités romaines et grecques: accompagné de 2000 gravures d'après l'antique représentant tous les objets de divers usages d'art et d'industrie des grecs et des romains*. Paris: Librairie de Firmin D. Frères.
- ROCHA, António dos Santos (1904) – «Noticia de alguns silos e louças árabes do Algarve». *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, 1; p. 20-21.
- ROCHA, António dos Santos (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz: Catálogo Geral*. Figueira: Imprensa Lusitana.
- ROCHA, António dos Santos (1975) – *Memórias e explorações Arqueológicas*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis. Vol. III. (Reedição da obra original publicada em 1897)
- RODRIGUES, José Rafael (1895a) – «Dolmens ou Antas de Villa Pouca de Aguiar». *O Archeologo Português*, 1; p. 36-37, 346-352.
- RODRIGUES, José Rafael (1895b) – «Um esclarecimento ao snr. Rocha Espanca a respeito de archeologia transmontana». *A Vida Moderna*, 8 Agosto 1895.
- RODRIGUES, José Rafael (1895c) – «Archeologia: Antas ou dolmens, tumulus e sepulturas romanas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar, em Traz-os- Montes». *A Vida Moderna*, 24 Jan. de 1895.
- RODRIGUES, José Rafael (1895d) – «Archeologia transmontana II». *A Vida Moderna*, 21 Fev. de 1895.
- RODRIGUES, José Rafael (1895e) – «Archeologia transmontana III». *A Vida Moderna*, 28 Fev. de 1895.

RODRIGUES, José Rafael (1895f) – «Archeologia transmontana IV». *A Vida Moderna*, 7 Mar. de 1895.

RODRIGUES, José Rafael (1895g) – «Archeologia transmontana V». *A Vida Moderna*, 21 Mar. de 1895.

RODRIGUES, José Rafael (1895h) – «Archeologia transmontana VI». *A Vida Moderna*, 4 Abr. de 1895.

RODRIGUES, José Rafael (1895i) – «Archeologia transmontana VII». *A Vida Moderna*, 9 Mai. de 1895.

RODRIGUES, José Rafael (1895j) – «Archeologia transmontana: Villa Pouca d’Aguiar VIII». *A Vida Moderna*, 6 Jun. 1895.

RODRIGUES, José Rafael (1896) – «Mais um passo na arqueologia». *A Vida Moderna*, 5 Mar. 1896.

s/a (1851) – *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional.

s/a (1864) – «Chronique». *Materiaux pour l’Histoire Positive e Philosophique de L’Homme: Bulletin des Travaux et Découvertes concernant l’Anthropologie, les Temps Anté-Historiques, L’Époque Quaternaire, les Questions de l’Espèce e de la Génération spontanée*; p. 125-128.

s/a (1868) – *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie PrèHistoriques: Comptes rendu de la 2.me Session, Paris 1867*. Paris: C. Reinwald, Libraire-Éditeur.

s/a (1873) – *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie PrèHistoriques : Comptes rendu de la 6.me Session, Bruxelles 1873*. Bruxelles: C. Mucquard, Éditeur.

s/a (1876a) – «Chronica». *Boletim d’Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 10; p. 159-160.

s/a (1876b) – «Chronica». *Boletim d’Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 11; p.176.

s/a (1876c) – *Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa: Typhographia Universal.

s/a (1877) – *Catálogo dos objectos existentes no museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Littteraria.

s/a (1878) – «Chronica da nossa Associação». *Boletim d’Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 7; p.112.

s/a (1879a) – *Annaes da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes: 1863-1879*. Lisboa, s.n..

- s/a (1889a) – «Archeologia beirã». *O Novo Tempo: Jornal da Esquerda Dinástica*, 30 Novembro de 1889.
- s/a (1889b) – «Prehistoria beirã». *O Novo Tempo: Jornal da Esquerda Dinástica*, 19 Dezembro de 1889.
- s/a (1891) – *Catálogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa: Typhographia Universal.
- s/a (1894) – «Braceletes Pre-Romanos». *Boletim d'Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1, p. 6-7.
- s/a (1901) – *Catálogo do leilão d'Objectos d'Arte e Mobiliario Antigo da Colecção Aragão, na sua casa, Calçada do Salitre, n.º 329 – Lisboa. Por intervenção do agente Casimiro C. Cunha, Director de vendas da Empresa Liquidadora*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora.
- s/a (1904a) – *Catálogo da importante livraria do distinto numismata Dr. Teixeira de Aragão*. Lisboa: Imprensa Lucas.
- s/a (1904b) – *Livros sobre Numismática pertencentes à livraria do falecido D. Teixeira de Aragão: que se hão vender no leilão de moedas que se efectua nos dias 17 e seguintes do mez de abril no Antigo Bazar Catholico, Avenida da Liberdade n.os 93 a 113*. Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas.
- s/a (1909) – «Noticiário». *Notícias de Évora*, 15 de Outubro de 1909.
- s/a (1935) – «Correspondência entre Martins Sarmiento e o Abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira». *Revista de Guimarães*, 63 (1-2); p. 255-284.
- s/a (1939) – «Correspondência entre Martins Sarmiento e o Marquês de Sousa Holstein». *Revista de Guimarães*, 49; p. 5-14.
- s/a (1939) – «Correspondência entre Martins Sarmiento e o Marquês de Sousa Holstein». *Revista de Guimarães*, 49; p. 85-102.
- s/a (1939) – «Correspondência entre Martins Sarmiento e o Marquês de Sousa Hölstein». *Revista de Guimarães*, 49; p. 5-14, 85-102.
- s/a (1946) – «Correspondência entre Martins Sarmiento e o Padre José Brenha». *Revista de Guimarães*, 55; p. 5-12.
- s/n. (1948) – «Sócios do Instituto em Dezembro de 1948». *Ethnos*, 3; p. 499-505.
- SÁ, Bernardo (1906) – «Relatorio de uma excursão archeologica ao Alemtejo e Algarve». *O Archeologo Português*, 11; p. 197-201.

SAA, Mário (1922) – *Camões no Maranhão*. Lisboa: Lvmen.

SAA, Mário (1957-1967) – *As Grandes Vias da Lusitânia*. Lisboa: Sociedade Astória. (Vol. I, 1957; Vol. II, 1960; Vol. III, 1960; Vol. IV, 1963; Vol. V, 1964; Vol. VI, 1967)

SALGADO, Vicente (1784) – *Conjecturas sobre huma medalha de bronze com caracteres desconhecidos, e com os latinos vetto, achada no lugar da Troya defronte da villa de Setuval*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.

SALVADO, António (1978) – «Rudimentos de Arqueologia, um inédito de Francisco Tavares Proença Júnior». *Estudos de Castelo Branco*, 4; p. 3-30.

SAMPAIO, José da Cunha (1884) – «Os nossos sócios honorários. I Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento». *Revista de Guimarães*, 1; p. 35-51.

SARMENTO, Francisco Martins (1878) – «Ácerca das escavações de Sabroso». *A Renascença : órgão dos trabalhos da geração moderna*, 8-10; p. 118-125.

SARMENTO, Francisco Martins (1883) – *Expedição científica à serra da estrela em 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SARMENTO, Francisco Martins (1888) – «Antigualhas». *Revista de Guimarães*, 5; p. 157-163.

SARMENTO, Francisco Martins (1970) – «Antiqua 1878». [Manuscritos inéditos anotados por Mário Cardozo]. *Revista de Guimarães*. 80; p. 11-72.

SARMENTO, Francisco Martins (s/d) – «Antiqua – Informes, reconhecimentos e prospecções». *Revista de Guimarães*, 96; p. 5-33. (publicado e anotado por F. J. Salgado Guimarães no ano de 1986).

SEVERO, Ricardo (1898) – «Carlos Ribeiro». *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, 5; p. 153-177.

SEVERO, Ricardo (1903) – «As necrópoles Dolménicas de Tráz-os-Montes». *Portugália: materiais para o estudo do povo português*, 2 (4); p. 1-52.

SEVERO, Ricardo (1905-1908) – «Noticias. Novas Descobertas de Ourivesaria Proto-historica». *Portugália: materiais para o estudo do povo português*. VOL. II.

SEVERO, Ricardo (1905a) – «O Thesouro de Lebução (Traz-os-Montes). *Portugália: materiais para o estudo do povo português*, 2 (1); p. 1-14.

SEVERO, Ricardo (1905b) – «Vária. Notas e Comunicações. Os Braceletes d'Ouro de Arnozela». *Portugália materiais para o estudo do povo português*, 2 (1); p. 62-71.

SEVERO, Ricardo (s.d.) – «As necrópoles Dolménicas de Traz-os-Montes». *Portugália: Materiais para o estudo do povo português*, 1(4); p. 687-690.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1872) – *Souvenirs du Congrès international d'anthropologie et d'archéologie préhistoriques et des excursions faites à Modène, Mazzabotto et Ravenne et à la nécropole de l'antique Felsina la Certosa de Bologna au mois d'Octobre 1871*. Lisbonne, s.n.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1873) – «Sur un crâne découvert à Coimbra». *Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistoriques: Compte Rendus de la 6e Session, Bruxelles, 1872*. Bruxelles, C. Muquardt, Éditeur. p. 599-600.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1873a) – «Découvertes Préhistoriques en Portugal». *Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistoriques: Compte Rendus de la 5e Session, Bologne, 1871*. Bologne: Imprimerie Fava et Garagnani au Progrès. p. 333-337.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1878a) – «Secção de Archeologia: Archeologia Prehistorica». *Boletim d'Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 5 (2); p. 75-77.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1878b) – *Noções Elementares de Archeologia*. Lisboa: Lallement Frères.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1879) – «Relatório apresentado pelo Sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva na Sessão Solemne da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes: em 2 de Maio de 1879». *Boletim d'Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 10 (2); p. 153-155.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1881) – «Descobrimento da cidade romana "Nabancia" em Portugal». *Boletim d'Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 10; p. 152-154.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1882) – «Découverte d'une ville romaine en Portugal». *Bulletin Monumental ou recueil de documents et de mémoires relatifs aux différentes branches de l'archéologie. Société Française d'Archeologie pour la conservation des Monuments Historiques*, 10 (48); p. 757-758.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1883) – «Explicação da estampa deste número». *Boletim d'Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4 (4); p. 62-63.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1884) – «Argola encontrada em Penela (Carta de mr. G. de Coughny)». *Boletim d'Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 5 (4); p. 70-73.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1887) – «Signification des signes gravés sur les pierres des édifices du Moyen Age». *Association française pour l'avancement des sciences. Comptes rendus de la 15^e session, Nancy 1886*. Paris: Georges Masson, Librairie de l'Académie de Médecine, 1887. p. 1066-1072.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1888) – *Relatório da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes: apresentado na sessão solemne de 18 de Novembro de 1888*. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

SILVA, M. Matos (1895) – «Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avís: 'Anta Grande' da Ordem». *O Archeologo Português*, 1; p. 120-125.

SILVA, M. Matos (1896a) – «Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avís: Anta da herdade da Capela». *O Archeologo Português*, 2; p. 214-216.

SILVA, M. Matos (1896b) – «Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avís: Anta da herdade do Assobiador». *O Archeologo Português*, 2; p. 239-240.

SIMÕES, Augusto Filipe (1878) – *Introdução à Archeologia da Península Ibérica*. Lisboa, Livraria Ferreira.

THOMSEN, Christian Jürgensen (1848) – *A Guide to Northern Archeology*. London: James Bain, Heymarket.

URL: http://patrimoniocultural.pt/static/data/patrimoniomovel novo/historial_bmci_2011.pdf (consultado em Jan. 2015)

VASCONCELOS, José Leite de (1885) – *Portugal Pré-Historico*. Lisboa: David Corazzi, Editor.

VASCONCELOS, José Leite de (1895a) – «Palavras Prévias». *O Archeologo Português*, 1; p. 1-2.

VASCONCELOS, José Leite de (1895b) – «Colecção ethnographica do Sr. Narciso Marciano d'Azuaga». *O Archeologo Português*, 1; p. 20-28.

VASCONCELOS, José Leite de (1895c) – «Um torques de ouro». *O Archeologo Português*, 1; p. 160.

VASCONCELOS, José Leite de (1895d) – «Cabrinhas ou Bodes de Bronze». *O Archeologo Português*, 1; p. 297.

VASCONCELOS, José Leite de (1895e) – «Bibliografia». *O Archeologo Português*, 1; p. 267-269.

VASCONCELOS, José Leite de (1895f) – «Cabrinhas ou bodes de Bronze». *O Archeologo Português*, 1; p. 296-301.

VASCONCELOS, José Leite de (1895g) – «Acquisições do Museu Ethnographico Português». *O Archeologo Português*, 1. p. 218-222.

VASCONCELOS, José Leite de (1895h) – «Ruínas de Troia (em frente de Setubal)». *O Archeologo Português*, 1; p. 54-62.

VASCONCELOS, José Leite de (1895i) – «Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal» *O Archeologo Português*, 1; p. 65-92.

VASCONCELOS, José Leite de (1895j) – «Antiguidades romanas de Tomar» *O Archeologo Português*, 1; p. 13-15.

VASCONCELOS, José Leite de (1895l) – «Cursos de archeologia». *O Archeologo Português*, 1; p. 17.

VASCONCELOS, José Leite de (1895m) – «Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal». *O Archeologo Português*, 3; p. 65-92.

VASCONCELOS, José Leite de (1895n) – «Necrologia». *O Archeologo Português*, 3-6; p. 128-142.

VASCONCELOS, José Leite de (1896a) – «A Xorca de Ouro». *O Archeologo Português*, 1; p 17-24.

VASCONCELOS, José Leite de (1896b) – «Novo achado de braceletes pré-romanas». *O Archeologo Português*, 2; p 86-88.

VASCONCELOS, José Leite de (1896c) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 1; p. 245-247.

VASCONCELOS, José Leite de (1896d) – «Á cerca das antas». *A Vida Moderna*. 27 Fevereiro de 1896.

VASCONCELOS, José Leite de (1896e) – «Ainda a Propósito de Anta». *A Vida Moderna*. 24 Jun. de 1896.

VASCONCELOS, José Leite de (1896f) – «Dolmens do Concelho de Villa Pouca de Aguiar». *O Archeologo Português*, 2; p. 231.

VASCONCELOS, José Leite de (1896g) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 2; p. 142-143.

VASCONCELOS, José Leite de (1896h) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 10- 11; p. 245-247.

- VASCONCELOS, José Leite de (1896i) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 6-7; p. 158-160.
- VASCONCELOS, José Leite de (1896j) – «Novas moedas de Salacia». *O Archeologo Português*, 2; p. 280-282.
- VASCONCELOS, José Leite de (1896l) – «O arcebispo de Évora e a archeologia». *O Archeologo Português*, 2; p. 278-279.
- VASCONCELOS, José Leite de (1896m) – «Inscrição da epocha wisigothica». *O Archeologo Português*, 2; p. 175-176.
- VASCONCELOS, José Leite de (1897a) – «Padre Joaquim José da Rocha Espanca». *O Archeologo Português*, 3; p. 129-137.
- VASCONCELOS, José Leite de (1897b) – «Aos coleccionadores portugueses». *O Archeologo Português*, 3; p.67-69.
- VASCONCELOS, José Leite de (1897c) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 3; p. 122-125.
- VASCONCELOS, José Leite de (1897d) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.
- VASCONCELOS, José Leite de (1897e) – «Museu Ethnológico Português». *O Archeologo Português*, 3; p. 113-115.
- VASCONCELOS, José Leite de (1898a) – «Estação prehistorica de Alcalar». *O Archeologo Português*, 4; p. 97.
- VASCONCELOS, José Leite de (1898b) – «Excursão Archeologica ao sul de Portugal: Alcácer e arredores; Torrão; Alcáçovas, Évora e vizinhanças». *O Archeologo Português*, 4; p. 103-134.
- VASCONCELOS, José Leite de (1898c) – «Circular do Rev.^{do} Bispo de Bragança sobre Archeologia». *O Archeologo Português*, 4; p. 58-62.
- VASCONCELOS, José Leite de (1899-1900a) – «Analecta epigraphica lusitano-romana». *O Archeologo Português*, 5; p. 138- 143.
- VASCONCELOS, José Leite de (1899-1900b) – «Da Lusitânia à Bética». *O Archeologo Português*, 5; p. 225-249.

VASCONCELOS, José Leite de (1899-1900c) – «P.^e José Augusto Tavares». *O Archeologo Português*, 5; p. 17.

VASCONCELOS, José Leite de (1899-1900d) – «Aula de arqueologia no seminário Diocesano de Bragança». *O Archeologo Português*, 5; p. 44-46.

VASCONCELOS, José Leite de (1899-1900e) – «Do Areeiro à Mouraria - Carranca de Bronze Romana». *O Archeologo Português*, 5; p. 281.

VASCONCELOS, José Leite de (1901) – *Cartas de Francisco Martins Sarmiento: publicadas e anotadas por J. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, José Leite de (1902a) – «A xorca de ouro de Sintra». *O Archeologo Português*, 7; p. 155-156.

VASCONCELOS, José Leite de (1902b) – «Inscrição christã de Mertola do século VI». *O Archeologo Português*, 7; p. 144-145.

VASCONCELOS, José Leite de (1902c) – «Estátua de um guerreiro lusitano». *O Archeologo Português*, 7; p. 23-36.

VASCONCELOS, José Leite de (1903) – «O Museu de Estácio da Veiga». *O Archeologo Português*, 7; p. 157.

VASCONCELOS, José Leite de (1904a) – «Necrologia». *O Archeologo Português*, 9; p. 128-142.

VASCONCELOS, José Leite de (1904b) – «Necrologia». *O Archeologo Português*, 9; p. 320-321.

VASCONCELOS, José Leite de (1904c) – «Archeologia Prehistorica da Beira: Dolmen da Cunha Baixa». *O Archeologo Português*, 9; p. 303-308.

VASCONCELOS, José Leite de (1905a) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II.

VASCONCELOS, José Leite de (1905b) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 10; p. 44-48.

VASCONCELOS, José Leite de (1905c) – «A Orca dos Padrões». *O Archeologo Português*, 10; p. 321-328.

VASCONCELOS, José Leite de (1905d) – «Inscrição romana de Myrtilis». *O Archeologo Português*, 10; p. 31-32.

VASCONCELOS, José Leite de (1905e) – «Miscellanea». *O Archeologo Português*, 10; p. 396-405.

- VASCONCELOS, José Leite de (1905f) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 10; p. 379-382.
- VASCONCELOS, José Leite de (1905g) – «Lista de monumentos: que pelo seu caracter histórico, archeologico ou artístico são susceptíveis de se considerarem nacionais». *O Archeologo Português*, 10, p. 38-41.
- VASCONCELOS, José Leite de (1905h) – «Antiguidades Prehistoricas da Beira: A Orca da Carvalhinha». *O Archeologo Português*, 10; p. 312-313.
- VASCONCELOS, José Leite de (1906a) – «Bibliographia». *O Archeologo Português*, 11; p. 321-382.
- VASCONCELOS, José Leite de (1906b) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 11; p. 89-92.
- VASCONCELOS, José Leite de (1906c) – «Estudos sobre a época do bronze em Portugal». *O Archeologo Português*, 11; pp. 179-189.
- VASCONCELOS, José Leite de (1907a) – «Estela Sepulcral Arcaica do Alto Minho». *O Archeologo Português*, 12; p. 275-281.
- VASCONCELOS, José Leite de (1907b) – «Chronica». *O Archeologo Português*, 12; p. 125-126.
- VASCONCELOS, José Leite de (1908) – «Moeda de «Salacia» (Eviom)». *O Archeologo Português*, 13; p. 37-38.
- VASCONCELOS, José Leite de (1909) – «Dr. Henrique Botelho». *O Archeologo Português*, 14; p. 255-256.
- VASCONCELOS, José Leite de (1910a) – «Esculturas prehistoricas do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 15; p. 31-39.
- VASCONCELOS, José Leite de (1910b) – «Museu Municipal de Castelo Branco». *O Archeologo Português*, 15; p. 120-124.
- VASCONCELOS, José Leite de (1910c) – «Chronica». *O Archeologo Português*, 15; p. 247-252.
- VASCONCELOS, José Leite de (1912) – «Pelo Alentejo: Arqueologia e Etnografia». *O Archeologo Português*, 17. Separata.
- VASCONCELOS, José Leite de (1913a) – *Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional; Lisboa. vol. III.
- VASCONCELOS, José Leite de (1913b) – *Defensão do Museu Etnológico Português contra as arguições que um Sr. Deputado lhe fez no Parlamento*. Porto: Livraria Clássica de A. M. Teixeira.

VASCONCELOS, José Leite de (1913c) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 18; p. 131-168.

VASCONCELOS, José Leite de (1913d) – «D'une manière de fabriquer les haches néolithiques». *O Archeologo Português*, 18; p. 57-59.

VASCONCELOS, José Leite de (1914a) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português em 1913». *O Archeologo Português*, 19; p. 367-371.

VASCONCELOS, José Leite de (1914b) – «Cronica: Excursão alentejana». *O Archeologo Português*, 19; p. 386-398.

VASCONCELOS, José Leite de (1914c) – «Excursão arqueológica á Extremadura Transtagana». *O Archeologo Português*, 19; p. 300- 323.

VASCONCELOS, José Leite de (1915) – *Historia do Museu Etnologico Português (1893 –. 1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, José Leite de (1916a) – «Miscelânea Arqueologica». *O Archeologo Português*, 21; p. 343-366.

VASCONCELOS, José Leite de (1916b) – «Entre Tejo e Odiana». *O Archeologo Português*, 21; p. 152-195.

VASCONCELOS, José Leite de (1917a) – «Pela Beira». *O Archeologo Português*, 22; p. 293-344.

VASCONCELOS, José Leite de (1917b) – «Coisas Velhas». *O Archeologo Português*, 22; p. 107-169.

VASCONCELOS, José Leite de (1918a) – «Coisas velhas». *O Archeologo Português*, 23; p. 356-369.

VASCONCELOS, José Leite de (1918b) – «Pelo Sul de Portugal (Baixo Alentejo e Algarve)». *O Archeologo Português*, 23; p. 104-138.

VASCONCELOS, José Leite de (1919-1920a) – «Hierologia lusitanica». *O Archeologo Português*, 24; p. 270-286.

VASCONCELOS, José Leite de (1919-1920b) – «Objectos Arqueológicos de Alcoutim». *O Archeologo Português*, 24; p. 198-202.

VASCONCELOS, José Leite de (1919-1920c) – «Estudos sobre a época do ferro em Portugal». *O Archeologo Português*, 24; p. 99-107.

VASCONCELOS, José Leite de (1919-1920d) – «Coisas Velhas». *O Archeologo Português*, 24; p. 215-237

- VASCONCELOS, José Leite de (1921-1922a) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 25; p. 31-39.
- VASCONCELOS, José Leite de (1921-1922b) – «Esculpturas prehistoricas do Museu Ethnologico Português». *O Archeologo Português*, 25; p. 31-39.
- VASCONCELOS, José Leite de (1921-1922c) – «Instrumento paleolitico de Leiria». *O Archeologo Português*, 25; p. 133-134.
- VASCONCELOS, José Leite de (1925-1926a) – «Necrologia: Bernardo Rodrigues do Amaral». *O Archeologo Português*, 27; p. 224-226.
- VASCONCELOS, José Leite de (1925-1926b) – «Lápide funerária Romana». *O Archeologo Português*, 27; p. 155-159.
- VASCONCELOS, José Leite de (1927-1929) – «Sepultura de Galla». *O Archeologo Português*, 28; p. 52-60.
- VASCONCELOS, José Leite de (1930-1931) – «Castros lusitanicos». *O Archeologo Português*, 29; p. 31-49.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1861) – «Antiguidades. Município de Calahorra. Moedas». *Estrela d'Alva*, 2.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Livraria Catholica.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1880a) – *Memoria das antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas por...* Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1880b) – *A tabula de bronze de Aljustrel lida, deduzida e commentada em 1876*. Lisboa: Typographia da Academia.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1883) – *Carta Archeológica do Algarve: tempos prehistoricos*. Esc. 1: 200.000. Publicação Oficial.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886) – *Paleoethnologia: Antiguidades Monumentais do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1887) – *Paleoethnologia: Antiguidades Monumentais do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1889) – *Paleoethnologia: Antiguidades Monumentais do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. III.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1891) – *Paleoethnologia: Antiguidades Monumentais do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. IV.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1905) – «Antiguidades Monumentais do Algarve». *O Archeologo Português*, 10; p. 107-118.

VILELA, Sá (1876) – *As ruínas do Carmo (breves considerações): o Monumento, o Museu, a Associação*. Lisboa: Typ. Universal.

8. BIBLIOGRAFIA

A.A. V.V. (2006) – *Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga; XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 7. Câmara Municipal de Silves, Museu Municipal de Arqueologia.

AA.VV. (1960) – *José Leite de Vasconcellos: Livro do Centenário (1858-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ABRAÇOS, Fátima (2005) – «Os mosaicos romanos». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 241-245.

ABRANTES, Joaquim Roque (2008) – «João Gomes de Oliveira Guimarães: Abade de Tagilde. Amigo e correspondente de Leite de Vasconcelos». *O Arqueólogo Português*, 26; p. 513-542.

ABREU, Helena Ribeiro de (2008-2009) – «O passado e o futuro do Museu de Arqueologia Martins Sarmiento». *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e técnicas do património* (Porto), VII-VIII; p. 13-32.

ABREU, Mila Simões; SÁ, Artur Abreu (2000) – «As ‘pedras gravadas’ do Alvão e o seu contexto geológico». *II Jornadas do Quaternário da APEQ*. Porto: FLUP. p. 62.

ACHIM, Miruna; PODGORNY, Irina (ed.) (2014) – *Museos al detalle: colecciones, antigüedades e historia natural*. Prohistoria Ediciones, Rosario.

ALARCÃO, Jorge de (1970) – «Vidros romanos de Balsa». *O Arqueólogo Português*, 4; p. 237-261.

ALARCÃO, Jorge de (1974) - *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, Jorge de (1988b) – *Roman Portugal*. Inglaterra: Aris & Phillips LTD. Vol. II.

ALBERTI, Samuel J. M. M. (2001) – «Amateurs and Professionals in One County: Biology and Natural History in Late Victorian Yorkshire». *Journal of the History of Biology*, 34; p. 115–147.

ALBERTI, Samuel J. M. M. (2005) – «Objects and the Museum». *ISIS*, 96; p. 559-571.

ALMAGRO GORBEA, M. (1974) – «Los tesoros de Sagrajas y Berzocana y los torques de oro macizo del occidente peninsular». *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 259-282.

ALMEIDA, Fernando de (1970) – «Conclusões e Votos». *Actas e Memórias do Primeiro Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. II; p. 367-369.

ALMEIDA, Justino Mendes de (2009) – «Na primazia dos estudos linguísticos em Portugal». *150 anos do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. p. 13-19.

ALMEIDA, Justino Mendes de; MOSER, Isabel Pestana de Melo (1990) – «Inscrições Lusitano-Romanas do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses». *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical. p. 129-142.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de (1997) – *Família e Poder no Alentejo: Elites de Avis, 1886-1941*. Lisboa: Edições Colibri.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (coord.) (2013) – *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010; A Construção Nacional, 1834-1890*. Lisboa: Objectiva.

ANDERSEN, Casper; BEK-THOMSEN, Jakob; KJÆRGAARD, Peter C. (2012) – «The Money Trail: A New Historiography for Networks, Patronage, and Scientific Careers». *ISIS*, 103; p. 310–315.

ANTUNES, Luis Filipe Alves Ribeiro (2010) – «Francisco Tavares Proença Júnior: Um Arqueólogo ‘Moderno’ na Pré-História da Arqueologia Portuguesa?». *Materiais para estudos das Antiguidades Portuguezas*. p. 47-70.

ARMBUSTER, Barbara; PARREIRA, Rui (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Museu Nacional de Arqueologia e Instituto Português de Museus.

ARNAUD, José (1999) – «Possidónio: precursor do ensino e da investigação arqueológica em Portugal». *Arqueologia e História*, 51; p. 31-36.

ARNAUD, José Morais (2013) – *Memória e Intervenção: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (2005) – *Construindo a Memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. (2012) – «De Santa Olaia a Bensafrim: itinerários e percursos de Santos Rocha no Algarve.» In VILAÇA, R.; PINTO, S. (eds.) - *Santos Rocha: A arqueologia e a sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz: Casino da Figueira da Foz. Pp. 133-151.
- BAIÃO, Joana (2011) – «José de Figueiredo, historiador e crítico de arte, director do Museu Nacional de Arte Antiga. A sua contribuição no panorama historiográfico e museológico português». *Actas do Simpósio Património em Construção – elementos para a sua preservação*. Lisboa: LNEC/IHA – FLUL. p. 113-120.
- BAPTISTA, Joaquim (1986) – «Subsídios para o estudo do megalitismo na Beira Baixa: a anta da Urgueira». *O Archeologo Português*, 4; p. 89-102.
- BARBOSA, Jorge (1974) – «Toponímia da Póvoa de Varzim». *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*, 13 (1), p. 118.
- BARROCA, Mário Jorge (2005) – «Epigrafia Medieval». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 363-381.
- BARROW, M. (2000) – «The Specimen Dealer: Entrepreneurial Natural History in America's Gilded Age». *Journal of the History of Biology*, 33; p493–534.
- BATATA, Carlos; BORGES, Nelson; CORREIA, Heitor; SOUSA, Albertino de (2008) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Pouca de Aguiar*. Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar; Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda.
- BENNETT, Jim (2005) – «Museums and the History of Science. Practitioner's Postscript». *ISIS*, 96, 4; p. 602-609.
- BENNETT, Tony (2004) – *Past Beyond Memory. Evolution, Museums, Colonialism*. London and New York: Routledge.
- BERNARDO, Luís Miguel (2007) – *Histórias da Luz e das Cores*. Porto: Editora da Universidade do Porto. Vol. 2.
- BOLANOS, Maria (1997) – *História dos Museos en España*. Gijón: Ediciones Trea, S. L.
- BRANDÃO, José Manuel (1999) – «As colecções arqueológicas do Instituto Geológico e Mineiro». *O Arqueólogo Português*, 17; p. 111-122

- BRANDÃO, José Manuel (2008) – «Para uma historiografia dos colaboradores estrangeiros das antigas Comissões Geológicas». In CALLAPEZ *et al.* (org.) – *A Terra: conflitos e ordem. Homenagem ao Prof. Ferreira Soares*. Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra. p. 419-427.
- BRANDÃO, José Manuel (2010) – «Museu Geológico: lugar de memórias históricas e científicas». *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. Porto, Vol. 1, p. 163-174.
- BRANDÃO, José Manuel (2013) – «Dois Likes de Darwin aos Trabalhos de Carlos Ribeiro ainda a questão do Homem do Terciário». *Al-Madan*, 18; p.126-131.
- BRIGOLA, João Carlos (2003) – *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BRITO, Eduardo (2012) – «Comer o Colódio: a fotografia de Francisco Martins Sarmento». *O Fotógrafo Martins Sarmento*. Guimarães: Ed. Guimarães. p. 18-25.
- BYRNE, Sarah; CLARKE, Anne; HARRISON, Rodney; TORRENCE, Robin (eds.) – *Unpacking the Collection: Museums, Identity and Agency*. Springer: One World Archaeology.
- CAETANO, J. O. (2005) – «Os restos da Humanidade. Cenáculo e a Arqueologia». In AA. VV. – *Imagens e Mensagens. Escultura Romana do Museu de Évora*. Évora. p. 48-56. (Catálogo)
- CALDAS, António José Ferreira (1996) – «Conferência arqueológica da citânia». *Revista de Guimarães* (Parte I); p. 240-243
- CÂNDIDO, Maria João; NETO, José Luís (2008/2009) – «A Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus». *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, VII-VIII; p. 115-125.
- CAPELA; José Viriato (1995-1996) – «Vida e obra de Martins Capella (Breve discurso a propósito da comemoração do centenário da 1.ª edição dos Miliários)». *Cadernos de Arqueologia*, 12-13; p. 17-24.
- CARDOSO, João Luís (1999) – «O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa». *Al-Madan*, 8; p. 138-156.
- CARDOSO, João Luis (1999/2000) – «As Investigações de Carlos Ribeiro e Nery Delgado sobre o 'Homem Terciário': resultados e consequências na época e para além dela». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8; p. 33-54.

CARDOSO, João Luís (1999-2000) – «As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o "homem terciário": resultados e consequências na época e para além dela». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8; p. 33-54.

CARDOSO, João Luís (2003) – «O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral)». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 11; p. 97-228.

CARDOSO, João Luís (2004) – «Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos». In *Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado* (2004). Lisboa: Academia Portuguesa da História. p. 451-504.

CARDOSO, João Luís (2006a) – «Apresentação». In Veiga, S. P. M. Estácio da – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. 5. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia. p. 15-30.

CARDOSO, João Luís (2006c) – «Sebastião Philipes Martins Estácio da Veiga, José Leite de Vasconcelos e a necrópole do Rossio do Carmo em Mértola». *O Arqueólogo Português*, 24; p. 151-165.

CARDOSO, João Luís (2007a) – «Estácio da Veiga e a Arqueologia. Um percurso científico no Portugal oitocentista». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 14: p. 293-520.

CARDOSO, João Luís (2007b) – «Vida e Obras de Estácio da Veiga. 4ª. Encontro de Arqueologia do Algarve». *Percursos de Estácio da Veiga. Conferência inaugural* (Silves, 2006). *Actas*. Silves: Câmara Municipal de Silves; p. 15-72.

CARDOSO, João Luís (2008) – «José Leite de Vasconcelos (1858-1941): o médico, o humanista e o homem». *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 126 (1-12); p. 73-83.

CARDOSO, João Luís (2008) – «José Leite de Vasconcelos e os instrumentos líticos da serra do brunheiro (concelho de Chaves)». *O Arqueólogo Português* (Volume de Homenagem a José Leite de Vasconcelos no 150º. Aniversário do seu nascimento), 26; p. 345-362.

CARDOSO, João Luís (2009) – «José Leite de Vasconcelos, pré-historiador: sua projecção internacional». *Acta da Jornada Evocativa: 150 Anos do Nascimento do Doutor José Leite De Vasconcelos*. Academia Portuguesa da História (Separata)

CARDOSO, João Luís (2009) – «Nota introdutória e comentários a Veiga, S. P. M. Estácio da, "Várias antiguidades do Algarve"». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17; p. 617-696.

CARDOSO, João Luís (2010) – «Francisco Tavares de Proença Júnior no quadro da Arqueologia portuguesa do início do século XX». *Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro* (Castelo Branco, 2008). Actas (*Materiaes*, número especial). Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior: p. 17-45

CARDOSO, João Luís (2010/2011) – «O professor Mendes Corrêa (1888-1960) e as investigações sobre o *homo afer taganus* dos concheiros mesolíticos de Muge». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18; p. 631-655.

CARDOSO, João Luís (2012) – «José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia». *O Arqueólogo Português*, 2; p. 77-187.

CARDOSO, João Luís (2012-2013) – «O Conde de S. Januário, presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1896-1901)». *Arqueologia e História: Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 64-65; p. 31-44.

CARDOSO, João Luís (2013) – «Manuel Heleno (1894-1970): o arqueólogo e o professor universitário à luz de documentação inédita». *Al-Madan*, 18; p. 131-146.

CARDOSO, João Luís (2014) – «António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos». *Setúbal Arqueológica*, 15; p. 11-44.

CARDOSO, João Luís, *et al.* (2003) – «Investigações recentes do megalitismo funerário na região do Tejo Internacional (Idanha-a-Nova)». *O Archeologo Português*, 21; p. 151-207.

CARDOSO, João Luís; GRADIM, A. (2006b) – «Notas e comentários». In Veiga, S. P. M. *Estácio da – Antiguidades Monumentais do Algarve*. 5. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia. p. 140-160.

CARDOSO, João Luís; GRADIM, Alexandra (2004) – «Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim». *O Arqueólogo Português*, 22; p. 67-112.

CARDOSO, João Luís; MELO, A. A. (2001) – «Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da Arqueologia em Portugal». *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 88; p. 309-346.

CARNEIRO, Ana (2005) – «Outside Government Science, 'Not a Single Tiny Bone to Cheer Us Up!' The Geological Survey of Portugal (1857-1908), the Involvement of Common Men, and the Reaction of Civil Society to Geological Research». *Annals of Science*, 62; p. 141-204.

CARNEIRO, Ana; MOTA, Teresa Salomé; LEITÃO, Vanda (2013) – *O Chão que Pisamos. A Geologia ao Serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Edições Colibri/Colecção CIUHCT.

CARNEIRO, André (2008) – *Itinerários Romanos do Alentejo: Uma Releitura de «As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio» de Mário Saa, cinquenta anos depois*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

CARNEIRO, André (2014) – *Lugares, tempos e pessoas: povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Vol. II.

CARNEIRO, Deolinda Veloso; GOMES, José Manuel Flores (1997) – «Museu». In SILVA, Armando Coelho F.; CENTENO, Rui - *Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim: Catálogo do Núcleo de Arqueologia*. Póvoa do Varzim: Edições Etnos/Câmara Municipal da Póvoa do Varzim.

CARRILHO, António Jorge Botelho (2002) – *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique: subsídios para a sua história*. Universidade de Évora, Tese de Mestrado.

CASH, Derek (2002) – *Access to Museum Culture: the British Museum from 1753 to 1836*. London: British Museum.

CATROGRA, Fernando (2014) – *A Geografia dos Afectos Pátrios: As Reformas Político-Administrativas (séc. XIX-XX)*. Coimbra: Edições Almedina.

CAVACO, Sandra Cristina da Costa Fialho Palma (2011) – *O arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica*. Dissertação de Mestrado: Portugal Islâmico e o Mediterrâneo, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve.

CHAGAS, José Trindade (2006/2007) – «Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896): a intervenção como presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais». *Arqueologia e História*, 58/59; p.195-200.

CHEW, Hélène (2008) – «Les Échanges archeologiques internacionax au XIXe siècle: L'exemple d'Alexandre Bertrand et du Musée des Antiquités nationales». In *Les Dépôts de l'Etat au XIXe siècle*. Paris, Ministère de la Culture et de la Communication/Musée du Louvre. p. 74-81.

COITO, Livia Cristina (2003) – «Documentos para a História do MNA: peças da colecção de escultura do MNA». *O Arqueólogo Português*, 21; p. 339-346.

- COITO, Livia Cristina (2004) – «Documentos para a História do MNA: Aquisição da Coleção de Estácio da Veiga». *O Arqueólogo Português*, 22; p. 491-513.
- COITO, Livia Cristina (2005) – «Documentos para a História do MNA: Assuntos de Pessoal». *O Arqueólogo Português*, 23; p. 467-491.
- COITO, Livia Cristina (2006) – «Documentos para a História do MNA: Novos dados sobre as coleções do Museu [Coleção Otto von Hafe]». *O Arqueólogo Português*, 24; p. 411-417.
- COITO, Livia Cristina (2007) – «Documentos para a História do MNA: Novos dados sobre as coleções do Museu». *O Arqueólogo Português*, 25; p. 445-465.
- COITO, Livia Cristina (2008) – «Para a História do Museu Ethnologico (de 1893 a 1908). 14 annos de luta, ralações e trabalho». *O Arqueólogo Português*, 26; p. 15-40.
- COITO, Livia Cristina; CARDOSO, João Luís; MARTINS, Ana Cristina (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo.
- CORREIA, Virgilio Hipólito (2013) - «A Ourivesaria Arcaica no Ocidente Peninsular. Estado da Questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo.». *O Arqueólogo Português*, 3; p. 15-114.
- CORREIA, Virgilio Hipólito; PARREIRA, Rui; SILVA, A. C. F. (2013) – *Ourivesaria Arcaica em Portugal: o brilho do poder*. Lisboa: CTT.
- COSTA, Luís Manuel Neves (2013) – «Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo». *História. Revista da FLUP*, 3; p. 41-58.
- COSTA, Patrícia; CHAMINÉ, Helder I.; CALLAPEZ, Pedro (2009) – «As coleções de minas, metalurgia e mineralogia do antigo Instituto Industrial do Porto, Portugal». *Scientiarum Historia II – Encontro Luso-Brasileiro de História das Ciências, 2º Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – UFRJ/HCTE & Universidade de Aveiro*.
- DASTON, Lorraine (2008) – *Things that talk: object lessons from art and science*. New York: Zone Books.
- DASTON, Lorraine; SIBUM H. Otto (2003) – «Scientific Personae and Their Histories». *Science in Context*, 16 (1-2); p. 1-8.
- DAUGERON, Bertrand; LE GOFF, Armelle (dir.) (2014) – *Penser, Classer, Administrer: pour une histoire croisée des collections scientifiques*. Paris: Muséum National d'Histoire Naturelle; CTHS.

DELICADO, Ana (2009) – *A Musealização da Ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

DESMOND, Adrian (2001) – «Redefining the Axis: “Professionals,” “Amateurs” and the Making of Mid-Victorian Biology, A Progress Report». *Journal of the History of Biology*, 34; p. 3-50.

DIAS, José Lopes (1972a) – *Francisco Tavares de Proença J.or, fundador do Museu do Castelo Branco : vida e obras*. Castelo Branco: Estudos de Castelo Branco.

DIAS, José Lopes (1972b) – «Tavares de Proença J.^{or}, fundador do Museu do Castelo Branco». *Revista Seiva*, 2-4. Castelo Branco: Estudos Castelo Branco. (Separata)

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2006) – «Nacionalismo e Arqueologia: o contexto político da nossa disciplina». *Revista Aulas*, 2; p. 1-42.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2007) – *A World History of Nineteenth-Century Archaeology. Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; CHAMPION, Timothy (Eds.) (1996) – *Nationalism and Archaeology in Europe*. Londres: UCL Press.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; PRICE, Megan, GOSDEN, Chris (2009) – «Christopher Hawkes: his archive and networks in british and european archaeology». *The Antiquaries Journal*, 89; p 1-22.

DINIZ, Mariana; GONÇALVES, Victor S. (1993-1994) – «Na segunda metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal». *O Arqueólogo Português*, 11-12; p. 175-187.

DORES, Hugo Gonçalves (2008) – *A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

DUARTE, Susana (2000) – «Cerâmicas de Idanha-a-Velha: contributo para o estudo dos motivos decorativos». *O Archeologo Português*, 18; p. 99-140.

DUCHÊNE, Hervé (2009) – «Un historien d’art entre érudition et pédagogie». *Dictionnaire Critique des Historiens de L’Art*. Disponível on line: <http://www.inha.fr/fr/ressources/publications/publications-numeriques/dictionnaire-critique-des-historiens-de-l-art/reinach-salomon.html> (consultado em Jan. 2016)

- EFFROS, Bonnie (2012) – «'Elle pensait comme un homme et sentait comme une femme': Hortense Lacroix Cornu (1809-1875) and the Musée des antiquités nationales de Saint-Germain-en-Laye». *Journal of the History of Collections*, 24; p. 25-43.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1993-1994) – «No centenário da Publicação das Religiões da Lusitânia: nacionalismo em Leite de Vasconcelos». *O Arqueólogo Português*, 11-12, p. 35-42.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2003) – «Quão importantes eram as gentes!...» *In Tavira, território e poder*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-104.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2008) – «Leite de Vasconcelos e as inscrições romanas – flagrantes de um quotidiano vivido». *O Arqueólogo Português*, 26; p. 385-406.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2010) – *Epigrafia: as pedras que falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2.^a Edição.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2013) – «O quotidiano numa aldeia mineira romana: o caso de Vipasca». *Vipasca*, 4; p. 33-37.
- ESKILDSEN, Kasper Risbjerg (2012) – «The Language of Objects: Christian Jürgensen Thomsen's Science of the Past». *ISIS*, 103; p. 24–53.
- ETIENNE, Robert; MAKAROUN, Yasmine; MAYET, Françoise (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ETIENNE, Robert; MAYET, Françoise (2000) – *Le vin Hispanique*. Paris: De Boccard.
- FABIÃO, Carlos (1989) – «Para a história da Arqueologia em Portugal». *Penélope*, 2; p. 10-26.
- FABIÃO, Carlos (1996) – «Archaeology and nationalism: the Portuguese case». *In* M. Díaz- Andreu; T. Champion (Eds.). *Nationalism and Archaeology in Europe*. Londres: UCL Press. p. 90-107.
- FABIÃO, Carlos (1997) – «Percurso da Arqueologia Clássica em Portugal: da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1964-1971)». *In* MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M. (Eds.) – *La Cristalización del Pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Univ. Málaga. p. 105-123.

- FABIÃO, Carlos (1999) – «Um Século de Arqueologia em Portugal – I», *Al-Madan*, 8; p.104-126.
- FABIÃO, Carlos (1999) – «Um século de arqueologia em Portugal». *Al-Madan*, 8; p. 104-126.
- FABIÃO, Carlos (2002) – «José Leite de Vasconcellos e a Génese de Religiões da Lusitânia». In RIBEIRO, J. C. (ed.) – *As Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: MNA. p. 341-345. (Catálogo)
- FABIÃO, Carlos (2008) – «Leite de Vasconcelos (1858 – 1941): um archeólogo português». *O Arqueólogo Português*, 26; p. 97-126.
- FABIÃO; Carlos (2004) – «O arqueólogo Francisco Tavares Proença (Júnior)». *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: IPM/Museu Francisco Tavares Proença Júnior. p. 12-27. (Catálogo)
- FABIÃO; Carlos (2007) – «Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos no Algarve, em época romana». *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 7; p. 131 – 142.
- FAGAN, Brian (2003) – *Archaeologists: Explorers of the human past*. Oxford: Oxford University Press.
- FARINHA, Luís (1998) – *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. Lisboa: Estampa.
- FARRO, Maximo (2009) – *La Formacion do Museo de La Plata. Coleccionistas, comerciantes, estudiosos y naturalistas viajeros a fines del siglo XIX*. Rosario: Prohistoria ediciones.
- FELISMINO, David (2014) – *Saberes, Natureza & Poder. Colecções científicas da antiga Casa Real Portuguesa*. Lisboa, Museus da Universidade de Lisboa. Lisboa: Almedina.
- FERNANDES, Carla Varela (2005) – «Vida, Fama e Morte: Reflexões sobre a Colecção de Escultura Gótica». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 301-355.
- FERNANDES, Luís da Silva (2002) – «As águas e o factor religioso na província romana da Lusitânia». RIBEIRO, José Cardim (coord.) – *As Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- FERNÁNDEZ-GALIANO, Emílio; FALCÓN MARTINEZ, Constantino; LÓPEZ MELERO, Raquel (1997) – *Dicionário de Mitologia Clássica*. Editorial Presença.
- FERREIRA, Ana Margarida (coord.) (2004) – *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Poença Júnior*. Castelo Branco: Instituto Português de Museus.

FERREIRA, Lúcia Rodrigues (2012) – *Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia*. Coimbra: Projeto Instituto de Coimbra 2012, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

FIOLHAIS, Carlos; MARTINS, Décio (2010) – *Breve História da Ciência em Portugal*. Coimbra: Gradiva, Imprensa da Universidade de Coimbra.

FITAS, Augusto José dos Santos; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds) (2012) – *A Actividade da Junta de Educação Nacional*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FITAS, Augusto José dos Santos; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds) (2013) – *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FITAS, Augusto; RODRIGUES, Marcial E.; NUNES, Maria de Fátima (2008) – *Filosofia e História da Ciência em Portugal no século XX*. Lisboa: Caleidoscópio.

FITTSCHER, K. (1993) – «Bildnis einer Trajanischer Zeit aus Milreu». *Madridrer Mitteilungen*, 345; p. 202-209.

FRANCO, Mário Lyster (1942) – «As Ruínas romanas de Milreu». *Boletim da Junta de Provincias do Algarve*, 1; p. 46-50.

GAMITO, Teresa Júdice (2005) – «Anforeta de tipo fenício». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 138-139.

GÄNGER, Stefanie. (2014) – *Relics of the Past: The Collecting and Study of Pre-Columbian Antiquities in Peru and Chile, 1837—1911*. Oxford University Press.

GARCIA MARTÍNEZ, Sonia Maria (1999) – «Francisco Martins Sarmiento: la semblanza de un epigrafista del Mundo Romano». *Revista: Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, p. 201-212.

GARCIA Y BELLIDO, António (1948) – «Sarcófagos Romanos de tipo Oriental hallados en la Peninsula Ibérica». *Archivo Espanol de Arqueologia*, 21 (71); p. 95-109.

GLASSÉ, Jozef (2015) – «Pol De Mont and Friends: A Curator, Donations, and Gift Culture in Early Twentieth-Century Antwerp». *Museum History Journal*, 8 (1); p. 102-113.

GODINHO, Bárbara (2013) – *Arquivo fotográfico Silva Magalhaes: um novo olhar sobre Tomar no século XIX*. Dissertação de Mestrado em Práticas Culturais para o Município. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

GOMES, Inês (2016) – «The natural history collection at the Lisbon Military College: Tracing the history of a teaching collection». *Journal of the History of Collections*, 20. doi: 10.1093/jhc/fhw036

GOMES, Joana Farinha (2010) – *Os Materiais Médico-Cirúrgicos de Época Romana do Museu Nacional de Arqueologia*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Vol. II e II.

GOMES, João José Fernandes; DOMINGOS, José Batista Barreto (2005) – «Vaso Neolítico do Cartaxo». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 102-103.

GOMES, Mário Varela (2005) – «Projecto de Musealização». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 630-639.

GÓMEZ-MARTINEZ, Susana; LOPES, Virgílio (2007) – «Trabalhos Arqueológicos de Estácio da Veiga em Mértola». *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 7; p. 270-282. (Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga; Silves, 24 e 25 de Novembro de 2006)

GONÇALVES, Luís Jorge Rodrigues (2007) – *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Tese de Doutoramento. Mérida: Junta da Extremadura. 2 Vols.

GONÇALVES, Maria José (2007) – «A arqueologia no Concelho de Silves. O Contributo Pioneiro de Estácio da Veiga». *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 7; p. 421-434. (Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga; Silves, 24 e 25 de Novembro de 2006)

GONÇALVES, Maria José; ZEKRI, Mostafa (2008) – «Acerca de uma antigualha oferecida ao Museu Ethnologico Português: um molde de amuleto inédito, proveniente da Silves islâmica». *O Arqueólogo Português*, 26; p. 363-384.

GONÇALVES, Victor S. (1979) – «A carta arqueológica do Algarve. Estratégias e perspectivas». *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 1, p. 99-115.

GONÇALVES, Victor S. (1980) – *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa (Clássicos da Historiografia Portuguesa/Opúsculos/3).

GONÇALVES, Victor S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré Históricas (Lisboa 1880): uma leitura, seguida de Crónica de Bordalo Pinheiro*. Lisboa : Centro de História da Universidade.

GONÇALVES, Victor S. (1993) – «O Congresso Internacional de 1880». In MEDINA, João; GONÇALVES, Victor S. (dir.) – *História de Portugal*. Amadora: Ediclube, vol. I; p. 99-108.

GONÇALVES, Victor S. (2004a) – «As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e.)». *O Arqueólogo Português*, 22; p. 163-318.

GONÇALVES, Victor S. (2004b) – «As deusas da noite: o projecto «Placa Nostra» e as placas de xisto gravadas da região de Évora». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (2); p. 49-72.

GONÇALVES, Victor S.; SOUSA, A. C. (1996) – «Estácio da Veiga, Mafra e a sua Arqueologia. Estudo introdutório». In VEIGA, E. - *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa*. Ericeira: Mar de Letras. p. 5-35.

GONÇALVES, Victor S.; SOUSA, Ana Catarina (2006) – «Algumas breves reflexões a propósito de quarto datas ¹⁴C para o Castro da Rotura, no contexto do 3.º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal». *O Arqueólogo Português*, 24; p. 233-266.

GOSDEN Chris; MARSHALL, Yvonne (1999) – «The Cultural Biography of Objects». *World Archaeology*, 31; p. 169-178.

GOSDEN, Chris; LARSON, Francis (2007) – *Knowing Things: Exploring the Collections at the Pitt Rivers Museum 1884-1945*. Oxford University Press.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1992) – «O Museu Etnológico Português (1893-1914): um projecto nacional e uma tentativa de conjugação disciplinar». *Revista Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 7; p. 197-209.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1993-1994) – «A crise no Museu Etnológico Português (1911-1913)». *O Arqueólogo Português*, 11-12; p. 43-72.

- GRAEN, Dennis (2007) – «O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10 (1); p. 275-288.
- GRAEN, Dennis; KLEINSCHMIDT, Torsten; SCHIERL, Thomas; ZIMMERMANN, Klaus (2008) – «The site of Quinta do Marim (olhão): results and perspectives of investigation. *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 8; p. 223-241.
- GRAN-AYMERICH, Eve (1998) – *Naissance de l'archeologie moderne, 1798-1945*. Laronde, Paris: CNRS Editions.
- GRAN-AYMERICH, Ève (2001) – «Archéologie et préhistoire: les effets d'une révolution». In PERRIN-SAMINADAYAR, Éric – *Rêver l'archeologie au XIXe siècle: de la science à l'imaginaire*. Saint-Étienne: Publication de l'Université de Saint-Étienne. P. 17-46.
- GRILO, Fernando Jorge Artur (2005) – «A Escultura da Época Moderna: reflexões a propósito de uma coleção». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 432-495.
- GROLA, Diego Amorim (2016) – «Nurturing Collecting and the Trade in Objects: The Formation of the Museu Paulista, 1850s–1910s». *Museum History Journal*, 9 (1); p. 93–107.
- GUERRA, Amílcar (1999) – «F. Martins Sarmiento e a Questão do Celtismo». *Revista de Guimarães* (Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia). p. 179-192.
- GUERREIRO, M. V. (1960) – «Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos». In José Leite de Vasconcelos, Livro do Centenário. Lisboa Imprensa Nacional. p. 109-130.
- GUILAINE, J.; FERREIRA, O. Veiga (1970) – «Le Neolithique ancient du Portugal». *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 67 (1); p. 304-322.
- HARRIS, Edward C. (1989) – *Principles of archaeological stratigraphy*. Academic Press Limited, London.
- HAUSCHILD, Theodore (1971) – «Dois bustos Romanos de Milreu (Estói)». *Anais do Município de Faro*, 3; p. 241-250.
- HAWKES, C. F. C. (1971) – «The Sintra Gold Collar». *The British Museum Quarterly*, 35(1/4); p. 38-50.
- HELENO, Manuel (1930-1931) – «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos». *O Arqueólogo Português*, 29; p. 1-2.

HELENO, Manuel (1956) – «Um quarto de século de investigação arqueológica». *O Arqueólogo Português*, 3; p. 221-237.

HENRIQUES, Francisco; CANINAS, João Carlos (2004) – «O Megalitismo na região de Castelo Branco na obra de Francisco Tavares Proença Júnior». In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Poença Júnior*. Castelo Branco: Instituto Português de Museus, pp. 28-35.

HILL, Kate (eds.) (2012) – *Museums and Biographies: Stories, Objects, Identities*. The International Center for Culture and Heritage Studies, New Castle University.

HUDSON, Kenneth (1981) – *A social history of archaeology: the British experience*. London: Macmillan

HUREL, Arnaud (2014) – «Les Préhistoriques sous l’œil des naturalists: les hommes fossiles, entre Muséum & Institut de paléontologie humaine». In DAUGERON, Bertrand; LE GOFF, Armelle (dir.) – *Penser, Classer, Administrer: Pour une histoire croisée des collections scientifiques*. Paris: Publications Scientifiques de Muséum National d’Histoire Naturelle, CTHS. p 17-37.

HUREL, Arnaud; HAMEAU, Sébastien (2007) – «Les archives Émile Cartailhac de l’Institut de paléontologie humaine». *Archives de l’archéologie européenne (AREA)*, 110; p. 56-60.

IMPEY, Oliver; MACGREGOR, A. (eds) (1985) – *The Origins of Museums: the Cabinet of Curiosities in Sixteenth and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon.

JACKSON, Patrick N. Wyse; JONES, Mary Spencer (2007) – «The quiet workforce: the various roles of women in geological and natural history museums during the early to mid-1900s». In BUREK, C. V.; HIGGS, B. (eds) – *The Role of Women in the History of Geology*. London: Geological Society, Special Publications, 281. p. 97-113.

JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira (1995) – «Theoretical Underpinnings of the Portuguese Archaeology in the Twentieth Century». In UCKO, Peter J. (ed.) – *Theory in Archaeology. A world perspective*. London; New York: Routledge, p. 251-263.

KAESER, Marc-Antoine (2001) – «L’internationalisation de la préhistoire, une manoeuvre tactique? Les conséquences épistémologiques de la fondation des Congrès internationaux d’anthropologie et d’archéologie préhistoriques». In BLANCKAERT, C. (ed.) – *Les politiques de l’anthropologie. Discours et pratiques en France (1860-1940)*. Paris: l’Harmattan. p. 201-230.

KAESER, Marc-Antoine (2010) – «Une science universelle, ou «éminemment nationale»? Les congrès internationaux de préhistoire (1865-1912)». *Revue Germanique internationale*, 12; p.17-31.

- KJÆRGAARD, Peter C. (2012) – «The Fossil Trade: Paying a Price for Human Origins». *ISIS*; 103(2); p. 340-355.
- KLEIN, Ursula; SPARY, E. C. (2010) – *Materials and Expertise in Early Modern Europe: Between Market and Laboratory*. University of Chicago Press.
- KOHL, Philip (1998) – «Nationalism and Archaeology: On the Constructions of Nations and the Reconstructions of the Remote Past». *Annual Review of Anthropology*, 27; p. 223-246.
- KOHL, Philip; PODGORNY, Irina; GÄNGER, Stefanie (ed.) (2014) – *Nature and Antiquities: The Making of Archaeology in the Americas*. Tucson: The University of Arizona Press.
- KOHLER, Robert E. (2007) – «Finders, Keepers: Collecting Sciences and Collecting Practice». *History of Science*, 45 (4); p. 428–454.
- KOHLER, Robert E. (2011) – «History of field science: trends and perspectives». In VETTER, Jeremy (ed.) – *Knowing Global Environments: New Historical Perspectives on the Field Sciences*. Rutgers University Press. p. 212-240.
- KOHLER, Robert E. (2013) – *All Creatures: Naturalists, Collectors, and Biodiversity, 1850-1950*. Princeton University Press.
- KOPITOFF, Igor (1986) – «The cultural Biography of things: commoditization as process». APPADURAI, Arjun (Ed.) – *The Social Life of Things: Commodities in Cultural perspective*. Cambridge University Press.
- KRAGH, Helge (2001) – *Introdução à Historiografia da Ciência*. Porto: Porto Editora.
- KRINGS, Véronique; VALENTI, Caterine (2011) – *Les Antiquaires du Midi - Savoirs et mémoires XVIe-XIXe siècle*. Errance Editions.
- KUKLICK, Henrika (1991) – «Contested Monuments. The Politics of Archaeology in Southern Africa». In STOCKING, George W. (ed.) – *Colonial Situations. Essays of the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. London: University of Wisconsin Press. p. 135-169.
- KUKLICK, Henrika; KOHLER, Robert E. (1996) – «Introduction». *OSIRIS*, 11; p. 1-14.
- LACERDA, Aarão de; CHICÓ, Mário Tavares; SANTOS, Reynaldo dos (1942) – *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora. Vol. 1.

LARSON, Frances (2008) – «Anthropological landscaping: General Pitt Rivers, the Ashmolean, the University Museum and the shaping of an Oxford discipline». *Journal of the History of Collections*, 20 (1); p. 85-100.

LARSON, Francis (2009) – *An Infinity of Things: How Sir Henry Wellcome Collected the World*. Oxford University Press.

LEAL, João (2006) – *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Transições*. Lisboa: Livros Horizonte.

LEISNER, Georg, LEISNER Vera (1956) – «Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen». *Madridrer Forschungen*, 1, 1. Lieferung. Walter de Gruyter & Co., Berlin.

LEITÃO, Vanda (2001) – «The Travel of Carlos Ribeiro (1813-1882) in Europe, in 1858». *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 88; p.293-300.

LEITÃO, Vanda (2005) – *Assentar a Primeira Pedra: as primeiras Comissões Geológicas portuguesas (1848-1868)*. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

LEITÃO, Vanda (s.d.) – «Carlos Ribeiro». <http://www.ciuhct.com/index.php/pt/biografias/331-ribeiro-carlos.html> (consultado em Março de 2014).

LEMOS, Francisco de Sande (1987) – «As Três Idades da Arqueologia Portuguesa». *FORUM*, 2; p. 5-12.

LEMOS, Francisco Sande (1988) – «A Excursão ao Norte de Portugal do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (1880): Braga e Citânia de Briteiros». *FORUM*, 4; p. 43-56.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – «Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais». *FORUM*, 5; p. 91-106.

LEMOS, Francisco Sande (1995) – «Martins Sarmiento e a arqueologia Portuguesa dos anos setenta e oitenta do século XIX». *Revista de Guimarães*, 105; p. 117-126.

LEMOS, Francisco Sande (2001) – «Para a história da arqueologia portuguesa: Leite de Vasconcelos e a Arqueologia transmontana». *O Arqueólogo Português*, 19; p. 13-28.

LEMOS, Francisco Sande (s.d.) – «Citânia de Briteiros». *Revista de Guimarães*. http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/neph/citania/citania_de_briteiros.pdf (Consultado em Setembro 2015)

LEMOS, Francisco Sande; CRUZ, G. (2011) – «Citânia de Briteiros». *Revista de Guimarães*. http://www.csarmento.uminho.pt/docs/neph/citania/citania_de_briteiros.pdf (Consultado em Maio 2015)

LEMOS, Francisco Sande; NUNES, Henrique Barreto (2008) – «Leite de Vasconcelos e a Arqueologia do Minho». *O Arqueólogo Português*, 26; p. 255-279.

LERARIO, Maria Gabriella (2011) – «The National Museum of Prehistory and Ethnography “Luigi Pigorini” in Rome: the Nation on Display». *Great Narratives of the Past. Traditions and Revisions in National Museums Conference proceedings from EuNaMus, European National Museums: Identity Politics, the Uses of the Past and the European Citizen* (Paris 29 June – 1 July & 25-26 November 2011). Linköping University Electronic Press: http://www.ep.liu.se/ecp_home/index.en.aspx?issue=078 (Consultado em Fevereiro de 2015)

LEVINE, Philippa (1986) – *The Amateur and the Professional: Antiquarians, Historians and Archaeologists in Victorian England (1838/1886)*. Cambridge: Cambridge University Press.

LICHTER, Clemens (2016) – «Collections and decorations: An original approach to the dissemination of prehistoric collections in Germany in the nineteenth century». *Journal of the History of Collections*, October 24. doi: 10.1093/jhc/fhw034

LILLIOS, Katina (2002) – «Some new views of the engraved schist plaques of southwest Iberia». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5 (2); p. 135-152.

LILLIOS, Katina (2003) – «Creating Memory in prehistory: The Engraved Slate Plaques of southwest Iberia». In VAN DYKE, R. M., ALCOCK, S. E. (eds) – *Archeologies of memory*. Malden, MA: Blackwell. p. 129-150.

LOPES, Maria Margaret (2001) – «Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica». *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, 8; p. 881-897.

LOPES, Maria Margaret (2010) – «Museus e coleções de Geociências: novas conjunções de objetos, de públicos, de políticas e de profissionais». In BRANDÃO, José M. et al. (eds.) - *Coleções e museus de Geologia: missão e gestão*. Coimbra: MMGU-Coimbra, CEHFCi-UEvora. p. 9-12.

LOPES, Maria Margaret (2012) – «Entre símbolos e cores: dinâmicas internacionais dos Congressos de Geologia». In SILVA, Márcia Regina Barros da; HADDAD, Thomás A. S. (org.) – *Anais do 13º Seminário*

Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Sociedade Brasileira de História da Ciência. São Paulo: EACH/USP.

LOPES, Maria Margaret (2016) – «Gender, Collecting practices, Museums». *HoST - History of Science and Technology*, 10; p. 1-9.

LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda Lúcia (2011) – «Bonpland, Saint-Hilaire e o Megatherium nas coleções de cartas de Dámaso António Larrañaga (1771-1848)». In LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (Ed.) – *Coleccionismo, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB. p. 11-28.

LOPES, Maria Margaret; ROMERO SÁ, Magali (2016) – «A Museum in the Heart of Amazonia: One Man's Laboratory». *Museum History Journal*, 9, p. 77-92.

LOPES, Quintino Manuel Junqueira (2017) – *A Junta de Educação Nacional (1929/36): traços de europeização na investigação científica em Portugal*. Tese de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências. Universidade de Évora.

LOPES, Susana Soares (2014) – «Mesa Redonda: a Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas». *Antrope*, 1; p. 9-13.

LOPES, Virgílio (1999) – «A necrópole da Achada de S. Sebastião». In BOIÇA, J.; LOPES, V. (coord.) – *A necrópole e a ermida da Achada de S. Sebastião*. Mértola: Escola Profissional Bento de Jesus Caraça/Campo Arqueológico de Mértola. p. 81-99.

LOPES, Virgílio (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do Cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

LOPES, Virgílio; BOIÇA, Joaquim (1993) – «A necrópole e a Ermida da Achada de S. Sebastião de Mértola». *Arqueologia Medieval*, 2; p. 17-29.

LOPEZ CUEVILLAS, Florentino (1959) – «La época Megalítica en el noroeste de la Península». *Cesaraugusta*, 12-14; p. 21-77.

LORRE, Christine; BOUCHER, Anaïs (2014) – «Déchiffrer les étiquettes et recoller les morceaux: comment étudier et valoriser la collection d'archéologie comparée du musée d'Archéologie Nationale (Saint Germain-en-Laye)». In DAUGERON, Bertrand; LE GOFF, Armelle (dir.) – *Penser, Classer, Administrer: Pour une histoire croisée des collections scientifiques*. Paris: Publications Scientifiques de Muséum National d'Histoire Naturelle, CTHS.

LOURENÇO, Marta C. (2005) - *Entre deux mondes: La spécificité et le rôle contemporain des collections et musées des universités en Europe*. Thèse de doctorat Histoire des Techniques, Muséologie. Conservatoire National des Arts et Métiers, École doctorale technologique et professionnelle, Paris.

LOURENÇO, Marta C. (2015) – «Scientific collections, museums and heritage: Creating connections and engaging society through history. *Sartoniana*, 28; p. 109-128.

LOURENÇO, Marta C.; CARNEIRO, Ana (eds) (2009) – *Spaces, Collections and Archives in the History of Science: The Laboratorio Chimico Ouverture*. Museum of Science of the University of Lisbon.

LOURENÇO, Marta C.; FELISMINO, David (2013) – «Between Teaching and Collecting: The Lost Cabinet of Physics of Princes José and João of Portugal (1777–1808)». In BENNETT, Jim & TALAS, Sofia (eds) – *Making Science Public in 18th-Century Europe: the Role of Cabinets of Experimental Philosophy*. Brill; p. 137-153.

LOURENÇO, Marta C.; GESSNER, Samuel (2014) – «Documenting collections: Cornerstones for More History of Science in Museums». *Science & Education*, 23; p. 727-745.

MADRUGA, Catarina (2010) – «The Zoological Collections of the Museu de Lisboa and the Networks of Scientific Correspondence and Exchange (1858-1898)». ROCA-ROSELL, Antoni (ed.) – *The Circulation of Science and Technology: Proceedings of the 4th International Conference of the ESHA. Barcelona, 18-20 November 2010* (Barcelona: SCHCT-IEC, 2012), p. 928-934.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (1995) – «Sociedade Martins Sarmento, uma instituição secular ao serviço da educação e da cultura. – Um apontamento sobre sua fundação». *Revista de Guimarães*, 105; p. 271-288.

MANTEIGA, Maria Manuela dos Santos (2015) – *Intervenção de conservação no conjunto de fotografias do Fundo Fábrica de Fiação de Tomar*. Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar para obtenção do Grau de Mestre em Fotografia. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

MARCADÉ, J. (1978) – *Frei Manuel do Cenaculo Vilas Boas, Eveque de Beja, Archeveque d'Evora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português.

MARGÓCSY, Daniel (2014) – *Commercial Visions: Science, Trade, and Visual Culture in the Dutch Golden Age*. University of Chicago Press.

MARINHO, José Rodrigues (1989-1990) – «As moedas muçulmanas da colecção Francisco Inácio de Mira». *Nvmmus: Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática*, 12-13; p. 59-78.

MARQUES, A. H. de Oliveira (2000) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Edições Afrontamento. Colecção Parlamento.

MARQUES, Pedro (2014) - «José Leite de Vasconcelos e o Additamenta nova ad corporis volumen II de 1913: a epigrafia do conuentus Pacencis.» In SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO, Maria Fernanda; LOPES, Quintino – *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo científico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. p. 143-150.

MARTÍN BRAVO, Ana Maria (1999) – *Los orígenes de Lusitania: el I milenio a. C. en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de Historia.

MARTINS, Ana Cristina (1999) – «Martins Sarmento e Possidónio da Silva: um olhar sobre a troca epistolar». *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 213-222.

MARTINS, Ana Cristina (2001) – «O 1.º Curso Elementar de Archeologia (Lisboa, 1885)». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 55; p. 78-117.

MARTINS, Ana Cristina (2003) – *Possidónio da Silva e o elogio da memória, 1806-1896: um percurso na arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. (Colecção Arqueologia & História: Monografias).

MARTINS, Ana Cristina (2003-2005) – «As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da Arqueologia clássica no Portugal de oitocentos». In CABRERA VALDÉS, V.; AYARZAGÜENA, M., (eds. lits.) - *El nacimiento de la prehistoria y de la arqueología científica*. Madrid: Sociedad Española de Historia de la Arqueología, p. 65-85. (Archaia; 3-5).

MARTINS, Ana Cristina (2005a) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial: cem anos de transformação (1863-1963)*. Tese doutoramento, Letras (espec. História da Arte). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

MARTINS, Ana Cristina (2005b) – «Museu Arqueológico do Carmo: a consagração da Memória». In ARNAUD, J. M., FERNANDES, C. V., (eds. lits.) – *Construindo a Memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 40-93.

MARTINS, Ana Cristina (2007) – «In search of lost time: from localism and regionalism to nationalism, in the work of Estácio da Veiga». *Bulletin of the History of Archaeology*, 17 (1); p. 22-30.

MARTINS, Ana Cristina (2008) – «The 'Museu Etnológico Português' from inside out: two personalities, one reality: (1st half of the 20th century)». *Abstract Book 'Theoretical Archaeological Group 30'* (15-17 December, Southampton).

MARTINS, Ana Cristina (2009) – «A Sociedade Archeologica Lusitana no contexto da Arqueologia de oitocentos. Seminário "160 anos depois da Sociedade Arqueológica Lusitana"». *Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal*. 2-3 de Outubro.

MARTINS, Ana Cristina (2011) – «Mendes Corrêa (1888-1960) e a arqueologia coeva: (en)trechos». In MARTINS, Ana Cristina (coord.) – *Mendes Correia (1888-1960), entre a ciência, a docência e a política*. [s.l.]: ACD Editores. p. 37-73.

MARTINS, Ana Cristina (2012-2013) – «Entre a metamorfose e a adaptação - a Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-1896)». *Arqueologia e História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 64-65; p. 15-29.

MARTINS, Ana Cristina (2014) – «A Sociedade Archeologica Lusitana no contexto da arqueologia de oitocentos». *Setúbal Arqueológica*, 15; p. 203-216.

MARTINS, Ana Cristina (2016) – «Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) e a arqueologia em Castelo Branco na viragem para o século XX: textos, contextos e (des)venturas». *Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco. Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior*. p. 25-60

MARTINS, Manuela (1989) – «Mário Cardoso (1 de Março de 1889 – 14 de Julho de 1982). Breves apontamentos sobre a sua obra arqueológica». *Arqueologia*, 20; p. 3-10.

MARTINS, Manuela (1995) – «Martins Sarmento e a Arqueologia dos Castros». *Revista de Guimarães*, 105; p. 127-138.

MATOS, Ana Cardoso de; DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane (2012) – «The World Exhibitions and the display of science, technology and culture: moving boundaries». *Quaderns d'història de l'enginyeria*, 3 (22); p. 3-10.

MATOS, Ana Cardoso de; GOUZÉVITCH, Irina; LOURENÇO, Marta C. (2010) – *Expositions Universelles, Musées Techniques et Société Industrielle: World Exhibitions, Technical Museums and Industrial Society*. Lisboa: Edições Colibri.

MATOS, José Luís (2005) – «Escultura romana». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 235-240.

MATOS, José Luís de (1996) – *Subsídios para um Catálogo da Escultura Luso-Romana*. Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MATOS, José Luis de (coord.) (1995) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Coleção de Escultura Romana*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus.

MATOS, Maria Antónia Pinto de; CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein (2001) – *Uma família de colecionadores: poder e cultura, antiga coleção Palmela*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2012) – *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade: Antropologia Social e Cultural. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

MATOS, Sérgio Campos (1998) – *Historiografia e memória nacional no Portugal do séc. XIX*. Lisboa: Colibri.

MAYET, Françoise (1975) – *Les céramiques à "parois fine" dans la Peninsule Ibérique*. Paris: Publications du Centre Pierre.

MENDES, José Amado (1997) – «Sarmiento, Francisco Martins de Gouveia Morais (1833-1899)». *Revista de Guimarães*, 107; p. 299-308.

MEYER, Morgan (2008) – «On the boundaries and partial connections between amateurs and professionals». *Museum and Society*, 6 (1); p. 38-53.

MOITA, I. (1993-1994) – «Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia». *O Arqueólogo Português*, 11-12; p. 143-151.

MORAIS, Rui (2007) – «Contributo para o estudo da economia da Lusitania Romana». *SAGVNTVM (P.L.A.V.)*, 39; 133-140.

- MORÁN, Elena (2001) – «Aproximación al estudio geoarqueológico de Alcalar (Portimão, Algarve-Portugal) en el III milénio a.n.e.: Evidencias arqueológicas de la existencia de una sociedad clasista inicial». *Revista Atlántico-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, 4; p.169-205.
- MORÁN, Elena; PARREIRA, Rui (2003) – «O Povoado Cacolítico de Alcalar (Portimão) na paisagem cultural do Alvor no III milénio antes da nossa era». In JORGE, Susana Oliveira (ed.) – *Recintos Murados da Pré-História Recente*. Porto-Coimbra. p. 307-327.
- MORÁN, Elena; PARREIRA, Rui (2008) – «Alcalar: un projecto para o conhecimento, salvaguarda e promoção de uma paisagem cultural no Algarve». *Al-Madan*, 16; p. 106-114.
- MOREAU, Yves (2011) – «Jacob Spon et les arts: un savant protestant dans la République des Lettres». *Chrétiens et sociétés*, 1; p. 91-113.
- MOTA, Teresa Salomé (2006) – «Octávio Reinaldo dos Santos da Veiga Ferreira (1917-1997)». *Ciência em Portugal: personagens e episódios*. Instituto Camões. <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p63.html> (consultado em 27 Jan. 2014).
- MURDOCH, Jonathan (1998) – «The Spaces of Actor-Network Theory». *Geoforum*, 29 (4); p. 357-374.
- NAYLOR, Simon (2005) – «Introduction: historical geographies of science – places, contexts, cartographies». *British Journal for the History of Science*, 38 (1); p. 1-12.
- NEVES, António Amaro das (2012) – «Sarmiento e a esfinge». In *O Fotografo Martins Sarmiento*. Ed. Guimarães Capital Europeia da Cultura. p. 10-13.(catálogo da exposição)
- NOLEN, Jeannette U. Smit (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares - Balsa*. Instituto Português de Museus, Secretaria de Estado da Cultura.
- NUNES, Fátima (2004) – «A imprensa especializada na 2.ª metade do XIX». *Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 797-804.
- NUNES, Maria de Fátima (2005) – «A imprensa cultural e científica local na primeira metade do século XX – um discurso de cultura científica para o país global». *O Centro e a Edição. O poder local em tempo de globalização*. Centro História da Sociedade e da Cultura/Palimage Ed., Coimbra. p. 320-336.
- NUNES, Maria de Fátima (2012) – «Cientistas em Acção: Congressos, Práticas Culturais e Científicas (1910-1940)». In NETO, Vitor – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina. P. 292-311.

NUNES, Maria de Fátima (2013) – «A Medicina Contemporânea e o Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa». *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3.

NUNES, Maria de Fátima (2016) – «Ciência e cultura, colecções e museus: olhares sobre um «Portugal e a cultura europeia», no século XX». *Revista de História das Ideias*, 34; p. 267-286.

NUNES, Maria de Fátima; ASSIS, José Luís; LOPES, Maria Margaret (2011) – «Exposições, Congressos e troca de conhecimentos técnico-científicos entre o positivismo e o republicanismo na imprensa militar». *100 anos do Regime Republicano: políticas, rupturas e continuidades*. Lisboa: Ed. Comissão Portuguesa de História Militar. p. 587-622.

OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira (1999) – «Mendes Correia e a interdisciplinaridade da arqueologia e antropologia na história étnica da Lusitânia». *Revista de Guimarães*: 109; 79-144.

OLIVEIRA, Cristina Fernandes (2010) – *Mosaicos Romanos de Portugal: o Algarve Oriental*. Dissertação de Doutoramento em História, Especialidade de Arqueologia Clássica. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume I.

OLIVEIRA, Jorge Manuel Pestana Forte de (1988) – *Evolução das teses sobre a origem das sepulturas megalíticas na Europa Ocidental*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade de Évora, Departamento de História e Arqueologia.

OLIVEIRA, Jorge; CUNHA, Susana (1993-1994) – «A cidade romana de Ammaia na correspondência entre António Maçãs e José Leite de Vasconcelos». *O Arqueólogo Português*, 11-12; p. 103-134.

PARREIRA, Rui; PINTO, Clara Vaz (1980) – *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Secretaria do Estado da Cultura.

PAZ CABELLO (2005) – «América Pré-Colombiana: Precedentes e Contexto». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 552-579.

PEARCE, Susan M. (1995) – *Interpreting Objects and Collections*. Routledge.

PEARCE, Susan; FLANDERS, Rosemary; HALL, Mark; MORTON, Fiona; BOUNIA, Alexandra; MARTIN, Paul (eds) (2000-2002) - *The collector's voice: critical readings in the practice of collecting*. Aldershot: Ashgate, Vols 2 e 3.

PEREIRA, Ana Leonor; Pita, João Rui (1993) – «Ciências». In José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. V.

PEREIRA, Elisabete (2007) – *XII Objectos do Itinerário de Mário Saa*. Avis: Alémtudo Edições.

PEREIRA, Elisabete (2010) – *Mário Saa (1893-1971): Um intelectual europeu do século XX*. Tese de Mestrado em Estudos Históricos Europeus: Universidade de Évora.

PEREIRA, Elisabete; NUNES, Fátima; LOPES, Margaret (2011) – «O desenvolvimento científico e o coleccionismo privado: redes intelectuais e circulação do conhecimento (arqueologia e antropologia em Portugal - finais do séc. XIX e primeira metade do séc. XX)». In FIALHAIS, Carlos *et al.* (coord.). *Actas do congresso luso-brasileiro de história das ciências*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

PEREIRA, Maria Luisa Estácio da Veiga A. S. S. (1981) – *O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881), Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX*. *Anais do Município de Faro* (Separata - dissertação apresentada aos curso de Conservador de Museu em 1973).

PETCH, Alison (2004) – «Collecting Immortality: The field Collectors who contributed to the Pitt Rivers Museum, Oxford». *Journal of Museum Ethnography*, 16; p. 127-139.

PETKOVA-CAMPBELL, Gabriela (2010) – «Nineteenth-century Bulgarian private collections». *Journal of the History of Collections*, 22 (2); p. 245-255.

PIMENTA, José Ramiro (2005) – «Geo-historiografia da ‘cultura castreja’ nos finais do século XIX. O caso de Martins Sarmiento». *O Arqueólogo Português*, 23; p. 157-170.

PIMENTA, José Ramiro (2007) – *O ‘Lugar do Passado’ em Martins Sarmiento: geo-historiografia do programa de investigação arqueológica da cultura castreja (1876-1899)*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.

PIMENTA-SILVA, Miguel (2011) – «Augusto Carlos Teixeira de Aragão (Lisboa 1823- Lisboa 1903)». *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real da Ciências ao final do Estado Novo*. Recurso electrónico disponibilizado pela Biblioteca Nacional de Portugal em <http://dichp.bnportugal.pt/projecto.htm> (Consultado em Março 2015)

PIMENTEL, António Filipe, (coord.) (2011) – *Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa, QuidNovi.

PIMENTEL, Cristina (2005) – *O Sistema Museológico Português (1883-1991): Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PINA, Madalena Esperança; NUNES, Maria de Fátima (2012) – «XV congresso Internacional de Medicina de 1906: viagem e ciência». In ACIAIUOLI, Margarida; RODRIGUES, Ana Duarte (coord.) – *Arte e Viagem*. p. 155-161.

PINHO, Elsa Garrett (2011) – *Património Cultural da Nação. Bens Culturais Móveis Classificados, Inventariados* ou *Arrolados*. http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/patrimoniomovelново/historial_bmci_2011.pdf (Consultado em Dezembro 2015)

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2011) – «O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornelii Bocchi» In CARDOSO, João Luís; ALMAGRO-GORBEA, Martín (ed.) – *Lucius Cornelius Bocchus: Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Lisboa, Madrid: Academia Portuguesa da História, Real Academia de la Historia. p. 133-167.

PIRES, Catarina; PEREIRA, Gilberto (2010) – «O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: Valorização de um património científico secular». In GRANATO, Marcus e LOURENÇO, Marta (org.) - *Colecções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*. Rio de Janeiro: Mast.

PODGORNY, Irina (2002) – *El Argentino Despertar de las Faunas y de las Gentes Prehistóricas: Coleccionistas, estudiosos, museos y universidad en la creación del patrimonio paleontológico y arqueológico nacional (1875-1913)*. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires/Libros del Rojas.

PODGORNY, Irina (2005) – «La mirada que pasa: museos, educación pública y visualización de la evidencia científica». *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 12; p. 231-64.

PODGORNY, Irina (2007) – «De ángeles, gigantes y megaterios: saber, dinero y honor en el intercambio de fósiles de las Provincias del Plata en la primera mitad del siglo XIX». In SALVATORE, R. (Ed.). *Los lugares del saber*. Rosario: Beatriz Viterbo. p. 125-158.

PODGORNY, Irina (2009) – *El sendero del tiempo y de las causas accidentales Los espacios de la prehistoria en la Argentina, 1850-1910*. Prohistoria Ediciones, Rosario.

PODGORNY, Irina (2013) – «Fossil dealers, the practices of comparative anatomy and British diplomacy in Latin America, 1820–1840». *The British Journal for the History of Science*, 46; p. 647-674.

PODGORNY, Irina (2013) – «La febbre dei fossili, Pedro de Angelis y el carácter transaccional de la ciencia». *Zama*, 5; p. 11-26.

- PODGORNY, Irina (2014) – «Terebrátulas y piedras de águila en el Río de la Plata: entre las palabras y las cosas alrededor de 1810». In ACHIM, Miruna and PODGORNY, Irina (ed.) – *Museos al detalle. Colecciones, antigüedades e historia natural, 1790-1870*. Rosario: Prohistoria Ediciones. P. 77-98.
- PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret (2013) – «Trayectorias y desafíos de la historiografía de los museos de historia natural en América Del Sur». *Anais do Museu Paulista*, 21; p. 15-25.
- PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret (2016) – «Filling in the Picture: Nineteenth-Century Museums in Spanish and Portuguese America». *Museum History Journal*, 9, p. 3-12.
- POMIAN, Krzysztof (1987) – «Colecção». *Enciclopédia Einaudi*. p. 51-86.
- POMIAN, Krzysztof; LAURENS, Annie-France (1992) – *L'Anticomanie. Les collections d'antiquités aux XVIIIème et XIXème siècles*. Paris, Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales.
- PONTE, Salette da (1995) – «Acheegas para a Carta Arqueológica – Tomar». *Portugália*, 16; p. 291-309.
- POULOT, Dominique (2005) – *Une histoire des musées de France*. Paris, La Découverte, collection "L'espace de l'histoire".
- POULOT, Dominique (2013) – «Another History of Museums: from the Discourse to The Museum-Piece». *Anais do Museu Paulista*, 21 (1); p. 27-47.
- POULTER, E. K. (2013) – «Silent Witness: Tracing Narratives of Empire through Objects and Archives in the West African Collections at the Manchester Museum». *Museum History Journal*, 6 (1); p. 6-22.
- PRICE, Megan (2007) – *Town and Gown: amateurs and academics. The discovery of British prehistory, Oxford 1850–1900: a pastime professionalized*. Unpublished PhD, University of Oxford.
- PUPIO, Maria Alejandra (2011) – «Coleccionistas, aficionados y arqueólogos en la conformación de las colecciones arqueológicas del Museo de La Plata, Argentina (1930-1950)». In LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (Ed.) – *Coleccionismo, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB. p. 269-280.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (1998) – *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- RAMALHO, Miguel de Magalhães (Coord.) (2008) – *Nery Delgado (1835-1908): Geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico, Inst. Nacional de Engenharia tecnologia e Inovação, I. P., Centro de História e Filosofia da Ciência – FCTUNL.

RAPOSO, Luís (2006) – «José Leite de Vasconcelos e o conceito de ‘Museu do Homem Português’... em discurso directo». *Tarouca e Cister. Homenagem a Leite de Vasconcelos: Actas*. Tarouca: Câmara Municipal. p. 5 - 18.

RAPOSO, Luís (2007) – «Museu Nacional de Arqueologia: instituição centenária da Cultura Portuguesa». In *ANNUALIA*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo. p. 118-139.

REID, Donald Malcolm (2002) – *Whose Pharaohs? Archaeology, Museums, and Egyptian National Identity from Napoleon to World War I*. Berkeley: University of California Press.

REIS, Pilar M. (2004) – *Las termas y balnea romanos de Lusitania - Studia Lusitana 1*. Madrid, Ministerio de Cultura.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul (2012) – *Archeology: Teories, Methods and Practice*. London, Thames and Hudson.

RENN, Jürgen (2015) - «From the History of Science to The history of Knowledge – and back». *Centaurus*, 57; p. 37-53.

RIBEIRO, Fernando Nunes (1959) - «Três vasos de tipo argárico de Santa Vitória». *Actas e Memórias do Primeiro Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I. p. 443-447.

RIBEIRO, José Cardim (coord.) (2002) – *As Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

RIBEIRO, Orlando (1969) – «José Leite de Vasconcelos: despertar de uma vocação». *Anais Portugueses de Psiquiatria*. Lisboa, 21 (18); p. 434-447.

RICHARD, Nathalie (2005) – «Une recherche collective en cours: le programme “Archives Breuil”: entre préhistoire européenne et africanisme, un univers intellectuel et institutionnel au XXe siècle». *Bulletin of the History of Archaeology*. 15(1); p.26-33.

ROBERTS, Lissa (2009) – «Situating Science in Global History: Local Exchanges and Networks of Circulation». *Itinerario*, 33; p 9-30.

ROBRAHN-GONZÁLEZ , Erika Marion (2000) – «Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo do nosso passado». *REVISTA USP (São Paulo)*, 44; p. 10-31.

RODRIGUES, Manuel Augusto (1980) - «Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu». *Análise Social*, 16 (61-62); p. 407-428.

RODRIGUES, Maria da Conceição (1998/99) – «Os Primórdios da Investigação Arqueológica em Moçambique e o Prof. Santos Júnior». *Portugália*, 29-30; p. 265-278.

ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela (eds) (2012) – *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX: da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ROQUE, Ricardo (2000) – «Poder e acção, coisas e sujeitos na prática científica: um caso da antropologia colonial do século XIX». *IV Congresso Português de Sociologia*. Lisboa. http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462de6fe2bf51_1.PDF

ROSA, José António Pinheiro (1958) – *Um Artista Algarvio: o padre Glória*. [s.n.] Lagos.

ROURE, Réjane (2015) – «Émile Édouard Philippe Cartailhac». In CABANEL, Patrick; ENCREVE André (dir.) – *Dictionnaire biographique des protestants français de 1787 à nos jours*. Paris: Les Éditions de Paris Max Chaleil. Tome 1: A-C. p. 581-582.

RUDWICK, Martin (1997) – «Georges Cuvier et la collecte d'alliés internationaux». In BLANCKAERT, Claude; COHEN, Claudine; CORSI, Pietro; FISCHER, Jean-Louis - *Muséum National d'Histoire Naturelle: Le Muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: Muséum National d'Histoire Naturelle, 1997. p. 591-606.

RUDWICK, Martin (2000) – «Georges Cuvier's paper museum of fossil bones». *Archives of Natural History*, 27 (1); p. 51-68.

s/a (1970) – «Actas». *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1970. Vol. II. p. 363-366.

s/a (s.d.) – «José Joaquim da Silva Pereira Caldas». *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. Pp. 190-192.

SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO; Maria Fernanda; LOPES, Quintino (eds) – *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo científico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

SANTOS, Ana Luisa (2007) – «Estácio da Veiga e os primórdios da Antropologia Física». *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 7; p. 239-248 (Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga)

SANTOS, Luís Filipe Rosa (1997) – *Faro. Um olhar sobre o passado recente (segunda metade do século XIX)*. Edição da Câmara Municipal de Faro.

- SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga Afonso dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SCHATTNER, Thomas G., FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar (2013) – «A Investigação em torno do Santuário de S. Miguel da Mota: O Ponto de Situação». *Cadernos do Endovélico*, 1; p. 65-98.
- SCHATTNER, Thomas G.; GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (2005) – «La investigación del Santuario de Endovelico en São Miguel da Motta (Portugal)». *Acta Palaeohispanica IX, Palaeohispanica*, 5; p. 893-908.
- SCHLANGER, Nathan (2010) – «Series in progress: antiquities of nature, numismatics and stone implements in the emergence of prehistoric archaeology». *History of Science*, 48; p. 343-369.
- SCHMIT, Manfred G. (2007) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim: Brandenburgische Akademie der Wissenschaften.
- SCHNAPP, Alain (1993) – *La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie*. Paris, Éditions Carré.
- SCHNAPP, Alain (2010) – «Antiquaires et Archeologues: rassemblements et dissemblances». *Les Antiquaires du Midi - Savoirs et mémoires XVIe-XIXe siècle*. Errance (Editions). p. 183-190.
- SERRAS, Martinha Alexandra Anastácio (2011) – *Alguns informantes de José Leite Vasconcelos: análise da correspondência dirigida ao director do Museu Etnológico Português*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.
- SERRAS, Martinha; CARNEIRO, André (2011) – «Entre o centro e a periferia: a relação epistolar de J. Leite de Vasconcelos e Manuel Mattos Silva». *O Arqueólogo Português*, 5; p. 267-300.
- SHAPIN, Steven (1989) – «The Invisible Technician». *American Scientist*, 77(6); p. 554-563.
- SHAPIN, Steven; THACKRAY, Arnold; (1974) – «Prosopography as a research tool in history of science: The British scientific community, 1700-1900». *History of Science*, 12; p. 1-28.
- SILVA, Ana Patrícia Miranda Magalhães da (2010) – *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SILVA, João Ribeiro da (s.d.) – *Museu Raphael: abordagem prévia*. (Texto inédito do director do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real)
- SILVA, Joaquim Palminha (2004) – *Dicionário Biográfico de Notáveis Eborenses 1900/2000*. Évora: Tip. Diário do Sul.

SIMÕES, J. SANTOS (1995) – «Na passagem do centenário de 'O Archeologo Português'». *Revista de Guimarães*, 105; pp. 7-19.

SIMÕES, João Miguel (2007) – *História da Mexilhoeira Grande*. Edições Colibri.

SIMÕES, Joaquim António Santos (1996) – «A Sociedade Martins Sarmento e a Galiza». *Revista de Guimarães*: 106; p. 319-332.

SOUSA, Albertino Saraiva de (2005) – *Terra de Aguiar de Pena: das origens ao povoamento e à formação do concelho – Contributo para uma monografia do Concelho de Vila Pouca de Aguiar*. Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vol. I.

SOUSA, Vasco de (1986) – «Escultura Romana». *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Alfa, 1986. Vol.1.

SOUSA, Vasco de (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani - Corpus der Skulpturen der Römischen Welt - Portugal*. Coimbra.

SOUTO, Maria Helena (2011) – «The Portuguese Section of the *Histoire du Travail* at the 1867's Universal Exhibition: Ornamental Art and Museology in Portugal». In MATOS, Ana Cardoso de; GOUZÉVITCH, Irina; LOURENÇO, Marta C. – *Expositions Universelles, Musées Techniques et Société Industrielle – World Exhibitions, Technical Museums and Industrial Society*. Lisboa: Edições Colibri.

SOUTO, Maria Helena (2011) – *Portugal nas exposições universais: 1851-1900*. Lisboa: Ed. Colibri/IHA-FCSHUNL.

STAR, Susan; GRIESEMER, James (1989) – «Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39". *Social Studies of Science*, 19 (3); p. 387-420.

STEBBINS, R. A. (1992) – *Amateurs Professionals and Serious Leisure*. Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press.

TAYLOR, Brian (1995) – «Amateurs, Professionals and the Knowledge of Archaeology». *The British Journal of Sociology*, 46 (3); p. 499-508.

TEICHNER, Felix (2008) – «La pars urbana tardorromana de la villa de Milreu (Estói, Portugal): nuevos descubrimientos y antiguos documentos». In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; GARCÍA-ENTERO, Virginia; GIL SENDINO, Fernando (eds.) – *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón. Ediciones Trea. p. 731-740.

- THOMAS, Nicholas (1991) – *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Harvard University Press.
- TRIGGER, Bruce G. (1989) – *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VERDASCA, Ana Cristina Lopes (2010) – *As termas de Tróia: documentação escrita e documentos materiais do Museu Nacional de Arqueologia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VETTER, Jeremy (2008) – «Field science in the Railroad Era: the tools of knowledge empire in the American West, 1869- 1916. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*,15 (3); p. 597-613.
- VIANA, Abel (1970) – «Arqueologia, Arqueólogos e Escavações arqueológicas: monumentos, achados, espólios e museus». *Actas e Memórias do Primeiro Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. II, p. 319-329.
- VIEGAS, Catarina; DINIS, Tânia (2010) – «Pedras d’el Rei (Tavira): villa suburbana de Balsa». *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 10; p. 235-252.
- VILAÇA, Raquel (2005) – «Materiais metálicos das idades do Bronze e do Ferro». In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela – *Construindo a Memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 127- 135.
- VILAÇA, Raquel (2006) – «Um Colar do Bronze Final proveniente do Bolho». *Conimbriga*, 45; p. 93-104.
- VIVES, José (1971) – *Inscripciones Latinas de la Espana Romana*. Barcelona.
- WALKER, Alison; HUNTER, Michael; MACGREGOR, Arthur (Ed.) (2013) – *From Books to Bezoars: Sir Hans Sloane and his Collections*. British Library.
- WEINER, Annette B. (1992) – *Inalienable Possessions: The Paradox of Keeping-While-Giving*. Berkeley: Univ. California Press, 1992.
- WINGFIELD, Chris (2011) – «Donors, Loaners, Dealers and Swappers: The Relationships Behind the English Collections at the Pitt Rivers Museum». In BYRNE, Sarah; CLARKE, Anne; HARRISON, Rodney; TORRENCE, Robin (eds.) – *Unpacking the Collection: Museums, Identity and Agency*. Springer: One World Archaeology. p. 119-140.

XAVIER, Hugo (2011) – «O Museu de Antiguidades da Ajuda: numismática e ourivesaria das colecções reais ao tempo de D. Luís». *Revista de História da Arte*, 8; p. 71-87.

XAVIER, Hugo (2014) – *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História da Arte. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

9. ANEXOS

Anexo 1

Colecção arqueológica formada em Mértola no ano de 1877.

Tabela constituída a partir da obra de Estácio da Veiga, *Memoria das Antiguidades de Mértola* (1880) e das restantes fontes analisadas para a redacção do subcapítulo 2.2. «Pago todas as pedras que me apresentar com letras» - *coleccionismo arqueológico em Mértola, 1877*. Os números de inventário registados na segunda coluna (N.º Inventário/N.º Estampa) correspondem aos números atribuídos pelo autor que conferiu diferentes sequências numéricas de acordo com as categorias que definiu (objectos arqueológicos, monumentos epigráficos e colecção de moedas). Esta tabela respeita essa numeração e sequência. Incluímos um campo com a informação relativa ao contexto de integração dos objectos na colecção (coluna à direita) para podermos proceder à análise do processo de constituição desta colecção. Abreviámos o nome de Estácio da Veiga que surge identificado da seguinte forma nesta tabela: E. V.

Objectos	N.º Inventário/ N.º Estampa	Proveniência	Cronologia	Contexto de integração na colecção
Fragmento de ossos humanos	1	Rampa contígua ao Rossio do Carmo	Época pré-romana	Encontrado nas escavações realizadas em sepulturas escavadas no xisto
Prego, brinco (argolas) em bronze e gonzo em bronze	2	Rampa contígua ao Rossio do Carmo	Época pré-romana	Encontrado nas escavações realizadas em sepulturas escavadas no xisto
Dois vasos de argila, com uma asa, bojudos, fundo estreito e gargalo curto	3-4	Barranco do Azeite	Época romana	Encontrados em 1877 sobre o pavimento de uma das casas arrasadas pelas cheias; comprado por E. V. a um trabalhador
Tijela pequena de argila escura	5 ⁷³⁰	Barranco do Azeite	Época romana	Encontrados em 1876 numa das casas arrasadas pelas cheias; comprado por E. V. a um trabalhador
Cinco fundos pontiagudos de ânforas	6-10	Barranco do Azeite	Época romana	Extraídos das ruínas de edifícios em 1877
Fundo de diota com fragmento de bojo	11	Barranco do Azeite	Época romana	Extraídos das ruínas de edifícios em 1877
Três asas de grandes vasos grosseiros de argila	12-14	Barranco do Azeite	Época romana	Encontradas nos entulhos das casas destruídas
Dois gargalos de vasos grandes de argila com duas asas	15-16	Barranco do Azeite	Época romana	Extraídos das ruínas de edifícios em 1877
Três bordas de vasos de argila	17-19	Barranco do Azeite	Época romana	Extraídos das ruínas de edifícios em 1877
Fragmento de tijolo rubro	20	Barranco do Azeite	Época romana	Encontrado nos entulhos de edifícios
Pasta de barro cru, amassado e preparado para a fabricação de louça	21	Barranco do Azeite	Época romana	Encontrado junto à margem do rio, perto de um forno de olaria
Cinco fragmentos de grandes vasos grosseiros de argila negra	22-26	Vargem da Vaqueira	Época romana	Não especificado
Duas asas de vasos de argila grandes e grosseiros	27-28	Vargem da Vaqueira	Época romana	Encontradas nos entulhos de casas arrasadas
Fragmento de bordo de prato de argila	29	Vargem da Vaqueira	Época romana	Achado nas ruínas dos edifícios
Fragmento de bojo de um vaso de argila alvacenta	30	Vargem da Vaqueira	Época romana	Encontrado nos entulhos de uma casa arrasada
Argola de bronze	31	Tamujo	Época romana	Encontrada nas ruínas de uma construção antiga junto ao rio, entre a ponte da vila e a ermida de Santo António
Fragmento de bordo de vaso de vidro de boca larga, cor esverdeada	32	Tamujo	Época romana	Encontrada nas ruínas de uma construção antiga junto ao rio, entre a ponte da vila e a ermida de Santo António
Fragmento de uma candeia de barro alvacenta (lucerna)	33	Tamujo	Época romana	Encontrada nas ruínas de uma construção antiga junto ao rio, entre a ponte da vila e a ermida de Santo

⁷³⁰ O objecto com o n.º 5, estampa 12, foi adquirido em 1879 mas integrou a mesma colecção.

				António
Peças de mosaico, género <i>opus vermiculatum</i>	34-35	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 63m; (comprovação da existência de edifícios romanos dentro do perímetro do Castelo)
Fragmentos de mármore granular branco trabalhado	36-37	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 63m
Dez fragmentos de diversos vasos de vidro	38	Castelo de Mértola	Época romana?	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 1, 90m
Boca de vaso de argila, gargalo estreito e bojo dilatado	39	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 63m
Fragmento de borda de alguidar com orifício	40	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 10m
Fragmento de vaso de argila vermelha	41	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 10m
Fragmento de bojo de vaso grande de argila alvacenta	42	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 10m
Fragmento de prato de argila vermelha	43	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 10m
Fragmento de bojo de dois vasos de argila vermelha ordinária	44-45	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 10m
Fragmento de vasos de argila vermelha de ténue espessura, com estreitas listas brancas	46-47	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 10m
Fragmentos de telhas de argila avermelhada	48-49	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 10m
Três fragmentos de pregos de ferro	50	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 63m
Valva de molusco marítimo (<i>Pecten Maximus</i> , Linn.)	51	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 63m
Valva de molusco marítimo do género <i>Ostria</i>	52	Castelo de Mértola	Época romana	Proveniente de uma escavação feita na rampa do Castelo; descobertas à profundidade de 2, 63m
Grande urna cinerária de argila alvacenta com duas pequenas asas	53	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Extraída de uma cavidade de forma circular, contendo cinzas e ossos calcinados; oferecida a Estácio da Veiga no dia 4 de Março de 1877 pelo Dr. António Xavier de Brito
Tijolo de argila amarelada	54	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Encontrado e oferecido por um trabalhador da vila
Fragmento de telha horizontal com bordos laterais salientes [tegulae]	55	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Encontrado e oferecido pelo mesmo trabalhador da vila
Fundo de ânfora de argila vermelha, com indícios de ter servido de receptáculo cinerário	56	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Encontrado e oferecido pelo mesmo trabalhador da vila
Fragmento de bordo de vaso de argila	57	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Extraído de uma sepultura, encontrado e oferecido pelo mesmo trabalhador da vila
Amostra de cimentos com mescla de barro cozido triturado	58	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Achado avulso no campo mortuário, encontrado e oferecido pelo mesmo trabalhador da vila
Fragmento de laje de mármore	59	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Extraído da campa de uma sepultura, encontrado e oferecido pelo mesmo trabalhador da vila
Fragmento de uma laje tosca de mármore	60	Cerca de S. Sebastião	Época romana	Extraído da campa de uma sepultura, encontrado e oferecido pelo mesmo trabalhador da vila
Fragmento de <i>tegulae</i>	61	Vargem de S. Braz	Época romana	Achado nas ruínas dos edifícios romanos
Fragmento de cimento com mescla de tijolo triturado	62	Vargem de S. Braz	Época romana	Extraído do pavimento de uma casa arrasada
Tessera monogramática de argila	63	Castelo de Mértola	Época Visigótica	Proveniente da escavação feita na rampa do Castelo;
Fragmento de lapide de mármore, com sinais de duas cavidades e de linha	64	Castelo de Mértola	Época Visigótica	Proveniente da mesma escavação feita na rampa do Castelo;
Restos de maxilares	65	Cemitério Cristão, entre o Rossio do	Época Medieval	Sepulturas exploradas em 1877 junto à estrada real n.º 18 para Beja, em frente à Ermida de S. António

			Carmo e a Ermida de S.to António		
Fragmentos de ossos	66		Cemitério Cristão, entre o Rossio do Carmo e a Ermida de S.to António	Época Medieval	Sepulturas cristãs
«Defesa de Cabra» (objecto de superstição)	67		Cemitério Cristão, entre o Rossio do Carmo e a Ermida de S.to António	Época Medieval	Sepultura intacta, associada a ossos humanos
Monumentos epigráficos Descritos nas páginas 96-121 onde lhes é atribuído um número de inventário distinto	68-81				Todos foram comprados pelo autor, excepto 3 oferecidos por Alonso Gomes e Domingos Martins Peres
Inscrição árabe	82		Torre do Castelo de Mértola	Época árabe	Extraída em 1877 da parte superior da porta da torre do Castelo de Mértola onde foi reutilizada como material de construção
Monumento epigráfico maometano	83		Torre do Castelo de Mértola	Época árabe	Extraída do lado leste da torre de Mértola onde foi reutilizada como material de construção em 1292. Pertence ao Estado
Fragmento de grande vaso de argila amarelada com ornamentos de estilo hispano-maometano	84		Castelo de Mértola	Época árabe	Achado numa escavação feita em 1877 a 10 metros da porta do cemitério público
Fragmento de grande vaso de argila hispano-maometano com vidrado verde-escuro	85		Castelo de Mértola	Época árabe	Encontrado nos entulhos do castelo em 1877
Fragmentos de vaso largo de fundo achatado com vidrado verde escuro no interior e por fora amarelo esverdeado	86		Castelo de Mértola	Época árabe	Encontrado nos entulhos do castelo em 1877
Fragmento de fundo de vaso de argila com vidrado amarelo no interior e por fora cor de mel	87		Castelo de Mértola	Época árabe	Encontrado nos entulhos do castelo em 1877
Fragmento de fundo de vaso de argila com vidrado cor de mel, com decoração hispano-maometana	88		Tamujo	Época árabe	Achado avulso na baixa do Tamujo
Inscrição gravada numa lâmina de calcário	89		Castelo de Mértola	Época Portuguesa	«Existe sobre a porta do Castelo onde serve de documento comprovativo da época em que foi construída.» E. V. possuía uma cópia <i>fac-simile</i> reproduzida no final da obra <i>Antiquidades de Mértola</i> (1880)
Fragmento de campa de mármore granolamelar azulado	N.º 1; Estampa 7		Entre a igreja do Carmo e a ermida de Santo António	462	Encontrado por Manuel de Oliveira no seu quintal do Rossio do Carmo. Comprado por E. V.
Fragmento de campa de mármore granolamelar azulado	N.º 1; Estampa 7		Entre a igreja do Carmo e a ermida de Santo António	462	Encontrado por Manuel de Oliveira no seu quintal do Rossio do Carmo. Comprado por E. V.
Campa de mármore branco ornada com o monograma de cristo e uma cruz grega; «Donata serva de cristo viveu vinte e dois anos. Descansou na paz do senhor aos três dias das nonas de Julho, da era de 503»	N.º 1A; Estampa 8		Entre a igreja do Carmo e a ermida de Santo António	465	Encontrado por Manuel de Oliveira no seu quintal do Rossio do Carmo. Comprado por E. V.
Lâmina delgada de mármore; «... falecera no dia XVII»	N.º 2; Estampa 9		Rossio do Carmo	501/550?	Encontrado no Rossio do Carmo por Manuel Oliveira, que o partiu para usar como material de construção. Comprado por E. V.
Lâmina de mármore branco	N.º 3; estampa		Construção da	13 de	Descoberta sobre uma sepultura durante a construção

com o monograma de cristo e uma cruz grega; «Orania, serva do senhor, viveu três anos. Descansou em paz no dia dos idos de novembro da era de 511»	10	estrada de Mértola para Beja	Novembro de 473	da estrada de Mértola para Beja, junto à Ermida de Santo António. O trabalhador que a encontrou vendeu-a a Alonso Gomes que posteriormente a ofereceu a E. V.
Grande e espessa laje de mármore com o monograma de Cristo em forma de X; «Ao presbítero Satirio. Governou no presbitério 13 anos. Descansou na paz do nosso senhor Jesus Cristo no sexto dia das nonas de Março da era de 527. Lembra-te de nós. Descansa»	N.º 4; estampa 11	Rossio do Carmo	489	Descoberto no quintal do Manuel de Oliveira; utilizada na sua lareira; objecto comprovativo da existência de uma igreja cristã em Mértola no ano de 476. Comprado por E. V.
Estreita lâmina de mármore; «Mannario, jovem serva de Cristo, que viveu 9 anos e 4 meses, descansou em paz no decimo sexto dia das Kalendas de abril da era de 532»	N.º 5; estampa 12	Curral do concelho, entre o Rossio do Carmo e a Ermida de Santo António	17 Março de 494	Encontrada por um pedreiro de Mértola numa escavação que fez perto do curral do concelho. E. V. adquiriu este objecto no dia 1 de Janeiro de 1879 quando regressava a Lisboa depois da investigação realizada no Algarve.
«... serva de Deus viveu 70 anos e descansou na paz do senhor no dia antes das kalendas de fevereiro da era de 556»	N.º 6; estampa 13	Construção da estrada de Mértola para Beja	31 de Janeiro de 518	Descoberta durante a construção da estrada de Mértola para Beja; adquirida por Domingos Martins Peres foi depois oferecida a E. V.
Presbítero da igreja de Mírtilis; «Romano, servo de deus, descansou na paz do senhor aos 15 dias das kalendas da era de 560»	N.º 7; estampa 14	Rossio do Carmo	522	Encontrado por Manuel Oliveira junto à sua casa no Rossio do Carmo. Comprado por E. V.
Lápide praticamente completa; «Alandario, viveu pouco mais ou menos 38 anos e descansou na paz do senhor ao terceiro dia das kalendas de junho da era de 604»	N.º 8; estampa 15	Rossio do Carmo	30 Maio de 566	Encontrada por Manuel de Oliveira; foi uma das últimas lápides que encontrou já depois da construção do muro e por isso não foi utilizada na sua construção; esta peça foi ocultada enquanto vendeu as lápides quebradas para depois obter um melhor preço. Comprado por E. V.
Lâmina de mármore muito delgada que cobria uma sepultura. Encontrada já quebrada; apenas perceptível parte de uma palavra que se presume ser «honesta»	N.º 9; estampa 16	Rossio do Carmo	s.d.	Encontrada já quebrada por Manuel de Oliveira que a utilizou na construção do muro. Estácio apenas conseguiu obter 3 pedaços. Comprado por E. V.
Parte de lápide com uma pomba beijando o símbolo da cruz e outros fragmentos de lápides com inscrições muito incompletas	N.º 10, 11, 12, 13 estampa 17	Rossio do Carmo	s.d.	Sem registo de achado
Lâmina de mármore azulado com o seguinte epitáfio: «O presbítero Afrânio morreu na paz do nosso senhor Jesus Cristo aos cinco dias dos idos de Fevereiro da era de 744»	N.º 13ª; estampa 18	Rossio do Carmo	9 Fevereiro 706	Sem registo de achado
Lâmina de mármore granolamelar cinzento com inscrição gravada em caracteres gregos, incompleta; «Aqui morreu Zózimo filho de Polynios»	N.º 14. Estampa 19	Frente à Ermida de Santo António, construção da estrada de Mértola para Beja	s.d	Encontrado por um trabalhador que a vendeu a Domingos Martins Peres; oferecida a E. V. pelo comprador.
Moeda Romana, República	1	Mértola	Época Romana, República	Oferta de Mello Garrido
Moeda Romana, República	2	Mértola	Época	Oferta de Mello Garrido
Moeda romana, Constâncio II	3	Mértola	Império	Oferta do «Sr. Mendonça»

			romano, Constâncio II	
Moeda romana, Constâncio II	4-5	Mértola	Império romano, Constâncio II	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda romana, Valentiniano II	6	Mértola	império romano, Valentiniano II	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda romana, Teodósio I, o Grande	7	Mértola	Império romano, Teodósio I, o Grande	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda romana, Arcádio	8	Mértola	Império romano, Arcádio	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda árabe em prata	9	Mértola	Época Árabe	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda árabe em prata	10	Mértola	Época Árabe	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda portuguesa, Sancho I	11	Mértola	Época portuguesa	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda portuguesa, Sancho II	12	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, Afonso III	13-14	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, D. Diniz	15-16	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, D. Afonso IV	17	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, D. Fernando I	18-19	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, D. João I	20	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, D. Afonso V	21	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, D. Manuel	22	Mértola	Época portuguesa	Oferta de Mello Garrido
Moeda portuguesa, D. João III	23	Mértola	Época portuguesa	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda portuguesa, D. Sebastião	24	Mértola	Época portuguesa	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda portuguesa, D. João IV	25	Mértola	Época portuguesa	Oferta do «Sr. Mendonça»
Moeda portuguesa, D. Afonso VI	26	Mértola	Época portuguesa	Comprada por E.V.

Anexo 2

Colecção oferecida ao Museu Archeologico do Algarve pelo proprietário da Quinta da Torre de Ares, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga

Esta é uma versão resumida da base de dados fornecida pelo Serviço de Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Além dos campos que apresentamos (Objecto, o N.º de Inventário, a Categoria e a Matéria) a tabela original (Excell) que nos foi facultada possuía igualmente os seguintes níveis de informação: *Marcação; N.º esp. de arqueologia; Cont. antigo; Reserva/contentor*. Optámos por não incluir esses dados de cariz técnico e logístico neste nosso trabalho.

Objectos	N.º de Inventário no MNA	Categoria	Matéria
Machadinho triangular, totalmente polido	8351	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Objecto alongado, totalmente polido	8352	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Machado parcialmente polido	8601	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Machado? totalmente polido, fragmentado	8602	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Unguentário	14053	Vidros	vidro
Unguentário	14054	Vidros	Vidro
Unguentário (col. Teixeira de Aragão)	14055	Vidros	Vidro
Unguentário	14056	Vidros	vidro
Unguentário	14058	Vidros	Vidro
Unguentário	14059	Vidros	vidro
Unguentário	14060	Vidros	Vidro
Unguentário	14061	Vidros	Vidro
Unguentário	14062	Vidros	Vidro
Unguentário, sem bordo	14063	Vidros	Vidro
Garrafa	14065	Vidros	Vidro
Pote	14066	Vidros	Vidro
Prato	14068	Vidros	Vidro
Boião	14069	vidros	Quartzo
Taça decorada com depressões	14072	Vidros	Vidro
Unguentário	14073	Vidros	Vidro
Unguentário, sem gargalo	14074	Vidros	Vidro
Reservatório de unguentário (Nolen vi-86)	14075	Vidros	Vidro
Unguentário	14076	Vidros	Vidro
Copo a que falta a parte superior, decorado com 2 linhas horizontais	14078	Vidros	Vidro
Parte superior de gargalo e bojo de unguentário	14079	Vidros	Vidro
Taça fragmentada	14080	Vidros	Vidro
Base de taça ou prato, incolor	14081	Vidros	Pedra negra
Fragmento de taça de cor verde gelo	14082	Vidros	Vidro
Pé de vaso	14083	Vidros	Vidro
Colher	14085	Instrumentos e utensílios	Pedra (fóssil de cetáceo)
Unguentário	14094	Vidros	Vidro
Unguentário	14095	Vidros	Vidro
Unguentário de bojo piriforme, sem gargalo	14100	Vidros	Vidro
Reservatório de unguentário, azul (Nolen vi-73)	14101	Vidros	Vidro
Unguentário	14104	Vidros	Vidro
Unguentário, sem gargalo	14107	Vidros	Vidro
Unguentário	14108	Vidros	Vidro
Unguentário	14109	Vidros	vidro
Unguentário, fragmentado no gargalo	14110	Vidros	vidro
Unguentário	14112	Vidros	vidro
Unguentário	14113	Vidros	vidro
Unguentário	14114	Vidros	vidro
Unguentário (col. Teixeira de Aragão)	14115	Vidros	vidro
Unguentário, sem gargalo	14116	Vidros	vidro
Unguentário	14118	Vidros	vidro
Unguentário	14119	Vidros	vidro
Unguentário	14120	Vidros	vidro
Unguentário	14121	Vidros	vidro

Garrafinha	14123	Vidros	vidro
Jarro (col. Teixeira de Aragão)	14124	Vidros	Vidro
Taça com cabuchões aplicados	14126	Vidros	vidro
Unguentário, sem gargalo	14128	Vidros	vidro
Taça fragmentada, incolor (Nolen vi 29)	14129	Vidros	Vidro
Taça baixa com pé em forma de aro, de vidro incolor e translúcido, tipo Isings variante 118	14131	Vidros	vidro
Fragmento de unguentário	14134	Vidros	vidro
Vareta com argola numa extremidade, para mexer cosméticos ou medicamentos, azul	14139	Vidros	Vidro
Pequeno pote de boca larga, de "Paredes Finas", liso	14504	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote de cor alaranjada (brinquedo ?)	14505	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro com asa, decorado com 3 faixas de incisões no bojo	14506	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro com asa, decorado com 2 faixas de incisões no bojo	14508	Cerâmica	Cerâmica
Potinho	14509	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote cinzento escuro	14510	Cerâmica	Cerâmica
Pote de cor avermelhada coberto de engobe cinzento escuro	14511	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno vaso ou urna, vermelho e negro	14512	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna	14513	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote com 2 asas em forma de dolium (brinquedo ?)	14515	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote de cor cinzenta escura	14516	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro piriforme com uma asa	14517	Cerâmica	Cerâmica
Pequena urna, vermelha	14518	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna	14520	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna	14521	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna	14524	Cerâmica	Cerâmica
Pote sem bordo e com o arranque de 1 asa	14525	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro de "Paredes finas" decorado a "escamas"	14526	Cerâmica	Cerâmica
Pote reconstituído	14527	Cerâmica	Cerâmica
Panela de 2 asas, incompleta	14529	Cerâmica	vidro
Panela e pasta cinzenta	14530	Cerâmica	Vidro
Panela de 2 asas. Pasta clara, fragmentada no bordo	14531	Cerâmica	vidro
Panela de duas asas de pasta muito clara	14532	Cerâmica	Vidro
Pote de boca larga, decorado no bojo com duas faixas de incisões	14533	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna	14534	Cerâmica	Cerâmica
Pote de "Paredes finas" decorado com folhas de hera e pontos	14535	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna com terra dentro	14536	Cerâmica	Cerâmica
Panela e pasta cinzenta	14537	Cerâmica	Xisto
Pote de bordo encurvado. Cor cinzenta	14538	Cerâmica	Cerâmica
Peça de "Paredes finas" com 1 asa, decorada com folhas de hera	14540	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno vaso ou urna de cor negra	14541	Cerâmica	Cerâmica
Vaso	14543	Cerâmica	Cerâmica
Taça reconstituída de "Paredes Finas", mais terra do interior	14545	Cerâmica	Cerâmica
Taça de vidro negro	14546	Vidros	Vidro
Copo de "Paredes Finas", decorado com pérolas e barbotina	14548	Cerâmica	Cerâmica
Jarro que continha terra e frag. de vidro, incompleto	14549	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna	14550	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna com o bordo fragmentado	14551	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote de boca estreita com vestígios de decoração no bojo	14552	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro com uma asa	14553	Cerâmica	Cerâmica
Pote com arranque de duas asas. Cor bege	14554	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro com uma asa	14556	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna	14557	Cerâmica	Cerâmica
Pote de Terra Sigillata decorado com folhas de hera	14558	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote de cor bege (brinquedo?)	14559	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote com uma asa, de cor bege	14560	Cerâmica	Cerâmica

(brinquedo?)			
Púcaro com asa, decorado com 3 faixas de incisões no bojo	14561	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote ou urna, incompleto	14562	Cerâmica	Cerâmica
Taça de "Paredes finas"	14563	Cerâmica	Cerâmica
Potinho sem gargalo	14564	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote fracturado no bordo (brinquedo?)	14565	Cerâmica	Cerâmica
Pote de cor cinzenta escura, fragmentado, falta-lhe o bordo	14566	Cerâmica	Cerâmica
Taça lisa de cerâmica de "paredes finas"	14567	Cerâmica	Cerâmica
Vaso de bordo largo inclinado para o interior e reentrante	14568	Cerâmica	Cerâmica
Pote cilíndrico com 2 asas. Cor bege claro	14569	Cerâmica	Cerâmica
Panela de cor cinzenta	14570	Cerâmica	vidro
Pequeno pote coberto de uma aguada negra	14571	Cerâmica	Cerâmica
Pote de pasta clara	14572	Cerâmica	Cerâmica
Panela com o bordo fragmentado	14573	Cerâmica	vidro
Panela de cor cinzenta, incompleta	14574	Cerâmica	vidro
Bilha de grandes dimensões, incompleta	14575	Cerâmica	Cerâmica
Peso de rede em forma de argola grossa	14576	Cerâmica	Cerâmica
Potinho de "paredes finas"	14577	Cerâmica	Cerâmica
Prato de T. Sigillata da época Júlio-Cláudio	14578	Cerâmica	Cerâmica
Prato com pé, em "verniz vermelho" da época Julio-Claudiano	14579	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote, fino, vermelho com aguada escura	14580	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário	14581	Vidros	Vidro
Pote de T. Sigillata Hispânica	14589	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de taça de "Paredes finas" com asa	14590	Cerâmica	Cerâmica
Vaso	14591	Cerâmica	Cerâmica
Jarro com 1 asa. Cor bege	14592	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote	14593	Cerâmica	Cerâmica
Taça decorada com duas incisões ao longo do bordo	14594	Cerâmica	Cerâmica
Taça de "Paredes finas"	14596	Cerâmica	Cerâmica
Vaso com asa de cor negra	14597	Cerâmica	Cerâmica
Pote em cerâmica escura, decorado	14598	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro de Terra Sigillata, com 1 asa, decorado com quatro depressões côncavas	14599	Cerâmica	Cerâmica
Taça de Terra Sigillata Drag 27	14600	Cerâmica	Cerâmica
Pequena urna, fragmentada, cinzenta	14601	Cerâmica	Cerâmica
Pote decorado no bojo com 2 fiadas de incisões. Cinzento	14602	Cerâmica	Cerâmica
Púcaro de duas asas, piriforme, de cor bege	14603	Cerâmica	Cerâmica
Pequena urna decorada a "guilhoché", cinzenta	14605	Cerâmica	Cerâmica
Pequena urna	14607	Cerâmica	Cerâmica
Taça de Terra sigillata Drag 27(Nolen sg-58)	14608	Cerâmica	Cerâmica
Taça lisa de cerâmica de "paredes finas"	14609	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno pote com terra dentro	14610	Cerâmica	Cerâmica
Pote com 1 asa. Decorado com incisões. Aguada vermelha	14611	Cerâmica	Cerâmica
Anforeta de Terra Sigillata clara	14613	cerâmica	Cerâmica
Prato de Terra SigillataHispânica com marca: MEANDO	14614	Cerâmica	Cerâmica
Taça de Terra Sigillata clara	14615	Cerâmica	Cerâmica
Prato de T. sigillta clara, decorado	14616	Cerâmica	Cerâmica
Prato de "verniz vermelho" da época Júlio-Claudiana	14617	Cerâmica	Cerâmica
Tigela de cor bege clara	14618	Cerâmica	Cerâmica
Tigela de cor bege clara	14619	Cerâmica	Cerâmica
Tigela de cor bege	14620	Cerâmica	Cerâmica
Taça escura, alaranjada	14621	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna fragmentada em vários fragmentos	14622	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo Bailey QVIII (Nolen lu-48)	14623	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo Rio Tinto	14624	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna com o disco decorado e solto	14626	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna decorada com figura de homem e uma ânfora. Marca OFI FRON	14627	Cerâmica	Cerâmica

Lucerna com asa e sem decoração	14628	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna decorada com duas palmas	14629	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo Rio Tinto	14630	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo "Rio Tinto" com pérolas	14631	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de lucerna de tipo "Rio Tinto"	14632	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna decorada com duas fiadas de pérolas. No fundo marca de cruz	14633	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo "Rio Tinto" com a asa fragmentada	14634	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo "Rio Tinto"	14635	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de volutas decorada com figura humana	14636	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de volutas decorada com duas figuras humanas	14637	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de volutas	14638	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo Bailey Bill, com Vitória (Nolen lu-11)	14639	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo "Rio Tinto" com o bico quebrado	14640	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna com bico fragmentado	14644	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo "Rio Tinto" com a asa fragmentada	14645	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de volutas com o disco quebrado	14646	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna decorada com um galo. Marca GAVINIA	14647	Cerâmica	Cerâmica
Tigela de cor bege clara, reconstituída	14648	Cerâmica	Cerâmica
Tampa de vaso, com um orifício na pega	14649	Cerâmica	Cerâmica
Prato de T. Sigillata clara (?)	14650	Cerâmica	Cerâmica
Cantil de Terra Sigillata clara	14651	Cerâmica	Cerâmica
Taça incompleta de Terra Sigillata Hispânica	14652	Cerâmica	Cerâmica
Prato de Terra Sigillata Sud-gálica Drag. 18, com marca: [L]. MVRRA	14653	Cerâmica	Cerâmica
Pixíde de Terra Sigillata clara (?)	14654	Cerâmica	Cerâmica
Prato de Terra Sigillata marmoreada, decorado com folhas de hera	14655	Cerâmica	Cerâmica
Taça de Terra Sigillata Hispânica	14656	Cerâmica	Cerâmica
Prato em "verniz vermelho" da época Julio-Claudiano	14657	Cerâmica	Cerâmica
Taça de T. sigillata Hispânica Drag. 27, com marca MICIN	14658	Cerâmica	Cerâmica
Pote de "Paredes finas" decorado a barbutina	14659	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de lucerna de tipo "Rio Tinto"	14660	Cerâmica	Cerâmica
Disco de lucerna decorado com figura humana e um altar	14661	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna	14662	Cerâmica	Cerâmica
Dobradiça de livros (?), flauta(?). Objecto cilíndrico, oco, com uma perfuração lateral	14666	Instrumentos e utensílios	Osso
Artefacto trabalhado sobre vértebra de peixe	14667	Adereços (e objectos de adorno)	Mármore
Matriz para cerâmica	14668	Instrumentos e utensílios	Osso
Lucerna de canal	14670	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário	14672	Vidros	vidro
Unguentário	14675	Vidros	vidro
Unguentário piriforme	14676	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário fusiforme	14678	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário piriforme	14679	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário piriforme	14680	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário piriforme com gargalo escuro	14681	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário piriforme	14682	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário piriforme	14683	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário piriforme	14684	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário fusiforme	14685	Cerâmica	Cerâmica
Unguentário	14686	Cerâmica	Cerâmica
Frag. de grande vaso constituído pelo bocal e parte do bojo onde tem a marca: R	14688	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de bocal e asa de ânfora com marca de oleiro: OLYNT	14689	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de bocal e asa de ânfora com marca de oleiro: ELIANI FIG.GEM	14690	Cerâmica	Cerâmica
Frag. de asa de ânfora com marca: AEHMEL	14691	Cerâmica	Cerâmica
Taça de cor bege	14692	Cerâmica	Cerâmica
fragmentos de lucerna de volutas decorada com javali (2 Fragm.)	14693	Cerâmica	Cerâmica

Polidor(?) em forma de grossa placa com vestígios de utilização	14695	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Objecto de forma cilíndrica com os lados convexos. Podo na base e ni topo	14699	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Fragmento de prato em Terra Sigillata Hispânica Drag. 15/17	14703	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de tigela em Terra Sigillata Sud-gálica Drag. 37	14704	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de tigela em Terra Sigillata Sud-gálica Drag. 37 (?)	14705	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de tigela em Terra Sigillata Sud-gálica Drag. 37	14706	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de taça em Terra Sigillata Itálica, Consp 22, com marca C.VIB	14707	Cerâmica	Cerâmica
Taça de vidro branco opaco, do tipo Isings 2	14708	Vidros	Vidro
Estatueta representando o torso de Vénus	14709	Escultura	Mármore
Conta discóide verde escura	14711	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Pingente piriforme de cor castanho e bege	14712	Adereços (e objectos de adorno)	Pedra
Pequeno unguentário bolbiforme	14713	Vidros	Vidro
Pequeno boião com conteúdo	14714	Vidros	vidro
Gargalo de garrafa	14716	Vidros	Vidro
Taça incolor (Nolen vi-37)	14717	Vidros	vidro
Fragmentos de alfinetes de toucado com cabeça (7 Fragm.)	14722	Instrumentos e utensílios	Osso
fragmentos de alfinetes (15 frag.)	14723	Instrumentos e utensílios	Osso
fragmentos de alfinetes (16 Frag.)	14724	Instrumentos e utensílios	Osso
Copo, fundo e parede (Nolen vi-30), azul	14735	Vidros	vidro
Taça	14742	Vidros	vidro
Taça, fundo e bordos (Nolen vi-12), verde	14743	Vidros	Vidro
Copo, fundo e parede (Nolen vi-33), azul	14744	Vidros	vidro
Anforisco	14745	cerâmica	Pedra
Artefacto em forma de noz	14746	Adereços (e objectos de adorno)	Pedra
Pequena tampa	14747	Vidros	vidro
Unguentário azul	14750	Vidros	vidro
Asa de lucerna com a representação de uma máscara de homem com barba	14756	Adereços (e objectos de adorno)	Bronze
Fusaiola	14757	Instrumentos e utensílios	Osso
Elemento de fecho	14766	Adereços (e objectos de adorno)	Mármore
Fragmento de alfinete	14767	Instrumentos e utensílios	Osso
Conta semi circular com perfuração descentrada	14769	Adereços (e objectos de adorno)	Ambar
Conta discóide de cor verde clara	14770	Adereços (e objectos de adorno)	Osso
Marca de jogo, com depressão central	14773	Instrumentos e utensílios	Pedra
Furador trabalhado sobre osso de ave (?)	14780	Instrumentos e utensílios	Osso
Copo fragmentado, variante de Isings 34 (Nolen vi 31)	14782	Vidros	Vidro
fragmentos de fundo de vaso (2 Fragm.)	14783	Cerâmica	Cerâmica
Paleta de cirurgião	14785	Instrumentos e utensílios	Ardósia
Pequena estatueta representando uma ave de asas abertas	14803	Escultura	Bronze
Amuleto fálico	14804	Artefactos ideotécnicos	Bronze
Pequena estatueta representando uma ave de asas abertas	14807	Escultura	Bronze
Vareta	14812	Vidros	vidro
Vareta	14813	Vidros	vidro
Vareta	14814	Vidros	vidro
Apagador de lucernas	14818	Instrumentos e utensílios	Bronze
Fragmento de estatueta representando um pé humano com sandália	14826	Escultura	Bronze
Fragmentos de unguentário	14831	Vidros	Vidro
Fundo de taça em Terra Sigillata Sud-gálica com marca de oleiro CRESTI (oleiro Crestio)	14846	Cerâmica	Cerâmica

Fragmento de taça em Terra Sigillata Sud-gálica com marca de oleiro CHRES(oleiro Chrestvs)	14847	Cerâmica	Cerâmica
Pedra de jogo (?), verde	14849	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Lucerna de dois bicos com a asa partida	14854	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de volutas, reduzida a metade (Nolen lu 7)	14857	Cerâmica	Cerâmica
Copo (Nolen vi-34)	14858	Vidros	Vidro
Fragmento de asa de ânfora com marca de oleiro: AEMHEL (M e H em nexo)	14859	Cerâmica	Cerâmica
Prego	14865	Instrumentos e utensílios	Bronze
Fragmentos de vasos (24) sem forma	14878	Vidros	Vidro
Fragmento de paleta de cirurgião	14891	Instrumentos e utensílios	Mármore
Unguentário sem gargalo	14899	Cerâmica	Cerâmica
Fundo e parte do bojo de copo	14900	Vidros	vidro
Fragmento de unguentário de cor azul cobalto e ouro	14901	Vidros	vidro
Enfiada de contas discóides, cerca de 60, 1 tubular e 1 pendente em forma de bula	14911	Adereços (e objectos de adorno)	Azeviche
Fragmento de lápide funerária: DMS / M.C.R.	14945	Epigrafia	Mármore
Askos de Terra Sigillata clara	14976	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de asa de ânfora com marca de oleiro: Q.R.FL.CORNE	14979	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de asa de ânfora com marca de oleiro: AEMHEL (M e H em nexo)	14980	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de asa de ânfora com marca de oleiro: LEV.GEN	14983	Cerâmica	Cerâmica
Pequeno funil	15003	Vidros	vidro
Chave	15109	Instrumentos e utensílios	Bronze
Fragmentos colados em dois grupos de uma panela	15249	Cerâmica	Cerâmica
Cossoiro decorado	15444	Instrumentos e utensílios	Osso
Taça lisa de cor laranja, manchada	15453	Cerâmica	Cerâmica
Taça de cor bege com aguada cinzenta	15454	Cerâmica	Cerâmica
Pequena taça de cor bege com aguada cinzenta	15455	Cerâmica	Cerâmica
Taça de paredes finas	15474	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna com disco decorado com cena erótica, sem asa, tipo Dressel 11 B	15477	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna com busto (feminino ?) no disco e a marca: ALEXAN, na base	15478	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de origem egípcia, "tipo rã", com a configuração e a representação de uma rã, sem asa. Na base tem gravada uma palma	15479	Cerâmica	Cerâmica
Reprodução em gesso de tabela em baixo relevo representando duas máscaras, que se defrontam. No reverso a mesma cena mas com figuras diferentes.	15549	Escultura	Cerâmica
Pote, com um orifício no fundo	15575	Cerâmica	Cerâmica
Vaso em forma de garrafa, de cor bege	15577	Cerâmica	Cerâmica
Taça de duas asas de "Paredes finas"	15578	Cerâmica	Cerâmica
Pote com duas asas, em cerâmica comum de cor bege	15580	Cerâmica	Cerâmica
Taça de "paredes finas" decorada com palma e águia	15584	Cerâmica	Cerâmica
Taça de "paredes finas" decorada com folhas	15585	Cerâmica	Cerâmica
Pote de Terra sigillata Hispânica decorado com folhas de hera	15586	Cerâmica	Cerâmica
Taça de Terra Sigillata Sud-gálica decorada com animais e plantas	15587	Cerâmica	Cerâmica
Vaso de grandes dimensões, incompleto	15591	Cerâmica	Cerâmica
Alguidar de grandes dimensões	15592	Cerâmica	Cerâmica
Pote reconstituído	15593	Cerâmica	Cerâmica
Pote (era Algarve)	15595	Cerâmica	Cerâmica
Ânfora com marca junto do fundo	16751	cerâmica	Cerâmica
Fragmento bordo e fundo de tigela de Terra sigillata Clara D	16800	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento bordo e fundo de prato de Terra sigillata Clara A	16801	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna decorada com figura de animal. Paleocristã	16823	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna decorada. Paleocristã	16826	Cerâmica	Cerâmica
Pequena caixa redonda a que falta a tampa	16854	Instrumentos e utensílios	Cerâmica
Fragmento de lápide epigrafada: Q / II N	16879	Epigrafia	Mármore
Fragmento de lápide epigrafada: NA / D FST CH S	16882	Epigrafia (não é T. Ares)	Marmore

Candil	17013	Cerâmica	Cerâmica
Estatueta representando um pássaro	17030	Escultura	Bronze
Vaso piriforme, vidrado, sem gargalo (Nolen mv-4)	17051	Cerâmica	Cerâmica
Botão de pé	17360	Adereços (e objectos de adorno)	Bronze
Unguentário	17404	Vidros	vidro
Figurinha de homem barbado com coroa	17865	Escultura	Bronze
Fragmento de mosaico a preto e branco com peixe e algas	18706	Arquitectura (materiais de construção e revestimento)	Cerâmica
Fragmento de mosaico de tesselas brancas, pretas e vermelhas e amarelas. Moldura de torçal	18753	Arquitectura (materiais de construção e revestimento)	Cerâmica
Tijolo paralelepípedo	19334	Cerâmica	Cerâmica
Fundo de vaso ou marca de jogo, verde	13989 A	Vidros	vidro
Metade de um fundo de vaso, verde	13989 C	Vidros	Vidro
Fragmento de bojo de vaso, verde	13989 D	Vidros	vidro
Asa azul de grande vaso	14087 A	cerâmica	Pedra
Pequena asa azul	14087 B	Vidros	vidro
Unguentário	14097 A	Vidros	vidro
Unguentário	14097 B	Vidros	vidro
Reservatório de unguentário, tipo Trier 72 (Nolen vi-86)	14135 A	Vidros	Vidro
Unguentário, sem gargalo	14135 B	Vidros	Vidro
Unguentário, sem gargalo	14135 C	Vidros	vidro
Gargalo de unguentário, incolor	14136 A	Vidros	vidro
Gargalo e bordo de unguentário, incolor	14136 B	Vidros	Vidro
Gargalo de Unguentário (col. Teixeira de Aragão)	14136 C	Vidros	Vidro
Fundo de unguentário	14137 A	Vidros	Vidro
Fundo de unguentário	14137 B	Vidros	Vidro
Unguentário	14137 C	Vidros	vidro
Fundo de unguentário	14137 D	Vidros	Vidro
Vareta	14140 A	Vidros	vidro
Vareta torcida helicoidalmente, para mexer cosméticos ou medicamentos	14140 B	Vidros	vidro
Púcaro com 1 asa. Castanho (Aguarda verificação total das fichas)	14563***	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo "Rio Tinto - Aljustrel "com o bico fragmentado (Nolen lu-22)	14644 Bis	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna com oura decorada com pérolas. Asa quebrada	14646 bis	Cerâmica	Cerâmica
Lucerna de tipo Rio Tinto, decorada com folhas no disco	14647 bis	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de lucerna de tipo "Rio Tinto"	14665 A	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de lucerna de tipo "Rio Tinto"	14665 C	Cerâmica	Cerâmica
Cossoiro	14669 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Pequena placa paralelepípedica, polia numa face	14669 B	Instrumentos e utensílios	Mármore
Fragmento de vaso que continha terra, pregos de bronze	14693 bis	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de taça em Terra Sigillata Sud-gálica Drag. 27, com marca FCRES	14707 A	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de taça em Terra Sigillata Sud-gálica Drag. 27, com marca OF IVS[T]	14707 B	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de taça (?) em Terra Sigillata Hispânica Drag. 27, com marca pouco legível	14707 C	Cerâmica	Cerâmica
Fundo de taça em Terra Sigillata Sud-gálica	14707 E	Cerâmica	Cerâmica
contas feitas a partir de vértebras de peixe (4 contas)	14710 A a D	Adereços (e objectos de adorno)	Mármore
Agulha	14718 A	Instrumentos e utensílios	Mármore
Agulha	14718 B	Instrumentos e utensílios	Mármore
Alfinete de toucado com cabeça prismática	14719 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado com cabeça prismática	14719 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado	14720 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado	14720 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado com cabeça prismática decorada	14725 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado sem cabeça, ornamentado na	14725 B	Instrumentos e utensílios	Osso

extremidade distal			
Alfinete de toucado decorado na extremidade distal	14725 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado com a extremidade distal em prisma	14725 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado, extremidade proximal	14725 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado com a extremidade distal em prisma	14726 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Alfinete de toucado com a extremidade distal em prisma	14726 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 E	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 G	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14727 H	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 E	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 G	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14728 H	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14729 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14729 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14729 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14729 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14729 E	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14729 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete	14729 G	Instrumentos e utensílios	Osso
Agulha	14730 A	Instrumentos e utensílios	Mármore
Agulha	14730 B	Instrumentos e utensílios	Mármore
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14732 A	Adereços (e objectos de adorno)	Osso
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14732 B	Adereços (e objectos de adorno)	Osso
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14732 C	Adereços (e objectos de adorno)	Osso
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14732 D	Adereços (e objectos de adorno)	Osso
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14732 E	Adereços (e objectos de adorno)	Osso ou marfim
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 A	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 B	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 C	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 D	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 E	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 F	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 G	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 H	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 I	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 J	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 K	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro

Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14733 L	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14734 A	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14734 B	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14734 C	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Fragmento de pulseira negra decorada com gomos	14734 D	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Disco. Fundo de vaso	14748 A	vidro	Pedra negra
Pequena tampa, transparente	14748 B	Vidros	vidro
Mascarão de asa de sítila	14752 A	Adereços (e objectos de adorno)	Bronze
Fragmento de agulha	14753 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14753 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14753 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14753 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14753 E	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14753 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14753 G	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14753 H	Instrumentos e utensílios	Osso
Artefacto em forma de U	14772 A	Adereços (e objectos de adorno)	Pasta de vidro
Artefacto em forma de U	14772 B	Adereços (e objectos de adorno)	Pedra
Conta (?)	14774 A	Instrumentos e utensílios	Pedra negra
Pequeno poliedro de pasta de vidro	14774 B	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
Núcleo (?) matéria prima(?)	14774 C	Vidros	Pasta de vidro
Objecto esferóide de cor azul opaco	14774 D	Instrumentos e utensílios	Pasta de vidro
dentes de peixe (2 dentes)	14775 A	Ecofactos (e amostras de sedimentos)	Mármore
Anel de mesa, fragmentado, de cor castanha	14778 B	Adereços (e objectos de adorno)	Osso
Reservatório de unguentário , muito fragmentado (Nolen vi-64)	14784 A	Vidros	Vidro
Vareta	14815 A	Vidros	vidro
Vareta	14815 B	Vidros	vidro
Fragmento de agulha	14819 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14819 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14819 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14819 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado, com cabeça	14820 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado, com cabeça	14820 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado, com cabeça	14820 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado, com cabeça	14820 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14820 E	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14820 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14820 G	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14820 H	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14820 I	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14821 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14821 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14821 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14821 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14821 E	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14821 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de alfinete de toucado	14821 G	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14822 A	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14822 B	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14822 C	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14822 D	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14822 E	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14822 F	Instrumentos e utensílios	Osso
Fragmento de agulha	14822 G	Instrumentos e utensílios	Osso

Fragmento de taça de "Paredes Finas"	14845 A	Cerâmica	Cerâmica
Fragmento de tigela em Terra Sigillata Sud-gálica Drag. 37	14845 B	Cerâmica	Cerâmica
Prego	14848 A	Instrumentos e utensílios	Bronze
Prego	14848 B	Instrumentos e utensílios	Bronze
Prego	14848 C	Instrumentos e utensílios	Bronze
Pequena placa rectangular	14868 B	Instrumentos e utensílios	vidro
Prego	14893 A	Instrumentos e utensílios	Bronze
Prego encurvado	14893 B	Instrumentos e utensílios	Bronze
Unguentário	14897 A	Vidros	vidro
Reservatório de unguentário (Nolen vi-86)	14897 B	Vidros	Vidro
Gargalo e bordo de unguentário, azul (Nolen vi-73)	14898 A	Vidros	Vidro
Gargalo e bordo de unguentário, incolor	14898 B	Vidros	Vidro
Unguentário	14901 B	Vidros	Vidro
Lucerna de tipo "Rio Tinto"	14974 B	Cerâmica	Cerâmica
Bocal de ânfora com 2 asas a tampa	14977 A e B	Cerâmica	Cerâmica
Frag. de conta decorada com gomos	15004 A	Adereços (e objectos de adorno)	Osso
Almofariz e pilão	15432 A e B	Instrumentos e utensílios	Mármore
Fragmento de Tecido	2008.72.353	Têxteis	Linho?
Moeda de Claudio com representação de Minerva	2014.4.1	Numismática	Bronze
Centenionalis de Decencio	2014.4.114	Numismática	bronze
Bronze de Magnêncio	2014.4.117	Numismática	Bronze
Moeda de Valentiniano	2014.4.123	Numismática	bronze
Moeda de Herennius Etruscus com representação	2014.4.14	Numismática	Bronze
Antoniniano de Claudio II, Gotico	2014.4.261	Numismática	bronze
Moeda de Dioclesiano	2014.4.270	Numismática	bronze

Anexo 3

Colecção arqueológica de Joaquim José Júdice dos Santos

Reconstituímos esta colecção efectuando uma recompilação dos elementos registados na obra de Estácio da Veiga, *Antiguidades Monumentais do Algarve* (1886-1891).

Objectos	Proveniência	Referência	Representação gráfica
Machado de pedra polida	S.ª da Orada (Albufeira)	1886: 70	Estampa XIX, n.º 1 1886: 262
Polidor de pedra	Algoz (Silves)	1886: 72	Estampa XV, n.º 3 1886: 252
Placas de xisto ⁷³¹	Aljezur	1886: 197	Não representadas
Brunidor, adaptado de um machado Retirado do Museu do Algarve em 1881	Aljezur	1887: 310	Não representada
Polidor Molde em gesso no Museu do Algarve	Ponta da Piedade (Lagos)	1887: 322	Não representada
Machado Retirado do Museu do Algarve em 1881	Ponta da Piedade (Lagos)	1887: 323	Estampa VI, n.º 3 1887: 323
Machado Molde em gesso no Museu do Algarve	Monte Molião (Lagos)	1887: 324	Estampa VII, n.º 1 1887: 324
Machado polido Molde em gesso no Museu do Algarve	Monte Molião (Lagos)	1887: 324	Não representada
Machado elíptico Molde em gesso no Museu do Algarve	Foia de Monchique (Concelho de Marmeleite, Monchique)	1887: 327	Estampa VIII, n.º 3 1887: 327
Machado com gume cortante (não oferecido ao Museu do Algarve)	Foia de Monchique (Concelho de Marmeleite, Monchique)	1887: 327	Não representada
Machado elíptico Molde em gesso no Museu do Algarve	Foia de Monchique (Concelho de Marmeleite, Monchique)	1887: 327-328	Não representada
Brunidor Molde em gesso no Museu do Algarve	Foia de Monchique (Concelho de Marmeleite, Monchique)	1887: 328	Não representada
Machado	Cruz da Picota (Concelho de Marmeleite, Monchique)	1887: 328	Estampa VIII, n.º 4 1887: 327
Calhau de xisto negro elipsoidal e polido (depositado na secção mineralógica da Escola Politécnica de Lisboa)	Pegos Verdes (Freg. Mexilhoeira Grande, Portimão)	1887: 330-331	Não representada
Machado polido Retirado do Museu do Algarve em 1881	Mexilhoeira Grande (Portimão)	1887: 334	Não representada
Brunidor Molde em gesso no Museu do Algarve	Cruzinha e Lameira (Portimão)	1887: 339	Não representada
Machado de diorite (não oferecido ao Museu do Algarve)	Vale de França (Portimão)	1887: 347	Não representada
Machado grande de diorite (não oferecido ao Museu do Algarve)	Vale de França (Portimão)	1887: 348	Não representada
Machado grande de diorite escura	Vale de França (Portimão)	1887: 348	Não representada
Machado de diorite (não oferecido ao Museu do Algarve)	Portimão	1887: 349	Não representada
Machado de diorite com alguns estragos (não oferecido ao Museu do Algarve)	Portimão	1887: 349	Não representada
Machado de quatro lados (não oferecido ao Museu do Algarve)	Portimão	1887: 350	Não representada
Machado parcialmente polido (não oferecido ao Museu do Algarve)	Portimão	1887: 350	Não representada
Machado polido (não oferecido ao Museu do Algarve)	Portimão	1887: 350	Estampa XII, n.º 4 1887: 345
Machado de diorite Colecção Júdice, n.º 6.	Silves	1887: 358	Não representada
Machado parcialmente tosco Colecção Júdice, n.º 12	Silves	1887: 358	Não representada
Machado Polido Colecção Júdice, n.º 17	Silves	1887: 358	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 18	Silves	1887: 358-359	Não representada

⁷³¹ Estácio da Veiga menciona terem surgido em Aljezur entre 20 e 22 placas de xisto. Estácio possuiria 17, oferecidas por José da Costa Serrão, «mas apareceram mais algumas, que se diz terem sido obtidas pelo Sr. Judice dos Santos» (Veiga, 1886: 197).

Machado Colecção Júdice, n.º 25	Silves	1887: 359	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 41	Silves	1887: 359	Não representada
Enxó Colecção Júdice, n.º 41 b	Silves	1887: 359	Não representada
Enxó de duas faces Colecção Júdice, n.º 13	Silves	1887: 359	Não representada
Machado tosco de diorite Colecção Júdice, n.º 14	Silves	1887: 359	Não representada
Machado com o gume, lascado e destruído Colecção Júdice, n.º 29	Silves	1887: 359	Não representada
Machado Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887: 359-360	Não representada
Machado polido Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887: 360	Não representada
Machado de aspecto porphyroide Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887: 360	Não representada
Machado Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:360	Não representada
Enxó cuneiforme Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:360	Não representada
Enxó toda polida Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:360	Não representada
Enxó polida Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:360	Não representada
Enxó com o gume perfeito Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:360	Não representada
Enxó com o gume arqueado Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:360	Não representada
Machado polido Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:361	Não representada
Machado polido (menor) Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:361	Não representada
Machado Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:361	Não representada
Machado polido, com gume perfeito Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:361	Não representada
Machado com o gume abatido Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve	Silves	1887:361	Não representada
Machado polido, gume destruído	Silves	1887:361	Não representada

Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa, modelo em gesso no Museu do Algarve				
Calhau com cavidade circular Colecção Júdice, n.º 42	Silves		1887: 362	Não representada
Conta de <i>Agatha</i> elipsoidal Original na Escola Politecnica de Lisboa Modelada em gesso no museu	Silves		1887: 363	Não representada
Conta de <i>Agatha</i> piramidal Original na Escola Politecnica de Lisboa Modelada em gesso no museu	Silves		1887: 363	Não representada
Machado polido com o gume arrazado Colecção Júdice, n.º 29 Transferido para a colecção da Escola Politécnica de Lisboa	S. Bartolomeu de Messines		1887: 365	Estampa XV, n.º 1 1887: 365
Machado polido, perfeito Colecção Júdice, n.º 22	S. Bartolomeu de Messines		1887: 365	Estampa XV, n.º 2 1887: 365
Machado de diorite escura Colecção Júdice, n.º 20	S. Bartolomeu de Messines		1887: 366	Não representada
3 machados	Morgado das Fontes (Alcantarilha) ⁷³²		1887: 368	Não representada
Machado de tosco acabamento Colecção Júdice, n.º 4	Várzeas de Pera (Silves)		1887: 368	Não representada
Machado muito extenso e delgado Colecção Júdice, n.º 2	Várzeas de Pera (Silves)		1887:369	Estampa XV ⁷³³ , n.º 1 1887: 368
Machado grande Colecção Júdice, n.º 1	Várzeas de Pera (Silves)		1887:369	Estampa XV, n.º 2 1887: 368
Escopro rectangular polido Colecção Júdice, n.º 41	Mexilhão (Estômbar)		1887:369-370	Não representada
Desengrossador Colecção Júdice, n.º 46	Mexilhão (Estômbar)		1887:370	Não representada
3 calhaus com indícios de trabalho Colecção Júdice, n.º 45, 47 e 47a	Mexilhão (Estômbar)		1887:370	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 26	Estômbar		1887: 371	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 32	Estômbar		1887: 371-372	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 34	Estômbar		1887: 372	Não representada
Escopro polido Colecção Júdice, molde em gesso no Museu do Algarve	Estômbar		1887: 372	Não representada
Enxó de forma elíptica Colecção Júdice, molde em gesso no Museu do Algarve	Estômbar		1887: 372	Estampa XVII, n.º 2; 1887: 372
Enxó de pequenas dimensões Colecção Júdice, molde em gesso no Museu do Algarve	Estômbar		1887: 372	Não representada
Machado de xisto negro	Loubite (Lagoa)		1887: 373	Não representada
Machado de fibrolite	Loubite (Lagoa)		1887: 373	Não representada
Machado de fibrolite	Loubite (Lagoa)		1887: 373	Não representada
Machado de forma elliptica Colecção Júdice, n.º 10	Lagoa		1887:374	Não representada
Machado de diorite Colecção Júdice, n.º 11	Lagoa		1887:374	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 30	Lagoa		1887:374	Estampa XVII, n.º 4 1887: 371
Brunidor (?) Colecção Júdice, molde em gesso no Museu do Algarve	Lagoa		1887:374	Não representada
Machado de Xisto Verde-Negro	Quintão (Lagoa)		1887: 376	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 38	Albufeira		1887: 379	Estampa XIX, n.º 1 1887: 379
Machado polido	Paderne		1887: 381	Não representada

⁷³² Na Estampa XV está assinalado o objecto n.º 4 como pertencente à colecção de Júdice dos Santos, contudo na página 368, onde está descrita, não está mencionada esta pertença a Júdice dos Santos.

⁷³³ Existem duas estampas com o n.º XV. A que nos referimos deveria ser a XVI.

Colecção Júdice, n.º 23			
Machado polido Colecção Júdice, n.º 31	Paderne	1887: 381	Não representada
Machado Colecção Júdice, n.º 39	Paderne	1887: 381	Estampa XIX, n.º 2 1887: 379
Percutor de diorite Colecção Júdice (s/ n.º)	Paderne	1887: 381	Não representada
Machado com gume cortante Colecção Júdice, n.º 24	Alte	1887: 381	Não representada
Machado polido Colecção Júdice, n.º 37	Antas	1887: 394	Estampa XXI, n.º 3 1887: 393
«numerosos machados, muitos de cobre e poucos de bronze»	Vale de Pegas (Paderne)	1889: 59	Não representada
Lança de cobre	Vale de Pegas (Paderne)	1889: 59	Não representada
Machados de cobre («alguns»)	Fonte Santa (entre Alte e Paderne)		Não representada
“Cunhas” de cobre	Entre Alte e Paderne	1889: 62	Não representada
3 pontas de lança em cobre	Paderne (obra para construção de Estrada para S. Bartolomeu de Messines)	1889: 125	Estampa não numerada Representação 1, 2, 3; 1889: 125.
5 machados de cobre	Caverna de Igreja dos Soidos e Caverna do Sumidor dos Lentiscaes	1891: 85	Estampa VIII, n.º 1-5; 1891: 85
Percutor de diorite	Mina de Santo Estevão (Silves)	1891: 87	Estampa IX, n.º 1; 1891: 87
Flexa em cobre	Paderne	1891: 90	Estampa X, Representação 1; 1891: 91
Machado	Paderne	1891: 90	Estampa X, n.º 2; 1891: 91
Machado em cobre	Paderne	1891: 90	Estampa X, Representação 2; 1891: 91
Placa de xisto	Paderne	1891: 90	Estampa X, n.º 10, 1891: 91
Machado de cobre	S.ta Barbara de Nexe	1891: 102	Estampa X, n.º 13; 1891: 91

Anexo 4

Colecção de Joaquim José Júdice dos Santos no Museu Nacional de Arqueologia

Reconstituição efectuada com base no inventário do MNA disponibilizado através do MatrizNet. Na coluna da direita reconstituímos, com base no cruzamento das várias fontes que analisámos, o percurso dos objectos desde a sua descoberta até ao momento de incorporação nas colecções do MNA.

Objecto	N.º de Inventário:	Proveniência	Datação	Percurso do objecto
Serpente	10216	Forte de S. João	I d.C. - III d.C. - Época Romana	1. Descoberta «sob um solo de formigão e num plano muito inferior ao assentamento dos edifícios romanos», entre o Ferragudo e o Forte de São João. 2. Adquirida por Júdice dos Santos. 3. Oferecido ao Museu do Algarve, depositado na Academia Real de Belas Artes de Lisboa. 3. Transferido para o Museu Nacional de Arqueologia por despacho Governamental de 1893.
Espicha de roca	15058	Desconhecida	XII d.C. - XIII d.C. Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador, Ficha nº Inv. 15043.
Tear de tabuinha	15059	Desconhecida	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média -	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.
Cossoiro	15060	Desconhecida	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador; Ficha nº Inv. 15043.
Conta discóide de osso	15061	Desconhecida	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador; Ficha nº Inv. 15043.
Cânula de vidro	15064	Arredores de Silves	Época Romana	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.
Taça vidrada	15071	Silves	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.
Escudela	15091	Desconhecida	XV d.C. - XVI d.C. - Idade Média -	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador; Ficha nº Inv. 15043 ⁷³⁴ .
Candil	17067	Loulé	XI d.C. - Idade Média	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.
Candil	17077	Silves?	XI d.C. - XII d.C. - Idade Média	1. Antiga colecção Júdice dos Santos ou Pedro Paulo Mascarenhas Júdice (?). 2. Porque conserva ainda uma parte de rótulo de identificação com o nº 63, seria provavelmente pertencente a J. J. Júdice dos Santos, que possuía parte dos seus objectos numerados (Cf. Anexo 3). Terá transitado para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.
Suporte de talha epigrafado	17091	Loulé	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média -	1. Antiga colecção Júdice dos Santos? Sendo desconhecidas a data e as circunstâncias do achado, considera-se este objecto como proveniente da colecção de antiguidades de Joaquim José Júdice dos Santos porque no documento "Inventário dos objectos depositados no Museu Etnológico", datado de Dezembro de 1903, consta um "suporte ornamentado", ao lado de outros artefactos islâmicos. 2. Terá transitado para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.
Fragmento de suporte de talha epigrafado	17105	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de suporte de talha	17106	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do

⁷³⁴ No MatrizNet está registado por lapso como pertencente a António Joaquim Júdice. Estácio da Veiga indica-a como pertencente a J. J. Júdice dos Santos (Veiga, 1891: 91).

				<p>punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa.</p> <p>3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.</p>
Machado de pedra polida	2005.305.1	Sítio dos Várzeas, Pera, Silves	Neolítico/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.</p>
Colar de contas diversas	2011.31.1	Estômbar e Silves	Desconhecida	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Depositado no Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Nacional.</p> <p>3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por acção de José Leite de Vasconcelos.</p>
Machado de pedra polida	8357	Portimão, Faro	Neolítico Final/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Oferecido ao Museu do Algarve, depositado na Academia Real de Belas Artes de Lisboa.</p> <p>3. Transferido para o Museu Nacional de Arqueologia por despacho Governamental de 1893.</p>
Machado de pedra polida	8362	Portimão, Faro	Neolítico Final/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Oferecido ao Museu do Algarve, depositado Academia Real de Belas Artes de Lisboa.</p> <p>3. Transferido para o Museu Nacional de Arqueologia por despacho Governamental de 1893.</p>
Machado de pedra polida	8367	Portimão, Faro	Neolítico Final/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Oferecido ao Museu do Algarve, depositado na Academia Real de Belas Artes de Lisboa.</p> <p>3. Transferido para o Museu Nacional de Arqueologia por despacho Governamental de 1893.</p>
Enxó de pedra polida	8375	Portimão, Faro	Neolítico Final/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador em 20 de Fevereiro de 1906.</p>
Alabarda de sílex	8379	Portimão, Faro	Neolítico Final/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção de Júdice dos Santos.</p> <p>2. Oferta a Estácio da Veiga (colecção particular?).</p> <p>3. Transitou para o Museu Nacional de Arqueologia em 1894 por aquisição das colecções particulares de Estácio da Veiga.</p>
Machado de pedra polida	8762	Silves	Neolítico Final/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia por oferta do coleccionador.</p>
Machado de pedra polida	8800	Silves	Neolítico Final/Calcolítico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos ou Pedro Paulo Mascarenhas Júdice?.</p> <p>2. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia.</p>
Ponta de seta de tipo "Palmela"	983.1207.1	Paderne, Albufeira	Calcolítico Final	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos⁷³⁵.</p> <p>2. Oferecido ao Museu do Algarve, depositado na Academia Real de Belas Artes de Lisboa.</p> <p>3. Transferido para o Museu Nacional de Arqueologia por despacho Governamental de 1893.</p>
Fragmento de talha de cerâmica vidrada com inscrição cúfica	998.53.1	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa.</p> <p>3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.</p>
Fragmento de talha de cerâmica vidrada com decoração	998.53.10	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita de Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa.</p> <p>3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.</p>
Fragmento de talha de cerâmica vidrada	998.53.12	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	<p>1. Antiga colecção Júdice dos Santos.</p> <p>2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um</p>

⁷³⁵ No MatrizNet está registado por lapso como pertencente a António Joaquim Júdice. Estácio da Veiga indica-a como pertencente a J. J. Júdice dos Santos (Veiga, 1891: 91).

				conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de suporte de talha	998.53.13	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de suporte de talha	998.53.14	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de talha de cerâmica com decoração	998.53.17	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de talha de cerâmica vidrada com inscrição árabe	998.53.2	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de talha de cerâmica com decoração	998.53.3		XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Três fragmentos de talha vidrada	998.53.7	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. Possuía o seguinte rótulo «Ex. Dr. Francisco António Pereira da Costa - Escola Politécnica». 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de suporte de talha vidrada	998.53.8	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média - Contexto Islâmico	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. 3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.
Fragmento de talha de cerâmica vidrada	998.53.9	Silves?	XII d.C. - XIII d.C. - Idade Média -	1. Antiga colecção Júdice dos Santos. 2. Depositado na Escola Politécnica de Lisboa. Na

			Contexto Islâmico	<p>documentação do MNA conserva-se uma nota manuscrita, do punho do próprio Leite de Vasconcelos, que diz respeito a um conjunto de artefactos cerâmicos marcados com os nºs 4:022 a 4:042. Segundo essa informação esse conjunto de fragmentos cerâmicos teria pertencido à colecção de Júdice dos Santos, exposta na Escola Politécnica de Lisboa. (Este fragmento deve ter pertencido ao mesmo artefacto original de que fazem também parte dois outros fragmentos do mesmo lote, nomeadamente os nºs 998.53.12 (4:039) e 998.53.18 que apresentam todos fragmentos do mesmo friso).</p> <p>3. Transitou para a colecção do Museu Nacional de Arqueologia em 8 de Junho de 1905.</p>
Estela de Caturicus Lupatus	E 6385 A	Fazendo do Trindade (Santa Luzia)	III d.C. - Época Romana	<p>1. Descoberta por Júdice dos Santos na Fazenda do Trindade (Tavira), onde estava a servir de soleira de porta na entrada da casa. O monumento tinha sido identificado por Estácio da Veiga em 1856 (Veiga, 1866: 24).</p> <p>2. Oferecida a Júdice dos Santos ou adquirida pelo próprio.</p> <p>3. Oferecida ao Museu do Algarve, depositada Academia Real de Belas Artes de Lisboa.</p> <p>4. Transferido para o Museu Nacional de Arqueologia por despacho Governamental de 1893.</p>

Anexo 5

Transcrição de documentos relativos à relação do MNA com o ourives Joaquim Nunes da Cunha, de Lisboa. Carta arquivada no MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, cota: 1009-643.

O primeiro documento transcrito é uma carta enviada pelo ourives Joaquim Nunes da Cunha, com data de 11 de Novembro de 1911. Na segunda parte transcrevemos um documento anexo manuscrito por José Leite de Vasconcelos relativo ao objecto mencionado na carta do ourives de Lisboa, a «Xorca de Santarém».

«11 Nov. 901

Ex.mo Sr.

Tenho aqui um objecto antigo que um freguez me deixou para promover a venda d'elle, por esse motivo rogo a V.^ª Ex.^ª a fineza de podendo ser, vir ao meu estabelecimento, para ver se acaso lhe convirá.

Sou com toda a estima a consideração
de V.^ª EX.^ª

Cr.^º Att. V. Obr.

J. N. Cunha»

[doc. anexo com apontamento autógrafos de J. L. Vasconcelos]

«Xorca de Santarém

Objectos análogos

- Estácio, Ant. do Alg., IV, 45ss, e est IV

Obtido por António Casimiro da Costa e Braga e mostrado a Estácio da Veiga por Simões de Almeida

- francês (apud Estácio p. 48) cita p. A. de Caumont,

Abecedaire d'Archeologie, Vol. I, p. III, achado no

departamento de Deux Sévres; com este cita outro da

Bretanha

- Possidónio, Noções de Arch, p. 27, franceses e [pinta um?]

Anexo 6

Jornais locais ou nacionais com referências a descobertas e práticas arqueológicas.

Sistematizamos nesta tabela os jornais locais, regionais ou nacionais que citámos ao longo deste trabalho. Todas estas publicações periódicas incluíram notícias sobre práticas arqueológicas ou coleccionistas em Portugal durante o período em análise.

Jornais locais/nacionais	Localidade
<i>A Mocidade Portuguesa</i>	Covilhã
<i>A Verdade</i>	Tomar
<i>A Vida Moderna</i>	Porto
<i>Arquivo do Alto Minho</i>	Monção?
<i>Comércio de Lisboa</i>	Évora
<i>Commercio de Vizeu</i>	Viseu
<i>Commercio do Porto</i>	Porto
<i>Commercio de Portugal</i>	?
<i>Correio de Thomar</i>	Tomar
<i>Diário de Notícias</i>	Lisboa
<i>Diário de Lisboa</i>	Lisboa
<i>Districto de Castelo Branco</i>	Castelo Branco
<i>Distrito de Faro</i>	Faro
<i>El Elmano</i>	Setúbal
<i>Jornal de Santarém</i>	Santarém
<i>Notícias de Évora</i>	Évora
<i>Notícias de Viana</i>	Viana do Castelo
<i>O Bejense</i>	Beja
<i>O Investigador</i>	Lisboa?
<i>O Manuelinho</i>	Évora
<i>O Nordeste</i>	Bragança
<i>O Novo Tempo: jornal da esquerda dinástica</i>	Mangualde
<i>O Regional</i>	Monção
<i>O Século</i>	Lisboa

10. ÍNDICES

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Metodologia de incorporação de objectos na colecção arqueológica formada em Mértola, no ano de 1877.	81
Gráfico 2 – Diversidade de objectos doados ao <i>Museu Archeologico do Algarve</i> pelo proprietário da Quinta da Torre de Ares, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga.....	91
Gráfico 3 – Categorias dos objectos oferecidos ao <i>Museu Archeologico do Algarve</i> pelo proprietário da Quinta do Marim, João Lúcio Pereira.....	106
Gráfico 4 – Proveniência dos objectos da antiga colecção de Joaquim José Júdice dos Santos no momento de incorporação no Museu Etnológico Português.	153
Gráfico 5 – Localização dos torques de ouro do Bronze Final encontrados em Portugal até 1930.....	389

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Reconstituição da colecção de objectos pré-históricos de Augusto Carlos Teixeira de Aragão.....	61
Tabela 2 – Colecção de objectos arqueológicos oferecidos ao <i>Museu Archeologico do Algarve</i> pelo proprietário da Quinta da Torre de Ares, Sebastião Fernandes Estácio da Veiga.	95
Tabela 3 – Colecção de objectos arqueológicos decorrentes da escavação que o proprietário da Quinta do Arroio, Francisco Simão da Cunha, promoveu na sua propriedade em 1868.	100
Tabela 4 – Colecção de Francisco Simão da Cunha cedida ao <i>Instituto Archeologico do Algarve</i>	102
Tabela 5 – Colecção de objectos arqueológicos oferecida ao <i>Museu Archeologico do Algarve</i> pelo proprietário da Quinta do Marim, João Lúcio Pereira.....	105
Tabela 6 – Colecção de objectos arqueológicos oferecida pelo Padre Nunes da Glória a Estácio da Veiga entre 1878 e 1891.	129
Tabela 7 – Ilustrações arqueológicas do Padre Nunes da Glória publicadas na obra <i>Antiguidades Monumentais do Algarve</i>	132
Tabela 8 – Coleccionadores e informadores que cooperaram com o desenvolvimento das colecções do Museu Etnográfico/Etnológico Português entre 1893 e 1929.	205
Tabela 9 – Colecção de António Joaquim Júdice incorporada no Museu Etnológico Português em 1906.	276
Tabela 10 – Colecção de objectos arqueológicos que pertenceu a António Joaquim Júdice actualmente identificados nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia.	277
Tabela 11 – Escavações arqueológicas proporcionadas por António Paes da Silva Marques a José Leite de Vasconcelos no concelho de Avis, em 1912.....	286
Tabela 12 - Objectos oferecidos ao Museu Etnológico Português por familiares e conhecidos de António Paes da Silva Marques, em 1912.....	287

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – «Galeria da Secção Geológica», em 1880.....	37
Ilustração 2 – Colecção numismática constituída por Augusto Carlos Teixeira de Aragão.	52
Ilustração 3 – Ara de Tatianós.....	55
Ilustração 4 – Ara de Tatianós na exposição <i>Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa</i> (MNA, Lisboa)	56
Ilustração 5 – Desenho da pátera romana que pertenceu a Teixeira de Aragão.....	66
Ilustração 6 – Taça de Terra <i>Sigillata</i> Sudgálica.....	67
Ilustração 7 – Fundo de pátera a Marte.....	68
Ilustração 8 – Reconstituição do percurso do fundo de pátera a Marte	69
Ilustração 9 – Urna em cerâmica de tipo Cruz del Negro.....	76
Ilustração 10 – Reprodução de lápide sepulcral medieval do século VI.	80
Ilustração 11 – Copo com cabuchões aplicados	92
Ilustração 12 – Copo em cerâmica de Paredes Finas	94
Ilustração 13 – As escavações arqueológicas realizadas na Quinta do Milreu em 1881.....	107
Ilustração 14 – Busto de Diónisos.....	109
Ilustração 15 – Folheto do MNA com imagem de escultura romana oferecida por Manuel José de Sárra Tavares Garfias e Torres, proprietário da Quinta do Milreu.	110
Ilustração 16 – Entrada principal do Museu Nacional de Arqueologia	111
Ilustração 17 – Decalque de placa de xisto de Aljezur.	116
Ilustração 18 – Desenho arqueológico efectuado pelo Padre Nunes da Glória.	122
Ilustração 19 – Alabarda de sílex.....	123
Ilustração 20 – Planta e corte de monumento de Alcalar realizados pelo Padre Nunes da Glória.....	125
Ilustração 21 – Conjunto de recipientes cerâmicos desenhados pelo Padre Nunes da Glória.....	127
Ilustração 22 – Desenho de planta e corte de monumento realizado pelo Padre Nunes da Glória.	127
Ilustração 23 – Machado plano de bronze.....	138
Ilustração 24 – Colar de contas diversas.....	144
Ilustração 25 – Três machados em bronze da «Collec. Inédita do Sr. Júdice dos Santos».....	146
Ilustração 26 – Catálogo do leilão da colecção de Joaquim José Júdice dos Santos.	150
Ilustração 27 – Tábula a Lucius Licinius Catulus	174
Ilustração 28 – Retrato do Padre José Rafael Rodrigues.....	178
Ilustração 29 – Retrato do Padre José Isidro Brenha	184
Ilustração 30 – Machado de bronze que pertenceu à colecção arqueológica do Padre José Isidro Brenha.	188
Ilustração 31 – Estátua de guerreiro lusitano.....	192
Ilustração 32 – Localização geográfica de um conjunto de actores que integrou a rede de cooperação do Museu Etnográfico/Etnológico Português entre 1893 e 1929.....	204
Ilustração 33 – Estela dos filhos de Compedio	210

Ilustração 34 – Carta de António José de Pinho Júnior para JLV, 13 Out. 1903.....	212
Ilustração 35 – Dolmen identificado em 1889 por Bernardo Rodrigues do Amaral.	218
Ilustração 36 – Retrato de Bernardo Rodrigues do Amaral, conhecido como o Morgado do Outeiro.	220
Ilustração 37 – Cartão-de-visita de Francisco Tavares Proença Júnior endereçado a JLV (1906).....	226
Ilustração 38 – Mapa enviado por Francisco Tavares Proença Júnior para o Museu Etnológico Português (1903).	227
Ilustração 39 – Lápide funerária de Avita.....	234
Ilustração 40 – Desenho de caprino em bronze que pertenceu à colecção particular de Joaquim José Colaço (Lisboa)	237
Ilustração 41 – Balde de bronze	240
Ilustração 42 – Objecto de cerâmica da colecção arqueológica de Arronches Junqueiro.	245
Ilustração 43 – Prato de terra <i>sigillata clara</i>	248
Ilustração 44 – Ara de Galla	251
Ilustração 45 – Urna de pedra com tampa.....	255
Ilustração 46 – Inscrição enviada por Manuel António Torres para o Museu Etnológico Português, 1923.....	257
Ilustração 47 – Placa de cancela.....	258
Ilustração 48 – Carta de João Manuel da Costa para JLV.	261
Ilustração 49 – Estatueta de bronze da colecção de João Manuel da Costa.	262
Ilustração 50 – Decalque enviado pelo coleccionador João Manuel da Costa para o Museu Etnológico Português. ..	264
Ilustração 51 – Desenho realizado pelo coleccionador João Manuel da Costa.	266
Ilustração 52 – Carta e decalques de Francisco Galinoti dirigidos a JLV	270
Ilustração 53 – Árula a Mercúrio	273
Ilustração 54 – Tésseas em chumbo da colecção de Justino Cúmano.....	279
Ilustração 55 – <i>O Archeologo Português</i> (vol. XVI) com dedicatória de JLV a António Paes; biblioteca da FAPT.	288
Ilustração 56 – Ara a Fontanus.....	290
Ilustração 57 – Objecto de fibrolite recolhido no Ervedal (Alto Alentejo) em 1912.	292
Ilustração 58 – Carimbos da biblioteca pessoal de António Paes.....	301
Ilustração 59 – Passe de deputado para acesso aos Caminhos-de-ferro do Estado no ano de 1925.	304
Ilustração 60 – Bilhete-postal com representação do Colosso de Pedralva.....	322
Ilustração 61 – Carta do ourives Joaquim Nunes da Cunha para JLV, 11 Nov. 1901.....	340
Ilustração 62 – Carta do ourives Joaquim Nunes da Cunha para JLV, 27 Fev. 1903.	342
Ilustração 63 – Catálogo manuscrito da colecção arqueológica do Padre José Rafael Rodrigues.	349
Ilustração 64 – Bracete de ouro encontrada em Baralhas (Beira Litoral).....	358
Ilustração 65 – Bracete de ouro encontrada na Herdade das Cortes (Alto Alentejo).	361
Ilustração 66 – O percurso do Tesouro de Lebução (Minho) e os seus actores.	365
Ilustração 67 – Tesouro de Lebução	366
Ilustração 68 – Torques de Penela (Beira Litoral).	370
Ilustração 69 – Torques de ouro decorado descoberto na região de Évora (Alto Alentejo) em 1883 ou 1909.	372

Ilustração 70 – Vitrina temática do Musée d’Archeologie Nationale (Saint Germain-en-Laye, França) onde se encontra em exposição o torques proveniente da região de Évora.....	377
Ilustração 71 – O torques de ouro maciço decorado encontrado na região de Évora em 1883 ou 1909.	378
Ilustração 72 – Torques de ouro encontrado em Sintra (Estremadura).....	380
Ilustração 73 – Braceletes de ouro que surgiram na região de Évora na década de 1840.....	385
Ilustração 74 – Anotação de Cunha Rivara sobre os braceletes de ouro encontrados na região de Évora.	386

ÍNDICE REMISSIVO

<i>A Mocidade Portuguesa</i>	234, 493
<i>A Verdade</i>	241, 242, 493
<i>A Vida Moderna</i>	19, 161, 162, 163, 164, 177, 180, 183, 184, 186, 493
Abelheira	325, 331
Academia das Ciências de Berlim	65, 69, 83, 89, 98, 197, 324, 395
Academia das Ciências de Lisboa	37, 51, 53, 58, 74, 97, 98, 138, 149, 151, 199, 219, 307
Academia de Inscrições e Belas Letras de Paris	305
Academia Real de Belas Artes de Lisboa	37, 53, 57, 58, 59, 76, 81, 83, 84, 90, 101, 103, 106, 137, 139, 143, 145, 148, 149, 151, 152, 202, 247, 326, 331, 487, 488, 490
Administração do Concelho de Alandroal	173
Alandroal	168, 170, 172, 202, 291, 333, 344
Albufeira	121, 277, 328, 483, 485, 488
Alcácer do Sal	59, 157, 205, 237, 253, 254, 255, 280, 331
Alcalar	119, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 329
Alcantarilha	275, 485
Alcoutim	42, 205, 257, 258, 259, 280, 327
Aldeia Nova	253
Alemanha	83, 345
Algoz	483
Aljezur	111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 130, 131, 147, 275, 330, 399, 483
Aljuber	280
Aljustrel	60, 61, 74, 139, 239, 240, 271, 330, 479
Almodôvar	261
Almoster	358, 359, 389
Alte	330, 486
Alto Egípto	354
Altos das Ferrarias	166
ALVES, Francisco Manuel / Abade de Baçal	158
Alvor	121, 329
AMARAL, Bernardo de Albuquerque da Silva e	335, 336, 337
AMARAL, Bernardo Rodrigues do (Morgado do Outeiro)	205, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 280
Amarelos	297
América	222
América do Sul	35

Ammaia	350
Amoreira	117, 118
AMORIM, António Maria de	82, 97, 98, 136, 202, 327
ANDRADE, Francisco Martins de	89
ANDRADE, Padre Joaquim Nunes de	173, 174
<i>Annaes</i>	39, 248, 249
Anta da Cabeça	61
Anta da Herdade da Capela	284
Anta da Herdade do Assobiador	284
Anta do Limoeiro	165
Anta do Monte do Casco	165
Anta dos Apóstolos	165
Anta Grande	284
<i>Antiquaries Journal</i>	372, 377
António (padre)	320
Anvers	151
APOLINÁRIO, Maximiano	219, 220, 252, 260, 261, 262, 350
ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de	46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 89, 90, 96, 99, 100, 171, 237, 241, 253, 254, 260, 275, 278, 330, 332, 354, 399, 473, 474, 479
ARAGÃO, Theresa de	64
<i>Archivo Pitoresco: Semanário Ilustrado</i>	40
AREZ, Manuel Francisco da Palma	88
Arnozela	362, 363
<i>Arqueologia e História</i>	39, 267, 395
<i>Arquivo do Alto Minho</i>	209, 493
Ashmolean Museum	33
Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses	39, 42, 53, 58, 59, 97, 98, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 157, 186, 226, 241, 249, 368, 379
Avis	18, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 297, 298, 301, 304, 305, 306
AZENHA, Padre Francisco Moreira	317
AZEVEDO, Padre Manuel de	179, 180
Baião	205, 213, 214, 280
Baixo Alentejo	259, 269
Balsa	56, 60, 87, 89, 91, 94, 96, 97, 98, 103
BAPTISTA, João António Cardoso	180
BAPTISTA, Joaquim Correia	157, 205, 253, 254, 255, 280
Baralhas	357, 358
BARATA, António Francisco	168
BARBOSA, Ignacio de Vilhena	40, 58
BARBOSA, João Tamagnini da Motta	241, 242

Barcarena	214
Barcelos	332
BARON	64, 66, 67, 69, 354, 399
Barranco do Azeite	467
Barreiro	286
Beira Alta	223, 224, 335
Beja	60, 61, 77, 78, 156, 205, 260, 269, 270, 271, 272, 280, 330, 347, 468, 470, 493
Bélgica	151
BELLO, José Velladas da Silveira	174
BELO, Manuel Ignácio	169, 170, 171, 173
Benavila	297
Bencatel	165, 167, 168, 291
Bensafrim	111, 121, 129, 130, 132, 353
Berlim	23, 267, 395
BERNARDES, José Leite Pereira da Costa	316
Biblioteca Nacional	18, 19, 53, 73, 89, 137, 153, 173, 202, 247, 261, 333, 336
Biblioteca Pública de Évora	19, 53, 168, 373, 384, 385, 387
Boa-Vista	358, 359
BOCAGE, Barbosa du	115
Boémia	62
<i>Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses</i>	98, 376, 384, 386
<i>Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa</i>	169, 170
BORGES	360
Borges & Irmão	363
BOTELHO, Henrique Manuel Ferreira	179, 195
BOTO, Padre Joaquim Maria Pereira	156
Bouça de Manuel Fernandes	207
Bouça Velha	320
Boulogne sur Seine	375
Braçais	217
Braga	65, 69, 157, 320, 332, 374, 378
BRAGA, Cosme Godinho da Costa	287, 288
BRAGA, José Hypolito	336
Brasil	140, 187, 367, 374
BRENHA, José Isidro	19, 158, 159, 161, 162, 163, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 350
BREUIL, Henri	155, 156, 158
British Museum	19, 238, 380, 381, 382, 389, 390, 399, 400
BRITO, António Xavier de	75, 76, 82, 468
BRITO, Joaquim Paula Varela de	387
BRITO, José António de	258

Buenos Aires	15
BUIÇA, Manuel Paulino	322
<i>Bulletin de la Société Préhistorique de France</i>	225
Burwell	384
Cabanas da Conceição	333
Cabeceiras de Basto	378, 379
CABRAL E CASTRO	323
CABRAL, Alexandre	205, 213, 214, 280
Cacella	102, 263
Cadaval	240
CALLAPEZ, Balthazar António da Silva	272
Câmara Municipal da Covilhã	233, 234, 236
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	157, 253
Câmara Municipal de Alcoutim	257, 258
Câmara Municipal de Beja	271
Câmara Municipal de Castelo Branco	228
Câmara Municipal de Guimarães	316
Câmara Municipal de Lisboa	58
Câmara Municipal de Mértola	79, 262, 345, 347
CÂMARA, Lopo de Noronha Cabral da	374
Cambridge	267
Caminha	208, 331
Campo de Santa Clara	353
Capela de S. Miguel Arcanjo	171, 174
CAPELA, Padre Manuel José Martins	157, 319
Capellins	165
CARDOSO, Fonseca	187
CARDOZO, Mário	315, 316, 317, 319, 321, 322, 324, 325, 373, 374, 379, 384, 388, 389
Carpinteira	338
Cárquere	214
Carrazedo do Alvão	162, 189
<i>Carta Archeologica do Algarve</i>	92, 104, 113, 121, 126, 129, 130, 137, 144
CARTAILHAC, Émile	114, 115, 137, 139, 191, 291, 368, 369, 379, 380, 384
Carvalhinha	217, 218
CARVALHO, João Carlos de Almeida	58
Casa Bizarro	223
Casa das Eiras	320, 321
Casal de Santo Amaro	379
CASTEL-BRANCO, Arnaldo Teixeira	235, 236
Castelo Branco	15, 18, 39, 182, 205, 225, 228, 280, 373, 493
CASTELO BRANCO, João Franco	323

CASTELO BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo	247
Castelo de Vide	53, 60, 61, 115
Castro da Rotura	244
Castro da Senhora do Castelo	325
Castro de Avelãs	325
Castro de Moiros	331
Castro de Sabroso	315
Castro Laboreiro	209, 213
CASTRO, Alberto Osório de	217, 218, 220, 325
CASTRO, Jeronymo de Lima Paes de Sande	70
CASTRO, João Baptista de	219
Caverna da Singeira	118
Caverna de Igreja dos Soidos	486
Caverna do Sumidor dos Lentiscaes	486
Cavoada	128
CENÁCULO, Frei Manuel do	53, 246
Cerca de S. Sebastião	73, 76, 77, 93, 468
Cerca Nova	128
Chã das Arcas	190, 191
Chaveiral	221
Chaves	180, 187, 363, 364, 365
Chaviães	207
<i>Christello</i>	207
Citânia de Briteiros	59, 228, 315, 316, 324
Cividade de Paderne	211, 213
COELHO, António Joaquim	167
COELHO, Possidónio	351
Coena	208
Coimbra	168, 362
Colecção Archeologica d'Ajuda	51
Colégio de Arreton-Vicarage	225
Colégio de S. Joaquim	177, 187
COLLAÇO, Joaquim José	205, 237, 280
Colos	362
Colosso de Pedralva	320, 321
<i>Comércio de Lisboa</i>	74, 493
Comissão Geológica do Reino	36, 37, 40, 53, 58, 74, 115, 139
<i>Commercio de Portugal</i>	358, 376, 493
<i>Commercio de Vizeu</i>	208, 493
<i>Commercio do Porto</i>	177, 493
Companhia de Mineração Transtagana	74, 330
Conde do Farrobo	330
Condeixa	338
Condeixa-a-Velha	384

Conferência da Citânia	59
Congrès Préhistorique de Périgueux	225
Congresso Internacional de Antropologia (Amesterdão, 1927)	193
Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica (Lisboa, 1880) /CIAAP	36, 37, 40, 53, 71, 88, 101, 114, 115, 139, 140
Congresso Internacional de Arqueologia (Roma, 1912)	291
Congresso Pré-histórico de Autum	225
Contrastaria de Lisboa	360, 361
Convento de Montes Claros	167
Convento de S. Domingos	324
Convento de Santa Clara	254
Convento dos Capuchos de Castelo Branco	228
Convento dos Loyos de Lisboa	140
Copenhaga	391
CORDEIRO, Lança	77
CORDEIRO, Luciano	59
CORREIA, Vergílio	351
<i>Correio de Thomar</i>	241, 493
Corte do Bispo	130
Córtex	165
COSTA, António Casimiro	332
COSTA, António Manuel da	77
COSTA, Francisco António Pereira da	53, 58, 115, 145, 148, 152, 162, 489
COSTA, Francisco de Paula Ferreira da	278
COSTA, João Cavaco	258
COSTA, João da	78
COSTA, João Manuel da	78, 79, 80, 84, 205, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 280, 345, 346, 347, 353
COSTA, José de Freitas	325
COSTA, José Francisco da	287
COUGNY, Gustave de	369
COUTIL, Leon	292
Covilhã	182, 205, 225, 231, 234, 235, 280, 493
Crasto	357
Crastos	328
Cruz da Picota	483
Cruzinha e Lameira	483
CÚMANO, Constantino	278
CÚMANO, Justino	57, 148, 205, 277, 278, 279, 280
Cunha Baixa	217, 218
CUNHA, Américo	236
CUNHA, Francisco Simão da	58, 99, 100, 101, 102, 148
CUNHA, Joaquim Nunes da	339, 340, 341, 342, 343, 360, 361, 491

D. Carlos	338
D. Fernando II	99, 169, 246, 369, 384
D. Luís I	51, 52
D. Maria I	246
D. Maria II	231
D. Teodósio I	172
DELACROIX, Eugène	376
DELGADO, Nery	37, 115, 191
Detrás das Vinhas	128
<i>Diário de Lisboa</i>	58, 238, 493
<i>Diário de Notícias</i>	156, 225, 293, 294, 295, 351, 493
Direcção de Obras Públicas do Distrito de Faro	126
Direcção Geral da Instrução Pública	323, 327
<i>Districto de Castelo Branco</i>	227, 493
<i>Distrito de Faro</i>	100, 101, 493
Dolmen da Cunha Baixa	223
Dolmen de Donai	322
Douro	197, 225, 357
Dr. Flores	96
Dr. Menezes	272
Dr. Mira	77, 330
Dr. Sardinha	352
<i>El Elmano</i>	250, 493
Elvas	254, 304
<i>Ephemeris Epigraphica</i>	98
Ervedal	16, 17, 18, 29, 203, 205, 283, 285, 286, 287, 289, 291, 292, 293, 297, 298, 301, 306
Ervidel	271
Escola de Bibliotecários e Arquivistas	172
Escola do Louvre	375
Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	49
Escola Médico-Cirúrgica do Porto	163
Escola Politécnica de Lisboa	58, 74, 115, 139, 143, 145, 147, 148, 152, 153, 219, 250, 293, 483, 484, 485, 487, 488, 489, 490
Escola Politécnica do Porto	187, 293
Escola Superior de Letras	73
ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha	158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 183
Espanha	28, 53, 62, 117, 207, 278, 353
Espinho	217, 223
Esposende	318, 319
<i>Estemna Litteraria</i>	272

Estoi	57, 102, 107, 109, 110
Estômbar	144, 276, 485, 488
Estremoz	286, 305, 341, 342, 343
<i>Ethnos</i>	306
Évora	53, 61, 156, 168, 238, 357, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 493
Exposição Universal de Paris	52, 53
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	293, 302
FARIA, Teodoro Simões de	287, 289
Faro	57, 97, 107, 108, 110, 130, 143, 147, 148, 149, 156, 205, 260, 275, 277, 278, 280, 330, 488, 493
Fazenda do Trindade	49, 55, 147, 490
Feira da Ladra	353
Feira de Cabeceiras de Basto	378
Feira de S. Bartolomeu	39
Feira na Estremadura	353
FERIA Y RAMOS, José de la	205, 272, 273, 280
FERREIRA, Abel Martins	384
FERREIRA, Domingos	324
FERREIRA, José	219
FERREIRA, Pedro Augusto (Abade de Miragaia)	161, 162, 163, 164, 165, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 186
Figueira e Barros	286, 287
Figueiral Velho	128
FIGUEIREDO, A. B. de	358, 359
FIGUEIREDO, Borges de	267
FIGUEIREDO, José de	375
Filadélfia	273
FOGAÇA, José Maria das Neves	205, 240, 280
Foia de Monchique	483
Folgosinho	384
FONSECA	378
FONSECA, Fortunato da	263
Fonte da Anta	166
Fonte das Freiras	165
Fonte do Alcaide	217
Fonte do Sueiro	166, 168
Fonte Santa	329, 330, 486
FONTES, Manuel José	317, 318
FORMOSINHO, João Martins	329
Fortaleza da Arrifana	113
Forte de S. João	487

França	18, 19, 30, 31, 115, 156, 193, 225, 228, 291, 345, 353, 371, 372, 373, 376, 377, 378, 389, 390, 400
FRANCO, António	205, 231, 233, 280
Freguesia da Luz	87, 89
Freguesia de Balugães	332
Freguesia de Paderne	207
Freguesia de S. Romão	254
Freguesia de Santa-Cruz	261
Freguesia do Rosário	165
FREIRE, Marques	148
FREITAS, Jordão de	239
Fronteira	297
Fundação Arquivo Paes Teles/FAPT	18, 181, 283, 284, 287, 288, 295, 298, 300, 301, 304, 306, 307
FURTADO, Arruda	250
FURTADO, Francisco Raphael da Paz	96, 97, 99, 140
Gabinete Arqueológico da Academia Real de Belas Artes de Lisboa	53
Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Nacional	143, 144, 152, 488
Gabinete de Numismática do rei D. Luís I	51, 52
Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Paris	65
Gabinete Real da Ajuda	52
GALAMBA, Padre Francisco de Matos	157, 205, 253, 254, 280
GALDIANO, José Lázaro	375
GALINOTI, Francisco	205, 269, 270, 280
Galiza	379
Gandufe	218, 223
Gasca	128
GASCÃO, Alfredo	234
GENTIL, António Faria	59, 331
GENTIL, Maria Augusta Soares Branco	331
Gestaçô	214
GINGEIRA, Manuel	331
GIRARD, Albert	250
GLÓRIA, Padre António José Nunes da	111, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 157, 329
Glozel	193
GONÇALVES, António	359
Gouveia	222
Governo Civil de Braga	316
Grândola	244, 246, 250
Grécia	353
Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense	306

Guimarães	15, 18, 59, 157, 164, 167, 187, 197, 198, 239, 315, 317, 318, 325, 331, 365, 366, 367, 389
GUIMARÃES, F. J. Salgado	316
GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde)	18, 157
HAMY, Ernest-Theodore	368, 369
HELENO JÚNIOR, Manuel Domingues	181, 193, 305, 379, 390
HENRIQUES, Joaquim	364, 365
Herdade Barrocalinho	238
Herdade d'El-Rei	166
Herdade da Barrosinha	253
Herdade da Courela das Pias	238
Herdade da Galharda	166
Herdade da Lentisca	373
Herdade da Morgada	238
Herdade da Ordem	284
Herdade da Parede Furada	238
Herdade da Torre	285
Herdade das Cortes	360, 361
Herdade das Nogueiras	166
Herdade de Pero Viegas	287
Herdade de Refoias	70
Herdade de Ruy Vaz	181, 297, 298
Herdade de S. Brás	253
Herdade de Santa Luzia	165
Herdade de S. Miguel	169, 170
Herdade do Arieiro	146
Herdade do Baldio	61
Herdade do Barrinho Branco	166
Herdade do Berlonguinho	253
Herdade do Freire	167
Herdade do Roncão	165
Herdade do Zambujal	181
Herdade dos Frades	254
Holanda	151
HOLSTEIN, António de Sousa (Marquês)	52, 57, 58, 59, 90, 103, 106, 325, 326, 331
HOLSTEIN, Pedro de Sousa (Duque de Palmela)	246
Hortinha	130
Hospital Militar de Tavira	49, 54, 55, 89
HÜBNER, Ernest Willibald Emil	65, 66, 69, 83, 89, 98, 166, 197, 198, 267, 324, 395
Igreja da Misericórdia	264
Igreja de Carreço	337
Igreja de Paderne	209, 210, 211
Igreja de S.to António dos Capuchos	280

Igreja de Santo Adrião	326
Igreja do Alandroal	172
Igreja do Carmo	136, 266, 469
Igreja dos Agostinhos	169, 172
Índia	231, 241, 271, 334
Inglaterra	25, 28, 32, 79, 80, 225, 267, 299, 376, 377, 379, 384, 389, 390, 400
Inspecção Geral das Bibliotecas	171
<i>Instituto Archeologico do Algarve</i>	100, 101, 102, 143, 147, 148
Instituto de Coimbra	39, 59, 168, 225, 226
Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	306
Itália	228, 278, 353
John Hall Junior & Co	380, 381, 399
JORDÃO, Levy Maria	58
<i>Jornal de Santarém</i>	358, 359, 376, 493
JÚDICE, António Joaquim	205, 275, 276, 277, 280, 329, 487, 488
JULIAN, Camille	193
JUNQUEIRO, Arronches	205, 243, 244, 245, 280
Juromenha	173, 174
<i>L'Anthropologie</i>	225, 296, 300, 368, 379
<i>L'Homme Préhistorique</i>	225, 226, 230, 296, 300
Ladeira	284, 286, 287, 293, 294, 295, 296, 297
Lagos	121, 130, 483
LAMAS, Artur	205, 238, 239, 240, 280, 399
LAMAS, José	238
Lapa do Sobo	221
Lebução	363, 364, 365, 366, 367, 389
LEITE, Benjamim	364, 365
LEMOS, Leopoldino de	373
LIMA, Honório Fiel de	278
Lisboa	21, 23, 25, 29, 38, 40, 41, 43, 53, 56, 58, 62, 68, 69, 71, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 89, 92, 94, 96, 101, 110, 114, 115, 140, 149, 151, 157, 160, 167, 171, 174, 179, 180, 189, 197, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 214, 219, 220, 222, 223, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 246, 251, 253, 254, 258, 259, 262, 263, 265, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 279, 280, 284, 286, 288, 289, 290, 293, 295, 296, 297, 300, 302, 330, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 345, 347, 350, 352, 357, 359, 360, 362, 363, 364, 371, 372, 373, 380, 387, 389, 395, 398, 400, 470, 491, 493
LOBATO, Luiz	178, 179, 182

LOBO, Albano Eduardo da Costa	180
LOBO, Francisco de Salles Costa	180
LOPES, Santos	180
LORENA, Alexandre da Silveira e (Marquês de Minas)	61
Loubite	485
Loulé	277, 329, 487
Loulé Velho	57
LOUREIRO, António Paes	222, 223
Luxor	354
MAÇÃS, António Eusébio Benito	350, 351, 352, 353
MACEDO, Abade Manuel Duarte	320
MACHADO, Bernardino	333
MACHADO, Francisca	320
MACHADO, João Saavedra	237, 269, 279
MACHADO, Montalvão	249
Machorros	361
Madrid	51, 67, 69, 354, 375
MAGALHÃES, António da Silva	205, 241, 242, 280
Mamoíinha da Portelagem	318
Marco de Canavezes	214
Marmelais	241, 242
MARQUES, António Paes da Silva	16, 17, 29, 181, 205, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 298, 299, 303, 304, 305, 306, 307
MARQUES, Maria Joaquina	324
Martinlongo	259
MARUCHO, João	317, 318, 319
Marvão	350, 351, 352, 398
MASCARENHAS, Francisco Cabral de Aquino	205, 250, 251, 280
<i>Materiaes para o estudo das antiguidades portuguezas</i>	229, 230
Melgaço	207, 208, 209, 210, 213, 338
MELLO, João Luiz de Mendonça e	54, 95, 96, 97, 99, 111
MELLO, Paulino de	364
MENDONÇA	78, 470, 471
Mênfis	337
Mértola	46, 62, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 90, 93, 205, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 280, 327, 328, 333, 344, 345, 347, 350, 398, 399, 467, 468, 469, 470, 471
Mesão Frio	214
Mesquita	121, 123
Mexilhão	485
Mexilhoeira da Carregação	143, 205, 275
Mexilhoeira Grande	111, 121, 126, 129, 130, 131, 483

Mina da Vendinha	330
Mina de Algares	61, 74, 239, 240
Mina de Aljustrel	60, 239, 240, 271, 330
Mina de Alte	330
Mina de Santo Estevão	147, 486
Mina do Castelo	383
Mina do Picalto	330
Mina dos Margalhos	330
Minas da Cumiada de Santo Estevão	330
Minas de Barrancos	239
Minas de Odemira	53
Minas de São Domingos	53
Minas do Monterroso	330
Minho	41, 59, 197, 201, 207, 210, 217, 225, 315, 316, 344, 365
MIRA, Francisco Ignacio	205, 271, 272, 280, 330
MIRANDA, M. Rodrigues	187
Modorno	389
Moinho da Rocha	128
Monção	205, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 280, 493
MONIZ	360
Montalegre	345
Monte Amarelo	130
Monte Branco	295
Monte Canellas	128
Monte da Citânia	316
Monte da Estrada	166
Monte da Pedralva	146
Monte de Clarines	258
Monte de Cortes Pereira	257
Monte de Roma	132
Monte de S. Romão	315, 316
Monte Molião	483
Montepio Geral	343, 362
Montes de Cima	329
Montinho de Diogo	258
Mora	304
MORAES, Silvestre de	235, 236
MORENO, Francisco	15
Morgado das Fontes	485
Mosteirô	205, 214, 215, 225
Mosteiro da Batalha	40
Mosteiro de Santo Agostinho	172
Mosteiro dos Jerónimos	21, 110, 199, 307

Moura	336
MÜLLER, Hippolyte	292
Musée d'Antiquités Nationales	137
Musée d'Archeologie Nationale	18, 371, 372, 374, 375, 376, 377, 378, 389, 390, 400
Museo Nazionale Preistorico Etnografico	15, 291
<i>Museu Archeologico do Algarve</i>	37, 40, 56, 60, 62, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 114, 115, 119, 130, 135, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 152, 202, 260, 327, 329, 331, 355, 401, 473, 483, 484, 485, 487, 488, 490
Museu Arqueológico do Carmo	36, 53, 97, 98, 115, 136, 137, 138, 140, 238, 368
Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique	97, 156, 280
Museu Arqueológico Municipal de Alcácer do Sal	157, 253
Museu Brenha	187, 188, 189
Museu da Escola Politécnica de Lisboa	145
Museu de Antropologia "Dr. Mendes Correa"	195
Museu de Antropologia da Universidade do Porto	187
Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real	178, 187, 188
Museu de Beja	271
Museu de Copenhaga	291
Museu de Grenoble	292
Museu de História Natural da Escola Politécnica	115
Museu de La Plata	15
Museu de Saint-Raymond	291
Museu de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa	250
Museu do Abade de Baçal	158
Museu do Cairo	354
Museu do Cenáculo	59, 156, 171
Museu do Louvre	238, 376
Museu dos Coches	63
Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos	17, 236, 305

Museu Etnográfico Português/Museu Etnológico Português	16, 17, 39, 42, 50, 62, 64, 67, 76, 80, 105, 123, 138, 140, 149, 151, 152, 153, 157, 158, 160, 170, 173, 174, 179, 180, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 250, 251, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 298, 299, 305, 306, 307, 308, 312, 332, 333, 336, 337, 341, 343, 345, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 373, 378, 379, 380, 381, 389, 398, 399, 400
Museu Francisco Tavares Proença Júnior	15, 228
Museu Geológico	37, 74, 115
Museu Municipal da Figueira da Foz	132
Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim	188, 194
Museu Municipal Padre José Rafael Rodrigues (Museu Municipal Casa do Condado)	347
Museu Nacional de Arqueologia (MNA)	15, 16, 17, 18, 21, 25, 36, 41, 46, 49, 50, 55, 56, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 76, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 119, 121, 123, 131, 137, 138, 144, 147, 151, 152, 153, 170, 172, 173, 174, 188, 189, 192, 195, 197, 198, 210, 234, 240, 245, 248, 249, 251, 255, 257, 258, 259, 260, 266, 270, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 284, 287, 290, 299, 300, 306, 333, 336, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347, 349, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 379, 380, 383, 388, 389, 390, 398, 400, 473, 487, 488, 489, 490, 491
Museu Nacional de Arte Antiga	63, 70, 343, 375
Museu Nacional de Arte Contemporânea	63
Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia	375
Museu Nacional de História Natural e da Ciência	44, 145
Museu Nacional do Traje e da Moda	63
Museu Nacional Soares dos Reis	358
Museu Raphael	187, 348
Muséum National d'Histoire Naturelle	18, 368, 369, 387
National Gallery	238
NEGRÃO, Luis	214, 215

NEGRÃO, Manuel Nicolau Osório Pereira	205, 213, 214, 215, 225, 280
Nelas	221, 223
NEVES, Arnaldina	379
NEVES, Serafim de Sousa	337, 338, 339, 378
NICOLAU, Padre Cláudio José	168, 169, 170, 171
<i>Notícias de Évora</i>	373, 376, 493
<i>Notícias de Viana</i>	338, 493
<i>O Archeologo Português/O Arqueólogo Português</i>	17, 39, 60, 61, 66, 69, 84, 158, 172, 173, 174, 179, 180, 182, 192, 194, 199, 200, 201, 209, 213, 214, 215, 220, 221, 224, 225, 228, 233, 236, 237, 238, 241, 250, 259, 261, 262, 269, 271, 272, 273, 279, 284, 286, 287, 288, 290, 292, 295, 300, 302, 334, 335, 337, 343, 358, 359, 376, 379
<i>O Bejense</i>	271, 493
<i>O Instituto: revista Científica e Litteraria</i>	39, 226, 227
<i>O Investigador. Correspondência entre antiquários, eruditos, literatos e curiosos</i>	73, 82, 493
<i>O Manuelinho</i>	156, 169, 383, 384, 493
<i>O Nordeste</i>	157, 493
<i>O Novo Tempo: jornal da esquerda dinástica</i>	217, 218, 223, 493
<i>O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis</i>	39
<i>O Regional</i>	209, 493
<i>O Século</i>	243, 293, 294, 351, 379, 493
<i>Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro</i>	37, 40, 107, 108
Odemira	53, 63, 70, 272, 362
Olheirão	289
OLIVEIRA, Alberto da Fonseca	205, 231, 233, 234, 235, 236, 280
OLIVEIRA, Manuel de	78, 79, 80, 82, 84, 87, 267, 469, 470
Orca	217
Orca das Carvalhinhas	223
Orca dos Padrões	223
Ossónoba	57, 103
Ota	114
Outeiro de Espinho	205, 219, 220, 223, 224
Outeiro de S. Miguel da Mota	169, 170, 171, 172
Outeiro do Ficalho	168
Ovar	358
Oxford	25
Paços do Concelho de Alcácer do Sal	253, 254
Paderne	61, 207, 277, 485, 486, 488
PAES, Anna de Castro	287
PAES, Francisco António	285, 287, 293
PAES, Mariana Queiroga	287, 292

Palácio das Necessidades	367, 369, 371, 389, 400
PALMA, José Umbelino	205, 270, 271, 280
Palmeirinha	129
Pará (Brasil)	374
Paraíso	130
Pardais	165, 166
Paris	18, 30, 53, 64, 66, 67, 69, 90, 115, 238, 296, 300, 368, 374, 375, 387, 399
PARREIRA, Lourenço Cesário	76, 93, 95
PAULO, Joaquim	379, 380, 382
Pedralva	321, 322
Pegos Verdes	145, 483
Pena	243
Pena-Lobo	367
Penela	357, 367, 368, 370, 371, 389, 400
PÊRA, José	170
PEREIRA, Félix Alves	208, 211
PEREIRA, Gabriel	171, 333, 383, 384, 387
PEREIRA, João Lúcio	103, 105, 106, 111
PEREZ, Domingos Garcia	247
Périgueux	225
PIGORINI, Luigi	15, 291
PIMENTA, António Ferreira	180
PINHEIRO, Henrique	325
Pinhel	331
PINHO JÚNIOR, António José de	205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 280
PIRES, Carolina Augusta	322
PITT RIVERS	15
Pitt Rivers Museum	25, 33, 198
Place des Etats-Unis (Paris)	375
Pôio	129
Ponta da Piedade	483
Ponte de Alcântara	140
Ponte de Sor	181, 284, 285, 287, 288, 305
Ponte Velha	317
Pontífice Pio X	157
Porches	121
Porches Novo	329
Porches Velho	328
Portella da Chã de Soutello	186
Portimão	121, 130, 152, 277, 329, 483, 488
Porto	19, 64, 65, 69, 163, 177, 186, 198, 202, 213, 358, 361, 363, 364, 365, 493

<i>Portugália: materiais para o estudo do povo Português</i>	51, 179, 187, 190, 191, 338, 364, 366, 367, 376, 378
POUSÃO, Francisco Augusto Nunes	167
Póvoa de Cima	217
Póvoa de Lanhoso	320
Póvoa de Varzim	19, 180, 187
<i>Póvoa de Varzim Boletim Cultural</i>	184
Premedeiro	258
PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares	18, 36, 39, 205, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 280, 373
PROENÇA, Francisco Tavares de Almeida	231
Quinta da Lameira	129
Quinta da Lomba	209
Quinta da Ponte	222
Quinta da Rotura	241
Quinta da Torre de Ares	56, 67, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 354, 473
Quinta das Antas	54, 61, 87, 96, 97, 98, 99, 147
Quinta das Lajes	243
Quinta de S. João Baptista	172
Quinta de S. Romão	244
Quinta do Anjo	243
Quinta do Arroio	57, 58, 87, 99, 100, 101
Quinta do Cidral	240
Quinta do Corge	234, 235
Quinta do Marim	20, 103, 105, 106
Quinta do Milreu	107, 108, 109, 110, 111
Quinta do Paiço	65, 69, 317
Quinta do Pêso	207
Quinta dos Barris	243
Quintal do Manuel Bravo Gomes	263
Quintão	329, 485
Raposeira	325
<i>Real Instituto Archeologico de Portugal</i>	58, 59
Reguengos	384
Reguengos de Monsaraz	383
REINACH, Salomon	191, 371, 372, 375, 376, 377
REINACH, Theodore	372, 375
<i>Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa</i>	56, 64, 68, 69, 92, 94, 96, 106, 108, 174, 192, 210, 251, 255, 273, 290, 291
<i>Renascença</i>	169, 316
Resende	214
RESENDE, André de	168, 169, 172, 246
RESENDE, Francisco José de	63
<i>Revista Archeologica e Histórica</i>	167

<i>Revista de Archeologia e História</i>	267, 395
<i>Revista de Architectura e de Construção</i>	39
<i>Revista de Guimarães</i>	18, 39, 158, 179, 315, 316, 319, 321, 325
<i>Revista Lusitana</i>	209, 213, 300, 301, 302
<i>Revista Universal Lisbonense: Jornal dos interesses physicos, moraes e litterariosporuma sociedade estudiosa</i>	39
<i>Revue Anthropologique</i>	300
<i>Revue Archeologique</i>	225, 300, 377
<i>Revue d'Anthropologie</i>	300, 302
Ribeira do Vascão	261
RIBEIRO, Carlos	36, 37, 58, 115
Rio de Moinhos	168
Rio Tinto	379, 475, 476, 479, 482
RIVARA, Cunha	384, 385, 386, 387
Rocha	129
ROCHA, António dos Santos	132, 183
RODRIGUES, Padre José Joaquim Rafael	158, 159, 163, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 345, 347, 348, 349, 350, 353, 396
Roma	15, 221, 291
Rossio do Carmo	78, 84, 467, 469, 470
S. Bartolomeu de Messines	146, 329, 485, 486
S. Cristóvão do Muro	317
S. Jerónimo	374
S. Mamede de Óbidos	344
S. Martinho das Amoreiras	272
S. Martinho de Bougado	325
S. Miguel de Machede	238
S. Paulo	367
S. Pedro do Sul	211, 361
S. Romão	173, 174
S. Salvador da Aramenha	350
S. ^a da Orada	483
S. ^a do Desterro da Serra da Estrela	221
SÁ, António Paes da Cunha e	287
SÁ, Bernardo de	275, 276, 277
SÁ, Condorcet Paes da Cunha e	287, 305
SÁ, Júlio Mário da Cunha e	285
SÁ, Mário Paes da Cunha e /Mário Saa	16, 17, 18, 181, 283, 284, 287, 290, 295, 296, 301, 306
Safára	336
Saint Germain-en-Laye	18, 371, 372, 377
Sainte-Foye	384
Salgueiro	217

SALLES	384
SAMPAIO, António Rodrigues	82, 97
Santa Luzia	49, 54, 55, 89, 490
Santa Marinha da Costa	326
Santa Vitória	271
Santarém	358, 359, 493
Santo Tirso	317, 325
SANTOS, Joaquim José Júdice dos	60, 96, 115, 135, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 276, 277, 329, 394, 399, 483, 485, 487, 488, 489, 490
São João das Caldas	317
Saragoçal	129
SARAIVA, Francisco de São Luis /Cardeal Saraiva	167
SARMENTO, Francisco de Gouveia Martins	15, 18, 36, 40, 59, 65, 164, 165, 187, 189, 197, 198, 214, 217, 312, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 331, 355, 367, 401
SCHMIDT, Valdemar	291
SCHULMAN, Jacques	150, 151, 399
SEGURO, Padre Joaquim António de Almeida	168
Seminário de Beja	156
Seminário de Bragança	157
Seminário de Portalegre	156
Seminário de Viseu	219
Seminário Episcopal de Faro	100, 130, 143, 149
Senhora da Luz	89, 167
Senhora da Rocha	328
Senhorim	218, 221
Serpa	62, 75, 205, 253, 260, 272, 273
SERPA, António de	171, 202
Serra da Conceição	331, 387
Serra da Estrela	221, 325, 367, 384
Serra da Picota	331
Serra de Santa Bárbara de Nexe	147
Serra do Alvão	182, 184, 187, 189, 190, 192, 194, 348, 350, 396, 398
Serra do Cabo do Mondego	132
SERRA, Francisco Martins	383
SERRÃO, João Marques	287
SERRÃO, José da Costa	111, 113, 115, 116, 117, 118, 399, 483
Serrazes	361, 389
Setúbal	53, 58, 205, 243, 244, 246, 247, 250, 280, 493

SEVERO, Ricardo	187, 191, 359, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 389
SILVA, Amélia Arantes Ferreira da	374
SILVA, Joaquim Arantes Ferreira da	372, 373, 374, 376
SILVA, Joaquim Augusto Ferreira da	374
SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da	36, 49, 59, 97, 98, 241, 242, 368, 369, 372
SILVA, Manuel Alves da	318, 319, 320
SILVA, Manuel Rodrigues de Matos e	284, 285, 288
Silves	132, 144, 145, 146, 147, 277, 330, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489
SIMÕES, Augusto Filipe	59, 115, 163, 166, 168, 191
SIMÕES, João Pinto	352
SIMPLÍCIO, Luiz da Paz	387
Sintra	357, 371, 379, 380, 381, 382, 383, 389, 399
Soares Reis & Filho	361
<i>Sociedade Archeologica Lusitana</i>	36, 39, 40, 53, 58, 246, 247, 248, 249, 250
Sociedade Carlos Ribeiro	187
Sociedade de Geografia de Lisboa	59, 367
Sociedade dos Antiquários de Londres	376
Sociedade Martins Sarmento	15, 18, 39, 137, 158, 186, 187, 226, 228, 315, 317, 320, 322, 323, 324, 325, 365, 366, 367, 389, 390
Société Francaise d'Archeologie	369
Société Française de Fouilles Archéologiques	226
Société Préhistorique de France	226, 292
Solão do Moinho	130
Solar da Ponte	315
SOROMENHO, Augusto	59, 65, 69, 73, 74, 75, 82, 83, 89, 97, 98, 140
SOURE, Mariana do Anjo Albina de	374
SOURE, Tiago Eleutério de	373
SOUSA, A. E. de F. Cavaleiro e	359
SOUSA, Frederico de Pinho e	58
Soutelo do Vale	179, 183
Suíça	228, 353
Syria	354
Tamujo	467, 469
Tapada da Alameda	289
TAVARES, Padre José Augusto	158
Tavira	49, 54, 55, 57, 61, 67, 87, 88, 89, 90, 99, 101, 147, 327, 387, 490
Tejo	357
TELES, José Paes	285, 287, 289
TELES, Maria Leonor da Silva Paes	285

Termas de Vizella	239
<i>The Antiquaries Journal</i>	377
Thebas	354
Tomar	205, 241, 280, 493
TÓRO, José do Amaral	389
TORRES, José Alves	317
TORRES, Manuel António	205, 257, 258, 259, 280
TORRES, Manuel José de Sárrea Tavares Garfias e	107, 109, 110, 111
Toulouse	31, 291
Trandeiros	186
Trás-os-Montes	41, 158, 162, 177, 179, 180, 181, 182, 201, 344, 374
Trieste	278
Trofa	325
Tróia	53, 205, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 280
Universidade de Coimbra	19, 44, 58, 73, 75, 225, 230, 315
Vale da Amargura	276
Vale da Malhada	389
Vale de França	483
VARGAS, Augusto de	267
Vargem da Vaqueira	467
Vargem de S. Braz	468
Várzeas	145, 488
Várzeas de Pera	485
VASCONCELOS, João de	214
VASCONCELOS, Joaquim de	325
VASCONCELOS, José Leite de (José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo)	15, 17, 18, 22, 36, 41, 50, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 78, 80, 84, 90, 96, 132, 149, 152, 163, 168, 169, 171, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 187, 189, 190, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 247, 250, 252, 253, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 269, 271, 272, 273, 275, 278, 279, 280, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 333, 334, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 347, 349, 350, 351, 352, 358, 360, 373, 381, 382, 390, 395
VEIGA, Amélia de Clarange Lucotte Estácio da	332

VEIGA, Estácio da (Sebastião Philiphes Martins Estácio da Veiga)	15, 17, 36, 49, 50, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 152, 191, 202, 203, 257, 259, 260, 261, 262, 267, 275, 277, 312, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 345, 346, 355, 387, 395, 398, 467, 468, 483, 487, 488, 490, 491
VEIGA, Sebastião Fernandes Estácio da	56, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 111, 473
Veneza	62
VERÍSSIMO, Laurentino	359
VERMELL Y BUSQUETS, Luiz	169, 170
Viana do Alentejo	53, 115, 344
Viana do Castelo	208, 209, 337, 493
VIANA, Francisco da Silveira	239, 240
Vidais	351
Vila Chã	317, 318, 319, 320
Vila de Cós	317
Vila do Bispo	146
Vila do Conde	360, 389
Vila Nova	217, 222
Vila Nova de Portimão	131, 275
Vila Pouca de Aguiar	177, 178, 180, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 192, 345, 347, 348
Vila Real	178, 179, 187, 188, 259, 350, 363, 374
Vila Ruiva	222
Vilares	165
Vilares da Galharda	166, 167
Vinha Grande	244
Visconde de Ferreira do Alentejo	360, 361
Viseu	39, 208, 212, 219, 220, 368, 384, 389, 493
VITERBO, Joaquim de Santa Rosa	219
Vizela	326
Wedmore	384
WEINHOLZ, Justino Bivar	280
XARO, Padre Manuel da Gama	246, 249
ZINK, João	267